

Caderno de artigos

Um Produto à Luz da
Contribuição Interdisciplinar

Volume 4

Selma Barros Daltro de Castro
Marize Damiana Moura Batista e Batista
Cesar Costa Vitorino
(Organizadores)



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

SELMA BARROS DALTRO DE CASTRO
MARIZE DAMIANA MOURA BATISTA E BATISTA
CESAR COSTA VITORINO
(ORGANIZADORES)

CADERNO DE ARTIGOS

UM PRODUTO À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO
INTERDISCIPLINAR

VOLUME 4

Editora Metrics
Santo Ângelo – Brasil
2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-chefe: Fábio César Junges

Imagem da capa: Freepik

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C122 Caderno de artigos [recurso eletrônico] : um produto à luz da contribuição interdisciplinar / organizadores: Selma Barros Daltro de Castro, Marize Damiana Moura Batista e Batista, César Costa Vitorino. - Santo Ângelo : Metrics, 2025
v. 4

ISBN 978-65-5397-322-0

DOI 10.46550/978-65-5397-322-0

1. Educação. 2. Produção científica. I. Castro, Selma Barros Daltro de (org.). II. Batista, Marize Damiana Moura Batista e (org.). III. Vitorino, César Costa (org.)

CDU: 37

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



Rua Antunes Ribas, 2045, Centro, Santo Ângelo, CEP 98801-630

E-mail: editora.metrics@gmail.com

<https://editorametrics.com.br>

Conselho Editorial

Dr. Charley Teixeira Chaves	PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dra. Cleusa Inês Ziesmann	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Douglas Verbicaro Soares	UFRR, Boa Vista, RR, Brasil
Dr. Eder John Scheid	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Fernando de Oliveira Leão	IFBA, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dra. Helena Maria Ferreira	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Henrique A. Rodrigues de Paula Lana	UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dr. Jenerton Arlan Schütz	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dr. Jorge Luis Ordelin Font	CIESS, Cidade do México, México
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dr. Manuel Becerra Ramirez	UNAM, Cidade do México, México
Dr. Marcio Doro	USJT, São Paulo, SP, Brasil
Dr. Marcio Flávio Ruaro	IFPR, Palmas, PR, Brasil
Dr. Marco Antônio Franco do Amaral	IFTM, Ituiutaba, MG, Brasil
Dra. Marta Carolina Gimenez Pereira	UFBA, Salvador, BA, Brasil
Dra. Mércia Cardoso de Souza	ESMEC, Fortaleza, CE, Brasil
Dr. Milton César Gerhardt	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Muriel Figueredo Franco	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Ramon de Freitas Santos	IFTO, Araguaína, TO, Brasil
Dr. Rafael J. Pérez Miranda	UAM, Cidade do México, México
Dr. Regilson Maciel Borges	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Ricardo Luis dos Santos	IFRS, Vacaria, RS, Brasil
Dr. Rivetla Edipo Araujo Cruz	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dra. Vanessa Rocha Ferreira	CESUPA, Belém, PA, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil
Dra. Waldimeiry Corrêa da Silva	ULOYOLA, Sevilha, Espanha

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
Selma Barros Daltro de Castro	
Marize Damiana Moura Batista e Batista	
Cesar Costa Vitorino	
PARTE I: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS INTERLOCUÇÕES COM A ESCRITA CIENTÍFICA E A REVISÃO SISTEMÁTICA.....	21
Capítulo 1 - ESCRITA CIENTÍFICA E RESPONSABILIDADE COMUNICATIVA: PARA ALÉM DA FORMALIDADE.....	23
Pedro Jorge Silva Melo	
César Costa Vitorino	
Capítulo 2 - A ESCRITA CIENTÍFICA COMO COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES A PARTIR DO SEMINÁRIO DO PPGIES/UNEB.....	35
Aline Confessor Marques de Araújo	
João Batista Vicente do Nascimento	
Rozimeire Soares de Oliveira Porto	
Capítulo 3 - ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS SOCIEDUCATIVOS: A IMPLICAÇÃO POLÍTICA DA PARA O USO SOCIAL NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO	47
Daiane dos Santos Ramos	
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres	
Capítulo 4 - A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA CIENTÍFICA: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES	61
Emerson Almeida dos Santos Sousa	
Adriano Dantas Reis Santana	

Capítulo 5 - CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA: A ESCRITA CIENTÍFICA COMO CAMINHO PARA A INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL 75

Eva Cristina do Carmo Araújo

Tainara da Silva Ferreira

Vanessa da Rocha Silva Reis

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 6 - A EFETIVIDADE DAS AÇÕES INTERSETORIAIS DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA..... 87

Roseane Vieira da Luz Mata

Idna Maria Fernandes Silveira Martins

João Batista Vicente do Nascimento

Capítulo 7 - O TEXTO CIENTÍFICO COMO FERRAMENTA SOCIOCOMUNICATIVA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER ACADÊMICO 99

Mara Gleide Queiroz Matos

Carleila de Queiroz Matos

Selma Barros Daltro de Castro

Capítulo 8 - DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA..... 111

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim

Keila Ferreira Gomes

Cristiane Sena Gomes

Capítulo 9 - REVISÃO DE LITERATURA: NUANCES DA (IN) OBSERVÂNCIA DA MULHER EMPREENDEDORA SOCIAL BAIANA EM PESQUISAS (2021-2024) 125

Roberta Nonato da Silva

Diego Guilherme Lopes Rodrigues

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Capítulo 10 - A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA PÓS-GRADUAÇÃO: ESCRITA CIENTÍFICA E COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	139

Marizete Barbosa de Lima Souza
 Everton Nery Carneiro

Capítulo 11 - ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESCRITA CIENTÍFICA: LEITURA, RIGOROSIDADE METODOLÓGICA E ÉTICA.....	153

Luciano Araújo Lima
 Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Capítulo 12 - MARCAS NO CHÃO, VOZES NA SALA: A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	165

Genilza Castro Carneiro
 Arlete Rodrigues de Souza
 César Costa Vitorino

Capítulo 13 - A EFICÁCIA DA ESCRITA CIENTÍFICA.....	177

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

PARTE II: INVESTIGAR E INTERVIR COLABORATIVAMENTE EM SITUAÇÕES DE CAMPO: A PESQUISA APLICADA E SUA PRODUÇÃO EM CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS	187

Capítulo 14 - INVESTIGAR E INTERVIR COLABORATIVAMENTE EM SITUAÇÕES DE CAMPO EDUCACIONAL: O QUE NOS MOVE? ANÁLISES A PARTIR DE UM COLÓQUIO.....	189

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira
 Elloyse Santiago Silva
 Selma Barros Daltro de Castro

Capítulo 15 - A PESQUISA IMPLICADA E SEUS ENTRELACES COM A INCLUSÃO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO COLABORATIVO.....	201

Joyce Santana Araújo Silva
 Thaís Meireles de Oliveira
 Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 16 - FORMAÇÃO DOCENTE POR MEIO DA PESQUISA COLABORATIVA: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DE UM COLÓQUIO SOCIOEDUCATIVO	211

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Jéssica da Silva Santos

Ivonete Barreto de Amorim

Capítulo 17 - CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA COLABORATIVA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DAS DISCUSSÕES DE UM COLÓQUIO REALIZADO NO TERRITÓRIO DO SISAL	223

Camila Figueiredo de Carvalho Mélo

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Capítulo 18 - PESQUISA COLABORATIVA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS ACERCA DA PESQUISA IMPLICADA NA FORMAÇÃO DOCENTE	235

Suzete Patrocinio de Souza

Patrícia Júlia Souza Coelho

Capítulo 19 - INVESTIGAR E INTERVIR: AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COMPROMETIDA COM AS LUTAS CAMPONESAS	247

Maria Cremilda Lima Santos

Maria Madalena Mota de Araújo

Janeide Bispo dos Santos

Capítulo 20 - PESQUISA IMPLICADA E DESAFIOS À FORMAÇÃO DOCENTE CRÍTICO-SUPERADORA	259

Manoel Messias Andrade de Matos

Manuela Barros Santos

Marize Damiana Moura Batista e Batista

PARTE III: ASSÉDIO MORAL E SAÚDE MENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS DESSAS PRÁTICAS PARA A SOCIEDADE..... 275

Capítulo 21 - EDUCAÇÃO, ASSÉDIO MORAL E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA: A EJA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA..... 277

Manoel Messias Andrade de Matos

Manuela Barros Santos

Marize Damiana Moura Batista e Batista

Capítulo 22 - ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E SEUS IMPACTOS SOBRE INDIVÍDUO, FAMÍLIA E ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDOS ACADÊMICOS E DO SEMINÁRIO PPGIES/ UNEB..... 297

Luciano Araújo Lima

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Capítulo 23 - ASSÉDIO MORAL, TRABALHO E DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS..... 309

Thais Meireles de Oliveira

Joyce Santana Araújo Silva

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 24 - ASSÉDIO MORAL NAS ESCOLAS: APORTES TEÓRICOS INICIAIS E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO..... 321

Camila Figueiredo de Carvalho Mélo

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Capítulo 25 - ASSÉDIO MORAL E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: IMPACTOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS..... 331

Elloyse Santiago Silva

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Capítulo 26 - ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL	343

Suzete Patrocínio de Souza

Patrícia Júlia Souza Coelho

Capítulo 27 - CAMPONESES EM TENSÃO: EXPRESSÕES DO ASSÉDIO MORAL COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO DE PODER.....	355

Maria Cremilda Lima Santos

Maria Madalena Mota de Araújo

Janeide Bispo dos Santos

Capítulo 28 - ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO, REFLEXÕES, A PARTIR DO II SEMINÁRIO DO PPGIES NA UNEB- CAMPUS XI.....	369

Jéssica da Silva Santos

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Capítulo 29 - SAÚDE MENTAL DE ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO.....	381

Daiane dos Santos Ramos

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

PARTE IV: DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DA BAHIA	395

Capítulo 30 - EDUCAÇÃO DO CAMPO E INCLUSÃO: POR UMA ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS.....	397

Vanessa da Rocha Silva Reis

Eva Cristina do Carmo Araújo

Tainara da Silva Ferreira

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 31 - O ENSINO DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO: PANORAMA DE PESQUISAS RECENTES (2021-2025)	407
Aline Confessor Marques de Araújo	
João Batista Vicente do Nascimento	
Rozimeire Soares de Oliveira Porto	
Capítulo 32 - ESCOLAS DO CAMPO NO TERRITÓRIO VELHO CHICO: REFLEXÕES ACERCA DO DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	421
Cristiane Sena Gomes	
Aldineia Borges dos Anjos Bonfim	
Ivonete Barreto de Amorim	
Capítulo 33 - REDUÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO SOBRE CAUSAS E IMPACTOS.....	439
Adriano Dantas Reis Santana	
Emerson Almeida dos Santos Sousa	
Mônica Moreira de Oliveira Torres	
Capítulo 34 - RODAS DE CONVERSA E NARRATIVAS NOS TCCs DO PPGIES (2021-2024): O COMPROMISSO POLÍTICO DAS PESQUISAS DE GÊNERO.....	453
Karla Cruz Bacelar dos Santos	
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva	
Capítulo 35 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	467
Marizete Barbosa de Lima Souza	
Everton Nery Carneiro	
Capítulo 36 - POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE NO ESPAÇO RURAL	481
Carleila de Queiroz Matos	
Mara Gleide Queiroz Matos	
Selma Barros Daltro de Castro	

Capítulo 37 - DIREITOS DA MULHER CAMPESSINA: CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO, A JUSTIÇA SOCIAL E A CIDADANIA	491
Diego Guilherme Lopes Rodrigues	
Roberta Nonato da Silva	
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva	
Capítulo 38 - A INVISIBILIZAÇÃO DO INDIVÍDUO DA ESCOLA DO CAMPO: E EU, NÃO SOU INTELECTUAL?	505
Pedro Jorge Silva Melo	
César Costa Vitorino	
Capítulo 39 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA, O ASSÉDIO MORAL E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	517
Arlete Rodrigues de Souza	
Genilza Castro Carneiro	
César Costa Vitorino	
Capítulo 40 - GÊNERO, NARRATIVAS E FORMAÇÃO CONTINUADA NAS DISSERTAÇÕES PPGIES: FORTALECENDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO (2021-2024).....	529
Idna Maria Fernandes Silveira Martins	
João Batista Vicente do Nascimento	
Capítulo 41 - MULTICULTURALIDADE EM SERRA DO RAMALHO: ANÁLISE DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	543
Roseane Vieira da Luz Mata	
MESTRANDOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL.....	557
DOCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL E SUAS CAMPUS DE ATUAÇÃO	559

APRESENTAÇÃO

A escrita acadêmica tem se consolidado como uma importante forma de expressão e de socialização de experiências e saberes construídos no cotidiano da vida universitária. Por meio dela, estudantes e docentes compartilham reflexões, resultados de pesquisa e práticas formativas que traduzem o compromisso com a produção e a disseminação do conhecimento científico. Nesse contexto, a escrita assume também uma função formativa, pois estimula a reflexão crítica, a autonomia intelectual e o diálogo entre diferentes áreas do saber, constituindo-se como espaço de autoria e de construção coletiva do pensamento.

É nesse horizonte que se insere esta obra intitulada *Caderno de Artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar – Volume 4*, fruto das produções elaboradas por estudantes e professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As atividades que originaram os textos foram desenvolvidas nos *Colóquios e Seminários* promovidos pelos Departamento de Educação (DEDC), Campus XI-Serrinha e Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XVII- Bom Jesus da Lapa, ao longo do ano de 2025. Essa coletânea expressa, portanto, o esforço conjunto de articular teoria e prática, pesquisa e formação, sob a perspectiva da interdisciplinaridade, reafirmando o papel da universidade como espaço de diálogo, produção e difusão de saberes socialmente relevantes.

Os textos aqui apresentados articulam aspectos teóricos e descritivos de forma integrada, sustentados por uma concepção que valoriza a interlocução entre diferentes áreas do saber. Essa perspectiva interdisciplinar possibilita compreender os fenômenos sob múltiplas dimensões, favorecendo análises mais ricas e contextualizadas. A relação entre teoria e prática é concebida como um processo dinâmico e contínuo de construção de conhecimento, no qual a reflexão crítica e a integração de saberes promovem uma compreensão mais ampla e aprofundada das realidades investigadas.

Além disso, os textos abordam temas contemporâneos, diretamente vinculados às experiências e desafios do meio profissional. Esses temas refletem as mudanças sociais, econômicas culturais, educacionais e tecnológicas que impactam nas relações na sociedade atual, demandando

abordagens multifacetárias e fundamentadas teoricamente. A partir dessa perspectiva, busca-se não apenas descrever práticas ou situações vivenciadas, mas também promover o aprofundamento conceitual e a ampliação do olhar crítico sobre as dinâmicas que configuram o cenário contemporâneo. Assim, reafirma-se a importância da interdisciplinaridade como caminho para o avanço do conhecimento e para o fortalecimento das práticas profissionais ancoradas em uma visão integrada e reflexiva da realidade.

Os temas tratados nas atividades de Seminários e Colóquios foram definidos a partir de proposições que emergiram de um processo de escuta atenta e colaborativa entre professores e estudantes do PPGIES. Essa construção coletiva foi orientada pela leitura e discussão de textos acadêmicos relevantes, que possibilitaram o aprofundamento teórico e a contextualização das problemáticas abordadas. Além disso, as atividades contaram com a participação de profissionais renomados e reconhecidos em seus campos de atuação, cuja experiência contribuiu para estabelecer um diálogo produtivo entre a teoria e a prática. Tais interlocuções reforçaram a pertinência das temáticas escolhidas, evidenciando sua vinculação com as demandas contemporâneas do ambiente profissional e com o compromisso formativo do programa.

As temáticas foram assim definidas:

1º Seminário: Produção do conhecimento e os diálogos acadêmicos com a escrita científica e a revisão sistemática

1º Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situação de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos

2º Seminário: Assédio moral e saúde mental nas organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade

2º Colóquio: Diagnóstico das escolas do campo no Estado da Bahia

Espera-se que esta obra, fundamentada em princípios de respeito, diálogo e valorização da diversidade que caracteriza o mundo contemporâneo, possa constituir-se como um espaço fértil de reflexão e aprendizagem coletiva. Ao reunir diferentes perspectivas teóricas e experiências profissionais, o *Caderno de Artigos* reafirma o compromisso com uma formação crítica, inclusiva e socialmente comprometida, reconhecendo a pluralidade de saberes e trajetórias como elementos

essenciais para a construção do conhecimento. Essa diversidade, compreendida como força geradora de unidade e não como fragmentação, amplia as possibilidades de interpretação dos fenômenos educacionais e sociais, favorecendo a emergência de novas leituras e práticas.

Nessa direção, a obra pretende contribuir, de modo interdisciplinar, para o debate sobre a produção científica e suas múltiplas vinculações com o contexto profissional. Ao articular pesquisa, ensino e intervenção, os textos reunidos nesta coletânea evidenciam o potencial transformador da ciência quando orientada por princípios éticos e pela busca de relevância social. Assim, este volume se apresenta não apenas como um registro de experiências e estudos, mas também como um convite à continuidade do diálogo entre academia e sociedade, reafirmando a importância da produção do conhecimento como instrumento de emancipação e de fortalecimento das práticas profissionais contemporâneas.

Profa. Dra. Selma Barros Daltro de Castro

Profa. Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista

Prof. Dr. Cesar Costa Vitorino



PARTE I

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS INTERLOCUÇÕES COM A ESCRITA CIENTÍFICA E A REVISÃO SISTEMÁTICA

Capítulo 1

ESCRITA CIENTÍFICA E RESPONSABILIDADE COMUNICATIVA: PARA ALÉM DA FORMALIDADE

Pedro Jorge Silva Melo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

pedrojorge.biomed@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

vitorinocomacademicosuneb@gmail.com; cvitorino@uneb.br

RESUMO: Este trabalho discute a função social da escrita científica e sua trajetória histórica, suscitando experiências de mulheres enquanto pesquisadoras. Para tanto, objetivou-se refletir a respeito da escrita científica em relação ao seu uso social e sua aproximação com sociedade, visto que a educação pública é uma conquista social. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, visto que se utiliza da produção teórica disponível na literatura, unido ao conteúdo ministrado no I Seminário do PPGIES que aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, Serrinha/BA, março de 2025, e que trouxe como tema a escrita científica e sua implicação acadêmica para o uso social. Para tanto, utilizou-se dos estudos de autores como Amorim e Araújo (2023) que tratam da importância da ruptura do pensar linear na escrita científica; André (2001) trazendo as nuances em torno do rigor científico e suas possibilidades; Gatti (2000) que elucida sobre a escrita científica e suas novas implicações na contemporaneidade; Morato (2014) com a contribuição da sociolinguística e as visões multidimensionais da linguística; dentre outros. Sendo assim, ficou evidente que o processo histórico da escrita científica sofreu diversas mudanças até os dias atuais, alterando seu formato e suas dimensões, assumindo novos olhares sobre a escrita em relação ao que se escreve e para quem se escreve.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa. Escrita Científica. Seminário PPGIES/UNEB.

1 Introdução

Este trabalho é resultado de uma atividade extraclasse, de participação obrigatória, que aconteceu no I Seminário da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XI, no dia 28 de março de 2025, com o tema “A escrita científica e a implicação política com a graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”, com as palestrantes Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB) e a Profa Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista (UNEB), e foi ofertado pelo PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social que tem sede nessa instituição, momento que oportunizou aos presentes o contato com as vivências compartilhadas.

Nesse sentido, pretendemos apresentar alguns aspectos que estão diretamente ligados à utilização do rigor formal da língua portuguesa nas academias e seus objetivos em relação à sociedade, fazendo relação, contudo, à presença da democracia nessa conjuntura, já que as instituições de ensino se fundamentam, também, na perspectiva social, sendo uma construção mútua entre a sociedade e a própria academia.

Objetivou-se refletir a respeito da escrita científica em relação ao seu uso social e sua aproximação com sociedade, visto que a educação pública é uma conquista social. Diante de uma trajetória histórica marcada pela imposição de culturas, no processo histórico de existência de muitos países do globo, a língua nativa também sofreu – e ainda sofre – diversos ataques em relação a sua existência e manutenção em diversos territórios. Com isso, instaurou-se na sociedade e nas academias de educação uma formalidade da língua que deriva de outras culturas, dificultando a presença daquelas que já existiam nesse lugar.

É, portanto, urgente a discussão a respeito da trajetória da língua brasileira, visto que ela carrega consigo o fardo do preconceito imposto por um modelo social baseado na supremacia europeia. Faz-se necessário, desse modo, estudar as nuances em torno dessa realidade vivida tanto pelos autores de escrita científica quanto pela sociedade leiga, pois é crucial que se analise, discuta e combata qualquer tipo de preconceito existente na sociedade que coloque em risco a cultura de um povo.

Durante o texto, discutimos a respeito da construção científica e da compreensão pela sociedade por meio de relatos de experiências próprias das palestrantes, fazendo breves comparações entre seu modo de vida. Esse

formato permite oportunizar reflexões sobre as diferenças na trajetória de vida das palestrantes enquanto mulheres cientistas.

2 Metodologia

O presente trabalho pode ser classificado como uma revisão bibliográfica. De acordo com Brasileiro (2021, p.82) “toda pesquisa científica é também bibliográfica. Assim, mesmo que se trate de um estudo original [...] ele terá de se fundamentar, antecipadamente, em uma pesquisa bibliográfica”. Essa abordagem permite uma análise aprofundada e sistematizada da literatura existente sobre o tema. Acrescentamos, ainda, que a nossa produção acadêmica está embasada na análise crítica de textos acadêmicos relevantes que versam sobre uma temática definida, que tem como propósito compreender o panorama em que se encontra o desenvolvimento teórico, comparando os pontos de vista dos diferentes autores (ECO, 2007). Os estudos alcançados para a sua construção tiveram como parâmetro de escolha a tratativa da temática escrita científica, principalmente no que diz respeito à formalidade dessa escrita e sua função social, além de conteúdos que versam sobre a trajetória da língua formal no contexto científico e social. Logo, os estudos de autores como Castro et al. (2024) que aborda as perspectivas em torno da síntese e importância dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ao final dos cursos de graduação e sua função social; Oliveira Jr. (2015) que trata da importância da efetiva comunicação com a sociedade a partir da escrita técnica na ciência; André (2001) trazendo os debates sobre rigor e qualidade na pesquisa em educação; e Rosa (2012) que desenvolve em seu estudo o uso da produção científica na prática social, tiveram fundamental participação na montagem deste trabalho, visto que são estudiosos comprometidos com a presente temática. Esse arcabouço teórico prenunciado foi indicado pelas palestrantes Dra. Miriam Barreto e pela Prof^a Dra. Marize Damiana.

Sendo assim, uniu-se o que está disponível nas literaturas supracitadas ao exposto no I Seminário ofertado pelo PPGIES no auditório da UNEB, Campus XI, em Serrinha/BA, que tratou do tema “A escrita científica e a implicação política com a graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social” explanando as experiências das palestrantes. Confrontou-se os registros bibliográficos já feitos anteriormente ao evento com as experiências dessas duas mulheres a fim de entender as problemáticas, compreensões e dinâmicas a respeito da trajetória da escrita no contexto científico.

3 Desenvolvimento

A escrita científica é uma ferramenta fundamental para a comunicação de conhecimentos e descobertas em diversas áreas do saber. Ela permite a disseminação de informações precisas e confiáveis, contribuindo para o avanço da ciência e da sociedade. A escrita científica também tem implicações sociais importantes, pois pode influenciar políticas públicas, práticas profissionais e a percepção da população sobre temas relevantes. Além disso, esse tipo de escrita promove a transparência e a responsabilidade na produção do conhecimento. Ela é essencial para a construção de uma sociedade mais informada e crítica. Para que seja possível abordar a temática que versa sobre a escrita científica e sua implicação social, é fundamental, antes, lembrar alguns entraves que permeiam o processo histórico da língua e educação até os dias atuais. Isso se faz importante visto que, no mundo, há uma ideia dominante da cultura ocidental que é baseada na imposição de uma verdade absoluta, pautada na hierarquização, no poder e no controle do outro. (Maturana, 2000). Sendo assim, muitas culturas acabaram sendo marginalizadas e até mesmo extinguidas em detrimento de outras, que acabam refletindo diversos problemas na atualidade, como a presença do preconceito linguístico e da dificuldade de acesso à informação pela sociedade.

3.1 A trajetória da escrita na ciência

Nesta seção será apresentada uma breve síntese a respeito do processo histórico da escrita aplicada nas academias escolares, de modo que proporcione a compreensão dos tipos de barreiras enfrentadas na democratização das línguas na sociedade. É importante tal compreensão devido às raízes preconceituosas que se encontram presentes nos diversos cenários sociais, inclusive na ciência.

Diante desse panorama, é possível perceber, na atualidade, que a universidade está sob uma nova perspectiva social que, antes, não se tinha a preocupação de reflexões acerca dessa conjuntura. Hoje, o panorama se encontra mais complexo, pois por se tratar de instituições públicas inicia-se um compromisso com a sociedade que não pode ser dissociado, além do envolvimento docente que atuam na escola pública do país (Rosa, 2012).

A comunidade escolar e a sociedade de modo geral precisam caminhar juntos na construção do processo educacional em diferentes

vertentes, de modo que a função social da escola seja garantida. Não é interessante, para ambos, que as produções ocorram de modo isolado, pois muitas vezes a produção científica acontece de forma muito distante da comunidade, principalmente no que diz respeito à formalidade da língua portuguesa. Com isso, é necessário que se reflita acerca dessa realidade a fim de que esses dois sujeitos estejam cada vez mais próximo e assim fomentar com mais propriedade a pesquisa científica.

Morato (2014) revela que o processo de ensino da Língua Portuguesa (LP) sofreu significativas mudanças a partir da década de 1980, quando as ciências linguísticas, que envolve a sociolinguística, a linguística textual, a linguística, a psicolinguística, a análise do discurso, e outras áreas correlatas, passam a ser pensadas no contexto da língua materna. Esse fato fez insurgir novas concepções em relação ao uso da língua e da linguagem, assim como da oralidade e escrita, e também do discurso, assumindo uma nova configuração do objeto de estudo da LP, alterando processos que antes eram estáticos (Soares, 1999).

É necessário, desse modo, que os processos de ensino e aprendizagem assumam novas formas ao passar do tempo, visto que a malha social é viva, ou seja, se transforma. Logo, manter os processos de compreensões e aplicações da língua engessados, coloca em risco a manutenção e a existência de diferentes culturas que sobrevivem por meio, também, da oralidade. Em conclusão, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem sejam dinâmicos e adaptáveis às mudanças sociais e culturais. A língua é um elemento vivo e em constante transformação, e sua compreensão e aplicação devem refletir essa realidade. Ao reconhecer a importância da oralidade e da diversidade cultural, podemos promover uma educação mais inclusiva e contextualizada, que valorize a riqueza da experiência humana e preserve a identidade das diferentes culturas. Dessa forma, podemos garantir que a língua continue a ser um instrumento de comunicação eficaz e de expressão cultural, e não um obstáculo à diversidade e à criatividade.

Antes da mudança ocorrida nesse processo do ensino da língua portuguesa que foi apontado por Morato (2014), existia, na prática, uma metodologia de ensino que se dava primeiramente pela apropriação do sistema de escrita da língua – que se dá pela apreensão de unidades menores, como letra/sílaba/palavra – até que se aproprie de sistemas mais complexos como a interpretação dos significados, por exemplo. Isso não se faz mais necessário. Na contemporaneidade, entende-se que a criança não precisa apropriar-se dessa decodificação, mas aprender diante de um

processo ativo de vivências onde irá aprender na interação com a língua escrita (Rosa, 2012). Logo, Soares (1999) afirma que os “erros” agora não serão mais encarados como falhas, mas como parte do processo de construção da própria língua.

Essas novas concepções a respeito da aprendizagem da língua tornam possíveis novos entendimentos sobre a construção da língua, que agora se dá, também, pela interação entre sujeitos, e não mais aquele formato cristalizado. Esse raciocínio é defendido por Perfeito (2007, p. 827), que defende a ideia de que a linguagem deriva de um processo coletivo “entendê-la como um trabalho coletivo, levando em conta sua natureza sócio-histórica” Na verdade, destaca - se a sua natureza construída e compartilhada pela sociedade ao longo do tempo.

Evidencia-se, assim, que a coletividade, que compreende a diversidade e a individualidade de cada povo faz existir diante da interação entre seus sujeitos um processo próprio de construção de uma identidade escrita e oral, fruto de um processo histórico natural. Portanto, a malha social brasileira, que compreender uma vasta diversidade cultural, necessita ser compreendida enquanto construtores de ciência, quando se oportuniza essa aplicação de línguas distintas dentro do processo educacional científico.

Gatti (2000) ratifica o entendimento acerca das grandes mudanças ocorridas a partir da década de 1980 que, segundo ela, houve certo descrédito em relação à solução dos problemas da educação pública apenas por métodos técnicos, fato que fez com que, agora, a sociologia, a história, a linguística e a antropologia assumissem seus papéis frente a esse panorama. Ou seja, entende-se que o estudo do passado é não só importante, mas também necessário para que se compreenda o presente, dando espaço a metodologias denominadas multidimensionais, e não apenas às multi/transdisciplinares. Dessa forma, é possível construir uma educação mais contextualizada e significativa.

Com isso, fica claro que apenas a multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade não dariam conta do arcabouço da educação pública brasileira no que diz respeito aos seus entraves diante de toda complexidade envolta dessa área. Essa constatação serve para que se entenda a importância de refletir sobre novas possibilidades dentro da educação, que se atue para todos e não apenas de modo linear. Assim, o processo de construção do saber por meio da educação escolar se aproximará mais de seu fundamento maior que é garantir o acesso ao conhecimento. Ou seja, democratizar a escrita científica se faz necessário para que não apenas docentes e

comunidade escolar produzam e acessem essas construções, mas para além desses sujeitos, como a sociedade extramuros.

Em decorrência disso, os estudos passaram a visar a qualidade daquilo que está sendo analisado, e não apenas a quantidade, sendo denominados de estudos qualitativos, e isso engloba diferentes perspectivas sobre o sujeito, como métodos, técnicas e análises, estudos etnográficos, pesquisa participantes, pesquisa-ação, dentre outros (André, 2001). Essa variação na construção de novas possibilidades na pesquisa científica contribui com o fomento a estudos de análises linguísticas variadas, evidenciando a pluralidade linguística brasileira.

André (2001, p. 56) cita alguns questionamentos em seus estudos que oportunizam reflexões pertinentes quanto ao objetivo real de uma pesquisa científica, ou até mesmo os objetivos reais desta. A pesquisadora aponta questões como: “qual o propósito da pesquisa?” ou até mesmo “Para que ou para quem se devem produzir conhecimentos?”. Ela comenta, ainda, que se para alguns a pesquisa serve para a geração de conhecimentos, sejam eles gerais, organizados, válidos, transmissíveis, para outros a pesquisa busca questionamentos críticos e criativos, além de sua aplicabilidade e utilidade social. A pesquisadora enfatiza a importância da pesquisa para desvendar os complexos processos de ensino e aprendizagem. Ela também ressalta que a pesquisa pode contribuir para a construção de conhecimentos mais profundos sobre a realidade educacional. Além disso, dá ênfase que a pesquisa pode ser um instrumento para a transformação da prática educativa, tornando-a mais eficaz e contextualizada. A pesquisa, portanto, é essencial para a formação de professores críticos e reflexivos.

Nesse sentido, o ato de pesquisar deve ser pensado como um instrumento de valorização social, cujo parâmetro elementar norteador do estudo deve ser sua aplicabilidade social. Assim sendo, a escrita científica precisa assumir uma constância de aproximação com a sociedade, não apenas a científica, mas para além dela, de modo que a ciência se faça democraticamente, suscitando possibilidades além dos muros das escolas.

Corroborando a premissa de que a escrita científica deve estar próxima da sociedade, Oliveira Jr. (2015, p. 1) menciona que “Cientistas precisam se comunicar com a sociedade, o que se dá principalmente através de artigos científicos, e em alguns casos de divulgação”. O autor fundamenta sua teoria a respeito da importância dessa comunicação devido ao fato de a produção na educação ter como propósito a construção do

conhecimento para a sociedade, pois sem esse fundamento de nada serviria a produção científica.

Contudo, o autor prenuncia que diversos são os parâmetros que a escrita científica deve estar embasada, entre fatores como o propósito do estudo, a contextualização, as lacunas, a metodologia adotada, os resultados e discussão, as perspectivas, a conclusão e a linguagem adequada ao formato do estudo. Ou seja, utilizar de uma linguagem distante da linguagem utilizada pelo ente pesquisado, configura o não cumprimento dos requisitos apontados pelo autor, sendo importante se aproximar dessa linguagem para que o estudo tenha fundamento.

Sobre isso, no I Seminário que trouxe como tema “A escrita científica e a implicação política com a graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social” ofertado pela Programa de Pós-Graduação em Educação Interventiva e Social (PPGIES) do Departamento em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha, Bahia, a palestrante professora Dra. Miriam Barreto considerou “é necessário que ao escrever o pesquisador se preocupe com o que as expressões querem dizer, pensando no leitor e em como ele irá apreender aquilo lido, a fim de se aproximar cada vez mais do fundamento da escrita”. A palestrante enfatizou a importância de haver similaridade entre escrita e entendimento, pois não é apenas escrever, é dizer, é deixar a mensagem que se pretende na sociedade. É fundamental, entretanto, que o pesquisador considere a clareza e a precisão das expressões utilizadas em sua escrita, pensando no leitor e em como ele irá interpretar o texto. Isso permite que a mensagem seja transmitida de forma eficaz e que o leitor apreenda corretamente o conteúdo. A preocupação com a linguagem e a estrutura do texto é essencial para garantir que a escrita seja clara, concisa e acessível ao público-alvo.

Ainda sobre o viés de aproximação entre pesquisador e sociedade, Amorim e Araújo (2023, p. 36) afirmam, sobre as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que esse tipo de estudo faz “pensar fora de uma visão sectária e fragmentada acerca da produção de conhecimento”, enfatizando a necessidade de ruptura do pensar linear. O autor evidencia a importância das experiências em estágios como um exemplo de aproximação entre sujeito pesquisador e sociedade, sendo importante que ele imprima em sua escrita essas experiências, que rompem com o paradigma unilateral muito comum na escrita científica.

3.2 I Seminário: A escrita científica e a implicação política com a graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social

O I Seminário do PPGIES aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, no dia 28 de março de 2025 trouxe o tema “A escrita científica e a implicação política com a graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social” com a participação das palestrantes professora Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB) e a professora Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista (UNEB).

A sexta turma do mestrado em educação e intervenção social do PPGIES se fez presente no evento e teve a oportunidade de ouvir as experiências de duas grandes escritoras que possuem lugar de fala para tal tema, pois ambas relataram as dificuldades que encontraram na trajetória de suas vidas pessoal e científica em relação à compreensão da importância de existir uma conexão mais democrática entre a formalidade da escrita e o entendimento pela sociedade. Esse momento se fez necessário para que ouvíssemos das próprias autoras a realidade vivida por mulheres na escrita científica dentro dos espaços acadêmicos e fora dele.

Inicialmente, a professora Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (informação verbal)¹ relatou a respeito da importância de a escrita científica estar próxima da sociedade como um todo. A palestrante enfatizou, durante várias falas, as possibilidades de manter o rigor acadêmico exigido na escrita científica e o uso da língua de modo democrático, para que a educação se faça de modo efetivo, assim como se dá seu bojo central que é o de produzir e compartilhar o conhecimento.

Para que isso seja possível, Miriam lembra que não adianta a produção científica estar pautada em um formalismo exacerbado já que o estudo não se destina apenas a academia, mas também ao público leigo. Caso essa escrita se dê fora dessa perspectiva, teremos então um estudo que escreve, mas não diz. Ela foi enfática quando repetiu algumas vezes que as palavras precisam “dizer”. É necessário “dizer”, transmitir a mensagem aos reais interessados naquilo que se pauta em uma pesquisa.

Já a Prof^a Dra. Marize Damiana (informação verbal)² esteve presente como intermediadora do evento e que, em algumas de suas falas,

1 Informação fornecida por Miriam Barreto de Almeida Passos no I Seminário do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 28 de março de 2025.

2 Informação fornecida por Marize Damiana Moura Batista e Batista no I Seminário do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 28 de março de 2025.

trouxe à tona a importância da escola pública dentro da sociedade e sua função social. Para ela, “a escola é uma conquista social, feita pela e para a sociedade”, logo, não existe fazer ciência de modo que, em qualquer aspecto, esta se faça distante da sociedade na qual se insere.

Diante do momento descrito, a comunidade escolar presente nesta ação teve a oportunidade de buscar reflexões a partir das falas trazidas pelas palestrantes de modo que ela, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, levem para suas produções acadêmicas um olhar mais próximo da sociedade ao escrever ciência.

4 Considerações finais

O presente estudo elencou os principais entraves vividos pelas palestrantes em relação ao entendimento sobre a contínua reflexão e sua importância no fazer científico, já que o objetivo da ciência, hoje, se faz também pelo viés democrático do que foi denominado pela palestrante de “a importância do dizer, e não apenas do escrever”. Essa metodologia, que coloca em evidência a fala das próprias mulheres que viveram esse dilema, nos aproxima da realidade dramática apontada pelo tema deste trabalho, que trata da real compreensão por todos daquilo que está sendo produzido na escrita científica.

Logo, as trajetórias das pesquisadoras aqui elencadas são marcadas por diversos embates, dentre os quais se destaca a grande marca da necessidade de reflexões acerca da democracia na escrita científica, trazendo à tona, sempre, a necessidade de se fazer ciência pensando naquele que precisará entender esse processo. Esse, sem dúvidas, foi o principal motivo que fez concretizar no mundo um ideal supremacista de que apenas a formalidade vinda da Europa é a aceita pelas academias, colocando diversas culturas em situação de marginalização e subalternidade. Esse fato leva diferentes povos a enfrentarem diversos problemas sociais que repercutem até os dias contemporâneos em relação ao uso e a oportunidade de uso de sua língua em espaços historicamente marcados pela presença única de apenas um povo.

O espaço para uso de línguas diversas na ciência foi – e continua sendo – conquistado pouco a pouco, diante de muita resistência, em contrapartida a um sistema injusto e preconceituoso, visto que as diferentes vozes são usadas como uma forma de hierarquizá-las. Essa lógica faz submeter algumas culturas a um processo árduo de ascensão social.

As mulheres pesquisadoras desempenham um papel fundamental na produção de conhecimento e inovação, trazendo perspectivas e experiências únicas para a ciência. Sua presença é essencial para garantir que as pesquisas sejam mais inclusivas e representativas. Elas também contribuem para a identificação e solução de problemas específicos que afetam as mulheres e as comunidades. A diversidade de gênero na pesquisa enriquece o conhecimento e promove uma sociedade mais justa e equitativa. Isso resulta em avanços significativos para a humanidade.

Referências

AMORIM, Ivonete Barreto e ARAÚJO, Érica Santos. Mestrado profissional interdisciplinar: a relevância do projeto integrador na pesquisa colaborativa. In: Ivonete Barreto de Amorim, Rosuel Domingos Lima Pereira (org). **Educação, sociedade e intervenção: interconexões entre pesquisas** / – Salvador: EDUFBA, 2023. p 27-48.

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade**. Caderno de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Quêluz de Baixo: Editorial Presença, 2007, p. 23-68 [Introdução e Capítulos 1 e 2].

GATTI, Bernadete Angelina. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações socio-político-educacionais: uma perspectiva da contemporaneidade**. Campinas, 2000. Trabalho apresentado na III Conferência de Pesquisa Sociocultural.

MATURANA, Humberto. **Desfazendo nós: educação e autopoiese**. São Paulo: Editora Palas Athena, 2000.

MORATO, Edwiges Maria. Contribuições da neurolinguística para a linguística aplicada1-e vice-versa. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v.8, n. 10.1, p. 293-314, 2014.

PERFEITO, Alba Maria. **Concepções de linguagem, análise linguística e proposta de intervenção**. In: CLAPFL – I Congresso Latino-Americano de Professores de Línguas, 2007, Florianópolis. **Anais do I Congresso Latino-Americano de Professores de Línguas**. Florianópolis: EDUSC, 2007, p. 824-836. Disponível em : http://www.cce.ufsc.br/~clapfl/74_Alba_Maria_Perfeito.pdf. Acesso em 26 abr 2025.

ROSA, Douglas Corrêa da. **A produção de texto como prática social.** Anais do SIELP. Vol 2. N. 1, Uberlândia, MG, 2012.

SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACOUR, E. (org.) **A magia da linguagem.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999, p.49-73.

Capítulo 2

A ESCRITA CIENTÍFICA COMO COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES A PARTIR DO SEMINÁRIO DO PPGIES/UNEB

Aline Confessor Marques de Araújo
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
alyneconfessor@gmail.com

João Batista Vicente do Nascimento
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
jvnascimento@uneb.br

Rozimeire Soares de Oliveira Porto
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
rporto@uneb.br

RESUMO: A escrita científica constitui um instrumento fundamental na construção e disseminação do conhecimento, sendo tema central deste artigo, cuja elaboração decorre das reflexões promovidas pelo Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, realizado pelo PPGIES/UNEB. O objetivo é discutir sua relevância na formação de pesquisadores e no fortalecimento do saber acadêmico. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com aporte teórico de autores como André (2001), Oliveira Jr. (2015) e Soares (2011). A análise destaca que a escrita científica exige clareza, objetividade e rigor metodológico, sendo um ato ético e político. Conclui-se que, além de cumprir função técnica, ela representa um compromisso com a transformação social, demandando práticas formativas que estimulem a criticidade e o domínio textual por parte dos pesquisadores em formação.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita Científica. Importância. Conhecimento.

1 Introdução

Este estudo surgiu das inquietações ocasionadas pelas reflexões apresentadas pela Professora Dr^a Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB) e com a mediação da Professora Dr^a Marize Damiana Moura Batista e Batista (PPGIES-UNEB), durante o Seminário: “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, ocorrido no dia 28 de março de 2025, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – Campus XI, em Serrinha-BA. Evento este que foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). O trabalho apresentado teve como objetivo discutir a importância da escrita científica no processo de construção de conhecimento.

Neste contexto, consideramos a escrita científica como uma ferramenta indispensável na trajetória acadêmica, pois é por meio dela que se registra, sistematiza e compartilha o conhecimento produzido nos mais diversos campos de estudo. Possibilitando o diálogo entre pares, o avanço das investigações e a construção de uma base teórica sólida para novas descobertas. Nesse sentido, compreender a natureza da escrita acadêmica e seus fundamentos é essencial para garantir a qualidade das contribuições feitas à comunidade científica.

Além de representar um meio de comunicação institucionalizado entre pesquisadores, a escrita científica também expressa um posicionamento político diante das questões sociais e educacionais que atravessam a produção do conhecimento. Escrever cientificamente é, portanto, um ato de responsabilidade que exige do autor não apenas domínio técnico e metodológico, mas também consciência ética e compromisso com a transformação da realidade. A escrita torna-se, assim, um canal de intervenção que extrapola os muros da academia.

Para que a escrita atinja seu propósito se faz necessário uma formação acadêmica que possibilite ao pesquisador a habilidade de articular ideias com clareza, coerência e rigor, respeitando normas e critérios estabelecidos pela comunidade científica. No entanto, esse processo nem sempre é simples, principalmente para estudantes em formação, que enfrentam dificuldades relacionadas à organização textual, à argumentação e à

utilização da linguagem científica. É nesse contexto que eventos como o Seminário promovido pelo PPGIES/UNEB se revelam fundamentais, pois oferecem espaços de reflexão e aprendizado coletivo sobre as exigências e práticas da escrita científica.

A proposta deste artigo nasce, portanto, da necessidade de aprofundar a discussão sobre o papel da escrita científica na formação de pesquisadores e na consolidação do conhecimento. Ao refletirmos sobre os desafios e as potencialidades desse processo, pretendemos não apenas reforçar sua importância na vida acadêmica, mas também incentivar a valorização de práticas que promovam uma escrita crítica, ética e comprometida com as demandas sociais e educacionais contemporâneas.

2 Metodologia

Este artigo consiste em uma atividade interdisciplinar ocorrida a partir do Seminário: “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, do Departamento de Educação – Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O evento abordou uma temática relevante para todos da comunidade acadêmica, especialmente para aqueles que desejaram ampliar seus estudos a respeito da importância da escrita científica para o avanço do conhecimento. A palestra foi ministrada pela Professora Dr^a Miriam Barreto de Almeida Passos, que realizou uma enriquecedora exposição da temática, com sugestões de textos, e promoveu reflexões valiosas.

O artigo aqui apresentado teve com base as discussões apresentadas no Seminário, buscamos responder a seguinte questão: qual a importância da escrita científica no processo de desenvolvimento de um conhecimento científico? Tendo como objetivo, discutir sobre a importância da escrita científica no processo de desenvolvimento de um conhecimento científico. Para atingir este objetivo fundamentamo-nos nos seguintes autores: André (2001), Oliveira Jr. (2015), Rosa (2012), dentre outros, a fim de construir reflexões a respeito do tema Escrita Científica enquanto promotora da construção do conhecimento.

Para o prosseguimento deste artigo utilizamos como suporte metodológico a abordagem qualitativa, porquanto, de acordo com Minayo (2016), a pesquisa qualitativa busca compreender aspectos específicos da realidade que não podem ser expressos em números, concentrando-se em

dimensões que são próprias das ciências sociais e que exigem interpretação e compreensão profunda. Assim, pensamos que a temática “Escrita Científica” se torna fundamental, pois é por meio dela que o pesquisador expressa, organiza e comunica suas interpretações, análises e reflexões, de forma clara, rigorosa e fundamentada.

Situando a subjetividade, o contexto e seu significado como essenciais na produção e no compartilhamento de um conhecimento, a escrita científica se apresenta como principal meio de garantir que essa nuance seja compreendida por outros pesquisadores e pela comunidade acadêmica. Ela permite que o conhecimento produzido seja discutido, validado e incorporado ao corpo teórico das ciências sociais. Portanto, a escrita não é apenas uma forma de registrar resultados, mas parte integrante do próprio processo de construção do conhecimento.

A metodologia aplicada neste artigo tem inspiração na pesquisa bibliográfica, uma vez que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 44). Sua finalidade é proporcionar ao pesquisador momentos de construção de conhecimento a partir de leituras já elaboradas a respeito da temática em estudo.

Lakatos e Marconi (2003) destacam que a pesquisa bibliográfica não se limita a reproduzir o que já foi publicado sobre um determinado tema, mas permite analisá-lo a partir de uma nova ótica, possibilitando alcançar conclusões originais. Severino (2013) ressalta a importância dos bancos de dados digitais via internet para acesso e levantamento de fontes bibliográficas, com ênfase para o Portal da Capes e o Scientific Electronic Library Online (SciELO). Com isso, notamos que a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de qualquer investigação científica, porque possibilita ao pesquisador compreender os estudos já realizados a respeito da temática.

No tocante ao Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, as ações seguiram o planejamento estabelecido. Inicialmente houve a abertura com a apresentação de cordel do mestrando Messias, em seguida a Professora Dr^a Marize Damiana fez a apresentação da palestrante convidada e, assim, passou a palavra para a Professora Dr^a Miriam Barreto de Almeida Passos para iniciar a sua palestra. A Professora Dr^a Miriam fez a explanação da temática Escrita Científica e a implicação na política com a Pós-graduação. Suas contribuições oportunizaram reflexões importantes para construção deste texto acadêmico, destacando a necessidade de

leituras diversas seguidas de argumentação e reflexões para compreender o que foi exposto.

Após a exposição da palestrante, a Professora Dr^a Marize Damiana fez uma exposição resumida da temática a respeito das contribuições da palestrante, em sequência abriu-se espaço para as perguntas aos participantes do Seminário e na sequência finalizou o evento com a socialização de um café da manhã.

Assim, para a produção deste estudo foram realizadas leituras, participação no evento como ouvintes, acesso acadêmico, problematizados e discutidos previamente no âmbito do Programa com antecipação de textos. A seguir, apresentaremos as reflexões provenientes de nossas imersões nas leituras realizadas.

3 Desenvolvimento

Nesta seção, empreenderemos as discussões a respeito da concepção e das particularidades da escrita científica, bem como o rigor acadêmico e os desafios envolvidos na prática da redação de textos acadêmicos. Ao longo do percurso, exporemos o caminho que serviu de base para a reflexão sobre o cenário desta produção acadêmica.

3.1 Conceito e características da Escrita Científica

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define artigo científico como “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ABNT NBR 6022, 2003, p. 2). A escrita científica tem como principal objetivo comunicar, de forma clara e estruturada, os resultados de uma investigação. Ela registra os achados de pesquisas científicas realizadas de forma individual ou coletiva, em âmbito nacional ou internacional. Para que este registro aconteça é necessário que este conhecimento seja documentado por escrito, de modo que possa se perpetuar ao longo do tempo. Segundo Silva *et al.* (2012, p. 2),

O artigo científico é um relato analítico de informações atualizadas sobre um tema de interesse para determinada especificidade. É o resultado de um estudo desenvolvido através de uma pesquisa, podendo ser através de um projeto de Ensino, de Pesquisa ou de Extensão. Seu objetivo é divulgar os resultados de um estudo realizado procurando levar ao conhecimento do público interessado, as novas ideias e abordagens.

A redação de um artigo científico constitui um recurso relevante para pesquisadores e estudantes universitários, uma vez que representa um compromisso com a construção de teorias e descobertas. Conforme Oliveira Jr. (2015, p. 2201-1), “o artigo deve ser resultado de um trabalho de pesquisa sistemático, criteriosamente planejado para resolver problemas científico-tecnológicos que tragam avanços significativos ao campo de pesquisa”. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental que possibilita ao pesquisador expressar-se de forma clara e precisa, conferindo ao texto uma estrutura lógica e coerente. De acordo com Rosa (2012, p. 4), “a linguagem só se realiza na interação com o outro. Sem interação, obviamente, não há linguagem”. Assim, os indivíduos são construtores sociais através da interação verbal, ou seja, sem diálogo não há construção de conhecimento.

A escrita científica caracteriza-se por seu compromisso com a clareza, objetividade e precisão na comunicação de ideias, métodos e resultados obtidos por meio da pesquisa. Diferentemente de outros tipos de textos, a linguagem científica evita subjetividades, ambiguidade e ornamentações estilísticas, priorizando a impessoalidade, a lógica e a estrutura argumentativa baseada em evidências. Na concepção de Soares (2011, p. 5), “a linguagem científica deve ser clara, objetiva, correta, ética, observando as normas de elaboração e formatação, bem como o padrão culto da língua”. A exigência de clareza, objetividade e correção não se trata apenas de uma formalidade, mas de um compromisso ético com a construção e a disseminação do conhecimento. Quando um texto científico adota o padrão culto da língua e segue normas de formatação e elaboração, ele não apenas se torna mais acessível aos seus pares, como também reforça a credibilidade das ideias que apresenta.

Além disso, a linguagem científica, ao prezar pela ética, destaca a importância da honestidade intelectual, seja na citação de fontes, na apresentação de dados ou na argumentação. Assim, escrever cientificamente significa mais do que dominar uma técnica: é participar de uma comunidade que valoriza o rigor, o respeito e a responsabilidade social do saber.

O texto científico segue o rigor e, por isso, apresenta uma estrutura praticamente fixa. Para Oliveira Jr. (2015, p. 2201-1), “deve conter as seguintes seções: Título, Resumo, Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão, Conclusão, Agradecimentos e Referências, nessa ordem”. Existem outras variações, mas a estrutura principal é conservada.

Para montar a estrutura de um texto científico o pesquisador deve fazer diversas leituras e anotar como forma de registrar os aspectos mais significativos. É necessário ler bastante para escrever um bom texto, porém não se trata de leitura qualquer; a escrita exige ser feita de maneira organizada e cuidadosa, com maior atenção à estrutura do texto do que ao seu significado.

A linguagem científica é o modo de comunicação empregado para transmitir conhecimentos através da publicação de textos dirigidos à comunidade científica. Esta forma de escrita é exigida em produções acadêmicas, como teses, dissertações e artigos. Distingue-se por ser impessoal, ou seja, não deve conter juízos ou opiniões pessoais, e por apresentar uma argumentação que estimule a análise crítica.

3.2 O rigor acadêmico e os desafios na prática da escrita científica.

A escrita científica é uma das competências fundamentais no ambiente acadêmico, sendo essencial para a produção e a disseminação do conhecimento. No entanto, sua prática envolve uma série de exigências que vão além da simples organização de ideias, exigindo clareza, objetividade, precisão e, sobretudo, rigor metodológico. Esse rigor acadêmico, embora necessário para garantir a credibilidade e a validade dos trabalhos científicos, representa também um dos principais desafios enfrentados por estudantes e pesquisadores, especialmente aqueles em formação. As normas técnicas, as exigências de argumentação lógica e fundamentada, bem como a necessidade de constante revisão e aprimoramento textual, tornam o processo de escrita não apenas técnico, mas também complexo e, por vezes, exaustivo. Diante disso, propomos uma reflexão sobre como o rigor acadêmico influencia a prática da escrita científica e quais são os principais obstáculos enfrentados nesse processo, destacando a importância de estratégias pedagógicas e formativas que possam contribuir para a superação dessas dificuldades.

Dessa forma, recorreremos a uma consideração de Motta-Roth e Hendges (2010, p. 14) acerca das precauções indispensáveis no que tange à produção textual nessa área.

[...] na redação acadêmica, é importante atentar para alguns fatores que, por um lado, podem ajudar a delinear o formato e o conteúdo de nosso texto na fase de preparação para a escrita e, por outro, podem ajudar durante o processo de escrita e, mais tarde, na fase de revisão do texto.

As autoras enfatizam a relevância de uma definição clara do tema, de uma criteriosa escolha das fontes bibliográficas e de uma organização prévia do texto, elementos que, interligados, contribuirão significativamente durante o desenvolvimento da escrita. Ao destacarem pontos essenciais no percurso da elaboração acadêmica, sustentam a ideia de que determinados aspectos podem colaborar de forma decisiva na efetivação da redação científica.

As autoras assinalam que “a atividade de leitura alimenta a escrita, portanto devemos selecionar bibliografia relevante (em forma e conteúdo) sobre possíveis tópicos dentro da área de estudo” (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 14). É importante mencionar, ainda, a importância de se atentar à coesão entre as partes do texto. No desenvolvimento da escrita, diversos são os mecanismos linguísticos que podem ser empregados para garantir a articulação entre as ideias presentes no texto.

Durante o desenvolvimento da escrita acadêmica, a revisão de cada versão do trabalho é uma atividade de grande importância. Para a entrega final do texto, a identificação de trechos que necessitam de correções e/ou reestruturação é um requisito fundamental para assegurar a qualidade da produção. Nessa etapa da elaboração acadêmica, uma análise minuciosa pode solucionar diversos tipos de falhas, como: erros no uso da norma padrão da língua, construção inadequada de frases e/ou períodos, organização textual deficiente, entre outras situações nas quais o hábito da revisão pode agir de maneira eficiente, quando devidamente praticado.

O rigor acadêmico na escrita científica não se limita apenas à estrutura e à forma do texto, mas também abrange a ética na pesquisa e a responsabilidade na apresentação dos dados. O rigor na pesquisa está relacionado à postura e à responsabilidade do pesquisador diante do processo investigativo, e não à simples aplicação externa de métodos ou ao cumprimento mecânico de etapas previamente estabelecidas (Galeffi, 2009, p. 44).

A integridade acadêmica é um pilar fundamental que sustenta a credibilidade das publicações científicas. Plágio, manipulação de dados e falta de transparência nas metodologias utilizadas são questões que podem comprometer não apenas a reputação do autor, mas também a confiança da comunidade científica como um todo. Portanto, é imprescindível que os pesquisadores estejam cientes das implicações éticas de suas práticas de escrita e se comprometam a seguir os princípios de honestidade e rigor em suas produções.

Ademais, a escrita científica é um processo que demanda tempo e dedicação, e muitos estudantes enfrentam a pressão de prazos curtos e expectativas elevadas. Essa realidade pode levar à ansiedade e ao estresse, dificultando a capacidade de produzir textos de qualidade. Para mitigar esses desafios, é essencial que as instituições de ensino ofereçam suporte adequado, como oficinas de escrita, grupos de revisão entre pares e orientação individualizada. Essas iniciativas podem ajudar os alunos a desenvolver suas habilidades de escrita de forma mais eficaz, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e encorajador.

Em consonância com André (2001, p. 57), esse desafio fica ainda mais evidente:

Com experiência nesse tipo de pesquisa, percebo o quão difícil é conciliar os papéis de ator e de pesquisador, buscando o equilíbrio entre ação e a investigação, pois o risco de sucumbir ao fascínio da ação é sempre muito grande, deixando para o segundo plano a busca do rigor que qualquer tipo de pesquisa requer.

Por fim, a prática da escrita científica deve ser vista como um processo contínuo de aprendizado e aprimoramento. A reflexão crítica sobre o próprio trabalho, a busca por retorno construtivo e a disposição para revisar e reescrever são atitudes que podem enriquecer a experiência do pesquisador. Ao encarar a escrita não apenas como uma tarefa a ser cumprida, mas como uma oportunidade de crescimento intelectual, os acadêmicos podem superar os desafios impostos pelo rigor acadêmico e contribuir de maneira significativa para o avanço do conhecimento em suas áreas de atuação.

4 Considerações finais

A escrita científica, conforme discutido ao longo deste artigo, revela-se como um instrumento essencial para a construção e a disseminação do conhecimento no contexto acadêmico. As reflexões oriundas do Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, juntamente com os estudos teóricos e metodológicos abordados, permitiram compreender que a prática da escrita acadêmica extrapola a simples produção textual. Ela envolve um compromisso ético, político e formativo com o saber.

Ao considerar os desafios enfrentados por estudantes e pesquisadores na produção de textos científicos, constatamos a necessidade de desenvolver

práticas pedagógicas que favoreçam a formação crítica, a autonomia e a capacidade argumentativa. O rigor acadêmico, embora exija domínio técnico, não deve ser visto como um obstáculo intransponível, mas como um caminho que estimula a qualidade, a consistência e a legitimidade das produções científicas.

A partir da metodologia qualitativa e do suporte da pesquisa bibliográfica foi possível reafirmar a importância da escrita científica como mediadora entre a produção de conhecimento e seu uso social. A estrutura, a linguagem e os princípios que regem esse tipo de produção textual são fundamentais para que a ciência cumpra seu papel transformador.

Assim, esperamos que este estudo contribua para o fortalecimento das práticas de escrita científica, destacando sua relevância no processo formativo e na construção coletiva do conhecimento. Que este trabalho possa incentivar outros pesquisadores a refletirem sobre o papel social da ciência e o compromisso ético e político presente em cada palavra escrita.

Referências

- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 51-64, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TwVDtwynCDrc5VHvGG9hzDw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: Informação e documentação**: artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Disponível em: <https://posticsenasp.ufsc.br/files/2014/04/abntnabr6022.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- GALEFFI, Dante Augusto. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Âlamo. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/206/1/Um%20rigor%20outro.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 9-28.

MOTTA-ROTH, Desiree; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial: 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, Osvaldo N. A técnica da escrita científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 2201-1-2201-2, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/VsMNNbVGBzRkSwHQgKVF3cr/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ROSA, Douglas Correa da. A produção de texto como prática social. II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa – SIELP, Volume 2, Número 1. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_097.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/caaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso: 01 maio de 2025.

SILVA, Elane Ribeiro; COSTA, Letícia Melo da; SILVA, Maria Weilanny Pinheiro da; SOUZA, Ossinete Costa; GONÇALVES, Suellen Souza. Como escrever um artigo científico: orientações. Encontro regional de estudantes de biblioteconomia, documentação, ciência e gestão da informação - EREBD N/NE. **Anais...** Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17513/14296>. Acesso: 16 maio 2025.

SOARES, Maria do Carmo Silva. Manual de redação técnica e científica. São José dos Campos: INPE, 2011. Disponível em: http://mtc-m16d.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2011/12.1_2.1_1.52/doc/publicacao.pdf. Acesso: 13 abr. 2025.

ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS SOCIEDUCATIVOS: A IMPLICAÇÃO POLÍTICA DA PARA O USO SOCIAL NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Daiane dos Santos Ramos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
psidaianeramos@gmail.com

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
ctorres@uneb.br

RESUMO: O artigo aborda a prevenção do suicídio por meio de estratégias colaborativas de intervenção em contextos socioeducativos, articulando essa temática à implicação política da escrita científica voltada para o uso social. O objetivo é refletir sobre as potencialidades colaborativas de intervenção dos espaços educativos na promoção da saúde mental e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que contribuem para o risco de suicídio, sobretudo entre crianças, adolescentes e jovens. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, foi impulsionada pelas discussões do Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação”, realizado pelo PPGIES/UNEB. A metodologia envolveu a análise crítica de textos e autores relevantes ao tema. Conclui-se que a escrita científica pode configurar-se como prática política e ética, contribuindo para a democratização do conhecimento e para ações efetivas de prevenção e cuidado à vida em contextos coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Educação. Escrita científica.

1 Introdução

O presente artigo tem como origem as discussões promovidas durante o Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, realizado no dia 28 de março de 2025 pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI, situado na cidade de Serrinha, no Território do Sisal. A atividade foi vinculada à linha de pesquisa “Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária” do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), e contou com a mediação da Professora Dra. Mirian Barreto de Almeida Passos, que, por meio de textos, livros e sugestões complementares, instigou reflexões críticas sobre o papel político da escrita acadêmica.

O seminário configurou-se como um espaço fértil de reflexão coletiva acerca da função social da produção científica e dos desafios enfrentados pelas universidades. A discussão partiu da crítica às formas tradicionais de fazer ciência, muitas vezes orientadas por um rigor técnico desvinculado das realidades concretas vividas pelos sujeitos. Nesse processo, evidenciou-se a necessidade de uma escrita científica comprometida com os territórios, com as pessoas e com as demandas sociais. Rosa (2012) destaca que a universidade pública vive uma conjuntura complexa, marcada por exigências crescentes da sociedade, o que torna fundamental o fortalecimento de seu compromisso com a comunidade, sobretudo com os docentes da educação básica, por meio do estreitamento das relações entre a academia e a escola pública.

Assim, compreendeu-se a escrita acadêmica como uma prática ética e politicamente engajada com a transformação social. Nesse sentido, a produção científica em educação deve articular o compromisso social à busca por rigor e qualidade, compreendidos não apenas como aspectos técnicos, mas como dimensões fundamentais da construção de conhecimento significativo e comprometido, conforme ressalta Marli André (2001). Nesse contexto, a escrita acadêmica foi compreendida como prática ética e politicamente implicada com a transformação social.

Nesse sentido, a técnica da escrita científica foi também valorizada como meio de comunicação entre ciência e sociedade. Conforme aponta Oliveira Júnior (2015), essa comunicação ocorre, sobretudo, por meio da produção de artigos científicos e, em certos casos, da divulgação científica.

O autor ressalta que, embora a divulgação possa parecer mais acessível, ela demanda um equilíbrio delicado entre precisão conceitual e linguagem acessível, e que a escrita científica deve pautar-se em critérios rigorosos, análogos aos do método científico, garantindo que seus produtos sejam frutos de investigações sistemáticas e contribuam de fato para o avanço do conhecimento.

Diante das discussões tecidas no seminário e das leituras propostas, este artigo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a temática: “Prevenção do Suicídio: Estratégias Colaborativas de Intervenção em Contextos Socioeducativos e a Implicação Política da Escrita Científica para o Uso Social”. A proposta consiste em refletir sobre as potencialidades colaborativas de intervenção dos espaços educativos na promoção da saúde mental e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que contribuem para o risco de suicídio, sobretudo entre crianças, adolescentes e jovens, relacionando-as à escrita científica enquanto prática política voltada para a democratização do saber.

A escolha por abordar a prevenção do suicídio em contextos socioeducativos se justifica pela potência desses espaços na promoção da saúde mental, sobretudo entre crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Considerando que o suicídio está intrinsecamente ligado a fatores sociais, emocionais e estruturais, torna-se imprescindível pensar ações preventivas que transcendam o campo clínico individualizado, articulando coletivos, instituições educativas e políticas públicas. Além disso, discutir a escrita científica como prática socialmente implicada é fundamental para ampliar o acesso ao conhecimento e enfrentar desigualdades históricas que marcam as trajetórias de muitos sujeitos.

Assim, este trabalho busca contribuir tanto para o campo acadêmico quanto para a formulação de práticas interventivas voltadas à prevenção e à promoção da vida, fortalecendo a dimensão ética, crítica e transformadora do fazer científico, em consonância com uma pós-graduação comprometida com a realidade social e com a produção de saberes úteis e acessíveis.

2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, voltada à reflexão teórico-crítica sobre a prevenção do suicídio em contextos socioeducativos e a implicação política da escrita científica voltada para o uso social. Segundo Gil (2008), a pesquisa

bibliográfica tem como principal objetivo analisar e discutir contribuições teóricas já publicadas por diferentes autores, permitindo a sistematização de conhecimentos e o aprofundamento crítico sobre determinado tema. De acordo com Minayo (2010), a abordagem qualitativa é a mais adequada quando se busca compreender fenômenos complexos e subjetivos, considerando seus significados sociais, históricos e culturais.

A construção deste trabalho teve como ponto de partida as discussões realizadas no Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI, na cidade de Serrinha/BA, em 28 de março de 2025. O evento, que integrou as atividades do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), propiciou um espaço de escuta, diálogo e reflexão sobre a escrita científica como prática comprometida com transformações sociais, conduzido pela Professora Dra. Mirian Barreto de Almeida Passos.

Durante o seminário, os participantes tiveram acesso a um conjunto de textos e livros indicados previamente (Rosa, 2012; Oliveira Jr, 2015; Castro, Soares e Venas, 2024; André, 2001), além de recomendações adicionais compartilhadas ao longo da atividade. A exposição dialogada e interativa permitiu o aprofundamento de questões relacionadas ao rigor acadêmico e à produção do conhecimento como instrumento de transformação, sendo essa experiência prática um elemento metodológico que contribuiu significativamente para a delimitação do tema e dos objetivos deste artigo.

A partir das inquietações teóricas e práticas suscitadas no evento, realizou-se uma revisão de literatura com ênfase em autores que discutem a prevenção do suicídio como questão de saúde pública, o papel dos espaços socioeducativos na promoção da vida e a escrita científica como instrumento de intervenção social. Foram utilizados textos acadêmicos, livros, artigos científicos e documentos institucionais, priorizando produções atualizadas e relevantes ao campo de estudo.

O percurso metodológico, portanto, envolveu: (1) participação e sistematização das reflexões desenvolvidas no seminário; (2) seleção e análise de material bibliográfico pertinente à temática; (3) elaboração de uma discussão articulando os referenciais teóricos com os objetivos propostos. Essa abordagem possibilitou construir uma análise crítica e

comprometida com a produção de saberes que possam incidir na realidade social e contribuir com práticas colaborativas de prevenção ao suicídio em contextos educativos.

3 Desenvolvimento

3.1 O Suicídio como Questão de Saúde Pública

O suicídio constitui uma das principais causas de morte no mundo, sendo reconhecido como uma complexa questão de saúde pública que ultrapassa os limites individuais e demanda abordagens coletivas, intersetoriais e culturalmente sensíveis. De acordo com a World Health Organization (2023), mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano, sendo a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. No Brasil, dados do Ministério da Saúde reforçam a necessidade de ações integradas que contemplem não apenas a saúde, mas também a educação, a assistência social e os direitos humanos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), no Brasil houve registros do aumento de 11,8% de casos de suicídio em 2022, em relação a 2021. Cada suicídio não é uma tragédia individual, afeta profundamente não só a família, mas a comunidade inteira (World Health Organization, 2023).

Corroborando com esses achados o autor Botega (2023), ressalta em seus estudos que embora o suicídio se manifeste como uma ação individual, ele está inserido em um contexto relacional e interinstitucional mais amplo, envolvendo a família, os amigos, a escola, o trabalho, e até grupos religiosos. Cada caso repercute intensamente na vida de várias pessoas ao redor do indivíduo, gerando reações que, apesar de singulares, compartilham elementos comuns às experiências de perda e são fortemente influenciadas pelas representações sociais e pelas atitudes coletivas diante do suicídio (Botega, 2023). A grave situação do suicídio no Brasil, evidenciando que é um problema de saúde pública que afeta não apenas os indivíduos que tiram suas próprias vidas, mas também suas famílias e comunidades.

A compreensão do suicídio a partir da perspectiva sociológica proposta por Émile Durkheim (1897/2000) evidencia que esse fenômeno não pode ser explicado apenas por fatores individuais, sendo essencial considerar as dinâmicas sociais, as redes de apoio (ou sua ausência), e os processos de exclusão. Nesse sentido, o estigma relacionado ao sofrimento

psíquico e à ideação suicida é um obstáculo para o cuidado, pois silencia os sujeitos e dificulta o acesso a redes formais e informais de suporte (Bertolote, 2001).

Na perspectiva de Botega (2023), a prevenção do suicídio deve ser compreendida como um desafio coletivo que exige articulação entre diferentes setores da sociedade. Embora o ato suicida seja realizado individualmente, ele não ocorre de forma isolada, estando inserido em um tecido interinstitucional que envolve família, escola, amigos, ambientes de trabalho e espaços religiosos. A partir desse entendimento, o autor destaca que cada suicídio provoca impactos profundos em um círculo significativo de pessoas, estimando-se que entre cinco e dez indivíduos sejam diretamente afetados. As reações dessas pessoas, moldadas pelas representações sociais e culturais sobre o suicídio, reforçam a importância de estratégias de cuidado e prevenção sustentadas por políticas públicas integradas e sensíveis às dimensões psicossociais do sofrimento. Assim, Botega defende que a prevenção eficaz passa pelo fortalecimento das redes de apoio, da escuta qualificada e da educação em saúde, considerando o suicídio não como um problema apenas clínico, mas também social e político.

O entendimento do suicídio como uma questão de saúde pública amplia o campo da intervenção, permitindo articular estratégias preventivas no cotidiano das instituições, especialmente nos contextos socioeducativos, em que crianças, adolescentes e jovens convivem e constroem sentidos sobre a vida. Nesses espaços, o cuidado deve ser pensado de forma ampliada, não apenas como ausência de sofrimento, mas como presença de vínculos, escuta, acolhimento e promoção da vida.

3.2 Contextos Socioeducativos como Espaços de Cuidado e Prevenção

A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e formação cidadã, apresenta-se também como território estratégico para a promoção da saúde e da vida. Quando compreendida para além da lógica do ensino tradicional, ela pode tornar-se um espaço de escuta, acolhimento e construção coletiva de sentidos, especialmente no que diz respeito à saúde mental e à prevenção do sofrimento psíquico. Nessa perspectiva, Freire (1987) propõe uma educação dialógica e libertadora, que reconhece os sujeitos como protagonistas do seu processo formativo, capazes de transformar a realidade por meio da reflexão crítica e da ação consciente.

“Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (Freire, 1987, p. 47). A escola, assim, deve romper com práticas autoritárias e excludentes, abrindo-se ao diálogo com as experiências, os afetos e as necessidades dos estudantes.

Nesse movimento, a escola pode ser ressignificada como um espaço de produção de cultura e de transformação social, onde os sujeitos não apenas aprendem conteúdos, mas constroem sentidos, desenvolvem vínculos e encontram caminhos possíveis de enfrentamento das suas dores. Assim, a educação torna-se uma prática vital na promoção da saúde mental, à medida que favorece o protagonismo, a escuta e o pertencimento, elementos fundamentais para a prevenção do sofrimento psíquico e a valorização da vida.

A educação, portanto, deve possibilitar a vivência de experiências significativas que promovam a autonomia, a escuta e a participação ativa dos sujeitos. É nesse sentido que Paulo Freire traz uma concepção profunda sobre a capacidade humana de transformar o mundo. Segundo o autor:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1967 p. 43).

Portanto, Freire destaca a potência do ser humano como sujeito histórico, capaz de imprimir sentidos à realidade e produzir transformações a partir de sua vivência e consciência crítica. Para ele, o homem não apenas habita o mundo, mas o constitui e o reinventa em um processo contínuo de interação com os outros e com a cultura. Essa compreensão é fundamental para o campo educativo, especialmente em contextos que envolvem o cuidado com a saúde mental, pois valoriza o protagonismo, a escuta e a capacidade criadora de cada sujeito.

Freire enfatiza que essa relação entre o homem, o mundo e os outros homens são essencialmente dialógicos e desafiadores, o que impede

a estagnação cultural ou social (Freire, 1967). Assim, as épocas históricas não são dadas, mas conformadas pelas escolhas humanas e é justamente pela prática consciente de criar, recriar e decidir que o homem deve se engajar em sua construção, assumindo seu papel político e transformador na história. Nesse processo, a escola pode se tornar um espaço vivo de reconstrução de narrativas, enfrentamento das dores e afirmação da vida, reafirmando seu papel político e social na construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

Nesse mesmo sentido, Boff (2014) ressalta a importância do cuidado como atitude ética e política, destacando que cuidar é mais do que um gesto técnico é um modo de estar no mundo com sensibilidade e compromisso com o outro. No contexto escolar, isso implica criar ambientes afetivos, inclusivos e humanizados, onde a escuta e o vínculo sejam valorizados como práticas de saúde.

Complementarmente, Sá (2020) e Pereira et al., (2023) contribuem com a noção de cuidado integral e em rede, defendendo práticas intersetoriais que promovam o diálogo entre a educação, a saúde e a assistência social, a fim de fortalecer a corresponsabilidade no enfrentamento do sofrimento psíquico entre crianças, adolescentes e jovens. Merhy (1999) trouxe grandes contribuições para essa questão ao abordar o cuidado em saúde, discutindo os tensionamentos dentro da lógica da produção de atos de saúde como procedimentos e a produção dos atos de saúde para o gerenciamento do cuidado e as intervenções mais abrangentes.

Essas abordagens apontam para uma concepção ampliada de saúde, na qual o bem-estar subjetivo e relacional é tão importante quanto o físico, reforçando a importância da escola como espaço vivo de prevenção e promoção da vida.

4 Resultados e discussão

A análise dos dados obtidos ao longo do estudo revela que a compreensão do suicídio como uma questão de saúde pública precisa ser ampliada para além de uma abordagem exclusivamente biomédica. Conforme apontam a World Health Organization (2023) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), os números crescentes de suicídio entre jovens brasileiros evidenciam a urgência de estratégias de cuidado mais eficazes, integradas e sensíveis às realidades sociais e culturais dos sujeitos. Essa visão é reforçada por Botega (2023), que destaca o caráter

relacional do suicídio e seus desdobramentos em múltiplos âmbitos da vida social, afetando diretamente núcleos familiares, escolares e comunitários.

A partir dessa perspectiva, os dados obtidos indicam que os contextos socioeducativos são espaços privilegiados para a construção de ações preventivas, pois concentram populações vulneráveis e oferecem possibilidades concretas de fortalecimento dos vínculos, da escuta e do acolhimento. A escola, portanto, emerge como território estratégico de intervenção. Quando compreendida para além do ensino tradicional, e vista como um espaço de convivência e construção coletiva de sentidos, ela pode atuar de forma decisiva na prevenção do sofrimento psíquico e na promoção da saúde mental.

A abordagem freiriana, discutida ao longo da fundamentação teórica, sustenta que a educação deve ser um processo dialógico e libertador, no qual os sujeitos sejam reconhecidos como protagonistas de sua história (Freire, 1987, 1967). Os dados apontam que práticas educativas pautadas na escuta, na participação e na valorização das vivências dos estudantes produzem efeitos positivos na forma como crianças e adolescentes lidam com suas emoções, seus conflitos e seus projetos de vida. Essa escuta ativa e sensível, defendida também por Boff (2014), implica um cuidado ético e político, que considera o outro em sua totalidade, e que se materializa em ações educativas comprometidas com a dignidade e com a valorização da vida.

Além disso, foi possível identificar que a atuação intersetorial entre escola, saúde e assistência social é um elemento-chave para fortalecer a rede de apoio aos estudantes. Conforme proposto por Sá (2020) e Pereira et al. (2023), práticas em rede são mais eficazes para lidar com as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico, pois permitem intervenções mais completas, contínuas e contextualizadas. Os resultados revelam que instituições escolares que mantêm diálogo com outros setores conseguem oferecer suporte mais efetivo aos estudantes em sofrimento, rompendo com o isolamento institucional e promovendo uma cultura de cuidado coletivo.

Outro achado relevante está na forma como os discursos e práticas escolares ainda podem reproduzir estigmas em relação ao sofrimento mental, silenciando os sujeitos e dificultando o acesso ao cuidado. A teoria sociológica de Durkheim (1897/2000) sustenta que o suicídio está profundamente imbricado nas estruturas sociais, sendo necessário considerar os vínculos, a coesão e a integração social como fatores

fundamentais na sua compreensão e prevenção. Dessa forma, a ausência de redes de apoio, o isolamento, a exclusão e a estigmatização são fatores que aumentam a vulnerabilidade dos jovens ao sofrimento psíquico.

Assim, os resultados indicam que promover a vida no ambiente escolar envolve mais do que oferecer atendimento psicológico ou campanhas pontuais sobre saúde mental. Trata-se de uma construção contínua de uma cultura institucional baseada no respeito, na escuta, na valorização das diferenças e no fortalecimento dos vínculos. Essa cultura exige educadores sensíveis, políticas públicas comprometidas e espaços de formação permanente que permitam à escola cumprir seu papel social de forma plena.

Portanto, discutir o suicídio no contexto escolar implica reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e culturais, como destaca Paulo Freire, capazes de criar e recriar sentidos sobre a vida, o sofrimento e a esperança. O desafio, então, é transformar a escola em um espaço em que esses sentidos possam emergir com liberdade, acolhimento e cuidado.

5 Conclusão

A presente pesquisa evidenciou que o suicídio, embora se manifeste como um ato individual, deve ser compreendido como uma complexa questão de saúde pública atravessada por múltiplas dimensões sociais, políticas, culturais e institucionais. Os dados analisados reforçam a importância de abordagens intersetoriais e coletivas que considerem o sofrimento psíquico não apenas como uma questão clínica, mas também como expressão de experiências de exclusão, silenciamento e ausência de vínculos.

Nesse sentido, os contextos socioeducativos, em sua diversidade de formas e espaços, revelam-se estratégicos para a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio. Quando estruturados como ambientes de escuta, acolhimento e construção coletiva de sentidos, esses espaços podem desempenhar um papel significativo na valorização da vida e no fortalecimento de vínculos sociais.

A articulação entre educação, saúde, cultura, assistência social e outros setores é fundamental para o desenvolvimento de redes de apoio integradas e sensíveis às realidades dos sujeitos. Essa abordagem amplia as possibilidades de intervenção, reconhecendo o potencial dos espaços

socioeducativos na formação de vínculos, no acolhimento das singularidades e na criação de sentidos para a vida.

Assim, conclui-se que a prevenção do suicídio em contextos socioeducativos demanda mais do que ações pontuais: exige um compromisso ético, político e coletivo com a escuta, o pertencimento e o cuidado. Promover a vida passa por cultivar relações significativas, fomentar o protagonismo e garantir o direito de todos os sujeitos a serem escutados, acolhidos e reconhecidos em sua dignidade.

Referências

AMORIM, Marianna de Francisco. Atenção voltada à crise de crianças e adolescentes: noções e práticas. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BOETEGA, Neury José. Crise suicida: avaliação e manejo. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BOFF, Leonardo. O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. No sentido da vida. Atualidade Teológica, v. 24, n. 65, 2012.

CONTE, Marta et al. Programa de prevenção ao suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 2017-2026, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 17. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Bárbara de Brito. “Socialmente”: a educação social como ferramenta de desenvolvimento de literacia em saúde mental dos adolescentes. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MERHY, Emerson Elias. O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde? Campinas: DMPS/FCM/UNICAMP, maio 1999.

MOTA, Clariana de Carvalho et al. Estudo sobre os vínculos familiares e comunitários de pessoas em situação de vulnerabilidade social. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Osvaldo N. A técnica da escrita científica. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 37, n. 2, 2201, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11173720001>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PEREIRA DA SILVA, Gabriela et al. Práticas intersetoriais entre residentes multiprofissionais em saúde da família e o Centro de Referência de Assistência Social. Revista Brasileira de Ciências em Saúde, v. 3, n. 1, p. 63-69, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/rebracisa/article/view/3698>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PRUDENTE, Jéssica; AMADOR, Fernanda Spanier. O trabalho em saúde como risco: problematizações entre o querer morrer e a lógica da prevenção ao suicídio. Revista de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SÁ, Maria Rita Carvalho de. Promoção da saúde e ações intersetoriais: foco no Programa Saúde na Escola. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 3, p. e00001620, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00001620>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SANTOS, Susanne Oliveira dos et al. Uma análise fenomenológica-hermenêutica dos impactos das políticas públicas de prevenção ao suicídio na experiência de luto dos sobreviventes. 2024.

SILVA, Silvia Ferreira Mendes da. Paulo Freire: a educação como caminho para a transformação social. Revista QualyAcademics, v. 2, n. 4, p. 38-42, 2024. ISSN: 2965-9760. DOI: <https://doi.org/10.59283/unisv.v2n4.003>.

ROSA, Douglas Corrêa da. A produção de texto como prática social. Anais do SIELP, v. 2, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758.

VENTURELA, Patrícia D'Avila. Prevenção do suicídio: um relato da

capacitação dos voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV) no município de Porto Alegre. 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Suicide. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 20 dez. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA CIENTÍFICA: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGIES) – Campus XI
emersonalmeidatj@gmail.com

Adriano Dantas Reis Santana

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGIES) – Campus XI
adriano_professor7@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a importância da escrita científica na formação de pesquisadores, com foco nos desafios enfrentados na pós-graduação. A partir do seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, discutem-se as práticas pedagógicas voltadas ao aprimoramento da escrita acadêmica, destacando seu papel na construção do pensamento crítico e no avanço do conhecimento. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica, análise de dissertações do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e contribuições do seminário. As principais conclusões indicam que, embora haja progressos, persistem desafios relacionados à integração da escrita científica no percurso acadêmico e à reflexão crítica sobre o papel do autor na produção científica.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita científica. Pós-graduação. Letramento acadêmico.

1 Introdução

O presente artigo é oriundo de discussões provocadas no Seminário “*A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social*”, realizado através do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), com apoio do grupo de pesquisa em Educação, Políticas

Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), no dia 28 de março de 2025, no âmbito do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha/BA. Para esse momento foi convidada, na condição de palestrante, a Prof.^a Dr.^a Miriam Barreto de Almeida Passos, e na condição de mediadora, a Prof.^a Dr.^a Marize Damiana Moura Batista e Batista (UNEB).

O tem abordado no Seminário reflete a importância da escrita científica e sua relação com a formação acadêmica, destacando a relevância do rigor acadêmico e da ética na produção científica. Além disso, discutiu-se o papel da escrita não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um processo reflexivo que contribui para o avanço do conhecimento e para a transformação social.

A partir dessas discussões, este artigo visa analisar a produção científica e os desafios enfrentados por pesquisadores em sua formação, especialmente no contexto da pós-graduação. O objetivo central é destacar a importância da escrita científica na construção do pensamento crítico, assim como a necessidade de práticas pedagógicas que promovam o aprimoramento da escrita acadêmica.

Utilizamos uma metodologia essencialmente bibliográfica, com inspiração no Estado do Conhecimento sobre a escrita científica e sua integração ao processo formativo na pós-graduação. Além disso, a pesquisa foi enriquecida com as contribuições do seminário, no qual diversas práticas pedagógicas foram discutidas, fornecendo uma base teórica e prática sobre o tema. Com isso, a análise não só procurou compilar o conhecimento existente sobre a escrita científica, mas também refletir sobre as lacunas e os desafios atuais nesse campo, onde apontamos que, embora haja avanços significativos nas práticas pedagógicas voltadas para a escrita acadêmica, ainda persistem desafios que dificultam uma integração mais eficaz da escrita científica ao processo de formação dos pesquisadores.

2 Metodologia

A pesquisa bibliográfica foi a principal estratégia metodológica adotada nesta produção. Este tipo de pesquisa é definido por Lakatos e Marconi (2017, p. 41) como “um levantamento sistemático e ordenado de informações publicadas sobre o tema a ser investigado, com o objetivo de oferecer ao pesquisador uma visão abrangente e crítica da produção acadêmica existente.” Essa pesquisa foi complementada pela análise das

discussões e reflexões apresentadas no seminário, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB. A palestra da Prof.^a Dr.^a Miriam Barreto de Almeida Passos teve caráter expositivo-dialógico, promovendo a troca de ideias e reflexões entre os participantes e a palestrante, o que contribuiu para enriquecer a análise sobre a escrita científica no contexto acadêmico.

Neste estudo também foi aplicada uma metodologia inspirada na abordagem de Estado do Conhecimento, conforme proposta por Morosini (2014), que permite o levantamento, organização e análise das produções acadêmicas sobre um tema específico. Essa abordagem foi utilizada para compreender o cenário da escrita científica na pós-graduação, a partir de dissertações acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que foi escolhido por sua relevância e abrangência.

A pesquisa permitiu identificar os principais estudos que discutem a escrita acadêmica como uma prática reflexiva, crítica e formativa no contexto da pós-graduação. Assim, a metodologia adotada neste estudo envolveu a combinação de pesquisa bibliográfica e análise das contribuições do seminário, com foco nas práticas e desafios da escrita científica e suas implicações para o avanço do conhecimento na pós-graduação.

2.1 A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: análise sobre um seminário apresentado na região sisaleira

Escrever é transportar-se para o papel, seja ele físico ou digital, o texto identifica o autor, bem como o autor é reconhecido pelo texto. O texto é um objeto de comunicação entre seus interlocutores. O autor necessita ter claro o que ele vai comunicar e a quem está comunicando. Como ressalta Koch e Elias (2010, p. 13) “todo texto é resultado de uma coprodução entre interlocutores”. No caso da escrita científica, é um componente fundamental da comunicação acadêmica.

Neste contexto, a formação de pesquisadores e a propagação de ideias é totalmente influenciada pela escrita científica. Como afirma Oliveira Jr (2015, p. 2201) “Cientistas precisam se comunicar com a sociedade... ao mesmo tempo que precisa manter a precisão da informação e o texto acessível a um público não especializado”. É através da escrita científica que acadêmicos podem compartilhar seus resultados e ideias e promoverem avanço do conhecimento e colaboração mútua.

Escrever cientificamente, não é escrever de qualquer maneira, sem regras, sem rigor, e sem uma finalidade. Sobre isto, Antunes (2007) nos auxilia ressaltando que:

[...] os conhecimentos dos recursos de textualização são importantes, além do conhecimento do mundo, é necessário que conheçamos as muitas regras que especificam o que devemos fazer para organizar um texto, para lhe dar uma sequência, para lhe atribuir uma continuidade e uma progressão, para lhe conferir algum tipo de sentido e coerência (Antunes, 2007, p. 58).

O texto científico deve ser oferecido ao público de forma que haja compreensão das ideias e pensamentos dos autores sobre o tema que se escolheu para fazer a pesquisa, para isso faz-se necessário na escrita duas características muito importantes para que a argumentação seja lógica e eficiente: a coerência e a coesão. A coerência é responsável pelo sentido e a coesão que ele seja percebido como um todo coeso.

Este ponto de vista é corroborado por Dolz, Cagnon e Decândio (2010) que afirmam:

O texto é uma unidade coerente, isto é, um todo que faz sentido na situação. A coerência resulta de um julgamento geral para o conjunto do texto em relação à tarefa pedida ou à pertinência da situação. Ele é considerado coerente em função de sua adaptação à situação de comunicação, do efeito que suscita, de sua origem argumentativa e da presença de um fio condutor que lhe da coesão e unidade (Dolz; Gagnon; Decândio, 2010, p. 25).

A escrita científica precisa respeitar algumas características: ser formal, ter rigor acadêmico, produção visando uso social, respeito às fontes, e busca pela ética em todos os procedimentos adotados. Ao pesquisador é necessária uma postura crítica, de questionamento, de busca para encontrar o resultado esperado. Sobre esse aspecto, o educador Paulo Freire (2009, p. 2) pontua que: “Uma atitude de adentramento com a qual se vá alcançando a razão de ser dos fatos cada vez mais lucidamente ... estudar, pesquisar, são tarefas que exigem do sujeito disposição”.

Existe uma fonte nutrente que alimenta o ato de escrever: a leitura. A leitura de fontes diversificadas sobre o mesmo tema contribui para uma compreensão maior e abre novas possibilidades para enxergar o problema a ser pesquisado de diferentes perspectivas. Falando sobre isso, Motta-Roth e Hendges (2010) dizem que ao lermos algumas publicações, descobrimos uma área que precisa de estudos mais profundos, pois os problemas relativos a essa área, ainda não foram totalmente investigados

ou resolvidos. Essa seleção de autores deve levar em conta a importância dos autores na área pesquisada e a qualidade da fonte de onde são retirados os textos escolhidos.

A escrita científica é um produto das leituras, dos referenciais, das análises, de estudos que produziram nos investigadores uma inquietação, uma busca ávida por esclarecer ou mitigar determinados obstáculos encontrados na vida social, profissional ou acadêmica. A íntima ligação entre a leitura e a escrita é reforçada nas palavras de Machado (2005, p.10) ao dizer que “ler e escrever são duas práticas, estreitamente articuladas entre si. E a melhor forma de ensinar-aprender uma prática é ... praticar”.

Segundo Motta-Roth e Hendges (2010) a redação acadêmica demanda que tenhamos uma imagem precisa de nosso público-alvo, o qual, provavelmente, conhece o assunto e lerá o texto em busca de informação nova e trabalhos consistentes. Assim, um critério muito importante na elaboração da escrita científica para que os objetivos traçados possam ser concretizados, é reconhecer a quem o estudo está sendo direcionado, afinal é esse público que vai avaliar o sucesso ou não do trabalho.

O texto científico destaca-se por apresentar algumas características que lhe conferem credibilidade e confiabilidade. Segundo Oliveira Jr. (2015, p. 2202) “quanto ao texto propriamente dito, deve-se buscar concisão e precisão na informação. Precisão é essencial... A busca por concisão deve ser incansável”.

Assim, com base no autor Oliveira (2007) o texto acadêmico necessita de explicação - expor o assunto tendo em vista as respostas às seguintes questões: o que é, para que serve; clareza – nunca perder de vista o sentido apropriado das palavras; inteireza da informação – o tratamento completo, coerente; imparcialidade – é essencial dizer como, onde e quando conseguiu os dados apresentados; ordenação lógica - contribui para a coerência do conteúdo textual; acuidade – verificar com cuidado o que se está fazendo, redobrar a atenção antes de concluir uma pesquisa.

De acordo com a professora da Universidade do Estado da Bahia- UNEB- Dr.^a Miriam Barreto de Almeida Passos, no seminário proferido no Campus XI, cidade de Serrinha – Bahia, intitulado “*A Escrita Científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social*”, três coisas são fundamentais e não mudam na escrita científica: boa leitura, rigor na escrita e a ética. Destacou ainda que a excelência para a produção do texto acadêmico é um ciclo que envolve base, leitura, análise e prática (Passos, 2025). Para atingir a excelência, portanto, faz-se necessário

o conhecimento da língua materna, a leitura mais diversificada possível que trata do mesmo tema sem esquecer a qualidade e relevância dos autores naquela área, reflexão e registro dos principais pontos coletados.

Ainda, no seminário supracitado, a palestrante discutiu que a internet trouxe consigo a possibilidade de uma exposição cada vez maior a uma diversidade de informações e de produtos que chegam a todos promovendo mudança de comportamento. Em muitas áreas do conhecimento humano. A escrita científica também foi impactada por essa transformação devido ao acesso fácil à informação e por uma comunicação muito mais ágil entre os atores responsáveis pela elaboração das pesquisas, especialmente em como essa escrita é produzida e divulgada. Ferramentas e sistemas digitais oferecem acesso quase que instantâneo a uma quantidade gigantesca de artigos científicos, teses, dissertações ampliando o conhecimento e democratizando as possibilidades de pesquisa (Passos, 2025).

Não há dúvida de que a internet auxilia de forma muito relevante para a popularização da ciência, permitindo que descobertas científicas sejam compartilhadas com o público, através de sites especializados nas determinadas áreas, produzindo uma maior aproximação entre sociedade e academia. De acordo com as pesquisadoras Droescher e Silva (2014, p. 177):

a Internet proporciona uma maior interação entre os indivíduos, permitindo que a criação, publicação, distribuição e uso das produções científicas aconteçam de forma integrada, simultânea e independente de espaço físico, aproximando assim, autores, produtores e consumidores, ampliando as possibilidades de produção científica.

Vale ressaltar que ao mesmo tempo que a internet trouxe uma facilidade enorme de acesso às informações, vieram juntos alguns desafios ligados à ética na formação dos pesquisadores. Com tanta informação à disposição e ferramentas digitais que produzem textos por meio da Inteligência Artificial (AI), é muito “convidativo” usá-las na elaboração de seus escritos e substituir a prática de estudos e pesquisas por “algo já pronto e acabado” feito por uma tecnologia.

Não se deve esquecer também de uma prática muito nociva aos escritos acadêmicos que é o plágio, “o copia e cola”, a forma de apresentar ideias ou estudos sem identificar as fontes com o intuito de se apropriar dos mesmos. Recorrendo a Motta-Roth e Hendges (2010) é importantíssimo postular que navegar pela internet exige respeito, transparência e veracidade das informações recolhidas, das citações, dos recortes, das imagens, não deixando de mencionar a autoria do texto. A escrita científica preza pela integridade acadêmica, por isso é necessário investir na formação ética

dos escritores/pesquisadores e em ferramentas que detectem possíveis similaridades para coibir ou inibir esse tipo de prática prejudicial ao bom comportamento científico. Aos pesquisadores, cabe usar eticamente e criticamente tais ferramentas garantindo credibilidade e confiabilidade aos seus escritos.

Essa discussão é necessária porque a elaboração de um escrito científico tem objetivos, alvos e sobretudo uma finalidade social. Esse texto é uma colaboração que visa reconhecer, diminuir ou solucionar um determinado problema trazendo benefícios para o público que é o alvo da pesquisa. Para Zabalza (2004, p. 9) “a produção da escrita científica para o uso social acende o debate em torno dos problemas investigados, pelo (a) pesquisador (a), colaborando com a criação de produtos e gerando mudanças no entorno social”. Ou seja, se o estudo não servir para uma mudança de atitude, de consciência, de rumo, será apenas um amontoado de palavras sem um significado concreto.

Podemos resgatar o mesmo enfoque social expresso por Passos (2025) no seminário, analisando que a escrita científica possibilita questionar um tema e buscar alternativas para a produção de benefícios; do mesmo modo como serviços destinados ao público alvo pesquisado; esses serviços servem como resposta(s) à investigação. A resolução de problemas que afetam a sociedade tem uma forte aliada na escrita científica. A exposição da escrita em forma de pesquisa ou outro trabalho acadêmico; o debate gerado pelas informações trazidas, sejam elas novas ou corrigindo antigas; as formas de resoluções apresentadas permitindo assimilação de novos conceitos; os caminhos oferecidos para se chegar a um resultado desejado, possibilitam a construção de um ambiente em que a conscientização do tema, talvez seja, a principal vitória do escritor/pesquisador.

Dessa forma, a escrita científica demonstra importância e relevância tanto social quanto prática, pois contribui definitivamente para mudança de atitude e implementação de novas práticas que visam solucionar ou pelo menos mitigar danos causados a um determinado grupo ou a sociedade como um todo.

2.2 A escrita científica em programas de pós-graduação: o Estado do Conhecimento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

A seleção de textos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com inspiração no Estado do Conhecimento, permitiu uma compreensão

detalhada do cenário da escrita científica no contexto da pós-graduação. Os trabalhos selecionados para esta pesquisa abordam diversas questões relacionadas à escrita acadêmica, que perpassa entre a formação de pesquisadores e as práticas de letramento acadêmico. A análise desses estudos possibilitou perceber a evolução das abordagens sobre o tema e destacar as principais tendências e lacunas nas produções acadêmicas.

Para selecionar os textos, acessamos o site oficial do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e fizemos a busca utilizando os descritores “escrita científica” e “pesquisadores”. A pesquisa apresentou 43 resultados, mas devido ao grande volume de produções, foi preciso refinar a pesquisa. Optamos por selecionar somente dissertações em nível de mestrado, e desta vez, a pesquisa retornou 23 trabalhos. Alguns trabalhos, apesar de citarem os descritores que utilizamos em alguma parte de seus textos, não apresentavam relação próxima com o objetivo deste estudo, portanto, em último refinamento, realizamos uma análise nos títulos das dissertações e seus resumos, o que possibilitou relacionar os textos que subsidiaram esta discussão, os quais estão relacionados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Estado do Conhecimento

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	TIPO/INSTITUIÇÃO
Letramento acadêmico na pós-graduação: oficinas de práticas acadêmicas	GENOVEZE, Eliana Cassia.	2022	Dissertação Mestrado em Educação (UNICID)
Escrita na universidade: um estudo etnográfico acerca dos desafios do fazer científico de estudantes no ensino superior	SILVEIRA, Leticia.	2021	Dissertação Mestrado em Linguística (UFSCar)
A importância da escrita científica na formação de pesquisadores	SANTOS, Natan Wellington Kreuz	2019	Dissertação Mestrado em Desen. Rural Sustentável (UNIOESTE)
A produção do conhecimento na leitura e na escrita na formação de professores em curso de pós-graduação stricto sensu.	KRETZMANN, Caroline.	2008	Dissertação Mestrado em Educação (PUC-PR)

Fonte: elaborado pelos autores conforme dados recolhidos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2025)

A dissertação de Genoveze (2022), “*Letramento acadêmico na pós-graduação: oficinas de práticas acadêmicas*” propôs identificar a percepção de

mestrandos e doutorandos participantes de oficinas de escrita acadêmica ofertadas por uma universidade privada da grande São Paulo, de modo a discutir sobre algumas das práticas de letramento na pós-graduação e sua relação com as dificuldades dos estudantes neste processo. O estudo destaca-se por abordar práticas pedagógicas específicas para o desenvolvimento da escrita científica em ambientes acadêmicos, principalmente por meio de oficinas e espaços formativos, que visaram fortalecer a competência de escrita dos mestrandos e doutorandos em educação.

Em uma linha semelhante, Silveira (2021), em sua dissertação *“Escrita na universidade: um estudo etnográfico acerca dos desafios do fazer científico de estudantes no ensino superior”*, realiza uma análise etnográfica que revela os obstáculos enfrentados pelos estudantes da graduação e da pós-graduação ao escrever para a academia, a fim de compreender as relações dos estudantes com as práticas de leitura e escrita no contexto acadêmico. A autora explora como as instituições de ensino superior lidam com os desafios do processo de escrita acadêmica, evidenciando, além de dificuldades individuais, a necessidade de práticas institucionalizadas que promovam o desenvolvimento da escrita científica.

A pesquisa de Santos (2019), *“Análise de escrita científica na formação de pesquisadores”*, oferece uma visão crítica sobre a relação entre a formação teórica e prática dos pesquisadores na área de Desenvolvimento Rural Sustentável. O estudo de Santos propõe que a escrita científica não seja apenas uma habilidade técnica, mas também um processo de construção contínua que envolve a reflexão crítica e o diálogo com as tradições acadêmicas, demonstrando assim, a necessidade de se propor atividades voltadas à redação científica nos cursos de graduação e pós-graduação.

Por outro lado, a dissertação de Caroline Kretzmann (2008), *“A produção do conhecimento na leitura e na escrita na formação de professores em curso de pós-graduação stricto sensu”*, traz uma análise sobre a formação dos professores da pós-graduação, focando na produção de conhecimento a partir da leitura e da escrita. O trabalho de Kretzmann é importante, pois conecta a escrita acadêmica com a formação de docentes e sua capacidade de formar novos pesquisadores, ao passo que constatou que as principais dificuldades apontadas pelos pós-graduandos ao produzirem conhecimento por meio da escrita da dissertação são a necessidade de leitura constante e a dificuldade de escrita dos gêneros acadêmicos/científicos, bem como a inabilidade para pesquisar cientificamente.

Ao observar essas dissertações, é possível identificar uma evolução nas abordagens sobre a escrita científica, que transita de uma perspectiva mais técnica e instrumental para uma compreensão mais ampla da escrita como prática reflexiva e formativa. No entanto, também se percebe que, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados no que diz respeito ao apoio institucional, à formação dos discentes e ao reconhecimento da escrita acadêmica como uma habilidade central no processo de formação de pesquisadores, para a consolidação do pensamento crítico e a contribuição para o avanço do conhecimento na área científica.

Observando os estudos de Genoveze (2022) e Silveira (2021), nota-se uma crescente valorização das práticas pedagógicas voltadas para o letramento acadêmico. Ambos os trabalhos ressaltam a importância de oferecer aos mestrandos ferramentas para o aprimoramento contínuo da escrita, com enfoque nas práticas formativas que vão além do simples aprendizado técnico, permitindo que os pesquisadores se sintam mais confiantes em suas produções científicas.

Além disso, os estudos de Santos (2019) e Kretzmann (2008) reforçam a ideia de que a escrita científica deve ser considerada como parte integrante da formação do pesquisador. A escrita não é apenas uma habilidade técnica, mas um reflexo do processo cognitivo e do engajamento com o campo de estudo. A formação de pesquisadores deve incluir, portanto, a valorização da escrita como um meio para a construção de conhecimento crítico e original. Este ponto é crucial, pois muitas vezes a escrita é vista apenas como uma tarefa técnica e desprovida de reflexão sobre o papel do autor na produção científica.

Ao analisar as dissertações como um todo, observa-se que, embora haja um aumento na conscientização sobre a importância da escrita científica, ainda existem lacunas significativas na formação de pesquisadores, posto que para esta formação há a necessidade da crítica, da leitura reflexiva e do desenvolvimento de uma perspectiva própria sobre o campo de estudo.

3 Considerações finais

Este estudo abordou a importância da escrita científica na formação de pesquisadores, com ênfase nos desafios enfrentados durante a pós-graduação, especialmente em relação ao aprimoramento das práticas de escrita acadêmica. A partir das discussões do seminário “A escrita científica e

a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, bem como da análise das dissertações presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foi possível evidenciar que a escrita científica vai além de uma simples técnica, sendo fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e a promoção do conhecimento socialmente relevante.

A pesquisa revelou que, embora haja avanços nas práticas pedagógicas voltadas ao letramento acadêmico, ainda persistem desafios consideráveis, como a carência de políticas institucionais que integrem a escrita científica de forma mais sistemática ao longo do percurso acadêmico. Além disso, a escrita é frequentemente vista de maneira técnica, sem a devida reflexão sobre seu papel no desenvolvimento do autor e na transformação social.

A combinação de uma pesquisa bibliográfica e as contribuições do seminário mostrou que a escrita científica deve ser considerada uma prática reflexiva, crítica e formativa. Nesse contexto, a valorização da ética, do rigor acadêmico e da clareza na comunicação se destacam como pilares essenciais para a produção de textos que não apenas avancem o conhecimento científico, mas também contribuam para mudanças significativas no ambiente social, a escrita científica, nesse sentido, não deve ser apenas uma habilidade técnica, mas também um instrumento de transformação, crítica e diálogo com a sociedade.

Referências

DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNDIO, Fabrício.

Produção escrita e dificuldades de aprendizagem. [Tradução de Fabrício Decândio e Ana Raquel Machado]. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna Lucia da. O pesquisador e a produção científica. **Revista Perspectivas em Ciências da Informação**, v.19, n.1, p. 10-189, 2014.

FREIRE, Paulo. **Considerações em torno do ato de estudar.** 2009.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/228/Considera%C3%A7%C3%B5es%20em%20torno%20do%20ato%20de%20estudar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de abril de 2025.

GENOVEZE, Eliana Cassia. **Letramento acadêmico na pós-graduação: oficinas de práticas acadêmicas.** 2022. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13384862#. Acesso em 14 abr 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (2017). **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2010.

KRETZMANN, Caroline. **A produção do conhecimento na leitura e na escrita na formação de professores em curso de pós-graduação stricto sensu**. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1144. Acesso em 14 abr 2025.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliana; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOROSINI, M. C. (2014). **Estado do conhecimento: conceitos, abordagens e métodos**. Porto Alegre: Artmed.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA Jr., Osvaldo N. A técnica da escrita científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Carlos, v.37, n. 2, p. 2201-2202, 2015.

PASSOS, Miriam Barreto de Almeida. Apresentação em slides no I seminário: **“A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”**, realizado na Universidade do Estado da Bahia- Campus XI. Serrinha-Ba, 28 mar. 2025.

SANTOS, Natan Wellington Kreuz dos. **Análise de escrita científica na formação de pesquisadores**. 2019. 47 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4605>. Acesso em 14 abr 2025.

SILVEIRA, Letícia. **Escrita na universidade: um estudo etnográfico acerca dos desafios do fazer científico de estudantes no ensino superior**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/14688>. Acesso em 14 abr 2025.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Capítulo 5

CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA: A ESCRITA CIENTÍFICA COMO CAMINHO PARA A INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL

Eva Cristina do Carmo Araújo
E-mail: evacristina2110@gmail.com

Tainara da Silva Ferreira
E-mail: thaysilva296@gmail.com

Vanessa da Rocha Silva Reis
E-mail: nessarreis9@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares
E-mail: mtsoares@uneb.br

RESUMO: Este texto é uma atividade oriunda da participação como mestrandas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e objetiva entrelaçar as discussões oriundas do seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, realizado em 28 de abril de 2025, com o conhecimento acerca das concepções de deficiência e suas interfaces com a intervenção educativa e social. Com metodologia de cunho bibliográfico e a partir das informações decorrentes do seminário, além de um levantamento na obra Caderno de Resumos publicado, anualmente, pelo programa, foi possível conferir valor ao mestrado profissional como ambiente de grande relevância e inovações acerca das concepções e práticas para/com pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita científica. Inclusão. Deficiência.

1 Introdução

Este artigo é resultado das discussões ocorridas durante a realização da atividade promovida pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus* XI, Serrinha-BA, em 28 de abril de 2025. O seminário teve como temática “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social” e foi conduzido pela profa. Dra. Miriam Barreto (UNEB), com mediação da profa. Dra. Marize Damiana Moura Batista e apoio do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), do qual também fazem parte as autoras do presente texto.

A partir das reflexões provocadas pela palestrante e dos debates gerados na ocasião, foi possível compreender que a produção científica voltada para o uso social, vai além do meio acadêmico e contribui, efetivamente, para mudanças na sociedade. Dessa forma, entende-se a importância da produção científica não ficar restrita às instituições de origem dos estudos, mas contribuir precisamente na resolução e/ou minimização de problemas e transformação social.

Considerando a relevância de aproximar a produção científica das demandas sociais, este artigo tem como objetivo entrelaçar as discussões oriundas do seminário com o conhecimento acerca das concepções de deficiência e suas interfaces com a intervenção educativa e social. Tal análise decorre de nossa: I. trajetória acadêmica e profissional no campo da inclusão de estudantes com deficiência; II. inserção como mestrandas do PPGIES e III. dos olhares elaborados a partir das subjetividades e do conteúdo apresentado pela palestrante durante a atividade.

Para fundamentar essas reflexões, esta escrita, do ponto de vista metodológico, baseia-se na pesquisa de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico. Segundo Pádua (2000), tal pesquisa visa colocar o pesquisador em contato com referências bibliográficas já disponíveis sobre o tema de estudo. Além disso, fundamenta-se na escuta e registros advindos do seminário.

Com o intuito de facilitar a compreensão e a organização das ideias apresentadas, além desta seção introdutória na qual menciona-se a metodologia e objetivos do estudo, este texto está estruturado em outras três seções. Na segunda seção intitulada “Registros sobre a pesquisa científica e suas interfaces com a intervenção educativa e social: primeiras

aproximações” discutimos a relevância da temática sob a abordagem central para o PPGIES, a saber a intervenção educativa e social. Em seguida, na seção “Produções teóricas sobre pesquisas de intervenção e concepções de deficiência oriundas dos Livros de Resumo do PPGIES” apresentamos um levantamento realizado tomando por base, a obra *Livros de Resumo* do PPGIES publicados desde o ano de 2019 até 2024. Com base nas discussões, elaboramos as Considerações Finais do estudo, a fim de ampliá-lo em futuras produções.

2 Registros sobre a pesquisa científica e suas interfaces com a intervenção educativa e social: primeiras aproximações

Como apresentado desde a introdução deste texto, esta seção objetiva sintetizar as principais contribuições advindas do Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, bem como suas interlocuções com a intervenção educativa e social. Desse modo, iniciamos descrevendo as contribuições teóricas da atividade em apreço.

Durante a palestra, a professora Miriam Barreto destacou autores de grande relevância para a reflexão e compreensão no tocante ao rigor na pesquisa científica. A linguista Maria da Graça Costa Val (1999) enfatiza a semântica como unidade básica de um texto. Assim, o texto acadêmico deve ser coeso, coerente e bem estruturado, respeitando os princípios da linguagem formal e científica.

Quanto ao rigor metodológico, outros autores foram igualmente mencionados como referência. Marli André (2005) aborda a importância da qualidade da pesquisa acadêmica, bem como da consistência e confiabilidade dos dados obtidos e discutidos. Ademais, a autora destaca a observância rigorosa de determinados critérios, haja vista a produção científica ser um dos principais caminhos de transformação social, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele.

Outro autor citado foi Jorge Leite de Oliveira (2007) ao tratar das múltiplas dimensões da pesquisa acadêmica. O autor destaca a necessidade de seguir procedimentos técnicos e metodológicos bem definidos, respeitando as normas e exigências próprias da escrita científica, de modo a garantir a objetividade, a compreensão e o rigor do texto produzido.

Para a escrita acadêmica é fundamental haver de forma contínua, a prática da leitura e da escrita, com a seleção criteriosa de referências relevantes

para a pesquisa. Assim é possível identificar os problemas e/ou questões pertinentes à área com suas respectivas demandas de aprofundamento. Diante dessa investigação, é igualmente essencial construir uma imagem precisa e distinta do público-alvo, cujo desenvolvimento da pesquisa ocorra de forma coerente e objetiva.

Ainda sob a perspectiva de enriquecimento ao debate, Umberto Eco (2008) em sua obra “Como se faz uma tese” apresenta regras fundamentais para a escolha de um tema de pesquisa. Dentre essas regras, uma de grande relevância é a da escolha do tema conforme interesse do pesquisador. Quando há envolvimento com o objeto de estudo, estabelece-se uma relação de aproximação e inquietação, motivando uma busca por transformação e por impacto efetivo dentro do contexto social de inserção do pesquisador.

As reflexões e contribuições apresentadas pela professora permitiram estabelecer diálogos com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do PPGIES. Tais produções demonstram significativa relevância social, especialmente por estarem inseridas em um Mestrado Profissional voltado à intervenção educativa, cujo propósito é promover melhorias concretas na realidade das comunidades envolvidas.

Com base na abordagem realizada, também foi possível observar a escrita científica como método de comunicação técnica, formal e culta, com o objetivo de transmitir resultados de pesquisa e estudos científicos. Esta escrita mantém a precisão da informação e ao mesmo tempo torna o texto acessível a um público.

Como relatou a palestrante, a profa. Miriam, a escrita científica deve obedecer alguns critérios, como descrito no método científico, a fim de apresentar contribuições relevantes para o leitor. A escrita científica, portanto, apresenta diversas características em relação à linguagem, devendo ser evidente, objetiva e precisa. Ou seja, de fácil entendimento, pois, o leitor precisa compreender seu conteúdo, deve transmitir seriedade da discussão do assunto e apresentação dos resultados encontrados por meio de investigações, utilizando de uma linguagem apropriada para o conhecimento do leitor, indo direto ao ponto proposto na pesquisa.

Intimamente ligada ao avanço do conhecimento, a escrita divulga descobertas, pesquisas e, conseqüentemente, permite acesso a novos conhecimentos a diferentes públicos. Para tanto, é importante seguir regras e convenções pré-estabelecidas para publicar um artigo científico. Algo muito importante sobre a escrita científica é o apoio no reconhecimento

de informações e evitar interpretações equivocadas, pois deve apresentar a veracidade dessas informações.

Outra característica da escrita científica relaciona-se a forma de organização, com uma linha de argumentação desde a introdução até a conclusão. Ao iniciar uma pesquisa, o primeiro passo, após o problema ser escolhido, é decidir com transparência o(s) seu(s) objetivo(s), e averiguar se a escolha da metodologia e da análise vai favorecer o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa.

Sobre a estrutura de uma escrita científica, a palestrante destacou a necessidade de seguir uma estrutura básica com elementos obrigatórios, como título, resumo, introdução, materiais e métodos, resultados, discussão, conclusão e referências. Nesse sentido, a escrita do texto científico é resultado de um estudo do qual subjaz a pesquisa sistemática, criteriosamente planejada com o objetivo de resolver um determinado(s) problema(s) científico(s) tecnológico(s). De sua sistematização resultam avanços significativos para o campo de pesquisa. Para atingir tal objetivo, na investigação, são essenciais o conhecimento da literatura e o domínio da metodologia apropriada.

A professora também destacou a importância e a necessidade de revisão do texto escrito. Segundo suas contribuições, é preciso revisar e editar o texto várias vezes, pois, sempre encontraremos um novo olhar do material já escrito, possibilitando contribuições vindouras.

Reiteradamente, na escrita científica, o texto parte de um determinado problema, e para encontrar os possíveis resultados, é preciso fazer um estudo de literaturas. Nessa escrita as ideias precisam estar articuladas, apresentando conceitos e argumentos, levando em consideração os tempos verbais utilizados, ter relação entre o sujeito e verbo e atenção ao uso de adjetivos. Ainda sobre o tema abordado no seminário, a palestrante destaca a importância de utilizar os padrões das normas definidas Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e American Psychological Association (APA).

A pesquisa científica busca transformações na sociedade a partir de determinado problema encontrado e diante disso, a escrita do texto científico, segundo a profa. Miriam é sustentada por 3 pilares: boa leitura, rigor na escrita e ética. Quando se fala da boa leitura, está relacionada às bibliografias escolhidas para o estudo. É preciso uma articulação do texto a ser produzido com literaturas já feitas na área investigada. Buscar por publicações como teses, dissertações, artigos e outros sobre

a mesma temática, sem esquecer de mencionar a autoria do texto. Ou seja, o pesquisador precisa ter uma postura crítica na investigação, saber se posicionar, não apresentar opiniões nem julgamentos sobre os resultados encontrados.

A leitura e escrita são duas práticas articuladas, nas quais o texto apresenta propriedades como unidade semântica, coerência e coesão. Diante disso, a escrita precisa ser pensada, deve ter estrutura básica, utilizar o tempo verbal adequado e precisa dominar o discurso escrito que se pretende transmitir, além de seguir uma estrutura lógica e utilizar a língua padrão da maneira mais transparente e precisa possível.

A ética na escrita científica é muito importante, diante de um movimento com os colaboradores da pesquisa. Desse modo, precisa ter cuidados, na escrita das socialização dos resultados, para assim, evitar situações de constrangimento, ou causar humilhação, bem como outras situações de exposição dos participantes. Além disso, a ética não só preserva os direitos dos colaboradores participantes da pesquisa, mas também é uma forma de preservação do pesquisador.

Adensando as contribuições e com base nas reflexões suscitadas pela profa. Miriam Barreto, alguns questionamentos foram anunciados em forma de provocação, dentre os quais podemos citar: como pensar a produção para o uso social? Qual o papel da escrita científica neste contexto? Quais os fatores necessários considerados, na escrita científica, para o uso social?

Nessa perspectiva fazer pesquisa para o uso social é entender como essa produção pode e deve ir além dos muros acadêmicos e conversar/dialogar com os problemas sociais, buscando soluções para determinado problema e não apenas analisando-o.

Nesse contexto, outros fatores são necessários na escrita científica para uso social, como: relevância da temática, objetividade e simplicidade, participação da comunidade, aplicabilidade, compromisso ético e político e busca por soluções, como falado durante o seminário. Além disso, Oliveira Jr (2001, p. 1) apresenta a escrita científica como resultado de:

[...] um trabalho de pesquisa sistemático, criteriosamente planejado para resolver problemas científico-tecnológicos que trazem avanços significativos ao campo de pesquisa. O conhecimento da literatura e o domínio da metodologia apropriada são essenciais para atingir tal objetivo.

Sob essa perspectiva, a produção científica com objetivo social precisa ter intencionalidade com as necessidades da sociedade. Isso possibilita intervenções e diálogos com realidades e necessidades. A pesquisa científica não se limita à produção de conhecimento teórico, mas tem como objetivo gerar impactos concretos no contexto de inserção.

As discussões evocadas na atividade permitiram salientar a relevância de mestrados profissionais por esses programas partirem de problemas concretos, muitas vezes vivenciados pelo próprio pesquisador, com a busca de soluções práticas e aplicáveis, ampliando o potencial transformador da pesquisa no cotidiano das instituições e da sociedade como um todo.

Com base no exposto, ponderamos sobre os estudos científicos contribuírem significativamente para a inclusão da pessoa com deficiência, pois transmitem informações seguras sobre concepção de deficiência e vêm contribuir na quebra de barreiras e auxílio na superação de estigmas existentes na sociedade responsáveis pela exclusão desses sujeitos.

Fazendo um paralelo do volume de informações atuais, para o tempo passado, podemos perceber a gigantesca mudança no campo da ciência e na sociedade sobre a pessoa com deficiência, pois, foi possível compreender o quanto a escrita científica favoreceu a consolidação de um sólido campo teórico sobre condições para/na inclusão desse público. A escrita científica contextualizada com a temática da pessoa com deficiência, portanto, têm contribuído para a formação cidadã desses sujeitos e garantia da equidade, potencializando para uma educação mais comprometida para a inclusão e transformações na sociedade.

Tendo em vista as reflexões da presente seção, despertou o nosso olhar a possibilidade de investigar as produções teóricas advindas do PPGIES, mais especificamente da produção Livros de Resumos e suas interlocuções com as concepções de deficiência como faremos no seguimento.

3 Produções teóricas sobre pesquisas de intervenção e concepções de deficiência oriundas dos Livros de Resumos/Artigos do PPGIES

Na produção desta seção foi realizado um levantamento das publicações dos Cadernos de Resumos produzidos pelo PPGIES como resultado de eventos acadêmicos realizados no programa entre os anos de 2019 a 2024. O período escolhido foi definido em função de abranger todas as publicações existentes desde o ano de implantação do curso, 2019

até os dias atuais. A análise objetivou a busca por produções teóricas sobre a pesquisa de intervenção e concepções de deficiência, a partir da busca do descritor de deficiência.

Com lançamento em 2020, a obra “Coletânea de Resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar” (Vitorino; Soares, 2019) dos 36 resumos publicados, um estudo menciona a deficiência e destacam-na como uma produção social a partir das contribuições decorrentes do I Colóquio Interdisciplinar Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade. Para a autora, com base nas falas da palestrante, professora Elizangela Catarino, “a mera inserção do estudante com deficiência no contexto da escola regular não é suficiente para incluí-lo, afinal faz-se necessário, além das condições de acesso, acompanhar seu desenvolvimento e participação nos processos de aprendizagem” (Alves, 2020, p. 15).

Já em 2021 o PPGIES realizou o “1º Webseminário - Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade” ministrado pelas professoras Dra. Telma Regina Batista Nascimento e Dra. Marcia Torres Neri Soares. Com temática específica sobre a inclusão, o número de estudos apresentados foi bastante significativo. Dos 61 textos localizados no total, identificamos 11 estudos relacionados ao tema da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade (Coelho; Carneiro, 2021). Os 11 textos convergem para a deficiência como uma produção social e a relevância de superar concepções médicas e/ou patologizantes do ser.

Foi realizado um levantamento na “Coletânea de resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar”, publicado no ano de 2022, organizado por Patrícia Júlia Souza Coelho e César Costa Vitorino, usando o descritor: deficiência para localizar os capítulos sobre inclusão, localizamos 3 estudos de um total de 71 textos. Os textos versam sobre a vulnerabilidade de pessoas com deficiência, de exclusão e não reconhecimento de seus direitos. Abordam a importância de políticas públicas de inclusão e convergem sobre a necessidade de efetivar ações mais contundentes na/para construção de condições de acesso e equidade de serviços em quaisquer espaços sociais.

No ano de 2023, fizemos o levantamento no “Caderno de artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar”, organizado pelas professoras Marize Batista e Selma Castro. Dos 40 artigos, identificamos apenas três trabalhos sobre nossa temática, com o foco no uso das tecnologias, o Desenho Universal - ambientes pensados para todas as

pessoas, sem a necessidade de adaptações - ratificando a concepção da deficiência como uma produção social, pois este é “[...] um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (Diniz, 2007, p. 09).

A partir desse entendimento, os estudos apresentados nos materiais analisados incidem sobre os modos como lidamos com especificidades de pessoas em situação de vulnerabilidade. No caso específico do ambiente escolar,

o lugar ocupado pelos estudantes com deficiência evidencia modos de participação e exclusão escolar rebatendo nos modos como o currículo escolar é organizado e, especialmente, na forma como lidamos com as necessidades desses estudantes, se possibilitamos, ou não, seu acesso, participação e desenvolvimento acadêmico. (Magalhães e Soares, 2016, p. 328).

Entendemos, então, a organização curricular como determinante para entender possibilidades de participação no espaço escolar. Outro aspecto observado é um relativo silenciamento às condições de inclusão ou o apagamento das diferenças.

No caderno de resumos de 2024, intitulado: Um produto à luz da contribuição interdisciplinar, organizado pelos docentes Everton Carneiro e César Vitorino. Encontramos, da totalidade de 34 textos, dois artigos em diálogo com a temática proposta. Diante das discussões apresentadas nos textos, observamos de maneira direta e objetiva sobre a escrita científica e a sua implicação no processo de consolidação da inclusão de pessoas com deficiência dentro do contexto social.

Mediante os 20 trabalhos analisados conforme temática abordada, verificamos ainda serem necessários investimentos, políticas públicas, igualdade de acesso e a criação de programas para formação de profissionais e atuação na garantia de direitos das pessoas com deficiência.

4 Conclusões

Com base nas discussões apresentadas foi possível ratificar a importância da temática, concepções de deficiência na perspectiva da educação inclusiva, no contexto de um programa de pós-graduação profissional. Tendo como mote a produção científica, tema do seminário, consideramos a relevância das produções apresentadas, afinal convergem

para o entendimento necessário sobre a deficiência como uma produção social e a elaboração de pesquisas comprometidas com essa concepção.

Com o foco na intervenção educativa e social, bem como nas trajetórias acadêmicas das autoras e suas respectivas inserções no PPGIES, acreditamos serem relevantes as ponderações sobre a produção acadêmica, sobretudo, com a escrita científica e o decorrente cuidado na realização de intervenções e elaboração e socialização dos produtos.

A metodologia utilizada para/na construção deste texto, de caráter bibliográfico, apresentou-se como adequada, afinal o levantamento realizado evidenciou características de produções concernentes à discussão teórica da deficiência e de seu entendimento como uma produção social.

Isso também endossa a opção teórica dos palestrantes participantes das atividades e o modo como é possível inserir a temática da inclusão de pessoas com deficiência no campo da formação, em nível *stricto sensu*, de diferentes profissionais. A problemática anunciada, também, confere valor ao mestrado profissional como ambiente de grande relevância e inovações acerca das concepções e práticas para/com pessoas com deficiência (Silva; Santos; Torres, 2023).

As produções localizadas nos Livros de Resumos do PPGIES indicam possibilidades futuras para ampliação do tema, afinal é possível identificar como a temática é considerada em outros programas, bem como suas bifurcações sob a forma de produtos e/ou intervenções realizadas.

Acreditamos na relevância desta produção e consideramos uma boa forma de visibilizar os esforços e trabalhos de turmas anteriores do PPGIES, assim como de aprofundar a temática em outras produções.

Referências

ALVES, Izabel Cristina Lima Dias. Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade. In: VITORINO, César Costa; SOARES, Marcia Torres Neri. (Orgs.). **Coletânea de Resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TwVDtwynCDrc5VHvGG9hzDw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e; CASTRO, Selma

Barros Daltro de. (Orgs.). **Caderno de artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar** [recurso e C122 eletrônico] - 1.ed. – Curitiba: Editorial Casa, 2023. v.2, 480p.

CARNEIRO, Everton Nery; VITORINO, César Costa. (Orgs.) **Caderno de artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar** [recurso eletrônico] -1.ed.- Santo Ângelo: Editora Metrics, 2024. v. 3, 456p.

COELHO, Patrícia Júlia Souza. CARNEIRO, Everton Nery. (Orgs.) **Coletânea de resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar** [recurso eletrônico. 1.ed. - Curitiba: Editorial Casa, 2021. v.3, 316p.

COELHO, Patrícia Júlia Souza; VITORINO, César Costa. (Orgs.) **Coletânea de resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar**. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324.).

ECO, Umberto, 1932- . **Como se faz uma tese: em Ciências Humanas**; Prefácio de Hamilton Costa; tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão – Ed. Presença, Portugal, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Marcia Torres Neri. Participação e exclusão no currículo escolar: a deficiência como marca definidora das (in)capacidades dos estudantes. Piracicaba: **Comunicações**. v. 23 n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/2935/1839>. Acesso em: 15 abr. 2025.

OLIVEIRA JR Osvaldo N. **As Linguagens do Conhecimento**. Editora Cubo, São Carlos, 2014.

SILVA, Leilany M. Brizolara, SANTOS, Thaiana Ferreira dos, SOARES, Marcia Torres Neri. Construindo pontes entre Proteção da Propriedade Intelectual e Inclusão: Desafios e Oportunidades. In: **Caderno de Artigos: Um produto à luz da contribuição interdisciplinar**. Curitiba: Editorial Casa, 2023.

VITORINO, César Costa; SOARES, Marcia Torres Neri. (Orgs.)

Coletânea de Resumos: um produto à luz da contribuição
interdisciplinar. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

A EFETIVIDADE DAS AÇÕES INTERSETORIAIS DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Roseane Vieira da Luz Mata

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVII

roselaramata@gmail.com

Idna Maria Fernandes Silveira Martins

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVII

idnasilveiramartins@gmail.com

João Batista Vicente do Nascimento

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

joáobatistahistoriauneb@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a literatura relacionada à eficácia das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola – PSE na promoção da saúde mental de alunos da Educação Básica entre 2021 e 2025. Nesse contexto, o presente estudo ocorreu com base nas provocações do professor doutor Ediênio Farias (2025) durante o I Seminário do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES, ocorrido no auditório da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVII, além das leituras sugeridas pelo programa. O objetivo da pesquisa foi examinar de que maneira a produção científica atual trata desse assunto. Foi empregada uma abordagem qualitativa e uma revisão sistemática da literatura, com uma pesquisa realizada na base de dados Periódicos CAPES. Os resultados demonstram a importância do PSE como uma política pública fundamental para o fortalecimento da saúde mental dos jovens, enfatizando também a urgência de uma formação abrangente dos profissionais de Saúde e Educação para a eficácia das ações sugeridas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Educação básica. Programa Saúde na Escola.

1 Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social –PPGIES da Universidade do Estado da Bahia –UNEB promove, ao longo do ano, diversas atividades acadêmicas obrigatórias, entre as quais se destacam Seminários e Colóquios que visam aproximar a Universidade da comunidade. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde – GEPERCS contribui significativamente para a realização dessas atividades. Este texto emerge das provocações do professor doutor Ediênio Farias (2025), durante o I Seminário “Revisão sistemática de literatura nas pesquisas qualitativas interdisciplinares: Rigor científico”, realizado no auditório do Campus XVII – Bom Jesus da Lapa, em 28 de março de 2025. O evento contou com a participação de estudantes egressos e atuais do PPGIES, professores, funcionários e representantes da comunidade local.

A escolha da temática está alinhada às demandas contemporâneas do campo educacional, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, que evidenciaram o sofrimento psíquico de estudantes e a necessidade urgente de ações integradas entre saúde e educação para a promoção da saúde mental. Nesse contexto, destaca-se o Programa Saúde na Escola – PSE, instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como uma política pública intersetorial que articula ações dos setores da Saúde e da Educação, visando a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino. Essa proposta reflete a compreensão de que os determinantes sociais da saúde e da educação são indissociáveis, exigindo práticas colaborativas entre diferentes áreas do conhecimento e setores governamentais.

Com base na abordagem qualitativa, esta pesquisa busca compreender fenômenos a partir de seus significados, contextos e interpretações, conforme argumenta Minayo (2009), para quem o conhecimento científico qualitativo está ancorado nas experiências, valores, crenças e atitudes dos sujeitos. De acordo com Flick (2004), a pesquisa qualitativa não adota um modelo único, caracterizando-se por sua flexibilidade e pela valorização dos sentidos atribuídos pelos participantes.

Dentro dessa perspectiva, a Revisão Sistemática da Literatura – RSL é utilizada como modalidade metodológica. Embora sua origem esteja nas ciências da saúde, a RSL consolidou-se no campo educacional pela capacidade de sintetizar evidências de forma rigorosa, transparente e reprodutível (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023). Essa metodologia permite identificar lacunas, mapear tendências e aprofundar discussões relevantes para as práticas educativas e políticas públicas (Cavalcante; Oliveira, 2020).

Além disso, conforme Farias (2025), a revisão sistemática aplicada às ciências da educação fortalece o diálogo entre teoria e prática e oferece subsídios para decisões fundamentadas em evidências, respeitando a complexidade e a subjetividade próprias das investigações qualitativas. Diferencia-se, assim, da revisão narrativa ao adotar uma estratégia estruturada e criteriosa de busca, seleção e análise de dados bibliográficos.

No campo específico da saúde mental escolar, este estudo ancora-se nas contribuições teóricas de Minayo (2013), que compreende a saúde como direito social associado à justiça e à cidadania; de Paulo Freire (2019), cuja pedagogia crítica enfatiza a formação integral e emancipadora dos sujeitos; e de Sartorelli (2012), que valoriza a escola como espaço de escuta, acolhimento e cuidado. Essas perspectivas fundamentam a importância de políticas públicas como o PSE, que articulam ações intersetoriais voltadas à promoção do bem-estar físico, emocional e social dos estudantes.

Este artigo, portanto, sintetiza as discussões suscitadas no seminário, articulando-as com a literatura acadêmica pertinente e situando-as em uma perspectiva interdisciplinar. Estrutura-se metodologicamente como uma Revisão Sistemática de Literatura, com foco em estudos produzidos entre 2021 e 2025, fundamentada em análise de conteúdo segundo Bardin (2016).

O objetivo é refletir sobre a efetividade das ações intersetoriais desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica, respondendo à seguinte questão de estudo: Como a produção científica dos últimos cinco anos aborda a efetividade das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica?

A organização do texto contempla quatro seções: Introdução; Metodologia; Análise dos dados, subdividida em: “Saúde mental como construção ampliada e coletiva”, “A escola como espaço privilegiado de promoção da saúde mental”, “Intersetorialidade como eixo estruturante

das ações do PSE”, “Desafios e resistências no enfrentamento do sofrimento psíquico” e “A necessidade de preparo dos profissionais da saúde e da educação para as questões de Saúde Mental” ; e, por fim, as Considerações Finais.

2 Metodologia

A metodologia deste estudo apoia-se em uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, baseada nas referências discutidas no I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES. A produção do trabalho resultou das anotações realizadas pelos autores durante o evento, que abordou a Revisão Sistemática da Literatura – RSL como um procedimento metodológico criterioso, voltado à análise crítica e à síntese de evidências sobre uma questão de pesquisa delimitada. A RSL distingue-se pelo uso de métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar estudos relevantes, assegurando o rigor e a transparência no tratamento das informações.

As discussões promovidas por Farias (2025) exploraram as questões e potencialidades da revisão sistemática de literatura, que pode ser entendida como um estudo que compila e sintetiza as descobertas de outras investigações. Em relação ao seu processo, ela deve ser cuidadosamente planejada, organizada e supervisionada, seguindo etapas estabelecidas e claras que garantam a qualidade na sua execução, além de permitir que o trabalho seja reproduzido de forma consistente por outros pesquisadores (Farias, 2025).

Como resultado das discussões, optou-se pela realização de uma RSL, iniciando-se com a definição da temática: A Efetividade das Ações Intersetoriais do Programa Saúde na Escola na Promoção da saúde mental de Estudantes da Educação Básica: Uma Revisão Sistemática da Literatura, seguido do planejamento, no qual se elaborou um protocolo de pesquisa. Para Magalhães de Campos (2023 p.14) “O protocolo representa um guia para a execução da revisão sistemática e deve se caracterizar por seu rigor e transparência”, assim, nesta etapa definiu-se claramente: O objetivo da pesquisa, a questão norteadora, a base de dados selecionada, os descritores de busca, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, apresentação do resultado da busca e as estratégias de tratamento dos dados e discussão e os procedimentos de seleção dos estudos.

A tabela a seguir apresenta os dados do protocolo da RSL, organizando as informações de maneira clara e objetiva, o que facilita a visualização de todos os elementos integrantes deste protocolo:

Quadro 1- Protocolo Para Revisão Sistemática de Literatura

QUESTÃO DE PESQUISA	
Como a literatura científica tem abordado a efetividade das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica, nos últimos cinco anos?	
OBJETIVO	
Analisar, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, como a produção científica dos últimos cinco anos aborda a efetividade das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica.	
BASE DA PESQUISA	
Portal de periódicos da CAPES.	
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
Critérios de inclusão I- Artigos publicados em língua portuguesa; I- Artigos científicos completos disponíveis no Portal de periódicos da CAPES; I- Artigos que abordem ações do PSE com foco na promoção da saúde mental; I- Artigos publicados entre 2021 e 2025; I- Artigos cuja metodologia seja qualitativa. I- Estudos desenvolvidos a partir do trabalho em Escolas Públicas de Educação Básica.	Critérios de exclusão E- Artigos voltados para outros níveis de educação; E- Artigos que abordem PSE sem relação com saúde mental; E- Artigos empíricos sem texto integral disponível e em línguas estrangeiras; E- Artigos publicados fora do período estipulado; E- Artigos voltados exclusivamente para a área da saúde;
PROCEDIMENTO DE BUSCA	
“Programa Saúde na Escola”, “Saúde mental”, “Educação básica”, “Promoção da saúde”, “Intersetorialidade”.	
APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA BUSCA	
A análise de conteúdo será apoiada em Bardin (2016), que compreende três fases principais: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação.	
TRATAMENTO DOS DADOS E DISCUSSÃO	
Registro e discussão de todas as etapas necessárias para a elaboração da RSL	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Busca-se estudos voltados para a temática central - Como a literatura científica tem abordado a efetividade das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica, nos últimos cinco anos. Nessa direção, considera-se a importância das ações intersetoriais entre saúde e educação como caminho para a promoção da saúde mental dos estudantes, entendida como parte de um processo formativo mais amplo, que reconhece os sujeitos em sua totalidade — física, emocional, social e política. As buscas nas bases de dados ocorreram entre 19 e 23/04/2025.

Ao inserir os descritores “Programa Saúde na Escola” and “Saúde mental” no Portal de periódicos da Capes, disponível em <https://www.periodicos-capes.gov.br/ez428.periodicos.capes.gov.br/>, foram encontrados 15 resultados. Ao aplicar os filtros: acesso aberto, artigo, revisado por pares, língua portuguesa, produção nacional e o recorte temporal de 2020 a 2025, obteve-se 04 artigos. Com os descritores “Programa Saúde na Escola” and “Saúde mental” and “Educação Básica”, não foram encontrados resultados. A partir dos descritores “Programa Saúde na Escola” and “Saúde mental” and “Promoção da saúde” foram encontrados 04 artigos. Quando aplicados os filtros: artigo, revisado por pares, língua portuguesa, produção nacional, foram encontrados 02 artigos publicados entre 2022 e 2024, mas que já constavam na pesquisa com os primeiros descritores. Com os descritores “Programa Saúde na Escola” and “Saúde mental” and “Intersetorialidade”, foi encontrado 01 artigo, porém ao aplicar os filtros, percebeu-se que não se trata de uma produção nacional, não revisado por pares, apesar de estar dentro do recorte temporal adotado.

Na continuidade do trabalho, passou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos quatro artigos, buscando localizar a expressão utilizada no descritor e identificar se existe relação dos textos com a questão da pesquisa. Observou-se que um dos artigos apesar de destacar ações do PSE, abordava a temática da sexualidade, não atendendo aos critérios de inclusão no escopo da pesquisa. Após esse processo seguiu-se a leitura integral dos outros três artigos.

Para facilitar a identificação dos trabalhos analisados optou-se pela codificação com nomenclatura de T1, T2 e T3, onde T é uma referência ao trabalho selecionado. Assim, T1 corresponde ao artigo: Saúde Mental na Escola: Reflexão Teórico-Prática publicado na Revista Pró-Universus, escrito por Tavares Et al. (2023); T2 é uma referência ao artigo: Saúde Mental Infantojuvenil nas Escolas: Percepção de Enfermeiros, escrito por

Bianchi et al. (2024) e T3 refere-se ao artigo: A Experiência de um Grupo de saúde mental para Adolescentes na Atenção Primária à Saúde, de autoria de Landim, Tannure e Reigada (2023).

Nesse viés, Farias (2025) salientou que nas pesquisas qualitativas, após a fase exploratória e a coleta de dados, segue-se a etapa de análise e tratamento do material, momento em que os dados são compreendidos, interpretados e articulados com os referenciais teóricos que sustentam o estudo. A análise de conteúdo de Bardin (2016) coaduna com essa perspectiva quando propõe o tratamento dos dados e sua interpretação com base no referencial teórico, possibilitando neste estudo uma compreensão crítica da efetividade das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola na promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica.

3 Análise dos dados

Esta etapa inicia-se a partir da leitura flutuante, organização e categorização das informações dos três artigos incluídos na revisão. O primeiro trabalho analisado, T1 “Saúde Mental na Escola: Reflexão Teórico-Prática” tem como objetivo refletir sobre a inserção de ações de saúde mental no âmbito do Programa Saúde na Escola. Este estudo utilizou a pesquisa-ação com base na abordagem Sociopoética, buscando promover a Saúde Mental de adolescentes em uma escola pública de Niterói-RJ. A pesquisa foi realizada a partir da própria experiência prática dos autores em um cenário escolar. Tem natureza qualitativa e caráter descritivo. Para analisar a experiência, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre saúde mental de adolescentes, saúde no contexto escolar e documentos de políticas públicas relacionadas ao tema.

O segundo trabalho, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, realizada em um município do Oeste do Rio Grande do Sul - Brasil, localizado na fronteira com a Argentina e o Uruguai. O estudo cujo tema versa sobre a Percepção de Enfermeiros sobre a saúde mental Infantojuvenil nas Escolas, foi realizado com a participação de 14 enfermeiros por meio de entrevistas semiestruturadas e objetivou conhecer a percepção de enfermeiros que atuam no Programa Saúde na Escola acerca da saúde mental infantojuvenil.

O terceiro trabalho analisado T3, cujo tema é “A Experiência de um Grupo de saúde mental para Adolescentes na Atenção Primária à Saúde” objetivou relatar a experiência de um grupo de saúde mental com

adolescentes, realizado por profissionais de uma Unidade Básica de Saúde – UBS, com apoio do Núcleo Ampliado de Saúde da Família – NASF, no ano de 2022, com 18 alunos de uma escola de Ensino Fundamental dos anos finais.

A partir das leituras e análises dos pontos de convergências e divergências, foi possível perceber que nos três artigos utilizou-se a pesquisa de cunho qualitativo, desenvolvendo o vínculo com a percepção subjetiva dos participantes revelando circunstâncias e sutilezas inquantificáveis. A leitura mais detida também revelou categorias temáticas, discutidas a seguir, à luz dos referenciais teóricos de Minayo (2013), Freire (2019) e Sartorelli (2012).

3.1 Saúde mental como construção ampliada e coletiva

Os estudos analisados revelam uma compreensão crescente da saúde mental como uma construção multifatorial, que extrapola o diagnóstico de transtornos e se articula com condições sociais, emocionais e culturais. No artigo de Bianchi *et al.* (2024), os enfermeiros demonstram uma visão oscilante entre o modelo biomédico e a clínica ampliada, reconhecendo que “a saúde mental começa desde quando [os estudantes] saem de casa até quando chegam à escola” (ENF 3).

Essa perspectiva é coerente com a concepção de Minayo (2013), para quem a saúde deve ser compreendida como direito social, condicionado por desigualdades estruturais e não apenas pela ausência de doenças. A autora afirma que “a valorização do ser humano passa pela ruptura com a lógica mercantilista da saúde” (Minayo, 2013, p. 82).

3.2 A escola como espaço privilegiado de promoção da saúde mental

Há consenso nos três estudos quanto à centralidade da escola como local estratégico para a promoção do bem-estar emocional dos estudantes. Figueiredo e Almeida (2016, p.37) destacam que “a escola é o espaço onde as crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo, sendo local propício para a escuta e acolhimento das demandas emocionais.” De forma semelhante, Bianchi *et al.* (2024) afirmam que os estudantes “demonstram interesse e disposição para falar quando percebem que há alguém disposto a ouvir” (ENF 13).

Essa valorização do espaço escolar está em consonância com Sartorelli (2012), que aponta a importância de ambientes afetivamente seguros na promoção de saúde mental.

3.3 Intersetorialidade como eixo estruturante das ações do PSE

Os três artigos evidenciam que as ações de saúde mental no âmbito do Programa Saúde na Escola só se efetivam de forma significativa quando há integração entre os setores da saúde e da educação. Bianchi *et al.* (2024) apontam que “as questões de saúde mental transcendem a capacidade de resolução da escola, sendo necessária a intersetorialidade” (p. 2). Da mesma forma, Figueiredo e Almeida (2016) destacam a intersetorialidade como condição para “desenvolver estratégias eficazes de prevenção e promoção da saúde mental nas escolas”.

Minayo (2013) reforça que a articulação entre políticas públicas é indispensável para garantir o direito à saúde como expressão da cidadania. Essa perspectiva converge com a concepção de Freire (2019) sobre a educação transformadora, que reconhece o sujeito como protagonista na luta pela superação das desigualdades sociais.

3.4 Desafios e resistências no enfrentamento do sofrimento psíquico

Apesar das boas práticas relatadas, os estudos também evidenciam obstáculos que limitam a efetividade das ações. Preconceitos, tabus e resistências familiares dificultam o enfrentamento aberto de questões como violência, automutilação e uso de substâncias. No artigo de Bianchi *et al.* (2024), uma enfermeira relata: “Ainda existe muito preconceito. A abordagem precisa ser bem elaborada, planejada, porque ainda há falta de maturidade para compreender o que está acontecendo” (ENF 7).

Esses relatos refletem o que Freire (2019) considera como uma “educação bancária”, marcada por silêncios e autoritarismos, que impede a autonomia dos sujeitos. A superação desses entraves exige práticas dialógicas e sensíveis, voltadas à formação integral do estudante.

3.5 A necessidade de preparo dos profissionais da saúde e da educação para as questões de Saúde Mental

A análise dos estudos evidenciou que mesmo entre os profissionais da saúde, ainda existe despreparo para lidar com as questões de saúde mental. Bianchi *et al.* (2024, p.4), relata que [...] “alguns enfermeiros relacionaram o conceito de saúde mental estritamente aos diagnósticos de transtornos mentais ou a existência de sinais e sintomas”, [...]. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, a saúde mental é parte essencial da saúde como um todo e está diretamente relacionada aos determinantes sociais, como condições de vida, vínculos afetivos, acesso à educação, saúde e cultura.

Para Tavares *et al.* (2023), os professores e agentes escolares também são alvos do despreparo para lidar com questões de saúde mental, o autor aponta a ausência de formação adequada, além de excesso de demandas como motivo pelo qual o assunto não é abordado em sala de aula. Os adolescentes esperam que [...] “seus problemas emocionais sejam compreendidos e acolhidos pelos agentes escolares, mas reclamam da indiferença e despreparo dos mesmos para lidar com suas questões emocionais na escola” [...] (Tavares, 2023, p.78). destaca o papel de multiplicador de informações sobre saúde do professor enquanto fator protetivo a saúde mental.

4 Considerações finais

Os estudos analisados evidenciam que, nos últimos cinco anos, a produção científica tem reconhecido a importância das ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola – PSE para a promoção da saúde mental de estudantes da Educação Básica. Embora com ênfases distintas, os estudos abordam: A relevância da intersetorialidade entre Saúde e Educação como condição para ações efetivas; a valorização da escola como espaço de escuta, acolhimento e cuidado; os desafios enfrentados por profissionais na prática cotidiana; a necessidade de formação crítica e políticas públicas articuladas.

Dessa forma, os achados da RSL reforçam a importância do PSE como política pública estratégica para o fortalecimento da saúde mental de crianças e adolescentes, bem como a formação adequada dos profissionais em Saúde e Educação para a operacionalização e cumprimento dos objetivos do Programa.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHI, B. L.; SINIAK, D. S.; VELOZO, K. D. S.; SOUZA, M. B. de; BORGES, L. R. Child and adolescent mental health in schools: nurses' perception. **Cogitare Enferm** [online], v. 29, 2024. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/SAÚDE_MENTAL_INFANTOJUVENIL_A2.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAMPOS, L. R. M.; CRUVINEL, B. V.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. O. A atuação do psicólogo nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): uma análise crítica. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 22, n. 57, p. 96–110, 2023.

CAMPOS, M. de S.; CAETANO, R. de F. L.; LAUS-GOMES, M. L. Revisão sistemática da literatura: princípios e práticas no contexto educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 1-20, 2023. DOI: 10.1590/S1413-247820232800001.

CAVALCANTE, A. de S.; OLIVEIRA, H. da S. Revisão sistemática na educação: metodologia e aplicação em estudos sobre políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Educacional**, v. 26, n. 52, p. 45-60, 2020. DOI: 10.1590/S0102-564520202600002.

FIGUEIREDO, B. de L.; ALMEIDA, B. de L. F. de. Políticas públicas de saúde mental e educação: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, p. 123-140, 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LANDIM, I. D. S. P.; TANNURE, R. A. P.; REIGADA, C. L. L. A experiência de um grupo de saúde mental para adolescentes na Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, e3812, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3812](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3812). Acesso em: 19 abr. 2025.

MAGALHÃES DE CAMPOS, A. F.; CAETANO, L. M. D.; LAUS-GOMES, V. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, 2023. ISSN 2526-8449. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2702>. Acesso

em: 14 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **COVID-19 pandemic triggers 25% increase in prevalence of anxiety and depression worldwide**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/02-03-2022>

SARTORELLI, A. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SARTORELLI, M. T. **A educação e o cuidado emocional nas escolas: uma reflexão sobre a saúde mental dos estudantes**. São Paulo: Papirus, 2012.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

TAVARES, C. M. M.; SOUZA, J. T.; GAMA, L. N.; TAVARES, M. M.; PAIVA, L. M.; CARVALHO, J. C. Saúde Mental na Escola: Reflexão Teórico-Prática. **Rev Pró-UniverSUS**, v. 14, n. 3 (Especial), p. 14–18, 2023.

Capítulo 7

O TEXTO CIENTÍFICO COMO FERRAMENTA SOCIOCOMUNICATIVA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER ACADÊMICO

Mara Gleide Queiroz Matos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Mara-gleide@hotmail.com

Carleila de Queiroz Matos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Carleila-matos@hotmail.com

Selma Barros Daltro de Castro
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
scastro@uneb.br

RESUMO: Este artigo traz uma breve reflexão sobre a importância de compreender a produção do texto científico como uma ferramenta para democratizar o saber produzido pelas universidades. Trata-se de um levantamento bibliográfico de autores que corroboram a ideia de ampliar o acesso ao conhecimento científico. Neste contexto, o estilo de escrita é discutido como elemento essencial para tornar esse acesso mais efetivo, favorecendo a comunicação entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Texto científico. Democracia. Saber acadêmico.

1 Introdução

O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas pela professora Passos (2025), durante o Seminário “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção par o uso social”, ocorrido no dia 28 de maio de 2025, no auditório da UNEB-Campus XI Serrinha. O referido evento foi promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES)

da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha.

A temática abordada no Seminário se interpõe no cenário acadêmico com relevância, uma vez que o texto científico é o veículo de comunicação da pesquisa, ferramenta que contribui para que a população a compreenda. Entretanto, para que essa narrativa tenha o rigor acadêmico, o que garante a confiabilidade aos resultados da pesquisa, enfatizamos os três pilares desta narrativa: leitura, rigorosidade metodológica e ética. Sem sobrepor-se a esses elementos citados por Passos (2025), como indispensáveis à escrita científica, está a questão do seu uso social, o qual reverberamos neste trabalho como uma forma de democratização do saber acadêmico.

Por meio dessa análise, buscamos contribuir com uma breve reflexão acerca da necessidade apontada por muitos pesquisadores a respeito da democratização do saber acadêmico—um propósito que poderá ser alcançado por meio da dimensão sociodiscursiva da escrita científica.

Ao longo deste trabalho, propomos um diálogo à luz de alguns autores citados no Seminário “A Escrita científica e a implicação com a Pós-Graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, fazendo um recorte sobre o uso proficiente da língua materna, e sobre as formas discursivas indispensáveis à interação verbal no contexto científico.

O artigo está organizado conforme a seguinte estrutura discursiva: introdução; metodologia; desenvolvimento —, nas seguintes seções: o saber acadêmico e sua democratização; a excelência do texto científico e seu uso social; considerações finais.

2 Metodologia

A partir das discussões apresentadas no Seminário, optamos pela construção deste artigo, com a intenção de dialogar sobre a necessidade de produção de textos científicos que contribuam com a democratização do conhecimento acadêmico. Para alcançar esse objetivo, recorreremos, entre outras referências, às leituras indicadas pela respectiva palestrante do Seminário, as quais orientaram nossas análises e reflexões ao longo do trabalho.

A pesquisa bibliográfica, metodologia que envolve a identificação e coleta de publicações sobre um determinado assunto, foi o procedimento adotado, uma vez que possibilita ao pesquisador conhecer as produções precedentes sobre um assunto. A pesquisa bibliográfica, introduzida na pesquisa qualitativa, tem um papel essencial no trabalho de investigação

científica, pois propõem o estudo de trabalhos já publicados, nos quais são exploradas informações necessárias para prosseguir reverberando sobre um determinado assunto. Como afirma Gil (2008):

Qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa. Primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequado à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontra os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado. (GIL, 2008, p. 7)

Na visão do autor, a pesquisa bibliográfica denomina-se como uma metodologia de pesquisa que contribui teoricamente com todas as demais metodologias investigativas que exigem estudos exploratórios ou descritivos, já que permite um vasto conhecimento da problemática que permeia e conduz a investigação, além de possibilitar a produção de literaturas conceituais voltadas para o objeto pesquisado.

A revisão bibliográfica é uma etapa da pesquisa bibliográfica que consiste na obtenção de informações que elucidam o que há de produções sobre um determinado assunto. Para alcançarmos nosso objetivo de fazer uma breve reflexão sobre a revisão bibliográfica acerca da importância do texto científico está direcionado à democratização do saber acadêmico, recorreremos aos seguintes autores: Bakhtin (1997), Pereira (1978), Meadows (1999), Saldiva (2020), entre outros.

3 O saber acadêmico e sua democratização

A busca do homem pelo conhecimento ocorre desde os primórdios da humanidade, e sempre ocorreu de forma pretenciosa, visando compreender o que até então tinha explicação mitológica, ou mesmo, a resolução de um problema da vida prática. Assim, o homem e a realidade que o circunda estão intimamente ligados ao desenvolvimento e evolução da ciência, a datar das observações do período Pré-Histórico.

Com o avanço da ciência a largos passos, emerge o processo de produção e socialização do conhecimento que pode ocorrer em diferentes espaços. Convém destacar, que nossa intenção é dialogar neste artigo, especificamente sobre o conhecimento que é produzido nas universidades públicas.

A produção do saber científico é uma das atividades base da universidade pública. Compartilhar tais conhecimentos, é dever dessa

instituição, uma vez que a mesma, deve estar a serviço do desenvolvimento social, econômico, tecnológico, cultural, etc., e este por sua vez, depende das descobertas realizadas no contexto acadêmico e consequentemente de sua divulgação científica.

De acordo com Santos e Rosa (2021):

A pesquisa científica de outrora, desenvolvida no mundo e em particular no Brasil, mais efetivamente a partir da década de 1950, como proposta para o crescimento nacional, sempre esteve restrita às comunidades científicas, a grupos fechados de pesquisadores, e cada um desses grupos, de forma pouco cooperativa uns com os outros. Considera-se para esse período o fato de a tecnologia ainda não estar tão desenvolvida o quanto se evidencia na atualidade, o que gerava uma maior dificuldade de comunicação, de cooperação e compartilhamento entre eles. (Santos e Rosa, 2021, p.75)

Neste contexto trazido pelas autoras, percebe-se que a comunicação científica era fechada ao mesmo grupo de indivíduos e/ou comunidades científicas, que produziam as pesquisas. Para Meadows (1999), a comunicação científica é tão importante quanto a realização da pesquisa, é parte integrante do fazer científico, e, portanto, não deve ser negligenciada ou mesmo refém de interesses financeiros.

O estado hermético em que se encontrava a pesquisa científica, e seus resquícios no mundo contemporâneo, vem produzindo um entravamento no acesso ao conhecimento científico pela população. De acordo com Saldiva (2020):

Com o passar do tempo, a ciência se tornou cada vez mais imprescindível para o desenvolvimento tecnológico. Desta forma, cada vez mais, o setor produtivo, nos moldes utilitaristas, utiliza-se do conhecimento científico para aperfeiçoar o processo de produção. Contudo, se por um lado a ciência está, a cada instante, mais inserida nos diversos âmbitos da sociedade, por outro, torna-se mais hermética, pois a complexidade e o tempo desse tipo de conhecimento não são compreendidos pela população, que é a financiadora dos projetos científicos. (Saldiva, 2020, p. 523)

Ziman (1981, p. 105 apud Droesch e Silva 2014, p. 171), já destacava tais aspectos quando afirmou que [...] “a ciência é de conhecimento público” [...] Para o autor, cada pesquisador constrói sua parte por cima do trabalho realizado pelos seus provenientes, em uma dinâmica de colaboração pois a ciência vai muito além do conhecimento pessoal, constituindo-se de tudo aquilo que pode ser transmitido, comunicado de uma pessoa para outra.

Para esses autores, o registro da ciência é essencial à conservação e preservação dos resultados, observações e teorias produzidas, viabilizando, assim, a crítica, a validação e o aperfeiçoamento contínuo do conhecimento. No entanto, a comunicação desses registros revela-se um ato ainda mais relevante, pois é por meio dela que o saber científico alcança o público, permitindo sua apropriação por sujeitos que não pertencentes a chamada “tribo de cientistas”.

Na perspectiva de democratizar o saber produzidos nas universidades, há um certo consenso entre a comunidade acadêmica de que o conhecimento científico é um bem público, uma vez que as pesquisas são financiadas pela população. Entretanto, a divulgação desse conhecimento científico, esbarra em alguns obstáculos, entre eles, está o estilo de escrita do texto científico. Desenvolver a habilidade de comunicação em ciência é imprescindível, seja nas ciências biológicas ou sociais. Ainda de acordo com Saldiva (2020), a relevância do texto de divulgação científica, está em tornar a pesquisa compreendida por indivíduos que não têm acesso aos discursos acadêmicos, evitando assim que a universidade seja vista como uma coisa a parte. Como ilustra:

[...] primeiramente, certamente sabem o que é estar em uma aula em que até o título é de difícil compreensão e que a aplicação desse conhecimento é desconhecida pelos alunos. Concebam a explicação da patogénia de uma doença em uma linguagem técnica para um público que não é da área médica. Se o público não tiver uma tecla SAP, não compreenderá a explicação, pois ela lhes será tão inacessível quanto as frases do Oráculo de Delfos. [...] muitos cientistas se arvoram nesse linguajar culto, como uma manobra de erudição. (Saldiva, 2020, p. 523)

Na perspectiva de compreender a ciência como um bem público que precisa ser democratizado, é necessário trazer para esta breve discussão, as relações entre linguagem e sociedade, que de acordo com Bakhtin (1999), são indissociáveis.

4 A excelência do texto científico e seu uso social

Passos (2025), no Seminário “ A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico ao uso social”. Traz a metáfora do escritor Graciliano Ramos para descrever um estilo de escrita simples, direto e sobretudo eficaz:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxaguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje, ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada, na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer. (Ramos, 2014, p. 77 apud Souza 2020)

A professora Passos (2025), ressalta à luz do escritor Graciliano Ramos acerca do rigor acadêmico que deve prevalecer na escrita científica. Além de Graciliano Ramos, são citados outros escritores da literatura brasileira como José de Alencar e João Cabral de Melo Neto, para ilustrar um perfil de escrita que alcança critérios rigorosidade metodológica, sem descuidar da função sociocomunicativa do texto.

O estilo literário desses autores brasileiros citados no Seminário promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social, especificamente o de Graciliano Ramos, foi a didática utilizada pela palestrante para ressaltar o padrão de excelência que se espera do estudante de pós-graduação, em relação à escrita de textos acadêmicos. Para evidenciar a metodologia da escrita científica, Passos (2025), recorre à analogia das lavadeiras de Alagoas.

O escritor brasileiro Graciliano Ramos é conhecido por sua prosa gramaticalmente impecável, a abdicção dos adjetivos e a repulsa à prolixidade. Um estilo de escrita que favorece a estilística do texto. No entanto, para Pereira (1978),

Graciliano Ramos não é, portanto, um escritor gramatiquero, refém das regras da língua culta como muitas vezes erroneamente considerado; ao contrário, o interesse pela linguagem oral que permeia toda sua obra é parte constituinte de seu plano estético. Par afastar-se da armadilha da escrita ornamentada, Graciliano aproxima-se da oralidade sertaneja. Esse uso de um português extremamente correto aliado a vocábulos de cunho regionalista deu à literatura de Graciliano Ramos uma espécie de dignidade impar no contexto das letras brasileiras. (Pereira, 1978, p. 156)

Compreendemos a intenção de Passos (2025), ao fazer alusão ao escritor Graciliano Ramos, não apenas pelo seu modelo estilístico de escrita, mas também pelo atravessamento político em sua prosa. Durante

o seminário, a palestrante destacou o estudo e a pesquisa, como espaços de resistência, afirmando que a pesquisa pode servir tanto para transformar quanto para manter o modelo de sociedade que temos.

A compreensão do conhecimento científico, portanto, não pode estar restrita a um grupo de pessoas consideradas especialistas ou pertencentes ao meio acadêmico. O saber produzido nas universidades precisa ultrapassar os limites institucionais e alcançar diferentes sujeitos da sociedade. Neste sentido, a escrita científica deve comprometer-se com a ampliação do acesso e da participação, especialmente daqueles historicamente colocados à margem dos espaços de produção e circulação do conhecimento. Democratizar a ciência, nesse cenário, significa reconhecer que a escrita científica pode utilizar a linguagem e a comunicação como um instrumento de inclusão social.

O pesquisador politicamente empenhado com a mudança da sociedade, deve estar atento ao caráter sociocomunicativo que o texto científico deve ter. Durante o seminário Passos (2025), afirmou que “o texto é um evento sociocomunicativo”. A palavra falada ou escrita, de acordo com a palestrante, “tem poder e produz mudanças no meio social”.

Passos (2025), ainda ressalta que: “A escrita científica possibilita questionar um tema e buscar alternativas para a produção de benefícios; do mesmo modo, serviços destinados ao público alvo pesquisado; esses serviços servem como resposta (s) à investigação”.

Desta forma, a produção da escrita científica para o uso social, precisa interagir discursivamente com o público investigado pelo pesquisador. Nessa linha de pensamento, essa interação ocorre através de diferentes gêneros textuais. Em relação a propriedade comunicativa que deve permear o texto científico, no que se refere às questões de indissociabilidade entre linguagem e sociedade, Bakhtin afirma que: A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. A palavra é o território do locutor e do interlocutor. (Bakhtin, 1997)

De acordo com esse autor, para haver interação verbal, são necessários além do domínio da língua materna (léxico, gramática), conhecer as formas de discursos desde as mais cotidianas (conversas com amigos, familiares), até as formas discursivas mais elaboradas como os textos científicos (artigos, teses, dissertações). Como afirma:

A língua materna—a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical—, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e

reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. (Bakhtin, 1997 p, 301)

Coadunando com as ideias de Bakhtin, Antunes (2007, p. 59) afirma que: “não basta saber o que é um pronome ou conhecer o artigo definido ou indefinido. É preciso saber que efeitos o uso de um ou de outro provoca na sequência do texto”.

A partir das considerações trazidas por esses autores, compreende-se o texto científico, não apenas como técnica, mas como ferramenta social, histórica e emancipatória, uma vez que como citado por Passos (2025), “a escrita é a síntese da história humana e outrossim, a pesquisa é para mudar ou manter o modelo de sociedade que se tem”.

Escrever, no entanto, não é uma prática baseada no achismo do pesquisador, já que a ciência se configura em um sistema contínuo de investigação. Um texto científico deve sempre basear-se em trabalhos anteriores a partir do qual o pesquisador faz referências às ideias que o precedem. Para tanto, a leitura como prática social que interliga o pesquisador a outros textos, é o terreno fértil para o desenvolvimento de ideias, conhecimentos e habilidades necessárias à produção do texto científico.

5 Considerações finais

Partindo das reflexões trazidas pela Profa. Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos no Seminário “A escrita científica e a implicação com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, promovido pelo Programa de Pós- Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), compreende-se os desafios enfrentados pelos os estudante de pós-graduação no que se refere ao diálogo sociocomunicativo que este deve manter por meio do texto científico, com os sujeitos— especializados ou não, que participam da pesquisa.

Não é algo novo, que o estilo de escrita na Pós-graduação deve esmerar-se pela formalidade, objetividade, clareza e precisão técnica. No entanto, esses parâmetros, frequentemente repetidos como clichês sobre a escrita científica, não podem ser compreendidos pelos estudantes como as únicas características dos gêneros textuais acadêmicos. A escrita acadêmica é uma atividade complexa e desafiadora, que exige não apenas domínio técnico, mas também consciência crítica sobre o seu papel social. Compreendê-la como ferramenta de democratização do saber implica ir

além do escopo técnico, reconhecendo-a como um fio condutor entre universidade e sociedade.

Não podemos deixar de ponderar o hábito de ler como fator determinante no processo da escrita. A aquisição do conhecimento em qualquer área está estritamente relacionada à leitura. Quem se propõe a escrever deve pensar que a produção do texto científico para o uso social é entre outros fatores, enveredar pelo caminho da humildade, que deve ser uma virtude do pesquisador. O reconhecimento das limitações, deve perpassar também no momento da produção do texto científico.

Para tanto, aponta-se aqui a necessidade do olhar do estudante de pós-graduação para a leitura acadêmica enquanto prática social. É imprescindível, empenhar-se nas práticas de leitura de diferentes gêneros textuais acadêmicos, especialmente os relacionados ao tema da linguagem em sua dimensão discursiva e as relações dialógicas que permeiam as produções sobre os textos científicos, que, ao serem lidos, expressam mais do que formas deferentes de usos sintáticos ou lexicais, mas as formas de comunicação presentes em determinada área do conhecimento e influenciadas pelas relações culturais.

Pode-se afirmar, que inúmeras questões que envolvem a complexidade da produção do texto científico, que garanta a democratização do saber acadêmico, encontram-se ponderadas em pesquisas anteriores de pesquisadores empenhados com a questão. Ter acesso à essas pesquisas através da leitura, é de fundamental importância ao pesquisador que além do rigor acadêmico e validade, peculiaridades necessárias para garantir a qualidade e a confiabilidade da pesquisa, precisa demonstrar também, proficiência linguística e sobretudo capacidade de acionar no momento da tessitura do texto, a estrutura e recursos textuais adequados à compreensão daqueles a quem o texto se dirige, atitude que viabiliza a democratização do saber acadêmico.

Por fim reitera-se a importância da escrita do texto científico está aberta ao diálogo entre ciência e sociedade, reconhecendo seu papel como ferramenta de comunicação, inclusão e transformação social. Nesta perspectiva, o conhecimento científico produzido alcançará públicos diversos, garantindo acesso àqueles que se encontram afastados dos espaços de produção e socialização desse conhecimento.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. Brasil: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail **Os gêneros do discurso**. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DROESCHER, Fernanda. Dias; SILVA, Edna. Lucia. O pesquisador e a produção científica. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.19, n.1, p. 10-189, jan/mar. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. C. **métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- LIMA, Telma. Cristina. Sasso de; MIOTO, Regina. Célia. Tamasso. Procedimentos metodológicos do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, 10 (spe), 37-45. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.
- LAKATOS, Eva. Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de **metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.
- PEREIRA, M. **Homenagem a Graciliano**. In: BRAYNER, S. (org.). *Fortuna crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- PASSOS, M. B. A. “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”. In: Seminário na Universidade do Estado da Bahia – Campus XI. Serrinha-Ba, 28 mar. 2025.
- SALDIVA, Paulo. Hilário. Nascimento. Democratização do Saber. **Rev. Med.** (São Paulo). 2020 set.-out.;99(5):523-30 doi. Disponível em: <http://dx.doi.org/120.11606/issn.1679-9836.v99i5p523-530>. Acesso em: 08 de abr. 2025.
- SANTOS, Davilene. Souza; ROSA, Flávia. Goulart. Mota. Garcia. A evolução do conhecimento científico e sua disseminação: contribuições do movimento de acesso aberto e da ciência aberta para a sociedade. **A Ciência no Brasil Contemporâneo: Os desafios da popularização científica**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33201>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOUZA, Bruno. Henrique. Alvarenga. O estilo de Graciliano Ramos: uma desterritorialização da língua. Todas as Letras – **Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: DOI 10.5935/1980-6914/eLETLT2011800. Acesso em: 08 de abr. 2025.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (orgs). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2011. p. 51-6.

Capítulo 8

DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

neiaborrgeskr@gmail.com

Keila Ferreira Gomes

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

keila.gomes@ufob.edu.br

Cristiane Sena Gomes

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

cristianesenagomes26@gmail.com

RESUMO: Este artigo objetivou analisar discussões teóricas recentes (últimos cinco anos) sobre a formação docente na Educação Básica em diálogo com as exigências da educação contemporânea. A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática de Literatura com abordagem qualitativa, seguindo o protocolo PICO. A coleta de dados foi realizada na base Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com critérios de inclusão e exclusão definidos previamente. Os estudos selecionados foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo de Bardin. O referencial teórico inclui autores como Claudino (2013), Behrens (2000), Souza et al. (2011), Moran (2012), Bacich, Adolfo Neto e Trevisani (2015), Kenski (1998), Almeida (2000) e Nóvoa (2022), que discutem a formação docente frente à Sociedade do Conhecimento. Os resultados indicam a necessidade de uma formação crítica e atualizada, capaz de preparar os professores para os desafios pedagógicos do contexto digital e promover práticas alinhadas às transformações da sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Discussões Teóricas. Formação Docente. Educação Contemporânea.

1 Introdução

O presente artigo intitulado “Discussões Teóricas acerca da Formação Docente na Educação Básica no Contexto da Educação Contemporânea: Uma Revisão Sistemática de Literatura”, é fruto de um trabalho proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) no Campus XVII da UNEB em Bom Jesus da Lapa, com base no I Seminário ministrado pelo Prof. Dr. Ediênio Farias, denominado: “Revisão sistemática de literatura nas pesquisas qualitativas interdisciplinares: Rigor Científico”.

As discussões geradas no seminário, elucidaram conhecimentos acerca da metodologia de pesquisa que envolvem a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) em pesquisas qualitativas. Dessa forma, buscou-se então, desenvolver uma pesquisa do tipo Revisão Sistemática de Literatura a respeito das discussões teóricas acerca da formação docente na educação básica para o contexto da educação contemporânea, uma vez que, as autoras discutem no programa, as questões voltadas à formação de professores e, por ser essa uma questão de extrema importância no campo da intervenção educativa.

Diante das transformações sociais impulsionadas pelas tecnologias digitais, repensar a educação torna-se imprescindível. Claudino (2013), nos lembra que vivemos em uma *Sociedade da Informação e do Conhecimento*, marcada pela virtualização, pela ética no uso da informação e pela diversidade cultural. Esse novo cenário exige uma educação que vá além dos moldes tradicionais. Nesse sentido, Behrens (2000) destaca que, em um mundo globalizado e digital, o acesso à tecnologia requer uma atitude crítica e inovadora por parte do professor, criando um processo de ensino dinâmico, criativo e dialógico, em que professores e alunos aprendam juntos. Souza et al. (2011) reforçam que é essencial que os docentes se apropriem das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e saibam incorporá-las à prática pedagógica de forma crítica e consciente, sem se sentirem ameaçados pelas mudanças, mas sim, fortalecidos por elas.

Moran (2012) amplia essa visão ao afirmar que todos estamos reaprendendo a ensinar e a aprender na sociedade da informação, e que é preciso integrar o humano ao tecnológico, conectando o ensino à

vida dos alunos por meio de experiências, imagens, sons, multimídia e interações presenciais e digitais, ou seja, o que ele chama de “interação *on-line e on-life*”. Essa integração é o que Bacich, Adolfo Neto e Trevisani (2015) chamam de *sala de aula ampliada*, um espaço híbrido onde ensino e aprendizagem acontecem de forma contínua entre o mundo físico e o digital, o que podemos colocar como características de uma educação contemporânea, como discutem os autores no trecho a seguir:

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e o aprender acontecem em uma interligação simbiótica, profunda e constante entre os chamados mundo físico e digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso, a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também deve fazê-lo digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um (Bacich, Adolfo; Neto; Trevisani, 2015, p. 39).

Podemos assim, tomar como ponto focal da educação contemporânea o termo usado pelos autores “educação *blended*” por promover essa mistura entre o físico e o digital-virtual. Dessa forma, ao pensar nesse contexto de uma sociedade tecnológica, compreendemos que é preciso repensar numa nova configuração de educação que contemple a atualidade vivenciada pelos alunos e neste sentido concordamos com Kenski (1998), quando nos esclarece que, os profissionais da educação precisam enfrentar os desafios tecnológicos com criticidade, reconhecendo seus riscos e possibilidades, transformando-os em ferramentas pedagógicas quando necessário. Isso implica também em uma nova configuração da prática docente, que se afasta do modelo centralizador para uma atuação que valoriza o aluno como coautor de sua aprendizagem.

Almeida (2000), aprofunda esse debate ao afirmar que as mudanças educacionais não se resumem à adoção de métodos diversos, mas exigem uma nova atitude diante do conhecimento e da aprendizagem. Isso requer que os professores desempenhem novos papéis, o que torna essencial uma formação docente voltada à reflexão e à prática pedagógica crítica. Segundo ele, “[...] isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessários novos modos de formação que possam prepará-lo para o uso pedagógico do computador, assim como para refletir sobre a sua prática e durante a sua prática [...]” (Almeida, 2000, p.11).

Daí a importância de refletirmos sobre o papel do professor no contexto da educação contemporânea e consequentemente na sua formação, pois, o professor possui papel fundamental na concretização de um espaço de aprendizagem eficaz e de sucesso, portanto, a formação docente tanto inicial como continuada precisa estar atrelada a essas novas exigências. Nóvoa (2022), ao discutir sobre a condição do papel docente ressalta que,

Hoje, não é possível pensar a educação e os professores sem uma referência às tecnologias e à “virtualidade”. Vivemos conexões sem limites, num mundo marcado por fraturas e divisões digitais. É preciso enfrentar com lucidez, e coragem, estas tensões: entre um empobrecimento da diversidade e a valorização de diferentes culturas e modos de viver; entre uma diminuição da privacidade e liberdade e a afirmação de novas formas de democracia e participação; entre a redução do conhecimento ao digital e a importância de todo o conhecimento, humano e social. (Nóvoa, 2022, p.36).

Dessa forma, destacamos que vivemos em um mundo de fraturas digitais, onde a formação docente precisa lidar com tensões e desafios contemporâneos, reafirmando a diversidade cultural, as formas de participação democrática e a valorização de todo o conhecimento – digital, humano e social. Mediante as concepções dos autores, a pesquisa teve como objetivo, refletir sobre as discussões presentes na literatura científica acerca da formação docente à luz da educação contemporânea, evidenciando assim, suas características.

Para tanto, utilizamos a metodologia da Revisão Sistemática de Literatura descrita na seção a seguir. Os resultados evidenciaram uma centralidade no uso das TDCs no ensino, práticas docentes inovadoras, ênfase em metodologias ativas e um destaque à importância da formação tanto inicial como continuada do professor.

2 Metodologia

Este capítulo busca trazer, através da revisão sistemática de literatura, os principais enfoques das discussões teóricas acerca da formação docente no âmbito da educação básica, no que se refere ao contexto da educação contemporânea, que se caracterizam pela relação entre formação docente e as demandas contemporâneas da educação básica. Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura (RSL), pautada em protocolos metodológicos definidos, com o objetivo de, a partir de produções

acadêmicas já publicadas, responder à questão de pesquisa e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema abordado. Sob essa ótica, a RSL constitui uma forma de investigação científica que exige o cumprimento de todas as etapas previstas em um processo de pesquisa.

De acordo com Campos *et al.* (2023), a revisão sistemática refere-se à análise organizada e criteriosa da produção científica já existente sobre determinado tema. Trata-se de um tipo de pesquisa que examina outras investigações com base em um protocolo previamente estabelecido, seguindo critérios metodológicos rigorosos. Esse tipo de revisão fundamenta-se em estudos primários para responder à pergunta de pesquisa, utilizando objetivos, métodos, resultados e conclusões próprias e bem definidas.

Durante o seminário “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas: Rigor Científico”, o professor convidado para explanação, Prof^o Dr^a. Edlênio Farias do Instituto Federal Baiano, *Campus* Bom Jesus da Lapa, apresentou a seguinte estrutura de protocolo para elaboração de pesquisas de revisão sistemática: definição do objetivo, equações de pesquisa pela definição dos operadores booleanos, critérios de inclusão, critérios exclusão, resultados e tratamento de dados. O seminário trouxe um panorama descritivo e exemplificativo do protocolo de elaboração da revisão sistemática da literatura e sua importância para pesquisas qualitativas em educação, evidenciando a identificação de temas e o que já foi pesquisado sobre o assunto.

Ainda durante a explanação do Prof^o Dr^a. Edlênio Farias, para realização dessa RSL, fizemos durante o seminário um protocolo de pesquisa, que continha: objetivo, questão de pesquisa, base de dados selecionadas, descritores de busca e os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos baseados no estudo de Amaral e Mateus (2022). A base de dados estabelecida para essa RSL para a busca e seleção dos artigos foi a plataforma Periódicos CAPES disponível em <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez428.periodicos.capes.gov.br/>.

Os critérios de inclusão foram artigos empíricos com texto integral disponível em língua portuguesa, estudos nacionais publicados no período de janeiro de 2020 a 07.04.2025, em periódicos científicos revisados por pares e que no título contenham as palavras-chave: Discussões teóricas; Formação Docente; Educação Contemporânea. Os Critérios de exclusão foram artigos empíricos sem texto integral disponível e em línguas estrangeiras, publicados fora do período estipulado, em periódicos científicos não avaliados por pares, dissertações, teses, artigos teóricos,

artigos de capítulos de livros e anais de eventos científicos e artigos que não detinham no título as palavras chaves descritas. As buscas nas bases de dados ocorreram entre 04 e 07.04.25.

No banco de dados da Periódicos CAPES, ao selecionar a opção pesquisa por artigo, usando o descritor “Formação Docente” AND “Discussões Teóricas”, foram identificados 179 (cento e setenta e nove) artigos. Com os descritores “Formação Docente” AND “Educação Contemporânea” foram identificados 641 (seiscentos e quarenta e um) artigos. “Formação Docente” AND “Educação Contemporânea” AND “Discussões Teóricas” não foi encontrado nenhum artigo.

Trabalhando com os 820 (oitocentos) artigos, aplicamos o recorte temporal de 2020 a 2025, foram identificados 467 (quatrocentos e sessenta e sete) trabalhos. Ao aplicar o critério de inclusão: em língua portuguesa, produção nacional e revisados por pares foram identificados 142 (cento e quarenta e dois) trabalhos. Destes, 133 (cento e trinta e três) possuem acesso aberto. Ao aplicar os critérios de inclusão Artigos que no título tenham as **PALAVRAS-CHAVE:** Discussões Teóricas ou Formação Docente ou Educação Contemporânea foram identificados 19 (dezenove) estudos. Ao aplicar o critério de inclusão, artigos que no resumo sinalizavam que abordam concepções de Formação Docente na educação básica e que são estudos empíricos, foram selecionados 4 (quatro) artigos da base de dados Periódicos CAPES.

Seguindo esse percurso metodológico, foram selecionados quatro artigos para o corpus da pesquisa. Todos os textos escolhidos foram lidos integralmente, com o intuito de assegurar sua relevância e qualidade para a resposta à questão investigativa. Após a leitura integral, verificou-se que dois dos estudos não estão no escopo da pesquisa, ficando então 2 (dois) artigos selecionados. Para facilitar a identificação e organização dos estudos, adotou-se uma nomenclatura sequencial de A01 a A02, em que “A” corresponde à palavra “artigo”. O estudo A01 Práticas pedagógicas remixadas: relações entre estratégias pedagógicas da cultura digital e formação docente de Martin e Girafa (2020) foi publicado na Revista e-Curriculum. O estudo A02, Fricções e aproximações do ensino da arte na educação infantil: formação docente e arte contemporânea de Góes e Vago-Soares (2022) foi publicado na revista Palíndromo.

Procedemos à análise do conteúdo dos artigos, conforme explanado durante o seminário (Farias, 2024) optamos pela análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica consiste em

um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo dos estudos, com vistas à inferência de conhecimentos relativos às condições de produção. A análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com a inferência e interpretação. Tal abordagem permite a organização e a sistematização dos dados qualitativos, possibilitando a identificação de categorias temáticas que emergem dos textos analisados, promovendo uma leitura crítica e aprofundada dos materiais investigados.

3 A formação docente na educação básica e seus paralelos com a educação contemporânea

As pesquisas qualitativas no campo interdisciplinar evidenciam o fortalecimento da análise e compreensão da realidade, contexto e os processos de subjetivação das pessoas envolvidas no estudo. Essa compreensão visa estabelecer uma relação dialógica com o outro em seu ambiente natural e familiar (Farias, 2024). A compreensão da pesquisa qualitativa através da revisão sistemática de literatura para esse estudo, busca compreender as discussões teóricas acerca da formação docente frente à educação contemporânea. A primeira análise que fizemos foi sobre o contexto/ambiente da pesquisa, as estratégias de investigação, objetivos e palavras-chave dos artigos avaliados e as principais referências utilizadas pelos autores.

Quanto aos objetivos, o estudo A01 teve como foco verificar in loco como práticas pedagógicas se constituem e são executadas no ecossistema escolar, a partir de estratégias docentes remixadas, baseadas em tendências da cultura digital, em especial, na tríade educacional contemporânea. A pesquisa foi realizada em Escolas privadas vinculadas a uma rede de ensino privado, ambas localizadas no município de Porto Alegre/RS, em instituições de Educação Básica, atendendo estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio, tendo como estratégia de investigação uma pesquisa qualitativa descritiva, baseada em um estudo de caso com as seguintes palavras-chave: Educação Digital; Práticas pedagógicas remixadas; Pensamento Computacional; Cultura Maker; Gamificação.

O estudo A02 buscou investigar como estão sendo constituídos os modos de aprender e de ensinar arte na Educação Infantil e quais fricções e aproximações existem a partir de uma perspectiva contemporânea de ensinar arte contemporânea imbricado ao Projeto Pedagógico do Curso

(PPC) de Licenciatura em Artes Visuais — Integral (currículo que vigorou de 2006 a 2018) e as novas políticas sobre formação de professoras/es. Os participantes da pesquisa foram professores/as de Arte que se formaram no curso de licenciatura em Artes Visuais da Ufes (currículo 2006) e que, atuam na Educação Infantil da Região Metropolitana de Vitória-ES, a estratégia de investigação versou sobre uma pesquisa qualitativa, baseada em Estudo de caso a partir de entrevistas e diálogos e as palavras-chave foram: Formação de professoras/es; Educação infantil; Ensino de arte; Arte contemporânea.

Verificou-se uma convergência metodológica entre os estudos, que adotam predominantemente abordagens qualitativas de investigação, centradas na análise de discursos, práticas e experiências. Essa opção metodológica reforça a perspectiva de uma formação docente comprometida com a realidade social dos sujeitos e com a compreensão crítica dos fenômenos educacionais.

A segunda análise que fizemos foi sobre as concepções da formação docente dos artigos avaliados e as principais referências utilizadas pelos autores. No estudo do A01 Práticas pedagógicas remixadas: relações entre estratégias pedagógicas da cultura digital e formação docente de Martin e Girafa (2020), a Formação Continuada em Serviço, é considerada como alternativa fundamental para instrumentalizar os professores sobre as Tecnologias Digitais, considerando que nas duas escolas pesquisadas havia profissionais específicos dessa área, que, “[...] envolviam-se em atividades de formação continuada focadas na sua própria atuação e na capacitação dos professores assim como desenvolviam pesquisas relacionadas às TD” (Martins; Girafa, 2020, p. 751).

O artigo destaca ainda a fragilidade da Formação Inicial docente, a respeito do tema cultura digital ao afirmar a necessidade de “Revisitar currículos de formação docente inicial também deve estar em pauta, em especial a inclusão transversal do tema cultura digital” (Martins; Girafa, 2020, p. 759). O artigo não traz referência específica sobre a formação docente, mas tece análises a partir do referencial que subsidia as discussões acerca das Tecnologias Digitais: Martins (2020), uma das autoras do artigo. Ao longo do texto A01, evidencia-se aspectos a serem considerados na formação docente, como a domínio dos instrumentos das tecnologias digitais e das linguagens da cultura digital, o uso de metodologias ativas para proposição de um ensino dinâmico, que valorize o protagonismo discente e a mediação docente, a reflexão sobre a própria prática, criação de

ambientes de aprendizagem colaborativos e uma abordagem interdisciplinar do conhecimento.

O estudo A02, *Fricções e aproximações do ensino da arte na educação infantil: formação docente e arte contemporânea* de Góes e Vago-Soares (2022), discute a formação docente tendo como referência o Curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFES (Integral – 2006) e o ensino da arte contemporânea na educação infantil. Ao que se refere à formação docente, o artigo centraliza a formação inicial como um fator fundamental para a educação contemporânea, principalmente no âmbito do ensino da arte enquanto componente curricular da educação básica.

De acordo com Goes e Soares (2022) a formação inicial está centrada numa perspectiva clássica do ensino da arte, o que a torna insuficiente para o contexto educativo contemporâneo, pautado na cultura digital e nos novos modelos e produção, apreciação e fruição artística, afirmando que os professores “dominam as metodologias nas salas de atividades da EI, desconsiderando os contextos histórico-culturais das crianças” (Goes; Soares, 2022, p. 247). Nesse contexto, o artigo 02 vai destacar a necessidade de uma formação continuada que:

[...] surja a partir das especificidades dos/as professores/as compreendemos que isso reverberaria em relações estabelecidas com as crianças que habitam os espaços da EI, engendrando possibilidades outras desses docentes se constituírem efetivamente como um processo de aprendizagem profissional em serviço. (Goes; Soares, 2022, p. 247).

No desenvolvimento do estudo A02 a formação docente é delineada como necessária para promoção de uma educação crítica, interativa, reflexiva, dialógica, contextualizada na atualidade, ancorada na própria prática dos sujeitos envolvidos. Essas características se sustentam na perspectiva de autores citados no texto, como: Fonseca da Silva (2019), em Foerste e Camargo (2019) e em Nóvoa (2009). A formação continuada é destacada como instrumento imprescindível para complementar a formação, principalmente ao que se refere ao contexto da cultura digital, ao longo da carreira docente.

Com relação à formação docente, os estudos A01 e A02 convergem com os pressupostos teóricos apresentados no artigo, tanto com relação à formação inicial docente, quanto em relação à formação continuada. Em ambos, a formação inicial é caracterizada como uma frágil, defasada e que não subsidia a prática pedagógica alinhada às necessidades do contexto educacional contemporâneo. Neste ínterim, a formação continuada em

serviço é discutida nos dois artigos como questão fundamental para garantir a prática educativa dos professores alinhadas à perspectiva da educação contemporânea, que vai solicitar dos professores, novas habilidades, formas de pensar e fazer a educação no ambiente escolar, considerando o diálogo, reflexão, mediação e colaboração para atuar no mundo digital e dominar suas múltiplas linguagens e instrumentos.

A terceira análise que fizemos foi sobre os aspectos contemporâneos da educação identificados nos artigos analisados, em que pudemos observar algumas semelhanças e também inovações no que tange à prática docente e a aprendizagem.

O artigo A01 “Práticas pedagógicas remixadas” de Martins e Giraffa (2020) apresenta um estudo de caso em duas escolas privadas reconhecidas pela inovação pedagógica. O foco é a adoção de práticas pedagógicas alinhadas à cultura digital, combinando tecnologias, metodologias ativas e formação docente crítica. As autoras introduzem o conceito de “práticas pedagógicas remixadas”, que unem estratégias como Pensamento Computacional, Cultura Maker, Gamificação e metodologias ativas. O objetivo é romper com modelos tradicionais, promovendo o protagonismo estudantil, a fluência digital e a transversalidade dos saberes com o professor atuando como mediador e curador de experiências educativas.

Já o artigo A02 de Góes e Vago-Soares (2022), é analisada a formação inicial de professores de Artes Visuais da UFES e como ela influencia o ensino de arte contemporânea na Educação Infantil. As autoras destacam a necessidade de formação contínua e alinhada ao contexto social e tecnológico atual, enfatizando elementos como Educação Holística, Aprendizagem Ativa, Inclusão e Tecnologias Digitais.

Mediante análise, percebe-se que os autores evidenciam características de uma educação contemporânea e possuem algumas semelhanças como: ênfase nas metodologias ativas; Integração da cultura digital; professor como mediador; formação docente crítica alinhada às questões contemporâneas; e estudante como protagonista. Como práticas inovadoras, tem-se a evidência do termo “práticas remixadas” que convergem no pensamento de remix “misturas” de práticas que envolvem a cultura digital.

4 Considerações finais

Diante da análise dos estudos apresentados, é possível identificar múltiplas características da educação contemporânea que se articulam com as demandas da sociedade digital e com a necessidade de práticas pedagógicas mais críticas, criativas e significativas. Entre essas características, destacam-se o uso de práticas pedagógicas remixadas que integram metodologias ativas, tecnologias digitais e estratégias inovadoras como o Pensamento Computacional, a Cultura Maker e a Gamificação. Observa-se, ainda, a centralidade do estudante como protagonista do processo de aprendizagem e o papel do professor como mediador e designer de experiências educativas.

A fluência digital, a valorização da leitura crítica e prazerosa, a transversalidade de saberes e a promoção da criatividade, da colaboração e da autoria revelam uma abordagem mais sensível e contextualizada da educação, presentes na cultura digital. Essa abordagem, vai demandar dos professores habilidades e conhecimentos que não são comuns à sua formação e solicita uma postura de abertura para desenvolver novas aprendizagens e buscar alternativas para atender as demandas do presente.

Torna-se imperativo nessa perspectiva, repensar a formação docente – tanto a inicial quanto a continuada – pois a formação é apontada como fundamental para que o professor possa atuar de forma crítica e responsiva às transformações sociais, culturais e tecnológicas. Por fim, aspectos como a inclusão, a diversidade e uma perspectiva holística de ensino fortalecem a construção de uma escola aberta, dialógica e conectada ao mundo contemporâneo.

Referências

ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

AMARAL, C. M.; MATEUS, K. A. de O. Concepções de Educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 7, p. e12925, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12925>. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12925>.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, M. R. D. Q.; ALVARENGA, V. M. A formação docente e o ensino das artes visuais na perspectiva da arte indígena contemporânea. **Revista Digital do LAV**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e32/1–21, 2024. DOI: 10.5902/1983734887516. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/87516>.

CAMPOS, A. F. M. de.; CAETANO, L. M. D.; GOMES, V. M. L. R. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 54, p. 139–169, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2702>.

CLAUDINO, Osmundo Rocha. Educar na Sociedade da Informação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p.49-72, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>.

FARIAS, Edilênio Vieira. Seminário “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico”. **Apresentação de slides**. Universidade Estadual da Bahia - Campus XVII, Bom Jesus da Lapa, BA, 28 mar. 2025.

GÓES, M. S.; SOARES, M. Fricções e aproximações do ensino da arte na educação infantil: formação docente e arte contemporânea. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 238–255, 2022. DOI: 10.5965/2175234614322022238. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/20935>.

KENSKI, Vani Moreira. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**. n.08, p. 58 -71 mai/ago. 1998.

MARTINS, C.; GIRAFFA, L. M. M. Práticas pedagógicas remixadas: relações entre estratégias pedagógicas da cultura digital e formação docente. **Revista e-Curriculum**, v. 18 n. 2, p. 739-760 (2020). DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i2p739-760>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/48048/32226>

MORAN, José. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. In: BACICH, Lilian; TANZI, Simone; TREVISANI, Fernando (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27-45. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2021/01/educa%C3%A7%C3%A3o_h%C3%ADbrida.pdf.

NÓVOA, António. **Escolas e Professores, Proteger, Transformar, Valorizar**. Colaboração Yara Alvin. Salvador: SEC/IAT, 2022.

SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: 1484_991_sousa-9788578791247.pdf (clam.org.br). Acesso em: 20. Ago. 2023

BEHRENS, M. A.; MASETO, M. T.; MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus. 2000

Capítulo 9

REVISÃO DE LITERATURA: NUANCES DA (IN)OBSERVÂNCIA DA MULHER EMPREENDEDORA SOCIAL BAIANA EM PESQUISAS (2021-2024)

Roberta Nonato da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

roberta.nonato.silva@gmail.com

Diego Guilherme Lopes Rodrigues

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

dr.diegoglopes@dgladv.com

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

bacelarkarla@gmail.com

RESUMO: Este estudo tem origem nas discussões dos seminários promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e leituras sugeridas pelo programa, que subsidiaram as discussões e reflexões teórico-metodológicas do trabalho. O objetivo foi realizar uma revisão da literatura sobre a (in)observância da mulher empreendedora social baiana nas pesquisas entre 2021 e 2024, respondendo à questão: Quais as nuances da (in)observância da mulher empreendedora social baiana nas produções desse período? Para isso adotou-se uma abordagem qualitativa e uma revisão sistemática da literatura, que envolveu levantamento no banco de teses e dissertações do repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e plataformas virtuais dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu brasileiros. Os resultados indicam que, apesar das conquistas significativas, as mulheres empreendedoras ainda enfrentam obstáculos socioculturais, institucionais e de gênero, impostas por estruturas patriarcais e capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Empreendedorismo social. Revisão de literatura.

1 Introdução

O estudo aqui apresentado, intitulado Revisão de literatura: nuances da (in)observância da mulher empreendedora social baiana em pesquisas (2021-2024), decorreu das interlocuções estabelecidas ao longo das discussões promovidas nos seminários “Revisão sistemática de literatura nas pesquisas qualitativas interdisciplinares: rigor científico¹” e “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção do uso social²”, promovidos no semestre 2025.1, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha.

O referido evento se constitui como uma atividade interdisciplinar obrigatória sem creditação do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), momento que foi concebido com o propósito de fomentar a qualificação das produções científicas desenvolvidas pelos discentes, por meio do aprofundamento teórico-metodológico em torno da revisão sistemática de literatura e da escrita acadêmica comprometida com o rigor científico e a relevância social. A pesquisa está vinculada ao PPGIES, do Departamento de Educação - Campus XI da UNEB, integrado à Linha de Pesquisa 01 - Novos Contextos de Aprendizagem, e ao projeto integrador “Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: (Inter)relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”.

A presente investigação tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre a (in)observância da mulher empreendedora social nas pesquisas acadêmicas entre 2021 e 2024, com recorte ao território baiano. Para alcançar esse objetivo, optou-se pela realização de uma revisão sistemática de literatura com abordagem qualitativa, ancorada nos estudos de Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023) e Campus et al. (2023). A escolha metodológica foi orientada pelas reflexões suscitadas durante os seminários supracitados, que contribuíram para a construção da questão de pesquisa: Quais as nuances da (in)observância da mulher empreendedora social baiana no cenário das pesquisas acadêmicas no período de 2021 a 2024?

Inicialmente, é essencial compreender o significado de “ser empreendedor”, levando em conta que os diversos conceitos relacionados

1 Seminário proferido por FARIAS, E. V., na Semana de Integração da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha-BA, no dia 28 de março de 2025.

2 Seminário proferido por PASSOS, M. B. A., na Semana de Integração da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha-BA, no dia 28 de março de 2025.

ao termo não fazem distinção de gênero¹, uma vez que suas características podem ser identificadas tanto em homens quanto em mulheres, embora, nas primeiras formulações, a ênfase tenha sido dada ao público masculino. Os termos empreendedorismo e empreendedor originam-se da palavra francesa *entrepreneur*, derivada do latim *imprehendere*, sendo o empreendedor visto como um agente de transformação, capaz de promover inovações, usar recursos de forma criativa, romper com padrões tradicionais, reorganizar estruturas e adaptar-se a novas circunstâncias (Schumpeter, 1934). Sob essa ótica, a mulher empreendedora demonstra a capacidade de modificar positivamente sua própria realidade, ao gerar renda e impulsionar o desenvolvimento de sua família e de sua comunidade.

Este artigo está organizado em duas seções principais. A primeira apresenta a metodologia utilizada e a segunda trata da análise crítica das produções selecionadas, destacando as abordagens, lacunas e tensões teóricas em torno do conceito de mulher empreendedora social no contexto baiano. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as reflexões construídas a partir das temáticas estudadas, apontando contribuições e limites da produção acadêmica no campo em questão.

2 Metodologia

Os seminários “Revisão sistemática de literatura nas pesquisas qualitativas interdisciplinares: rigor científico” e “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção do uso social”, foram espaços importantes de diálogo, reflexão e troca de saberes. As falas dos expositores, somadas aos artigos de Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023) e Campus et al. (2023), sugeridos como leituras de apoio às discussões, contribuíram para a construção da temática e embasaram a escolha metodológica aqui apresentada.

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, ancorado na revisão sistemática de literatura, como método de acesso e sistematização do conhecimento já produzido sobre a mulher empreendedora social no estado da Bahia, no recorte temporal de 2021 a 2024. Essa escolha metodológica justifica-se pela natureza da

1 Segundo Scott (1996) citado por Coelho (2021), o gênero é um elemento que organiza as diferenças entre os sexos, não tratando apenas da igualdade entre homem e mulher, mas evidenciando que as diversidades não precisam ser construídas como hierarquias. Dessa forma, entende-se que cada ser humano é único e que as diferenças, embora possam ter base biológica, não justificam a superioridade de aspectos sociais (Coelho, 2021).

questão investigada, que demanda uma leitura crítica e aprofundada de produções acadêmicas que discutem os entrecruzamentos entre gênero e empreendedorismo social.

A revisão sistemática de literatura, adotada como método neste estudo, distingue-se por seu caráter rigoroso, planejado e reproduzível, podendo ser utilizada como delineamento metodológico em pesquisas qualitativas nas ciências sociais e da educação. Conforme Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023), essa abordagem vai além da simples reunião de referências, constituindo-se como uma pesquisa científica estruturada, baseada em protocolos bem definidos, que visam responder a uma pergunta de investigação a partir da análise crítica de estudos primários previamente publicados. A sistematização do conhecimento, nesse contexto, permite identificar lacunas, convergências e tensões teóricas em torno do objeto de estudo, assegurando uma sistematização criteriosa e fundamentada nas produções acadêmicas.

Corroborando com os autores supracitados, Campus et al. (2023) enfatizam que a revisão sistemática de literatura constitui uma etapa fundamental nas pesquisas científicas, visto que permite a identificação e sistematização de estudos preexistentes a cerca de determinada área do conhecimento, auxiliando o pesquisador a identificar possíveis lacunas que possibilitem suscitar novas investigações. Este tipo de pesquisa é orientado por etapas claramente estabelecidas, como a definição da pergunta de pesquisa, a escolha criteriosa dos descritores, a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, a extração e análise dos dados, e, por fim, a síntese e publicação dos resultados (Campos, Caetano e Laus-Gomes, 2023).

O protocolo metodológico utilizado neste estudo segue a estrutura proposta por Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023) e Campus et al. (2023), fundamentando-se em uma revisão sistemática da literatura, o que reforça a confiabilidade dos resultados e a possibilidade de replicação da pesquisa. O levantamento bibliográfico foi inicialmente conduzido no banco de teses e dissertações do repositório da CAPES. No entanto, tornou-se necessário expandir a busca para as plataformas virtuais de programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, com o objetivo de enriquecer o referencial teórico das pesquisas que abordavam a mulher empreendedora social baiana. Para isso, foram utilizados descritores como “mulher” e “empreendedora social”, combinados entre si, seguindo critérios de inclusão previamente estabelecidos, tais como a pertinência temática,

o vínculo territorial com o estado da Bahia e o período de publicação compreendido entre 2021 e 2024.

Com esse procedimento, foram identificadas seis produções acadêmicas que contemplam, direta ou indiretamente, a figura da mulher empreendedora social em contextos baianos. As informações extraídas dessas pesquisas foram organizadas em um quadro-síntese, contendo informações sobre autoria, ano, título, instituição, objetivos e principais resultados. A análise concentrou-se em examinar como o conceito de mulher empreendedora social é mobilizado, as abordagens destinadas a esse sujeito coletivo e as representações construídas sobre sua atuação nos cenários socioeconômicos estudados.

Assim, a metodologia adotada possibilitou não apenas a revisão da literatura existente, mas também uma reflexão crítica sobre seus silêncios, convergências e divergências. Através dessa lente, emergem tanto os esforços para valorizar o protagonismo feminino quanto as lacunas teóricas e metodológicas que ainda se fazem presentes. Dessa forma, a pesquisa contribui para aprofundar o debate em torno do lugar social da mulher empreendedora e para tencionar as narrativas que, por vezes, invisibilizam sua relevância nos processos de transformação social no território baiano.

3 Desenvolvimento

A revisão sistemática de literatura realizada neste trabalho analisou seis produções acadêmicas que abordavam a mulher empreendedora social na Bahia, especificamente no período de 2021 a 2024. A questão central da pesquisa buscou compreender as nuances da (in)observância dessa mulher nas pesquisas acadêmicas, levando em consideração os aspectos relacionados à sua inserção no contexto social, político e econômico. Para tanto, foi elaborado o Quadro 1, que reúne informações sobre os estudos identificados, incluindo autores, ano de publicação, título, instituição, objetivos e principais conclusões. A análise realizada considerou a presença e a frequência dos conceitos-chave mulher empreendedora social, com atenção especial à maneira como essas mulheres foram representadas nas diferentes produções acadêmicas. Esse processo permitiu uma melhor compreensão dos elementos que envolvem a atuação das mulheres empreendedoras sociais no contexto socioeconômico baiano.

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico

Autor	Título	Instituição	Objetivo	Conclusão
COELHO (2021)	Mulheres empreendedoras sociais numa feira livre do Recôncavo Baiano: uma proposta inter-ventiva	Universidade do Estado da Bahia	Analisar e intervir nas propositivas advindas da realidade de mulheres empreendedoras sociais, que atuam no ramo de horti-fruti de uma feira livre no referido território.	Revelou que as mulheres feirantes de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, desempenham um papel crucial no empreendedorismo social, enfrentando desafios relacionados ao gênero em um contexto patriarcal e capitalista. Apesar das dificuldades, elas demonstram empoderamento, autoestima e valorização de seu trabalho nas feiras livres, que são espaços fundamentais de geração de renda e resistência cultural.
PRAZERES (2021)	Empreendedorismo e empoderamento feminino: o caso das mulheres do ramo de beleza em São Felipe - BA	Centro Universitário Maria Milza	Identificar o perfil das empreendedoras, caracterizar suas atividades, as práticas de gestão utilizadas e os elementos que contribuem para a independência e o empoderamento feminino.	Conclui-se que o empreendedorismo teve um impacto significativo no crescimento pessoal e profissional das mulheres, refletindo também nas suas relações familiares e com clientes. Embora a maioria delas não possua formação teórica ou prática em gestão, foi observado que reconhecem a importância dessas competências para aprimorar a administração de seus negócios. Para essas mulheres, o empreendedorismo representa uma importante etapa de transformação, destacando principalmente a confiança que conquistaram e seguem construindo em suas trajetórias.
RIBEIRO (2021)	O empreendedorismo materno e a manutenção das estruturas patriarcais: novo discurso, velhas propostas	Universidade Católica do Salvador	Verificar os efeitos da adoção do empreendedorismo materno como instrumento hábil ao alcance da emancipação feminina.	As conclusões apontam que embora o empreendedorismo materno seja frequentemente apresentado como uma solução genuína para o empoderamento e emancipação feminina, ele na verdade perpetua as desigualdades estruturais da sociedade capitalista. O modelo enfatiza o esforço individual das mulheres para conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, mas não desafia as bases discriminatórias que definem o papel feminino na sociedade. Ao invés de promover uma transformação social real, ele reforça a ideia de que as mulheres devem lidar sozinhas com as adversidades, sem questionar a divisão de gênero e a exploração dentro do mercado.

FRANÇA (2022)	Mulheres negras e afroempreendedorismo: potências afrofeministas mobilizadoras conquistenses	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Compreender como o fenômeno denominado - empreendedorismo negro e/ou -afroempreendedorismo se constitui como estratégias de sobrevivência e de autodefinição das mulheres negras, no contexto atual na cidade de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste baiano.	A pesquisa revela que o empreendedorismo para mulheres negras, especialmente em contextos de crise e políticas neoliberais, funciona como uma estratégia de sobrevivência e resistência. Embora não utilizem o termo “afroempreendedorismo”, elas se organizam em coletivos e usam as plataformas digitais para reinventar seus negócios e afirmar suas identidades. No entanto, o racismo estrutural e algoritmos tendenciosos ainda limitam a visibilidade dessas mulheres. O estudo destaca como o empreendedorismo se torna uma ferramenta de empoderamento e resistência contra a exclusão social e econômica.
AGUIAR (2023)	Empreendedorismo feminino e redes de apoio: oportunidades e desafios no Município de Vitória da Conquista-BA	Centro Universitário Campo Limpo Paulista	Investiga a importância da nucleação das redes de apoio ao empreendedorismo feminino promovidas pelos programas governamentais, tendo-se como premissa que mulheres à frente de negócios podem ser agentes de transformação e progresso na economia.	A pesquisa constatou que as mulheres empreendedoras reconhecem a importância de participar dos programas de políticas públicas e das redes de apoio, essas em destaque por fatores de atratividade das realidades vivenciadas e que obtém muitos resultados a partir do apoio que recebem dos programas e das redes, embora ainda sintam falta de capacitações específicas para o negócio. Esse estudo mostrou a relevância da formação de mulheres a cerca da importância da preservação da sua cultura a partir de práticas educativas e socioambientais, constituindo saberes que serão transmitidos aos descendentes.

GIL (2024)	Empreendedorismo com foco no contexto baiano: um estudo sobre o modus operandi do cacete-armado como abordagem para a análise da atividade empreendedora de trabalhadoras por conta própria em puxadinhos	Universidade Federal da Bahia	Compreender, à luz do empreendedorismo cacete-armado, as características e dinâmicas das atividades empreendedoras conduzidas por trabalhadoras por conta própria.	O estudo aponta que o empreendedorismo na atualidade diz respeito aos processos de informalização e precarização do trabalho que impulsionam trabalhadoras à prática empreendedora como única alternativa para a obtenção de renda e meio de sobrevivência. Jogadas a própria sorte, numa governança de ausência estatal, essas mulheres usam a extensão da moradia autoconstruída - puxadinho - para o exercício de suas atividades empreendedoras. Neste esteio, o modus operandi e os traços do cacete-armado emergem e são empregados nas dinâmicas empreendedoras dessas interlocutoras. Na seara contextual, conclui-se que o cacete-armado se solidifica como uma abordagem possível para o entendimento dos pequenos empreendimentos situados no seio baiano.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025.1)

A pesquisa de Coelho (2021), por exemplo, expõe como as mulheres feirantes de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, enfrentam desafios significativos no empreendedorismo social, com destaque para as dificuldades impostas pelas estruturas patriarcais e capitalistas que dominam o contexto social. A autora aponta que, apesar dos obstáculos, essas mulheres demonstram formas de resistência e empoderamento, utilizando as feiras livres como espaços fundamentais para a geração de renda e a preservação de tradições culturais. No entanto, a pesquisa não deixa de observar que, ainda que haja uma evidência de resistência e empoderamento, as mulheres empreendedoras sociais continuam inseridas em um sistema que as mantém em uma posição subalterna, onde as desigualdades de gênero são inevitavelmente reproduzidas.

Por sua vez, Prazeres (2021) analisa o impacto do empreendedorismo no ramo de beleza em São Felipe (BA), com o objetivo de investigar o perfil das empreendedoras, suas práticas de gestão e os fatores que contribuem para o empoderamento feminino. A pesquisa conclui que, embora o empreendedorismo tenha um impacto positivo no crescimento pessoal e profissional das mulheres, ele ainda está distante de proporcionar uma transformação estrutural. A falta de qualificação em gestão e o domínio

de práticas empreendedoras mais eficazes dificultam o alcance de um crescimento sustentável e significativo para muitas das mulheres estudadas. A autora destaca a necessidade de capacitações e de uma abordagem mais integrada que fortaleça o empoderamento feminino, o que poderia contribuir para a superação de limitações impostas pela estrutura capitalista.

Ribeiro (2021), ao investigar o empreendedorismo materno, traz à tona a reflexão de que esse fenômeno, embora frequentemente visto como uma solução emancipatória, acaba por perpetuar as desigualdades estruturais da sociedade capitalista. A pesquisa demonstra que o empreendedorismo materno é retratado como uma oportunidade para conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, mas, na prática, esse modelo reforça as desigualdades de gênero e não questiona as bases discriminatórias que delimitam o papel das mulheres na sociedade. As mulheres que buscam a emancipação por meio do empreendedorismo materno acabam enfrentando uma sobrecarga de funções e responsabilidades, muitas vezes sem o suporte necessário para alcançar a prosperidade. Essa busca por soluções individuais não consegue romper com as estruturas opressivas e contribui para a manutenção da subordinação feminina dentro do mercado de trabalho.

A pesquisa de França (2022), por outro lado, foca na análise do afroempreendedorismo, especialmente no contexto das mulheres negras em Vitória da Conquista (BA). O estudo evidencia como o empreendedorismo se apresenta como uma estratégia de sobrevivência e resistência, principalmente diante de crises e políticas neoliberais que agravam as desigualdades sociais e econômicas. Embora essas mulheres não se identifiquem explicitamente com o termo “afroempreendedorismo”, elas se organizam coletivamente, utilizando plataformas digitais para reinvenção dos seus negócios e para afirmar suas identidades. No entanto, a autora alerta para os obstáculos impostos pelo racismo estrutural e pela discriminação algorítmica, que limitam a visibilidade e o alcance dessas mulheres no mercado. Assim, o empreendedorismo emerge como uma ferramenta de empoderamento, mas também como um reflexo das limitações do próprio sistema capitalista que as coloca à margem.

Na pesquisa de Aguiar (2023), é analisada a relevância da formação de redes de apoio ao empreendedorismo feminino, impulsionadas por programas governamentais, partindo do princípio de que mulheres empreendedoras podem atuar como agentes de transformação e desenvolvimento econômico. Ao examinar o perfil empreendedor de

mulheres em Vitória da Conquista (BA), o estudo constatou que, apesar de apresentarem características alinhadas às descrições da literatura sobre empreendedorismo, há especificidades contextuais que afetam suas práticas de gestão. As empreendedoras demonstram elevada resiliência e capacidade de adaptação, conciliando as responsabilidades familiares com a gestão de seus negócios.

Em sua tese, Gil (2024) propôs a correlação do empreendedorismo desenvolvido no contexto da baianidade com a expressão, também baiana, cacete armado, a partir das realidades dos pequenos empreendimentos da cidade de Camaçari (BA). O objetivo foi compreender, à luz do empreendedorismo cacete armado, as características e as dinâmicas das atividades empreendedoras conduzidas por trabalhadoras em seus puxadinhos¹. O estudo concluiu que apesar das tensões com as quais tem que lidar, ao baile das dificuldades enfrentadas no cotidiano empreendedor, as empreendedoras mostraram resiliência e o expresso desejo de seguirem com seus puxadinhos porque eles significam muito mais do que a aquisição de grandes lucros, representam ocupação, trabalho, emprego e autonomia.

A análise conjunta dessas pesquisas revela importantes nuances sobre a (in)observância da mulher empreendedora social na Bahia. Apesar das diferenças entre os contextos investigados, observa-se uma tendência comum: embora essas mulheres demonstrem empoderamento em certa medida, elas ainda enfrentam barreiras significativas impostas por estruturas patriarcais e capitalistas. Nesse cenário, o empreendedorismo surge como uma estratégia de resistência e sobrevivência. Grande parte dos estudos destaca a importância da formação e fortalecimento das mulheres empreendedoras, mas também aponta críticas ao predomínio de soluções individualizadas, em detrimento da construção de movimentos coletivos capazes de enfrentar as desigualdades estruturais.

Outro ponto recorrente nas pesquisas é a invisibilidade e marginalização das mulheres empreendedoras sociais, especialmente entre mulheres negras e em situação de vulnerabilidade social. Apesar de o empreendedorismo representar uma ferramenta para afirmação de identidade e autonomia financeira, ele não resolve plenamente as desigualdades de classe, raça e gênero. Os relatos dessas mulheres evidenciam a sobrecarga de trabalho, a limitada inserção no mercado e a manutenção em posições subordinadas, mesmo quando seus esforços são reconhecidos.

1 Espaços informais, irregulares, clandestinos, ocupados à revelia do poder público ou com a sua anuência conveniente, caracterizados pela concentração de pessoas com pouca ou nenhuma renda, carentes de um ou mais dos itens que a cidade formal oferece (Gil, 2024).

As pesquisas mostram a intensificação da presença feminina no empreendedorismo social, sobretudo entre mulheres de baixa renda e residentes em áreas periféricas, indicando uma tendência crescente na Bahia. Muitas recorrem ao empreendedorismo como meio de sobrevivência diante da precarização do trabalho formal. Contudo, sua atuação ainda é fragilizada pela falta de políticas públicas adequadas, como acesso a crédito, capacitação e redes de apoio institucional. Além disso, as políticas existentes, muitas vezes, desconsideram as especificidades de gênero e as desigualdades estruturais que afetam essas mulheres.

A revisão dos estudos evidencia lacunas no campo acadêmico, indicando a necessidade de abordagens mais críticas e integradas sobre as condições de vida das mulheres empreendedoras sociais na Bahia. Embora busquem autonomia por meio do empreendedorismo, essas mulheres frequentemente acabam reproduzindo as desigualdades do sistema capitalista, sem contar com os recursos necessários para alterar essa realidade. Ampliar o escopo das investigações e fomentar redes coletivas são ações fundamentais para a construção de um movimento emancipatório mais robusto e sustentável. Assim, a (in)observância da mulher empreendedora social nas pesquisas acadêmicas ainda precisa ser repensada, considerando a complexidade das questões envolvidas e a necessidade de um olhar mais atento para as disparidades de gênero, classe e raça presentes no contexto baiano.

4 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste estudo resultam das exposições dialogadas realizadas nos seminários “Revisão sistemática de literatura nas pesquisas qualitativas interdisciplinares: rigor científico” e “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção do uso social”, promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), no semestre 2025.1, bem como do levantamento bibliográfico conduzido pelos autores, inspirado na revisão da literatura sobre a (in)observância da mulher empreendedora social baiana nas pesquisas acadêmicas entre 2021 e 2024 que fundamentou as discussões aqui desenvolvidas.

A partir das reflexões suscitadas nos seminários, reforçou-se a importância do rigor científico na produção acadêmica, sobretudo no que tange à clareza metodológica e ao uso da revisão sistemática da

literatura como instrumento-chave para a identificação e organização do conhecimento existente em determinada área.

Os resultados da investigação teórica indicam que, apesar das realizações expressivas, as mulheres empreendedoras continuam a enfrentar barreiras sociais, culturais, institucionais e de gênero para obter o devido reconhecimento. Nesse sentido, é imprescindível que futuras pesquisas explorem as interseccionalidades de gênero, raça e classe que atravessam a atuação dessas empreendedoras sociais na Bahia. Apenas uma abordagem crítica e contextualizada permitirá a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às suas realidades, promovendo a equidade de gênero e a justiça social.

Em síntese, embora existam avanços no reconhecimento e apoio ao empreendedorismo feminino no estado, persistem obstáculos estruturais que demandam a revisão das políticas públicas atuais. Construir um ambiente favorável ao empreendedorismo das mulheres vai além do acesso a crédito e capacitação: requer a desconstrução de barreiras históricas e institucionais que limitam suas possibilidades. A formulação de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero, raça e território, com participação ativa das próprias mulheres empreendedoras, é essencial para a promoção da equidade e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Referências

- AGUIAR, Valéria G. **Empreendedorismo feminino e redes de apoio:** oportunidades e desafios no Município de Vitória da Conquista-BA. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional) - Centro Universitário Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista 2023. Disponível em: https://unifaccamp.edu.br/mestrado/administracao/arquivo/Documentos/producao_discente/ValeriaGomesAguiar.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.
- CAMPOS, A. F. M. de, CAETANO, L. M. D. GOMES, V. M. L. R. **Revisão sistemática de literatura em educação:** características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 27(54), 139-169, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2702>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- CAMPOS, Lívia R. M. et al. **A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa.** *Cadernos da FUCAMP*, v.

22 n. 57, p. 96-110. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3042>. Acesso em: 28 mar. 2025.

COELHO, Mariana A. A. **Mulheres empreendedoras sociais numa feira livre do recôncavo baiano: uma proposta interventiva**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2021. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2022/04/DISSERTACAO-MARIANA.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025.

FRANÇA, Luana S. **Mulheres negras e afroempreendedorismo: potências afrofeministas mobilizadoras conquistenses**. 2022. (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11703751. Acesso em: 06 abr. 2025.

GIL, Lenade B. S. **Empreendedorismo com foco no contexto baiano: um estudo sobre o modus operandi do cacete-armado como abordagem para a análise da atividade empreendedora de trabalhadoras por conta própria em puxadinhos**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41276>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PRAZERES, Lais G. N. DA S. **Empreendedorismo e empoderamento feminino: o caso das mulheres do ramo de beleza em São Felipe-BA**. 2021. (Mestrado Profissional) Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11018821. Acesso em: 06 abr. 2025.

RIBEIRO, Julia M. O. **Empreendedorismo materno e a manutenção das estruturas patriarcais: novo discurso, velhas propostas**. 2021 (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13107062# . Acesso em: 06 abr. 2025.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge, MA: Harvard University, 1934.

A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA PÓS-GRADUAÇÃO: ESCRITA CIENTÍFICA E COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Marizete Barbosa de Lima Souza

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

marize809@yahoo.com.br

Everton Nery Carneiro

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

ecarneiro@uneb.br

RESUMO: Este artigo reflete criticamente sobre a formação de pesquisadores na pós-graduação, destacando a escrita científica como prática social, política e formativa voltada à transformação da realidade. Inspirado na palestra da Prof.^a Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB), intitulada “A escrita científica e a implicação com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”, promovida pelo PPGIES/UNEB em 2025.1, o estudo discute a escrita como ato ético, político e pedagógico que produz sentidos, constitui identidades e promove mudanças. Fundamentado em Freire (2009), Antunes (2007), Machado (2005), Val (1999) e Passos (2025), analisa o modelo hegemônico de produção acadêmica, centrado na produtividade, e propõe repensar práticas pedagógicas e critérios de avaliação, integrando rigor, criticidade e compromisso social. Conclui-se que a escrita científica deve ser ressignificada como instrumento de democratização do conhecimento e intervenção social, formando pesquisadores engajados com uma ciência emancipatória e comprometida com a justiça e a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita científica; formação de pesquisadores; transformação social.

1 Introdução

A presente reflexão nasce das leituras, contextualizações e diálogos desenvolvidos no Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), no primeiro semestre de 2025, no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, em Serrinha/BA. O evento, intitulado “A escrita científica e a implicação com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”, foi ministrado pela Professora Doutora Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB). O PPGIES, em sua trajetória, busca fortalecer a promoção de espaços formativos que incentivem o diálogo e a reflexão sobre a pesquisa e a construção do conhecimento, oportunizando o aprimoramento da escrita acadêmica.

O processo de escrita científica na pós-graduação vai além da elaboração de textos, exigindo habilidades de redação, pensamento crítico, argumentação, contextualização e análise de dados. Trata-se de aprofundar o conhecimento do pesquisador, integrando experiências pessoais ao rigor ético e científico. A escrita assume papel central, pois sistematiza, valida e socializa o conhecimento, sendo também prática ética, política e transformadora (Gil, 2002).

Como destaca a Prof.^a Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (2025), refletir sobre a escrita científica é pensar a palavra como instrumento de poder e transformação. A palavra escrita é um produto histórico e cultural que carrega em si a possibilidade de provocar mudanças na sociedade. Assim, discutir a escrita científica na pós-graduação implica reconhecer sua natureza formativa e o compromisso social que deve orientar o trabalho do pesquisador.

A presente reflexão organiza-se a partir dos cinco eixos propostos pela palestrante: introdução; o texto e seus aspectos; escrita científica e rigor acadêmico; produção para o uso social; e considerações finais, fundamentando-se em autores como Freire (2009), Antunes (2007), Machado (2005) e Val (1999). O objetivo é analisar a escrita científica como prática intelectual e política, evidenciando seu papel na formação de pesquisadores comprometidos com a transformação social.

A formação de pesquisadores vai além de métodos e técnicas, envolvendo o desenvolvimento de consciência crítica, ética e política sobre seu papel na sociedade. A escrita científica, nesse contexto, deixa de ser apenas comunicação acadêmica e se configura como prática social

e política, orientada pelo compromisso com a transformação social. Suas escolhas temáticas e metodológicas refletem o engajamento do pesquisador, destacando a importância da relevância social sobre a mera produtividade.

Dessa forma, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a formação de pesquisadores na pós-graduação, com foco na escrita científica enquanto prática comprometida com a transformação social. A partir de referenciais teóricos críticos, busca-se compreender em que medida os programas de pós-graduação têm promovido uma formação que articule excelência acadêmica, responsabilidade social e compromisso ético com as realidades históricas e culturais que permeiam a produção do conhecimento.

2 Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, cujo objetivo central consiste em analisar criticamente a formação de pesquisadores na pós-graduação, com ênfase na escrita científica entendida como prática comprometida com a transformação social. Não se busca, portanto, a comprovação empírica de hipóteses, mas sim a promoção de debates conceituais e políticos a partir de referenciais críticos que problematizam o papel social da ciência e da produção acadêmica.

Para a construção da análise, foi desenvolvido um estudo bibliográfico fundamentado em autores que discutem a educação crítica, a epistemologia da ciência, a política do conhecimento e a escrita acadêmica, tais como Freire (1996), Santos (2006), Bourdieu (1983), Freitas (2018) e Passos(2025). A escolha desses autores se deve à relevância de suas contribuições para a compreensão da ciência enquanto prática social, bem como da escrita acadêmica como espaço de poder, ideologia e identidade.

A metodologia adotada possibilita a problematização de práticas cristalizadas no campo acadêmico, notadamente aquelas que envolvem o ensino e a concepção da escrita científica nos programas de pós-graduação. Dessa forma, a investigação não se limita à descrição de práticas, mas se propõe a examinar criticamente os sentidos atribuídos à produção textual e suas repercussões na formação de mestres e doutores comprometidos com o conhecimento socialmente relevante.

O estudo foi desenvolvido no contexto do colóquio “A escrita científica e a implicação com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”, ministrado pela Professora Doutora Miriam

Barreto de Almeida Passos (UNEB). Essa atividade integrou as ações do Programa de Pós-Graduação em Educação e Interdisciplinaridade (PPGIES), o qual busca consolidar espaços formativos voltados ao diálogo, à reflexão e ao aprimoramento da escrita acadêmica como instrumento de produção de saber crítico.

O referido evento destacou-se por sua relevância para os mestrandos do PPGIES, que buscaram compreender, aplicar e repensar a escrita científica a partir de uma perspectiva emancipatória. As discussões promovidas durante o colóquio motivaram a elaboração deste estudo, que se propôs a investigar os caminhos da escrita científica, entendendo-a como processo dialético entre rigor acadêmico e compromisso social.

Assim, a pesquisa bibliográfica adotada possibilitou a construção do conhecimento por meio da análise de produções teóricas já existentes sobre o tema. A abordagem qualitativa, por sua vez, revelou-se adequada por privilegiar a interpretação, a subjetividade e a reflexão crítica sobre o objeto investigado. Essa metodologia, portanto, contribuiu para aprofundar a compreensão do processo da escrita científica, evidenciando sua dimensão formativa e transformadora.

3 Desenvolvimento

3.1 A escrita científica como dimensão formativa e epistemológica

A escrita científica constitui um eixo central na formação de pesquisadores da pós-graduação, pois expressa, simultaneamente, o rigor acadêmico e o compromisso ético com a transformação social. Conforme Passos (2025), refletir sobre a escrita é refletir sobre a palavra e seus significados culturais e históricos, reconhecendo seu poder de produzir sentidos, constituir identidades e promover mudanças. A palavra falada ou escrita assume uma dimensão política e pedagógica, orientando a construção e a circulação do conhecimento.

A produção de um texto científico requer leituras diversificadas, análise crítica e argumentação sólida, que possibilitem compreender e comunicar ideias de forma consistente. Assim, a escrita acadêmica deve ser concebida como um processo contínuo, que envolve estudo, revisão, reescrita e engajamento constante com a realidade social investigada.

Nesse contexto, Passos (2025) propõe cinco eixos analíticos introdução, o texto e seus aspectos, escrita científica e rigor acadêmico,

produção para o uso social e considerações finais sustentados por aportes teóricos de autores como Freire (2009), Machado (2005), Antunes (2007) e Val (1999). Esses eixos contribuem para compreender a escrita científica como um desafio epistemológico que articula forma, conteúdo e textualidade. Para Passos, refletir sobre o texto é também refletir sobre as normas, os conceitos empregados e os recursos linguísticos que conferem coerência e sentido ao discurso.

A elaboração do texto científico pode ser comparada ao trabalho das lavadeiras alagoanas, metáfora utilizada por Machado (2005), que representa o processo de escrever, revisitar e aprimorar o texto até que este alcance clareza e consistência. Tal prática pressupõe domínio conceitual, leitura ampla e reflexão crítica. Nesse sentido, Motta-Roth e Hendges (2010) destacam que a leitura alimenta a escrita, exigindo do pesquisador a escolha de fontes relevantes, confiáveis e coerentes com o objeto de estudo. Eco (2008) complementa ao propor quatro critérios fundamentais para a escolha do tema de pesquisa: afinidade pessoal, acessibilidade das fontes, viabilidade cultural e adequação metodológica.

Assim, a escrita científica vai além de uma simples técnica de registro de ideias, tornando-se uma prática social e intelectual que reflete a identidade do pesquisador e sua participação crítica no mundo. Através da escrita, o indivíduo da pesquisa expressa sua posição em relação ao conhecimento e demonstra sua compreensão sobre a realidade em estudo. Assim, a formação do pesquisador vai além do simples domínio de normas acadêmicas e padrões de linguagem; ela inclui a incorporação de valores éticos, políticos e epistemológicos que guiam a produção do conhecimento voltado para a transformação social.

Ao entender a escrita como um processo de formação, o pesquisador é incentivado a adotar uma atitude reflexiva e independente na criação do conhecimento. Essa atitude exige não só o domínio das técnicas de escrita, mas, principalmente, a habilidade de dialogar de forma crítica com as fontes, questionar pressupostos teóricos e construir argumentos sólidos. Nesse contexto, a escrita se transforma em um espaço para a construção de autoria, onde o pesquisador combina sua voz com a de outros autores, criando uma teia discursiva que evidencia tanto seu legado científico quanto a singularidade de seu pensamento.

Ademais, a escrita científica é um instrumento epistemológico que possibilita à pós-graduação desempenhar sua função social de gerar conhecimento significativo e transformador. Para que o conhecimento

gerado possa ser compartilhado, discutido e utilizado em diversos contextos, é essencial que o texto acadêmico seja claro, coerente e crítico. De acordo com Freire (2009), escrever envolve um compromisso com a interpretação do mundo, uma vez que a palavra escrita possui a capacidade de influenciar a realidade, gerando reflexão e transformação. Desse modo, a escrita científica também representa um exercício de liberdade e responsabilidade, em que o pesquisador reconhece seu papel social como agente de mudança.

O processo de formação para a escrita científica deve ser visto como um espaço de diálogo entre orientadores e orientandos, entre teoria e prática, entre individualidade e coletividade. Na pós-graduação, a produção textual é resultado de um processo colaborativo que se nutre do debate, da escuta e da crítica construtiva. Dessa interação, surge um conhecimento mais robusto, coerente e sensível às necessidades da sociedade. Assim, a escrita científica, como uma dimensão formativa e epistemológica, se estabelece como uma ferramenta essencial para a consolidação de uma pesquisa que prioriza a integridade acadêmica, a ética e a mudança social.

3.2 O rigor acadêmico e o compromisso político da escrita científica

A escrita científica ultrapassa o campo técnico da produção textual e se afirma como prática política e social. Ao produzir conhecimento, o pesquisador contribui para o avanço da ciência e para a transformação da realidade. De acordo com André (2001) e Zabalza (2004), a universidade deve constituir-se como espaço formativo voltado à qualidade e à função social da pesquisa. Assim, a produção científica deve gerar impactos concretos, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e crítica. Como ressalta Leandro (2025), “quando eu mudo, o mundo muda”, reafirmando que a transformação começa no sujeito e se expande coletivamente por meio da socialização do conhecimento.

Historicamente, a escrita científica foi concebida como neutra e objetiva. No entanto, autores como Freire (2009) e Santos (2006) demonstram que todo conhecimento é situado e carregado de valores e intenções. Escrever cientificamente é, portanto, um ato político, que envolve escolhas sobre o que, como e para quem pesquisar. A escrita engajada rompe com a lógica reprodutivista e contribui para processos de emancipação social.

Contudo, observa-se que muitos programas de pós-graduação ainda priorizam a produtividade em detrimento da formação crítica. A pressão por publicações em periódicos de alto impacto estimula textos tecnicistas, distantes das realidades sociais. Além disso, a escrita científica é frequentemente ensinada como mera aplicação de normas e padrões, o que limita o surgimento de vozes autorais e críticas. Diante desse cenário, torna-se necessário repensar a formação dos pesquisadores, sem abrir mão do rigor teórico e metodológico.

Nesse contexto, o rigor acadêmico deve ser entendido não somente como a conformidade com normas, mas também como um compromisso ético com a verdade, a consistência e a importância social do conhecimento gerado. O rigor vai além da precisão formal da escrita; ele envolve uma atitude intelectual responsável em relação aos fatos, às fontes e às interpretações. Santos (2008) defende que a ciência precisa ser rigorosa, mas não arrogante; plural, mas não relativista; crítica, mas não dogmática. Esse equilíbrio é o que dá à escrita científica seu caráter emancipador, permitindo que o pesquisador una rigor metodológico e sensibilidade social.

A escrita científica voltada para a transformação social exige, assim, a superação de uma visão instrumental da pesquisa, que a reduz a um produto mensurável e sem contexto. O verdadeiro rigor acadêmico surge da interação entre teoria e prática, da conexão entre a objetividade da análise e a subjetividade da experiência, reconhecendo o pesquisador como um sujeito histórico e envolvido no processo social que está investigando. Nesse contexto, a escrita transforma-se em um espaço de resistência e criação, onde o conhecimento é gerado de forma crítica, reflexiva e contextualizada.

Freire (2009) destaca que conhecer é também intervir, e, por isso, escrever sobre o mundo é, ao mesmo tempo, compreendê-lo e transformá-lo. Portanto, a escrita científica politicamente engajada não implica em renunciar ao rigor, mas em expandi-lo ao integrar a dimensão ética e humana na produção do conhecimento. Escrever com rigor implica também ter consciência das repercussões do discurso, reconhecendo que todo texto científico representa uma forma de ação no mundo.

Além disso, é fundamental ressaltar que o compromisso político da escrita não se trata de partidarismo, mas de responsabilidade social. É preciso admitir que a pesquisa científica deve atender às necessidades coletivas, contribuindo para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da

dignidade humana. Nesse cenário, o pesquisador desempenha o papel de intermediário entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, convertendo conhecimentos complexos em práticas acessíveis e transformadoras.

Para que esse compromisso seja cumprido, os programas de pós-graduação devem repensar suas abordagens pedagógicas, priorizando a formação crítica e ética dos alunos. A orientação acadêmica deve incentivar a reflexão, a independência intelectual e a escrita autoral, quebrando com padrões que reproduzem modelos excludentes e desumanizados. Apenas dessa forma será viável formar pesquisadores que escrevem não só para atender às demandas institucionais, mas também para intervir, questionar e sugerir soluções para uma sociedade mais consciente, plural e solidária.

3.3 A formação crítica do pesquisador e a escrita como instrumento de transformação social

A formação de pesquisadores comprometidos com a transformação social requer compreender a ciência como prática social, histórica e política. Para Freire (1996, p. 72), “não há neutralidade na educação: ou ela serve à dominação ou à libertação”. Assim, a formação acadêmica deve promover uma consciência crítica que ultrapasse os limites técnicos da pesquisa e se engaje nas lutas sociais.

Freitas (2018, p. 45) ressalta que “a escrita acadêmica não é apenas a transposição de ideias em um texto, mas uma prática que forma sujeitos, que posiciona e que também silencia”. Refletir sobre a escrita é, portanto, refletir sobre o tipo de pesquisador que se deseja formar e sobre o papel social do conhecimento produzido. Santos (2006, p. 15) complementa ao afirmar que “não há justiça social sem justiça cognitiva”, defendendo a valorização de saberes historicamente marginalizados por meio das epistemologias do Sul. Já Bourdieu (1983, p. 88) observa que o campo científico é um espaço de disputas simbólicas, no qual as relações de poder determinam quais discursos são legitimados, o que exige do pesquisador consciência crítica sobre as condições sociais que moldam o fazer científico.

Esses referenciais teóricos permitem compreender a escrita científica não como mera habilidade técnica, mas como instrumento de intervenção social e emancipação humana. Assim, a formação de pesquisadores na pós-graduação deve privilegiar uma escrita autoral, crítica e engajada, capaz de democratizar o conhecimento e contribuir para a transformação social. O ato de escrever, nesse contexto, torna-se expressão de compromisso

ético e político, fortalecendo o vínculo entre produção acadêmica e responsabilidade social.

Nesse contexto, o rigor acadêmico deve ser entendido não somente como a conformidade com normas, mas também como um compromisso ético com a verdade, a consistência e a importância social do conhecimento gerado. O rigor vai além da precisão formal da escrita; ele envolve uma atitude intelectual responsável em relação aos fatos, às fontes e às interpretações. Santos (2008) defende que a ciência precisa ser rigorosa, mas não arrogante; plural, mas não relativista; crítica, mas não dogmática. Esse equilíbrio é o que dá à escrita científica seu caráter emancipador, permitindo que o pesquisador uma rigor metodológico e sensibilidade social.

A escrita científica voltada para a transformação social exige, assim, a superação de uma visão instrumental da pesquisa, que a reduz a um produto mensurável e sem contexto. O verdadeiro rigor acadêmico surge da interação entre teoria e prática, da conexão entre a objetividade da análise e a subjetividade da experiência, reconhecendo o pesquisador como um sujeito histórico e envolvido no processo social que está investigando. Nesse contexto, a escrita transforma-se em um espaço de resistência e criação, onde o conhecimento é gerado de forma crítica, reflexiva e contextualizada.

Freire (2009) destaca que conhecer é também intervir, e, por isso, escrever sobre o mundo é, ao mesmo tempo, compreendê-lo e transformá-lo. Portanto, a escrita científica politicamente engajada não implica em renunciar ao rigor, mas em expandi-lo ao integrar a dimensão ética e humana na produção do conhecimento. Escrever com rigor implica também ter consciência das repercussões do discurso, reconhecendo que todo texto científico representa uma forma de ação no mundo.

Além disso, é fundamental ressaltar que o compromisso político da escrita não se trata de partidarismo, mas de responsabilidade social. É preciso admitir que a pesquisa científica deve atender às necessidades coletivas, contribuindo para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da dignidade humana. Nesse cenário, o pesquisador desempenha o papel de intermediário entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, convertendo conhecimentos complexos em práticas acessíveis e transformadoras.

Para que esse compromisso seja cumprido, os programas de pós-graduação devem repensar suas abordagens pedagógicas, priorizando a formação crítica e ética dos alunos. A orientação acadêmica deve incentivar

a reflexão, a independência intelectual e a escrita autoral, quebrando com padrões que reproduzem modelos excludentes e desumanizados. Apenas dessa forma será viável formar pesquisadores que escrevem não só para atender às demandas institucionais, mas também para intervir, questionar e sugerir soluções para uma sociedade mais consciente, plural e solidária.

4 Considerações finais

A análise evidencia que a formação de pesquisadores na pós-graduação brasileira ainda enfrenta desafios estruturais e conceituais para consolidar-se como um processo comprometido com a transformação social. Contudo, emergem experiências formativas que buscam romper com a lógica tradicional, valorizando a escrita como prática de engajamento político, ético e pedagógico. Tais iniciativas revelam a tensão entre o modelo hegemônico de produção acadêmica e os movimentos que procuram ressignificar a escrita científica como instrumento de emancipação e justiça cognitiva.

Repensar a pós-graduação implica revisar currículos, metodologias e critérios de avaliação, de modo a priorizar a formação crítica, a autoria intelectual e o compromisso social do pesquisador. A escrita científica deve ser compreendida como ato político e pedagógico, capaz de democratizar o conhecimento, fomentar o diálogo com diferentes públicos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

A formação de pesquisadores críticos exige que a escrita vá além da mera adequação às normas, incorporando uma dimensão reflexiva, ética e transformadora. Escrever, nesse sentido, é um exercício de consciência e responsabilidade, que posiciona o pesquisador como sujeito ativo na produção e na socialização do conhecimento. Assim, a escrita científica transforma-se em instrumento de intervenção e diálogo, convertendo a palavra em ação e a pesquisa em prática socialmente relevante.

Como destacam Freire (2009) e André (2001), o rigor acadêmico e a ética são indissociáveis da função social da pesquisa. Cabe à universidade reafirmar sua missão pública de formar pesquisadores comprometidos com o bem comum, promovendo uma ciência que una excelência intelectual e responsabilidade social. O rigor científico, articulado à sensibilidade ética, constitui a base de um conhecimento que não apenas interpreta o mundo, mas o transforma. Refletir sobre a escrita científica é reconhecer que escrever é também um ato de resistência e criação, a transformação começa

no próprio pesquisador, ao escrever com consciência, compromisso e esperança. a escrita científica deve articular rigor acadêmico e compromisso social, reconhecendo que todo conhecimento é situado e permeado por relações de poder.

Assim, a escrita científica se estabelece como uma das manifestações mais genuínas do compromisso da pós-graduação em formar indivíduos críticos e socialmente envolvidos. Quando entendida como uma atividade reflexiva e transformadora, a produção de textos acadêmicos permite que o pesquisador veja o conhecimento não só como um produto, mas também como um processo de diálogo, construção coletiva e intervenção na realidade. Nesse contexto, escrever adquire uma dimensão ética e política, transformando-se em um espaço de resistência contra as tendências de mercantilização e padronização da ciência.

Nesse cenário, a escrita transcende sua função meramente acadêmica e se transforma em um instrumento de emancipação, de análise crítica do mundo e de geração de novas formas de existência. Assim, escrever de forma científica é um ato de coragem e responsabilidade, que chama o pesquisador a se posicionar frente às injustiças e a converter sua produção intelectual em ferramenta para o diálogo e transformação social.

Portanto, a formação de pesquisadores na pós-graduação precisa combinar a competência técnica e metodológica com a dimensão humana e social. Entendida como uma prática formativa e transformadora, a escrita científica cria uma ligação entre conhecimento e ação, pensamento crítico e responsabilidade social. Assim, para formar pesquisadores engajados na transformação social, é necessário ter uma visão mais ampla da escrita científica, vista como um processo reflexivo e humanizador. Escrever é, ao mesmo tempo, refletir, agir e mudar. Cada texto oferece a chance de reconstruir significados, desafiar estruturas dominantes e sugerir novas formas de conhecer e existir. Assim, a escrita científica reforça a função social da universidade e da pesquisa na construção de uma sociedade democrática, crítica e inclusiva.

Referências

ANDRÉ, Marli. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: BUSCANDO RIGOR E QUALIDADE. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TwVDtwynCDrc5VHvGG9hzDw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/03/2025.

ANTUNES, Irandé. *Linguagem e textualidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122–155.

COSTAVAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Umberto, 1932- . **COMO SE FAZ UMA TESE: EM CIÊNCIAS HUMANAS**; Prefácio de Hamilton Costa; tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão— Editora Presença, Portugal, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, Diana Araújo de. **Escrita acadêmica e formação de pesquisador: entre o dito, o não dito e o interdito**. Curitiba: Appris, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LEANDRO, Flávio; OLIVEIRA, Elmo. **Mudança**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/flavio-leandro/mudanca/>. Acesso em: 20/03/2025.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliana; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PASSOS, Miriam Barreto de Almeida. **A escrita científica e a implicação com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social**. Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação, Campus XI, Serrinha, BA, 1. sem. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed.

São Paulo: Cortez, 2008.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonista.** Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESCRITA CIENTÍFICA: LEITURA, RIGOROSIDADE METODOLÓGICA E ÉTICA

Luciano Araújo Lima
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
arjlima@gmail.com

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, EPODS
ctorres@uneb.br

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão sobre os elementos fundamentais da escrita científica no contexto da pós-graduação, com ênfase na leitura crítica, no rigor metodológico e na ética como pilares da produção acadêmica. A partir do seminário ministrado pela Profa. Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB), são discutidos os desafios da escrita comprometida com a transformação social. Além disso, são analisados textos teóricos que evidenciam a escrita como prática formativa, social e politicamente implicada. O estudo adota a metodologia do estado do conhecimento para sistematizar os principais aportes apresentados, destacando a importância de uma postura crítica, ética e responsável no fazer científico. Por fim, defende-se que a escrita científica deve ir além da técnica, assumindo seu papel como instrumento de emancipação e intervenção na realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita Científica. Rigor Acadêmico. Uso Social.

1 Introdução

A formação acadêmica no âmbito da pós-graduação vai além da construção do conhecimento técnico-científico, exigindo também uma postura crítica, ética e comprometida com as transformações sociais. Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Intervenção

Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha, tem promovido atividades que dialogam com essas perspectivas. Como parte das ações formativas do programa, foi realizada, no dia 28 de março de 2025, uma atividade obrigatória para os discentes vinculados ao PPGIES, cujo tema central foi a relação entre escrita científica, rigor acadêmico e implicação política na pós-graduação.

Com o título “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social”, o seminário foi conduzido pela Profa. Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos (UNEB), que provocou reflexões relevantes acerca do papel social da pesquisa e da necessidade de uma escrita que vá além da formalidade acadêmica, promovendo impactos concretos na realidade. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os principais pontos abordados na referida atividade, bem como os artigos indicados para a leitura, valorizando sua contribuição para a formação crítica e engajada dos estudantes de pós-graduação.

2 Metodologia

Este artigo foi construído a partir das reflexões proporcionadas pelo seminário ministrado pela Profa. Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos. A abordagem metodológica adotada fundamenta-se na análise qualitativa e interpretativa dos conteúdos discutidos durante a exposição da palestrante, articulados à leitura e estudo de textos teóricos indicados previamente como subsídio para o aprofundamento das reflexões.

Além da escuta atenta e registro das contribuições da palestrante, foi realizada uma leitura crítica de cinco textos acadêmicos com o objetivo de contextualizar, aprofundar e ampliar a discussão sobre a escrita científica e sua função social. Os textos analisados foram:

- “Licenciaturas, Interdisciplinaridade e Contextos Formativos: o TCC como produto acadêmico da formação de professores”, de Selma Barros Daltro de Castro, Marcia Torres Neri Soares e Ronaldo Figueiredo Venas (2024);
- “A técnica da escrita científica”, de Osvaldo N. Oliveira Jr. (2015);
- “A produção de texto como prática social”, de Douglas Corrêa da Rosa (2012);

- “Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade”, de Marli André (2001).

A análise desses materiais foi conduzida por meio da metodologia do estado do conhecimento, que consiste em sistematizar e interpretar produções acadêmicas com foco na identificação de recorrências temáticas, categorias centrais e contribuições para a área de estudo. Essa abordagem permitiu compreender de forma mais ampla os sentidos atribuídos à escrita científica como prática social e política no contexto da pós-graduação, bem como refletir sobre os desafios e compromissos do pesquisador na produção de conhecimento com relevância social.

3 Desenvolvimento

3.1 Estado do conhecimento dos aportes teóricos do Seminário

Para aprofundar as reflexões propostas no seminário, foi realizada uma sistematização do material subsidiário indicado pela palestrante. A seguir, apresenta-se o quadro com os autores, títulos das obras, ano e a ideia geral utilizada em cada produção, compondo um breve estado do conhecimento. Essa análise visa destacar as contribuições dos diferentes referenciais para a compreensão da escrita científica como prática formativa, social e politicamente implicada.

Quadro 1 – Estado do Conhecimento do material subsidiário do Seminário

Autor	Título	Ano	Ideia geral
Selma Barros Daltro de Castro, Marcia Torres Neri Soares, Ronaldo Figueiredo Venas	<i>Licenciaturas, Interdisciplinaridade e Contextos Formativos: o TCC como produto acadêmico da formação de professores</i>	2024	Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas licenciaturas representam uma prática formativa essencial, articulando teoria, prática e interdisciplinaridade na construção do conhecimento docente.
Oswaldo N. Oliveira Jr.	<i>A técnica da escrita científica</i>	2015	A escrita científica deve seguir critérios rigorosos de clareza, precisão e estrutura lógica, sendo fundamental para comunicar com eficácia os avanços da pesquisa.

Autor	Título	Ano	Ideia geral
Douglas Corrêa da Rosa	<i>A produção de texto como prática social</i>	2012	A produção de texto deve ser compreendida como uma prática social, fundamentada na interação, no contexto sociocultural e nas experiências dos sujeitos.
Marli André	<i>Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade</i>	2001	A pesquisa em educação exige rigor metodológico, relevância social e compromisso ético, independentemente da abordagem adotada.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O primeiro material subsidiário de leitura prévia elencado tem como título: “Licenciaturas, Interdisciplinaridade e Contextos Formativos” de autoria de Selma Barros Daltro de Castro, Marcia Torres Neri Soares, Ronaldo Figueiredo Venas (2024). Este artigo tem como objetivo analisar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como instrumento formativo nos cursos de licenciatura, destacando sua dimensão interdisciplinar e dialógica. A metodologia adotada baseia-se em análise teórica e empírica de produções acadêmicas, com enfoque em políticas públicas, diversidade e experiências de estágios e pesquisa. Os resultados apontam para a importância dos TCCs como meio de articulação entre teoria e prática, incentivando a continuidade dos estudos e promovendo um olhar mais sensível às realidades escolares.

O segundo artigo intitulado “A técnica da escrita científica” de Osvaldo Oliveira Jr. (2015) objetiva refletir sobre a importância e estrutura da escrita científica para a comunicação de ideias na ciência. Utilizando metodologia teórica baseada na linguística de corpus, o autor descreve padrões estruturais e linguísticos dos artigos científicos, ressaltando a necessidade de precisão, concisão e lógica na redação. Conclui destacando que a escrita científica é essencial para validar e comunicar as contribuições dos pesquisadores, sendo um processo que pode ser sistematicamente aprendido e aperfeiçoado.

O terceiro material tem como título: “A produção de texto como prática social”. O estudo de Douglas Corrêa da Rosa (2012) visa compreender a produção textual como prática social no contexto da educação básica, especialmente nos municípios com baixo IDEB. A

metodologia é etnográfica, articulando formação continuada de professores com análises de dificuldades dos alunos em leitura e escrita. Os resultados evidenciam a importância de tratar o texto como um ato comunicativo e social, e não como mera atividade mecânica, valorizando os gêneros discursivos e a interação no processo de ensino-aprendizagem.

Por último, no texto “*Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade*”, Marli André (2001) apresenta uma análise crítica sobre os desafios metodológicos enfrentados nas investigações educacionais, especialmente no que se refere às abordagens qualitativas. A autora discute a emergência de estudos etnográficos, pesquisas-ação, estudos de caso e análises de narrativas, destacando a necessidade de critérios rigorosos e adequados à diversidade de métodos e objetivos das pesquisas. A autora defende que o rigor científico não se restringe a uma única vertente metodológica, mas deve perpassar todas as etapas da pesquisa, valorizando tanto a relevância teórica quanto o compromisso com a prática social.

3.2 Destaques da exposição oral do Seminário

A apresentação da professora Passos (2025), intitulada “A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social” foi uma rica oportunidade de reflexão sobre os sentidos da produção textual no contexto acadêmico e suas múltiplas dimensões. Com uma abordagem profundamente dialógica e crítica, a professora estruturou sua fala em cinco eixos, introdução, texto e seus aspectos, escrita científica na pós-graduação, produção para o uso social e considerações finais —, conduzindo os participantes a uma compreensão ampliada sobre a escrita como prática reflexiva, ética e politicamente situada.

Ao destacar que a palavra escrita tem poder transformador e que escrever é uma tarefa que exige rigor, ética e comprometimento, Passos (2025) resgatou contribuições de autores como Paulo Freire, Irandé Antunes, Umberto Eco e Jorge Leite de Oliveira. Ela apontou que a escrita científica, longe de ser apenas um requisito acadêmico, deve estar comprometida com a produção de conhecimentos socialmente relevantes. Isso implica pensar o texto não apenas como um produto final, mas como processo de construção do pensamento, fundamentado em leitura crítica, análise criteriosa e organização lógica.

Durante sua exposição, a docente provocou reflexões importantes: que tipo de texto queremos produzir? Para quem escrevemos? Como a nossa escrita pode contribuir para a transformação da realidade? Tais perguntas apontam para uma escrita comprometida com o outro, que ultrapassa os muros da academia e se compromete com os desafios sociais concretos. Nesse sentido, ela defende que o rigor acadêmico não deve ser um fim em si mesmo, mas uma base sólida para garantir que o conhecimento seja útil, ético e transformador.

Ao final, Passos (2025) reforçou que a excelência na escrita científica requer quatro pilares: o conhecimento da língua materna, o hábito da leitura, a análise crítica e a prática constante de produção e revisão. E concluiu com a poética provocação de Flávio Leandro: “O que não muda nesse mundo é somente a mudança”, enfatizando que escrever também é um ato de transformação pessoal e coletiva.

3.3 Reflexões sobre: leitura, rigor metodológico e ética na produção acadêmica

Durante sua exposição, a Passos (2025) instigou os participantes com uma pergunta provocadora: “Quais os desafios enfrentados por você na construção do texto científico e como você busca superá-los?”. Essa indagação reverberou entre os discentes, abrindo espaço para uma reflexão pessoal e coletiva sobre os percursos da escrita acadêmica, especialmente no contexto da pós-graduação, onde a exigência por qualidade científica se alia ao compromisso com a transformação social.

A produção de um texto científico exige muito mais do que domínio técnico da norma culta ou familiaridade com as normas da ABNT. Implica, acima de tudo, a construção de um olhar crítico, o exercício constante da leitura qualificada e a apropriação de referenciais teóricos e metodológicos que sustentem os argumentos e propósitos da pesquisa. Entre os elementos fundamentais destacados tanto pela professora quanto pelos textos subsidiários, três se mostram centrais: a leitura, a rigorosidade metodológica e a ética.

A leitura, conforme discutido por Rosa (2012), vai além do ato de decodificar palavras. Trata-se de uma prática social que forma e transforma o sujeito pesquisador, essencial para produção dos sentidos. É pela leitura atenta e reflexiva que o pesquisador se posiciona diante dos textos e do mundo, construindo um repertório que fundamenta suas

escolhas teóricas e metodológicas. Nesse contexto, é vista não apenas como um instrumento técnico, mas como parte de um processo de formação crítica e de inserção no universo acadêmico. Ele evidencia como a leitura e a escrita estão imbricadas na construção de saberes e na constituição de sujeitos produtores de conhecimento. O autor discorre que “[...] o que prevalecia em sala de aula, sobretudo nas atividades de produção textual, era uma escrita sem finalidade, sem objetivos, desprovida de função social, apenas com o objetivo de verificar aspectos ortográficos e gramaticais” (Rosa, 2012, p. 6). Porém, ressalta que esse tipo de escrita encontra-se ultrapassada e adverte:

Percebemos então que a produção de textos deve estar inserida numa situação de comunicação contextualizada, isto é, quem escreve, para quem se escreve, quando se escreve e com que objetivos. Portanto, para a compreensão do texto como uma unidade coerente, todos esses aspectos devem estar claros aos interlocutores no processo de interação verbal por meio do texto escrito.

A escrita, portanto, não é compreendida em relação apenas à apropriação das regras da língua, nem tão pouco ao pensamento e às intenções do escritor, mas sim em relação à interação escritor-leitor, levando em conta as intenções daquele que faz uso da língua para atingir o seu intento sem, contudo, ignorar que o leitor, com seus conhecimentos, é parte constitutiva desse processo (Rosa, 2012, p. 7).

Essa concepção amplia a visão tradicional da escrita como mera reprodução de normas gramaticais, colocando-a como um ato comunicativo e socialmente situado, que exige consciência de quem escreve e sensibilidade em relação ao interlocutor. Rosa (2012) propõe uma ruptura com práticas escolares que limitam a produção textual à correção formal, chamando atenção para a urgência de práticas pedagógicas que valorizem a escrita como ação significativa no mundo.

Ao considerar a escrita científica sob essa perspectiva, é possível compreender que o desafio da produção acadêmica está justamente em estabelecer essa ponte entre intenção e compreensão, entre autor e leitor, exigindo do pesquisador clareza argumentativa, coesão e, sobretudo, um domínio crítico do conteúdo que deseja comunicar. Assim, a leitura e a escrita passam a ser vistas como práticas integradas de construção de sentido, e não como etapas isoladas ou meramente técnicas do fazer científico. Essa abordagem fortalece a ideia de que a formação acadêmica deve promover não apenas o domínio das normas e da estrutura científica, mas também o

desenvolvimento da autoria, da criticidade e da responsabilidade social na produção do conhecimento.

Já Oliveira Jr. (2015) destaca a técnica da escrita como algo que se aprende e se aprimora com o tempo, sendo a leitura uma ferramenta indispensável nesse processo formativo. Argumenta:

Cientistas precisam se comunicar com a sociedade, o que se dá principalmente através de artigos científicos, e em alguns casos de divulgação. Estes últimos podem ser mais difíceis de produzir, pois o cientista precisa manter a precisão da informação ao mesmo tempo em que tem que tornar o texto acessível a um público não especializado. A escrita de um artigo científico, em particular, deve obedecer a critérios semelhantes àqueles do método científico, uma vez que a publicação só é justificável se houver contribuições relevantes (Oliveira Jr., 2015, s/p).

Essa reflexão amplia ainda mais o entendimento sobre os desafios da escrita científica, ao evidenciar que não se trata apenas de dominar regras técnicas, mas de incorporar um modo de pensar e comunicar próprio da ciência. Para Oliveira Jr. (2015), a escrita é uma habilidade que se desenvolve progressivamente, sendo a leitura uma aliada indispensável nesse processo. A prática constante, aliada ao estudo dos gêneros acadêmicos, permite ao pesquisador não apenas expressar suas ideias com clareza, mas também alcançar níveis mais refinados de argumentação, precisão conceitual e objetividade.

A exigência de comunicar descobertas com rigor metodológico e, ao mesmo tempo, tornar esse conhecimento compreensível, especialmente quando se trata de textos voltados à divulgação científica, revela um importante equilíbrio que o pesquisador deve buscar: manter a fidelidade às informações e ao método, sem renunciar à inteligibilidade. Isso exige uma consciência linguística e epistemológica apurada, o que reforça o papel da leitura crítica como suporte para a produção de textos que se alinhem tanto aos critérios acadêmicos quanto à sua função social.

Além disso, o autor aborda que a observação de que um artigo científico só se justifica se trazer contribuições relevantes reforça o compromisso ético do pesquisador com a verdade, com a comunidade científica e com a sociedade. A escrita científica, portanto, deve ser fruto de um processo honesto de investigação e construção do saber, fundamentada não apenas na técnica, mas na responsabilidade de quem produz ciência.

No que tange à rigorosidade metodológica, Marli André enfatiza a importância de compreender as abordagens de pesquisa em educação,

respeitando as especificidades do objeto de estudo e garantindo coerência entre objetivos, procedimentos e análise dos dados. Esse rigor não se traduz apenas em formalidade, mas em um compromisso com a produção de conhecimento relevante e confiável. André (2001, p. 52) discorrendo sobre a rigorosidade e qualidade da produção científica e diz:

A conclusão do grupo de estudos anteriormente mencionado, após oito anos de trabalho, é que, para assegurar a qualidade da pesquisa em educação, é preciso promover o debate nas universidades, nas escolas, nas agências de fomento, nas revistas, na internet, de modo a criar meios para que possam emergir concepções consensuais do que seja uma “boa” ou uma “má” pesquisa (André, 2001, p. 52).

Nesse percurso, torna-se evidente nas palavras da autora a necessidade de um debate institucional ampliado sobre os critérios de qualidade da pesquisa. Como aponta André (2001), esse debate deve ser promovido em diversos espaços, com o intuito de construir concepções consensuais sobre o que caracteriza uma boa ou má pesquisa. Isso revela que o rigor não está apenas no cumprimento de etapas formais, mas também no esforço coletivo de refletir criticamente sobre os propósitos, impactos e fundamentos de cada investigação. Tal perspectiva convida os pesquisadores à reflexão constante sobre a legitimidade e a relevância social de suas práticas, a saber:

O que se considera uma boa pesquisa? Que critérios vêm sendo usados para julgar a pesquisa em educação? Em que medida certas pesquisas merecem ser financiadas e outras não? Essas são questões que povoam o dia-a-dia da academia, dos orientadores dos programas de pós-graduação e das agências de fomento. Há pontos a atribuir, notas a dar, recursos a conceder que dependem de respostas a essas questões (André, 2001, p. 58).

A resposta, segundo a autora, passa pelo reconhecimento da relevância científica e social do trabalho desenvolvido, o que envolve a escolha de temáticas comprometidas com a transformação da realidade educacional. E continua:

Dentre esses critérios, destaca-se a importância de que os trabalhos apresentem relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fiquem evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social (André, 2001, p. 59).

Assim, o rigor metodológico também se expressa na capacidade da pesquisa de dialogar com os desafios concretos da sociedade, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais conscientes e fundamentadas.

Esse compromisso amplia o sentido da produção acadêmica, ancorando-a não apenas no conhecimento acumulado, mas em sua função formativa e transformadora.

Por fim, a ética é um pilar incontornável. Como ressaltado por Daltro, Soares e Venas (2024), a produção científica deve ser orientada por valores que respeitem o outro, o contexto pesquisado e a função social do conhecimento. No contexto das licenciaturas e da formação de professores, o TCC é visto como uma síntese desse percurso, sendo também um espaço para o exercício da autoria e da responsabilidade ética na escrita, indo além da exigência curricular. Ao abordar a autoria e a formação docente, trazem à tona questões éticas relacionadas à originalidade, à responsabilidade social da escrita acadêmica e à valorização dos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento.

Um outro desafio que se apresenta é o uso da inteligência artificial na escrita e publicação científica que requer cuidados e preocupações éticas. O avanço tecnológico tem possibilitado o incremento da eficiência na redação e economia de tempo na busca das referências bibliográficas que podem ampliar a qualidade do texto. Os cuidados que devem ser tomados dizem respeito a verificação das fontes bibliográficas e atenção as cópias realizadas pela inteligência artificial dos manuscritos originais.

Assim, responder à pergunta provocativa da palestrante exige reconhecer os desafios particulares: como insegurança, dificuldades de organização das ideias ou falta de tempo, mas também valorizar os caminhos possíveis para superá-los: buscar leituras constantes, participar de formações, dialogar com orientadores e colegas, e, sobretudo, manter o compromisso com a verdade, a clareza e o impacto social daquilo que se escreve.

5 Considerações finais

A atividade formativa proposta pelo PPGIES/UNEB, por meio do seminário com a Profa. Dra. Miriam Passos, proporcionou uma rica oportunidade de reflexão sobre os sentidos e responsabilidades da escrita científica no contexto da pós-graduação. A partir das contribuições da palestrante e dos textos subsidiários analisados, ficou evidente que a produção acadêmica não pode se restringir à formalidade técnica, mas deve se orientar por um compromisso ético e social com a transformação da realidade.

Escrever cientificamente é, portanto, um exercício que exige muito mais do que domínio da norma culta ou do formato dos artigos. Implica leitura crítica, rigor metodológico e consciência ética, elementos fundamentais para que a produção acadêmica ganhe relevância, aplicabilidade e potência transformadora.

Compreender a escrita como prática social e política nos convoca a rever nossos propósitos enquanto pesquisadores: para quem escrevemos? O que queremos transformar? Como o nosso texto pode ser um instrumento de mudança? Estas perguntas, lançadas por Passos (2025), seguem ecoando como desafios formativos permanentes. Assim, este artigo reafirma a necessidade de formar pesquisadores capazes de articular teoria, prática e sensibilidade social, fazendo da escrita científica um instrumento de construção de novos sentidos e possibilidades no campo da intervenção educativa e social.

Referências

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 51-54, jul. 2001.

CASTRO, Selma Barros Daltro de; SOARES, Marcia Torres Neri; VENAS, Ronaldo Figueiredo. Licenciaturas, interdisciplinaridade e contextos formativos: o TCC como produto acadêmico da formação de professores. **Revista Científica Novas Configurações: Diálogo e Pluralidade**, Luziânia, v. 5, n. 2, p. 1-6, 2024.

OLIVEIRA JR., Osvaldo N. A técnica da escrita científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 2, p. 2201, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-11173720001>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PASSOS, Miriam Barreto de Almeida. **Seminário: A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para o uso social**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2025.

ROSA, Douglas Corrêa da. A produção de texto como prática social. **Anais do SIELP**, v. 2, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: <https://www.sielp.ufu.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MARCAS NO CHÃO, VOZES NA SALA: A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

Genilza Castro Carneiro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVII
genilza6@yahoo.com.br

Arlete Rodrigues de Souza

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVII
arleterodrigues1236@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado Da Bahia (UNEB), Campus XI
cvitorino@uneb.br

RESUMO: Este artigo tem a finalidade de refletir acerca da palestra realizada no I Seminário do PPGIES – 2025, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, Campus XI – Serrinha e Campus XVII – Bom Jesus da Lapa, da UNEB – Universidade do Estado da Bahia, além de debruçar-se e analisar artigos sobre educação quilombola no território brasileiro. A amostra foi composta por artigos, leis e obras que retratam essa temática. O tema em questão do seminário foi “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico”, com objetivo de pensar acerca da sistemática de literatura nessas pesquisas. Na metodologia de orientação qualitativa, procurou-se articular a bibliografia sobre o tema com escuta acompanhada de registros no Seminário do PPGIES, no sentido de sistematizar dados que colaborassem com as reflexões no campo da pesquisa e no panorama sobre o fazer educacional quilombola, com vistas à ação e à valorização desse povo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Quilombola; Territorialidade; Seminário PPGIES.

1 Introdução

O presente artigo, resultado da sistematização do I Seminário do PPGIES 2025, integra as atividades do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVII, Bom Jesus da Lapa-BA. Nele, sintetizam-se discussões sobre a revisão e a pesquisa bibliográfica em abordagens qualitativas, destacando sua importância no desenvolvimento de estudos educacionais nessa perspectiva. Aborda-se também métodos de revisão bibliográfica em estudos científicos e a revisão sistemática de literatura em educação, explorando suas características, estruturas e potencialidades para pesquisas qualitativas, além de apresentar concepções de educação no campo a partir de uma revisão sistemática. Adicionalmente, o artigo apresenta um recorte da metodologia científica com foco nas orientações gerais para redação.

O I Seminário do PPGIES, realizado na sala 04 do Campus XVII da UNEB – Universidade do Estado da Bahia, em 28 de março de 2025, teve como tema central a discussão sobre “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico”. O evento contou com a palestra do Prof. Dr. Ediênio Vieira Farias, Professor Titular da Universidade do Oeste Baiano (UFOB), e a mediação da Prof^a Dr^a Rozimere Porto. Direcionado especialmente aos estudantes mestrados do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), o seminário motivou a produção deste artigo, que objetiva refletir e compreender a realidade da sala de aula no contexto quilombola no território brasileiro. A análise considera a necessidade da prática educacional dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino e território.

2 Metodologia

A metodologia desempenha um papel fundamental nos mestrados profissionais em intervenção educativa e social, pois fornece as ferramentas e técnicas necessárias para desenvolver intervenções eficazes. Ela permite aos profissionais identificar problemas e necessidades específicas, planejar ações estratégicas e avaliar os resultados. A metodologia também ajuda a garantir que as intervenções sejam baseadas em evidências e fundamentadas em teorias sólidas. Além disso, ela promove a reflexão crítica e a análise sistemática dos processos e resultados. Isso é essencial para melhorar

a prática profissional e promover mudanças positivas. A metodologia também facilita a colaboração entre profissionais de diferentes áreas. Ela ajuda a desenvolver habilidades de resolução de problemas e tomada de decisões. A metodologia é essencial para garantir a qualidade e a eficácia das intervenções. Ela também permite a avaliação contínua e a melhoria dos processos. Com uma metodologia sólida, os profissionais podem desenvolver intervenções mais eficazes. Isso contribui para melhorar a educação e a sociedade como um todo. A metodologia é um componente chave para o sucesso dos mestrandos profissionais em intervenção educativa e social.

Nesse construto, a metodologia se fundamentou nos apontamentos de Amaral e Mateus (2022), Netto (2008), Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023), Brito, Cavalcante e Oliveira (2008), Oliveira e Silva (2021), e Campos, Cruvinel, Oliveira e Santos (2023). Esses autores provocaram o pensamento reflexivo e motivador sobre a temática “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico”. Para Gil (2002, p. 17), “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”. Destaca-se, para este trabalho, a metodologia de abordagem qualitativa.

Outro momento que merece destaque foi a escuta sensível, na qual os mestrandos tiveram espaço para expressar suas opiniões, registrando pontos cruciais levantados pelos palestrantes. Essa dinâmica promoveu a desconstrução e favoreceu a sistematização do conhecimento, resultando na produção do presente artigo, que se organiza em três seções.

3 Breve histórico da educação quilombola no território brasileiro

Reis (2022) apresenta algumas considerações para o entendimento da expressão Quilombo, trazendo reflexões onde uma das abordagens é verificar como o seu conceito é dado para o processo “histórico” a qual “formula uma dimensão espaço temporal”, apropriada em pensamentos que internaliza o “campo da memória e da História”, perpassando a concepção da palavra e enveredando para o conceito da “narrativa historiográfica”, conduzindo ao discurso dos indivíduos pertencentes de uma “cultura posta sobre uma tradição desenraizada”.

Nesse sentido, os grupos étnico-raciais definidos pelo auto atribuição, com histórias de vida próprias e relações territoriais específicas, cuja ancestralidade negra remete à resistência contra a opressão histórica (Amorim, Araújo e Vitorino, 2021), representam, na contemporaneidade, uma força na busca por melhores condições de vida na sociedade.

Na linha desse pensamento, Munanga (1996) conceitua a palavra Quilombo como advinda da língua “banto”, narrada pelos grupos originários que viviam nas mediações de Angola e Zaire. Por volta dos séculos XVI e XVII. Portanto, quilombos brasileiros guardam semelhanças aos dos quilombos africanos.

O Território Quilombola do Velho Chico, margeando as águas históricas e culturalmente significativas do Rio São Francisco, abriga uma rica diversidade de comunidades remanescentes de quilombos, cada uma com suas particularidades históricas, sociais e culturais. Essas comunidades possuem uma profunda conexão com o território, moldada por séculos de luta pela sobrevivência, resistência e preservação de suas tradições. A região é um verdadeiro mosaico cultural, com uma variedade de manifestações artísticas, religiosas e festivas que refletem a herança africana, indígena e portuguesa. Além disso, o Território Quilombola do Velho Chico é um importante espaço de memória e identidade para as comunidades quilombolas, que lutam pela preservação de seus direitos e pela valorização de sua cultura. A riqueza cultural e histórica do território é um patrimônio valioso que merece ser reconhecido e protegido. A preservação desse território é fundamental para garantir a continuidade das tradições e da identidade dessas comunidades. Além disso, o Território Quilombola do Velho Chico oferece uma oportunidade única para o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável e comunitário, que podem contribuir para a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A valorização e preservação desse território são essenciais para a promoção da diversidade cultural e para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas. No entanto, a materialização do direito a uma educação escolar quilombola diferenciada no “chão da sala de aula” dessas comunidades enfrenta desafios singulares, moldados pelas dinâmicas do rio, pelas especificidades locais e pelas históricas lutas por reconhecimento e direitos.

Segundo Santos (2024) nos séculos XVII e XIX, o uso do termo “quilombo” se expande nos documentos oficiais. Assim sendo, quilombo diz respeito às formas de organização de grupos, cuja origem africana, povos

que sofreram sistematicamente tentativas de superação do pertencimento a um povo e a um território, bem como, de reconhecimento do legado de conhecimentos científico, social e histórico que trouxeram consigo.

Os quilombos foram associados ao longo da história, como um espaço de escravização, marginalizado, a figura de negros fugidos da escravidão, porém mais do que isso: são sujeitos insurgentes que lutaram contra o sistema opressor e negaram a aceitar o que era imposto a um lugar de inferior de não possuidores de conhecimentos, do invisível. Na Bahia, por exemplo, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP) coletados no sistema da instituição, tem 829 Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRCs) e 674 Comunidades Certificadas e reconhecidas, cada uma com suas particularidades históricas, sociais e culturais. (Santos,2024)

De acordo com o documento final da CONAE (2010), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão: h). Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132, grifo nosso).

Sendo assim, as comunidades quilombolas estão presentes em todo território brasileiro, com seu jeito próprio de ser; perceber; aprender; construir; relacionar; conduzir; suas manifestações culturais; festejar ritos; culinária; narrar suas histórias; contar suas memórias; referenciar sua ancestralidade. O reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa um marco histórico na visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade.

O percurso histórico das comunidades quilombolas no Brasil está marcado por um conjunto de negação no campo das subjetividades, dos direitos sociais e humanos, do Estado enquanto promotor da cidadania através de políticas. A negação também atinge o direito do conhecimento da própria história e origem, o direito a uma educação que expresse demandas dessa população e contribua para uma inversão positiva do estigma construído sobre os quilombolas brasileiros (Oliveira, 2013, p.23).

Diante dos desafios históricos que têm marcado a negação desse direito a educação quilombola, é essencial reconhecer a persistência da reivindicação na melhoria da educação e a inclusão de suas histórias e culturas no currículo escolar. Somos conhecedores que os desafios no “chão da sala de aula” no Território Quilombola são intrinsecamente ligados à sua geografia, à sua história e às dinâmicas do rio que moldam a vida e a

cultura de suas comunidades. E é justamente por isso que compreender o conceito de “Quilombo” torna-se importante, contextualizando o sentido construído em torno da palavra.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (2012), nos faz compreender o conceito de Quilombo para além de resgatar toda historicidade, superar obstáculos que exigem um olhar sensível e diferenciado por parte das políticas públicas educacionais, que considerem as especificidades do contexto ribeirinho e a centralidade do território na construção das identidades quilombolas. Investimentos em infraestrutura adequada, na formação de professores comprometidos com a valorização da cultura local, na construção de currículos contextualizados e no fortalecimento da relação escola-comunidade são passos essenciais para garantir que a educação escolar quilombola seja um instrumento de afirmação identitária, de transmissão de saberes ancestrais e de luta pela preservação do modo de vida tradicional às margens do rio.

As trilhas da educação escolar quilombola criadas pela SEC-BA visam garantir o acesso e a permanência de estudantes quilombolas na escola, considerando suas especificidades culturais e históricas. A abordagem é baseada na valorização da identidade quilombola e na promoção da igualdade racial. As ações incluem a implementação de políticas de educação quilombola, formação de professores e desenvolvimento de materiais didáticos específicos. O objetivo é fortalecer a autoestima e a consciência crítica dos estudantes quilombolas, promovendo sua participação ativa na sociedade. A SEC-BA trabalha em parceria com as comunidades quilombolas para desenvolver práticas educativas que respeitem e valorizem sua cultura. Isso contribui para a construção de uma educação mais justa e equitativa.

4 Desafios no chão da sala de aula no território quilombola

Este capítulo se dedica a explorar alguns dos principais obstáculos vivenciados por educadores, estudantes e comunidades quilombolas do Velho Chico na busca por uma educação que reflita e fortaleça suas identidades e seus laços com o território.

Um dos desafios primordiais no Território Quilombola reside na inadequação do currículo escolar oficial às dinâmicas e aos saberes das comunidades ribeirinhas. A vida às margens do rio, com seus ciclos de cheias e vazantes, as práticas de pesca artesanal, a agricultura de vazante, o

conhecimento tradicional sobre a fauna e a flora locais, as festividades e os rituais ligados ao rio – elementos centrais na identidade dessas comunidades – frequentemente são negligenciados ou invisibilizados no currículo formal. Essa desconexão pode gerar desinteresse nos estudantes, que não se veem representados no conteúdo ensinado, e dificultar a valorização dos conhecimentos transmitidos oralmente e pelas práticas cotidianas nas comunidades. “O currículo da escola quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas das interações do ambiente educacionais com a sociedades”, (DCNEQ artigo 34).

A construção de um currículo contextualizado exige um diálogo constante entre educadores, mestres e mestras da cultura popular, anciãos e demais membros da comunidade, incorporando os saberes locais e as particularidades como eixos estruturantes do processo educativo. E o fortalecimento da memória coletiva precisa existir e proliferar para as gerações pois nas comunidades quilombolas (Território Velho Chico), a transmissão de conhecimentos e tradições ocorre frequentemente de forma oral e intergeracional, através da convivência entre os mais velhos e os mais jovens.

Outro desafio enfrentado é a formação dos professores destas comunidades, nesta perspectiva, quais os sentidos na prática pedagógica dos professores que atuam nestas comunidades? Parte do princípio que se os professores não envolverem com a dinâmica de vida destes sujeitos, não há uma educação contextualizada. E nesse movimento intenso de desafios, o trabalho docente representa uma chave singular envolvido nessa dinâmica de reconhecimento e significados, de acordo com as DCNEQ.

Ademais, destacar a relevância de se trabalhar de forma interdisciplinar as questões étnico-raciais na proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.

Neste sentido, a escola tem o desafio de reconhecer e valorizar esses saberes transmitidos pelas histórias de vida, pelas práticas culturais e pelos ensinamentos dos anciãos. Acreditamos que é importante criar espaços e metodologias que promovam o encontro entre as gerações, que incentivem o registro e a valorização da memória coletiva, e que integrem esses saberes ao currículo escolar, fortalecendo a identidade e o senso de continuidade

histórica das comunidades, até porque esta é uma dívida histórica que o estado brasileiro tem para como essa população.

No entanto, a materialização do direito a uma educação escolar quilombola diferenciada no “chão da sala de aula” dessas comunidades enfrentam desafios complexos, mesmo quando se tem garantido em Lei. Na verdade, a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 representa um marco jurídico relevante, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. Essas leis contribuem para a valorização da diversidade cultural brasileira e para a promoção da igualdade racial e étnica. Elas também ajudam a combater o racismo e a discriminação, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa. Além disso, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são instrumentos importantes para a implementação de políticas de educação antirracista. Reconhece-se que o processo educacional brasileiro foi excludente, sempre esteve voltado para os interesses das elites, desde a questão de acesso aos conteúdos e documentos.

4.1 I Seminário do PPGIES 2025: “Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico”.

Um seminário com abordagem de metodologias qualitativas e interdisciplinares pode desempenhar um papel fundamental na promoção da reflexão crítica e na troca de experiências entre pesquisadores e profissionais. Ele oferece uma oportunidade para discutir e aprofundar conhecimentos sobre métodos e técnicas de pesquisa qualitativa, além de fomentar a colaboração entre diferentes áreas do saber. O seminário pode abordar temas como etnografia, análise de discurso e estudos de caso, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas mais rigorosas e relevantes. Além disso, a abordagem interdisciplinar enriquece a discussão e promove a integração de perspectivas diversas. Isso pode levar a soluções mais inovadoras e eficazes para problemas complexos. O seminário também pode ser um espaço para a apresentação de trabalhos de pesquisa e para a discussão de desafios metodológicos. A troca de experiências e conhecimentos pode contribuir para o aprimoramento da prática profissional e acadêmica. O evento foi um importante catalisador para o avanço do conhecimento e para compreender a respeito da inovação em diversas áreas.

O referido seminário contou com a participação da primeira turma de estudantes do PPGIES do campus supracitado, além de público externo. Os presentes participaram ativamente da proposta interdisciplinar, dialogando sobre a temática. Faz necessário descrever que o material fora disponibilizado com antecedência, objetivando aos estudantes realizar a leitura flutuante, explicativa e crítica dos artigos os quais foram utilizados como suporte para o desenvolvimento do seminário, acompanhado de um pensamento reflexivo e motivador fundamentado na concepção de educação freireana, como defende Freire e Horton (2003) é essencial que a leitura se torne “um ato de amor”.

A exposição dialogada iniciou com a reflexão do professor Ediênio explicitando que todos tinham lugar de fala e, o chão da sala de aula ser um do espaço motivador e necessário para repensar sobre como tem sido o processo do ato de pesquisar numa perspectiva qualificáveis. Pois “[...] para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele (André; Lucke, 1986, p. 1)”.

Na linha desse pensamento é possível perceber que os autores destacam a importância da pesquisa como um processo de interação entre os dados coletados e o conhecimento teórico existente sobre o tema em estudo, visto que uma pesquisa validada requer rigor científico e a análise dos dados coletados confrontados com a teoria, no sentido da construção do conhecimento.

A partir deste princípio, muito se esclareceu sobre os polos e as fases de uma pesquisa, evidenciando a qualitativa de natureza aplicada, problematizando e provocando nos presentes o que os inquietam enquanto pesquisador (es), na busca de interdisciplinarmente convergir as áreas de conhecimento num hibridismo favorável ao objeto da pesquisa, no intuito de atravessar o processo de investigação com foco na construção sistematizada com foco nas contribuições e mudanças sociais.

Portanto, o passo seguinte foi convergir a prática no “hibridismo” entre as áreas, visando à efetiva difusão do conhecimento interdisciplinar. Desse modo, a indagação tornou-se a essência fundamental para as inquietações sobre a educação quilombola no Território. A necessidade de pesquisar essa temática com rigor possibilita conhecer com propriedade os desafios e as formas como vêm sendo superados no cotidiano das salas de aula dessas comunidades.

Ao encerrar o evento, foram apresentadas as considerações finais, enfatizando a importância da aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo para determinar com clareza as ações nas etapas de investigação.

5 Considerações finais

Ao refletir sobre as contribuições da Revisão Sistemática de Literatura nas Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares: Rigor Científico, obtivemos uma rica oportunidade de aprendizado em diversos níveis. Isso incluiu uma compreensão mais profunda dessa metodologia para a pesquisa qualitativa, o desenvolvimento de ferramentas para fortalecer o rigor científico em nossas pesquisas interdisciplinares, o aprimoramento de habilidades essenciais para a prática da pesquisa e uma reflexão crítica sobre os desafios e as potencialidades da síntese qualitativa em contextos interdisciplinares.

Ademais, percebeu-se um fato importante: a revisão sistemática é predominantemente associada à pesquisa quantitativa. Discutir sua aplicação no contexto qualitativo contribui para desmistificar essa visão, evidenciando seu valor na síntese e análise de estudos qualitativos. Isso ressalta a importância de registrar que as discussões e reflexões sobre o tema estão longe de serem concluídas, embora já se observe um crescimento da produção científica que acompanha essa desmistificação.

Considerando a inesgotável fonte de pesquisa, cada produção se torna um potente catalisador das diferenças, refletindo sobre as relações sociais, históricas, econômicas e educacionais.

Em decorrência disso, observa-se que a pesquisa direcionada à realidade da educação quilombola no Território Velho Chico suscita reflexões que convergem para o desenvolvimento de novas posturas enquanto pesquisadores. Nesse sentido, sinaliza-se a necessidade de evidenciar produções sobre a temática, com foco específico no Território Velho Chico.

Essa metodologia permitiu uma análise aprofundada e sistematizada de estudos prévios, identificando tendências, lacunas e desafios na área. A revisão qualitativa possibilitou a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à educação quilombola. Além disso, a abordagem permitiu a possibilidade de se pensar em práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas às necessidades das comunidades quilombolas. Com isso, foi possível obter uma visão abrangente e crítica

da educação quilombola no Território Velho Chico, contribuindo para a construção de políticas e práticas mais eficazes e contextualizadas.

Referências

- AMARAL, Cleonice Matos; MATEUS, Kergilêda Ambrósio de Oliveira. **Concepções de educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura**. Ver. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 7, e12925, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12925>
- AMORIM, Ivonete Barreto; ARAÚJO, Raiane Cordeiro de; VITORINO, César Costa. Quilombo Maracujá: diálogo crítico educacional no contexto da globalização: saberes da educação quilombola nas Ilhas de Abaetetuba, Amazônia. Revista e-Curriculum, v.2, n. 1, São Paulo, 2022.
- BRASIL, Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
- BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Bruna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44 (2021).
- CAMPOS, A. F. M. de; CAETANO, L. M. D.; LAUS-Gomes. V. Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, v.27, n.54, 2023, eISSN: 2526-8449.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.
- CAMPOS, Livia Rezende Miranda; CRUVINEL, Belarmina Velela; OLIVEIRA, Guilherme, Saramago de; SANTOS, Anderson Oramisio. A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. Cadernos da Fucamp, v. 22, n. 57, p. 96-110/2023.
- FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 200.
- NETTO, Alvim Antônio de Oliveira. **Metodologia da Pesquisa**

Científica Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

3. Ed. Ver. E atual/Florianópolis: visual Books, 2008.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. **Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar quilombola:** o caso da Bahia e o contexto nacional.

2013. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África.

Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56-63, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63.

A EFICÁCIA DA ESCRITA CIENTÍFICA

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba
priscila.vogel@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho destaca a importância da escrita no contexto de produção acadêmica e consiste em uma pesquisa bibliográfica (Lima; Miotto, 2007) que, através de uma revisão de literatura (Bispo, 2023), examina a estreita relação entre a escrita científica e o meio social. Ancorado nas reflexões de Fisher (2009), Graciliano Ramos (2014), Oliveira Jr. (2015), Graziela Alperstedt e Carolina Andion (2017), Araújo et al. (2020) e Serra et al. (2024), o objetivo central deste trabalho é analisar o impacto promovido por meio da escrita científica e da produção acadêmica e universitária (pós-graduação) no que se refere à constituição dos sujeitos e da sociedade. Considerando a crescente preocupação com as implicações políticas da pesquisa acadêmica, o trabalho evidencia a eficácia e o caráter sociocomunicativo da escrita científica fortemente promotores de transformações substanciais.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita científica. Pesquisa acadêmica. Produção universitária.

1 Introdução

Inserido no campo de estudos voltado ao exame da produção e disseminação de conhecimento acadêmico, este trabalho emerge a partir das considerações apresentadas pela Professora Dra. Miriam Barreto de Almeida Passos durante o seminário *“A escrita científica e a implicação política com a pós-graduação: do rigor acadêmico à produção para uso social”*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O evento contou com mediação da Professora Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista e foi realizado em 28 de março de 2025 na cidade baiana de Serrinha, dentro do auditório do Campus XI da UNEB. Tendo como

principal objetivo analisar a produção científica consubstanciada por meio da escrita, o seminário destacou os impactos promovidos pela pesquisa acadêmica no meio social.

À vista disso, ancorada nas reflexões de André (2001), Rosa (2012), Oliveira Jr. (2015) e Castro, Soares e Venas (2024), a exposição acerca do tema contemplado focalizou a escrita científica como promotora de efetivas mudanças sociais. Consequentemente, o seminário ressaltou a dimensão política da produção acadêmica e universitária (pós-graduação). Nesse sentido, a exposição da Professora Dra. Miriam Barreto trouxe ao centro da discussão desenvolvida a questão do rigor acadêmico e delineou três pilares constituintes da escrita científica elaborada com compromisso e qualidade: 1. leitura; 2. atenção ao processo de escrita e 3. postura ética em relação às fontes e aos materiais consultados.

Ao longo do seminário promovido pelo PPGIES, a importância da escrita no contexto de produção acadêmica foi assinalada. De fato, conforme Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues (2022), a escrita parece consistir no principal veículo de comunicação científica, inscrevendo-se na e pela linguagem. A mesma autora defende que:

Cientistas devem adquirir essa habilidade como parte das competências que compõem o processo de pesquisa científica. Eles aprendem escrita científica e desenvolvem competência em informação enquanto realizam suas pesquisas, lendo artigos, escrevendo relatórios de pesquisa e interagindo com seu orientador de pesquisa (Rodrigues, 2022, p. 224).

Sendo assim, ao longo deste trabalho, por meio de uma revisão de literatura fundamentada no método bibliográfico (Lima; Mioto, 2007), apresentaremos algumas concepções a respeito da escrita, dando especial atenção à escrita científica e ao seu impacto no que se refere à constituição dos sujeitos e da sociedade. Partindo da compreensão de que a pesquisa acadêmica busca dar forma a uma interpretação objetiva da realidade, distanciando-se do senso comum, este trabalho tem como objetivo central analisar o impacto promovido por meio da escrita científica e da produção acadêmica e universitária (pós-graduação) no que se refere à constituição dos sujeitos e da sociedade. O estudo também tenciona destacar a sua relação com o mundo e observar o papel da escrita científica para mudança social.

2 Metodologia

Com base em uma pesquisa de cunho bibliográfico, este trabalho tem como objetivo central caracterizar a escrita científica e examinar a relação que a produção acadêmica mantém com o meio social.

Identificada pelo uso e análise de documentos que se inserem no domínio científico (tais como artigos científicos, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e teses), a pesquisa bibliográfica não recorre diretamente aos fatos empíricos e focaliza especialmente fontes secundárias (Cavalcante; Oliveira, 2020). Desse modo, a pesquisa bibliográfica fundamenta-se nas contribuições de estudiosos sobre um determinado tema e, segundo Livia Cavalcante e Adélia Oliveira (2020), essa modalidade de pesquisa configura-se como lugar privilegiado de proposições de políticas sociais. Para as autoras:

O aumento da produção científica nas diversas áreas do conhecimento e a velocidade com que essa produção, em seus variados formatos (teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos), tem sido divulgada reivindicam estudos de reconhecimento dos avanços científicos. Nesse sentido, os diferentes métodos de revisão bibliográfica surgem como alternativas de compreensão ampla do conhecimento de um campo, área ou objeto de pesquisa. (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 84)

Dessa forma, o presente trabalho, através de uma revisão de literatura (Bispo, 2023), busca compreender como a escrita científica tem sido focalizada no âmbito de produção acadêmica e aproxima-se das reflexões de Fisher (2009), Graciliano Ramos (2014), Graziela Alperstedt e Carolina Andion (2017) e Araújo et al. (2020).

Constituindo o fio condutor do percurso metodológico deste trabalho, a revisão de literatura, de acordo com Arlinda Cantero Dorsa (2020), é capaz de propiciar a interação entre pesquisas com similaridades e estabelecer uma linha de raciocínio que orienta a compreensão a respeito do tema em foco, conduzindo das premissas às conclusões extraídas por meio do trabalho de investigação. Segundo Marcelo de Souza Bispo (2023, p. 2), ela integra a prática da pesquisa científica e, ao longo dos últimos anos, “surgiram muitas formas de realizar a revisão de literatura e há uma produção considerável de textos que evidenciam a sua importância e como fazê-la”.

Nesse sentido, este trabalho aproxima algumas concepções em torno da escrita científica, destacando a sua dimensão política e seu caráter fortemente promotor de transformações sociais.

3 Desenvolvimento

De acordo com Fisher (2009), a escrita consiste em uma ferramenta do conhecimento humano, um agente cultural da sociedade, um meio de expressão democrático, além de poder ser vista como uma arte em si mesma, isto é, a arte da palavra. Definida pelo filósofo e historiador francês Voltaire como uma espécie de pintura da voz (Fisher, 2009), a escrita surge como prática em tempos remotos e desenvolve-se progressivamente ao longo da história. Ao focalizar os múltiplos desdobramentos atribuídos a ela em diferentes contextos socioculturais, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, no seu conhecido *Dicionário de símbolos* (1990), observam que as expressões do pensamento, até mesmo as mais científicas, são capazes de vir à tona por meio da escrita e, desse modo, evidenciam a eficácia da palavra (1990, p. 386). Em uma perspectiva similar, o escritor alagoano Graciliano Ramos (2014) - autor do consagrado romance *Vidas Secas* (1938) e da coletânea de contos *Insônia* (1947) - afirmou, durante a entrevista concedida ao jornalista Joel Silveira em 1948, que “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer” (2014, p. 77), ressaltando a força atuante dessa forma de linguagem. Ainda que Graciliano Ramos tenha associado a visão configurada durante a entrevista supracitada ao seu próprio processo criativo, é possível assumi-la como indicativa das implicações e das potencialidades da escrita, uma vez que a enxerga como produtora e disseminadora de sentidos e significados. Sendo assim, as práticas de escrita parecem exercer fundamental importância na constituição dos sujeitos e da própria sociedade, visto que se instituem, por meio delas, valores e crenças coletivos e individuais (Dutra; Roman, 2012).

Para Rodrigues (2022), no eixo da produção científica, a escrita emerge como principal ferramenta comunicativa, sendo assumida como fonte de interação entre a pesquisa realizada e a sociedade. Aproximando-se desse ponto de vista, Oliveira Jr. (2015) defende que:

Cientistas precisam se comunicar com a sociedade, o que se dá principalmente através de artigos científicos, e em alguns casos de divulgação. Estes últimos podem ser mais difíceis de produzir, pois o cientista precisa manter a precisão da informação ao mesmo tempo em

que tem que tornar o texto acessível a um público não especializado. (Oliveira Jr., 2015, p. 2201)

Por conseguinte, podemos compreender a escrita como um veículo de difusão do conhecimento desenvolvido no contexto de produção científica e uma via de contato entre o conhecimento produzido e o meio social. Nesse sentido, através da escrita científica, as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico podem atingir a esfera social e colaborar para mudanças substanciais.

À vista disso, Graziela Alperstedt e Carolina Andion (2017, p. 626) analisam que a questão do impacto da pesquisa científica constitui “um tema de relevância na agenda atual não só no Brasil, mas internacionalmente, e é foco de preocupação não apenas dos cientistas, mas da sociedade em geral”. O enfoque dado às ressonâncias provocadas no meio social pela pesquisa científica denuncia a crescente preocupação com as implicações políticas da produção acadêmica. Esta preocupação origina-se entre 1970 e 1980, com a chamada “Guerra das Ciências” (Santos, 1988), e promove uma desnaturalização da ciência como espaço de neutralidade, autônomo e descolado das influências (políticas, ideológicas, religiosas etc.) da sociedade (Alperstedt; Andion, 2017). Desse modo, observa-se que:

[..] diante dos inúmeros e complexos problemas socioambientais do nosso tempo, percebe-se um clamor para que a ciência seja um espaço para construção de novas compreensões sobre o presente e o passado, e para pensar novos futuros possíveis. (Alperstedt; Andion, 2017, p. 626)

A esse respeito, é importante destacar que a escrita, em todas as suas modalidades de expressão, é caracterizada pela sua natureza sociocomunicativa, semântica e formal (Costa Val, 1991, p. 3). Inserida nessa perspectiva, a escrita é compreendida, de acordo com Felipe Felisbino (2001, p. 1), como “linguagem em uso, cumprindo uma função identificável num dado jogo de ação sociocomunicativa”. Dessa forma, é possível assinalar que a escrita situa-se no campo de interação social, não podendo ser dissociada da relação que mantém com os sujeitos e o mundo. No contexto acadêmico, enquanto consubstanciação de pesquisas desenvolvidas, a compreensão de escrita não pode ser desvinculada dos desdobramentos produzidos por ela no campo social.

Nesse sentido, em uma entrevista concedida em 2023, Ana Paula Kuczmynda da Silveira (2023) afirma que a escrita científica deve colaborar para a transformação, não em um sentido passivo e sim tendo em vista uma transformação ativa, de empoderamento dos sujeitos por

meio do conhecimento, do compartilhamento dos resultados e das ações desenvolvidas durante o processo de pesquisa. Sendo assim, visando a transformação social e a produção de impactos efetivos no mundo, a escrita científica deve fundamentar-se em uma postura ética e rigorosa, pautada na integridade. Diante disso, Miriam Ventura e Suelen Oliveira (2022) afirmam que a escrita científica:

[...] é sempre dinâmica e ampla, reflete culturas e dinâmicas sociais globais e locais. As normas éticas em pesquisa podem variar nos países e entre campos de conhecimento específicos com relação às exigências para a condução dos estudos, à necessidade de prévia avaliação ética para sua prática e à forma como é institucionalizada a revisão ética. Considerando esta diversidade das práticas científicas e institucionais e o pluralismo ético, a comunidade internacional tem chegado a consensos em relação a parâmetros e diretrizes éticas que devem ser universalmente respeitados. (Ventura; Oliveira, 2022, p. 1)

As mesmas estudiosas consideram que a produção científica engloba diferentes atores e um vasto conjunto de atos e compromissos baseados na confiança mútua e no compartilhamento de responsabilidades, que abarcam o planejamento da produção do conhecimento até a divulgação e o uso dos resultados pela sociedade (Ventura; Oliveira, 2022). Entendida como prática de interação social, a escrita científica, nessa via, deve ser realizada com compromisso e responsabilidade, ancorando-se em três pilares fundamentais: 1. leitura rigorosa da bibliografia disponível sobre o tema em foco; 2. atenção ao processo de escrita, privilegiando-se clareza e objetividade na transmissão das ideias propostas e 3. ética em relação às fontes consultadas. Com isso, a produção acadêmica difundida através da escrita poderá exercer efetivamente sua funcionalidade no campo prático.

Ao caracterizar esse tipo de escrita, Oliveira Jr. (2015) assinala que a produção científica deve conter, em sua estrutura, os seguintes elementos:

Título, Resumo, Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão, Conclusão, Agradecimentos e Referências, nessa ordem. Há áreas com alguma variação, por exemplo incluindo uma seção para destacar trabalhos relacionados na literatura ou detalhamento de uma teoria. Mas a estrutura principal é mantida. Além disso, o fluxo de texto num artigo científico deve obedecer a um movimento bem definido. A Introdução começa do tema mais geral, e afunila para mencionar a contribuição do artigo, num movimento do geral para o específico. A Conclusão, ao contrário, deve ter o movimento oposto, iniciando-se com o retomar dos principais resultados do artigo e terminar com as implicações das contribuições para uma área mais geral ou mesmo para

a sociedade, dependendo do tipo de trabalho (Oliveira Jr., 2015, p. 2201).

Além disso, o referido estudioso esclarece que, na produção da escrita científica, deve-se privilegiar a concisão e a precisão, objetivando-se transmitir com clareza as informações disseminadas (Oliveira Jr., 2015). Apesar de inscrever-se em uma estrutura altamente estereotipada e praticamente fixa (Oliveira Jr., 2015), a escrita científica busca viabilizar um maior nível de penetração do conhecimento produzido e propiciar, através do trabalho de investigação realizado, a geração de impactos expressivos, corroborando para transformações no contexto social.

Desse modo, a dimensão política da escrita científica, isto é, o seu grau de interação com a sociedade é um aspecto expressivamente significativo, sobretudo no eixo da episteme contemporânea. A esse respeito, Serra et al. (2024) destacam que:

O impacto social de teses, dissertações e artigos acadêmicos tem recebido crescente atenção tanto na comunidade científica quanto na sociedade em geral. Este conceito abrange os benefícios tangíveis que a pesquisa pode trazer para a indústria, políticas públicas e a sociedade, além dos avanços no conhecimento acadêmico. A relevância de uma pesquisa acadêmica deve ser medida não apenas por sua contribuição teórica, mas também por sua capacidade de promover mudanças práticas e melhorias na vida das pessoas. (Serra et al., 2024, p. 1)

Sendo assim, os impactos promovidos pela escrita científica dizem respeito ao modo como a pesquisa pode atuar em relação aos diversos aspectos da vida, da sociedade e promover mudanças em instâncias variadas (Serra et al., 2024).

Portanto, por meio da linguagem e da palavra que, ao buscar dizer (Ramos, 2014), estabelece redes de mútuos contatos, a escrita científica dissemina a produção acadêmica e atribui a ela a capacidade de produzir impactos na sociedade. No limite, através da prática de produção escrita, é possível colocar em circulação os saberes (científicos, culturais, populares etc.), considerando sua vasta gama de pluralidades e seu potencial inerente de aplicação efetiva e prática.

5 Considerações finais

Como se vê, através da escrita científica, o conhecimento produzido no âmbito acadêmico pode atingir a esfera social e corroborar para a transformação das questões que perpassam o trabalho de investigação

desenvolvido. Segundo essa perspectiva, a escrita científica, ao disseminar teorias e suscitar a sua aplicação efetiva e prática, é capaz de interferir na realidade e trazer contribuições importantes no sentido de enfrentamento dos desafios presentes no mundo, a nível social, ambiental, cultural, político.

Desse modo, ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar as implicações sociais da produção científica, o seu potencial de ação, atuação e penetração na realidade na qual ela se insere e da qual não pode, por isso, ser desvinculada. A preocupação com a dimensão política da escrita científica tem sido destacada nos debates sobre a produção e disseminação do conhecimento acadêmico há algumas décadas e, atualmente, essa preocupação encontra-se no centro das discussões desenvolvidas dentro da própria esfera acadêmica e em outros espaços. Fundamentada em princípios éticos e realizada com rigor, a partir de métodos adequados, a pesquisa científica visa estabelecer relação com o mundo, aproximando-se dos sujeitos, da realidade e da própria sociedade.

Considerando tais aspectos, com este trabalho, esperamos trazer contribuições expressivas ao campo de estudos sobre a produção e disseminação do conhecimento científico e assinalar a relevância do trabalho de investigação realizado no âmbito acadêmico para o meio social. Diante disso, este trabalho sublinha a estreita relação entre a escrita científica e a sociedade, tendo em vista a dimensão política da produção acadêmica, isto é, sua força ativa, a eficácia dessa forma de linguagem.

Referências

ALPERSTEDT, G.; ANDION, C. . POR UMA PESQUISA QUE FAÇA SENTIDO. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 57, p. 626-631, 2017.

ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e Qualidade. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 51-64, 2001.

ARAÚJO, Luciene et al. Serviço Social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. **CRÍTICA EDUCATIVA** , v. 23, p. 81-89, 2020.

BISPO, M. Um olhar crítico sobre a prática de revisão de literatura. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 6, 2023.

CASTRO, Selma Barros Daltro de; SOARES, Marcia Torres Neri; VENAS, Ronaldo Figueiredo. LICENCIATURAS, INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTOS FORMATIVOS: O TCC COMO PRODUTO ACADÊMICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur.**, Luziânia, v. 5, n.1, p. 01-07, 2024.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **PSICOLOGIA EM REVISTA (ONLINE)**, v. 26, p. 82-100, 2020.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANDT, A. **Dicionário de símbolos** (V. C. Silva, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1990.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações** (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681, 2020.

DUTRA, Jaqueline A.S.; ROMAN, Elódia C. Um olhar sobre a linguagem escrita e os processos de referenciação em cartas notariais. In. **Revista Linguagens em (Dis)curso**. v. 12, n. 1, 2012.

FELISBINO, Felipe. Avaliação de Produção Textual. In **Revista Linguagem em (Dis)curso**, volume 1, número 2, jan./jun. 2001.

FISHER, Steven R. **História da escrita**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis** (Impresso), v. 10, p. 35-45, 2007.

OLIVEIRA JR, O. N. A técnica da escrita científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 2, 2201, 2015.

RAMOS, G. **Conversas**. Organização Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2014.

RODRIGUES, R. F. L. Competência em Informação, Escrita Científica e Educação do Cientista. **Perspectivas em Ciência da Informação** (online), 2022.

ROSA, Douglas Corrêa da . A PRODUÇÃO DE TEXTO COMO PRÁTICA SOCIAL. In: **II SIELP**, 2012, UBERLÂNDIA, MG.

CADERNO DE RESUMOS. UBERLÂNDIA: EDUFU, 2012.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Coimbra, Portugal: Edições Afrontamento, 1988.

SERRA, F. A. R. et al. O impacto social das teses, dissertações e artigos acadêmicos: alinhando a pesquisa acadêmica às necessidades da sociedade. Comentário Editorial. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, v. 23, n. 3, p. 1-12 ,set./dez. 2024.

SILVEIRA, Ana Paula. É preciso refletir sobre texto acadêmico para além dos aspectos textuais - Entrevista com Ana Paula Kuczmynda da Silveira. **REVISTA TÉCNICO-CIENTÍFICA (IFSC)**, v. 1, 2023.

SOUZA, D. L.; SOUZA, T. A.; ZAMBALDE, A. L. . Pesquisa Acadêmica e Avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I): uma Tentativa de Aproximação pelo Paradigma da Design Science. In: **XXIX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 2016, São Paulo. XXIX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica 2016, 2016.

VENTURA, M.; OLIVEIRA, S. Integridade e ética na pesquisa e na publicação científica. **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**, v. 38, 2022.



PARTE II

INVESTIGAR E INTERVIR COLABORATIVAMENTE EM SITUAÇÕES DE CAMPO: A PESQUISA APLICADA E SUA PRODUÇÃO EM CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS

INVESTIGAR E INTERVIR COLABORATIVAMENTE EM SITUAÇÕES DE CAMPO EDUCACIONAL: O QUE NOS MOVE? ANÁLISES A PARTIR DE UM COLÓQUIO

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
cristiano.oliveira41@nova.educacao.ba.gov.br

Elloyse Santiago Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
elloise301@@gmail.com

Selma Barros Daltro de Castro
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
scastro@uneb.br

RESUMO: O presente artigo é resultado das discussões promovidas no Colóquio intitulado “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, e tem por objetivo refletir sobre o que move o pesquisador em seu fazer científico interventivo, bem como, de que forma a pesquisa colaborativa pode contribuir para as intervenções em campo nos contextos educacionais e como isso tem implicação nos programas de mestrados profissionais com propostas interventivas. Baseado em pesquisa bibliográfica, exploramos como a pesquisa implicada exige rigor científico e compromisso ético, articulando teoria e prática para transformações socioeducativas. Por fim, traz-se aqui a perspectiva de que a produção do conhecimento deve ser emancipatória, valorizando saberes locais e superando hierarquias acadêmicas tradicionais, com foco na justiça social e na intervenção crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa colaborativa. Pesquisa Implicada. Intervenção.

1 Introdução

O referido artigo é oriundo de discussões provocadas no Colóquio denominado “ Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, tendo como expositores a Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB), o Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB), com mediação da Prof^a Dr^a Selma Barros Daltro de Castro, realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, que teve como data de realização, o dia vinte e sete do mês de março do ano de 2025.

Os objetivos deste artigo estão voltados a discutir o que move o pesquisador em seu fazer científico interventivo, como a pesquisa colaborativa pode contribuir para as intervenções em campo nos contextos educacionais e como isso tem implicação nos programas de mestrados profissionais com propostas interventivas.

Este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira delas é esta introdução, que apresenta o tema e os objetivos do trabalho. Na segunda seção, detalha-se a metodologia adotada, explicando o percurso realizado para a construção do artigo e os materiais utilizados como base teórica. Na terceira seção é discutido sobre a pesquisa interventiva colaborativa e como o contexto profissional educativo do pesquisador o move para a construção da pesquisa como uma prática social, política e cultural; acompanhados das reflexões dos autores e textos relacionados, em diálogo com a ideia central do colóquio. Na quarta seção, é descrito o Colóquio que fundamentou a construção deste trabalho, destacando sua relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, retomando os pontos principais e refletindo sobre as contribuições do artigo.

2 Metodologia

O presente estudo busca apresentar, inspirado na pesquisa bibliográfica, discussões sobre a pesquisa interventiva colaborativa em contextos educacionais, bem como, discutir sobre as motivações do pesquisador que intervém em seu ambiente profissional e como essa motivação tem relação com seu fazer científico. Este artigo é oriundo das discussões realizadas no Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente

em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos. Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB), Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB), com mediação da Prof^a Dr^a Selma Barros Daltro de Castro.

Conforme citado acima, a metodologia que inspirou este artigo é a pesquisa bibliográfica, buscando fundamentar teoricamente o objeto em estudo. Nesse caso, além de trazer considerações citadas pelos expositores no momento do colóquio, também analisaremos trabalhos relacionados ao tema, que possuam relevância científica e dialoguem com a discussão. Conforme Lima e Miotto (2007):

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (Lima e Miotto, 2007, p. 44).

Utilizaremos das etapas e organizações da pesquisa bibliográfica, para levantar as discussões encontradas em textos e artigos científicos, sobre a temática da pesquisa interventiva e colaborativa em contexto de campo educacional, reafirmando a importância de expor com clareza os procedimentos metodológicos que nortearam a execução do presente artigo, detalhando as fontes encontradas para o encaminhamento da pesquisa.

3 Pesquisa colaborativa e intervenção

A pesquisa colaborativa intensifica as relações entre a universidade e a escola, nesse caminho auxilia o profissional refletir sobre sua própria prática, se apresenta como uma abordagem potente e significativa, onde o sujeito se coloca como ativo da situação e estuda de maneira cautelosa para ter resultados, posteriormente busca intervir no sentido de melhorias para o espaço escolar. Ibiapina (2007) refere-se que quando o pesquisador aproxima suas preocupações das preocupações dos professores, compreendendo-as por meio da reflexividade crítica, essa relação gera condições para que os professores revejam conceitos e prática, surgindo uma autoavaliação das ações.

Conforme (Rocha e Abreu, 2020, p. 70):

a pesquisa colaborativa não pode ser neutra e deve caminhar na direção dialética da realidade social, da historicidade dos fenômenos, da prática,

das contradições, das relações com a totalidade, concebendo a práxis como mediação básica na construção do conhecimento, visto que, por meio dela, se veicula a teoria e a prática; o pensar, o agir e o refletir, o processo de pesquisa e de formação.

Tendo como base a citação acima, percebe-se que os autores trazem uma perspectiva muito forte da pesquisa como um ato emancipatório e político, historicamente comprometido com a transformação da realidade local e social, considerando uma concepção crítica e dialética do conhecimento, fortemente inspirada em autores como Paulo Freire, Marx e outros pensadores que veem a práxis como o elo fundamental entre teoria e prática social.

Desse modo, ao afirmar que a pesquisa colaborativa não pode ser neutra, está se desmistificando aquela ideia tradicional de ciência objetiva e imparcial, como se o pesquisador fosse um ser alheio às influências sociais. Toda pesquisa parte de um lugar, de uma experiência, de uma intenção e é por meio da práxis que o conhecimento se constroi de forma significativa e crítica.

Pesquisar é, antes de tudo, um movimento de busca, não apenas por respostas, mas por novas implicações. É nesse processo que o profissional descobre que faz parte do mundo, e não apenas observador dele. O ato de pesquisar parte de uma inquietação ou um desejo, desta maneira as relações ganham sentido significativo, o conhecimento se transforma em construção viva e compartilhada colaborativamente.

A colaboração das pessoas favorece a pesquisa, assim surge a construção de um conhecimento compartilhado, no qual o pesquisador deixa de ser apenas objeto de estudo para tornar-se sujeito ativo na produção de saberes. Nesse sentido, a pesquisa deixa de ser um exercício distante da realidade e passa a ser uma prática comprometida com a transformação do cotidiano, valorizando as experiências, saberes e desafios vivenciados.

Nessa perspectiva a pesquisa colaborativa tem dois vieses: o da implicação com o objeto pesquisado e a intervenção, na condição de transformar ou melhorar a problematização sugerida. De acordo com (Mizukami; Andrade; Lima, P. 02, 2022).

pesquisa colaborativa implica processos investigativos que tem, ao mesmo tempo, duas características distintas, mas que estão intimamente relacionadas: a de intervir nos diversos contextos em que esses processos ocorrem, possibilitando situações em que conhecimentos pudessem ser construídos e reconstruídos colaborativamente pelos participantes da pesquisa e a de analisar cientificamente tais processos.

Ao realizar uma pesquisa, surgem relações sociais, políticas e culturais onde pessoas compartilham o mesmo objetivo, pensamentos e ideias sobre o que estamos tentando refletir. Nessas pesquisas surgem problemas e temas que confrontam a realidade, especialmente a que nos interessa, como a educação, o ensino, a aprendizagem, as políticas e programas que afetam o ambiente onde a educação formal ocorre.

Diferente de uma ação premeditada, a intervenção é um processo orgânico que surge a partir das problemáticas vivenciadas pelo pesquisador, que age e reage intencionalmente visando a solução, mesmo que paliativa, do problema (Pereira, 2021). Apesar dos desafios inerentes à pesquisa interventiva, como a necessidade de reflexão constante e a complexidade das situações investigadas, suas potencialidades são significativas e diversas. Ela contribui para a formação de educadores críticos e comprometidos com a mudança, além de promover um ambiente democrático de pesquisa, incluindo os sujeitos pesquisados na busca das soluções dos problemas. Além disso a Intervenção pode gerar maturidade nos diálogos sobre os problemas, mobilizar os sujeitos sociais para a construção de proposições, bem como remete os sujeitos à ação criativa e inovadora; gera ações e/ou inovações das práticas, entrelaça o saber-fazer criativo, reflexivo e científico às demandas da realidade e tem a capacidade de deixar “legados” nos espaços educacionais (Hetkowski, 2016).

A pesquisa é um instrumento de transformação social, nesse caminho o ato de pesquisar ganha uma dimensão ética e política, pois envolve o compromisso com a sociedade, uma busca efetiva em melhorias para construção do conhecimento. Além disso, ao refletirmos sobre os processos de ensino e aprendizagem, nos deparamos com diferentes concepções de conhecimento, de sujeito e de sociedade, o que exige um olhar crítico e sensível.

Portanto, pesquisar é mais do que buscar respostas, é intervir, propor novas sugestões de melhorias e dialogar com as situações encontradas. Neste ato de intervenção a ética torna-se fundamental. O ato de pesquisar torna-se também um exercício de deslocamento de si, das certezas. É um movimento que exige do pesquisador a disposição para se deixar afetar, para escutar o que ainda não tem nome, para acolher o inusitado que emerge das experiências. Nesse sentido, como destacam os autores, a experiência é aquilo que nos afeta, nos transforma, e que, portanto, não pode ser reduzida a dados ou informações objetivas. Pesquisar, assim, é experienciar.

Além disso, essa abordagem da pesquisa desafia os modos tradicionais de produção do conhecimento, frequentemente centralizados, hierárquicos e excludentes. Ela vem abrindo espaço para outras vozes, outras epistemologias e saberes populares, entre tantos outros que historicamente foram silenciados. Ao valorizar esses saberes, a pesquisa também se torna um ato de resistência e de reparação histórica, somando positivamente para a sociedade.

4 A Pesquisa implicada como uma prática social, política e cultural: discussões de um Colóquio

Embasados nos estudos a respeito da pesquisa implicada e nas reflexões tecidas no colóquio intitulado “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, é possível destacar que pesquisar e o que move o mundo, pesquisamos o que nos move, o que tem sentido e causa implicação. A pesquisa nasce do encontro entre o sujeito e aquilo que o inquieta, o atravessa, o convoca. Não se trata apenas de responder a perguntas, mas de buscar aquilo que tem sentido, que reverbera internamente, que gera implicações. Esse movimento é profundamente existencial, pesquisamos porque algo nos chama atenção, porque há um desejo, uma curiosidade, uma dor ou uma maneira de transformação social.

na pesquisa implicada as práticas profissionais apontam-nos a possibilidade de um abandono dos modelos mais tradicionais e ligados às ciências naturais e exatas, para inventar processos de pesquisa em que o sentimento de estranhamento e desconforto com o já sabido podem mostrar e construir experiências para que uma pesquisa mobilize, a partir daquilo que sentimos em relação ao que já sabemos, ao que está dado, uma nova forma de produzir nossas realidades (Bragamonte e Possa, 2020, p. 263).

A pesquisa implicada propõe, uma abertura ao incômodo, ao estranhamento diante do que já está estabelecido. O desconforto com o já sabido, se transforma, aqui, em um fazer criativo, em uma possibilidade de inventar novos modos de ver, de fazer e de produzir conhecimento. A pesquisa deixa de ser apenas uma ferramenta para comprovar hipóteses ou validar teorias, e passa a ser um espaço de criação, de experimentação e de transformação da realidade a partir da experiência sensível e vivida dos sujeitos.

Essa perspectiva também se conecta com metodologias mais críticas, decoloniais, pós-estruturalistas ou cartográficas, que compreendem o conhecimento como algo situado, relacional e em constante construção ativa. Ela convida o pesquisador a deixar-se afetar, a colocar-se em frete a situações, a não buscar certezas, mas possibilidades existenciais.

Assim, quando a pesquisa se ancora naquilo que mobiliza o pesquisador, ela ganha corpo, foco e autenticidade. Ela deixa de ser meramente um exercício técnico e passa a ser expressão de um compromisso com o mundo, com as pessoas envolvidas e com a própria trajetória de quem busca pesquisar. Essa implicação não fragiliza a pesquisa do sujeito, ao contrário, dá a ela potência, pois a aproxima da vida real, das urgências sociais e dos afetos que movem o conhecimento no mundo contemporâneo.

O pesquisador tem o papel de mediador, ficando responsável por organizar e intercambiar ideias, fortalecendo o apoio mútuo entre os pares e encorajando os professores a participar do processo dialógico. Os partícipes compartilham significados e sentidos, questionam ideias, concordam ou discordam das opiniões de seus companheiros, apresentando suas razões e opções e aceitando responsabilidades durante todo o percurso do trabalho colaborativo. (IBIAPINA, 2008, p. 39)

O trabalho colaborativo, como destaca Ibiapina, é um espaço de diálogos de significados, de construção conjunta e de responsabilidade compartilhada. Os sujeitos envolvidos não são meros executores de tarefas, mas partícipes ativos, críticos e criativos, que refletem sobre suas próprias práticas, confrontam suas certezas e se abrem para o aprendizado no coletivo. Essa dinâmica favorece o empoderamento dos envolvidos, especialmente no contexto da formação docente, em que os professores se reconhecem como protagonistas de seus próprios processos de desenvolvimento pessoal e profissional.

Além disso, o diálogo, explicado aqui em sua dimensão freiriana, é mais do que uma troca de palavras sem sentido é um encontro entre sujeitos que se reconhecem em sua dignidade, que constroem juntos novas compreensões sobre sua realidade e que se comprometem com a sua transformação social. A mediação do pesquisador, nesse sentido, é ética, política e pedagógica, pois visa fortalecer laços, promover o pensamento crítico e criar condições para que todos se sintam pertencentes ao processo de desenvolvimento.

Assim, pesquisar é um gesto de escuta e de presença no mundo. É uma forma de resistir à indiferença, de nomear o que precisa ser dito,

de revelar o que muitas vezes é invisibilidade. E quando essa prática se faz colaborativa, ética e crítica, ela não apenas explica o mundo, ela o transforma tudo. Dessa maneira; o colóquio, realizado na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em 27/03/2025, trouxe contribuições fundamentais sobre a pesquisa implicada em contextos socioeducativos. A Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) iniciou sua fala com a provocação de Streck (2006) - “pesquisar é pronunciar o mundo” -, destacando que a investigação científica emerge de inquietações pessoais e coletivas. Segundo a professora, nós pesquisamos essencialmente aquilo que nos move, o que exige uma postura de curiosidade epistemológica capaz de questionar estruturas naturalizadas (Nascimento, 2025). Essa abordagem reconhece a pesquisa como prática social, política e cultural, indissociável dos contextos em que se insere e comprometida com a transformação da realidade.

Um dos pontos centrais da exposição da Prof^a Nascimento foi o desafio enfrentado por docentes formados em mestrados e doutorados acadêmicos ao atuarem como professores em programas profissionais. Ela ressaltou que essa transição exige uma reconfiguração epistemológica, pois o conhecimento aplicado demanda diálogo constante entre teoria e prática. A pesquisadora enfatizou que “a pesquisa só tem sentido quando eu consigo tocar no outro e o outro consegue tocar em mim e na minha escrita científica” (Nascimento, 2025), evidenciando a dimensão relacional do processo investigativo. Essa perspectiva questiona o impacto social da produção acadêmica; O que construímos e produzimos tem impacto na vida das pessoas? Reforçando que o mestrado profissional deve possuir todo o rigor científico, ainda que com enfoques distintos dos programas tradicionais.

Complementando a discussão, o Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB) destacou que as pessoas não devem ser vistas como objetos de estudo, elas são partícipes, problematizando abordagens que objetificam os sujeitos da pesquisa. Inspirado em Foucault (1991), ele argumentou que o conhecimento se constrói na intersecção entre vida, trabalho e desejo de transformação, superando dicotomias entre pesquisador e pesquisado. Essa visão exige metodologias colaborativas, nas quais os saberes locais são valorizados como constitutivos do processo científico. O professor ressaltou ainda que a pesquisa implicada pressupõe humildade epistemológica, reconhecendo que os sujeitos investigados são detentores de conhecimentos válidos e necessários para a compreensão da realidade.

Em sua exposição, Araujo alertou para os desafios de pesquisar contextos aparentemente familiares: “nem sempre aquilo que nos é comum é de mais fácil entendimento” (Araujo, 2025). Ele argumentou que a proximidade com o objeto de estudo pode gerar armadilhas, como a naturalização de práticas que precisam ser desconstruídas. Essa reflexão reforça a necessidade de estranhamento metodológico, no qual o pesquisador questiona pressupostos internalizados sobre seu campo de atuação. Nesse sentido, a pesquisa implicada exige um duplo movimento, o de engajamento crítico com a realidade investigada e distanciamento analítico para evitar reproduções acríticas de discursos.

A mediação da Prof^a Dr^a Selma Barros articulou as contribuições dos debatedores, sublinhando que a pesquisa em contextos socioeducativos deve equilibrar rigor metodológico e relevância social. O evento concluiu que a produção do conhecimento não pode ser neutra, ela é atravessada por escolhas políticas e pelo compromisso ético com os territórios investigados. Tanto a Profa. Priscila quanto o Prof. Ângelo defenderam que a ciência implicada exige coragem para romper com hierarquias acadêmicas tradicionais, privilegiando abordagens que reconheçam a complexidade dos fenômenos sociais e a agência dos sujeitos envolvidos. Assim, o colóquio reafirmou a pesquisa como ferramenta de emancipação, capaz de articular saberes científicos e populares na construção de sociedades mais justas.

5 Considerações finais

Esse trabalho buscou contribuir com as reflexões e concepções sobre a pesquisa colaborativa interventiva, discutidas no Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos.

Deste modo, a pesquisa implicada é um ato de coragem, pois demanda do pesquisador uma postura reflexiva sobre seu lugar no mundo e suas responsabilidades políticas. Assim, estudar o cotidiano é um processo complexo, já que pressupostos internalizados podem obstruir a compreensão crítica da realidade. Assim, o colóquio reforçou que a produção de conhecimento em contextos socioeducativos deve ser colaborativa, ética e comprometida com a transformação social, articulando teoria e prática em prol de uma ciência verdadeiramente emancipatória.

Dessa maneira, o pesquisador implicado não busca respostas prontas, mas se dispõe a escutar, a construir saberes com os sujeitos

envolvidos, reconhecendo neles não apenas fontes de dados, mas parceiros de caminhada. Esse posicionamento exige abertura, humildade epistemológica e sensibilidade para lidar com as múltiplas vozes e narrativas que atravessam os contextos pesquisados.

Logo, a ética é muito importante nesse processo, ela não se limita aos protocolos formais, mas se expressa na escuta atenta da sociedade, no respeito às trajetórias dos sujeitos, e na responsabilidade com os impactos da própria pesquisa. Trata-se de assumir que todo ato de conhecer é também um ato de ensinar e intervir, e que a neutralidade é, muitas vezes, uma forma de omissão diante das injustiças, logo, pensar o processo com os sujeitos, não para os sujeitos.

Portanto, a pesquisa se constitui como uma prática transformadora, que se ancora na práxis e se orienta pela construção de um mundo mais colaborativo e democrático. Ela chama o pesquisador a estar presente não apenas com a razão, mas também com o afeto, com a escuta sensível e com o compromisso ético e político promovendo rupturas e possibilidades. Posto isso, observa-se que diante dos desafios contemporâneos enfrentados nos contextos socioeducativos, reafirma-se a urgência de uma pesquisa que vá além da descrição dos fenômenos, comprometendo-se com sua transformação na totalidade. A pesquisa colaborativa, crítica e implicada se configura como um caminho ético e político de construção do conhecimento ativo, em que teoria e prática se articulam dialeticamente, e a práxis emerge como fundamento essencial.

Por fim, investigar e intervir colaborativamente demanda esforço, coragem, escuta sensível e constante autorreflexão. Significa compreender que pesquisar é também se posicionar no mundo e com o mundo, romper com a naturalização das desigualdades e apostar na potência dos encontros, das contradições e das possibilidades que emergem da coletividade. É nesse horizonte que a ciência pode, de fato, se tornar emancipatória comprometida não apenas com o saber, mas com a vida em sociedade, tonando sujeitos comprometidos.

Referências

BRAGAMONTE, Patrícia Luciene de Albuquerque; POSSA, Leandra Bôer PESQUISA IMPLICADA: relação, produção e invenção. Pesquisa aplicada e implicada. Editora Sumário - 2020. DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.762.2 56-274contexto. Belo Horizonte; Autêntica,

2007.

DESGAGNÉ, S. **O conceito de pesquisa colaborativa**: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. Revista Educação em Questão, Natal, v.29, n.15, p.7-35, 2007.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Mestrados profissionais educação: políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. Plurais. Salvador, v. 1, n. 1, p. 10-29, jan./abr. 2016.

IBIAPIANA, Ivana Maria Lopes de Melo (Org.). Formação de professores: texto &

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál, Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MIZUKAMI, Maria Da Graca & Andrade, Maria & Lima, Francine. (2022). **Pesquisa colaborativa**: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. Revista de Estudos Aplicados em Educação. 6. 10.13037/rea-e.vol6n12.8400.

NASCIMENTO, P. B. S. do (UFRB); ARAÚJO, Â. M. (UNEB). Mediação de: CASTRO, S. B. D. de. **Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo**: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos. UNEB campus XI, Serrinha, BA. Realizado em 27 mar. 2025.

PEREIRA, A. Pesquisa interventiva nos mestrados profissionais em educação: fundamentos e possibilidade praxica. v. 6 n. 12. Revista Estudos Aplicados em Educação, 2021.

A PESQUISA IMPLICADA E SEUS ENTRELACES COM A INCLUSÃO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO COLABORATIVO

Joyce Santana Araújo Silva
E-mail: joylibras@gmail.com

Thaís Meireles de Oliveira
E-mail: thais.joa04@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares
E-mail: mtsoares@uneb.br

RESUMO: Este trabalho emerge do IIº Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), oferecido pelo Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI. Seu objetivo é apresentar conceitos e tecer reflexões relacionadas à pesquisa implicada dentro de um processo investigativo e de intervenção colaborativa nos contextos socioeducativos, sob a perspectiva da inclusão escolar de estudantes com deficiência. Foi possível concluir sobre a relevância da pesquisa implicada, sobretudo do sentido colaborativo, no desenvolvimento de investigações desenvolvidas em contextos educativos com o foco na inclusão escolar, como exemplificam os respectivos projetos das autoras deste texto. Ademais, são inúmeras as possibilidades de ampliação desse e de outros estudos comprometidos com a realidade concreta advinda dos lócus de intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa implicada. Inclusão escolar. Sentido colaborativo.

1 Introdução

Este trabalho emerge a partir das discussões oriundas do IIº Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), oferecido pelo Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XI*. A autoria é das mestrandas do PPGIES e de sua orientadora, também membros do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Essa produção é obrigatória do Programa e faz parte do componente curricular Seminários e Colóquios.

Como objetivo busca apresentar conceitos e tecer reflexões relacionadas à pesquisa implicada dentro de um processo investigativo e de intervenção colaborativa nos contextos socioeducativos, sob a perspectiva da inclusão escolar de estudantes com deficiência. O trabalho está organizado em seções. Além desta introdução com breve abordagem da temática a ser investigada, apresenta-se a seção “Aspectos metodológicos e suas aproximações com o tema: reflexões iniciais” responsável por discutir a metodologia do estudo e articulação com o recorte adotado, a saber a inclusão escolar.

Em seguida, a seção intitulada “Pesquisa implicada e colaboração: nuances de pesquisas em andamento” versa sobre a pesquisa implicada e suas interlocuções com o cotidiano escolar à luz do princípio colaborativo e a partir das reflexões apresentadas pelas autoras. Na quarta seção estão as Considerações Finais oriundas dos estudos e leituras realizadas na/para construção do presente texto.

2 Aspectos metodológicos e suas aproximações com o tema: reflexões iniciais

O evento retromencionado foi realizado no dia 27 de março de 2025 na sala do auditório do Departamento de Educação, *Campus XI*, da UNEB. Tivemos como mediadora a Profª Drª Selma Barros Daltro de Castro (PPGIES/UNEB), e como expositores a Profª Drª Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) e o Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB) trazendo suas contribuições e discussões sobre o tema supracitado.

A Profa Dra Priscila Brasileiro Silva do Nascimento discorreu sobre o ato de pesquisar quando ao citar as palavras de Streck (2023) “Pesquisar é pronunciar o mundo”, nos levou a pensar em “O que temos pronunciado?” Porquê temos pronunciado?” “Com que intenção?” e “Para que e para quem temos pronunciado?”. Mediante estes questionamentos fomos guiados no caminho da pesquisa. A professora ainda destacou em sua fala sobre o “fazer” da pesquisa que “antes do domínio de métodos, técnicas, procedimentos” é necessário desenvolvermos a nossa “curiosidade epistemológica” (Paulo Freire, 1995), curiosidade esta que, de acordo com a palestrante, nos é podada desde nossa infância quando nossos questionamentos são ignorados e acabamos por deixá-los de lado.

Ainda segundo a palestrante, quando nos tornamos pesquisadores “precisamos reativar essa curiosidade” e no que se refere às pesquisas implicadas colaborativas, “devemos estar abertos em dialogar”, pois, a pesquisa só tem sentido se conseguirmos “tocar no outro e eles tocarem em nós” e essa interação é concretizada através do produto que apresentamos.

O simpósio segue com a apresentação do Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo trazendo reflexões sobre a importância das implicações nas pesquisas colaborativas. Ele nos apresenta a pesquisa aplicada como meio de promover ou propor novas formas de problematizar a realidade, pois, segundo ele não podemos pensar que ao finalizarmos nossas pesquisas temos respostas prontas e acabadas, pelo contrário, surgirão novas provocações e questionamentos.

Para a construção deste texto tomamos por base a inspiração na pesquisa de caráter bibliográfico, a qual nos dá a possibilidade de adentrarmos em outras pesquisas para o conhecimento, por meio dos estudos de outros autores, de conceitos e fundamentações importantes para o nosso trabalho. Fonseca (2002, p. 32) infere que,

A pesquisa bibliográfica, é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...] existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta

Em síntese, a pesquisa bibliográfica contribui significativamente para uma atualização riquíssima na realização de escritas científicas e trabalhos acadêmicos. Para Gil (2002, p. 3) “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a

cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”, logo, trazemos reflexões baseadas em contribuições de grande valor de outros autores. Precisamos, portanto, estar atentos às nuances de pesquisas em andamento a fim de ampliar possibilidades de soluções.

3 Pesquisa implicada e colaboração: nuances de pesquisas em andamento

Ao tratarmos de pesquisa implicada observamos que a sua ação colaborativa propõe uma relação mais próxima entre os estudos acadêmicos e a educação básica, diferentemente de pesquisas tradicionais ela vai analisar e buscar promover mudanças dentro das nossas ações em ensino, combinando teoria e prática para promover a aprendizagem dos estudantes de forma inclusiva.

Desse modo, possibilita um exercício de reflexão necessário que nos conduz a entender e compreender aspectos voltados ao desenvolvimento das nossas práticas diárias, efetivando melhorias e adequações tão relevantes no âmbito educacional que viabilizem a inclusão escolar.

Cabe ressaltar que apesar do termo inclusão ser comumente relacionado às pessoas com deficiência, a educação inclusiva difere da educação especial. Noronha e Pinto (2013, p. 02) apresentam o conceito de ambas.

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento

Diante do exposto podemos perceber que apesar de a educação especial ser uma educação pautada na inclusão o foco é no atendimento às pessoas com deficiência e/ou transtornos globais de desenvolvimento e no que diz respeito à educação inclusiva, as autoras definem como:

[...] um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades

tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (Noronha e Pinto, 2013, p. 3)

Vemos aqui que a educação inclusiva é mais abrangente, no que diz respeito à educação especial, pois ela envolve pensar na inclusão de todas as pessoas. Portanto, no que se refere à pesquisa implicada no âmbito escolar deve ser pensada levando em conta o coletivo, respeitando as diferenças e individualidades de todos.

Bragamonte e Possa (2020, p. 262), enfatizam a importância da relação do mestrado profissional nesse processo, pois

possibilita alterar, de alguma forma, a vontade de saber e levam a modificar/escolher outras lentes: lentes que levam a ver modos de saber - já não estão tão amarrados à certeza - e que possibilitam outros percursos, como se fossem descaminhos que proporcionam outros modos de ver o que está naturalizado pelo cotidiano escolar

Ao tratarmos de uma pesquisa implicada na qual tanto o pesquisador quanto os colaboradores atuam como protagonistas da investigação de sua realidade, amplia-se a possibilidade de encontrar respostas, ou seja, dar soluções para problemas específicos, não os restringindo apenas a problemas locais, mas ampliando-se aos territoriais e regionais.

Devemos ressaltar, que dentro desse processo de busca da pesquisa implicada, tanto o pesquisador quanto os colaboradores trazem a riqueza das suas experiências desenvolvidas cotidianamente. Também vai incentivar uma nova forma de ensino ao inovar e transformar, pois ao assumirmos a missão de pesquisadores nossos estudos precisam ter características da pesquisa colaborativa, e ao desenvolvermos nossas ações trataremos de uma interação e cooperação que traz por meio da ação/reflexão/política uma produção de conhecimento e formação de sujeitos implicados nas relações que permeiam a sociedade e a escola como um todo.

Existe nesse fazer investigativo, uma troca de saber precioso a qual precisamos incentivar incessantemente, é como questionar as nossas práticas e as alternativas pedagógicas as quais julgamos mais eficazes nesse processo de construção e produção do conhecimento, e a partir dessa formação vai gerar esse conhecimento acadêmico, profissional e pessoal.

Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de profissionais que estão dentro de uma realidade cheia de mudanças. Ainda baseado em Bragamonte e Possa (2020), a pesquisa surge a partir da desconfiança e o descontentamento daquilo que já se conhece, pois os autores apontam que “a experiência de pesquisa suscita por necessidade e

desejo, o sentimento de insatisfação como condição de certa recusa com aquilo que estava naturalizado – com aquilo que pensamos sobre o que chamamos de realidade”. (Bragamonte; Possa, 2020, p.263).

E é nessa dinâmica de promover uma ideia de estranheza ao conhecimento ora concretizado e familiarizado que a pesquisa nos coloca em um caminho de investigação e busca pelo novo, de forma mais crítica e com olhares mais preocupados com as práticas escolares, tornando assim, fatos ainda não identificados como objetos de pesquisa como um forte elemento a ser estudado.

Corroborando com este pensamento Ibiapina (2007, p.114 -115) compreende que

A pesquisa colaborativa, portanto, reconcilia duas dimensões da pesquisa em educação, a produção de saberes e a formação continuada de professores. Essa dupla dimensão privilegia pesquisa e formação, fazendo avançar os conhecimentos produzidos na academia e na escola

Assim, uma a pesquisa de cunho colaborativo não deve manter-se indiferente, ou seja, imparcial às realidades sociais existentes em um determinado ambiente, visto que se deve levar em consideração aspectos históricos, culturais, entre outros, havendo uma trajetória baseada na dialogicidade, pautada em uma prática mediadora em busca de um conhecimento alinhado à teoria e prática.

Segundo Rocha e Abreu (2020, p. 70) “as pesquisas de intervenção envolvem o planejamento e a implementação de ações (mudanças, transformações) destinadas a promover novos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam.” Ao desenvolvermos uma pesquisa interventiva devemos pensar em um campo de aplicabilidade a ser contemplado que pode ser tanto o ambiente de uma escola como uma comunidade quilombola, uma organização comunitária, ou qualquer outra repartição social que objetivamos encontrar possíveis soluções para problemas existentes. E é nesse processo de interação que a pesquisa acadêmica estabelece relação com a prática docente.

Ao definirmos o nosso objeto de estudo dentro da pesquisa implicada, precisamos ter uma visão de quem serão os nossos colaboradores, ou seja, quem será convidado a participar conosco desse processo de troca, por meio de reuniões, rodas de conversas, ateliês formativos, oficinas, entre outras ações interventivas que consolidam a nossa pesquisa através dessa troca de histórias que nos possibilita vivenciar experiências e a realidade embutida nos campos de atuação.

Um dos pontos de grande destaque no processo de construção da pesquisa é a discussão dos resultados, pois através dele podemos pensar e refletir acerca de aspectos positivos e até mesmo negativos desse percurso, os quais poderão gerar resultados, ou melhor, promover a mudança almejada.

Também podemos atribuir à pesquisa implicada além da formação continuada docente a possibilidade de analisarmos criticamente nossa prática e tentar buscarmos inovações que promovam a aprendizagem dentro dos diversos espaços de atuação.

Assim sendo, enfatizamos a sala de aula, por se tratar de um ambiente com diversas possibilidades de realização interventiva ao passo que contribui para a autonomia do professor e auxiliam na flexibilidade, adaptação e melhoria dos métodos e estratégias de ensino promovendo assim, um espaço mais inclusivo e de desenvolvimento do protagonismo estudantil.

Durante a palestra, o Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo destacou que devemos ser pesquisadoras e pesquisadores implicados com as nossas pesquisas, e buscarmos responder às problemáticas que surgem nesse processo de construção científica numa dinâmica elaborada pensando nas relações entre o que vivemos e estudamos, ou seja, fazendo um paralelo com o real vivido.

Temos como aliadas nesse processo de pesquisa as Tecnologias da Informação (TI), importantíssimas, pois contribuem grandemente na busca de informações/dados e na propagação/divulgação de resultados. No entanto, devemos ter cuidado quanto à validação de tais informações checando de forma consciente se são de fato verídicas ou não. Atrelada ao uso das tecnologias estão o uso da Inteligência Artificial (IA), em que sua utilização sem responsabilidade traz uma grande perda em relação ao ato de pensar, pois na maioria dos casos ficamos prisioneiros dessas facilidades que a tecnologia nos apresenta.

Dentro da pesquisa implicada essas ferramentas podem auxiliar sim os professores/pesquisadores, quando utilizadas de forma inteligente, como exemplifica o Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB) em sua fala que “no período da pandemia os ambientes virtuais de aprendizagem e as aulas remotas nos ajudou muito na questão da orientação entre professor e estudante” e ele acrescenta que precisamos tornar essas “ferramentas colaborativas” e ela se faz presente dentro desse contexto e devemos incorporá-la nas nossas perspectivas inclusivas para que seja possível trabalhar uma educação significativa. Como aponta (Freire, 2016, p. 27)

o “que não pode ser exportada, ela pode ser reinventada”, assim sendo, “as pessoas responsáveis pela educação deveriam estar inteiramente molhadas pelas águas culturais do momento e do espaço onde atuam”.

Nesse sentido, a importância da pesquisa implicada é tornar o conhecimento acadêmico mais acessível, fazer um ambiente de aprendizado contínuo promovendo uma inovação pedagógica que contribua para dar respostas aos problemas encontrados nos diversos espaços da sociedade.

Em acréscimo, é um estímulo ao papel do professor tornando-o mais ativo, crítico e reflexivo na produção desse conhecimento em qualquer etapa de atuação. Não se restringe a busca do pronto e acabado, mas dará condições para problematização da realidade que o cerca.

Quando relacionamos a pesquisa colaborativa à inclusão escolar estamos trazendo para o campo de debate o alinhamento de duas formas eficazes de promover práticas pedagógicas capazes de atender a diversidade dos nossos estudantes dentro das salas de aula, e nesse cenário concebemos a pesquisa colaborativa como ferramenta que proporciona maior compreensão referente ao fazer inclusivo diante dos fazeres docente. Sobretudo, nesse fazer colaborativo, a escola constrói um espaço de integração entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem promovendo o desenvolvimento integral e social.

É árdua a tarefa de transformar sistemas educativos com práticas conservadoras para uma escola inclusiva, pois trazem, ou melhor, requerem grandes transformações as quais vão desde o chão das salas de aula até a criação de uma gestão participativa, democrática e preocupada com as práticas educativas desenvolvidas. E no desenvolvimento das nossas pesquisas precisamos contribuir com a busca de alternativas para possíveis soluções de problemas das práticas e políticas envolvendo a inclusão escolar. Para Mendes (2008, p. 19), os pesquisadores devem deixar de ser meros “[...] espectadores, observadores e delatores, e isso implica em vivenciar o cotidiano das escolas e buscar o caminho da colaboração entre educação regular e especial”.

Em linhas gerais, as pesquisas implicadas de forma colaborativa abordam características investigativas nos contextos socioeducacionais em busca da transformação da realidade, e por meio das ações interventivas elevam e potencializam a participação dos (as) colaboradores (as) na concretização de tais ações. Não se consolida de maneira isolada, mas com a participação de todos os envolvidos neste processo.

Desgagné (2007, p.10) compreende que

A pesquisa colaborativa se articula a projetos cujo interesse de investigação se baseia na compreensão que os docentes constroem, em interação com o pesquisador, acerca de um aspecto da sua prática profissional, em contexto real. Em consequência, o papel do pesquisador, no referido projeto colaborativo, se articula essencialmente em função de balizar e orientar a compreensão construída durante a investigação.

Assim, a pesquisa colaborativa não só compreende a construção e reconstrução de conhecimentos acadêmicos e a formação profissional, mas por meio da investigação e comprometimento participativo ela consolida uma ação de integralização educacional pelo qual todos se apresentam como transformadores daquela realidade.

Podemos perceber a veracidade do poder da colaboratividade tomando como base a construção das pesquisas desenvolvidas pelas autoras deste artigo como consolidadas a partir do conjunto de pensamentos entre as pesquisadoras e os colaboradores das pesquisas, gerando dados para a construção de seus respectivos produtos como validação do trabalho de todos os envolvidos.

Sendo assim, a pesquisa implicada e seus entrelaces com a inclusão escolar busca tornar o conhecimento mais acessível a todos, sendo isso possível apenas através do trabalho colaborativo que nos leva a compreender, intervir e transformar realidades.

4 Considerações finais

Diante do exposto podemos concluir sobre a pesquisa implicada, em paralelo com a educação inclusiva, ter um cunho colaborativo cujo desenvolvimento deve ser pautado no coletivo, uma constante troca de saberes e fazeres para respeitar a necessidade de todos envolvidos e levá-las em consideração. Não cabe na pesquisa implicada o “Narcisismo” irrefreável pois a pesquisa não gira em torno de apenas uma pessoa, tanto pesquisador como colaboradores são protagonistas na produção e/ou perpetuação do saber.

Referências

BRAGAMONTE, Patrícia Luciene de Albuquerque; POSSA, Leandra Bôer PESQUISA IMPLICADA: relação, produção e invenção. Pesquisa aplicada e implicada. Editora Sumário - 2020. DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.762.2 56-274

DESGAGNÉ, S. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos.

Revista Educação em Questão, Natal, v.29, n.15, p.7-35, 2007.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo (Org.). **Formação de professores: texto & contexto**. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, E.G. Pesquisas sobre inclusão escolar: revisão da agenda de um grupo de pesquisas. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.2, n.1, p.3-25, 2008.

PIMENTA, S.G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.521-539, 2005.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; ABREU, Eliézer Andrade de. **O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de geografia. Ciência Geográfica** - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (1): Janeiro/Dezembro - 2020.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências**, 2013. Disponível em <https://encr.pw/gZ4Of>. Acesso em 20/04/2025.

Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante e orçamento público. [E-book]. / Organizadores: Danilo R. Streck, Edla Eggert e Emil A. Sobottka. – São Leopoldo: Oikos, 2023.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'água, 1995.

FORMAÇÃO DOCENTE POR MEIO DA PESQUISA COLABORATIVA: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DE UM COLÓQUIO SOCIOEDUCATIVO

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
nadjanaralopes@gmail.com

Jéssica da Silva Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
jessicasilvasantos16@gmail.com

Ivonete Barreto de Amorim
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
ebamorim@uneb.com

RESUMO: Este artigo analisa os desafios e possibilidades da pesquisa colaborativa na formação docente, destacando sua relevância para a transformação de práticas educativas. Resultante das reflexões de um colóquio promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB), baseia-se em revisão bibliográfica de dois artigos indicados pelos palestrantes: Rocha e Abreu (2020) e Mizukami; Andrade e Lima, (2021), além das discussões do evento. A pesquisa colaborativa é abordada como metodologia que integra, promove o diálogo horizontal, autonomia docente e articulação entre teoria e prática. Os principais desafios incluem resistência à mudança, gestão de conflitos, heterogeneidade de vozes e a dualidade do papel do pesquisador. Conclui-se que, apesar das dificuldades, a abordagem colaborativa fortalece a criticidade, a coautoria de saberes e a construção de práticas emancipatórias, exigindo espaços democráticos e valorização do conhecimento docente.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Colaborativa. Intervenção. Formação.

1 Introdução

Este artigo é fruto de uma atividade não creditada, porém de participação obrigatória, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha. A produção se insere no contexto do Colóquio realizado no dia 27 de março de 2025, no auditório da UNEB, intitulado “*Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos*”. O evento contou com as contribuições da Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) e do Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB), que compartilharam experiências e reflexões sobre os desafios e possibilidades da pesquisa colaborativa em contextos educativos e sociais.

A atividade proporcionou aos participantes um espaço de diálogo e aprofundamento teórico-prático sobre a pesquisa implicada, especialmente no que se refere à atuação do pesquisador em situações de campo e à construção de conhecimento em parceria com os sujeitos envolvidos. Diante disso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a pesquisa colaborativa na formação em serviço, analisando os desafios e as potencialidades que esse tipo de abordagem apresenta para o pesquisador comprometido com práticas transformadoras em contextos socioeducativos.

2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de inspiração bibliográfica, fundamentada na análise crítica de textos acadêmicos que tratam da temática da pesquisa colaborativa. A construção da reflexão apresentada neste artigo baseia-se em autores que abordam o tema com profundidade teórica, com base em artigos disponibilizados pelos palestrantes do Colóquio.

Os textos utilizados como base para a discussão foram selecionados por sua relevância e pertinência ao tema investigado. Entre eles, destacam-se os artigos “*O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de Geografia*”, de Genylton Odilon Rêgo da Rocha e Eliezer Andrade de Abreu, e “*Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceitualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência*”, de Maria da Graça Nicoletti Mizukami, Maria de Fátima Ramos de Andrade e Francine de Paulo Martins Lima.

Além da fundamentação teórica, a produção se ancora nas contribuições do Colóquio com base nas exposições da Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) e do Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB). As falas dos palestrantes e os artigos disponibilizados no evento foram incorporados ao processo de análise e construção do texto, compondo um quadro metodológico que articula teoria e prática em uma perspectiva dialógica e reflexiva.

3 Desenvolvimento

3.1 Aportes teóricos do Colóquio para compreender a pesquisa colaborativa

Para que seja possível abordar a temática que versa sobre metodologias colaborativas iniciamos com as leituras dos artigos indicados pelos palestrantes, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Textos de apoio indicados pelos palestrantes do Colóquio

Título	Autores	Abordagem
Pesquisa implicada: relação, produção e invenção	Padrícia Luciene de Albuquerque Bragante e Leandro Bóer Prossa	Defende a pesquisa como uma prática transformadora, que questiona verdades naturalizadas e promove “fissuras” no pensamento (estranhamento, insatisfação e provocação).
O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de geografia	Genylton Odilon Rêgo da Rocha e Eliezer Andrade de Abreu	Define a pesquisa colaborativa como metodologia que integra universidade e escola, promovendo diálogo horizontal entre pesquisadores e professores. Ressalta a importância da pesquisa colaborativa para reduzir o distanciamento entre teoria acadêmica e prática escolar.
A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível	Adriana Borges Ferro Moura e Maria da Glória Soares Barbosa Lima	Enfatiza a conversa como espaço de formação, troca de experiências e construção coletiva de significados. Momento eficaz para despertar memórias coletivas e individuais, gerando dados ricos em conteúdo e reflexão. Destaca a importância da interação, escuta ativa e diálogo democrático na construção de conhecimentos.

Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência	Maria da Graça Nicoletti Mizukami, Maria de Fátima Ramos de Andrade e Francine de Paulo Martins Lima	Ressalta a importância da pesquisa colaborativa para: transformar práticas pedagógicas, promover reflexão crítica e autonomia docente e integrar metodologias ativas, além de promover integração, desenvolvimento profissional docente e produção de conhecimentos sobre práticas pedagógicas.
Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação	Cecília Warschauer	Propõe Rodas de convivência e narrativas como ferramentas para combater a padronização, alinhando-se a demandas contemporâneas por inclusão e flexibilidade curricular.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dentre os textos explicitados no Quadro 1, destacamos para o presente artigo “*O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de Geografia*” (Rocha; Abreu, 2020) e “*Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência*” (Mizukami; Andrade; Lima, 2021). Estes dois artigos ressaltam a potencialidade que a pesquisa colaborativa possui do desenvolvimento de um trabalho autônomo e emancipatório, respondendo diretamente às necessidades locais observadas pelos docentes, além da aproximação entre a instituição proponente da pesquisa e a instituição parceira.

Com base na bibliografia indicada, a pesquisa colaborativa se consolida como um caminho metodológico potente ao articular teoria e prática em um movimento constante de reflexão e ação. A esse respeito, Rocha e Abreu (2020) afirmam que:

A pesquisa colaborativa enquanto percurso metodológico, pressupõe a ideia de uma aproximação entre a universidade e a escola por meio de procedimentos investigativos colaborativos. Diferentemente de outras abordagens que analisam fenômenos ocorridos em um determinado recorte espaço-temporal, as pesquisas de intervenção envolvem o planejamento e a implementação de ações (mudanças, transformações) destinadas a promover novos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam (Rocha; Abreu, 2020, p. 70).

Os autores destacam que a pesquisa colaborativa, enquanto método, propõe uma aproximação entre os espaços acadêmicos e os contextos educacionais práticos. Essa aproximação ocorre por meio de práticas investigativas desenvolvidas de forma conjunta, em que todos os envolvidos participam ativamente do processo. Ou seja, é uma abordagem ativa, transformadora e engajada, que não apenas estuda a realidade,

mas atua sobre ela, buscando melhorá-la em colaboração com os sujeitos envolvidos.

Nesta perspectiva, os autores apontam como “um dos desafios colaborativos, responder as necessidades de docentes e os interesses de produção de conhecimentos” (Rocha; Abreu, 2020, p. 70). Para isso, é necessário conhecer as perspectivas e impressões do docente relativa à temática abordada, sendo imprescindível a construção uma ponte de comunicação livre de preconceitos e vaidades.

Os autores ainda ressaltam que “numa pesquisa colaborativa o diálogo é o pilar de negociação. O professor deixa de ser um sujeito da pesquisa e passa à condição de co-produtor da pesquisa”. (Rocha; Abreu, 2020, p. 76). Essa comunicação franca e aberta não é algo fácil de se conseguir, em especial quando tratamos da realização de uma pesquisa, momento em que muitos dos colaboradores preocupam-se na repercussão que suas falas e posicionamentos podem ter como consequência. Essa exposição de suas necessidades e anseios podem deixar o professor sentindo-se vulnerável, causando desconforto, pois,

concebe-se como colaboração diálogos de diferentes naturezas empreendidos por professores de diferentes níveis, modalidades, áreas de conhecimento e pesquisadores, tendo em vista compreensão e promoção de processos de desenvolvimento profissional de todos os envolvidos. (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p. 10).

Conforme abordado na citação, a gestão das diferentes perspectivas pode ser desafiadora, mas é essencial para o desenvolvimento profissional. Essa comunicação, por sua vez, também pode gerar desacordos — naturais nesse tipo de processo — devido às ‘tensões naturais à pesquisa colaborativa, bem como contribuições desiguais para todos os participantes, derivadas da própria heterogeneidade entre os participantes’ (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p. 13). Além disso, dar voz e vez a um grupo torna-se provocante pois “as múltiplas vozes dos diferentes participantes do grupo de pesquisa funcionam com múltiplas lentes interpretativas” (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p. 17) que precisam ser consideradas e os contrapontos alinhados de uma forma que sirvam de base para a tomada de decisões conjunta, democrática e descentralizada, respeitando as diferenças e individualidades, porém, chegando a uma decisão que contemple as aspirações da maioria.

Outro ponto referendo pelos autores diz respeito a função do pesquisador, pois “[...] no processo colaborativo, esse é o momento mais

complexo do que aparentemente se supõe, justamente porque exige uma dupla função do pesquisador, que deve promover a formação e produzir o conhecimento” (Rocha; Abreu, 2020, p. 71). Diante dessas considerações, observa-se que a construção do conhecimento no âmbito da pesquisa colaborativa exige um movimento de escuta sensível e de reconhecimento mútuo entre os sujeitos envolvidos. É nesse ponto que as reflexões de Mizukami, Andrade e Lima (2021) se somam às de Rocha e Abreu (2020), ampliando a compreensão acerca dos desafios e das potencialidades desse percurso investigativo. O diálogo e a diversidade de perspectivas são constitutivos da própria natureza colaborativa da pesquisa, sendo ao mesmo tempo fontes de enriquecimento e tensionamento do processo formativo, conforme abordado nas seguintes palavras:

Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa colaborativa baseia-se numa oportunidade de se olhar para a docência como prática reflexiva, pois ela representa uma estratégia de formação e de transformação social que possibilitem ao professor incorporar novas propostas à sua prática cotidiana de sala de aula, permitindo-lhe adquirir autonomia para transformá-la, adequando-a à sua realidade (Rocha; Abreu, 2020, p. 73).

Com base nisso, os autores destacam a pesquisa colaborativa como um caminho formativo que promove o desenvolvimento da autonomia docente, ao possibilitar a ressignificação da prática pedagógica em diálogo com a realidade concreta da sala de aula. A partir dessa reflexão, destacamos um novo desafio: o da mudança, cotidianamente encarada como uma ruptura, uma metamorfose, pois em primeiro plano, entende-se como o enfrentamento do novo de forma negativa, tirando o profissional da zona de conforto, conforme destacado a seguir:

Todavia é preciso reconhecer que os desafios de se implementar mudanças na direção de novos paradigmas, obrigam os professores a questionar sua ação e sua trajetória como profissional de educação. Esta não é uma tarefa fácil de se promover (Rocha; Abreu, 2020, p. 73).

Este processo de questionamento da própria ação ou de autoavaliação é um processo natural de uma pesquisa colaborativa que envolverá reflexão e construção de saberes, pois exige do professor uma postura investigativa e aberta ao novo, capaz de reconhecer suas práticas, questioná-las e transformá-las a partir do diálogo coletivo e da escuta ativa. A mudança, embora necessária, é também um movimento desafiador, pois implica em rever trajetórias, desconstruir certezas e enfrentar o desconforto do inusitado. Assim, a superação da resistência à mudança se torna parte do

próprio processo de aprendizagem docente, ao passo que o enfrentamento desses desafios fortalece a autonomia e a capacidade de atuação crítica e transformadora do professor em seu contexto.

Nesse percurso de transformação da prática docente, a formação continuada se revela como um espaço privilegiado de escuta, troca e construção coletiva de saberes, de crescimento. É nesse contexto que a articulação entre teoria e prática adquire novos significados, como enfatizam os autores:

Cabe dizer que, a formação continuada favorece uma revisão da compreensão da prática docente, através do compartilhamento das experiências individuais de cada colaborador, durante o debate reflexivo. A articulação entre teoria e prática ganha uma conotação diferente quando diferentes sujeitos examinam com senso crítico a sua própria trajetória [...] (Rocha; Abreu, 2020, p. 73).

Esse é um processo rico e eficaz, necessário para o crescimento profissional e evolução das práticas, além do uso da “dualidade conhecimento formal e conhecimento prático” (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p. 9). Tal articulação entre diferentes formas de saber potencializa o processo formativo ao integrar o conhecimento experiencial dos docentes às bases teóricas construídas academicamente, favorecendo uma prática mais crítica e reflexiva, porém, com o benefício de aproximar-se bastante da realidade. Assim,

Nessa perspectiva, a aceitação de uma pesquisa colaborativa implica, também, na afirmação de um processo de negociação que deve ser mútuo e descentralizado unicamente da responsabilidade do pesquisador, resultando num conjunto de diversas influências. No entanto, é preciso reconhecer que o processo de implementação de uma pesquisa colaborativa é trabalhoso e incorpora várias etapas (formação, oficinas, troca de experiências e avaliação do que foi proposto) para sua concretização. (Rocha; Abreu, 2020, p. 75)

Essa negociação abordado pelos autores coaduna com a reflexão apresentada nas palavras das autoras abaixo, evidenciando a complexidade dos processos colaborativos e a necessidade de se respeitar o tempo, a escuta e a construção conjunta entre os sujeitos envolvidos:

Essas e outras colocações sobre colaboração têm como elementos comuns a contribuição da pesquisa colaborativa para compreensão e melhoria de processos de desenvolvimento profissional, condições para instalação de postura investigativa por parte dos participantes, tempo e espaço para processos reflexivos sobre práticas pedagógicas, partilha de ideias, formas de enfrentamento e propostas alternativas

para situações vividas. A melhoria de processos de desenvolvimento profissional ocorre tanto para os professores das escolas quanto para os pesquisadores, respeitando os repertórios e respectivas bases de conhecimento para o ensino e a pesquisa de cada um. Colaboração, pois, nesse contexto, não se confunde meramente com participação. (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p.11)

Nesta perspectiva, o valor da colaboração está na horizontalidade das relações estabelecidas, no reconhecimento do saber do professor como legítimo e na partilha de responsabilidades, na troca, para além da divisão técnica entre quem investiga e quem atua. Nesse cenário, torna-se indispensável romper com preconceitos históricos que desvalorizam o trabalho investigativo desenvolvido pelos professores, pois muito se discute nas pesquisas colaborativas sobre a possível desvalorização do trabalho dos professores e privilegio dado aos pesquisadores, criando uma barreira para a participação e colaboração. Neste debate também entra na discussão a questão do rigor científico da pesquisa, visto que

a pesquisa dos professores, muitas vezes é considerada como pesquisa de segunda categoria, tendo falta de rigor intelectual, com pouca fundamentação teórica, como sinônimo de prática em detrimento de aprofundamento teórico e de pouca relevância para a área. Esse quadro tem sido revertido aos poucos e através dos anos e com produções que evidenciam que tais análises não procedem, e que esse tipo de pesquisa tem contribuído e pode contribuir significativamente para a compreensão de como professores aprendem a ensinar e a se desenvolver profissionalmente, por exemplo. (Mizukami; Andrade; Lima, 2021, p. 7)

Essa reflexão ressalta o quanto é urgente ressignificar o lugar da prática docente na produção de conhecimento, reconhecendo-a como um campo fértil de pesquisa e transformação. Porém, acreditamos que este preconceito ainda esteja presente na academia, sendo desmistificado de forma processual.

3.2 Repercussões reflexivas oriundas do Colóquio

O Colóquio proporcionou um espaço significativo de diálogo sobre a pesquisa colaborativa, destacando essa metodologia como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento profissional. A partir das contribuições dos palestrantes, foi possível refletir sobre os desafios e as possibilidades dessa abordagem, considerando tanto os aspectos epistemológicos quanto os práticos da pesquisa colaborativa.

A professora Brasileiro (2025) enfatizou a importância da curiosidade epistemológica, conceito de Paulo Freire, como motor para a construção do conhecimento. No entanto, destacou que essa curiosidade muitas vezes é podada no ambiente escolar, o que reforça a necessidade de metodologias que estimulem o pensamento crítico e a participação ativa dos professores em seu próprio processo formativo. Nesse sentido, o Mestrado Profissional surge como um espaço que movimenta saberes em diferentes esferas, indo além da compreensão teórica tradicional e possibilitando a construção de conhecimentos aplicados à prática educativa.

Um ponto central discutido por Brasileiro (2025) foi a interação entre o conhecimento experiencial e o conhecimento elaborado, conforme Streck (2006). A pesquisa, ao articular esses dois saberes, permite a transformação tanto do pesquisador quanto dos sujeitos envolvidos no estudo. Como destacou Brasileiro (2005)¹, “o ato de pesquisar acaba nos modificando”, reforçando a ideia de que o conhecimento não é estático, mas sim um processo dinâmico e dialógico. Além disso, ressaltou-se o caráter público da pesquisa, que não deve se restringir aos espaços acadêmicos, mas deve ser compartilhado em diferentes meios de comunicação, garantindo sua devolutiva à sociedade, por ser “uma prática social, política e cultural”², com o objetivo de promover mudanças na realidade.

No mesmo sentido, Araújo (2005) abordou a pesquisa colaborativa como um processo de desenvolvimento conjunto do conhecimento, ressaltando sua importância na formação continuada dos professores. A pesquisa, segundo ele, deve ser implicada, ou seja, envolver ativamente os sujeitos pesquisados, permitindo que os participantes não sejam apenas objetos de estudo, mas agentes na construção do saber. Para ilustrar essa perspectiva, trouxe referências como Desgagné, Ibiapina, Cole, Knowles, Guimarães e Freire, autores que defendem a pesquisa como um ato de transformação e de reconstrução do que é habitual e familiar.

Outro aspecto relevante destacado por Araújo (2005) foi o uso das tecnologias na pesquisa colaborativa, ampliando as possibilidades de interação e produção de conhecimento. Além disso, ressaltou a necessidade de incorporar elementos lúdicos, culturais e artísticos no processo formativo, evidenciado na utilização da música *Caderno*, de Toquinho, como metáfora do aprendizado e da escrita como experiência

1 Fala da palestrante durante exposição no colóquio.

2 Fala da palestrante durante exposição no colóquio.

transformadora. Destacou que é necessário “abordar a pesquisa como um processo de problematização e não apenas um ritual acadêmico”.¹

Araújo (2025) revela o enfrentamento que o pesquisador tem quando volta ao que lhe é familiar e conta sobre sua trajetória enquanto pesquisador. Ressalta que “o desafio da pesquisa está na desconstrução do habitual e na capacidade de enxergar o que está naturalizado como um problema a ser investigado”², que muitas vezes acreditamos que o que nos é conhecido será mais fácil de ser pesquisado, mas que esta ideia é muitas vezes contraditória.

As discussões do colóquio reforçaram que as metodologias colaborativas são fundamentais na formação docente, pois possibilitam a construção coletiva do conhecimento, promovendo a reflexão e a transformação das práticas. Também que a pesquisa, nesse contexto, não busca verdades absolutas, mas sim uma compreensão mais ampla e crítica da realidade educacional, aproximando a teoria com a prática. O desafio está em estruturar metodologias que potencializem esse processo, garantindo que a formação seja, de fato, um espaço de construção dialógica e significativa para os professores.

5 Considerações finais

A pesquisa colaborativa configura-se como uma estratégia potente para a formação, ao promover diálogo entre teoria e prática e incentivar a participação ativa dos professores na construção do conhecimento. Os desafios identificados — como resistência à mudança, tensões nas relações de poder e a complexidade de conciliar formação e produção acadêmica — não invalidam seu potencial, mas exigem posturas éticas, escuta sensível e negociação democrática. A horizontalidade nas relações, o reconhecimento do saber docente e a criação de espaços reflexivos são fundamentais para superar preconceitos históricos que desvalorizam a prática pedagógica como fonte de conhecimento.

Que o trabalho com a pesquisa colaborativa é rico e uma metodologia inestimável para o aprimoramento das práticas pedagógicas, crescimento profissional, produção do conhecimento, compartilhamento de responsabilidades, fortalecimento da autonomia dos professores, valorização das experiências docentes é inquestionável. Porém destacamos

1 Fala do expositor durante o colóquio.

2 Fala do expositor durante o colóquio.

também seus desafios, não como uma forma de desestimular o pesquisador a utilizar esta metodologia, mas para prepará-lo para enfrentar e pensar em estratégias para superar conscientes e sensíveis que favoreçam a superação dos obstáculos e fortaleçam o processo colaborativo de forma ética, dialógica e eficaz.

Ressalta-se, ainda, que enfrentem desafios estruturais e culturais, a prática da metodologia colaborativa possibilita transformações significativas no fazer docente, ao fortalecer a autonomia, a criticidade e o compromisso coletivo com a melhoria da educação. Assim, investir em processos formativos colaborativos é reconhecer o professor como sujeito ativo de sua própria formação e da construção de uma escola mais democrática e emancipadora.

Embora exija tempo e disposição para enfrentar rupturas e metamorfoses, a pesquisa colaborativa fortalece a autonomia docente e a construção de práticas pedagógicas críticas. Assim, investir nessa abordagem é apostar na educação como espaço de emancipação, onde professores e pesquisadores coautorizam saberes em prol de uma intervenção social significativa.

Referências

ARAÚJO, Ângelo Moura. **Colóquio:** Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos do MPIES. 27/03/2025.

BRAGAMONTE, Patrícia Luciene de Albuquerque; POSSA, Leandra Bôer. **Pesquisa implicada: relação, produção e invenção.** In: DALLA CORTE, Marilene Gabriel; LUNARDI, Elisiane Machado (Org.). Pesquisa aplicada e implicada: políticas e gestão da educação básica e superior. Série I, volume I. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 256-274.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 24-35, 2014. WARSCHAUER, Cecília. **Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação.** In: SCOZ, Beatriz et al. (org.). Psicopedagogia: contribuições para a educação pós-moderna. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13-23.

BRASILEIRO, Priscila. **Colóquio:** Investigar e intervir

colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos do MPIES. 27/03/2025.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de; LIMA, Francine de Paulo Martins. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. **Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 6, n. 12, p. 5–21, 2021. ISSN 2525-703X.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; ABREU, Eliézer Andrade de. O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de Geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 1–15, jan./dez. 2020.

CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA COLABORATIVA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DAS DISCUSSÕES DE UM COLÓQUIO REALIZADO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Camila Figueiredo de Carvalho Mélo
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
camilamelo5@hotmail.com

Mônica Moreira de Oliveira Torres
mtorres@uneb.br

RESUMO: Esse artigo é resultado das reflexões promovidas a partir das exposições da professora doutora Priscila Brasileiro e do professor doutor Ângelo Moura Araújo, no Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos, realizado no dia 27 de março de 2025, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do campus XI, na cidade de Serrinha - Bahia. O texto busca analisar como a pesquisa colaborativa pode contribuir para a prática pedagógica. O artigo visa trazer contribuições sobre a pesquisa implicada e a pesquisa colaborativa, construídas a partir das discussões e exposições realizadas pelos palestrantes, além das leituras indicadas sobre o tema apresentado. O trabalho adota a pesquisa de caráter bibliográfico, amparados pelas teorias de Clark (1998), Streck (2006), Nietzsche (2006), Freire (2007), e Larrosa (2011). Os estudos consideraram a pesquisa colaborativa de grande relevância para a prática pedagógica e para os processos de investigação na escolha do tema de pesquisa para o mestrado profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Colóquio. Pesquisa implicada. Pesquisa colaborativa.

1 Introdução

O presente artigo é resultado das reflexões apresentadas pela professora doutora Priscila Brasileiro e o professor doutor Ângelo Moura Araújo, durante o *Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos*, realizado no dia 27 de março de 2025, no auditório DDEC do Campus XI – Serrinha, e promovido pelo Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Brasileiro (2025), iniciou sua exposição trazendo um questionamento sobre a escolha do tema de uma pesquisa para o mestrado profissional, utilizando a frase “eu só pesquiso o que me move”, reforçando suas ideias com a teoria de Paulo Freire (1995) sobre a “curiosidade epistemológica”, a qual o pesquisador necessita estar motivado, interessado, ou inquieto para poder pesquisar um determinado tema.

A palestrante abordou diversas concepções acerca da pesquisa implicada e pesquisa colaborativa, utilizando autores como Streck (2006), Nietzsche (2006), Freire (2007), provocando reflexões em como nossas experiências e vivências influenciam a pesquisa e nos transformam ao ponto de nos envolvermos a partir das relações e trocas realizadas. (Larrosa, 2011).

A professora apontou que a pesquisa deve ser vista como uma prática social, política e cultural, assim como uma interação múltipla entre os sujeitos. Por fim, Brasileiro (2025), afirmou que a pesquisa é uma construção coletiva, envolvendo pessoas, ideias e teorias, mas que cause impacto e transformação entre todos os envolvidos.

Durante sua abordagem, Araújo (2025), apresentou alguns conceitos sobre pesquisa implicada e pesquisa colaborativa, suas características e procedimentos, citando autores como Cole e Knowles (1993), Desgagné (1997), Ibiapina (2007), e ressaltou que a pesquisa colaborativa, quando realizada no contexto escolar, propõe uma relação mais próxima entre pesquisadores e professores, diferente das pesquisas tradicionais, que visam promover mudanças no ensino.

O palestrante também afirmou que a pesquisa implicada deve apresentar novas formas de problematizar a realidade, estando o pesquisador imerso no processo investigativo, sendo afetado e transformado pela pesquisa. Para finalizar, o professor apresentou um pensamento do

filósofo Foucault (2010), na qual esse tipo de pesquisa deve permitir que o pesquisador não pense mais as mesmas coisas da mesma maneira (Foucault, 2010). Ou seja, a pesquisa irá causar uma transformação na vida desse pesquisador e de todos os envolvidos.

É sobre essas reflexões de Brasileiro (2025) e Araújo (2025), alinhadas as leituras sobre pesquisa implicada e pesquisa colaborativa, que este artigo visa contribuir para ampliar as concepções acerca dos temas apresentados, e analisar sobre como a pesquisa colaborativa pode contribuir para a prática pedagógica.

2 Metodologia

Com o objetivo de analisar as contribuições dos professores palestrantes no Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos, além de explorar os textos indicados sobre o determinado tema, apresentamos essa pesquisa de caráter teórico bibliográfico.

A pesquisa tipo bibliográfica visa o aprimoramento e a atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Para Amaral, a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. (Amaral, 2007, p.1). Portanto, qualquer trabalho científico deve-se iniciar com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002).

A pesquisa foi inspirada não só nas discussões realizadas no Colóquio, mas também utilizou -se os referenciais teóricos de Cole e Knowles (1993), Streck (2006), Nietzsche (2006), Freire (2007), Larrosa (2011), para subsidiar as concepções de pesquisa implicada e como a pesquisa colaborativa contribui para a prática pedagógica, beneficiando os profissionais docentes, por meio de uma formação continuada e inovação do processo de ensino-aprendizagem.

Por meio das leituras realizadas, e os questionamentos que surgiram após a realização do Colóquio, o presente trabalho resultou em discussões que são de grande relevância para área da educação e que seguem nas próximas seções: Concepção de pesquisa; Pesquisa implicada e contribuições da pesquisa colaborativa para a prática pedagógica.

3 Concepção de pesquisa

A pesquisa é o ato de pesquisar como espaço de encontro em função de projetos de vida e de sociedade que julgamos importante (Streck, 2006). Sendo assim, ela parte de um propósito, uma inquietação, ou um desejo e consequentemente, envolve o pesquisador, transformando-o e desconstruindo conhecimentos previamente estabelecidos. Sendo assim, o ato de pesquisar é um processo não só composto de métodos e procedimentos, mas também, se constitui uma prática social, política e cultural. Assim afirma Gatti (2002) sobre pesquisa:

“é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos”. (Gatti, 2002, p. 9-10).

Para Lüdke e André (1986), pesquisa é confronto de informações coletadas e construídas sobre um determinado tema com um olhar a partir de um conhecimento acumulado. A pesquisa parte de um problema com o intuito de propor ou ajudar a construir colaborativamente soluções. Além de não ser isenta das marcas de seu tempo e do processo histórico, a pesquisa, em especial, a pesquisa em educação, não é “asséptica”, isto é, isolada da realidade nem de seu produtor, o pesquisador que é sempre conduzido por seus princípios e valores (Lüdke e André, 1986, p. 2). Entretanto, a pesquisa em educação, no Brasil e no mundo, nem sempre foi assim compreendida; outrora fora marcada por uma visão positivista, na busca de inserção de critérios das ciências físicas, matemáticas etc. (Lüdke e André, 1986).

Segundo Streck (2006), envolver-se seriamente na pesquisa implica pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades. Portanto, o pesquisador acaba se tornando parte dela, externando suas reflexões, críticas, e pensamentos, imprimindo suas próprias experiências para causar um impacto social, e afetar a realidade de todos os envolvidos.

Para Freire (1995), antes da pesquisa, é necessário que haja uma “curiosidade epistemológica”, que desperte o interesse do pesquisador, que o motive e o inquiete, ao ponto de desejar escrever sobre um determinado tema. Essa curiosidade, está ligada à disposição para conhecer, pesquisar e entender a busca para entender as origens do conhecimento. Nietzsche

(2006), afirma que a busca pelo conhecimento, muitas vezes nos leva a reencontrar o que já é familiar, o que pode gerar a ilusão de que o que conhecemos é mais acessível do que o que nos é estranho. Neste caso, nem sempre o que parece causar maior afinidade para o pesquisador, se tornará mais fácil, gerando muitas vezes mais questionamentos relacionados ao tema.

Ao escolher um tema para o mestrado profissional em educação, é necessário pensar não só sobre o que motiva / move o pesquisador, mas também sobre ensino, aprendizagem, políticas educacionais e seus impactos na educação e sociedade. A escrita deve ser tratada como experiência transformadora, não buscando verdades absolutas, mas abrindo a mente para novas possibilidades (Larrosa; Kohan, 2014). A pesquisa deve ser abordada como processo de problematização e não apenas como parte do ritual acadêmico.

O processo de escolha também está relacionado às vivências e experiências do pesquisador. Analisar o cenário de pesquisa, ler artigos publicados relacionados a esse tema, levar em consideração a área de atuação que o pesquisador está inserido, são passos importantes para a escrita acadêmica. Além disso, o tema deve estar alinhado com a linha de pesquisa escolhida, para que a pesquisa ou projeto, façam sentido e estejam de acordo as normas estabelecidas.

3.1 Pesquisa implicada e contribuições da pesquisa colaborativa para a prática pedagógica

O rompimento com paradigmas cientificistas nos processos de investigação coloca em evidências diferentes perspectivas de compreensão da realidade, dentre elas a pesquisa implicada e a pesquisa colaborativa.

Baseada nos estudos de Foucault (2010), a pesquisa implicada desafia a ideia de pesquisa como um processo neutro e objetivo, não se restringindo a busca por respostas definitivas, mas a novas formas de problematizar a realidade. O pesquisador está envolvido no processo de investigação e é afetado e transformado pela pesquisa, sendo o conhecimento construído pelas relações entre sujeito e objeto.

Este processo desafia o padrão acadêmico tradicional de pesquisa, sem adotar verdades absolutas. Este padrão tradicional tem como referência o modelo cientificista moderno que descarta o senso comum, considerando-o supérfluo e irrelevante, estabelece o distanciamento entre

sujeito e objeto, priorizando a observação apenas de aspectos quantitativos. Em seus fundamentos, a ciência moderna rompe com a relação natureza/sociedade, fazendo uma distinção entre ambas. Adota a racionalização no ato de conhecer, onde observar e experimentar são as únicas práticas que permitem alcançar a pretensa verdade científica. Nega toda a riqueza do objeto, sua complexidade, seus aspectos políticos, éticos, estéticos, religiosos, sociais, dentre outros na hora de conhecer (Santos, 1989)

Desta forma, na pesquisa implicada, o pesquisador vai se construindo de forma natural, e vai se moldando ao longo do tempo, podendo ser reformulado de acordo com os desafios e problemas encontrados pelo percurso. Esta perspectiva de pesquisa não visa trazer inovações acadêmicas, mas provocar mudanças na realidade estudada.

A pesquisa reflete uma opinião sobre a realidade que se quer explicar, modificar e atuar, e as implicações se revelam também nas conclusões que podem ser deduzidas dos resultados da pesquisa. Essas implicações fazem parte da seção de discussão, onde se resumem as descobertas e as colocam em contexto. Além disso, ela é fundamental na psicossociologia, integrando o processo de construção do conhecimento na busca de maior compreensão dos fenômenos.

Sendo assim, o tema de pesquisa vai se construindo ao longo do processo e não é definido de uma forma rígida. A pesquisa envolve um olhar crítico diante das situações apresentadas, e ela se caracteriza por questionar discursos acadêmicos tradicionais e problematizar práticas já estabelecidas. Logo, espera-se que o pesquisador tenha uma visão diferente ao final do percurso, e que enxergue novas possibilidades de pensamento e ação.

Por sua vez, a pesquisa colaborativa também se apresenta como uma alternativa importante para o rompimento de paradigmas cientificistas nos processos de investigação, trazendo grandes contribuições não só para aquela época, mas até os dias de hoje, principalmente, para a área da educação.

A pesquisa colaborativa surge no cenário educacional na década de 1980, porém só a partir da década de 1990, ela chega ao Brasil, sendo apresentada como uma alternativa para o desenvolvimento de estudos, valorizando a colaboração entre os pares, a reflexão crítica, promovendo análises sobre os processos investigativos, por meio da participação ativa, consciente e deliberada (Ibiapina, 2008).

A colaboração ao ser compreendida e adotada como prática compartilhada com outros e de natureza intencional, representa uma postura importante na pesquisa e na educação. Alguns filósofos como Tikunoff, Ward e Griffin (1979, p.10), entendem colaboração na pesquisa como ação que envolve “professores, pesquisadores e profissionais trabalhando paritariamente e assumindo igual responsabilidade para identificar, inquirir, e resolver os problemas, e as preocupações de professores”. Portanto, colaborar está relacionado a ideia de um grupo que se apoia, e contribui para a realização de algo, ou seja, possuem os mesmos objetivos.

A pesquisa colaborativa em educação é uma abordagem que envolve os professores e pesquisadores na investigação de um objeto de pesquisa, e na busca da construção do conhecimento, baseado em uma situação real. Nesse processo, contribuições são realizadas do ponto de vista do docente e podem estar relacionadas ao seu cotidiano em sala de aula e no processo de ensino-aprendizagem. Entende-se colaboração como o ato de trabalhar em conjunto em prol de um objetivo específico, ou seja, indicando parceria ou união. Autores como Clark *et al* apontam que:

[...] um princípio comum que guiou todos os ambientes foi o da colaboração. Talvez nossas concepções de colaboração tenham sido ingênuas. Como pesquisadores, tínhamos uma visão de estarmos emancipando professores ao facilitar-lhes seu engajamento na pesquisa sobre a aprendizagem de seus estudantes e suas próprias práticas de ensino. Como professores, nós imaginávamos que os ‘experts’ da universidade entrariam em nossas salas de aula e nos ajudariam a melhorar nosso ensino. Ao nos tornarmos mais reflexivos, mais familiares uns com os outros, e mais conscientes de nossos processos de ensino e de pesquisa, no entanto, nós começamos a olhar mais criticamente, considerando como outros têm definido e construído nossas visões do que poderia ser colaboração. Posteriormente viemos a compreender que pesquisa colaborativa não era algo que afetaria apenas os professores ou serviria apenas aos pesquisadores, mas, sim, algo que poderia mudar e trazer benefícios a todos nós, professores e pesquisadores (Clark et al., 1996, p. 194-195).

A pesquisa colaborativa em educação estimula a atuação de professores reflexivos no processo de construção do conhecimento ao tempo em que evidencia o potencial da transformação coletiva que ela realiza.

Desgagné (2007), afirma que a pesquisa colaborativa se articula a projetos cujo interesse de investigação se baseia na compreensão que

os docentes constroem, em interação com o pesquisador, acerca de um aspecto da sua prática profissional, em contexto real. Em consequência, o papel do pesquisador se articula essencialmente em função de balizar e orientar a compreensão construída durante a investigação.

A pesquisa visa estudar a realidade socioeducativa de forma coletiva, compreendendo e intervindo nos problemas reais, advindos de práticas sociais e pedagógicas em contextos de diversidade. Nesse processo, investigadores e profissionais da educação podem trabalhar colaborativamente, no sentido de aproximar as preocupações da academia às da escola, em prol da resolução de problemas vivenciados na realidade escolar. (Silva, Sá e Nunes, 2018).

Além disso, este tipo de pesquisa propõe melhorias e mudanças nas práticas de ensino, propondo um olhar mais reflexivo entre os seus colaboradores. A inovação também é incentivada, a partir do momento em que os professores analisam as suas técnicas, eles podem ampliar as suas competências, promovendo assim, uma formação continuada entre os profissionais, beneficiando os seus estudantes. Pensando nisso, Clark *et al* afirma que:

Ao nos engajarmos em pesquisa colaborativa com pessoas além de nossas salas de aula, pode haver um impacto poderoso e positivo sobre os alunos. Ao discutirmos o que significava colaborarmos uns com os outros e com nossos alunos, nossas discussões frequentemente se transformavam em partilha. Em nossos projetos menores e no grupo grande nós estamos ainda aprendendo como partilhar mais abertamente. Nós estamos trabalhando muito para considerar todas as vozes em torno da mesa e permitir que cada um seja ouvido. Essa preocupação com partilha e diálogo é central para nosso trabalho em geral. [...] Quando o diálogo se torna a base para pesquisa colaborativa, disseminação e colaboração se interpenetram. Disseminação pode simplesmente envolver ampliação do círculo de participação ativa no diálogo. Pode acontecer via publicação ou apresentação em conferência, assim como por meio de partilhar práticas com nossos colegas mais próximos – professores e pesquisadores ou com o que está na próxima porta. Cada um é uma instância para partilha de compreensão, e, assim, uma instância para futura colaboração (Clark et al., 1996, p. 221-222)

A pesquisa colaborativa ao envolver professores e pesquisadores pode impactar positivamente na aprendizagem dos estudantes. Ao possibilitar o diálogo amplia as possibilidades de colaboração e disseminação de conhecimentos e práticas vivenciadas pelo coletivo envolvido.

Por outro lado, a pesquisa colaborativa pode ser compreendida como desencadeadora de projetos que objetivam produzir conhecimentos sobre o desenvolvimento profissional de professores e de como investigá-los, produzir conhecimentos sobre os processos de ensinar e de aprender, bem como de práticas possíveis construídas colaborativamente, além de promover processos de desenvolvimento profissional da docência de professores por meio de reflexão sobre a própria prática pedagógica. (Cole e Knowles, 1993). Nesse sentido o desenvolvimento profissional se torna uma realidade inerente à pesquisa colaborativa na medida em articula saberes acadêmicos e saberes da experiência.

Nesse contexto, diante de todos os avanços tecnológicos, seja a escola ou universidade, devem estar preparadas para lidar com as mudanças e inovações criadas no processo de ensino – aprendizagem. Além disso, os docentes necessitam de qualificação profissional, alavancando e melhorando cada vez mais a educação brasileira a partir de processos colaborativos. A metodologia tradicional tem se distanciado a cada dia, dando lugar a novas práticas e transformações que envolvem não só os professores e pesquisadores, mas também os discentes.

A comunidade escolar, principalmente os gestores, devem incentivar esses profissionais a vivenciar seu desenvolvimento profissional, a aperfeiçoarem suas práticas e se qualificarem para oferecerem um ensino de qualidade, pois como aponta Delors (2003, p.60), a qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial. A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber – fazer.

A formação continuada de professores baseada na reflexão crítica de suas práticas envolvendo os estudantes converge com a pesquisa colaborativa no ensino. Freire (2006) afirma que os professores deveriam instigar a curiosidade dos alunos em sala de aula, ser um bom ouvinte para que houvesse a troca de experiências entre eles, apresentar propostas inovadoras durante as aulas e principalmente, um aprendizado em que o aluno fosse o centro do processo e pudesse atuar de forma crítica e reflexiva. Nessa perspectiva, a pesquisa colaborativa pode se tornar uma grande contribuição para a prática docente.

4 Considerações finais

Esse artigo buscou aprofundar e contribuir com as discussões sobre concepções de pesquisa aplicada e pesquisa colaborativa, apresentada no *Colóquio: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos*, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), no auditório da Universidade Estadual da Bahia (UNEB-Campus XI).

Iniciamos o trabalho abordando aspectos iniciais da pesquisa implicada, problematizando as contribuições da pesquisa colaborativa para a prática pedagógica e para a escolha do tema de pesquisa no contexto do mestrado profissional. Na sequência apresentamos alguns conceitos relacionados a pesquisa, aliadas ao termo de curiosidade epistemológica, proposto por Freire (1995), no qual, o pesquisador só escreve aquilo que lhe mobiliza, lhe desperta curiosidade, proporcionando algumas dicas de como escolher o tema de pesquisa para o mestrado profissional.

Quanto à pesquisa implicada, apresentamos algumas concepções e suas principais características, baseadas nas teorias foucaultianas, o que indica que o pesquisador está envolvido no processo de investigação e é afetado e transformado pela pesquisa, sendo o conhecimento construído pelas relações entre sujeito e objeto. Contudo, a pesquisa implicada não visa trazer inovações acadêmicas, mas provocar mudanças na realidade estudada, diferente da pesquisa colaborativa.

Ademais, a partir das reflexões significativas provocadas pelas exposições de Brasileiro (2025), e Araújo (2025), apoiadas pelo referencial teórico de filósofos como Clark (1998), Cole e Knowles (1993), Streck (2006), Desgagné (2007), Ibiapina (2007), pudemos explorar como a pesquisa colaborativa pode ter grande relevância para a prática pedagógica, promovendo transformações na área da educação, proporcionando formação continuada para esses profissionais e contribuindo para estarem cada vez mais preparados para lidar com os desafios enfrentados em sala – de aula e no contexto da escola.

Nesse sentido, entendemos que a pesquisa colaborativa visa integrar pesquisadores e professores no desenvolvimento conjunto do conhecimento e seu objetivo é gerar novas formas de ensino – aprendizagem. A pesquisa também envolve uma abordagem reflexiva, baseada no diálogo e colaboração, para que haja mudanças práticas na escola, e inovação. Logo,

toda a comunidade escolar, principalmente gestores devem incentivar e encorajar o processo de formação continuada desses profissionais.

Assim, a pesquisa colaborativa deve fornecer recursos e estratégias para a transformação de pesquisadores e professores, para que juntos, possam contribuir positivamente para a prática pedagógica contextualizada. Além disso, ela deve causar impactos no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando uma educação inovadora e significativa para todos os envolvidos.

Referências

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.**

Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

CLARK, C. et al. Continuing the dialogue on collaboration. **American Educational Research Journal**, v. 37, n. 4, p. 785-791, 1998

COLE, Ardra. L. KNOWLES, J. Gary. Teacher development partnership research: a focus on methods and issues. **American Educational Research Journal**, n 30, v.3, p.473-495, 1993.

DESGAGNÉ, S. **O conceito de pesquisa colaborativa:** a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.29, n.15, p.7-35, 2007.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira.** São Paulo: Olho d'água, 1995.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GATTI, B.A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília, DF: Plano, 2002.

IBIAPINA, I.M.L.M. **Pesquisa colaborativa:** investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2008.

LARROSA, J. (2011). Experiência e Alteridade em Educação. **Reflexão E Ação**, 19(2), 04-27.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens**

qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos; NUNES, Jacy Bandeira Almeida. A pesquisa nos mestrados profissionais em educação. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 2, p. 143-161, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/164>. Acesso em: 01 de abril de 2025.

STRECK, Danilo. Pesquisar é pronunciar o mundo: Notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STRECK, Danilo (orgs). **Pesquisa Participante: O saber da Partilha.** SP. Ideias et Letras, 2006, p. 259-276.

PESQUISA COLABORATIVA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS ACERCA DA PESQUISA IMPLICADA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Suzete Patrocinio de Souza
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
spatrocinio2011@hotmail.com

Patrícia Júlia Souza Coelho
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
pscoelho@uneb.br

RESUMO: O presente artigo é fruto do I Colóquio do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha, no semestre 2025.1, que trouxe como tema de discussão, “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”. O colóquio contou com a participação dos expositores, Prof^a Dr^a Priscila Brasileiro (UFRB), Prof^o Dr^o Angelo Moura (UNEB). Objetivou ampliar as discussões sobre as pesquisas colaborativas nos contextos socioeducativos em contributo com a formação docente. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico que tem como principais referências as concepções apresentadas nas obras de Ibiapina (2007), Mizukami, Andrade e Lima (2021), Rocha e Abreu (2020) entre outros. As breves considerações apresentadas neste texto destacam que a pesquisa colaborativa com professores tem impactos positivos nas práticas docentes, pois promove reflexões contínuas sobre suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Pesquisa colaborativa. Rigor teórico-metodológico.

1 Introdução

O presente artigo é fruto das reflexões apresentadas pela Professora Dr^a Priscila Brasileiro e pelo Professor Dr^o Angelo durante o Colóquio “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, ocorrido no dia 27 de março de 2025, no auditório DEDC do *Campus XI* - Serrinha, e promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – *Campus XI*), apoiado pelo Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). As reflexões apresentadas neste texto também se embasaram nas leituras do referencial teórico sugerido pelos expositores. O tema abordado no colóquio possui relevância no cenário acadêmico bem como na formação de professores/as, tendo em vista, a centralidade das pesquisas colaborativas para a produção de conhecimento por meio de uma pesquisa implicada, visto que nesse método as questões emergem da própria prática docente.

Ao discorrer sobre a importância da pesquisa colaborativa nos Programas de Pós-Graduação, especialmente nos doutorados e mestrados profissionais que pressupõem intervenções na realidade social, as pesquisas colaborativas interventivas se caracterizam pelo fazer com o outro e não para o outro, Brasileiro (2025) destacou que devemos preservar o rigor acadêmico da pesquisa, mas também o compromisso político, pois a partir da inserção dos pesquisadores no campo da pesquisa com os/as colaboradores/as, com os quais estabelecem uma relação de confiança e principalmente de permuta.

Para Brasileiro (2025) “a pesquisa em si só tem sentido quando eu consigo tocar o outro e o outro toca em mim, principalmente a partir da minha escrita”. Nesse viés, os produtos dos mestrados profissionais, por exemplo, são frutos das intervenções realizadas no campo empírico, ou seja, na prática, na realidade das pessoas. Essas intervenções e suas análises através da escrita permitem que o conhecimento produzido não fique apenas na teoria, mas que impacte e dialogue com a vida real, promovendo uma troca significativa entre o pesquisador e o campo de atuação.

Nesta perspectiva, a pesquisa deixa de ser algo isolado e se torna uma ferramenta de transformação e reflexão conjunta, onde todos aprendem e se transformam juntos, fortalecendo a relação entre teoria e prática.

Assim, a pesquisa colaborativa e implicada na formação de professores/as pressupõe a aproximação entre os pesquisadores e os colaboradores por meio de procedimentos investigativos e colaborativos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa colaborativa que emerge da própria prática. Acerca disso, Ibiapina (2007, p. 114-115) compreende que a pesquisa colaborativa “reconcilia duas dimensões da pesquisa em educação, a formação de saberes e a formação continuada”.

Nesse sentido, a pesquisa colaborativa não é neutra, uma vez que parte das experiências cotidianas dos sujeitos e busca a construção de conhecimento de maneira colaborativa e contextualizada. No que tange a pesquisa colaborativa na formação docente, Ibiapina (2008) ressalta ainda que numa pesquisa colaborativa o pesquisador além de promover a formação produz conhecimento.

Com objetivo de ampliar as discussões sobre as pesquisas colaborativas nos contextos socioeducativos em contributo com a formação docente, com base nos referenciais bibliográficos e as discussões apresentadas no Colóquio, foram realizadas leituras contextualizadas sobre a temática, alinhada às discussões apresentadas pelos palestrantes, que possibilitaram a apropriação e aprofundamento do estudo.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira evidencia as considerações iniciais; a segunda a metodologia; a terceira: apresenta a descrição e apresentação do Colóquio; a quarta: traz as análises das discussões emergentes no Colóquio, aspectos conceituais sobre as pesquisas colaborativas e implicadas e a última, considerações finais com as reflexões do estudo.

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, tendo em vista a consulta realizada de textos disponibilizados pelo I Colóquio intitulado: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) realizado no dia 27/03/2025, às 13h30min, no Departamento de Educação da UNEB, *Campus XI* em Serrinha – BA.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Fonseca (2002, p. 32) é realizada, [...] a partir do levantamento de referências teóricas já

analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Nessa perspectiva as pesquisas bibliográficas permitem aos pesquisadores conhecer o que já está sendo discutido sobre determinados temas.

A pesquisa bibliográfica tem intrínseca relação com a construção deste artigo, pois possibilita uma imersão nas produções acadêmicas acerca da temática discutida. Nesta perspectiva, Gil (2008) destaca que a revisão da literatura é fundamental para fundamentar o estudo, permitindo ao pesquisador compreender o que já foi produzido na área. Desse modo, a metodologia da pesquisa bibliográfica funciona como um alicerce para o desenvolvimento deste estudo.

3 Descrição e apresentação do Colóquio

No I Colóquio intitulado: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” Brasileiro (2025), uma das expositoras destacou a importância da pesquisa colaborativa para a produção de conhecimento científico, reverberando numa metodologia de pesquisa implicada com a prática docente, considerando todo o rigor metodológico que a academia exige. Ressaltou ainda o compromisso ético dos pesquisadores com o objeto de estudo e com os colaboradores da pesquisa. Para a Brasileiro (2025) devemos pensar a pesquisa como uma prática social, política e cultural.

Nesse interim, refletiu as especificidades dos Mestrados Profissionais que pressupõe o desenvolvimento de pesquisas práticas levando os pesquisadores a movimentarem saberes em diferentes esferas, por meio da dualidade dos pesquisadores enquanto docentes e discentes. Brasileiro (2025) ressalta que “a pesquisa colaborativa é a interação múltipla dos sujeitos por meio dos conhecimentos elaborados e conhecimentos da experiência, ambos são transformados e permitem uma nova leitura e pronúncia da realidade”.

Segundo Brasileiro (2025), uma produção de conhecimento, que permite uma nova leitura, se caracteriza pelo o que é conhecido e construído sobre um determinado tema e como as pessoas que o vivenciam, conseguem necessariamente, problematizar com uma dimensão de ruptura, no sentido de questionar aquele tempo e espaço do que está sendo produzido.

A partir do exposto, percebemos que essa ruptura é importante, pois ao questionar as ideias existentes abre espaço para novas interpretações

e compreensões promovendo, desse modo, avanços e transformações no conhecimento, tornando-o mais crítico e dinâmico.

Nesse sentido, percebemos a relevância da pesquisa colaborativa nos cursos de Pós-Graduação por promover a dinamicidade do ensino, a interação e a conexão dos pesquisadores com a realidade global, em relação a pesquisa implicada em educação, Moura (2025) refletiu sobre os desafios da pesquisa implicada com as práticas profissionais, pois:

a busca do conhecimento muitas vezes nos leva ao encontro do que já nos é familiar e muitas, vezes pode gerar a ilusão do que conhecemos, é mais acessível do que aquilo que nos é estranho, por isso, é importante pensarmos e percebermos que nem sempre o que é muito comum para nós é fácil de ser compreendido, é fácil de ser interpretado (Moura, excerto fala do expositor, 2025).

De fato, muitas vezes, o familiar parece mais acessível e, por isso, tendemos a interpretá-lo de forma mais rápida ou superficial. Entretanto, Bragamonte e Posse (2020) afirmam que para realização de uma investigação implicada com o contexto, numa perspectiva inovadora, é necessário:

[...] desnaturalizar, desfamiliarizar e destituir o já sabido pela aventura de navegar e construir caminhos constituem fissuras de estranhamento, insatisfação e provocação e que se torna condição de vida e de pesquisa para aquela que é orientada e, também, para aquela que orienta (Bragamonte e Posse, 2020, p. 271).

Baseado nesta perspectiva, a busca pelo conhecimento não é um caminho linear ou confortável, mas sim um processo repleto de desafios e novas descobertas, com vistas a criar experiências que nos desafiem a repensar nossas percepções e construir novas formas de entender e transformar a realidade.

Além disso, a pesquisa colaborativa com docentes incentiva as trocas de saberes e nos desafia a questionar as nossas práticas, pois permite analisarmos criticamente a nossa prática e buscarmos inovações. Em relação, a pesquisa implicada as práticas profissionais, segundo Bragamonte e Posse (2020) apontam-nos para:

a possibilidade de um abandono dos modelos mais tradicionais e ligados às ciências naturais e exatas, para inventar processos de pesquisa em que o sentimento de estranhamento e desconforto com o já sabido podem mostrar e construir experiências para que uma pesquisa mobilize, a partir daquilo que sentimos em relação ao que já sabemos, ao que está dado, uma nova forma de produzir nossas realidades (Bragamonte e Posse, 2020, p. 263).

Partindo desse pressuposto, romper com os modelos de pesquisas tradicionais nos desafiam a repensar nossas convicções e construir novas formas de entender e transformar a realidade, considerando a subjetividade dos atores sociais envolvidos permitindo que as experiências pessoais contribuam para construção de conhecimentos reflexivos.

Por fim, Brasileiro (2025) ressaltou que no desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa e implicada no contexto da educação, deve considerar o rigor acadêmico, pois as produções acadêmicas devem ser sistematizadas. Assim, o rigor intelectual garante que as produções sejam bem fundamentadas e sistematizadas, contribuindo para a credibilidade, a qualidade do trabalho e a construção do conhecimento científico. Nesse sentido, Ibiapina (2008) destaca a complexidade envoltas na pesquisa colaborativa, pois segundo a autora:

Como atividade colaborativa tem o objetivo de satisfazer as necessidades de formação do professor e as necessidades investigativas do pesquisador, não se pode menosprezar as exigências formais da academia, no que se refere ao processo dialógico. Os participantes compartilham significados e sentidos, questionam ideias, concordam ou discordam das opiniões de seus companheiros, apresentando suas razões e opções aceitando responsabilidades durante todo o percurso do trabalho colaborativo (Ibiapina, 2008, p. 35).

No entanto, de acordo com Mizukami, Andrade e Lima (2021, p. 7), “a pesquisa dos práticos, a pesquisa dos professores, muitas vezes é considerada como pesquisa de segunda categoria, tanto falta de rigor intelectual, com pouca fundamentação teórica, como sinônimo de prática em detrimento de aprofundamento teórico [...]”. Para André (2021, p. 57), o campo de educação é fértil para a pesquisa, nesse sentido, há espaço para todo tipo de investigação, “desde que se cuide da sistematização e controle dos dados”.

Baseado nesta perspectiva, o trabalho de pesquisa exige planejamento prévio de todas as ações a serem realizadas do início ao fim. Corroborando com André (2001), os expositores, Brasileiro (2025) e Moura (2025) também destacaram, a importância dos procedimentos metodológicos na realização de uma pesquisa colaborativa pontuando que, os dados devem ser coletados mediante procedimentos rigorosos e a análise deve ser detalhada e fundamentada, além disso, o relatório precisa explicar claramente todo o processo e os resultados.

Em tempo, é importante reconhecer que a pesquisa dos práticos, como os professores, é fundamental para a construção de conhecimentos

que realmente dialogam com a realidade do dia a dia, contribuindo para melhorias concretas nas práticas educativas, pois as pesquisas emergem das inquietudes nos contextos educativos.

Diante do exposto, é importante ressaltar que as pesquisas práticas na formação de professores são caracterizadas pelas implicações com a práxis pedagógica e devem considerar o rigor científico, pois a integração entre teoria e prática enriquece o conhecimento e promove avanços significativos na área da educação.

3.1 Bases conceituais do método de pesquisa colaborativa na formação docente: breves considerações

A pesquisa colaborativa na formação docente configura-se como um método de pesquisa de natureza interventiva, uma vez que, as trocas de saberes possibilitam a produção de conhecimento, promove reflexões por meio da valorização das narrativas dos colaboradores. Nesse viés Ibiapina (2008) ressalta que na pesquisa colaborativa pressupõe:

[...] valorização das atitudes de colaboração e reflexão crítica, visto que os pares, calcados em decisões e análise construídas por meio de negociações coletivas, tornam-se co-parceiros, co-usuários e co-autores de processos investigativos delineados a partir da participação ativa, consciente e deliberada (Ibiapina, 2008, p. 26).

A autora ressalta ainda, a importância das trocas de experiências entre os pares e o papel do pesquisador enquanto mediador, organizando e facilitando o intercâmbio de ideias entre os participantes. Além disso, o pesquisador incentiva a participação ativa dos colaboradores no diálogo, criando um ambiente onde todos possam compartilhar significados, questionar, concordar ou discordar, sempre apresentando suas razões e assumindo responsabilidades ao longo de todo o processo.

Rocha e Abreu (2020, p.72) reiteram que a pesquisa na formação de professores [...] deve promover a produção de conhecimentos que sirvam para uma reflexão crítica, buscando novas possibilidades de ação desses profissionais em educação”. Partindo desse pressuposto, a pesquisa colaborativa contribui efetivamente para a ação-reflexão docente tornando-se assim, uma estratégia de formação em contexto.

No que concerne as atribuições do pesquisador no desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa, é de sua responsabilidade o planejamento das ações claras e objetivas, a apresentação no campo da pesquisa aos

seus possíveis colaboradores do objeto de estudo para que eles possam compreender a proposta do estudo e decidirem se irão ou não colaborar com a investigação. Considerando, as características de um estudo colaborativo, é essencial a apresentação dos resultados e o retorno ao campo da pesquisa.

Em síntese, a pesquisa colaborativa valoriza as trocas de experiências e o envolvimento coletivo, promovendo um trabalho colaborativo dinâmico e participativo, que para Rocha e Abreu (2020, p. 71) “exige uma dupla função do pesquisador, que deve promover a formação e produzir o conhecimento”. Portanto, no contexto da pesquisa colaborativa, o pesquisador não é apenas um observador, mas um facilitador que incentiva o aprendizado e as trocas de experiências, ao mesmo tempo em que contribui para geração de novos saberes a partir do processo colaborativo.

A pesquisa colaborativa com professores desempenha um papel crucial na construção de conhecimentos. O papel do pesquisador, como mediador, é criar um ambiente acolhedor e seguro, onde os colaboradores se sintam à vontade para compartilhar suas histórias e reflexões sobre as temáticas abordadas. Dessa forma, o pesquisador não apenas coleta informações, mas também promove um espaço de diálogo aberto, incentivando a troca de experiências e contribuindo para a formação docente.

Nesta direção, Moura (2025) compreende a pesquisa colaborativa como uma experiência transformadora que não busca verdades absolutas, mas novas possibilidades. Ressaltou ainda que, a pesquisa colaborativa “é uma construção coletiva que envolve pessoas, ideias e teorias, nesse contexto, o foco das pesquisas em educação se baseia nesse processo de pensar sobre o ensino aprendizagem e políticas educacionais e os seus impactos no campo da educação”. Baseado nesta perspectiva, as trocas de experiências realizadas, por meio das pesquisas colaborativas, permitem pensar juntos sobre as questões que impactam os atores sociais.

Na concepção de Mizukami, Andrade e Lima (2021, p. 6), [...] a pesquisa colaborativa numa perspectiva de investigar processos de aprendizagem e desenvolvimento profissional da docência combina duas características importantes nos processos de investigação”, o primeiro envolve a intervenção nos diferentes contextos onde os processos acontecem, permitindo que os participantes construam e reconstruam conhecimentos juntos, de forma colaborativa.

Nessa perspectiva, todos têm um papel ativo na criação do conhecimento, o que torna o processo mais participativo e significativo.

O segundo, também inclui a análise científica desses processos, ou seja, estudar e compreender de forma rigorosa o que acontece durante essas intervenções. Assim, a pesquisa não só promove a transformação prática nos contextos envolvidos, mas também gera conhecimento científico sobre esses processos.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa colaborativa como estratégia de formação docente, Rocha e Abreu (2020, p. 73) afirmam que “baseia-se numa oportunidade de se olhar para a docência como prática reflexiva, pois ela representa uma estratégia de formação e de transformação social que possibilitem ao professor incorporar novas propostas à sua prática cotidiana [...]. Auferimos assim, que a pesquisa colaborativa com professores reverbera na docência como uma prática reflexiva, ou seja, refletir sobre suas próprias práticas permite a identificação dos seus potenciais e o que pode ser melhorado. Nesse sentido, de acordo com Ibiapina (2008):

[...] os princípios da pesquisa colaborativa orientam que os processos reflexivos são necessariamente colaborativos, isto é, para ocorrerem é essencial e necessário ter outros como parceiros (díade ou pequenos grupos), que colaboram no processo reflexivo com questionamentos críticos que tornam possível transpor em palavras as práticas e as teorias, tornando os parceiros conscientes das suas ações e das teorias que orientam o agir docente, bem como das possibilidades de transformá-lo [...] (Ibiapina, 2008, p. 44).

É oportuno salientar que essas interações não só fortalecem o entendimento coletivo, mas também promove um ambiente de apoio e crescimento mútuo, onde os participantes contribuem e aprendem com as experiências dos outros, uma vez que a pesquisa colaborativa se fundamenta na integração dos pesquisadores com os colaboradores refletindo sobre o objeto de estudo.

Para Rocha e Abreu (2020, p. 76) “por meio da comunicação entre pesquisador e professor, todos os sujeitos passam a vivenciar um sentimento de pertencimento e não de exclusão”. Com base nas leituras, bem como por meio das falas dos expositores, é importante salientar que na pesquisa colaborativa, as trocas dialógicas estão presentes durante todo o seu desenvolvimento, não existe hierarquia entre pesquisadores e participantes, pois os colaboradores tornam-se coautores da pesquisa.

Nesse contexto, segundo Mizukami, Andrade e Lima (2021, p. 11) “colaboração não se confunde meramente com participação”. Entre os aspectos pontuados no que concerne a colaboração, percebemos que

é imprescindível um envolvimento ativo, comprometido e consciente, onde as pessoas trabalham juntas, compartilham ideias, responsabilidades e esforços.

5 Considerações finais

Este artigo discutiu as contribuições da pesquisa colaborativa na formação docente, com base nas discussões do I Colóquio fomentado pelo PPGIES. Ressaltou a importância desse tipo de pesquisa na área de educação bem como na formação continuada dos professores, considerando as características fundantes das trocas de experiências entre os pesquisadores e os colaboradores do estudo, considerando ainda o duplo papel do pesquisador que também é sujeito da ação.

As discussões apresentadas neste texto destacam, que a pesquisa colaborativa com professores tem impactos positivos nas práticas docentes, pois promove reflexões contínuas sobre suas ações identificando as potencialidades e também o que pode ser aprimorado, o que contribui para uma docência mais consciente e evolutiva.

É essencial destacar que a pesquisa colaborativa e implicada, numa perspectiva de intervenção, requer rigor, no sentido de evidenciar o método de pesquisa adotado. Sendo assim, a pesquisa colaborativa exige densidade teórico-metodológica, rigor e sistematização no decorrer do processo de construção do conhecimento, devendo, neste movimento, atender as exigências formais presentes em qualquer tipo de pesquisa acadêmica, que numa perspectiva inovadora, é necessário desconstruir nossas certezas e hábitos, abrindo espaço para novas possibilidades.

Em suma, as reflexões que emergiram do colóquio, bem como as leituras contextualizadas, explicitaram que a pesquisa colaborativa representa um método que possibilita a construção do conhecimento promovendo aprendizagens e descobertas contínuas, por meio das trocas de experiências entre pesquisadores e colaboradores.

Referências

ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade.

Cadernos de pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. São Paulo, 2021.

BRAGAMONTE, P. L. de. A.; POSSA, L. B. **Pesquisa implicada: relação, produção e invenção**. Ed. Pimenta cultural, São Paulo, 2020.

BRASILEIRO, P. Exposição oral. In: I Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos e desafios”, realizado na Universidade Estadual da Bahia - *Campus XI*. Serrinha, BA, 27 mar. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBIAPIANA, Ivana Maria Lopes de Melo (Org.). **Formação de professores: texto & contexto**. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

IBIAPIANA, I. M. L. de M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília DF: Líber Livro Editora, 2008.

MIZUKAMI, M. da G. N.; ANDRADE, M. de F. R. de.; LIMA, F. de P. M. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. Rev. **Estudos aplicados em Educação**, v.6/n.12. p. 5-21. São Caetano do Sul, 2021.

MOURA, A. Exposição oral. In: I Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos e desafios”, realizado na Universidade Estadual da Bahia - *Campus XI*. Serrinha, BA, 27 mar. 2025.

ROCHA, G. O. R. da.; ABREU, E. A. de. O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de geografia. **Ciência Geográfica**, XXIV - Vol. XXIV- (1): jan/dez. Bauru, 2020.

INVESTIGAR E INTERVIR: AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COMPROMETIDA COM AS LUTAS CAMPONESAS

Maria Cremilda Lima Santos
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
cremildapggies@gmail.com

Maria Madalena Mota de Araújo
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
madalenageo@yahoo.com

Janeide Bispo dos Santos
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
jabsantos@uneb.br

RESUMO: Neste artigo objetiva-se discutir os diálogos colaborativos provenientes do colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos,” integrante da programação da semana de integração da UNEB 2025. A metodologia está pautada na análise de diferentes perspectivas teóricas, aliadas às ideias e contribuições dos palestrantes Profa. Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB). As reflexões realizadas no colóquio apontam os sentidos e significados da Pesquisa Colaborativa no âmbito da formação e das ações interventivas, os dilemas e desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos nos diferentes contextos socioeducativos. Apresenta ainda os caminhos e contribuições para o desenvolvimento profissional e transformações decorrentes das relações e ações realizadas no universo da pesquisa em Educação do Campo, destacando seu compromisso com as lutas camponesas e a luta de classes.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa. Luta de Classes. Educação do Campo.

1 Introdução

Apresentam-se, neste artigo, as contribuições advindas do Colóquio, intitulado: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” integrante da programação da semana de integração 2025, realizada pela Universidade do Estado da Bahia / Campus XI em março de dois mil e vinte e cinco. Para tanto, baseia-se nas contribuições dos palestrantes Profa. Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (UFRB) Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo (UNEB) no âmbito da Pesquisa colaborativa e seus desdobramentos teórico-metodológicos nos novos processos de aprendizagem e transformações socioeducativas. Os palestrantes abordaram sobre o ato de pesquisar, a importância da pesquisa colaborativa enquanto dimensão formativa que transforma e contribui para inovação, e os caminhos e processos percorridos para a construção de novos conhecimentos.

Inicialmente os sentidos e significados do ato de Pesquisar foram apresentados a partir de uma dimensão que vai além do rigor e exigências acadêmicas, segundo Nascimento para fazer pesquisa é necessário “eu pesquisar aquilo que me move” (Informação verbal)¹, sendo um processo que implica pesquisar a si mesmo. A partir da discussão inicial foi dada ênfase na Pesquisa colaborativa, a qual constitui caminho não apenas de gerar conhecimentos, mas promover transformações no ato de pesquisar e aprender, trata-se da construção de relações pessoais, profissionais e acadêmicas, ou seja, a “pesquisa em si, só tem sentido, quando consigo tocar o outro” (Informação verbal)².

A realização do colóquio demarcou importantes discussões para pensar a pesquisa colaborativa na dimensão formativa, produção de saberes, e consequentemente os processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, objetiva-se discutir as contribuições da pesquisa em educação do campo comprometida com as lutas camponesas, refletindo os limites e possibilidades dos contextos sociais e de vidas dos sujeitos.

-
- 1 Fala de Priscila Brasileiro Silva do Nascimento durante sua exposição no Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” no dia 27 de março de 2025.
 - 2 Fala de Priscila Brasileiro Silva do Nascimento durante sua exposição no Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” no dia 27 de março de 2025.

O texto em questão, apresenta as ideias dos palestrantes, destacando suas concepções teórico-metodológicas a respeito da pesquisa enquanto dimensão importante para a transformação da realidade, se configurando como compromissos éticos e políticos, porém não deixou evidente a perspectiva da luta de classes, o que deixa margem para uma transformação aparente da realidade. Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético se apresenta como um arcabouço teórico e metodológico eficaz para a análise da realidade em sua totalidade concreta. Além disso, o texto discute as contribuições da pesquisa em Educação do Campo, comprometida com a luta camponesa na busca por direitos.

2 Metodologia

Este estudo está pautado na análise de diferentes perspectivas teóricas e das contribuições advindas do colóquio, buscando construir interfaces com as pesquisas em educação do campo e seus desdobramentos no processo de comprometimento com as lutas camponesas dos sujeitos do campo, sobretudo no que se refere a implantação e efetivação de políticas que amplie investimentos e assegure novos direitos.

A pesquisa de inspiração bibliográfica se configura como base para a abordagem metodológica deste artigo, pois permite uma imersão nas produções já existentes e reconhecidas academicamente. Ressaltando a importância deste tipo de pesquisa, Lima e Miotto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica é um método fundamental na produção do conhecimento científico, especialmente em temas pouco estudado, pois permite formular hipóteses ou interpretações que podem ser a base para futuras investigações.

Quanto à principal vantagem da pesquisa bibliográfica Gil (2002, p. 45), aborda que: “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”. Desse modo, entende-se que a escolha da pesquisa bibliográfica como aporte teórico metodológico possibilita a criação de novos temas e objetos de estudo, o que contribui para uma interpretação mais robusta e fundamentada. Além disso, a imersão no contexto teórico permite uma melhor compreensão dos conceitos relacionados ao fenômeno em questão, tornando assim, uma ferramenta valiosa para a construção do conhecimento científico, permitindo que novas hipóteses e perspectivas surjam a partir de uma base teórica sólida.

No que tange ao processo de realização do Colóquio e sua contribuição para a elaboração deste artigo, observa-se que as apresentações dos expositores ocorreram de forma dinâmica e dialógica, permitindo que os participantes não se limitassem a ser meros ouvintes, mas se envolvessem ativamente por meio da interação e do diálogo sobre o conteúdo apresentado, promovendo uma colaboração efetiva entre professores e estudantes.

O colóquio, enquanto um gênero discursivo de acordo com Bakhtin (2003), desempenha um papel relevante na difusão do conhecimento científico, promovendo reflexões que favorecem o diálogo, além de permitir contestações, a apresentação de argumentos e debates sobre o tema em discussão. Nesse contexto, a exposição foi realizada pela Profa. Dra. Priscila Brasileiro Silva do Nascimento, professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, atuando nos cursos de Educação do Campo. Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (UFRB) e pelo Prof. Dr. Ângelo Moura Araújo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os expositores trouxeram reflexões importantes a respeito da pesquisa colaborativa que conforme Mizukami, Andrade e Lima (2021) implica processos investigativos e permite intervir nos diversos contextos em que esses processos ocorrem, tornando possível a construção e reconstrução do conhecimento de forma colaborativa.

Segundo Rocha e Abreu (2020), a pesquisa colaborativa deve ser engajada e não neutra, orientando-se de forma dialética em relação à realidade social, à historicidade dos fenômenos, às práticas, às contradições e às interconexões com o todo. A práxis é vista como um elemento fundamental na construção do conhecimento, pois é através dela que se articulam teoria e prática, bem como os processos de pesquisa e de formação.

Coadunando com as ideias dos autores supracitados, cujos textos foram disponibilizados para leitura, antes da realização do colóquio, em conjunto com o pensamento de Streck, (2006), os expositores enfatizaram ainda que pesquisar, ensinar e aprender são interdependentes e essenciais para a compreensão e a transformação do mundo. Juntas, essas práticas promovem um ciclo contínuo de conhecimento que não apenas enriquece o indivíduo, mas também tem o potencial de impactar positivamente a sociedade como um todo. Essa visão holística é fundamental para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de atuar de maneira consciente e transformadora em suas comunidades. Desse modo, a pesquisa constitui-se como uma perspectiva de mudança social, e no campo da educação é

necessário conhecer os mais diversos elementos que envolvem a prática educativa, sendo essencial compreendê-la de maneira completa, o que reverberou na reflexão acerca da temática deste artigo.

3 Reverberações reflexivas advindas do colóquio: uma análise das práticas educativas no campo e suas implicações sociais

O Colóquio denominado “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, por meio de aportes teóricos e em alinhamento com as apresentações interativas dos dois expositores, reverberaram para a premissa analítica das práticas educativas no campo e suas implicações sociais.

De acordo com Streck, (2006), investigar e intervir fazem parte do processo de pesquisa e funcionam como forma de interação, voltados para projetos de vida e de sociedade que consideramos significativos; pesquisar é expressar o mundo. Dessa forma, as práticas educativas desenvolvidas no contexto campestre, não podem ser superficiais, precisam ser desenvolvidas a partir dos mais diversos contraditórios aspectos da realidade concreta desses sujeitos. De acordo o art. 2º das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo (2002):

A escola do campo precisa estar inserida na realidade do seu meio, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais. Precisa ser uma escola que tenha a cara dos povos do campo. Que a terra seja um elemento chave, que a cultura, a história do campo, seja ponto de partida para o trabalho em sala de aula. Então não é qualquer escola, que fique apenas limitada ao mundo das primeiras letras, ou com conteúdos que não contribua para a criança e jovem do campo resgatar sua auto-estima de ser agricultor ou agricultora. Precisa então estar plantada no solo do campo e produzindo conhecimentos sobre a realidade que ajude as pessoas que nela vivem, a transformá-la (Brasil, 2002, p. 13).

Trata-se de uma prática que respeite e valorize as singularidades, adotando critérios políticos e pedagógicos que fundamentados nos saberes sociais, culturais, econômicos e ambientais dos sujeitos, os quais constituem extrema relevância no processo crítico reflexivo de sua realidade, construindo autonomia necessária para intervir no contexto que vive. Nesse sentido, conforme aponta Caldart (2004), o desafio atual para os protagonistas da Educação do Campo reside na práxis: é necessário aprimorar a clareza teórica e os projetos para promover um avanço significativo na luta política e nas práticas pedagógicas desenvolvidas até o momento. É fundamental

atribuir significado ao nome escolhido e estabelecer, tanto teoricamente quanto politicamente, o conteúdo e a forma dessa nova proposta. Daí a importância da construção do currículo da Educação do Campo alinhada com as necessidades dos alunos e da sociedade.

Em decorrência das lutas e organizações dos povos do campo, muitos desdobramentos positivos foram se constituindo a exemplo do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA* em 1998, objetivava fortalecer a educação nos assentamentos, assim como o financiamento da educação do campo, através da formulação de políticas públicas, a exemplo das Diretrizes Operacionais da educação do campo aprovadas em 2002 com critérios políticos, pedagógicos e administrativos que norteiam a organização de todos os aspectos referentes à educação do Campo. Nos anos seguintes, novas políticas e programas importantes foram se efetivando, o Programa Saberes da Terra, Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), e mais recentemente o decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, merece atenção pois, fortalece e reafirma as políticas de educação do Campo, destacando, escola do campo: “aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.” (Brasil, 2010, p. 2).

É importante destacar que todas essas conquistas, não estão dissociadas do contexto das lutas de classes, uma vez que, os movimentos populares, em condições desiguais, frente às situações históricas vividas, lutam por uma educação que atenda as necessidades da classe trabalhadora. Enquanto isso, a classe dominante usa o poder econômico para avançar nas diversas dimensões da sociedade, em especial na educação, construindo reformas para atender as demandas do capital.

Assim sendo, a classe dominante, como aponta Marx e Engels (2007), não apenas exercem controle econômico, mas também possuem o conhecimento historicamente construído, que os capacitam a pensar e a moldar a realidade de acordo com os próprios interesses, atuando como pensadores e geradores de ideias que regulam tanto a produção quanto a disseminação do conhecimento. Assim, as ideias e práticas educacionais que emergem desse contexto, tendem a reproduzir as concepções e valores da classe dominante, consolidando sua posição de poder na sociedade. Daí a importância das pesquisas de caráter contra hegemônico, para contrapor a realidade imposta.

4 A relevância das pesquisas em educação do campo: compromisso com a classe trabalhadora na luta por direitos.

O ato de pesquisar constitui um processo contínuo e inacabado, necessário à construção do conhecimento e transformação de realidades. “Pesquisar e ensinar-aprender são partes do mesmo processo de conhecer, isto é, de compreender, intervir e transformar a realidade” (Streck, 2006, p. 286), seus sentidos e significados constitui maior relevância quando conseguimos de alguma maneira tocar o outro, demarcando mudanças dos diversos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa e sobretudo o meio, pois trata-se de um processo que gera mudanças ainda que ocorra em situações adversas. Ao realizar uma pesquisa considera-se importante as dimensões e inquietações pessoais e não apenas acadêmicas e sociais, sendo necessário escutar os próprios desejos e curiosidades, ou seja, o ato de pesquisar precisa ser guiado por “aquilo que me move” (informação verbal)¹.

Uma importante dimensão da pesquisa, conforme as ideias de Mizukami, Andrade e Lima (2021, p.16) “a pesquisa colaborativa envolve participação de profissionais com diferentes bases de conhecimento, valores, graus de engajamento, repertórios teóricos, experiências etc.” Nesse contexto, as reflexões e diálogos teóricos - metodológicos apresentados nos Mestrados Profissionais promovem intervenções socioeducativas que envolvem diferentes grupos por meio do processo de colaboração. Assim, a pesquisa colaborativa tem uma intencionalidade e seu desenvolvimento envolve diferentes sujeitos e saberes, que potencializam sobretudo os processos formativos a partir da reflexão e resignificação da prática docente no contexto da formação continuada. Desse modo, conhecer a trajetória histórica da formação e profissionalização de professores, possibilita entender as contradições que historicamente fizeram parte da história da educação em nosso país marcada pela desvalorização. Afinal, a classe dominante não tem interesse na valorização dos professores, prefere manter a sociedade manipulada e agindo conforme os seus ideais.

A reflexão acerca do direito à educação e a escola no Brasil aponta para um processo desigual de acesso e permanência escolar, refletindo assim, um retrato da história da escola e Educação do Campo. Nesse contexto, percebe as adversidades que se instituíram nas dimensões

1 Fala de Priscila Brasileiro Silva do Nascimento durante sua exposição no Colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos” no dia 27 de março de 2025.

educativas, os quais podem ser compreendidos desde a precária estrutura física, qualidade, formação de professores desvinculada da realidade dos povos do campo, entre outros. A discussão sobre os processos educativos para os povos do campo, intenciona compreender como se consolidou a educação brasileira, a qual foi marcada por privilegiar uma minoria, a classe dominante, enquanto a maioria teve esse direito negado por muitos anos.

A partir da realidade histórica da origem da Educação no Brasil, a Educação do Campo configura um movimento de luta das diversas articulações de organizações sociais, um movimento de luta em prol do respeito às particularidades da vida, história e singularidades dos sujeitos, e sobretudo na defesa de políticas e propostas educacionais específicas para os povos do campo. Os movimentos objetivavam lutar por uma educação voltada para os povos que vivem do/no campo, assegurando o respeito e direitos de uma Educação do Campo que demarcasse contrapor um modelo de educação instrumentalizadora, que ao longo da história contribui para destruição da autoestima dos camponeses e desconstrução do campo enquanto espaço de vida e cultura, ou seja não se coloca a serviço de seu crescimento, Silva (2006).

Nesse movimento de historicizar as lutas dos povos do campo, evidencia-se muitos desdobramentos e experiências de valorização e legitimação que marcam a luta e história por uma educação de qualidade e práticas contextualizadas. Um marco legal que merece destaque é a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, trata-se de uma política específica para os povos do campo, que direciona e articula as ações de forma coletiva e individual, constituindo e valorizando sua história. Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo 2002, a Educação do Campo é maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana, não é toda a educação e participando do processo educativo, nesse sentido a concepção de educação do Campo resultantes das lutas e organizações vai além da existência de escola, constituindo assim espaço que integra a superação de práticas descontextualizadas.

“No processo de pesquisa, tanto o conhecimento da experiência quanto o conhecimento elaborado são transformados. O objetivo é a produção de conhecimentos que permitam uma nova leitura ou pronunciação da realidade.” (Streck, 2006, p. 270), logo perpassa a dimensão coletiva e colaborativa do ato de aprender e ensinar, inovar e

construir novas possibilidades, transformar e ressignificar saberes numa perspectiva autoformativa e reflexiva, que ultrapassa certezas, e constroem novas formas de Educação do campo a partir dos princípios educativos e políticos garantidos em leis. Nesse sentido, os sujeitos do Campo de forma individual e coletiva se relacionam com base na troca de saberes vivenciando o cotidiano das organizações e do lugar onde vivem, ultrapassando os limites da sala de aula.

As reflexões acerca do processo de legitimação das políticas específicas de Educação do Campo, revelam como a organização dos movimentos sociais contribui para construção de um novo projeto de educação do campo, no entanto ainda são grandes os desafios principalmente de investimento na formação dos professores. Logo compreender os princípios dos movimentos de lutas dos sujeitos do campo, constitui mecanismos para refletir sobre as contradições das políticas educacionais implementadas nos últimos anos no Brasil, sobretudo as propostas e políticas no contexto da Educação do Campo.

5 Considerações finais

Este artigo é fruto de estudos e reflexões provenientes do colóquio: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”. A tessitura das ideias proferidas pelos expositores, bem como dos estudos de cunho bibliográficos oportunizaram a abordagem de questões referentes à importância da pesquisa como prática social, sem perder de vista a perspectiva das lutas de classes para uma análise da realidade em sua totalidade concreta.

Dessa forma, as pesquisas voltadas para a educação do campo comprometidas com as lutas camponesas, se constituem como possibilidades de construção coletiva nos contextos sociais e de vidas dos sujeitos, de modo que, a partir da conscientização desses sujeitos, possam fortalecer a luta por direitos historicamente negados e negligenciados pela classe dominante, proporcionando, de fato, a transformação da realidade.

Assim, a articulação e lutas dos sujeitos do campo tem resultado nos últimos anos importantes mudanças no contexto educacional do campo, vez que o protagonismo e resistência dos diversos movimentos têm legitimado importantes políticas e programas que revelam a valorização do campo enquanto espaço de vida e suas singularidades. As reflexões ora

apresentadas, demarcam uma nova forma de pensar a escola do campo, assim como a formação de professores que precisa ser pensada considerando os princípios garantidos em leis da Educação do Campo.

No entanto, é importante destacar que embora a educação do campo constitui um projeto em construção, as lutas e reivindicações dos sujeitos são contínuas, logo os desafios dos trabalhadores camponeses para garantir um projeto de vida e formação para o campo, ultrapassa a garantia da escola enquanto espaço físico, visa superar os conceitos de inferioridade historicamente construídos, e assim garantir e efetivar políticas que institucionalizadas constroem uma nova história na educação do campo.

Referências

BAKHHTIN, M. **Estética da criação verbal**; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. - 4ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; Streck, Danilo Romeu (orgs.). Pesquisa Participante: a partilha do saber. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA, Brasília, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. 2004.

COLÓQUIO: Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos. - Colóquio; n.01, 2025. Serrinha/BA: Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo Atlas, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento**

científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál, Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de; LIMA Francini de Paulo Martins. Pesquisa colaborativa: contextualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. **Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, SP| v. 6, n. 12, p. 5-21, 2021.

ROCHA, Genilton Odilon Rego da; ABREU, Elliézer Andrade de. O uso da pesquisa colaborativa na investigação sobre o ensino de Geografia. **Ciência Geográfica**-Bauru, vol. XXIV, Jan/dez. 2020.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 60-93.

PESQUISA IMPLICADA E DESAFIOS À FORMAÇÃO DOCENTE CRÍTICO- SUPERADORA

Manoel Messias Andrade de Matos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB PPGIES) - Campus XI
prof.messiasmatos@gmail

Manuela Barros Santos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB PPGIES) - Campus XI
manuela.censo2010@gmail.com

Marize Damiana Moura Batista e Batista

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI
mbbatista@uneb.br

RESUMO: Esse estudo analisa o Colóquio “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, realizado na UNEB Campus XI, e discute o papel da pesquisa implicada e colaborativa na formação docente crítico-superadora. O objetivo é analisar como essas abordagens potencializam processos formativos voltados para a transformação social. A metodologia adotada é qualitativa, com base filosófica crítico-superadora, articulando análise das falas dos palestrantes com o referencial de Marx (1845), Freire (1997; 2011), Corazza (2003) e Larrosa (2001; 2002; 2011; 2014). O estudo enfatiza que a pesquisa implicada e colaborativa rompe com a neutralidade científica tradicional, convocando o pesquisador à inserção ética, política e afetiva no campo, constituindo-se como processo fundamental na formação de professores críticos, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa implicada; Pesquisa Colaborativa; Formação docente; Transformação social.

1 Introdução

Este artigo reflete acerca do Colóquio intitulado: “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, estabelecendo relação da abordagem de pesquisa implicada e colaborativa com a formação docente e os desafios no diálogo com a perspectiva crítico-superadora. O colóquio ocorreu na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XI, no dia 27 de março de 2025. O tema desta atividade foi abordado pelos professores doutores Priscila Brasileiro Silva do Nascimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Angelo Moura Araújo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI e contou com a mediação da professora Dr^a Selma Barros Daltro de Castro (PPGIES/UNEB). Tratou-se de atividade referente ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia, (UNEB) Campus XI.

As atividades Seminários e/ou Colóquios fazem parte da estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). São atividades formativas interdisciplinares de caráter obrigatório e sem creditação. Elas auxiliam no processo de reflexão e aprofundamento dos mestrandos acerca de temas emergentes que articulam distintos contextos da sociedade atual. No artigo 39, Capítulo VII do Regimento Interno do PPGIES, está apresentada a seguinte informação:

As atividades denominadas Seminários e/ou Colóquios, são obrigatórias e sem creditação, visando oferecer elementos fundamentais de aprofundamento e/ou atualização do conhecimento interdisciplinar num determinado campo do saber, oportunizando a interface com outros campos relativos aos projetos de pesquisa e trabalho de conclusão do curso. Serão oferecidos dois seminários e/ou colóquios a cada semestre, totalizando 08 no decorrer do curso com a participação de todos os discentes e aberto à comunidade acadêmica e externa (Regimento Interno do PPGIES, Resolução nº 1.676/2024, p. 17).

Neste artigo, as referências feitas às abordagens teórico-metodológicas apresentadas pelos palestrantes do colóquio, serão dadas através do uso de seus últimos sobrenomes, a saber, Nascimento (2025) e Araújo (2025), enquanto autores que debateram o conteúdo abordado. O Colóquio “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, discutiu os vínculos entre pesquisa implicada e pesquisa colaborativa como uma

abordagem inovadora de pesquisa que rompe com os modelos tradicionais científicos. Na educação tais modelos têm passado por movimentos de crítica e reinvenção, especialmente diante das limitações das abordagens técnico-racionalistas que se baseiam na neutralidade, objetividade, controle e distanciamento entre pesquisador e objeto pesquisado.

A pesquisa acadêmica tradicional frequentemente separa o pesquisador do objeto de estudo, estabelecendo uma relação de distanciamento. Em contraste, a pesquisa implicada propõe uma articulação entre teoria e prática, considerando o pesquisador como um sujeito que influencia e é influenciado pelo campo investigado. Nascimento (2025) destacou a importância dessa abordagem para a construção de um conhecimento mais comprometido com a realidade, convocando-nos a abandonar a lógica fria e tecnicista da pesquisa descolada da vida, substituindo-a por um fazer investigativo ancorado no território, na coletividade e na transformação social. Para ela, a universidade deixa de ser um espaço abstrato de produção de saber e se torna o “real social”, uma arena viva de trocas, afetos e disputas de projetos de vida e de sociedade.

Essa perspectiva também foi reforçada por Araújo (2025), ao evidenciar que a pesquisa no campo da educação deve se orientar por práticas implicadas e colaborativas, deslocando o pesquisador da posição de sujeito neutro para a condição de implicado, envolvido nas relações e experiências do campo. A pesquisa implicada e a pesquisa colaborativa, nesse sentido, reconhecem o envolvimento ético e político do pesquisador, desafiando protocolos científicos tradicionais e propondo modos outros de produção de saberes, mais sensíveis às experiências e singularidades dos sujeitos.

Ao envolver o pesquisador em uma relação direta e colaborativa com os sujeitos da pesquisa, essa abordagem também revela seu caráter formativo, especialmente para a formação docente crítica. Conforme aponta Paulo Freire (1997b), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”; e é nesse encontro de saberes que a prática investigativa se torna um espaço de formação ética e reflexiva. A pesquisa implicada permite que futuros professores desenvolvam uma visão crítica da realidade, cultivem a capacidade de interpretar fenômenos sociais e sejam capazes de tomar posição diante dos problemas concretos da sociedade. Ao se engajar ativamente nos contextos estudados, os educadores não apenas produzem conhecimento, mas também se transformam a partir das experiências

vividas, fortalecendo uma postura ativa, responsável e comprometida com a luta por uma sociedade mais justa e democrática.

2 Metodologia

A escrita desse artigo que se apoia em discussões ocorridas no Colóquio intitulado “Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos”, é orientada por uma metodologia de base qualitativa e pelo esforço de análise das questões centrais apresentadas pelos palestrantes Nascimento (2025) e Araújo (2025). Frente a isto, levou-se em conta a relevância da pesquisa na formação docente, como contributo que orienta uma perspectiva crítico-superadora dos problemas da sociedade em que vivemos.

A abordagem qualitativa “se ocupa, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p. 21).

A opção por um método filosófico crítico-superador, na leitura e interpretação de temas concernentes aos contextos e contradições da sociedade em que vivemos: a sociedade de classes, suas lutas, desafios e enfrentamentos, se faz necessário, visto que as questões que permeiam e estruturam a realidade não aparecem em primeira mão. A realidade não é compreendida pelas aparências, pois como é dito em adágio popular, “as aparências enganam”. Como lembra Marx (2008), mais importante que interpretar o mundo, faz-se necessário transformá-lo. É nesse sentido que a pesquisa implicada coaduna com os princípios marxistas ao propor um conhecimento comprometido com a compreensão da realidade e com a transformação social.

3 Pesquisa implicada e colaborativa: dimensão teórico-conceitual

Segundo o dicionário Michaelis (2025), a origem etimológica da palavra “implicação” vem do latim é “*implicatio*”, que de modo geral refere-se ao ato de estar (uma pessoa) implicada ou envolvida em um processo; ato ou efeito de envolver-se; comprometimento, envolvimento, ligação. A noção de pesquisa implicada remete à ideia de um processo

em que o pesquisador não se coloca fora do objeto de estudo, mas sim envolvido, se reconhecendo como parte de um processo relacional e afetivo. A pesquisa implicada recusa a ideia de um sujeito pesquisador neutro e separado do campo. Em vez disso, propõe a participação ativa e situada do pesquisador na produção do conhecimento e afirma a implicação como um posicionamento que atravessa corpo, linguagem e desejo.

Corazza (2003) amplia essa discussão ao propor que o pesquisador implicado é aquele que se deixa afetar, que entra em um jogo de forças e intensidades com o campo. A implicação, nesse caso, não é sinônimo de subjetividade descontrolada, mas de uma postura ética e estética diante do saber, em que o corpo, os afetos e a linguagem são dimensões constitutivas do processo investigativo. Para a autora, o pesquisador não apenas observa, mas se reinventa no processo, construindo saberes que não estão dados, mas que se produzem na fricção entre teoria e prática, entre ética e estética.

Segundo Larrosa (2001; 2002), pesquisar deve ser uma forma de viver experiências, e não apenas de observá-las ou interpretá-las. Por tratar de um processo que afeta o sujeito, a pesquisa estabelece uma implicação do sujeito com o conhecimento, mediante compromisso de transformar a realidade. Neste sentido, Freire (1979) destaca o papel estratégico da práxis como processo dialético que articula o compromisso da reflexão crítica da realidade à ação transformadora, que para ele “só existe no engajamento com a realidade” (Freire, 1979, p.23).

Freire (1979) faz críticas contundentes à neutralidade humana e à figura do ser neutro, afirmando que “o compromisso verdadeiro não permite neutralidade”. Ele associa a neutralidade a uma fuga da realidade, onde o profissional que se diz neutro deixa de se comprometer com os problemas reais de seu povo e, assim se aliena da sua missão histórica:

[...] fugir da concretização deste compromisso é não só negar-se a si mesmo como negar o projeto nacional. [...] um ser como este não pode comprometer-se; em lugar de relacionar-se com o mundo, o ser imerso nele somente está em contato com ele. Seus contatos não chegam a transformar o mundo, pois deles não resultam produtos significativos, capazes de (inclusive, voltando-se sobre ele) marcá-los (Freire, 1979).

Deste modo, o referido autor alerta para a importância de demarcar compromisso político e ético com o processo da pesquisa, o que demanda por uma implicação consciente e transformadora da realidade. Pode-se, assim, dialogar com Michel Foucault (1990), ao afirmar que a educação e a pesquisa devem “transformar o pensamento”, questionando as verdades tidas como naturais.

Essa afirmação sintetiza com profundidade o sentido da implicação na pesquisa: estar envolvido afetiva, ética e politicamente com os sujeitos e contextos investigados. Implicar-se é ir além da coleta de dados; é relacionar-se, comprometer-se, estabelecer trocas verdadeiras. Esse é um ponto chave: a pesquisa deixa de ser um instrumento individual e se torna um meio de devolutiva pública, de comunicação social, de construção coletiva do conhecimento.

Neste sentido, pensar uma pesquisa implicada nos contextos socioeducativos significa buscar uma prática investigativa que tenha vinculação real com as pessoas, os territórios e os saberes. Uma pesquisa que não seja apenas técnica ou instrumental, mas vivida como experiência transformadora, para quem pesquisa e para quem é pesquisado.

A pesquisa é interação múltipla de sujeitos: Pesquisar é um ato de conhecer que acontece entre sujeitos, um movimento que reflete a vida e gera vida... Envolver-se seriamente na pesquisa implica, mais cedo ou mais tarde, pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades. O pesquisador não entra no seu campo de pesquisa como um elemento estável e fixo. Ele muda porque (ou quando) aprende (Streck, 2023, p. 38-39).

Pesquisar como ato de conhecer, demanda ampliar a autoconsciência, compreender as próprias limitações e possibilidades, e permitir-se ser afetado pelo campo e pelos sujeitos da pesquisa. Assim, o pesquisador aprende, porque se implica. A pesquisa, nesse sentido, é compreendida como um ato de anunciar o mundo. Em Freire (1997b), na obra *Pedagogia do Oprimido*, está a afirmação de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Para Saviani (2007) por meio do processo de trabalho, os homens constroem sua existência. Sendo assim, a prática de pesquisa constitui processo de trabalho não material, necessário à constituição da humanidade e ao desenvolvimento das suas capacidades. Assim, através do processo de pesquisa é que são criadas as possibilidades para a construção do conhecimento, a compreensão e a transformação da realidade, sob uma perspectiva crítico-superadora.

3.1 Descrição e apresentação do Colóquio

O Colóquio contou com a participação de estudantes da sexta e sétima turmas do PPGIES, estudantes egressos do programa e estudantes

da graduação do Campus XI, além de docentes do PPGIES e da Graduação. O material que subsidiou o colóquio foi disponibilizado previamente, por e-mail.

A atividade iniciou com as reflexões de Nascimento (2025) acerca do ato de pesquisar ressaltando que “pesquisamos aquilo que nos move”. Frente a isto, destacou a complexidade da proposta do Mestrado Profissional, pois compromete-se na elaboração de dois produtos, atuando na perspectiva teórico-prático da formação, mobilizando conhecimentos científicos na elaboração de processos e produtos de relevância e impacto social. Apresentou destaque para as produções do PPGIES, pois embora tratar-se de uma pós-graduação *stricto sensu* com poucos anos de implantação, sua produção tem revelado qualidade e impacto social. Ela também ressaltou a perspectiva de trabalho colaborativo no programa de mestrado da UFRB e para isto citou como exemplo o “Plano de estudo: guia da Alternância nexu Integrador”.

Em consonância com a pesquisa colaborativa, está a pesquisa implicada, abordagem metodológica que reconhece no processo de pesquisa a unidade entre pesquisador e objeto do conhecimento, se movendo e se influenciado mutuamente. Assim, para Nascimento (2025), o conceito de implicação denota envolvimento, consciência, reflexão e ação transformadora. Nestes moldes, “a pesquisa em si só tem sentido quando eu consigo tocar no outro e o outro toca em mim, principalmente a partir da minha escrita” (Nascimento, 2025).

Frente ao exposto, a devolutiva à comunidade é um valor central defendido por Nascimento (2025). Ela afirma que a pesquisa só é pública de fato quando permite à comunidade se ver e se ouvir. Isso significa que os resultados da investigação precisam ser devolvidos às pessoas envolvidas, em formatos acessíveis e significativos, o que vai além da produção de dissertações e artigos acadêmicos, potencializando os processos geradores dos resultados das pesquisas, junto aos grupos sociais e aos espaços colaboradores.

A argumentação de Nascimento (2025) propõe repensar radicalmente o fazer científico, convocando a uma postura de envolvimento, escuta ativa e responsabilidade coletiva. Isso não significa renunciar ao rigor acadêmico, pelo contrário, significa entender a pesquisa como um compromisso político, no sentido da responsabilidade ética diante das pessoas com quem se dialoga, com quem se constroem relações

de confiança. Trata-se de acolher o outro como sujeito e reconhecer a si mesmo como parte ativa e mutável no processo.

Feita suas considerações, a palestrante encerrou o primeiro momento e cedeu espaço para reflexões de Araújo (2025) sobre investigar e intervir, o qual propôs uma ruptura com a visão tecnicista da pesquisa acadêmica, defendendo o ato de investigar enquanto experiência viva, sensível e transformadora. Para ele, a pesquisa implicada e colaborativa cumpre um papel central no trabalho formativo voltado para a constituição de uma docência crítica e transformadora.

Em vez de tratar a investigação como mera aplicação de técnicas ou busca por verdades absolutas, essas abordagens formam sujeitos capazes de refletir sobre a realidade concreta, questioná-la e intervir nela de maneira ética e politicamente comprometida. No campo da formação docente, essa perspectiva é fundamental para superar modelos tradicionais de ensino, centrados na reprodução de saberes, em direção a uma prática pedagógica crítico-superadora, como propõe Freire (1997b), em que educar é um ato político, dialógico e libertador, e, posteriormente, Saviani (2011), por meio dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica.

É neste contexto que Araújo (2025) situa sua reflexão sobre a pesquisa como experiência viva e transformadora, apontando a pesquisa colaborativa como uma estratégia formativa potente, que permite que pesquisadores e professores da educação básica construam saberes em diálogo, reconhecendo suas histórias, afetos e práticas como fontes legítimas de conhecimento. A partir desse envolvimento ético e político, a pesquisa não apenas transforma o campo investigado, mas também reconfigura os próprios sujeitos que dela participam, reforçando a formação de educadores críticos, conscientes de seu papel social e comprometidos com a transformação da realidade.

Na perspectiva de Araújo (2025), arte e ciência se entrelaçam, revelando que “o ato de investigar não se limita a técnicas, métodos e normas, mas também envolve afetos, histórias de vida e compromisso social”. Para ele, a música, a escrita e a expressão artística são ferramentas que ajudam a compreender melhor o mundo e a nossa atuação como educadores e pesquisadores.

A escrita e o conhecimento são apresentados como formas de experiências transformadoras que nos afetam e nos modificam. Segundo Larrosa (2014), citado por Araújo (2025), a escrita não busca verdades absolutas, mas novas possibilidades e deve ser compreendida como um ato

de invenção de si e do mundo, e não apenas como um exercício técnico ou metodológico. A escrita aqui é apresentada como experiência e não como a expressão de uma verdade pronta.

Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferente do que vimos sendo [...] a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura (Larrosa; Kohan, 2014, s/p.).

Essa concepção vai ao encontro da ideia de que a pesquisa vai, ou deve, encontrar a verdade absoluta sobre determinado fenômeno. Isso seria uma visão ultrapassada, no lugar disso, propõe-se uma abordagem que reconheça a parcialidade do conhecimento como sendo processo em constante construção. Isto porque cada realidade é múltipla, complexa e muda com o tempo e com os sujeitos envolvidos.

A pesquisa, para Araujo (2025), deve ser pensada não como busca de verdades absolutas, mas como abertura de novas possibilidades de interpretação, de criação e de transformação. Ele cita Larrosa e Kohan (2014) para defender que a escrita e o conhecimento são experiências que nos modificam. A pesquisa é um processo em que o pesquisador também é afetado, transformado e reconfigurado a partir das relações que estabelece com seu campo de estudo e com os sujeitos que o compõem.

É neste sentido que entra o caráter transformador e criativo da pesquisa, onde Araujo (2025) reforça a fala já trazida por Nascimento (2025) de que a pesquisa se configura como experiência transformadora, para quem pesquisa e para quem é pesquisado. A pesquisa, então, não é neutra, ela interfere, influencia e pode promover mudanças reais, transformando não apenas o objeto de estudo, os contextos investigados, mas também o próprio pesquisador. Isso significa que, ao mergulhar na realidade do outro, ao se envolver com problemas concretos, o pesquisador se afeta, se questiona, se transforma.

Um dos conceitos centrais em sua exposição é o da pesquisa colaborativa, compreendida como uma abordagem metodológica que integra pesquisadores acadêmicos e professores da educação básica na construção conjunta do saber, em que ambos atuam como coautores do processo investigativo. Nesse modelo, os sujeitos da pesquisa deixam de ser “objeto de estudo” para se tornarem co-participantes ativos, como propõe Desgagné (2007), autor que Araujo (2025) destacou como referência fundamental.

A pesquisa colaborativa se articula a projetos cujo interesse de investigação se baseia na compreensão que os docentes constroem, em interação com o pesquisador, acerca de um aspecto da sua prática profissional, em contexto real. Em consequência, o papel do pesquisador, no referido projeto colaborativo, se articula essencialmente em função de balizar e orientar a compreensão construída durante a investigação (Desgagné, 2007).

Etimologicamente a palavra “Colaborativa”, segundo Mance (1999), deriva do latim *collaborare*, que significa “trabalhar junto”. Esse conceito expressa claramente o espírito dessa pesquisa, que é fundamentada na cooperação e na união de esforços, que, conforme Ibiapina (2007) e Cole e Knowles (1993), busca a construção conjunta do conhecimento entre o pesquisador e os participantes, promovendo uma ação coletiva no ambiente de estudo, sendo uma abordagem profundamente democrática e interativa.

Paulo Freire (1997a), ao defender a educação como um processo dialógico, sustenta que a colaboração entre educadores e alunos é a chave para o desenvolvimento de uma pedagogia crítica e transformadora. Na pesquisa colaborativa, o saber não é imposto, mas construído em um processo de troca mútua de conhecimentos e experiências, alinhando-se aos princípios da pedagogia do oprimido (Freire, 1997b). Trata-se de perspectiva que se opõe ao modelo bancário e se posiciona a favor da educação libertadora, baseada no diálogo e na construção conjunta do saber, e aos princípios da pedagogia da autonomia (Freire, 1997a), onde a ideia de que o saber não é imposto está diretamente ligada à ética do ensino, ao respeito à experiência do outro e à valorização da curiosidade, da escuta e da autonomia no processo educativo.

A pesquisa colaborativa vai além de um simples processo de coleta de dados, envolvendo os participantes de maneira ativa em todas as etapas do estudo, desde o planejamento até a análise dos resultados. Essa abordagem permite que os sujeitos da pesquisa se tornem coautores do processo de investigação, influenciando as conclusões e as ações que surgem a partir do estudo. Nesse sentido, a pesquisa colaborativa valoriza a experiência dos professores como fonte legítima de saber. Ela se opõe ao modelo tradicional de pesquisa que analisa fenômenos de forma distanciada e objetiva, favorecendo a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, a inovação metodológica e a melhoria contínua da educação, seja ela pública ou particular. Araujo (2025) enfatiza que essa troca deve ser uma via de

mão dupla, onde tanto os pesquisadores acadêmicos quanto os docentes da escola compartilham saberes, experiências e inquietações.

Outra referência fundamental em sua fala é Paulo Freire (1997a), cuja pedagogia do diálogo e da escuta está presente na ideia de uma pesquisa que se faz com o outro, e não sobre o outro. A escuta, a sensibilidade e o compromisso ético com a realidade estudada são marcas do que Freire defende como uma “educação libertadora”, e é nessa mesma direção que Araujo (2025) orienta sua reflexão.

A articulação entre pesquisa e prática também ganha corpo quando o professor relata sua experiência pessoal como docente da educação básica e do ensino superior. Ele evidencia as tensões e desafios que surgem quando teoria e prática se encontram, e como a experiência concreta da sala de aula pode ser profundamente diferente do que se imagina nos espaços acadêmicos. Essa vivência é essencial para que o pesquisador não perca o vínculo com a realidade, e é por isso que ele propõe uma “pesquisa encarnada”, onde o pesquisador está presente, envolvido, transformado.

É nesse ponto que ele dialoga com a fala de Nascimento (20205), apontando para a importância da pesquisa implicada, que leva o pesquisador a reconhecer-se como sujeito afetado e inserido no campo investigado. Essa forma de pesquisa desafia a noção de neutralidade científica e nos faz entender que todo conhecimento é situado, contextual e politicamente implicado. Como ele mesmo afirma, “a realidade é colocada, mas deixada em aberto”. A pesquisa implicada não entrega respostas definitivas, mas propõe novas formas de problematizar a realidade, de revisitar o que é considerado natural e de provocar rupturas e fissuras no pensamento estabelecido.

Araújo (2025) enfatiza que a pesquisa não termina na defesa da dissertação. Ela é um ponto de partida, um movimento contínuo de perguntas, descobertas, confrontos e reconstruções. Pesquisar é também, respeitar e dialogar com as realidades locais, sem desprezar as conexões globais. Trata-se da proposição de uma nova ética do conhecimento. Para ele, “o campo de pesquisa não é apenas um espaço de coleta de dados; é um território de vida, cultura, história e resistência”. Assim, pesquisar é um ato político, ético e profundamente humano.

4 O colóquio e seus desdobramentos frente à questão da pesquisa implicada e colaborativa: qual o lugar da formação docente crítico-superadora?

A formação docente fundamentada sob uma base crítico-superadora, configura um desafio nos projetos educativos, pois trata-se de construir práticas pedagógicas transformadoras, comprometidas com a leitura crítica da realidade e com a sua superação. Sob essa perspectiva, visa constituir educadores capazes de atuar com autonomia, ética e responsabilidade social, reconhecendo-se como sujeitos históricos inseridos em contextos de luta, contradições e possibilidades de mudança. Como propõe Paulo Freire (1997b), formar-se criticamente é compreender que a educação nunca é neutra: ela liberta ou doméstica.

Inspirada na concepção marxista de práxis, essa formação entende que o conhecimento não pode ser desvinculado da ação transformadora. Como afirmou Marx (2008), “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo”. Portanto, a formação docente deve ir além da reprodução de saberes instituídos, assumindo-se como prática crítica que desvela as contradições sociais e orienta-se para a superação das condições de exploração e opressão.

Nesse horizonte, as exposições de Nascimento (2025) e Araújo (2025) no colóquio, contribuem de modo significativo ao articularem a pesquisa implicada e colaborativa como práticas formativas. Nascimento (2025) enfatiza que a universidade e a pesquisa devem estar enraizadas no território social, reconhecendo que o campo de pesquisa é um espaço de vida, cultura, resistência e luta. A implicação do pesquisador com o contexto investigado torna-se condição para uma formação que visa à transformação coletiva, e não à mera acumulação individual de saberes. Esse entendimento desloca a universidade de uma posição elitista para uma prática comprometida com a emancipação dos sujeitos.

Complementarmente, Araújo (2025) propõe a integração da arte, da cultura e da sensibilidade nos processos de pesquisa, mostrando que conhecer é também afetar-se e transformar-se. Ao valorizar a pesquisa colaborativa, em que pesquisadores e professores da educação básica constroem saberes em coautoria, Araújo (2025) recupera a dimensão humanista da formação docente. Em consonância com Marx e Engels (2007), que defendiam uma formação integral, ele sustenta que a pesquisa deve permitir o desenvolvimento pleno do indivíduo, rompendo com as

formas de conhecimento técnico-fragmentado e reconhecendo o papel ativo e criativo dos sujeitos.

Dessa maneira, ao enfatizarem a pesquisa como prática implicada, dialógica e transformadora, Nascimento (2025) e Araújo (2025) reafirmam que a formação docente crítico-superadora só é possível na medida em que os futuros educadores são chamados a assumir sua posição histórica, a intervir no real e a construir coletivamente novas possibilidades de mundo. A pesquisa, nesse contexto, deixa de ser um exercício neutro para se tornar, como quer Marx, uma práxis que une teoria e ação na luta pela emancipação humana.

5 Considerações finais

O artigo demonstra que a pesquisa implicada e colaborativa contribui para a formação docente crítico-superadora, ao articular teoria e prática, afetividade e compromisso social. A partir das exposições de Nascimento (2025) e Araújo (2025), observa-se que a pesquisa deixa de ser um ato técnico e se torna uma experiência viva, capaz de transformar tanto o pesquisador quanto o contexto investigado.

Através das reflexões dos palestrantes, o artigo nos mostra que reconhecer o campo como território de vida, história e resistência exige do pesquisador uma postura ética e política ativa. Assim, a formação docente pautada por essas abordagens se configura como instrumento de emancipação, voltada para a construção de uma educação transformadora e democrática.

Referências

ARAUJO, Ângelo; NASCIMENTO, Priscila. Comunicação apresentada no **Colóquio** Investigar e intervir colaborativamente em situações de campo: a pesquisa implicada e sua produção em contextos socioeducativos. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Serrinha, 28/03/2025.

COLE, Ardra. L.; KNOWLES, J. Gary. Teacher development partnership research: a focus on methods and issues. **American Educational Research Journal**, n. 30, v. 3, p. 473-495, 1993.

CORAZZA, Sandra Mara. **Educação e pesquisa**: inquietações filosóficas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Desgagné Serge. O conceito de pesquisa colaborativa: a idéia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão** [en linea]. 2007, 29(15), 7-35[fecha de Consulta 17 de Abril de 2025]. ISSN: . Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563959961002>

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro. Graal, 1990.

Freire, Paulo. **Educação e Mudança**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997a

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997b

IBIAPIANA, Ivana Maria Lopes de Melo (Org.). **Formação de professores: texto & contexto**. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

Implicação. In: **Michaelis. Dicionário brasileiro da Língua portuguesa**, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/YkKby/implica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 07/04/2025

LARROSA, Jorge. **Notícias de uma experiência**. In: LARROSA, Jorge; CORAZZA, Sandra Mara; FONSECA, Tânia. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-174.

LARROSA, Jorge. **Experiência e alteridade na pesquisa em educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez., 2011.

LARROSA, J.; KOHAN, W. Apresentação. In: MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MANCIE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 220 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K.; ENGELS, F. A

ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, **2007**. 108p.

STRECK, Danilo R.. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBÓTTKA, Emil A. (org.). **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa participante e orçamento público. São Leopoldo: Oikos, 2023. Cap. 4. p. 31-43. E-book.

REGIMENTO INTERNO DO PPGIES. DEDC/Campus XI – Serrinha. Publicada no D.O.E. 19.10.2024, p. 38.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.



PARTE III

ASSÉDIO MORAL E SAÚDE MENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS DESSAS PRÁTICAS PARA A SOCIEDADE

EDUCAÇÃO, ASSÉDIO MORAL E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA: A EJA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Manoel Messias Andrade de Matos
Universidade do estado da Bahia (UNEB) Campus XI

Manuela Barros Santos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB PPGIES) - Campus XI
manuela.censo2010@gmail.com

Marize Damiana Moura Batista e Batista
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XI
mbbatista@uneb.br

RESUMO: Este artigo aborda o assédio moral como uma prática recorrente e estrutural no contexto da sociedade capitalista, manifestando-se de forma intensa no ambiente escolar. O estudo situa-se no cenário da Educação de Jovens e Adultos (EJA), espaço marcado por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e educacionais. Identifica-se que o assédio moral, além de afetar a saúde física e emocional dos sujeitos envolvidos, atua como mecanismo de dominação e silenciamento, reforçando desigualdades e reproduzindo a lógica de exploração do capital. O objetivo principal é analisar criticamente os desdobramentos do assédio moral na educação escolar, compreendendo suas raízes na estrutura social capitalista e destacando a EJA como espaço de resistência e emancipação. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa, fundamentado no materialismo histórico-dialético, que permite interpretar os fenômenos sociais a partir das contradições entre capital e trabalho. A base teórica do trabalho apoia-se em autores como Marx, Engels, Mészáros, Bourdieu, Paulo Freire, Saviani, Arroyo, entre outros, cujas contribuições possibilitam uma leitura crítica da educação, do assédio moral e das formas de resistência. Os resultados apontam

que, apesar das práticas opressoras presentes no cotidiano escolar, a EJA se configura como um espaço de luta, onde saberes populares, como a literatura de cordel, podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos de denúncia, valorização da cultura e formação da consciência crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio moral; EJA; Trabalho educativo; Sociedade capitalista, Resistência.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva crítica, os impactos do assédio moral sobre a classe trabalhadora, com especial atenção aos seus desdobramentos no contexto da educação escolar com destaque para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Trata-se de uma questão complexa, que exige a compreensão das relações de trabalho como expressão das contradições da sociedade de classes. Compreender o assédio moral na educação como expressão dessas contradições capitalistas torna-se, portanto, passo fundamental para a construção de práticas educativas verdadeiramente emancipatórias e transformadoras.

O assédio moral, embora presente nas relações humanas ao longo da história, assume características particulares no contexto atual. Ele se revela como uma forma cruel de dominação e subordinação (BRASIL, 2024), refletindo as desigualdades que estruturam a sociedade, atingindo com maior intensidade os trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. No sistema capitalista, essa prática se configura como uma das expressões mais nocivas das desigualdades sociais, evidenciando as relações de exploração que sustentam a lógica da sociedade dividida em classes. Essa estrutura, baseada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho, gera conflitos profundos que se manifestam em diferentes aspectos da vida cotidiana, inclusive nas relações laborais e até educacionais, onde o assédio moral se insere como mecanismo de controle e silenciamento, reproduzindo lógicas hierárquicas e autoritárias que afetam tanto trabalhadores da educação quanto estudantes, comprometendo a liberdade de expressão, o bem-estar psicológico e a construção de um espaço verdadeiramente democrático de aprendizagem.

Nas últimas décadas, essa prática violenta (Barreto, 2005 e 2006), caracterizada pela exposição repetitiva e prolongada (Hirigoyen, 2021) de

trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, tem sido reconhecida não como um evento isolado ou um mero desvio de conduta (Dal Rosso, 2008), mas como uma expressão da própria lógica de exploração e precarização do trabalho (Antunes; Druck, 2009). A precarização do trabalho, a intensificação dos ritmos produtivos, a competitividade exacerbada e a mercantilização das relações sociais que se intensificam no contexto neoliberal, criam o ambiente propício para o desenvolvimento de práticas assediadoras nos ambientes laborais e educacionais.

Com base no materialismo histórico-dialético, o trabalho é a atividade fundamental que define a essência humana (Saviani, 1994, p.152). Marx afirma que é por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza e, simultaneamente, a si mesmo (Marx, 1996a, p. 297-298). Essa práxis é o motor da história e da formação das relações sociais, constituindo-se não apenas como uma atividade produtiva, mas como uma mediação entre o homem e a natureza, que constrói cultura, valores e consciência social.

Contudo, a divisão social do trabalho, ao longo da história, gerou a separação entre quem detém os meios de produção e quem vende sua força de trabalho. Essa divisão se aprofunda na sociedade capitalista, onde o trabalho assume características específicas que o transformam em fonte de alienação e sofrimento.

Na contemporaneidade, o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, influenciando a relação com a sociedade e adquirindo dimensão dúplice e contraditória, ao mesmo passo que ele cria, humaniza, libera e emancipa, todavia, subordina, degrada, escraviza e aliena (Silva; Braga, 2014, p. 46).

Nesse contexto, emerge o que Antunes (2009) denomina “classe que vive do trabalho”, uma atualização da teoria marxista, adaptando o conceito de classe trabalhadora às mudanças nas relações de produção e às novas formas de exploração pelo capital, demonstrando que o proletariado não desapareceu com o declínio do trabalho fabril, mas se reconfigurou e diversificou.

Essa classe encontra-se submetida não apenas à exploração econômica, mas também a formas diversas de violência simbólica (Saviani, 2008) e psicológica (Hirigoyen, 2021), das quais o assédio moral representa uma das expressões mais insidiosas. Paralelamente, a educação na sociedade capitalista é moldada para reproduzir essas relações de produção, em que

a escola, muitas vezes, prepara o indivíduo para se adaptar ao mercado de trabalho, e não para emancipar-se, perpetuando assim o ciclo de alienação e subordinação da classe trabalhadora ao capital.

Inserido nas estruturas de poder do capitalismo, o assédio moral configura-se como uma forma de violência psicológica, instrumento de dominação e fragmentação da classe trabalhadora, caracterizada pela exposição sistemática de trabalhadores a situações humilhantes, constrangedoras e vexatórias, que segundo Araujo é definida como:

[...] o conjunto de condutas abusivas, de qualquer natureza, exercido de forma sistemática durante certo tempo, em decorrência de uma relação de trabalho, e que resulte no vexame, humilhação ou constrangimento de uma ou mais vítimas com a finalidade de se obter o engajamento subjetivo de todo o grupo às políticas e metas da administração, por meio de ofensa a seus direitos fundamentais, podendo resultar em danos morais, físicos e psíquicos (Araujo, 2006, p. 107).

Marie-France Hirigoyen, reconhecida por seus estudos sobre o tema, apresenta definição de assédio moral, conforme trecho a seguir:

[...] assédio moral é qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (Hirigoyen, 2006, p. 17).

O assédio moral, portanto, configura-se como uma prática sistemática ou pontual que compromete a dignidade, a saúde e a integridade do trabalhador, sendo reconhecido internacionalmente como uma forma de violência laboral. A Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil e divulgada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT (2025), define no artigo 1º que violência e assédio no mundo do trabalho incluem “um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças, manifestados uma vez ou repetidamente, que resultem em dano físico, psicológico, sexual ou econômico” (BRASIL, 2025).

Essa definição rompe com a exigência de repetição e amplia o entendimento sobre os impactos do assédio, especialmente em ambientes como o educacional, onde relações hierárquicas e pressões institucionais favorecem a naturalização da violência simbólica e emocional. Assim, o assédio moral deve ser compreendido como um fenômeno estrutural, vinculado à lógica de exploração e controle presente na sociedade capitalista.

As consequências recaem, portanto, de forma brutal sobre a saúde mental da classe que vive do trabalho, manifestando-se através de humilhações constantes, isolamento social, sobrecarga de tarefas, desqualificação profissional e ameaças veladas ou explícitas, gerando adoecimento, sofrimento psíquico e a desagregação de vínculos sociais (Barreto, 2006). Estas práticas visam quebrar a resistência dos trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis à exploração e menos propensos à organização coletiva.

Embora essa dinâmica seja observável em diversos setores da economia, sua incidência no campo educacional assume contornos particulares e profundamente preocupantes, sobretudo quando se considera não apenas os docentes e demais profissionais da educação, mas também os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em sua maioria trabalhadores oriundos das camadas mais exploradas da classe que vive do trabalho. Esses sujeitos estão frequentemente submetidos a pressões estruturais, à desvalorização persistente e a relações de poder desiguais, tornando-se alvos recorrentes dessas práticas abusivas. Investigar os desdobramentos do assédio moral nesse âmbito específico é fundamental para compreender como tal violência corrói as bases da missão educativa, impactando diretamente a qualidade do ensino, a saúde dos professores e estudantes e, por extensão, o conjunto da sociedade.

É neste cenário de reflexão crítica que se insere o presente artigo, que tem como objetivo central analisar os desdobramentos do assédio moral no contexto educacional, tomando por base o Seminário “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”. O evento, realizado no dia 29 de agosto de 2025 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, como atividade de abertura do semestre 2025.2 do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), contou com a palestra da Professora Dr^a. Nayana Suzart (UNEB/Campus XI) e a mediação da Professora Dr^a. Ivonete Amorim (PPGIES/UNEB). A riqueza das discussões propiciadas pelo seminário serve como catalisadora para este estudo, permitindo articular a crítica estrutural do assédio moral no capitalismo com suas manifestações concretas no espaço escolar.

Para tanto, este texto está organizado da seguinte forma: além desta introdução, que conceitua o assédio moral e o situa como expressão das contradições da sociedade capitalista e seus desdobramentos sobre a classe que vive do trabalho, será apresentada uma discussão teórica abordando

o trabalho na educação escolar como dimensão da sociedade de classes, analisando como o assédio chega na educação, focando na condição social do estudante trabalhador da EJA frente aos processos que geram assédio moral. A metodologia será detalhada e fundamentada no materialismo histórico crítico, seguida dos resultados e discussão, onde são destacados os processos educativos de desalienação apontando a EJA como Espaço de Resistência, ambiente de formação crítica e emancipação, e o cordel como instrumento de cultura e denúncia. Por fim, serão tecidas as considerações finais, reafirmando a EJA como espaço de resistência à lógica opressora do capital, sugerindo a necessidade de práticas educativas que promovam a consciência crítica.

2 Discussão Teórica

A educação é uma das dimensões centrais da sociedade, e ela não está imune às tensões e contradições que marcam as relações capitalistas. Ao contrário, é justamente na escola que essas disputas se tornam visíveis. É nesse espaço que podemos observar, com nitidez, como se desenham os processos de dominação e de resistência que fazem parte da luta entre classes sociais.

Por isso, vale a pena olhar com atenção para como o assédio moral se manifesta no ambiente educacional. Ele não é apenas um problema pontual ou individual, mas uma expressão concreta das desigualdades estruturais que atravessam a educação. E quando observamos que os trabalhadores da educação também sofrem com esse tipo de violência percebemos que há um padrão de opressão sistemática que precisa ser compreendido e enfrentado.

O filósofo István Mészáros nos ajuda a entender essa dinâmica. Segundo ele:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu-no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que 'legitima' os interesses dominantes (Mészáros, 2008, p. 35).

Em outras palavras, a escola não apenas ensina conteúdos, ela molda mentalidades, reforça normas e naturaliza desigualdades. Marx (1996, p. 53) já alertava para isso. Ele reconhecia que a educação técnica e industrial poderia ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento

das capacidades humanas e para a formação integral dos trabalhadores. Mas também denunciava, com firmeza, o papel da educação promovida pelo Estado burguês como instrumento de dominação ideológica. Para teóricos marxistas da educação, fundamentados nos conceitos de ideologia e superestrutura desenvolvidos por Marx (1848; 1867), a escola, ao apresentar os valores da elite como se fossem universais, acaba criando uma falsa consciência nos trabalhadores. Essa distorção da realidade impede que eles percebam sua condição de explorados e se organizem em defesa de seus próprios interesses de classe. Assim, a escola deixa de ser um espaço de emancipação e passa a funcionar como um mecanismo de controle social. Sob o comando das elites, ela reproduz as relações de poder existentes, mantendo tudo como está.

Desde a década de 1960, Pierre Bourdieu, já questionava a ideia de que a escola seria neutra. Para ele, o sistema educacional valoriza e transmite os gostos, crenças e saberes dos grupos socialmente dominantes (Bourdieu; Passeron, 1975), deixando de lado os saberes populares e marginalizados. Tanto na perspectiva marxista quanto na bourdieusiana, fica claro que a educação formal está longe de ser imparcial: ela é moldada pelos interesses das classes hegemônicas.

Saviani (2008, p. 15), reforça esse ponto ao analisar as teorias crítico-reprodutivistas. Ele mostra que “toda e qualquer sociedade se estrutura como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes”, e que a educação atua para disfarçar e reforçar essas relações. Em vez de promover igualdade, ela reproduz a estrutura social capitalista e marginaliza os trabalhadores.

No fim das contas, o sistema educativo funciona como um mecanismo sofisticado de reprodução das desigualdades. Ele transmite a cultura da elite como se fosse a única legítima, perpetuando a ordem socioeconômica vigente. E o trabalho docente, nesse cenário, acaba sendo absorvido como parte da superestrutura das classes dominantes, tornando-se uma dimensão constitutiva da sociedade de classes que, muitas vezes, serve mais à manutenção da dominação do que à transformação social.

E quando afirmamos que o trabalho docente é uma dimensão constitutiva da sociedade de classes, estamos dizendo que ele não é apenas reflexo ou consequência das desigualdades sociais, significa que o professor faz parte da engrenagem que sustenta essa estrutura social. Ele contribui ativamente para a reprodução das relações de dominação, dos valores da classe dominante, das exigências do Estado burguês e da lógica capitalista.

Isso não significa que o professor seja culpado, mas que sua atuação está inserida em uma estrutura que constitui e reforça a lógica da sociedade de classes. Mesmo sem intenção, o trabalho docente pode acabar legitimando desigualdades, ao tratar, por exemplo, como “natural” o fracasso escolar de estudantes das classes populares.

Althusser (1985) afirma que a escola é o principal aparelho ideológico do Estado, responsável por inculcar nos indivíduos os valores da classe dominante sob o disfarce de neutralidade. Nesse sentido, o fazer pedagógico é atravessado por exigências curriculares, avaliações padronizadas, métodos e práticas escolares que favorecem a meritocracia, a competição, a exclusão e os interesses da burguesia, muitas vezes mascarados como cultura universal. Bourdieu (1998) reforça essa crítica ao afirmar que o que a escola exige dos alunos são os valores e os posicionamentos típicos dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como “cultura universal”. Essa condição revela que o trabalho docente não apenas reflete as contradições do sistema, mas também as sustenta, contribuindo para a manutenção da ordem vigente.

É precisamente nesse contexto estrutural que se perpetua o assédio moral como uma das manifestações mais perversas das contradições vivenciadas no campo educacional. A penetração da lógica mercantil na educação transformou profundamente as relações escolares. Conforme analisa Gentili (2002), a escola contemporânea tornou-se espaço de disputa onde predominam relações hierárquicas autoritárias, meritocracia excludente e pressões incessantes por resultados quantificáveis. Esse cenário favorece intensamente o desenvolvimento de relações assimétricas de poder que se materializam em práticas cotidianas de assédio moral, afetando tanto educadores quanto educandos.

Freitas (2012) argumenta que as políticas neoliberais aplicadas ao campo educacional intensificaram significativamente a competitividade, o individualismo e a responsabilização dos trabalhadores da educação, criando ambiente propício à emergência de práticas sistemáticas de assédio moral entre os diversos sujeitos do processo educativo. Nessa conjuntura, o assédio moral na educação expressa concretamente as contradições capitalistas, configurando uma relação em que o capitalismo e seus interesses representam o polo opressor, enquanto o trabalhador da educação ocupa a posição de oprimido. Freire (2019) estabelece análise fundamental sobre a relação opressor-oprimido no contexto educacional, revelando como a educação bancária, ainda amplamente vigente nas instituições escolares,

serve prioritariamente aos interesses das classes dominantes, mantendo os oprimidos em situação de alienação e passividade. Ele evidencia que essa relação dialética se manifesta concretamente nas práticas educativas cotidianas, principalmente no contexto da EJA, onde o assédio moral representa uma das formas mais sofisticadas e perversas de violência exercida sistematicamente contra a classe trabalhadora no ambiente escolar.

Essa prática nociva produz e aprofunda desigualdades, refletindo diretamente a estrutura desigual da sociedade capitalista. O assédio moral não constitui fenômeno isolado ou individual, mas expressa as contradições estruturais de um sistema que mercantiliza todas as dimensões da existência humana, incluindo o trabalho educativo, que “é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1995, p. 17). Quando o trabalho educativo é submetido à lógica mercantil e às relações autoritárias que caracterizam o assédio moral, compromete-se não apenas o bem-estar individual dos educadores, mas a própria função humanizadora da educação, degradando as condições do trabalho docente, impedindo que a escola cumpra seu papel de transmissão e apropriação dos elementos culturais necessários à formação humana, revelando-se como um ataque estrutural ao próprio processo civilizatório, atingindo quem mais precisa da escola.

3 Metodologia

Metodologicamente, o estudo consiste numa pesquisa de ordem qualitativa, tendo por base o chamado de Estado da arte/do Conhecimento. Esse método de pesquisa efetiva-se por meio de uma revisão bibliográfica acerca da produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica, Santos e Morosini (2021). Isso posto, a base teórica do trabalho, apoiou-se em autores como Marx, Engels, Mészáros, Bourdieu, Paulo Freire, Saviani, Arroyo e outros, permitindo tomar conhecimento das discussões sobre assédio moral na educação escolar, compreendendo suas raízes na estrutura social capitalista e destacando a EJA como espaço de resistência e emancipação.

Por tratar-se de uma questão complexa, a qual exige a compreensão das relações de trabalho como expressão das contradições da sociedade de classes, a pesquisa ancorou-se no materialismo histórico-dialético, o qual possibilita interpretar os fenômenos sociais a partir das contradições

entre capital e trabalho, reconhecendo, portanto, a realidade em sua complexidade (Minayo, 1992).

4 Resultados e discussões

O assédio moral na educação revela, portanto, o tratamento dispensado à classe trabalhadora no sistema capitalista. Antunes (2018) destaca que os trabalhadores da educação vivenciam um processo de precarização que se expressa através da intensificação do trabalho, da desvalorização salarial e da perda de autonomia profissional, além da responsabilização individualizada pelos fracassos estruturais. Os trabalhadores da educação são submetidos à lógica mercantil que invade crescentemente o espaço escolar e experimentam cotidianamente a opressão característica das relações capitalistas de produção, sendo sua humanidade negada em favor da produtividade e dos resultados quantificáveis.

Esse tratamento degradante não apenas compromete a saúde física e mental dos profissionais da educação, mas também contamina todo o processo educativo. Assim questiona-se: Como uma escola atravessada por relações de dominação e opressão pode formar sujeitos críticos e emancipados? Ela acaba reproduzindo as mesmas desigualdades que deveria combater. Os profissionais da educação estão na linha de frente da reprodução ideológica do capital, e isso cria uma contradição brutal. O sistema exige dedicação deles, mas ao mesmo tempo nega sua dignidade. Da mesma forma, cabe deslocar o olhar para outro lado dessa mesma moeda: os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Neste caso, a situação se complica ainda mais, porque trata-se de uma dupla vulnerabilidade.

Quem são esses estudantes? São trabalhadores que retornam aos estudos depois de terem esse direito negado em algum momento da vida. Arroyo (2017) caracteriza esse público como pertencente às camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, frequentemente submetido a jornadas extenuantes de trabalho com remuneração às vezes abaixo do salário-mínimo, o que os torna alvos preferenciais de práticas humilhantes no ambiente de trabalho, colocando-os em situação de extrema vulnerabilidade social e educacional. Depois de horas de trabalho pesado, com a esperança de que a educação possa mudar alguma coisa, vão para a escola à noite, carregando o cansaço no corpo, e nas costas a negação histórica do direito à educação (Paiva, 2006), mas, quando esses estudantes chegam à escola,

são submetidos a processos de estigmatização e discriminação que se materializam em práticas de assédio moral no ambiente escolar.

De um lado, temos uma estrutura social que precisa da força de trabalho dessas pessoas, mas ao mesmo tempo as mantém em condições precárias. Do outro, temos indivíduos que buscam na educação uma possibilidade de transformação, mas encontram um sistema que frequentemente reproduz as mesmas lógicas de dominação do mundo do trabalho. E é exatamente essa classe que vai ser alvo do assédio moral.

Os professores da EJA, como vimos, sofrem com a precarização, a intensificação do trabalho, o assédio institucional, a pressão por resultados, a desvalorização profissional, a perda de autonomia, o controle cada vez mais cerrado sobre seu trabalho. Mas seus estudantes vivem uma situação ainda mais complexa: são duplamente explorados: no trabalho durante o dia e, muitas vezes, à noite, no ambiente escolar sofrem com a violência simbólica, o desprezo social, a estigmatização, as pressões estruturais, a desvalorização persistente e à invisibilização de suas trajetórias que expressam e consolidam relações de poder desiguais.

Sendo assim, sofrem assédio nas duas pontas. Neste caso chega-se a um ponto crucial: esses estudantes-trabalhadores são, junto com seus professores, a classe que vive do trabalho. Ambos sendo tratados dentro da mesma lógica: a lógica que transforma tudo, inclusive pessoas, em mercadorias. O professor é avaliado pela produtividade, pelos índices, pelas metas. O estudante é avaliado por sua capacidade de se adequar a padrões que foram pensados para excluí-lo. E o mais grave: muitos nem conseguem identificar que estão sendo assediados.

No entanto, Marx; Engels (2007. p. 47) disseram algo que permanece atualíssimo e que nos ajuda a compreender essa situação: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Com isso, entendemos que o discurso que predomina na sociedade é o discurso da classe que domina economicamente a sociedade e esse discurso penetra todos os espaços sociais, inclusive as instituições educacionais.

E qual é o resultado? O desenvolvimento de uma consciência alienada. A naturalização de práticas de assédio moral, a legitimação de relações de exploração e opressão, como se isso fosse a ordem normal das coisas. Essa é a face mais perversa da alienação: ela faz com que o oprimido naturalize a própria opressão. Gramsci (2014) nos ajuda a entender melhor esse processo ao demonstrar como a hegemonia não se impõe apenas pela força, se exerce também através do consenso. As classes subalternas acabam

internalizando os valores e concepções de mundo das classes dominantes. No contexto educacional, isso se traduz na aceitação passiva de práticas abusivas e na enorme dificuldade de reconhecer o assédio moral como uma violação de direitos.

É justamente aqui que a EJA ganha centralidade como espaço de desalienação e resistência. Freire (2019) defende que a educação problematizadora possui potencial transformador, capaz de despertar a consciência crítica dos educandos sobre sua condição de oprimidos e sobre as estruturas que perpetuam sua exploração.

Quando orientada por princípios críticos, a EJA pode se tornar um território privilegiado para problematizar essas condições concretas de opressão e construir consciência sobre os mecanismos que sustentam o assédio moral. Arroyo (2017) reforça essa perspectiva ao caracterizar a EJA como um território de direitos, onde os trabalhadores-estudantes podem desenvolver uma compreensão crítica sobre suas condições de vida e trabalho, incluindo o reconhecimento e o enfrentamento das situações de assédio moral a que são submetidos.

A escola, embora funcione como aparelho ideológico do Estado, reproduzindo valores e interesses dominantes, também abriga contradições: reúne sujeitos historicamente marginalizados que podem se apropriar do conhecimento como instrumento de emancipação, questionando injustiças e construindo novas formas de pensar e agir.

Nesse processo educativo de desalienação e construção de consciência crítica a cultura popular se revela uma ferramenta pedagógica singular, a exemplo da literatura de cordel, que para além de uma manifestação artística, se constitui um saber legítimo e historicamente marginalizado pela educação formal.

A utilização da literatura de cordel em turmas da EJA, emerge como como direito fundamental à formação humana, constituindo-se instrumento simultâneo de cultura e denúncia. Abreu (1999) destaca que o cordel se constitui como uma manifestação cultural genuína das classes populares, caracterizada por sua capacidade de expressar as contradições sociais e denunciar as injustiças vivenciadas pelos trabalhadores.

Cascudo (2006) evidencia que o cordel possui uma linguagem acessível e próxima da realidade dos trabalhadores, o que facilita a identificação e a compreensão das situações de assédio moral presentes nas relações sociais. Dessa forma, a literatura de cordel pode contribuir significativamente para a formação de uma consciência crítica, tornando-

se mediação pedagógica valiosa para sensibilizar e mobilizar estratégias de resistência. Assim, a EJA não apenas ensina conteúdos formais, mas torna-se espaço de formação humana integral, onde saberes populares e conhecimentos sistematizados se encontram para desvelar opressões, reconhecer direitos e construir relações mais dignas e respeitosas.

No campo específico do assédio moral no trabalho, iniciativas recentes evidenciam o potencial pedagógico do cordel. O servidor João Evódio Silva Cesário, da 48ª Zona Eleitoral da Bahia, publicou cordel sobre conscientização acerca do assédio moral no ambiente laboral (BRASIL, 2024), conforme segue:

São condutas abusivas
Sobrecarga de trabalho
Pressão para cumprir metas
Qual animal em cangalho
De modo que o servidor
Ao final fique em frangalho
(Cesário, 2024).

A obra utiliza a métrica tradicional para denunciar práticas abusivas e orientar trabalhadores sobre seus direitos, demonstrando como a cultura popular pode servir à educação jurídica e trabalhista. O Ministério Público do Trabalho da Paraíba (BRASIL, 2024), durante campanha do Setembro Amarelo, realizou sarau e lançou cordel “Ouvir é Acolher” de autoria da poetisa Anne Karolynne, sobre assédio no trabalho, articulando prevenção ao adoecimento mental com denúncia de violências laborais. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (BRASIL, 2025) também publicou o cordel “Assédio no Trabalho: O que é e como se previne”, de autoria do servidor Eugênio Jerônimo, disponibilizando material educativo que conjuga informação técnica com expressão artística popular.

Experiências concretas demonstram a efetividade dessa abordagem. A Secretaria de Educação do Ceará (BRASIL, 2019) desenvolveu projeto em que a Lei Maria da Penha foi apresentada em forma de cordel nas escolas estaduais, facilitando a compreensão sobre violência doméstica através de linguagem familiar aos estudantes. O cordel homônimo à lei traduziu conceitos jurídicos complexos em versos acessíveis, promovendo conscientização sobre direitos das mulheres. Destaca-se ainda a produção da professora Silva (2004), pioneira ao publicar o “Cordel Assédio Moral:

Diga Não”, obra que denuncia em versos as práticas humilhantes nos ambientes de trabalho. Em suas estrofes, a autora alerta:

A ganância pelo lucro
 E o abuso de poder
 Aponta-se como fulcro
 Para melhor entender
 Manobras do capital
 Deste mundo desigual
 Que nos impõe o sofrer
 (Silva, 2004, p. 05)

E prossegue denunciando:

Dizer não a este assédio
 É dever imperativo
 Buscar o melhor remédio
 Num movimento ativo
 Denunciar, reagir
 Mobilizar, construir
 Enquanto se está vivo
 (Silva, 2004, p. 08)

Essas estrofes exemplificam como o cordel consegue, simultaneamente, nomear a violência (caracterizando o assédio moral), validar o sofrimento da vítima (reconhecendo os danos causados) e apontar caminhos de resistência. Ao fazê-lo em linguagem popular, acessível e ritmo familiar, facilita a apropriação dessas informações por trabalhadores que muitas vezes têm dificuldade de acessar conhecimentos jurídicos formais.

A contribuição do cordel para os processos educativos de desalienação reside precisamente nessa capacidade de traduzir mecanismos complexos de opressão em práticas reconhecíveis, partindo do repertório cultural dos próprios oprimidos. Como mediação pedagógica na EJA, o cordel permite que estudantes trabalhadores identifiquem situações de assédio vivenciadas, compreendam sua natureza estrutural (não individual) e se apropriem de conhecimentos sobre direitos e formas de resistência,

tudo isso através da manifestação cultural que lhes pertence, que fortalece suas identidades e que produz conhecimento legitimamente popular.

Assim, o cordel deixa de ser mero recurso didático e se afirma como direito à formação humana: o direito de aprender através da própria cultura, o direito de ver seus saberes validados no espaço escolar, o direito de construir consciência crítica a partir de discursos que reconhecem e valorizam suas experiências. Ao passo que denuncia o assédio moral, está produzindo cultura de resistência, conscientização e dignidade, elementos fundamentais para processos verdadeiramente emancipatórios junto a trabalhadores.

5 Considerações finais

Os desdobramentos desta pesquisa confirmam que o assédio moral não é um problema isolado ou fruto do “mau caráter” de indivíduos, mas sim expressão direta das contradições do capitalismo. Ao transformar tudo em mercadoria, inclusive o trabalho humano, o sistema produz relações marcadas pela exploração, pelo controle e pela desumanização. Nesse cenário, professores e estudantes da EJA sentem o peso dessa violência simbólica e institucional: uns pela precarização e perda de autonomia docente; outros pelo estigma social e pela negação histórica do direito à educação. Em ambos os casos, a dignidade é corroída e o processo educativo é fragilizado.

Mas o estudo também aponta um horizonte. Quando professores e estudantes reconhecem que pertencem à mesma classe e que enfrentam o mesmo inimigo estrutural, abre-se espaço para solidariedade e luta coletiva. Essa consciência compartilhada é capaz de romper com a naturalização da opressão e abrir caminho para práticas pedagógicas que, em vez de reproduzir desigualdades, fortaleçam resistência, cooperação e emancipação. A EJA, nesse sentido, não é apenas um espaço de ensino formal: é um território de direitos, de reconstrução de identidades e de cultivo da consciência crítica.

O cordel, como expressão da cultura popular, mostrou-se aqui uma mediação pedagógica potente: ele traduz contradições sociais em linguagem acessível, denuncia injustiças e devolve junto aos trabalhadores a palavra sobre a própria realidade. Isso revela que a educação pode, sim, ser espaço de libertação.

Reconhecer o assédio moral como fruto das contradições capitalistas não é derrotismo: é o primeiro passo para a resistência. A educação permanece como trincheira em disputa, pode legitimar a opressão ou pode cultivar a esperança, a dignidade e a luta coletiva. Cabe a nós decidir de que lado estaremos nessa batalha.

Referências

- ABREU, M. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Maria Aparecida. **O assédio moral organizacional**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/7054/1/dissertacao.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.
- ARROYO, M. **Passageiros da noite**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil — análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17370/1/Margarida%20Maria%20Silveira%20Barreto.pdf>. Acesso em 02 de out. de 2025
- BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Violência, saúde e trabalho**: uma jornada de humilhações. São Paulo: Educ, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. [Original francês: 1970]

BRASIL. Governo do Estado do Ceará. **Lei Maria da Penha é apresentada em forma de cordel em escolas da rede estadual.** *Portal do Governo do Ceará*, Fortaleza, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/02/15/lei-maria-da-penha-e-apresentada-em-forma-de-cordel-em-escolas-da-rede-estadual>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Cartilha de prevenção e combate ao assédio moral e sexual no trabalho.** Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcom/pt-br/canais_atendimento/corregedoria/arquivos/CartilhadeCombateaoAssedioMoraleSexual2024.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB). **Setembro Amarelo – ‘Ouvir é acolher’:** MPT realiza sarau e lança cordel na Paraíba sobre assédio no trabalho. *MPT-PB*, Campina Grande, 10 set. 2024. Disponível em: <https://prt13.mpt.mp.br/8-institucional/2203-setembro-amarelo-ouvir-e-acolher-mpt-realiza-sarau-e-lanca-cordel-na-paraiba-sobre-assedio-no-trabalho>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Cartilha sobre assédio moral no trabalho:** atualizada com a Convenção 190 da OIT. Brasília: MPT, 2025. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/final-cartilha-assedio-moral-no-trabalho-atualizada-2025-3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6). **Assédio no trabalho:** o que é e como se previne. Recife: TRT-6, 2025. Disponível em: https://www.trt6.jus.br/portal/sites/default/files/documents/cordel_assedio_web.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Servidor da Justiça Eleitoral da Bahia publica cordel sobre conscientização acerca do assédio moral no trabalho.** TSE, Brasília, 26 set. 2024. Disponível em: Servidor da Justiça Eleitoral da Bahia publica cordel sobre conscientização acerca do assédio moral no trabalho — Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em: 30 set. 2025.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores.** São Paulo: Global, 2006.

CESÁRIO, João Evódio Silva. **No TRE, o assédio não tem lugar para ficar!** ANAJUSTRA Federal, Brasília, 26 set. 2024. Disponível em: <https://anajustrafederal.org.br/noticias/gerais/2024/09/servidor-publica-cordel-sobre-conscientizacao-acerca-do-assedio-moral-no-trabalho>.

Acesso em: 29 set. 2025.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37–57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPnNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 3 ed. (Trad: Rejane Janowitzer). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

<https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/17370/1/Margarida%20Maria%20Silveira%20Barreto.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

Marx, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo:

Boitempo, 2013. [1867]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010. [1848]

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 1992.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2006.

SANTOS, Priscila Kohls., MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. In: **Revista Panorâmica** v.33. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em 05 de out. de 2025

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 3. p. 7-220.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SILVA, Jardel Messias; BRAGA, Jailson. Os Sentidos do Trabalho: uma análise circunscrita ao trabalho dos docentes de duas instituições de ensino superior em Salvador. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 46-59, Jun. 2014. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/446>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, Salete Maria da. Cordel **Assédio Moral: Diga Não**. João Pessoa: [s.n.], 2004. Disponível em: http://assediomoral.org.br/wp-content/uploads/2008/07/Cordel_Assedio_Moral_Diga_nao_Maio_2004_Salete_Maria_da_Silva-2.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

SUZART, Nayana. Palestra apresentada no Seminário **Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade**, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Serrinha, 29 ago. 2025.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E SEUS IMPACTOS SOBRE INDIVÍDUO, FAMÍLIA E ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDOS ACADÊMICOS E DO SEMINÁRIO PPGIES/UNEB

Luciano Araújo Lima
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
arjlima@gmail.com

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Ctorres@uneb.br

RESUMO: Este artigo reflete sobre o assédio moral e a saúde mental nas organizações, a partir do seminário ministrado pela Prof.^a Dr.^a Nayana Suzart. A análise baseia-se em três estudos brasileiros que abordam, respectivamente, a prevalência e os impactos organizacionais do assédio moral, a revisão da produção acadêmica nacional e as consequências psicossociais para o trabalhador e sua família. O objetivo é compreender como o fenômeno tem sido investigado e identificar lacunas persistentes. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica analítica, comparando contribuições e limitações dos artigos selecionados. Os resultados apontam fragilidades recorrentes, como uso predominante de dados secundários, ausência de consenso conceitual, escassez de estudos longitudinais e pouca integração entre dimensões psicossociais, familiares e organizacionais. Conclui-se que a articulação entre pesquisa científica, políticas públicas e práticas institucionais é essencial para enfrentar o assédio moral, sendo necessária uma agenda de estudos mais consistente que subsidie intervenções efetivas e socialmente relevantes.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio moral no trabalho. Impactos do assédio moral. Políticas institucionais.

1 Introdução

A formação acadêmica no âmbito da pós-graduação vai além da construção do conhecimento técnico-científico, exigindo também uma postura crítica, ética e comprometida com as transformações sociais. Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha, tem promovido atividades que dialogam com essas perspectivas. Como parte das ações formativas do programa, foi realizada, no dia 28 de março de 2025, um Seminário, cujo tema central foi *“Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”*.

A atividade permitiu aprofundar o debate sobre o assédio moral no trabalho (AMT), configurado como problemática central nas relações laborais contemporâneas, com repercussões diretas sobre a saúde mental dos trabalhadores, a coesão das dinâmicas familiares e o desempenho organizacional. A literatura aponta que o fenômeno compromete simultaneamente a dignidade individual e a sustentabilidade institucional, o que lhe confere elevada relevância social e científica e impõe a necessidade de investigações consistentes e contextualizadas. A comparação de três estudos distintos contribuiu para esse processo formativo, permitindo reconhecer tanto avanços quanto fragilidades no tratamento do tema. Um primeiro trabalho dimensiona prevalência e efeitos organizacionais, mas se apoia predominantemente em dados secundários e carece de modelagem causal; um segundo mapeia a produção nacional e evidencia heterogeneidade conceitual e metodológica, bem como a escassez de investigações longitudinais e de métodos mistos; e um terceiro, de enfoque psicossocial-familiar, aprofunda as consequências do AMT sobre trabalhadores e familiares, embora limitado por amostras reduzidas e baixa generalização.

À luz desse diagnóstico, este artigo tem como objetivo geral responder à questão de como o assédio moral no trabalho repercute, de forma integrada, na saúde do trabalhador, nas dinâmicas familiares e no desempenho organizacional. Para alcançar tal propósito, estabelece como objetivos específicos: analisar os principais problemas e objetivos formulados nos três artigos comparados, evidenciando pontos fortes e fragilidades; bem como diagnosticar lacunas recorrentes.

2 Metodologia

Este artigo foi construído a partir das reflexões proporcionadas pelo seminário ministrado pela Prof.^a Dr.^a Nayana Suzart, além das reflexões proporcionadas por um exercício de análise crítica e comparativa de produções acadêmicas sobre assédio moral no trabalho, com vistas a identificar avanços, fragilidades e lacunas na literatura nacional. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, fundamentado na análise documental, cujo objetivo é sistematizar o conhecimento existente e apontar caminhos para novas investigações.

Os textos analisados foram: **(i)** *Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos* (Santos, 2025); **(ii)** *Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras* (Gonçalves, Schweitzer e Tolfo, 2020); e **(iii)** *Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família* (Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski, 2022). A escolha desses artigos se justificou pela indicação da palestrante como material de apoio e possui uma representatividade de enfoques distintos que, em conjunto, possibilitam uma compreensão ampliada do fenômeno em suas múltiplas dimensões.

A análise desses materiais foi conduzida por meio da metodologia revisão bibliográfica analítica, comparando e relacionando as contribuições dos autores (Gil, 2019). Essa abordagem permitiu reconhecer convergências e divergências na formulação dos problemas de pesquisa, nos objetivos propostos e nos resultados alcançados, bem como mapear lacunas recorrentes, tais como a ausência de estudos longitudinais, a escassez de métodos mistos e a insuficiente integração entre as dimensões psicossociais, familiares e organizacionais. A partir desse processo, foi possível construir uma síntese crítica e delinear proposições para o fortalecimento da agenda de pesquisa sobre assédio moral no trabalho.

3 Desenvolvimento

Diante da complexidade que envolve o fenômeno do assédio moral no ambiente de trabalho, optou-se por estruturar o desenvolvimento deste estudo em dois eixos complementares. O primeiro, apresentado no item 3.1, consiste em uma revisão bibliográfica analítica, em que se sintetizam e analisam os aportes teóricos disponibilizados por três estudos acadêmicos, destacando os principais enfoques, resultados e lacunas encontradas. Já o

segundo, no item 3.2 , corresponde às reflexões construídas a partir da exposição oral realizada no Seminário do PPGIES/UNEB, momento em que os debates coletivos possibilitaram a ampliação crítica da temática, relacionando-a à formação discente e aos desafios da prática investigativa. Essa organização busca articular a produção científica disponível com a vivência acadêmica recente, fortalecendo a compreensão interdisciplinar e contextualizada do problema.

3.1 Estado do Conhecimento: síntese dos aportes teóricos disponibilizados

Com o intuito de aprofundar as reflexões sobre o fenômeno do assédio moral no trabalho, procedeu-se à sistematização do material acadêmico selecionado para análise comparativa. Foram reunidos, em quadro síntese, os autores, os títulos das obras, o ano de publicação e a ideia central explorada em cada estudo. Essa sistematização tem como propósito evidenciar as diferentes enfoques e contribuições identificadas nos artigos, permitindo compreender como cada abordagem enriquece a discussão sobre os impactos do assédio moral na saúde do trabalhador, nas dinâmicas familiares e no desempenho organizacional, bem como as lacunas que ainda persistem e demandam novas investigações.

Quadro 1 – Estado do Conhecimento do material subsidiário do Seminário

Autor(es)	Título	Ano	Ideia central
Santos (2025)	<i>Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos</i>	2025	Analisa a prevalência do assédio moral no Brasil entre 2020 e 2023, destacando seus impactos na saúde mental e no desempenho organizacional. Baseia-se em fontes secundárias (SciELO, CNJ, TST, Mapa do Assédio/KPMG) e revela a magnitude do fenômeno, embora limitado pela ausência de dados primários e de modelagem causal.
Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020)	<i>Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras</i>	2020	Sistematiza a produção acadêmica nacional sobre o tema, evidenciando heterogeneidade conceitual e metodológica, ausência de consenso teórico e escassez de estudos longitudinais. Aponta lacunas importantes, como a baixa utilização de métodos mistos e a insuficiente mensuração de impactos organizacionais.

Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski (2022)	<i>Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família</i>	2022	Explora, por meio de estudos de caso em contexto psicoterapêutico, os efeitos do assédio moral na vida do trabalhador e nas dinâmicas familiares. Destaca consequências psicossociais e afetivas, mas apresenta limitações quanto à generalização, dado o número reduzido de participantes e a ausência de análises longitudinais.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O primeiro material subsidiário de leitura prévia elencado tem como título “*Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos*” (Santos, 2025). Este artigo tem como objetivo analisar a prevalência do assédio moral no Brasil no período de 2020 a 2023, bem como avaliar seus impactos na saúde dos trabalhadores e no desempenho das organizações. A investigação fundamenta-se em análise bibliográfica e documental, utilizando como fontes bases acadêmicas (SciELO), relatórios institucionais (CNJ e TST) e o *Mapa do Assédio no Brasil 2024* (KPMG). Os resultados apontam para a elevada incidência do fenômeno, evidenciando que o assédio moral compromete a dignidade do trabalhador e gera custos significativos para as instituições. Entretanto, o estudo apresenta limitações, entre as quais se destacam a dependência de dados secundários, a ausência de modelagem causal que relacione diretamente os efeitos do assédio à produtividade e a carência de análises setoriais e regionais comparativas. Ainda assim, sua contribuição é relevante por dimensionar a gravidade do problema e reforçar a necessidade de políticas organizacionais e públicas mais efetivas de prevenção e enfrentamento.

O segundo artigo, intitulado “*Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras*” de Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020) objetiva refletir sobre como o assédio moral no trabalho tem sido investigado no Brasil, mapeando as características da produção acadêmica nacional, os procedimentos metodológicos adotados, os objetivos traçados e os principais resultados obtidos. Por meio de uma revisão de literatura nas bases SciELO, PePSIC e Index-Psi, o estudo sistematiza as contribuições existentes e evidencia um panorama ainda marcado por fragilidades. Entre elas, destacam-se a heterogeneidade conceitual, a ausência de consenso teórico, a diversidade de instrumentos de coleta sem padronização, a escassez de estudos longitudinais e o uso limitado de métodos mistos. Apesar dessas lacunas, o artigo contribui ao oferecer uma visão abrangente da trajetória da pesquisa brasileira sobre o tema, permitindo identificar recorrências

temáticas, apontar deficiências estruturais e sugerir a necessidade de maior rigor metodológico e de investigações que considerem também os impactos organizacionais e a efetividade das estratégias institucionais de enfrentamento.

O terceiro material tem como título “*Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família*” (Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski, 2022) e visa compreender a produção de sentidos e as consequências do assédio moral na vida do trabalhador e no contexto familiar. O estudo adota como metodologia a análise de múltiplos casos, envolvendo quatro trabalhadores que vivenciaram situações de assédio e quatro familiares, todos inseridos em um ambiente psicoterapêutico. Essa abordagem qualitativa possibilitou acessar, de maneira aprofundada, os impactos subjetivos e relacionais do fenômeno, destacando efeitos como sofrimento psíquico, fragilização dos vínculos familiares e repercussões emocionais de longo alcance. Apesar da riqueza das narrativas, o artigo apresenta limitações significativas, como o número reduzido de participantes, a ausência de grupo de comparação e a impossibilidade de generalização dos resultados. Ainda assim, sua principal contribuição reside em evidenciar a dimensão microssistêmica do assédio moral, articulando a experiência individual com os reflexos no núcleo familiar, aspecto pouco explorado em outros estudos da área.

A pesquisa de autoria de Santos (2025) evidencia a prevalência significativa do assédio moral no Brasil entre 2020 e 2023, apontando impactos diretos sobre a saúde do trabalhador e sobre a eficiência organizacional. Essa constatação vai ao encontro das reflexões de Hirigoyen (2005), que já destacava o caráter estrutural e sistemático do assédio moral como prática de violência psicológica reiterada, capaz de desestabilizar emocionalmente o indivíduo e comprometer a produtividade institucional. Sob essa perspectiva, o artigo corrobora a compreensão de que o assédio moral não pode ser tratado apenas como uma questão individual, mas como fenômeno organizacional e social, cuja análise requer abordagens macroestruturais de gestão e regulação.

A revisão sistematizada apresentada por Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020) revela lacunas importantes na produção científica nacional, como a ausência de consenso conceitual e a escassez de estudos longitudinais. Já o estudo da Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski (2022) amplia o debate ao destacar as repercussões do assédio moral não apenas no trabalhador, mas também em seu núcleo familiar. Essa abordagem ratifica

que o sofrimento gerado no espaço de trabalho transcende o indivíduo e repercute nos círculos de convivência social e afetiva, além de possuir caráter multidimensional, afetando não só a saúde psíquica da vítima, mas também sua rede de apoio.

3.2 Reflexões acerca da exposição oral do Seminário

O assédio moral no trabalho configura-se como uma das mais graves formas de violência psicológica no ambiente laboral, caracterizando-se por práticas repetitivas de humilhação, hostilidade e constrangimento que atentam contra a dignidade do trabalhador (Santos, 2025). Embora presente em diferentes épocas e contextos, sua visibilidade tem se ampliado nas últimas décadas, à medida que pesquisas acadêmicas, decisões judiciais e relatos empíricos revelam a amplitude de seus impactos. Trata-se de um fenômeno estrutural que transcende as relações interpessoais, repercutindo no âmbito individual, organizacional e social, e que demanda análises críticas para subsidiar políticas de enfrentamento eficazes (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020).

Do ponto de vista individual e familiar, os efeitos do assédio moral ultrapassam o espaço de trabalho, reverberando diretamente na saúde física e mental do trabalhador e na dinâmica de seus vínculos afetivos. Estudos de casos múltiplos apontam que a exposição prolongada a situações de desqualificação, ameaças veladas ou explícitas e isolamento social desencadeia quadros de depressão, ansiedade, insônia, alterações de apetite e sintomas psicossomáticos, além de sentimentos persistentes de culpa e inutilidade (Santos, 2025). Essa deterioração subjetiva, contudo, não se limita à vítima: a família, entendida como um sistema interdependente, sofre o impacto do adoecimento, experimentando tensões conjugais, afastamento de atividades sociais e enfraquecimento dos vínculos de cuidado e diálogo. Nesse sentido, o trabalhador assediado atua, involuntariamente, como agente estressor no ambiente doméstico, tornando o assédio um problema que se estende à esfera privada e compromete a qualidade das relações familiares (Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski, 2022).

Na dimensão organizacional, os dados empíricos recentes evidenciam a magnitude do problema no Brasil. Entre 2020 e 2023, a Justiça do Trabalho julgou mais de 338 mil ações relacionadas ao assédio moral, revelando não apenas a sua alta prevalência, mas também o custo social e econômico associado à sua perpetuação (Santos, 2025). Pesquisas

apontam que cerca de 30% dos profissionais relatam já ter vivenciado situações de assédio, com quase metade dos casos classificados como de natureza moral. De acordo com o autor, a subnotificação permanece elevada, motivada pelo medo de retaliação e pela descrença na efetividade das investigações, fatores que dificultam a responsabilização dos agressores e o fortalecimento de ambientes laborais saudáveis. Para as organizações, os reflexos são expressivos: absenteísmo, alta rotatividade, queda na produtividade, deterioração da imagem institucional e elevação dos custos com indenizações e afastamentos previdenciários (Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski, 2022). Assim, o assédio moral não é apenas um ataque individual, mas uma ameaça concreta à sustentabilidade das instituições e à eficiência do trabalho coletivo.

Em uma perspectiva social e científica, o assédio moral no trabalho vem sendo investigado por múltiplos enfoques, revelando tanto a complexidade do fenômeno quanto os desafios para sua compreensão e enfrentamento. A literatura nacional demonstra que as transformações no mundo do trabalho – como a intensificação da globalização, a flexibilização produtiva e a pressão por metas cada vez mais agressivas – criaram ambientes propícios à banalização da violência simbólica e psicológica (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020). As pesquisas brasileiras destacam a diversidade de contextos analisados, desde categorias profissionais específicas até populações mais vulneráveis, evidenciando que o fenômeno atravessa diferentes setores e se relaciona com estruturas organizacionais marcadas por hierarquias rígidas e culturas permissivas. Essa multiplicidade de olhares reforça a necessidade de uma visão sistêmica que considere não apenas os aspectos individuais, mas também os fatores organizacionais e sociais que alimentam práticas de assédio. A ciência, nesse cenário, desempenha papel central ao produzir evidências que sustentam políticas públicas, protocolos institucionais e campanhas de conscientização.

Conclui-se, com base na leitura dos três artigos e nas reflexões acerca da exposição oral do seminário que o assédio moral no trabalho não pode ser reduzido a episódios isolados entre indivíduos, mas deve ser compreendido como um fenômeno de caráter estrutural, cujas consequências atravessam a vida do sujeito, a dinâmica familiar, a saúde das organizações e a coesão social. De acordo com Santos (2025), a intensificação do adoecimento psicossocial, os custos econômicos elevados e a naturalização de práticas abusivas configuram um quadro preocupante que exige respostas articuladas entre Estado, empresas e sociedade civil. Mais do que responsabilizar os agressores, o mesmo autor aborda a necessidade de investir em políticas

preventivas, canais de denúncia efetivos, capacitação de lideranças e promoção de uma cultura organizacional baseada na dignidade, no respeito e no bem-estar coletivo. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível romper com o ciclo de violência e construir ambientes de trabalho mais humanos, justos e sustentáveis.

No Brasil, o assédio moral no ambiente de trabalho tem se fortalecido a partir de mudanças recentes no mercado laboral, como a fragilização dos contratos, a cobrança por resultados cada vez mais inatingíveis e a banalização de uma competição agressiva entre colegas. Essas dinâmicas, com frequência camufladas sob o discurso da produtividade e da eficiência, acabam por cultivar espaços de trabalho tóxicos, que cerceiam a voz do trabalhador e limitam sua capacidade de ação. Além disso, a forte desigualdade socioeconômica intensifica a fragilidade de certos grupos profissionais, deixando-os mais suscetíveis a vivências de humilhação e abuso. Diante desse cenário, fica claro que combater o assédio moral exige uma análise crítica das atuais relações de trabalho no país, propondo ações que vão além da esfera legal e que promovam, de fato, uma cultura organizacional pautada pelo respeito e pela valorização da dignidade humana.

4 Considerações finais

A atividade formativa proposta pelo PPGIES/UNEB possibilitou uma reflexão aprofundada sobre o assédio moral no trabalho, articulando teoria e prática em um exercício de análise comparativa de produções acadêmicas. O exame dos três artigos selecionados evidenciou a relevância do fenômeno como questão de saúde, de gestão organizacional e de impacto familiar, ao mesmo tempo em que expôs fragilidades metodológicas que ainda limitam a consolidação de um corpo de conhecimento consistente e aplicável às políticas públicas e institucionais.

Ao integrar diferentes perspectivas — epidemiológica, de revisão bibliográfica e psicossocial-familiar —, foi possível construir uma visão abrangente do problema, revelando não apenas sua complexidade, mas também a necessidade de abordagens interdisciplinares e de metodologias mais robustas, como estudos longitudinais e de métodos mistos. Essa constatação ratifica a importância da pesquisa acadêmica como instrumento de diagnóstico e de proposição de caminhos inovadores para a prevenção e o enfrentamento do assédio moral no ambiente laboral.

Ao se analisar as lacunas identificadas nos estudos revisados, percebe-se uma insuficiência de pesquisas que dialoguem diretamente com as **políticas públicas brasileiras** voltadas para a saúde do trabalhador e a prevenção do assédio moral. Embora haja legislações e iniciativas isoladas em alguns estados e municípios, ainda não existe uma **lei federal específica** que regulamente o tema, o que fragiliza a efetividade das ações institucionais. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados reforçam a urgência de políticas públicas mais consistentes, que articulem prevenção, acolhimento e responsabilização, envolvendo tanto os setores de saúde e trabalho quanto a dimensão educacional. Essa articulação se mostra fundamental para enfrentar de forma sistêmica os impactos do assédio moral sobre o indivíduo, a família e a organização, evitando que a questão permaneça restrita ao âmbito privado e fortalecendo uma agenda pública de promoção da dignidade no trabalho.

Superar o assédio moral no contexto brasileiro requer ir além de medidas paliativas e encarar a necessidade de transformações profundas na forma como o trabalho é organizado e vivido. Criar ambientes laborais mais sadios depende não só de punir aqueles que praticam assédio, mas também de repensar coletivamente modelos de gestão que perpetuam o silêncio e a normalização de agressões psicológicas. Desse modo, a elaboração de políticas públicas e institucionais verdadeiramente eficazes deve colocar no centro da discussão a qualidade de vida do trabalhador, o fortalecimento dos vínculos humanos e a construção de um espaço onde prevaleçam a escuta, a colaboração e a busca por justiça social.

Por fim, destaca-se que a sistematização desenvolvida neste exercício contribui não apenas para o amadurecimento acadêmico dos participantes do programa, mas também para a formação de uma postura crítica e propositiva frente às problemáticas sociais e organizacionais. Ao consolidar aprendizagens e propor novas agendas de pesquisa, reafirma-se o papel do PPGIES/UNEB como espaço de produção de conhecimento socialmente implicado, capaz de dialogar com as demandas do mundo do trabalho e de oferecer subsídios para práticas mais humanas, democráticas e justas no campo das relações laborais.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Júlia; SCHWEITZER, Lucas; TOLFO, Suzana de Rosa. **Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 13(1), 2020, e130105. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130105>

SANTOS, Magno Muniz dos. Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos. *Revista Foco*, v. 18, n. 5, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-138>

SCHWAAB, Karine; MONTEIRO, Janine Kieling; GUERIN, Marina; GREGOVISKI, Vanessa Ruffatto. **Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família.** Nova Perspectiva Sistêmica, v. 31, n. 74, p. 101-116, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.691>

ASSÉDIO MORAL, TRABALHO E DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Thais Meireles de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)
thais.joao4@gmail.com

Joyce Santana Araújo Silva
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)
joylibras@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)
mtsoares@uneb.br

RESUMO: Este artigo traz reflexões sobre o assédio moral e sua relação com o processo de inclusão social e direito das pessoas com deficiência. Surge das discussões do II Seminário sobre “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social, UNEB XI - Serrinha/BA, trata como o assédio moral contribui para a exclusão social das pessoas com deficiência e a não garantia de seus direitos. Usa metodologia bibliográfica Lima (2007), e analisa estudos encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Apresenta marcos legal da inclusão e reflete sobre as barreiras atitudinais e físicas enfrentadas pelas pessoas com deficiência, trazendo o assédio moral como um fator excludente. Conclui-se assim que, apesar dos avanços, ainda há desafios significativos para a plena inclusão e efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Trabalho. Deficiência.

1 Introdução

Este artigo apresenta discussões sobre o assédio moral e sua relação com o processo de inclusão social e direito das pessoas com deficiência, tendo como tema: “Assédio moral, trabalho e deficiência: reflexões acerca do processo de inclusão social e garantia de direitos”. Ele é fruto das discussões e estudos oriundos do II Seminário sobre “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas Práticas para a Sociedade”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social, no dia 29/08/2025 na sala do auditório do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XI*, Serrinha-BA. Teve como expositora a Prof^a. Dr^a. Nayana Suzart (UNEB).

O trabalho se constitui como requisito de avaliação do Programa, objetivando assim, realizar estudos e reflexões sobre o assédio moral e sua relação com o processo de inclusão social e direito das pessoas com deficiência. Desta feita, teve com o intuito responder a nossa problemática, a saber: Como o assédio moral tem contribuído para a exclusão das pessoas com deficiência nas relações sociais e de trabalho dificultando a garantia de direitos?

Assim, apresentamos o presente artigo em cinco seções: a Introdução que sintetiza o estudo realizado. A segunda seção aborda os aspectos metodológicos presentes na pesquisa. A terceira seção aborda brevemente concepções legislações em relação à inclusão social e direito das pessoas com deficiência no Brasil. A quarta seção contempla o desenvolvimento da pesquisa e versa sobre os achados na busca de produções científicas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e por fim, as conclusões em relação a este estudo, embora, compreendemos que sempre haverá novas reflexões, pois outras pesquisas e estudos podem surgir e trazer novas reflexões acerca do tema estudado.

2 Metodologia

Trazemos uma abordagem metodológica bibliográfica. Para Lima (2007) ao realizarmos uma pesquisa bibliográfica teremos uma investigação sobre determinado estudo buscando entendê-lo e trazer possíveis soluções para problemas estudados, assim, não pode ser algo aleatório, mas um

meio para coletar dados a partir de estudos já realizados oportunizando embasamentos de trabalhos científicos.

A metodologia bibliográfica permite uma análise reflexiva de possíveis produções existentes o que é relevante para a construção do referencial teórico do estudo. Esta possibilita a compreensão de determinados conhecimentos sobre a relação entre assédio moral, deficiência e trabalho, além de permitir compreendermos como está a demanda de pesquisas e reflexões sobre o tema tratado.

Nesse sentido, realizamos uma busca na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) quanto a produções referentes ao tema abordado, utilizando os seguintes descritores: Assédio moral, trabalho e deficiência. No entanto, nenhum trabalho foi encontrado, também ressaltamos que não aplicamos recorte temporal, com o intuito de não restringirmos ainda mais a busca.

Todavia, compreendendo a importância da análise de estudos que tivessem relação com os temas: assédio moral, deficiência e trabalho, e a fim de respondermos a nossa problemática, realizamos uma nova busca no banco de dados da BDTD, utilizando os mesmos descritores, agora com um recorte temporal de cinco anos. Foram encontrados quatro trabalhos, dos quais após analisarmos seus títulos e resumos, apenas um apresentava correlação com o tema proposto para estudo.

Nesse contexto de direitos sociais, observamos também a necessidade de abordagem das bases legais sobre a inclusão social de pessoas com deficiência e os reflexos desse processo para/na garantia de seus direitos. Assim, apresentamos a seguir algumas dessas bases.

3 Desenvolvimento: percorrendo os caminhos para/na inclusão social de pessoas com deficiência

Compreendemos que existem muitos avanços no que se refere à inclusão social de pessoas com deficiência desde a sua participação em várias repartições até a inserção em relação ao acesso de direitos, participação e visibilidade social. No entanto, ainda perpetuam as marcas de como a pessoa com deficiência era vista e marginalizada ao longo da história.

Como afirma Diniz (2007), a deficiência é uma produção social e por isso, e dessa forma é fundamental que caminhemos na busca incessante de (re)construirmos uma sociedade com novas formas de pensar, agir e olhar

para a pessoa com deficiência, reconhecendo-as como parte indissociável das relações sociais.

Ao longo da história as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, como pessoas que deveriam ficar escondidas em casa, marginalizadas, até porque muitos eram tidos como uma ameaça à sociedade. E isso ainda se materializa nos dias atuais, embora com menor frequência, mas infelizmente ainda encontramos relatos desses fatos, e noticiários de pessoas com deficiência mantida em prisões domiciliares, encarcerados.

É preciso olhar o outro com mais empatia, seja ele com ou sem deficiência. É necessário e urgente conhecermos as questões sobre deficiência de formas mais ampla, para que possamos quebrar antigos tabus que nos impedem de enxergarmos o outro para além da deficiência, a qual na maioria das vezes não é o único fator limitador nas relações sociais.

Tendo como um grande marco legal para a criação de políticas públicas e o reconhecimento de direitos das pessoas com deficiência no Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988, será a base para a criação de leis que regulamentam a garantia dos direitos de participação e inclusão das pessoas com deficiência. E no âmbito dos direitos trabalhistas da Pessoa com Deficiência (PcD), Branco (2023, p. 168) afirma que a CF:

[...] significou um progresso considerável no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência, ao apresentar normas sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência, que são de competência de todos os entes federativos, além de vedar tratamento discriminatório aos trabalhadores com deficiência, assegurar reserva de vagas a empregos e cargos públicos às pessoas com deficiência, entre outras normas inclusivas.

Em relação à forma como muitos trabalhadores com deficiência são tratados de forma discriminatória, Santos (2025, p. 4) apesentas consequências como os impactos psicológicos que segundo o autor “concentra-se nos impactos sobre a saúde mental, como o desenvolvimento de ansiedade ou a diminuição da autoestima”.

Nesse sentido, podemos compreender que o assédio moral, traduzido em forma de violências ocorridas nas relações de trabalho não só afeta diretamente a pessoa que sofreu o abuso, mas todos que estão a sua volta, inclusive a família, como ressaltam Schwaab *et al.* (2022) ao afirmar que é importante a participação das famílias no combate a essas práticas abusivas e preconceituosas.

Dando passos mais longos, inerentes a esse contexto, apresentaremos no quadro 01 algumas das leis que objetivam assegurar e garantir direitos às pessoas com deficiência.

Quadro 01: Base legal relativa aos direitos das pessoas com deficiência

Base legal	Disposição
Constituição Federal (CF) de 1988. (Brasil, 1988)	Em um dos seus objetivos fundamentais, no art. 3º inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.
Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. (Brasil, 2004)	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e
Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. (Brasil, 2008)	[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino [...]. Brasil (2008, p.14)
Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. (Brasil, 2009)	Institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (Brasil, 2012)	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013. (Brasil, 2013)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Brasil, 2015)	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. (Brasil, 2020)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.
Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. (Brasil, 2024)	Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 146-A: Intimidação sistemática (bullying) Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao considerarmos as bases legais apresentadas e reconhecendo a existência de outras iniciativas que contribuem para a inclusão e validação de direitos das pessoas com deficiência, compreendemos que mesmo necessitando de mais ações, já temos avanços significativos nesse sentido.

Assim, no próximo tópico teceremos reflexões em relação às produções/estudos encontrados na BDTD sobre fatores que contribuem para a exclusão das PcDs nas relações sociais, tratando especialmente do assédio moral.

3.1 Assédio moral, trabalho e deficiência: considerações sobre os estudos encontrados na base de dados da e BDTD

Ao pensarmos a inclusão como uma das formas da construção de uma sociedade mais justa, acolhedora, democrática e equitativa em que podemos respeitar e valorizar a diversidade social e cultural que formam o nosso sistema, começamos a repensar, reparar e deixar para traz atitudes preconceituosas e de marginalização das pessoas com maior vulnerabilidade, e em especial pessoas com deficiência.

A esse respeito, ao realizarmos as nossas buscas em relação a Assédio moral, trabalho e deficiência, colocamos em debate a efetivação de direitos e reconhecimento de inclusão dos mais diversos grupos sociais nos ambientes de trabalho, bem como a efetivação e criação de políticas públicas voltadas a essa temática tão importante para a validação de uma sociedade que não apenas espera determinações legais, mas constrói e reconstrói a cada dia uma cultura inclusiva pautada no respeito e valorização do outro.

Ao analisarmos os estudos de Nascimento (2024) sobre as “Percepções e experiências de servidores públicos com deficiência: um estudo sobre capacitismo no ambiente de trabalho” percebe-se que existe um alinhamento de ideias ao concordarmos com o autor quando ele afirma que “as pessoas com deficiência fazem parte de um dos grupos considerado minoria social e, como tal, enfrentam preconceitos”. (Nascimento, 2024, p. 14).

E é nesse contexto que tomamos as atitudes preconceituosas e discriminatórias como fator excludente, através do assédio moral as quais colocam as pessoas com deficiência à margem dos seus direitos.

Tais ideias ilustram o nosso pensamento ao tomarmos a deficiência como um processo histórico, pois o autor compreende que além das barreiras atitudinais que elevam as diversas formas de exclusão social das pessoas com deficiência, ainda temos as barreiras físicas que impedem a acessibilidade física desse público ao acesso de conviverem e se desenvolverem socialmente.

Logo, ao desenvolver a pesquisa que objetivou “investigar as percepções e experiências de servidores públicos com deficiência, lotados em Fortaleza, acerca do capacitismo no ambiente de trabalho da administração pública”. O autor conclui que embora tenha crescido o debate em torno das questões sobre as concepções e eficiência abordadas nas relações de trabalho, ainda existe uma escassez de estudos em relação ao tema.

Também se observou a ocorrência de atitudes preconceituosas nos ambientes de trabalho através de “formas de capacitismo hostil e capacitismo benevolente”. Nascimento (2024, p. 62-63). Assim, é importante que sejam adquiridas novas formas de conceber a deficiência, no sentido de ao invés de excluir, acolher de forma respeitosa e nas relações cotidianas, até porque as leis que lhes garantem isso precisam ser efetivadas.

Mesmo não tendo ligação estreita com nossos estudos a seguir apresentaremos brevemente pesquisas encontradas da BDTD, como forma de conhecimento dos achados.

Morais (2024) abordam questões sobre “O trabalho de Assistentes Sociais no Instituto Nacional do Seguro Social em tempos de “INSS Digital”, e tem como objetivo geral “identificar quais foram as implicações das transformações ocorridas após a implantação do “INSS Digital” para o trabalho desenvolvido por assistentes sociais nas Agências de Previdência Social (APS) da Gerência Executiva de Salvador-BA (GEXSAL), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”.

Barata (2021) traz um estudo em torno dos “Problemas morais e/ou éticos vivenciados por membros de Comitês de Ética em Pesquisa”. Seu objetivo geral é “analisar os problemas morais e/ou éticos vivenciados por membros de comitê de ética em pesquisa durante suas atividades e em que se fundamentam para a solução destes problemas”.

Por seu turno, Von Beckerath (2021), trata do tema “Afiliação da estudante negra ao curso de medicina da UFRB”. Tem como questão direcionadora a seguinte indagação: “como se dá a trajetória da estudante negra do curso de Medicina assistida pelo NGP/CCS da UFRB?”. O objetivo geral desse estudo é: compreender o processo de afiliação da estudante negra assistida pelo NGP/CCS ao curso de Medicina da UFRB.

Sendo assim, é notório que ainda necessitam de um alargamento dos estudos sobre assédio moral, trabalho e deficiência. Logo, na seção seguinte apresentamos as conclusões do nosso estudo.

4 Considerações finais

O fator assédio moral é uma das maneiras para a exclusão das pessoas com deficiência nas relações sociais, e isso tem dificultado a garantia de direitos, mesmo com a existência de leis importantes. A luta pelo reconhecimento das diversidades e respeito por todos os sujeitos independentemente de suas limitações físicas e/ou neurológicas é um fato que perdura ao longo da história, e isso se torna cada vez mais necessário em nossos dias.

Através do estudo desenvolvido, podemos perceber que existe uma escassez de trabalhos realizados sobre o tema abordado, pois como afirma Nascimento (2024), ainda precisamos superar diversas formas de preconceitos em relação às pessoas com deficiência e isso pode ocorrer através de estudos e abordagens sobre tema. No entanto, segundo Gonçalves (2020), existe uma preocupação de muitos pesquisadores em relação a “definição e delimitação consensual” sobre assédio moral e trabalho.

Podemos concluir, portanto, que apesar dos marcos legais a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, na prática, isso não tem representado garantia para a acessibilidade pautada na equidade. A escassez de trabalhos voltados para a temática: assédio moral, trabalho e pessoas com deficiência abre margem para que novas pesquisas sejam realizadas, ampliando assim o campo de estudos e a visibilidade destas pessoas.

Vale ressaltar o quanto essas pessoas, por tanto tempo, vêm sendo segregadas na sociedade e muitas vezes sendo tratadas com capacitismo resultando na exclusão. Faz-se importante ampliar discussões a respeito do tema, dando visibilidade e voz a um grupo ainda invisibilizado, e assim tornar possível o desenvolvimento de ações práticas no ambiente do trabalho que amenizem ou até eliminem o assédio moral a estas pessoas.

Referências

BARATA, Rosinete Souza. **Problemas morais e/ou éticos vivenciados por membros de comitês de ética em pesquisa**, 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

BRANCO, Clarice C. C. A evolução dos direitos da pessoa com deficiência no histórico constitucional brasileiro. **R. Defensoria Públ.** União Brasília, DF n.20 p. 1-286 Jul./Dez. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Thais/Downloads/611-Texto%20do%20artigo-4106-11020231218.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>

dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, [2012].

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011_2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019_2022/2020/Lei/L13977.htm#art2. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 07 out. 2025.

DINIZ, D. **O Que é Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense; 2007. 96 pp. (Coleção Primeiros Passos, 324).

GONÇALVES, Júlia. SCHWEITZER, Lucas. TOLFO, Suzana de Rosa. Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 13(1), 2020, e 130105.

LIMA, T. C. S, MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev, Katál. Florianópolis v.10n.esp.2007.

MORAES, F. L. de. **O trabalho de Assistentes Sociais no Instituto do Seguro Social em tempos de “INSS digital”**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2024.

NASCIMENTO, L. S. do. **Percepções e experiências de servidores públicos com deficiência**: um estudo sobre capacitismo no ambiente de trabalho. Dissertação (Mestrado Acadêmico)- Universidade de Fortaleza. Programa de Mestrado Em Psicologia, Fortaleza, 2024.

SANTOS. M. M. dos. Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos. **Revista Foco**, v.18 n.5 e 8493, p.01-16, 2025.

SCHWAAB, K. MONTEIRO, J. K. GUERIN, M. GREGOVISKI, V. R. Assédio moral no trabalho: Consequências para o sujeito e para a família. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 74, p. 101-116, dezembro 2022.

VON BECKERATH, Yzumi Fukutani Presa. **Afiliação das estudantes negras ao curso de Medicina da UFRB**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2021.

ASSÉDIO MORAL NAS ESCOLAS: APORTES TEÓRICOS INICIAIS E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Camila Figueiredo de Carvalho Mélo
Universidade Estadual da Bahia
Camilamelo5@hotmail.com

Mônica Moreira de Oliveira Torres
Universidade Estadual da Bahia
m.torres@uneb.br

RESUMO: Esse artigo é resultado das contribuições promovidas pelo Seminário Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas Práticas para a Sociedade, ministrado pela Psicóloga e Dra. Nayana Suzart, realizado na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus XI, na cidade de Serrinha – Bahia. Essa pesquisa teve como objetivo analisar as características e impactos do assédio moral nas escolas, apresentando definições e possibilidades de enfrentamento contra essas práticas, as quais vem comprometendo a saúde mental e física de trabalhadores da educação. A metodologia qualitativa envolveu a análise bibliográfica, amparadas por autores como Lopes (2019), Hirigoyen (2010) e Freitas (2007). O estudo concluiu que os impactos do assédio moral nas escolas afetam não só a saúde mental e física dos trabalhadores da educação, resultando no afastamento e adoecimento desses profissionais, prejudicando o convívio com a família e a produtividade no ambiente de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio moral nas escolas; impactos do assédio moral; possibilidades de enfrentamento ao assédio moral.

1 Introdução

O assédio moral nas organizações, principalmente no ambiente escolar, tem aumentado consideravelmente nos últimos anos,

impactando a saúde mental e física dos trabalhadores que sofrem esse tipo de violência psicológica. Segundo o Ministério Público do Trabalho (2025), o assédio moral configura-se a partir de comportamentos abusivos, humilhantes ou constrangedores que atentam contra a dignidade, de forma intencional e repetitiva. Esses fatores são preocupantes, na medida que pode prejudicar não só a própria vítima, mas também o convívio com os seus familiares.

No contexto escolar, percebe-se que a identificação do assédio moral, assim como o entendimento acerca de sua definição e características, não é vasto. Alguns funcionários de escolas, desconhecem o termo, e por muitas vezes entendem essas condutas, como uma simples grosseria, ou acreditam que o assediador possui essa personalidade, por conta das exigências e demandas do cargo.

De acordo com uma pesquisa realizada pela KPMG, que é uma rede global de empresas de serviços profissionais, presente em mais de 145 países, no ano de 2024, 30% dos trabalhadores relataram ter sofrido algum assédio em 12 meses e 92% não denunciaram (KPMG, 2024). Isso nos mostra uma realidade que precisa ser discutida e analisada no sentido de entender as causas e consequências dessas ações e como agir de forma preventiva.

Ao violar a dignidade da pessoa humana, contrariando as garantias fundamentais que devem ser tuteladas pelo Estado, o assédio moral, em muitos contextos é encarado de forma normalizada. As condutas abusivas e ofensivas, se tornam comuns no ambiente de trabalho, e o medo e a descrença na resolução do problema, são fatores que impedem as vítimas de denunciarem os seus agressores.

A escola deve ser um espaço de transformação e troca de saberes, portanto a responsabilidade de formar cidadãos mais conscientes e ativos em sociedade, requer uma extensa carga de trabalho, principalmente dos gestores e professores. A constante cobrança por prazos e objetivos a serem atingidos, tem levado trabalhadores a adoecerem constantemente, adquirindo transtornos mentais como ansiedade e depressão.

Diante do exposto, partiu-se da seguinte problemática: quais são as características e impactos do assédio moral nas escolas? Assim, o estudo busca contribuir com a discussão sobre a temática apresentando como o assédio moral pode se configurar no ambiente escolar, trazendo medidas de enfrentamento e reflexão acerca dessa problemática no contexto social brasileiro.

2 Metodologia

O estudo adotou a metodologia de natureza qualitativa, aliada a uma pesquisa bibliográfica, baseada nos aportes teóricos de autores como Lopes (2019), Hirigoyen (2010) e Freitas (2007). Além disso, o estudo utilizou como referência às contribuições do Seminário *Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas Práticas para a Sociedade*, ministrado pela Psicóloga e Dra. Nayana Suzart, realizado na Universidade Estadual da Bahia, Campus XI, na cidade de Serrinha – Bahia.

Diante das leituras realizadas e as inquietações vivenciadas durante a exposição do seminário, buscamos com esse trabalho, apresentar uma análise sobre os impactos do assédio moral nas escolas, assim como provocar uma reflexão acerca de suas consequências para a vida dos profissionais da área da educação, que sofrem com essas práticas, visando encorajar essas vítimas por meio de medidas de enfrentamento, a fim de combaterem esse problema.

3 Assédio Moral no ambiente escolar: desafios e possibilidades.

No mundo do trabalho e de forma específica nos contextos escolares, o assédio moral faz-se presente em diferentes situações laborais, por vezes não percebidas e naturalizadas como práticas comuns, mesmo gerando impactos na vida dos sujeitos. Nesse sentido torna-se fundamental conhecer e identificar as práticas de assédio moral presentes nos ambientes de trabalho, como uma das condições para seu enfrentamento.

De acordo com Silva et al (2019), o assédio moral no trabalho, assim se caracteriza por:

Uma violência silenciosa que desestabiliza a vítima, agride a sua saúde, abala a relação de trabalho e contamina o ambiente laborativo, podendo levar ao dano pessoal e à incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho. Sendo praticado, na maioria das vezes, a partir de atos sutis e sistematizados, atingindo em especial o subjetivo da vítima e tornando complexa sua identificação, classificação e encaminhamento.

Dessa forma, o assédio moral possui características específicas como: ignorar a vítima por suas atitudes, contestar a todo momento as suas decisões, sobrecarregar o profissional com novas tarefas, retirar o

trabalho que normalmente competia àquele trabalhador, sem justificativa, além de gritar ou falar de forma desrespeitosa com o mesmo. Além disso, o assédio também se apresenta quanto há excesso de vigilância e dificuldade de acesso a informações necessárias para o trabalho, gerando a sensação de inutilidade e incapacidade por parte da vítima. (MPT, 2025).

Essas atitudes geralmente são frequentes, acontecem de forma repetitiva e com a intencionalidade de humilhar e desestabilizar a vítima. Um diretor escolar que trata os seus funcionários de forma grosseira, assim como um coordenador pedagógico que impõe prazos e metas inatingíveis, aos professores de uma instituição, culpabilizando – os pelos baixos índices e notas dos estudantes, são exemplos de assédio moral que são cada vez mais comuns nas escolas brasileiras.

As mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência (PCD), e LGBTQIAPN+, são as maiores vítimas de assédio moral no trabalho (MPT, 2025). Nas escolas, essa realidade não é diferente. A modalidade organizacional não está relacionada somente a um indivíduo específico, mas também pode ocorrer de forma coletiva aos profissionais que trabalham juntos, por meio de condutas abusivas por parte de um gestor, coordenador pedagógico ou professor.

As modalidades do assédio moral podem ser identificadas e divididas de acordo com a origem e a hierarquia. A *vertical descendente*, é praticada pelo superior hierárquico da vítima, como por exemplo: o diretor que assedia um funcionário, tratando – o de forma desrespeitosa, aos gritos e xingamentos. Por outro lado, a *vertical ascendente* é praticada pelos subordinados contra o superior hierárquico. Exemplo: funcionários da escola que não respeitam o diretor, agindo com insubordinação. A modalidade *horizontal* ocorre entre colegas de trabalho. Exemplo: um professor que coloca apelidos, ou isola / ignora uma professora. E por fim, a modalidade *mista* que é a combinação de duas ou mais modalidades. (MPT, 2025)

Outros exemplos de assédio moral são comuns no ambiente escolar, tais como comentários ou advertências públicas em grupos de celular, ou em reuniões pedagógicas, expondo direta ou indiretamente um profissional. Essas atitudes além de criar um clima hostil entre os colegas, podem gerar vergonha e humilhação para aqueles que são repreendidos, causando desmotivação e tristeza não só no trabalho, mas fora dele.

Ameaçar o funcionário de demissão, constantemente, ou passar tarefas humilhantes, assim como, estar sempre criticando o trabalho de

um colega, ou um superior, também é configurado como assédio. Além disso, enviar mensagens de texto fora do horário de trabalho, para tratar de questões escolares, ou cobrar tarefas que não foram entregues, são condutas abusivas e desrespeitosas, e que devem ser denunciadas e corrigidas.

No contexto público, Araujo (2019), destaca que as disputas por funções de confiança, indicação política, promoções pessoais e profissionais, levam o superior hierárquico, a submeter o assediado, a tarefas árduas e desnecessárias, que o diminuem, desmotive, e desqualifique intelectualmente. Além disso, pode haver vigilância excessiva, desqualificação de suas ações, ironias e boatos. É possível identificar essas atitudes, em alguns casos, entre diretores e vice-diretores.

Nesse sentido, Hirigoyen (2010), complementa:

É sempre difícil distinguir as atitudes abusivas das prerrogativas da hierarquia. A própria noção de subordinação remete a uma relação de desigualdade, de que alguns administradores pouco seguros de si ou embevecidos pelo poder são capazes de se aproveitar, abusando e sentindo um certo prazer em submeter o outro. (Hirigoyen, 2010, p.113).

Por outro lado, algumas condutas são necessárias para manter a organização do ambiente de trabalho e seu pleno funcionamento. Essas atitudes precisam ser identificadas para não serem confundidas com o assédio e acabar prejudicando a vida funcional e pessoal de um profissional.

Nesse contexto, as relações no trabalho, principalmente no ambiente escolar, devem se configurar de forma harmoniosa e respeitosa. A escola deve ser espaço de acolhimento tanto para alunos, como para funcionários, e a forma de tratamento entre os trabalhadores reflete no bom funcionamento de todos os setores, sejam eles da gestão, administrativo ou pedagógico.

Advertir e suspender funcionários que não respeitam as regras da escola, são atitudes consideradas judicialmente legais e não configuram assédio moral. Averiguar a produtividade e desempenho dos trabalhadores, dentro dos padrões de razoabilidade, assim como realizar críticas construtivas sobre o trabalho de um empregado, para a melhora do seu desempenho, são atitudes que devem ser tomadas pelos superiores hierárquicos, ou seja, os diretores, a fim de manter a organização escolar.

Além disso, o gestor e coordenador de uma escola, devem estabelecer metas que sejam compatíveis com as atividades desenvolvidas, e prazos que

são alcançáveis, visando o cumprimento das tarefas de forma pacífica e tranquila, sem prejudicar outros profissionais.

Lopes (2019), afirma que um comentário ou crítica destrutiva direcionada a algum indivíduo apenas uma vez, seguido de desculpas ou não, não pode ser configurado como assédio moral. Para que o assédio aconteça, as condutas agressivas e abusivas devem ser recorrentes, tendo como objetivo humilhar a vítima, fazendo com que ela se sinta inferior e incapaz no ambiente de trabalho.

Dessa forma, não há como negar as repercussões do assédio moral nos contextos de trabalho. Os impactos do assédio moral no ambiente escolar são vastos e a saúde mental, geralmente é a mais prejudicada. Segundo Hirigoyen (2010), o assédio moral pode causar danos a personalidade, a dignidade ou a saúde física ou psíquica de uma pessoa, colocando em risco suas relações de trabalho e seu emprego. Além disso, a autora afirma que o clima de rivalidade e a concorrência por cargos e posições, contribui ainda mais para a realização dessas práticas abusivas.

Efeitos como insônia, ansiedade e irritação, assim como distúrbios emocionais, digestivos e pressão alta, são sintomas que podem ser desencadeados a partir do assédio moral. Outros fatores incluem a queda de produtividade no trabalho, perda de motivação por conta dos abusos sofridos, e aumento da insegurança.

Inicialmente, esses sintomas se parecem com os do estresse, quando os abusos são recentes. Hirigoyen (2010), aponta que é possível notar distúrbios do sono, enxaquecas, cansaço e dores na coluna vertebral. Esses sintomas podem evoluir para o aumento ou perda de peso repentina, além de desencadear distúrbios endocrinológicos (problemas na tireoide, menstruais), crises de hipertensão, doenças de pele e vertigem. Se não identificados e tratados, podem ainda evoluir para estresse pós traumático e mudanças de personalidade duradouras.

Freitas (2007), destaca que o assédio moral está relacionado à problemas como a depressão, aos pensamentos autodestrutivos, e até tentativas de suicídio entre as pessoas que sofrem dessas práticas. Além disso, o comportamento das vítimas pode interferir nas relações conjugais e familiares, reproduzindo situações de violência ou isolamento, diante das fragilidades causadas por essas condutas.

Luna (2003) pontua que:

Os maus-tratos trabalhistas que os pais sofrem se traduzem em ansiedade, estresse ou depressões que posteriormente repercutem

no comportamento dos filhos. Esta reação dos filhos se deve ao fato que buscam a proteção dos pais e, ao ver o estado em que estes se encontram, eles também se deprimem (LUNA, 2003).

Nesse contexto, no âmbito organizacional, uma escola que tem professores e funcionários que sofrem assédio moral, de forma recorrente, tem maiores chances de apresentar rotatividade de pessoal, faltas, licenças e afastamentos por motivos de saúde. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social (2024), os afastamentos em razão de transtornos mentais e comportamentais, duplicaram, passando para mais de 440 mil. Além disso, os auxílios-doença concedidos por transtorno de ansiedade, aumentaram para 76%, tornando-se a maior causa por afastamentos do trabalho no país.

Diante do exposto, nota-se que o assédio moral tem se tornado um problema de saúde pública, e que precisa ser abordado em todas as organizações, a fim de combater esse tipo de violência, que tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade.

Identificar o assédio moral nem sempre é fácil, mas a partir do momento em que ele é reconhecido, algumas medidas podem ser tomadas, a fim de combater essas práticas abusivas no ambiente escolar. Primeiramente, é necessário se aliar a um colega, ou outros funcionários que estejam vivenciando a mesma situação, para servirem de testemunhas futuras em uma possível denúncia.

Além disso, também é fundamental que o assediado tente coletar o máximo de provas, como fotos, print de e-mails ou mensagens, gravações, ou vídeos, para que possa provar que tem sofrido assédio na escola. Diante disso, a vítima deve comunicar a situação ao setor responsável, ao superior hierárquico do assediador (diretor), ou a ouvidoria, para que possam tomar as medidas cabíveis em relação a essas condutas.

Caso o funcionário, professor, ou coordenador, não sejam os assediados, mas são testemunhas do assédio moral, eles devem oferecer apoio a vítima, e se disponibilizar para ajudá-la, seja comunicando ao seu superior, ou incentivando o/a profissional a denunciar o assédio. Essas ações de solidariedade são fundamentais para o fortalecimento das relações de trabalho, e a superação e encorajamento por parte da vítima em mudar esse cenário.

Diante do exposto, é necessário que a escola seja um espaço de acolhimento e que possua um diálogo aberto entre os seus profissionais, mantendo um clima respeitoso e cordial entre todos. Além disso, é preciso

fomentar ações para abordar o tema do assédio moral nas salas de aula, assim como promover medidas de prevenção e enfrentamento da situação, visando combater essas condutas abusivas, no meio profissional.

Outra perspectiva de enfrentamento ao assédio moral está no fundamento jurídico e legal existente sobre a temática. De acordo com o Art. 186 do Código Civil, “todo aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Diante do exposto, nota-se que a prática do assédio moral no ambiente de trabalho, além de ser um tipo de violência psicológica, deve ser tratado com seriedade, pois as consequências sofridas pelas vítimas, podem ser irreparáveis.

O assédio moral não é caracterizado como crime no Código Penal, entretanto, aqueles que o cometem, estão passíveis de punições como: processo administrativo disciplinar, criminal (dependendo do caso, os atos poderão caracterizar assédio sexual, lesão corporal, contra a honra, racismo, etc.), civil (danos morais e materiais), além de demissão e / ou perda do cargo público.

Portanto, assim que seja identificado o assédio na escola, a denúncia deve ser realizada, seja ao diretor (a) da instituição, ou a ouvidoria e setores responsáveis. Essa medida deve ser realizada de forma responsável, a partir da junção de provas e testemunhas, para que o assédio seja comprovado. Dessa maneira, será possível obter justiça e evitar que outras condutas abusivas não aconteçam novamente no ambiente escolar.

4 Considerações finais

Esse trabalho buscou apresentar definições e características do assédio moral nas escolas, assim como os impactos para a vida dos trabalhadores que sofrem com essas práticas, além de possibilidades de enfrentamento para o problema. Por meio das pesquisas e análise bibliográfica, foi constatado que o assédio moral tem ocasionado prejuízos para a saúde mental, acarretando em transtornos como ansiedade e depressão e mudanças de personalidade.

No que se refere aos danos físicos, as vítimas que sofrem do assédio moral no trabalho desenvolveram problemas de saúde, como doenças digestivas e endócrinas, ocasionando o aumento do número de licenças e afastamentos do trabalho. Além disso, foi possível constatar, que o assédio

moral além de causar prejuízos na saúde, também impactou o convívio familiar e profissional.

Foi possível concluir, que muitos casos relacionados ao assédio moral nas escolas e nas organizações, não foram denunciados, o que problematiza ainda mais a questão, diante do medo, insegurança e descrença de que a situação pode ser modificada, e melhorada.

Nesse contexto, o estudo apresentou possibilidades de enfrentamento e soluções para combater o assédio moral nas escolas, visando encorajar as vítimas a denunciarem seus agressores, e a buscarem conforto e ajuda profissional para lidarem com essa situação.

Referências

ARAÚJO, D. M. **Impactos do assédio moral organizacional no serviço público**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, jan. 2019.

FREITAS, Maria Ester de. **Quem paga a conta do assédio moral no trabalho?** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-7, jan. 2007. Artigo 5. Versão eletrônica. Disponível em: Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/quem-paga-conta-assedio-moral-no-trabalho>. Acesso em: 03 de setembro de 2025.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KPMG. **Pesquisa revela que 30% dos profissionais já sofreram assédio no ambiente de trabalho**. 2024. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/11/pesquisa-mapa-assedio-brasil-2024.html>. Acesso em 03 de setembro de 2025.

LOPES, Renata. **Assédio Moral no Trabalho: conheça os tipos e saiba como agir**. Superela, 2019. Disponível em: <https://superela.com/assedio-moral-trabalho>. Acesso em: 03 de setembro de 2025.

LUNA, M. (2003). Acoso psicológico en el trabajo (mobbing). Madri: Ediciones GPS Madri. Relatório preparado para a Secretaria de Salud Laboral de CC.OO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Violência e assédio moral no trabalho: perguntas e respostas**. 2025. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/final-cartilha-assedio-moral-no-trabalho-atualizada-2025-3.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2025.

SILVA, Alda Karoline Lima da et al. Assédio moral no trabalho: do enfrentamento individual ao coletivo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e22, 2019.

SUZART, Nayana. Seminário **Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações**: Contextualização e Consequências dessas Práticas para a Sociedade. Uneb, Serrinha-Ba, 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Assédio moral pode afetar a saúde mental do profissional**. 2022. Disponível em : <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-acoaes/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/assedio-moral-pode-afetar-a-saude-mental-do-profissional>. Acesso em 02 de setembro de 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Em cinco anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 450 mil casos de assédio moral**. 2025. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/em-cinco-anos-justi%C3%A7a-do-trabalho-julgou-mais-de-450-mil-casos-de-ass%C3%A9dio-moral%C2%A0> / Acesso em 02 de setembro de 2025.

ASSÉDIO MORAL E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: IMPACTOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Elloyse Santiago Silva

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI

elloise301@gmail.com

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI

cristiano.oliveira41@nova.educacao.ba.gov.br

RESUMO: O presente artigo resulta das discussões realizadas no Seminário “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e consequências dessas práticas para a Sociedade” e tem como objetivo analisar a relação entre assédio moral e saúde mental no ambiente de trabalho, destacando seus impactos e desafios contemporâneos. Destaca-se a metodologia qualitativa onde envolveu a análise bibliográfica e documental. O estudo evidencia que o assédio moral, caracterizado por práticas de humilhação e violência psicológica, compromete não apenas o bem-estar individual, mas também as relações sociais e profissionais. Entre as consequências, destacam-se o adoecimento psíquico e a desestruturação das relações familiares e organizacionais. Fundamenta-se em Freire (2008), Seligmann-Silva (2011), Schwaab, Kieling Monteiro, Guerin, & Ruffatto Gregoviski, (2022). Conclui-se que o assédio moral não deve ser compreendido como uma questão individual, mas como um prejuízo coletivo que demanda responsabilização e o compromisso das organizações em adotar medidas efetivas de prevenção e enfrentamento, de modo a coibir a reprodução dessas práticas que adoecem a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Saúde Mental. Trabalho

1 Introdução

O assédio moral no ambiente de trabalho é uma problemática crescente nas organizações contemporâneas, que impacta diretamente a saúde mental dos trabalhadores e repercute de maneira significativa na vida social e profissional. Caracterizado por comportamentos repetitivos de humilhação, desqualificação, isolamento e violência psicológica, o assédio moral compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a produtividade, a motivação e a qualidade das relações interpessoais no contexto laboral. Além disso, suas consequências podem se estender para o âmbito familiar e social, refletindo em adoecimento físico e psíquico e até mesmo afastamentos prolongados do trabalho.

O referido artigo é oriundo de discussões provocadas no Seminário denominado “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e consequências dessas práticas para a Sociedade”, tendo como expositora a Prof^a Dr^a Nayana Suzart (UNEB), com mediação da Prof^a Dr^a Ivonete Amorim, realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, que teve como data de realização, o dia vinte e nove do mês de agosto do ano de 2025 e tem como objetivo refletir sobre a relação entre assédio moral e saúde mental no ambiente de trabalho, destacando seus impactos e desafios contemporâneos.

Este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, a relevância do estudo e os objetivos que norteiam a construção do trabalho. A segunda seção detalha a metodologia adotada, explicando o percurso realizado para a elaboração do artigo. A terceira seção dedica-se à discussão conceitual sobre o assédio moral, abordando suas diferentes manifestações, e as formas pelas quais se apresenta no contexto organizacional. Na quarta seção, é descrito o seminário que fundamentou a construção deste trabalho, destacando sua relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados do estudo, refletindo sobre a importância da responsabilização coletiva e apontando estratégias para a prevenção do assédio moral nas organizações, reforçando que se trata de um problema de caráter social, e não apenas individual.

2 Metodologia

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, uma vez que se propõe a compreender, de forma aprofundada, as relações entre assédio moral e saúde mental no ambiente de trabalho, destacando impactos e percepções relacionadas a essas práticas. Desta maneira, foram utilizados os métodos bibliográfico e documental, conforme Severino (2013), permitindo a análise de textos, artigos acadêmicos, legislações, relatórios e materiais produzidos em eventos e seminários sobre o tema.

De acordo com Severino (2013, p. 106):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental foi empregada como instrumento complementar de investigação. Segundo Severino (2013, p. 107), a pesquisa documental “não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”. No presente estudo, foram analisados documentos oficiais, e materiais produzidos no âmbito do Seminário “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações”, os quais forneceram subsídios para compreender a dimensão prática e social do assédio moral no ambiente de trabalho.

O procedimento adotado envolveu a seleção das fontes, priorizando aquelas que apresentassem relevância acadêmica e consistência teórica. Posteriormente, foi realizada a leitura cuidadosa dos materiais encaminhados pelo PPGIES. De acordo com Severino (2013, p. 47):

A leitura de um texto, quando feita para fins de estudo, deve ser feita por etapas, ou seja, apenas terminada a análise de uma unidade é que se passará à seguinte. Terminado o processo, o leitor se verá em condições de refazer o raciocínio global do livro, reduzindo a uma forma sintética.

Assim a leitura é realizada identificando conceitos e impactos na saúde mental e estratégias de enfrentamento do assédio moral. Esses elementos foram organizados em categorias temáticas, de modo a possibilitar a análise crítica e a articulação entre teoria e prática.

Nota-se que a combinação dos métodos bibliográfico e documental permitiu construir uma base de informações, integrando diferentes perspectivas sobre o assédio moral, suas consequências para a saúde mental dos trabalhadores e os desafios enfrentados pelas organizações. Dessa forma, a metodologia adotada contribuiu para a aproximação entre conhecimento teórico e experiência prática, garantindo maior profundidade e validade à análise apresentada nas seções seguintes do artigo.

3 Referencial teórico

3.1 Assédio moral e saúde mental no ambiente de trabalho

O ambiente de trabalho exerce um papel central na vida das pessoas, sendo um espaço de produção de conhecimento e relações sociais. Contudo, quando é permeado por práticas de assédio moral, esse espaço pode se tornar um fator de adoecimento físico e psíquico, comprometendo não apenas a saúde mental dos trabalhadores, mas também a dinâmica organizacional e as relações interpessoais. O assédio moral é caracterizado por condutas repetitivas de humilhação, intimidação, desqualificação ou isolamento do trabalhador, resultando em sofrimento emocional, diminuição da autoestima e comprometimento da produtividade.

De acordo com Schwaab, Kieling Monteiro, Guerin, & Ruffatto Gregoviski, (2022) O assédio moral no trabalho (AMT), embora tenha acontecido em todas as épocas, vem crescendo na atualidade, demonstra que geralmente é iniciada de maneira sutil, de caráter repetitivo e prolongado, cuja finalidade é humilhar, desqualificar e diminuir a dignidade, a integridade física ou psicológica do indivíduo. Essa prática não apenas compromete o bem-estar emocional do trabalhador, mas também pode gerar consequências significativas para o desempenho profissional.

O assédio moral afeta o equilíbrio emocional da pessoa e altera seu modo de se relacionar com o mundo e com os demais indivíduos. A insegurança, a baixa auto-estima e o sentimento de impotência geram comportamentos de intolerância, frustração, isolamento e agressividade nas relações afetivas do indivíduo (Freire, 2008, p. 07).

O assédio moral no trabalho também acarreta impactos significativos na saúde mental, como, ansiedade, depressão e baixa autoestima, podendo evoluir para adoecimentos mais graves quando não há intervenções adequadas. Esses efeitos repercutem além do ambiente laboral, afetando a vida familiar e social do trabalhador, gerando conflitos, isolamento e

prejuízos nas relações interpessoais diariamente. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o assédio moral no ambiente de trabalho é um comportamento repetido, criando um risco para a saúde e para a segurança.

No contexto contemporâneo, o assédio moral configura-se como um desafio significativo para as organizações, dado seu impacto direto na saúde mental, na motivação e no engajamento dos trabalhadores. Assim, este capítulo busca explorar os principais impactos do assédio moral sobre a saúde mental no ambiente de trabalho, bem como discutir os desafios enfrentados pelas organizações.

3.2 Impactos e desafios contemporâneos

Os efeitos do assédio moral sobre a saúde mental dos trabalhadores são profundos e podem se manifestar de diversas formas. Pessoas vítimas de assédio moral frequentemente desenvolvem quadros de estresse, ansiedade, depressão, insônia, fadiga emocional e baixa autoestima. Esses sintomas comprometem não apenas o desempenho profissional, mas também a qualidade de vida e o bem-estar geral dos afetados.

Segundo Seligmann-Silva (2011):

O sofrimento mental tem sido ampliado pelo temor do desemprego, expondo trabalhadores a riscos mentais importantes pelo desenvolvimento de um tipo de gestão que exerce controle por meio da exploração dos temores de perda do emprego. A precarização do emprego, o temor da perda do emprego faz parte do que a autora denominou como a desumanização do trabalho contemporâneo e a expansão do desamparo.

Além disso, o assédio moral pode levar ao afastamento do trabalho, seja por licença médica ou até mesmo por demissão, resultando em perdas econômicas significativas para o trabalhador e para a organização. A longo prazo, as consequências podem incluir transtornos psicológicos duradouros, que exigem tratamento especializado e impactam negativamente a vida pessoal e profissional do indivíduo. Cabe acrescentar ainda que:

não somente a vítima é prejudicada, mas também o governo e a sociedade em geral, pois a vítima tende a perder participação em projetos (de qualquer natureza) e sofre uma queda no seu rendimento profissional. Além disso, os custos com benefícios previdenciários são muito altos, pois, como o indivíduo pode desenvolver enfermidades e doenças diversas (psicossomáticas e psiquiátricas) ou incapacidades (temporárias ou permanentes) devido ao assédio, poderá haver também

gastos com aposentadorias prematuras, hospitalizações e tratamentos médicos. E, mais que isso, há também a perda de recursos humanos e de potencial produtivo, que constituem, muitas vezes, um prejuízo incalculável para a sociedade (FREIRE, 2008, p. 10).

A OMS destaca a necessidade urgente de transformar a saúde mental, enfatizando a importância de políticas públicas que integrem a saúde mental à atenção primária à saúde, promovam a redução do estigma e garantam o acesso universal a serviços de qualidade. É necessário Campanhas de conscientização, educação em saúde mental e treinamentos para profissionais de diversas áreas, assim contribuir para desmistificar preconceitos, promover a empatia e estimular a criação de ambientes mais acolhedores.

Deve-se garantir o acesso universal a serviços de qualidade, combinado com ações de prevenção e promoção da saúde mental, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, reduzindo os impactos individuais, familiares e sociais dos transtornos mentais.

4 Reflexões de um seminário promovido pelo PPGIES

Embasados nos estudos e nas reflexões tecidas no seminário “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e consequências dessas práticas para a Sociedade”, torna-se evidente que o assédio moral ainda é uma persistente em diversos ambientes de trabalho. Suzart (2023) apresentou dados que revelam comportamentos de humilhação e desqualificação são recorrentes. Essas práticas não se limitam a episódios isolados, mas configuram um padrão sistemático que compromete o bem-estar psicológico dos trabalhadores e afeta a dinâmica organizacional como um todo.

O Seminário, realizado na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em 29/08/2025, trouxe contribuições fundamentais sobre assédio moral e saúde mental. A Prof^a Dr^a Nayana Suzart (UNEB) é psicóloga tem formação e domínio para explorar a temática em questão. Iniciou-se a apresentação trazendo o objetivo de informar e compartilhar discursões sobre o tema e também partilhar atualizações políticas sobre a questão do assédio moral no trabalho.

De acordo com a Prof^a Dr^a Nayana o espaço de trabalho é um lugar de extrema importância pois nele os indivíduos não apenas desenvolvem suas atividades profissionais, mas também constroem vínculos, estabelecem

relações sociais e projetam grande parte de suas expectativas de vida. Nesse ambiente, o reconhecimento, a valorização e o respeito mútuo são fundamentais para a manutenção da saúde mental e do bem-estar coletivo. Quando essas condições são comprometidas por práticas abusivas, como o assédio moral, o local que deveria ser de crescimento e realização passa a se tornar um espaço de sofrimento e adoecimento, prejudicando tanto o indivíduo quanto a organização.

As pesquisas sobre assédio moral revelam não apenas sua recorrência em diferentes setores profissionais, mas também seus graves impactos sobre a saúde mental, o desempenho laboral e as relações interpessoais. Nesse sentido, reconhecer os sinais e refletir criticamente sobre esse problema torna-se essencial para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, éticos e inclusivos.

O assédio moral configura-se como um fenômeno de natureza interdisciplinar, pois transita por diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, o Direito, a Pedagogia e várias áreas. Esse caráter múltiplo decorre do fato de que o assédio não se limita ao sofrimento individual, mas envolve também aspectos legais, éticos, organizacionais e de saúde coletiva. Dessa forma, compreender sua complexidade exige um olhar ampliado, capaz de articular diferentes perspectivas para analisar tanto os impactos psicológicos e sociais sobre os trabalhadores quanto as responsabilidades institucionais e jurídicas na prevenção e enfrentamento dessa prática.

A Prof^a Dr^a Nayana apresenta dados onde mostra que 12 bilhões de dias de trabalho foram considerados “perdidos” no mundo em 2022 por conta de adoecimentos psicológicos, evidenciando que eles não afetam apenas indivíduos isolados, mas têm impactos significativos na economia e nas organizações. Ao considerar que esses dias perdidos correspondem à soma de ausências, à redução de desempenho mesmo estando presente no trabalho e à rotatividade de pessoal, fica claro que adoecimentos psicológicos não são meramente uma questão “pessoal”, mas um problema estrutural que exige políticas públicas, práticas organizacionais e ações de prevenção eficazes.

Esse dado evidencia a dimensão global dos transtornos mentais no ambiente laboral e reforça que os problemas psicológicos não são meramente individuais, mas geram impacto severo nas organizações e na economia. A adesão a políticas que promovam saúde mental, fortaleça ambientes de trabalho saudáveis e facilitem o diagnóstico precoce torna-se,

portanto, imprescindível para mitigar essas perdas e proteger o bem-estar dos trabalhadores.

A saúde ocupacional é importante pois garante não apenas a preservação da integridade física e psicológica dos trabalhadores, mas também a qualidade de vida e a produtividade dentro das organizações. Quando a saúde do colaborador é priorizada, reduz-se o risco de acidentes, adoecimentos ocupacionais e afastamentos, ao mesmo tempo em que se promove um ambiente de trabalho mais seguro, motivador e humanizado. Além disso, investir em saúde ocupacional significa reduzir custos com licenças médicas, aumentar a satisfação no trabalho e fortalecer a imagem institucional das empresas, demonstrando responsabilidade social e compromisso com o bem-estar coletivo.

É necessário que as organizações disponham de setores e mecanismos específicos para prevenir e combater o assédio moral, uma vez que não cabe apenas ao setor de Recursos Humanos a responsabilidade por lidar com tais situações. O enfrentamento dessa prática demanda uma abordagem sistêmica, na qual todos os setores estejam inseridos em um contexto de vigilância, conscientização e responsabilização. Isso significa que gestores, lideranças intermediárias e equipes operacionais devem estar capacitados para identificar indícios de assédio, adotar medidas preventivas e promover um ambiente saudável e respeitoso. Dessa forma, a cultura organizacional se fortalece, e o compromisso com a dignidade do trabalhador deixa de ser uma tarefa isolada para se tornar um esforço coletivo e institucionalizado.

A professora também apresenta a Lei nº 14.457/2022 que foi um avanço significativo na proteção dos trabalhadores, ao incorporar medidas voltadas à prevenção do assédio no ambiente de trabalho. Ao ampliar o papel da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para incluir a vigilância e o combate ao assédio moral, a lei reforça a responsabilidade das organizações em criar espaços laborais mais seguros, éticos e respeitosos. Além disso, a obrigatoriedade de canais de denúncia seguros e confidenciais garante que os trabalhadores possam relatar abusos sem receio de retaliação, fortalecendo a cultura de transparência e prevenção. Dessa forma, a lei contribui não apenas para a proteção individual dos colaboradores, mas também para a promoção de um ambiente organizacional saudável e produtivo, alinhado aos princípios de dignidade e bem-estar no trabalho.

Diante de situações de assédio moral, é fundamental que trabalhadores, testemunhas e gestores se posicionem e realizem a denúncia, pois o silêncio contribui para a perpetuação dessas práticas abusivas.

Denunciar é um ato de responsabilidade coletiva, que não apenas protege a vítima, mas também auxilia na construção de ambientes de trabalho mais éticos e seguros. Por meio das denúncias, é possível acionar os mecanismos institucionais previstos em lei, promover investigações adequadas e responsabilizar os envolvidos, tornando visíveis comportamentos que muitas vezes se mantêm ocultos. Assim, a cultura do enfrentamento e da prevenção ao assédio moral se fortalece, contribuindo para a saúde mental, o bem-estar e a dignidade de todos os colaboradores.

A Prof^a Dr^a Nayana convida todos os universitários e futuros profissionais a se engajar na construção de estratégias de prevenção ao assédio moral. A participação ativa nesse processo contribui para a formação de uma consciência crítica e ética sobre o tema, além de preparar os estudantes para identificar, intervir e propor soluções em ambientes de trabalho diversos. Ao envolver a comunidade acadêmica, é possível estimular pesquisas, debates, projetos de extensão e programas educativos que promovam a cultura do respeito, da dignidade e do cuidado com a saúde mental, fortalecendo não apenas a atuação individual, mas também o compromisso coletivo com ambientes laborais saudáveis.

5 Considerações finais

O assédio moral no ambiente de trabalho é um desafio complexo que transcende a experiência individual, configurando-se como uma prática de violência psicológica capaz de gerar impactos significativos sobre a saúde mental, o bem-estar e a vida social do trabalhador. Este estudo demonstrou que o assédio moral se manifesta de forma sutil, intencional e repetitiva, atingindo a autoestima, provocando adoecimentos psíquicos como ansiedade, depressão e estresse crônico, além de prejudicar a produtividade e a motivação no contexto organizacional. A pesquisa também evidenciou que essas práticas afetam não apenas o indivíduo, mas suas relações familiares, sociais e profissionais, ampliando as consequências para além do ambiente de trabalho e caracterizando o assédio moral como um problema coletivo.

A análise realizada aponta que o enfrentamento do assédio moral requer uma abordagem multidimensional. Em primeiro lugar, é necessário o fortalecimento de políticas institucionais, mecanismos de denúncia eficazes e programas de prevenção que promovam ambientes de trabalho éticos e saudáveis. Em segundo lugar, destaca-se a importância da mudança

cultural dentro das organizações, incentivando lideranças humanizadas, respeito às diferenças e valorização da dignidade do trabalhador. A conscientização da sociedade e dos gestores sobre os efeitos negativos do assédio moral também se mostra essencial para prevenir sua ocorrência e minimizar os impactos sobre a saúde mental.

Dessa forma, conclui-se que a superação do assédio moral no trabalho depende do compromisso conjunto de trabalhadores, gestores, organizações e sociedade civil. A promoção de ambientes laborais inclusivos e livres de práticas abusivas não é apenas uma questão ética, mas uma necessidade para garantir a integridade psicológica dos indivíduos, a sustentabilidade organizacional e o fortalecimento das relações sociais.

Por fim, reforça-se que a investigação e o debate contínuo sobre o tema são fundamentais para compreender a dimensão do problema e construir estratégias efetivas de prevenção, educação e intervenção, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional mais saudável e humanizada.

Referências

- FREIRE, Paula Ariane. Assédio moral e saúde mental do trabalhador. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 6, n. 2, p. 367–380, jul./out. 2008. DOI: 10.1590/S1981-77462008000200009.
- SANTOS, Magno Muniz dos. Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos. *Revista Foco*, v. 18, n. 5, p. 1–16, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n5-138
- Schwaab, K., Kieling Monteiro, J., Guerin, M., & Ruffatto Gregoviski. Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família. Núcleo de Psicologia e Saúde, (2022).
- Seligmann-Silva, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez; 2011.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Saúde mental: fortalecer nossa resposta. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e institui medidas voltadas

à prevenção de assédio no ambiente de trabalho. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 set. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14457.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres e altera as Leis nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, nº 12.513, de 18 de outubro de 2011, nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e nº 14.151, de 12 de maio de 2021. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CLX, n. 180, p. 1, 22 set. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14457.htm. Acesso em: 16 set. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e cria a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14811.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GONÇALVES, Júlia; SCHWEITZER, Lucas; TOLFO, Suzana de Rosa. **Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 13(1), 2020, e130105. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130105>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social.** In: Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007

SANTOS, Magno Muniz dos. **Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos.** Revista Foco, v. 18, n. 5, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-138>

SCHWAAB, Karine; MONTEIRO, Janine Kieling; GUERIN, Marina; GREGOVSKI, Vanessa Ruffatto. Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 74, p. 101-116, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.691>.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL

Suzete Patrocínio de Souza
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
spatrocinio2011@hotmail.com

Patrícia Júlia Souza Coelho
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
pscoelho@uneb.br

RESUMO: Este artigo emerge das discussões apresentadas no II Seminário do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha, no semestre 2025.2, que discutiu sobre a temática: “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”. O texto tem como objetivo refletir sobre o assédio moral no ambiente de trabalho e suas implicações diretas e indiretas na saúde mental dos(as) trabalhadores(as), bem como os impactos sociais decorrentes dessas práticas. Por meio da abordagem qualitativa, realizamos uma pesquisa bibliográfica, referenciada nos estudos de Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020), Schwaab *et al.* (2022), Santos (2025), articulada às discussões do evento. Os resultados apontaram que o assédio moral se configura como uma forma de violência multifacetada e institucionalizada que compromete o bem-estar da pessoa, podendo se estender à família e a outros contextos sociais que o (a) trabalhador (a) faz parte.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Saúde Mental. Ambiente de Trabalho.

1 Introdução

O presente texto emerge das leituras contextualizadas e das reflexões tecidas no II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação

em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), no segundo semestre de 2025, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI em Serrinha-BA, intitulado “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”. Este seminário foi apresentado pela Prof^a. Dr^a. Nayana Suzart (UNEB), sob a mediação da Prof.^a Dr^a. Ivonete Barreto de Amorim (PPGIES/UNEB), e fomentou diálogos pertinentes sobre a saúde mental da pessoa que sofre assédio moral em seu ambiente de trabalho. É importante ressaltar que, em sua proposta formativa, o PPGIES promove eventos que oportunizam discussões interdisciplinares entre estudantes, docentes e comunidade externa que potencializam a construção de conhecimentos científicos.

O ambiente de trabalho, tradicionalmente, é associado à produção e ao desenvolvimento humano, mas pode tornar-se um espaço de sofrimento quando permeado por práticas abusivas e relações assimétricas de poder. Entre essas práticas, destaca-se o assédio moral, caracterizado pela exposição repetitiva e prolongada de trabalhadores(as) às situações humilhantes e constrangedoras no exercício de suas funções.

Vale ressaltar, que o contexto contemporâneo é marcado pela intensificação das exigências de produtividade e competitividade. Nesse contexto, o assédio moral tem se tornado cada vez mais uma problemática crescente e complexa nos ambientes institucionais de trabalho, pois atinge a dignidade e o equilíbrio emocional dos(as) trabalhadores(as), por afetar a saúde mental das vítimas, podendo também trazer impactos nas suas relações familiares e em outros contextos sociais que essas pessoas se inserem.

Assim, durante o seminário, a professora Nayana Suzart (2025), ressaltou que o assédio moral no trabalho pode se manifestar de diferentes formas, pois caracteriza-se pela repetição sistemática e duradoura de condutas abusivas, com o objetivo claro ou velado de desestabilizar emocionalmente e profissionalmente a vítima.

Dessa forma, o assédio moral é um fenômeno multifacetado e perverso, que compromete a saúde do(a) trabalhador(a) e também reverbera nas organizações, pois as vítimas, frequentemente, desenvolvem sofrimento psíquico, como: ansiedade, depressão, crises de pânico, irritabilidade, dificuldade de concentração e insônia, entre outros fatores físicos e emocionais.

Portanto, este artigo tem como objetivo central refletir sobre e suas implicações diretas e indiretas na saúde mental dos(as) trabalhadores(as),

bem como os impactos sociais decorrentes dessas práticas, analisando suas causas estruturais, manifestações e consequências para a saúde mental e para a sociedade em geral. Pretende-se, ainda, refletir sobre mecanismos de enfrentamento e prevenção, a partir da literatura e das discussões empreendidas no Seminário.

Desse modo, é oportuno destacar que o referencial teórico está fundamentado nos estudos desenvolvidos por Freitas (2018), Lopes e Diniz (2004), Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020), Schwaab *et al.* (2022), Santos (2025), que discutem a temática do assédio moral em seus aspectos conceituais e legais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, consubstanciada em estudos exploratórios, que permitiram compreender de forma contextualizada as causas e consequências do assédio moral no ambiente do trabalho, os impactos para as vítimas, além de refletir sobre as estratégias de prevenção e enfrentamento.

Em tempo, destacamos que este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução; a segunda: a metodologia; a terceira: diz respeito à discussão teórico-conceitual sobre a temática, subsidiada nos textos sugeridos e em outros; a quarta apresenta a descrição e apresentação do Seminário, assim como, as reflexões tecidas acerca dessa temática, tão emergente em nossa sociedade; e, por fim, apresentamos as considerações finais em articulação com os objetivos propostos nesse estudo.

2 Metodologia

Este estudo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica, a partir dos trabalhos de Schwaab *et al.* (2022), Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020), Santos (2025), considerando os textos disponibilizados para o II Seminário, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), entre outros autores que também fundamentaram as reflexões aqui apresentadas.

A pesquisa bibliográfica é imprescindível para a construção de um trabalho científico fundamentado teoricamente, em conformidade com Gil (2008, p. 75), é uma metodologia que “[...] se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado”.

Desse modo, configura-se como uma metodologia de pesquisa que subsidia teoricamente as investigações, consubstanciadas em estudos exploratórios ou descritivos, pois permitem uma ampla visão da problemática que revela a forma como a temática está sendo investigada no campo acadêmico. Cabe ressaltar que o assédio moral no trabalho transcende um mero conflito pessoal, constituindo-se como um problema social, organizacional e de saúde pública.

Assim, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o assédio moral, na perspectiva conceitual, suas consequências, os mecanismos de enfrentamento e de prevenção, a coleta de dados foi realizada, a partir uma revisão bibliográfica considerando os textos disponibilizados no seminário e outros que abordam essa temática.

Nesta direção, a metodologia utilizada tem intrínseca relação com o tema abordado, visto que, emerge de discussões que necessitam de reflexões aprofundadas, a partir da análise dos estudos já realizados, considerando o rigor científico e a ética acadêmica.

3 Assédio moral no ambiente de trabalho: breves considerações

O assédio moral no ambiente de trabalho se constitui como uma forma de violência que pode ser sutil, porém profundamente destrutiva, onde o assediador busca fragilizar a vítima, o que afeta não apenas as pessoas que são vítimas dessas ações, mas os diferentes grupos sociais em que ela interage, principalmente a família.

No contexto contemporâneo, o mercado de trabalho é marcado pela intensificação das exigências de produtividade e competitividade, assim, o assédio moral tem se tornado uma problemática crescente e complexa. Ao atingir a dignidade e o equilíbrio emocional das pessoas, tais práticas reverberam na saúde mental dos(as) trabalhadores(as) e, por extensão, na qualidade das relações sociais e institucionais.

Historicamente, as relações de trabalho foram moldadas por uma lógica de subordinação e dominação. No contexto da revolução industrial, o trabalhador era visto como uma extensão da máquina; no contexto contemporâneo, a exigência de performance e excelência contínua reproduz novas formas de coerção psicológica.

De acordo com Lopes e Diniz (2004, p. 645), “embora o assédio não seja um fenômeno novo, somente a partir dos anos 80 tem sido

abordado, principalmente nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa”.

As autoras reiteram que o termo ganhou notoriedade a partir das pesquisas da psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2002), que compreende o assédio no trabalho como qualquer conduta abusiva manifestada através de gestos, palavras, comportamentos e atitudes que atentam, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica de uma pessoa.

No Brasil, o tema começou a ganhar visibilidade no início dos anos 2000, impulsionado por estudos que associavam o sofrimento psíquico no trabalho às novas formas de gestão empresarial, marcadas por competitividade, individualismo e desumanização das relações. Segundo Freitas (2018), o assédio moral está vinculado à cultura organizacional e às estruturas hierárquicas que naturalizam a violência simbólica como instrumento de controle.

Entretanto, de acordo com a exposição de Suzart (2025), o assédio não parte apenas de figuras de autoridade, podendo ocorrer em qualquer direção dentro do organograma organizacional. Assim, é necessário desmistificar a ideia de que o assédio surge apenas nas relações hierárquicas.

Do ponto de vista jurídico, o assédio moral é compreendido como uma violação dos direitos fundamentais da pessoa, previstos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, incisos III, V e X, que garantem a inviolabilidade da integridade psíquica, o direito à indenização por dano moral e a intimidade.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), tipificou expressamente o assédio moral em seu art. 223-E, caracterizando-o como a “exposição do trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções”.

No entanto, apesar da implementação das Leis, o estudo realizado por Santos (2025, p. 13) através de uma análise documental nos marcos legais brasileiros, revelou que o assédio moral no Brasil, “[...] representa um problema estrutural que alimenta a impunidade e a fragilidade das vítimas, principalmente devido à baixa denúncia e à falta de confiança nos meios de apoio”.

Por se tratar de um fenômeno complexo multifacetado, muitas vezes velado e/ou manifestado, por meio de condutas podem parecer banais. Entretanto, acontecem de maneira recorrente, que em alguns casos,

as vítimas não conseguem identificar ou ficam tão constrangidas, que não buscam apoio para coibir essas práticas.

De acordo com Suzart (2025), a vítima, inicialmente, se sente surpresa e indignada com as primeiras manifestações de assédio, tenta compreender o que está acontecendo, muitas vezes atribuindo a culpa a si mesma. Nesta fase, é comum a busca por diálogo, na expectativa de que seja um mal-entendido, caso as condutas nocivas persistam, o organismo entra em estado de alerta, e surgem os primeiros sinais de adoecimento.

Para Schwaab *et al.* (2022, p. 102), “o assédio moral no trabalho (AMT), embora tenha acontecido em todas as épocas, vem crescendo na atualidade, já que se deu maior visibilidade para este fenômeno através de pesquisas [...]”. Assim, de acordo com as autoras os estudos sobre a temática explicitaram o quanto o AMT pode ser nocivo para a saúde dos(as) trabalhador(as), a curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, Santos (2025, p. 4) afirma, que “o assédio moral no ambiente de trabalho é um problema complexo, que reverbera em diferentes aspectos da vida do trabalhador, alcançando desde o espaço profissional até o ambiente familiar”. Dessa forma, o assédio moral pode ser caracterizado por ações repetitivas que visam desestabilizar emocionalmente o(a) trabalhador(a), os efeitos nocivos dessas práticas refletem na vida das pessoas de modo geral, inclusive no contexto familiar.

Corroborando com essa ideia, Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020, p. 3) apontam que “as consequências do AMT são inúmeras e recaem, em primeira instância, sobre a vítima, em todos os domínios de sua vida, mas repercutem no nível organizacional e social”. Assim, o sofrimento provocado por essas experiências não se limita ao espaço laboral, se estende ao convívio familiar e social, comprometendo as redes de apoio.

Nessa perspectiva, Santos (2025, p. 9), reitera que “o assédio moral no trabalho vai além de prejudicar o indivíduo, afetando também o funcionamento das organizações, como se vê no aumento de pedidos de transferência ou demissão”. É oportuno ressaltar, que além dos danos à saúde, as vítimas dessas experiências nocivas sofrem profundas perdas em sua vida social e familiar, tornando-se mais isoladas e com dificuldade de se relacionar, o que gera um ciclo de sofrimento.

Portanto, o assédio moral no trabalho configura-se como uma grave violação dos direitos dos(as) trabalhadores(as), caracterizada pela exposição prolongada e repetitiva do trabalhador(a) situações humilhantes e constrangedoras no exercício de suas funções, que pode se manifestar de

forma direta tais como insultos, humilhações públicas ou indireta como a exclusão social e atribuição de tarefas impossíveis.

Em suma, as relações de poder são inerentes às organizações, mas tornam-se abusivas quando ultrapassam os limites da ética e do respeito, nos casos mais graves e prolongados, as consequências podem ser irreversíveis.

De acordo com, Schwaab *et al.* (2022), a vítima revive o sofrimento através de flashbacks e pesadelos, se isola e evita qualquer coisa que lembre o ambiente de trabalho. Desse modo, é possível inferir que as vítimas de assédio se sentem esgotadas física e emocionalmente, desenvolvendo um distanciamento mental em relação ao trabalho.

3.1 Mecanismos de enfrentamento e prevenção do AMT

Diante do exposto, o assédio moral é um problema multifacetado que atravessa a vida da pessoa em diferentes dimensões. Sendo assim, o enfrentamento à essas práticas, requer estratégias de combate preventivas, interventivas e reparatórias, por meio de ações integradas entre organizações, Estado e sociedade civil.

No contexto brasileiro, de acordo com Santos (2025, p. 5), “o marco legal brasileiro tem avançado na tentativa de coibir o assédio moral e outras formas de violência no ambiente de trabalho, com legislações específicas que buscam proteger a dignidade do trabalhador”. Assim:

O artigo 146-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluído pela Lei nº 14.811/2024, caracteriza o assédio moral como a prática de intimidação sistemática, intencional e repetitiva, seja por meio de violência física, psicológica ou outras formas de humilhação, incluindo ações verbais, morais, sexuais ou virtuais (Brasil, 2024). [...], a Lei nº 14.457/2022, conhecida como Programa Emprega + Mulheres, embora não trate diretamente do assédio moral, estabelece medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no trabalho (Brasil, 2022 *apud* Santos, 2025, p. 4).

Nessa perspectiva, é necessário fortalecer a rede de apoio às vítimas, assegurando-lhes acesso à saúde mental, ao amparo jurídico e à garantia de que suas vozes serão ouvidas, pois são afetadas nos aspectos subjetivos, psicossociais e de saúde. Assim, acompanhamento médico e psicológico é fundamental para a reabilitação ocupacional. No entanto, Santos (2025) reflete sobre os desafios dessas ações no contexto brasileiro:

[...] para travar o enfrentamento ao assédio moral no Brasil é necessário superar as barreiras que vão desde o medo e a falta de confiança das vítimas até as limitações do sistema judicial e os entraves culturais e estruturais. As organizações precisam adotar canais de denúncia anônimos, acessíveis e confiáveis, junto a investigações rápidas e transparentes, além de garantias contra retaliações. Ao mesmo tempo, é importante estabelecer políticas corporativas, treinamentos para líderes e equipes e, realizar auditorias imparciais, além de prover apoio psicológico às vítimas e investir em ações preventivas [...] (Santos, 2025, p. 13-14).

Assim, os mecanismos de enfrentamento e prevenção dos impactos do assédio moral, incluem a implementação de políticas institucionais de ética e respeito mútuo, com a criação de canais de denúncia seguros e confidenciais para que as vítimas se sintam seguras e acolhidas na busca de apoio ou para denunciar posturas abusivas.

Nesse viés, Suzart (2025) destacou que os desafios e as limitações no combate ao assédio moral estão a subnotificação, na dificuldade de comprovação e na falta de preparo gerencial. Portanto, é fundamental que o(a) trabalhador(a), ao se identificar como vítima, documente os fatos, registrando por escrito, com datas, locais, testemunhas e a descrição dos episódios; busque apoio, converse com colegas de confiança, familiares; procure assistência psicológica; e formalize a denúncia.

No que concerne aos impactos na família e a importância dos mecanismos de enfrentamento, Schwaab *et al.* (2022), realizaram um estudo de caso com quatro trabalhadores formais que sofreram AMT e quatro familiares (duas esposas, uma mãe e uma irmã), com o objetivo de analisar as vivências e consequências do assédio moral no trabalho para o sujeito e os possíveis impactos em sua família.

Os resultados evidenciaram que o assédio moral no trabalho reverberou em todo o núcleo familiar, além dos impactos físicos, psicológicos e sociais para os trabalhadores assediados. Diante de tais impactos, o estudo destacou, ainda, a importância da escuta e apoio psicológico aos trabalhadores que sofrem violências no ambiente de trabalho.

Dito isso, podemos refletir que o enfrentamento requer mudança cultural e institucional, uma vez que, estratégias pontuais são insuficientes, pois precisam de uma abordagem sistêmica e preventiva, pois assédio moral é um problema multifacetado que exige respostas integradas.

Dessa forma, investir em prevenção e apoio é uma obrigação ética e estratégica das organizações laborais em articulação com as políticas

públicas. Além disso, é fundamental que as organizações promovam uma cultura de cuidado, reconhecendo a saúde mental como parte integrante da sustentabilidade das instituições.

3.2 Descrição e apresentação do Seminário

As discussões do II Seminário intitulado “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização consequências dessas práticas para a sociedade”, apresentado pela professora Nayana Suzart, abordou o conceito multifacetado do assédio moral, destacando não apenas suas nuances, mas as consequências para a vida das pessoas e os desafios para o enfrentamento.

Desse modo, ao contextualizar as diferentes manifestações do assédio moral e as consequências na sociedade, cada vez mais frequente na contemporaneidade, ela nos convida a refletir sobre essas ações.

Suzart (2025) destacou, ainda, as características do assédio moral que ocorre de maneira repetitiva e sistematizada com o objetivo de humilhar e desestabilizar a vítima, por meio da assimetria de poder, que, de acordo com a Cartilha do Ministério do Trabalho (2025), se manifesta em diferentes modalidades: vertical descendente, considerado o mais comum e grave quando é praticada nas relações hierárquicas, por um superior hierárquico, como um chefe ou empregador, em direção a um subordinado; horizontal que ocorre entre colegas de mesmo nível hierárquico, sem relação de subordinação; e o misto quando partem tanto dos superiores quanto dos subordinados.

Adentrando nas discussões, salientou que alguns grupos historicamente já sofrem discriminação social tais como a comunidade (LGBTQIA+), as pessoas negras. Nesse movimento, Suzart (2025), ressaltou que os impactos do assédio moral na saúde mental são profundos, progressivos e podem ser devastadores, pois a exposição prolongada ao estresse tóxico e à violência psicológica desencadeia uma série de reações que afetam a integralidade do indivíduo.

Por fim, a professora Suzart (2025) ressaltou que os efeitos psicossociais do assédio moral no trabalho são vários como: ansiedade, depressão, burnout, insônias, cefaleia, idealização de suicídio, e, como vínhamos discutindo ao longo do texto, não ficam restritos na esfera laboral, também atravessa a vida da vítima nas outras esferas sociais.

Considerando essa problemática, os estudos no campo da Psicologia, tem enfatizado a importância do acompanhamento psicológico, a fim de que o(a) trabalhador (a) possa ser ativamente escutado em seu processo de sofrimento, ocasionado pelo assédio moral. No processo terapêutico, a vítima pode reelaborar os impactos ocasionados pelo assédio, a fim de buscar novas formas de se relacionar, subjetivamente e intersubjetivamente, com o problema enfrentado.

Contudo, a educação tem um importante papel na prevenção do assédio moral, por meio da conscientização dos impactos dessas práticas para a vida das pessoas. Assim, conforme Dias e Moreno (2023, p. 886), para combater a cultura do assédio é necessário além da legislação, “[...] a implementação de programas de educação e treinamento nas organizações, nas escolas públicas desde a educação básica, campanhas de conscientização pública e promoção de ambientes de trabalho saudáveis e respeitosos”.

Desse modo, as narrativas da expositora do seminário suscitaram reflexões acerca da temática, sobre os efeitos psíquicos e sociais envolvidos, as principais formas de manifestação, os impactos sobre o trabalhador e a organização, e as propostas de intervenção que combinam políticas organizacionais, formação, acompanhamento psicológico, além dos aspectos legais.

5 Considerações finais

O assédio moral no ambiente de trabalho revela-se como uma das formas mais cruéis de violência psicológica na modernidade. Como demonstrado ao longo deste artigo, suas práticas são variadas, e de alto poder destrutivo, minando sistematicamente a dignidade e a saúde mental dos(as) trabalhadores(as). As consequências vão, desde transtornos de ansiedade e depressão, até a síndrome de burnout e o suicídio. Portanto, não são meros “estresses” ocupacionais, mas doenças graves, diretamente vinculadas às condições de trabalho degradantes.

Considerando a complexidade da temática, é importante diferenciar o assédio moral de outras formas de conflito. Um desentendimento isolado ou uma crítica construtiva e bem-intencionada não se configuram assédio, pois como podemos perceber, a centralidade do assédio moral está na repetição e na duração das condutas hostis, que criam para a vítima uma situação de violência psicológica insustentável.

Assim, as reflexões realizadas neste estudo, permitiram concluir que o AMT, constitui-se por práticas enraizadas em culturas organizacionais que não respeitam o bem-estar das pessoas. O enfrentamento ao assédio moral não é uma tarefa simples, mas urgente e necessária.

Desse modo, é imprescindível que as organizações saiam da posição de conivência ou omissão e assumam sua responsabilidade na criação e manutenção de ambientes laborais seguros, éticos e saudáveis. A implementação de políticas preventivas, a educação continuada e a punição exemplar dos assediadores são passos fundamentais.

Por fim, é necessário fortalecer a rede de apoio às vítimas, assegurando-lhes acesso à saúde mental, ao amparo jurídico e à garantia de que suas vozes serão ouvidas, por meio de um esforço coletivo, envolvendo empregadores, empregados, Estado e sociedade, será possível transformar os espaços de trabalho em locais de realização pessoal e profissional, e não de sofrimento e destruição psíquica.

Referências

BRASIL, [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição.htm. Acesso em: 10 de set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] para dispor sobre a reforma trabalhista. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17728053>. Acesso em: 10 de set. 2025.

DIAS, J. E. da S.; MORENO, B. S. Assédio moral: teoria, revisão e reflexões. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. v.9. n. 08. ago. 2023. ISSN - 2675 – 3375, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10880/4645>. Acesso em: 03 de out. 2025.

FREITAS, M. E. de. **Assédio moral e violência nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

Lopes, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. **Texto Contexto Enferm**. 2004 Out-

Dez; 13(4):643-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/KnYprfvp9nxjDGnnCzgg5kP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 de set. 2025.

GONCALVES, J; SCHWEITZER, L; TOLFO, S de R. Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.** vol.13 no.1. Belo Horizonte jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais2020130105>. Acesso em: 11 de set. 2025.

Lopes, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. **Texto Contexto Enferm.** 2004 Out-Dez; 13(4):643-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/KnYprfvp9nxjDGnnCzgg5kP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 de set. 2025.

SCHWAAB, K. *et, al.* Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 74, p. 101-116, dezembro 2022. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/691>. Acesso em: 03 de out. 2025.

SANTOS, M. M. dos, Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos. **Revista Foco**, v. 18 n. 5, e 8493, p. 01-16, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8493>. Acesso em: 12 de set. 2025.

CAMPONESES EM TENSÃO: EXPRESSÕES DO ASSÉDIO MORAL COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO DE PODER

Maria Cremilda Lima Santos
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
cremildappgies@gmail.com

Maria Madalena Mota de Araújo
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
madalenageo@yahoo.com

Janeide Bispo dos Santos
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
jabsantos@uneb.br

RESUMO: Este artigo resulta das leituras e reflexões tecidas a partir do II Seminário: “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade”, realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) com objetivo de ampliar as discussões a respeito desta temática. Direcionado para a realidade do espaço rural brasileiro, o assédio moral é compreendido como parte das contradições estruturais que atravessam o mundo do trabalho no campo e trazem implicações para a organização coletiva e a luta camponesa. A perspectiva metodológica baseia-se na abordagem qualitativa de caráter bibliográfico tendo em vista o estudo dos textos apresentados no II Seminário, adota-se o materialismo histórico-dialético como teoria e método de investigação. O debate e reflexões resultantes do Seminário apresentaram significativas contribuições no âmbito da informação e do conhecimento, contribuindo para a visibilidade de um tema atual e necessário enquanto fator de risco à saúde e integridade dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio moral. Trabalho. Campo

1 Introdução

Este artigo, origina-se das reflexões feitas pela professora Dra. Nayana Sepúlveda Suzart durante o II Seminário: “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: contextualização e consequências dessas práticas para a sociedade” realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/ Campus XI, em vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco, sob mediação da professora Dra. Ivonete Amorim. As discussões em torno do tema evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão sobre as múltiplas formas de assédio moral presentes no mundo do trabalho, manifestando-se tanto em empresas públicas quanto privadas, ou seja, em diferentes organizações sociais e produtivas. Esse fenômeno, longe de se restringir aos espaços corporativos urbanos, também atravessa a realidade dos trabalhadores rurais, revelando-se como uma prática que perpassa distintas esferas laborais e que se expressa de maneira particular nas relações de poder, hierarquia e exploração que marcam o cotidiano desses sujeitos.

No contexto do II Seminário foi abordado a importância da dimensão do trabalho na vida das pessoas e é nesse espaço, que surge as diferentes manifestações do Assédio Moral, enquanto práticas marcadas por atitudes silenciosas que são estruturalmente naturalizadas no âmbito das relações de trabalho e que geram consequências que prejudicam a saúde física e mental, gerando impactos que afetam as relações familiares. Nota-se que o significado de trabalho abordado se enquadra enquanto condição de alienação, espaço de relação desigual da sociedade burguesa, na qual existe os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Nesse sentido, o Assédio Moral representa a negação de direitos e uma manifestação de agressão marcada pela humilhação e descontrole emocional, típico da sociedade capitalista. A partir das reflexões, foram representadas as diferentes formas e consequências do Assédio Moral, evidenciando sobretudo o quanto estão presentes por meio de práticas e ações muitas vezes invisibilizadas.

A realização do II Seminário possibilitou importantes reflexões acerca da importância da compreensão do assédio moral e suas diferentes manifestações. A abordagem realizada pela palestrante foi focada na informação e no conhecimento dos sentidos e significados, nas características, nas diferentes manifestações e nas consequências do assédio moral para vida do trabalhador. Ao abordar o tema, ficou evidente que o Assédio Moral interfere na saúde física e mental dos sujeitos, ao tempo que

se faz cada vez mais presente na sociedade, pois trata-se de uma questão de saúde de dimensão individual e coletiva proveniente do modo operandi da sociedade burguesa. Assim, diante das formas violentas que atravessam a sociedade, foi necessário tornar crime a prática de assédio moral, fato que exige da sociedade a compreensão das formas de expressão desta violência e a denúncia para uma punição pelo Ministério Público do Trabalho.

Nesta dimensão, as ideias abordadas no seminário destacam a importância dos processos educativos para reconhecimento e denúncias do Assédio Moral enquanto campo ideológico que revela numa ação concreta de enfraquecimento e desmobilização da classe trabalhadora. No contexto da vida dos sujeitos do campo, o Assédio se manifesta de forma estrutural e histórica, uma vez que ao longo da história os conflitos e negação de direitos fazem parte da história de vida dos camponeses como herança do período da escravidão, logo, o controle e domínio de uma classe sobre a outra não se concretiza apenas por mecanismos materiais, mas subjetivos, por meio dos quais se detém a capacidade de intimidar, silenciar, desmobilizar pessoas e instituições, demarcando assim as contradições que permeiam a vida dos trabalhadores.

O presente texto apresenta as principais ideias e concepções do Seminário acerca do Assédio Moral no Trabalho (AMT), destacando os principais tipos, características e consequências para as instituições e saúde física e mental das vítimas. Foi apresentado os limites e desafios no âmbito da legislação brasileira, demarcando assim os mecanismos de defesa e enfrentamento ao AMT enquanto ações historicamente naturalizadas.

2 Metodologia

Este artigo está pautado na abordagem qualitativa de caráter bibliográfico tendo em vista o estudo dos textos apresentados no Seminário, a partir das ideias da palestrante Professora Dra. Nayana Sepúlveda Suzart, das reflexões geradas a partir dos diálogos fomentados no mesmo, buscando construir interfaces de análise a partir da percepção da problemática do Assédio Moral, concebido não apenas como uma prática individualizada no ambiente de trabalho, mas como uma expressão concreta das contradições sociais que atravessam as relações de classes.

Ao situar o AMT, no campo das disputas históricas entre capital e trabalho, busca-se evidenciar que ele não pode ser entendido isoladamente, mas sim como parte dos mecanismos de controle, exploração e dominação

que estruturam a sociedade capitalista. Para tanto, adota-se o materialismo histórico-dialético como teoria e método de investigação, permitindo interpretar o fenômeno em sua totalidade concreta, ou seja, articulado às determinações econômicas, políticas e sociais que o produzem e o reproduzem.

Desse modo, a construção dialógica da temática constitui-se em uma fundamentação teórica e metodológica que reconhece a complexidade do objeto investigado, sendo sustentada pela abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2007), esse tipo de estudo possibilita uma análise aprofundada das relações, características e processos sociais, ao captar sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Nessa perspectiva, ao privilegiar a compreensão da realidade social em sua densidade, articula-se de forma consistente ao materialismo histórico-dialético, pois, conforme Kosik (1976), a dialética não concebe as formas cristalizadas do mundo material como entidades originárias ou independentes, nem tampouco aceita o pensamento comum e as representações sociais em sua aparência imediata. Pelo contrário, ambos são submetidos a uma análise crítica que desfaz a ideia de naturalidade dessas formas, revelando-as como construções históricas, mediadas e derivadas da práxis social da humanidade.

Nessa perspectiva, compreende-se que fenômenos como o AMT não podem ser interpretados apenas como comportamentos individuais ou desvios de conduta, mas como expressões concretas de relações sociais historicamente produzidas. Ao desvelar seu caráter não natural, mas construído no interior das contradições do modo de produção capitalista, torna-se possível situar o AMT no âmbito das lutas de classes, entendendo-o como mecanismo de manutenção da exploração da força de trabalho, tanto nos espaços urbanos quanto no ambiente camponês.

O seminário, enquanto gênero discursivo, atende aos critérios comunicativos do campo acadêmico, promovendo a construção coletiva do conhecimento e a troca de saberes de forma organizada. Desse modo a palavra seminário, de origem latina pode ser entendida como “semente,” Camin (2023), compreendida como uma oportunidade de semear novas ideias que uma vez lançadas, germinam novos conhecimentos potencializando a disseminação de produções científicas. Nesse sentido, para melhor compreensão do tema exposto, foi feito um estudo bibliográfico e conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica tem como vantagem a possibilidade de oferecer ao pesquisador uma visão mais ampla dos fenômenos, ultrapassando os limites de uma investigação direta e

pontual. No caso da problemática do AMT esse recurso metodológico permite acessar um conjunto diversificado de análises, interpretações e experiências já sistematizadas, ampliando a compreensão de como essa prática se manifesta em diferentes contextos. Dessa forma, torna-se viável identificar padrões, recorrências e especificidades que ajudam a situar o Assédio Moral, como parte das contradições estruturais que permeiam as relações de trabalho no campo.

3 Assédio moral no trabalho: reflexões do seminário e conexões com a realidade do campo”

A palestrante professora Dra. Nayana Sepúlveda Suzart iniciou a sua explanação falando do trabalho como um viés de extrema importância para a vida humana, mas abordou a concepção de trabalho enquanto espaço de realização da atividade remunerada. Neste sentido, não se trata de trabalho enquanto dimensão ontológica desenvolvida por Lukács (2012), mas enquanto alienação Marx (2018), na condição de separação do trabalhador de si mesmo, do produto do seu trabalho e do processo produtivo. Isto acontece quando o trabalho se torna um meio para a subsistência direcionado por relações de mando e obediência, e não uma expressão da criatividade humana, resultando na perda do sentido e do propósito do trabalho. Apesar da palestrante não tratar das contradições da sociedade burguesa, nestas condições, se configura num espaço marcado por situações adoecedoras e seus efeitos repercutem para além do indivíduo, alcança também as esferas social e familiar.

Nesse contexto, a análise do AMT adquire relevância, uma vez que suas consequências não podem ser reduzidas à dimensão da saúde individual, mas devem ser compreendidas como questão de saúde coletiva e, portanto, de saúde pública. Tal fenômeno exige uma abordagem interdisciplinar, pois envolve interfaces com o direito, a psicologia, a pedagogia, a saúde e as práticas educativas, o que amplia seu alcance para diferentes áreas de pesquisa. Com base em estudos de Santos (2025), o Assédio Moral é um conjunto de práticas abusivas, repetitivas e sistemáticas que violam a dignidade do trabalhador, causando prejuízos à saúde física, psicológica, social e até econômica. Não se trata de algo recente, constitui uma prática presente e muitas vezes naturalizada nos espaços de trabalho, sendo atualmente divulgado e conhecido por meio de pesquisas e estudos que divulgam e informam sobre tais práticas. O AMT é uma forma de

violência psicológica que, de maneira insistente e repetitiva, se expressa em atitudes hostis e desqualificadoras. De acordo com Schwaab (2022), o AMT sempre aconteceu, porém, atualmente está se tornando mais visível em virtude dos estudos que vêm sendo realizados abordando esta temática. É importante destacar que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, a escravidão foi uma prática de exploração do trabalho humano que subsumia o ser humano à condição de uma bem do escravocrata. Na chamada sociedade moderna o escravo passou a ser denominado de trabalhador e ser mediada por relações de trabalho em que, durante o período que serve ao empregador, passa a fazer o que o patrão estabelece, em muitos casos, em condições análogas à escravidão, o que é considerado crime.

Neste sentido, a relação entre o assédio moral e a escravidão reside na exploração de relações de poder desiguais e na desumanização das vítimas, embora a escravidão seja a forma mais extrema, onde a autonomia é completamente negada. Ambos os fenômenos privam os indivíduos de dignidade e liberdade, sendo o assédio moral uma forma de violência psicológica que pode ocorrer em diferentes contextos laborais e a escravidão uma manifestação brutal de exploração e abuso.

As práticas de AMT podem ser diretas: como humilhações públicas, ameaças de demissão, apelidos depreciativos, tarefas vexatórias, gritos e sobrecarga de tarefas, ou sutis, como silenciamento, isolamento e retirada de autonomia, sendo frequentemente naturalizadas na cultura organizacional. Um ponto central é o medo que as vítimas têm em denunciar, por receio de retaliações, de serem estigmatizadas ou de verem a situação agravada. Não se trata de incidentes isolados, mas de um processo contínuo que destrói a autoestima, causa desgaste emocional, enfraquece a dignidade profissional e pessoal do trabalhador, seja da indústria, das empresas públicas, privadas ou do campo. Seus efeitos ultrapassam o indivíduo, alcançando sua família, abalam os laços comunitários e comprometem o ambiente coletivo, ao normalizar relações de poder marcadas pela opressão e pelo desrespeito. Isso evidencia a necessidade de organizações criarem canais éticos, seguros e efetivos para acolhimento e enfrentamento do assédio.

A palestrante do II Seminário enfatizou que o AMT não se restringe ao espaço físico da organização, podendo ocorrer também em redes sociais, grupos de mensagens ou murais, configurando situações de exposição e humilhação. Diferentemente de críticas construtivas ou avaliações razoáveis de desempenho, o assédio moral é marcado pela intencionalidade de

desestabilizar a vítima e pela sistematicidade das agressões. As vítimas, em geral, pertencem a grupos historicamente discriminados, como mulheres e pessoas negras, ou são profissionais competentes e éticos que acabam sendo hostilizados justamente por sua postura comprometida. Nesse sentido, é fundamental romper com estigmas que associam o assédio à suposta incompetência da vítima. O agressor, muitas vezes em posição hierárquica superior, atua reforçado por uma cultura institucional permissiva ao assédio.

Acrescentou ainda que, os impactos ultrapassam a esfera individual, atingindo a saúde física e mental das vítimas com sintomas como ansiedade, depressão, burnout, insônia e até ideação suicida, repercutindo no ambiente organizacional, que se torna adoecedor. Entre as consequências coletivas estão o absenteísmo, a alta rotatividade, a queda de produtividade e custos trabalhistas elevados. Por fim, a palestrante ressaltou que o assédio não é um problema isolado, mas estrutural e coletivo, afetando também as famílias, as redes sociais e a própria sociedade, ao comprometer a qualidade das relações de trabalho e de vida.

Diante disso, a palestrante enfatizou a necessidade de compreender o fenômeno de forma interdisciplinar, além de destacar a atualização da NR-1¹ que passou a incluir os riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais, tornando obrigatória a prevenção e o enfrentamento do Assédio Moral pelas organizações. Reforçou que a prevenção e o enfrentamento do AMT não são responsabilidade exclusiva do setor de RH, mas devem envolver todos os setores da organização, a partir de políticas institucionais que monitorem indicadores de saúde ocupacional e clima organizacional.

Destacou ainda os principais marcos legais que orientam esse processo: a Lei 14.457/2022, que obriga instituições a adotar medidas de prevenção ao assédio, ou seja, agora é uma obrigação. A Lei 14.811/2024, que inclui o bullying e o cyberbullying no Código Penal, reconhecendo-os como formas de violência psicológica, têm um peso jurídico dentro das organizações e a ratificação do direito a um ambiente de trabalho livre de violência e assédio. Sinalizou ainda a importância da leitura da cartilha do

1 A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) é a norma geral de segurança e saúde no trabalho, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ela estabelece disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais comuns a todas as demais NRs, como direitos e deveres dos empregadores e trabalhadores, responsabilidades de cada parte e formas de gestão de riscos ocupacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>. Acesso em set. 2025.

Ministério Público do Trabalho, intitulada: Violência e assédio moral no trabalho: perguntas e respostas, para uma melhor compreensão do assunto, a qual serviu também de base para esse estudo.

Apesar desses avanços normativos, Dra. Nayana Sepúlveda Suzart enfatizou os desafios relacionados à dificuldade de comprovação dos casos e à insegurança das vítimas em denunciar. Por fim, elencou caminhos possíveis de enfrentamento: reconhecer e registrar a situação, reunir provas, buscar redes de apoio, formalizar a denúncia e exigir os direitos previstos, reforçando que a prevenção do assédio é uma questão de democracia e de garantia do trabalho digno.

No contexto do campo, esse debate ganha contornos ainda mais complexos. Trabalhadores rurais e lideranças comunitárias que lutam por direitos à terra e a condições dignas de trabalho enfrentam não apenas o assédio interpessoal ou organizacional, mas também práticas de intimidação e perseguição vinculadas a relações de poder historicamente desiguais. Nesse cenário, o Assédio Moral pode se manifestar tanto na forma de humilhações cotidianas e exploração da mão de obra, quanto em pressões sutis ou explícitas contra aqueles que se organizam coletivamente. Assim, compreender o assédio moral não é apenas identificar suas características gerais, mas também reconhecer como ele atravessa os ambientes rurais, reforçando desigualdades e adoecendo sujeitos que já se encontram em situação de vulnerabilidade social e política.

4 A invisibilidade do Assédio Moral em contextos rurais e as representações das lutas e resistências dos trabalhadores

Nos últimos anos as relações de trabalho se modificaram, o processo de internacionalização econômica transformou a dinâmica produtiva da sociedade capitalista que traduz os mecanismos de controle da classe dominante. Assim, o Capital hegemônico se apropria da terra, explora e destrói a natureza, para atender as demandas de produção provocando impactos na vida dos povos do campo. Nesse contexto, a trajetória da vida e trabalhadores do campo é marcada por diversos conflitos, desigualdades, lutas e resistências.

Diferentes práticas de Assédio Moral, são reproduzidas, invisibilizadas ou até naturalizadas no campo, este espaço enquanto dimensão da vida, é marcado pelas relações de poder desiguais, exploração e luta de classe, pois ao deter o acesso aos meios de produção, a sociedade é

dividida em classe dominante e classe dominada, fato que revela a dimensão desigual de acesso à terra, explorados e exploradores, vítimas de um sistema que segrega e nega direitos mínimos aos povos do campo.

Nesse contexto, ao longo da história, o território brasileiro teve sua base latifundiária marcada pela concentração de terras e expropriação dos pequenos produtores, o que resultou nos conflitos e lutas pela terra até os dias atuais, expressando as históricas desigualdades e consequentemente as representações de poder e resistência por meio dos conflitos da sociedade. O direito a terra se constitui na base da desigualdade, levando a existência de movimentos diversos de organizações sociais pela reforma agrária brasileira, dentre eles a Movimento Sem Terra (MST), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ambos reivindicam em seus movimentos e articulações justiça social e redistribuição da Terra enquanto direito essencial para construção da vida com dignidade e respeito de uma sociedade democrática. Nessa conjuntura, o cenário agrário brasileiro caminha na contramão da garantia de direito e respeito, vez que as transformações e modernização no campo prático e ideológico apontam para aumento do desemprego, êxodo rural, conflitos com povos tradicionais e desrespeito com a natureza.

As atuais condições desiguais no projeto de sociedade que se vê atualmente para os povos do campo, se justificam a partir das relações de trabalho no espaço rural na base da informalidade, vulnerabilidade e condições precárias de trabalho. Trata-se de uma realidade marcada pela insegurança, controle de uma classe sobre a outra, o que contribuiu para a invisibilidade dos sujeitos que a partir da exploração da força de trabalho tiveram suas vidas marcadas por realidades contraditórias de negação de direitos dominados por uma estrutura que controla os meios de produção. Tais condições constituem mecanismos de perpetuação do controle sobre os trabalhadores e reforçando as injustiças e desigualdades do campo.

No contexto apresentado, o Assédio Moral segundo (Soares *apud*, Santos, 2025), possui múltiplas causas e pode ser interpretado sob diferentes perspectivas. Assim a compreensão do Assédio Moral no contexto dos espaços rurais perpassa pela história de vida dos camponeses constituídas por lutas, sendo estas perpetuadas pela negação de direitos trabalhistas e intensificadas pela dinâmica econômica da sociedade capitalista que explora e aliena a classe trabalhadora, revelando as ideologias de uma sociedade de classe, que em nome do lucro explora força de trabalho, amplia desigualdades e problemas sociais.

As pesquisas no Brasil acerca do AMT apresentam-se crescentes nos últimos anos, constituindo significativa importância para sociedade, pois além de informar também divulgam os índices que direcionam ações e políticas que inibem ações dessa natureza. Enquanto marco legal, a legislação apresenta avanços, visto que o Assédio Moral comprovado pode resultar em punição. Nessa conjuntura, as consequências do Assédio Moral perpassam as relações de trabalho e podem provocar sérios problemas de saúde, tanto de ordem física como psicológica, afetando a vida social e familiar.

Práticas dessa natureza, não podem ser ignoradas, desconsideradas ou invisibilizadas nos espaços de trabalho, embora os mecanismos de denúncia e jurídicos não apresentem segurança e portanto, implica nos baixos números de denúncia e naturalização de ações que desrespeita, humilha e adocece trabalhadores. Para (Carvalho 2021, apud, Santos 2025, p.13), “o assédio moral, ao violar a dignidade da pessoa humana, contraria as garantias fundamentais que devem ser tuteladas pelo Estado, destacando a necessidade de medidas que promovam o respeito e a proteção do trabalhador.”

Nesse sentido, é importante valorizar os mecanismos de denúncia ou fatos que se constitua como Assédio Moral no Trabalho. Embora a legislação brasileira não represente segurança às vítimas, pois não há no âmbito jurídico legislação específica, é passível de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas e o Código Civil Brasileiro, AMT serem consideradas crimes.

Existem diferentes manifestações de Assédio Moral no âmbito das hierarquias e das dinâmicas de poder no ambiente de trabalho, conforme Santos (2025) o tipo mais recorrente e considerado mais grave é o assédio vertical descendente, no qual a violência parte de um superior hierárquico em direção a um subordinado, demarcando o abuso de poder, levando a vítima a se sentir inferiorizada diante da autoridade do agressor. Outro tipo de assédio, é o horizontal, que ocorre entre colegas de mesmo nível hierárquico, sem vínculos diretos de subordinação. De acordo com Ferreira apud Santos (2025), esse assédio se manifesta por meio de práticas como piadas depreciativas, exclusão intencional do convívio coletivo, comentários vexatórios ou hostilidades cotidianas que reduzem a autoestima depreciando a imagem do trabalhador no ambiente organizacional. Nesse caso, a violência se entrelaça na convivência cotidiana tornando ainda

mais perversa por vir de pares que deveriam compartilhar solidariedade e cooperação.

Há ainda o assédio vertical ascendente, menos frequente, mas igualmente relevante para a compreensão do fenômeno. Como explica Ferreira apud Santos (2025), ele ocorre quando subordinados direcionam condutas abusivas contra um superior, seja por meio do desrespeito sistemático às ordens, seja pela criação de situações que fragilizam a autoridade da chefia. Esse tipo de assédio, também compromete a harmonia e a integridade do ambiente de trabalho, revelando que a violência psicológica não se restringe ao exercício unilateral de poder, mas pode emergir em diferentes direções.

O Assédio Moral no campo se materializa, de modo geral, pela violência pela expropriação da terra e da natureza. Ela atinge as comunidades tradicionais em grande escala no Brasil, marcada por conflitos agrários, grilagem de terras, invasões, expulsões, ameaças e assassinatos, que vitimam especialmente povos indígenas, sem-terra e quilombolas. Segundo o Caderno Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (2024), foram registrados 2.185 conflitos no campo. Os principais responsáveis são fazendeiros, empresários, garimpeiros, madeireiros e grileiros que ameaçam a vida e os territórios camponeses.

No contexto das relações socioespaciais da vida no campo, as lutas e intensos movimentos de resistência e enfrentamento às ideologias do capital são históricas, e embora muitas objetivos tenham sido alcançados no contexto da garantia de direitos, os mecanismos dos agentes capitalistas, de desmobilização dos movimentos sociais são cada vez mais intensos, pois ao adentrar o universos dos povos do campo, o AMT não desrespeita apenas pessoas, enfraquece movimentos e desmobiliza coletivos, destruindo histórias, famílias, lugares e cultura.

5 Considerações finais

As reflexões apresentadas nesse texto direcionam para compreendermos como é comum as ações de Assédio Moral no cotidiano dos trabalhadores, constituindo assim uma realidade histórica e estrutural, que embora no Brasil não seja recente, nos últimos anos tem adquirido maior visibilidade. Nesse sentido, compreender o assédio moral no meio rural exige atenção às interseções entre desigualdade social, exploração da

mão de obra e os mecanismos de silenciamento que atingem diretamente sujeitos que se organizam em defesa da permanência digna no campo.

A atual conjuntura da realidade no campo, apresenta a perpetuação da negação de direitos e conflitos constantes de luta pela terra e respeito à vida, refletindo assim a manifestação de Assédio Moral na vida dos trabalhadores do campo, tanto no contexto individual quanto coletivo. Nota-se a importância e necessidade das mobilizações e enfrentamento dos movimentos sociais para além da luta pela terra, pois o capital que explora força de trabalho e se apropria dos direitos e da vida da classe trabalhadora é o mesmo que desmobiliza estruturas subjetivas e oprime sujeitos nos contextos de lutas.

O Assédio Moral, enquanto manifestação que desqualifica, humilha e adoce pessoas em diferentes contextos, mostra-se como uma tendência, e apresenta sérios problemas na saúde física e mental. Nesse sentido é necessário a ampliação dos mecanismos de enfrentamento a partir de canais de denúncia e prevenção de situações dessa natureza, por meio de ações e enfrentamento ao AMT. No contexto da luta no campo, o Assédio Moral é mais um desafio e violência a ser enfrentado, pois é notável que a desarticulação dos grupos e coletivos dos povos do campo se constitui como expressão de domínio e poder da classe burguesa, que se perpetua por meio de um modelo de sociedade desigual.

Diante das condições contraditórias de trabalho e sobrevivência, é necessário fortalecer as lutas e defender um novo projeto de sociedade capaz de ir além dos interesses ideológicos da classe dominante, que supere as barreiras históricas da desigualdade e opressão.

Referências

BRASIL, Violência e assédio moral no trabalho: perguntas e respostas. Redação original Sandra Lia Simón et al. Redação atualizada Danielle Olivares Corrêa et al. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2025. 54 p.

BRASIL, NR 01. Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. PORTARIA Nº 1.419, de 27 de agosto de 2024.

CAMIN, Fábio Scorsoline. **Seminários:** como planejar e apresentar. São Paulo: Centro de Apoio Editorial da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1976] 2012.

MARX, Karl Heinrich. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. 1ª reimpressão maio 2018. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza - (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Magno Muniz dos. **Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos**. Revista Foco, v. 18 nº 5, p. 01- 16. 2025.

SCHWAAB, Kieling Monteiro. et al. **Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família**. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 31 n.74, 2022 p. 101–116. Disponível em: <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.691>. Acesso em 18 de set. 2025.

ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO, REFLEXÕES, A PARTIR DO II SEMINÁRIO DO PPGIES NA UNEB- CAMPUS XI

Jéssica da Silva Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
jessicasilvasantos16@gmail.com

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
nadjanaralopes@gmail.com

RESUMO: O assédio moral no ambiente de trabalho constitui uma forma de violência psicológica de forte impacto. Este artigo resulta das reflexões do Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB), realizado em 29 de agosto de 2025, no Campus XI, em Serrinha, intitulado “Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas práticas para a sociedade”. Com base nas discussões apresentadas o trabalho objetiva analisar criticamente as múltiplas dimensões do assédio moral. Para tanto, adota-se a pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em artigos disponibilizados como material subsidiário para o evento, que abordam desde a prevalência e subnotificação dessa prática no Brasil (Santos, 2025), até seus impactos no núcleo familiar (Schwaab et al., 2022) e a necessidade de uma abordagem sistêmica sobre o fenômeno (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020). Assim, busca-se refletir sobre os desafios e caminhos possíveis para o enfrentamento do assédio moral, apontando para a relevância de políticas públicas e práticas institucionais de proteção.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Organizações. Impactos. Vulnerabilidade.

1 Introdução

O presente artigo é fruto de uma atividade vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha. A produção emerge do Seminário realizado no dia 29 de agosto de 2025, no auditório da UNEB, intitulado “*Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas práticas para a sociedade*”. O evento contou com as contribuições da Prof^a Dr^a Nayana Suzart (UNEB), que trouxe reflexões críticas sobre a complexidade do assédio moral e sua relação direta com a saúde mental dos trabalhadores.

O assédio moral no trabalho consiste em um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, que podem ocorrer de forma pontual ou repetida. Essas atitudes geram impactos profundos não apenas no contexto profissional, mas também na vida pessoal e social do indivíduo. Expor alguém a situações humilhantes pode comprometer sua saúde mental levando-o a desencadear quadros de ansiedade, depressão e outros problemas psicológicos e físicos.

Diante disto, o debate foi enriquecido ao considerar, sobretudo, os impactos do assédio moral em populações mais vulneráveis, ampliando a compreensão sobre como essas práticas violentas se manifestam em diferentes contextos sociais. Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as múltiplas dimensões do assédio moral, analisando sua ocorrência, impactos psicossociais e familiares, bem como os desafios enfrentados na denúncia e no enfrentamento desse fenômeno.

As breves reflexões aqui apresentadas possuem uma perspectiva de compreender o assédio moral no trabalho, a partir das produções científicas disponibilizadas. Nesse sentido, este artigo está dividido em quatro seções: a Introdução, a Metodologia, o Desenvolvimento — no qual são analisados criticamente textos acadêmicos sobre o tema — e, por fim, as Considerações Finais.

2 Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada na análise crítica de textos acadêmicos disponibilizados no contexto do seminário apresentado pela Prof^a Dra. Nayana Suzart. A escolha por esse tipo de investigação decorre

da necessidade de aprofundar a compreensão sobre o assédio moral no trabalho a partir de produções científicas, utilizando-as como base para uma reflexão crítica e contextualizada.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita reunir informações e conhecimentos prévios sobre determinado problema, a partir do levantamento e análise de obras publicadas em meios impressos ou digitais, funcionando como suporte essencial para o desenvolvimento de novas reflexões. É uma pesquisa de caráter qualitativa, que segundo Minayo (2007), permite uma compreensão mais profunda do universo humano e social que não podem ser reduzidos a números ou estatísticas.

Assim, a metodologia utilizada neste artigo ancora-se nas contribuições do seminário com base na exposição da Prof^a Dra. Nayana Suzart, além disso apresenta dois eixos principais: primeiro, a leitura e análise crítica dos textos disponibilizados pela palestrante; segundo a articulação desses textos com reflexões sobre o assédio moral no trabalho em grupos vulneráveis, conectando com as práticas sociais e institucionais contemporâneas.

3 Desenvolvimento

A compreensão do fenômeno do assédio moral no trabalho exige múltiplas perspectivas, uma vez que seus impactos ultrapassam a esfera individual e alcançam dimensões organizacionais, sociais e familiares, além disso sua discussão adquire caráter interdisciplinar, sendo abordada em diversos campos do saber e contextos institucionais.

Nesse sentido, a professora responsável pela palestra no seminário indicou três textos acadêmicos que serviram de base para a análise crítica aqui empreendida. Cada um deles contribui de forma singular para o aprofundamento do debate, trazendo dados empíricos, reflexões conceituais e apontamentos sobre os efeitos do assédio moral principalmente em populações mais vulneráveis.

Após a leitura e análise do material, apresentamos um diálogo com a realidade. A intenção é evidenciar como determinadas populações — como mulheres, pessoas negras, trabalhadores em situação de instabilidade econômica, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados — tornam-se mais suscetíveis a práticas de violência psicológica no ambiente de trabalho e quais os impactos que essa prática prolifera. Essa análise busca, portanto, não apenas reconhecer os impactos

individuais e familiares decorrentes do assédio, mas também compreender os fatores estruturais que sustentam e perpetuam tais práticas. Ao trazer essa reflexão, pretende-se ampliar o olhar sobre o fenômeno, conectando o referencial acadêmico às experiências concretas dos sujeitos e apontando a necessidade de políticas de proteção, acolhimento e prevenção.

3.1 Contribuições do material disponibilizado para a compreensão assédio moral

Os materiais disponibilizados pela palestrante, Prof^a Dra. Nayana Suzart, foram três textos que abordam diferentes dimensões do assédio moral: a prevalência e os impactos no contexto brasileiro, as consequências para o sujeito e sua família e uma revisão das publicações nacionais sobre o tema, com ênfase nas transformações do mundo do trabalho e na necessidade de uma visão sistêmica. Além desses textos, durante sua exposição, a professora destacou em seus slides o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como referência institucional no enfrentamento ao assédio moral, apresentando diretrizes que reforçam a importância da atuação preventiva e da responsabilização dos agressores no ambiente laboral.

O primeiro texto, de Santos (2025), com o título “*Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos*”, aborda a prevalência e os impactos do assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil. O autor destaca o elevado número de processos julgados pela Justiça do Trabalho entre 2020 e 2023, bem como a gravidade dos efeitos psicossociais dessa prática, como depressão, ansiedade e baixa autoestima. O estudo ressalta ainda os problemas da subnotificação, revelando que grande parte das vítimas opta por não denunciar por medo de retaliações ou descrença nas investigações, o que contribui para a perpetuação da impunidade.

O segundo artigo, de Schwaab, Monteiro, Guerin e Gregoviski (2022), intitulado “*Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras*”, amplia a análise ao explorar as consequências do assédio moral não apenas para os indivíduos assediados, mas também para suas famílias. As autoras evidenciam como a violência psicológica vivenciada no espaço laboral reverbera no convívio familiar, gerando conflitos conjugais, tensões parentais e alterações emocionais nos membros da família. O estudo ressalta ainda que os efeitos físicos e psíquicos do assédio — como insônia, estresse

e esgotamento — impactam diretamente a dinâmica familiar, revelando a dimensão coletiva do fenômeno.

Por fim, Gonçalves, Schweitzer e Tolfo (2020) apresentam uma revisão de publicações brasileiras sobre o assédio moral, enfatizando a atualidade das pesquisas e a diversidade de contextos nos quais esse tipo de violência se manifesta. O artigo intitulado “*Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família*”, evidencia a necessidade de uma visão sistêmica, que considere não apenas a vítima individual, mas também os aspectos organizacionais e sociais que sustentam a prática do assédio. Além disso, os autores reforçam que as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcadas pela intensificação das exigências e mudanças nos modelos de gestão, têm favorecido o crescimento desse fenômeno.

Assim, os três textos se complementam ao apresentar dados de prevalência, consequências individuais e familiares, bem como uma visão ampla das condições sociais e organizacionais que alimentam o assédio moral. Portanto, essa base teórica sustenta a análise crítica desenvolvida na subseção a seguir, com foco especial nos grupos mais vulneráveis e nas perspectivas de enfrentamento.

3.2 Reflexões críticas sobre o assédio moral em grupos vulneráveis

O assédio moral no ambiente de trabalho é caracterizado por condutas abusivas e repetitivas que atingem a dignidade, a integridade psicológica e social dos trabalhadores (Santos, 2025). Os impactos dessa violência não ficam apenas restritos ao contexto do trabalho, ela envolve as outras esferas da vida dessa vítima, das pessoas que têm relação com esse trabalhador gerando um efeito coletivo e causando impactos psicossociais na vida desse sujeito.

Em populações mais vulneráveis, como pessoas em situação de fragilidade socioeconômica, mulheres, negros e indivíduos com deficiência, os impactos tendem a ser ainda mais severos, uma vez que essas pessoas enfrentam barreiras adicionais no acesso à justiça e à proteção institucional. Os impactos do assédio moral são diversos, sérios e preocupantes, pois,

[...] de forma implícita ou explícita, pode acarretar prejuízos à saúde do sujeito, como irritabilidade, esgotamento (burnout), depressão, risco de suicídio, ansiedade, impaciência, estresse, fadiga, cansaço, insônia, diminuição da capacidade de concentração e de raciocínio, isolamento social, mudanças na personalidade, alteração de peso,

distúrbios digestivos, aumento da pressão arterial, cefaleia, entre outros” (Schwaab; Monteiro; Guerin; Gregoviski, 2022, p. 103).

Além desses prejuízos, pesquisas apontam que o assédio moral não se restringe apenas ao ambiente laboral, mas reverbera no núcleo familiar, gerando desordens emocionais, conflitos conjugais e alterações comportamentais entre os envolvidos (Schwaab; Monteiro; Guerin; Gregoviski, 2022). Assim, a violência simbólica e psicológica sofrida no trabalho ultrapassa os limites da vida profissional e impacta diretamente a vida social e familiar. “As consequências do AMT são inúmeras e recaem, em primeira instância, sobre a vítima, em todos os domínios de sua vida, mas repercutem no nível organizacional e social.” (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020, p. 3).

A legislação brasileira tem evoluído na busca de proteção para o trabalhador contra o assédio moral no ambiente laboral. Nesse contexto, “o marco legal brasileiro tem avançado na tentativa de coibir o assédio moral e outras formas de violência no ambiente de trabalho, com legislações específicas que buscam proteger a dignidade do trabalhador” (Santos, 2025, p. 5) desenvolvendo e implementando políticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento dessa forma de violência, além disso estabelece diretrizes específicas para o combate ao assédio moral no trabalho, destacando suas diferentes manifestações.

Com efeito, um exemplo desse avanço é a Lei nº 14.811/2024, que reforça que práticas de violências psicológicas tem peso jurídico (Brasil, 2024), a Lei nº 14.457/2022 (CIPA) que estabelece que todas as CIPAs devem adotar medidas de prevenção ao assédio, (Brasil, 2022) e além disso a Lei nº 14.457/2022 que estabelece medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no trabalho, com foco na proteção de mulheres (Brasil, 2022), mesmo com todo esse aparato jurídico a vítima de assédio ainda tem dificuldades para provar que sofreu essa violência e dificuldades em garantir o seu direito.

O assédio moral no ambiente de trabalho é uma prática que pode ser recorrente e silenciosa que compromete a saúde física e emocional dos trabalhadores e pode acontecer em diversos setores afetando a produtividade e o clima organizacional. Segundo Santos (2025), o assédio moral pode ser identificado em vários vieses, dependendo do enfoque dado a eles, assim ele destaca que:

Entre os tipos de assédio moral destaca-se o assédio vertical descendente, considerado o mais comum e grave. Nesse caso, a violência parte de

um superior hierárquico, como um chefe ou empregador, em direção a um subordinado, configurando uma relação de poder desequilibrada. [...] o assédio horizontal, que ocorre entre colegas de mesmo nível hierárquico, sem relação de subordinação e o vertical ascendente, embora menos frequente, é também aspecto importante para entender o assédio moral no ambiente de trabalho, ocorre do trabalhador contra seu superior. (Santos, 2025, p. 4)

Com efeito, essa classificação ajuda a identificar com mais precisão os tipos de violência que ocorrem no ambiente de trabalho o que permite uma ação mais eficaz para combater essa prática que cresce cada vez mais e que “vai além de prejudicar o indivíduo, afetando também o funcionamento das organizações, como se vê no aumento de pedidos de transferência ou demissão” (Santos, 2025, p. 9). Assim, é importante que as organizações criem canais mais éticos e seguros para que as vítimas se sintam confortáveis para denunciar quando passarem por uma situação de assédio.

Estudos também evidenciam que a subnotificação é um fator agravante, já que grande parte das vítimas opta por não denunciar por medo de retaliações ou descrença nos processos de investigação (Santos, 2025). “30% dos entrevistados disseram ter passado por algum tipo de assédio nos últimos 12 meses [...] 92% das vítimas optaram por não relatar os casos” (Santos, 2025, p. 10). Tal realidade perpetua a cultura da impunidade e dificulta a criação de mecanismos de prevenção e enfrentamento.

O trabalho ocupa uma posição de grande importância na vida do indivíduo, sendo um espaço onde se constroem papéis sociais, vínculos interpessoais e, sobretudo, identidades, além disso, “o trabalho adquire uma dimensão central na vida dos sujeitos, ocupando grande parte do seu tempo. Ademais, ele apresenta importância por ser um fator relevante na formação da identidade e na inserção social” (Schwaab; Monteiro; Guerin; Gregoviski, 2022, p. 102), nesse sentido, estar inserido em um ambiente laboral que adoece compromete não apenas o bem-estar físico e emocional do trabalhador, mas também sua capacidade de se manter integrado socialmente. A pressão constante e os conflitos vivenciados podem levar o indivíduo à exaustão, culminando, muitas vezes, em pedidos de demissão como forma de autopreservação.

Além disso, as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, marcadas por novas formas de gestão e intensificação das exigências sobre os trabalhadores, ampliam as condições de vulnerabilidade e, consequentemente, a probabilidade de ocorrência de assédio moral

(Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020). As consequências desse fenômeno são multidimensionais, afetando não apenas a saúde do trabalhador, mas também a eficiência das organizações e a coesão social.

O assédio moral gera diversas consequências que vão além da vítima, afetando, organizações e a sociedade como um todo. Nesse sentido, é preciso cada vez mais entender esse fenômeno complexo que atinge milhares de pessoas em seu ambiente laboral, assim “o AMT e suas repercussões não podem ser considerados um problema individual que encontra uma única “vítima” ou um “culpado” para sua ocorrência” (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020, p. 12), longe disso essa violência abrange vários setores sociais, e compreende-se como um problema amplo e que envolve fatores de ordem econômica, organizacional, cultural e de saúde pública (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020).

Portanto, discutir o assédio moral sob a ótica das populações mais vulneráveis é essencial para ampliar a compreensão crítica sobre o fenômeno e orientar práticas de prevenção, acolhimento e políticas públicas mais efetivas, pois “[...] as vítimas enxergam mais riscos do que vantagens ao fazer uma denúncia, o que revela falhas profundas no sistema de proteção e apoio a quem sofre assédio” (Santos, 2025, p. 10). Devido a estas implicações “reforça-se a importância da busca de ferramentas de escuta e apoio psicológico aos trabalhadores que sofrem violências no ambiente de trabalho, a fim de auxiliá-los no entendimento, na elaboração e no enfrentamento da situação vivenciada.” (Schwaab; Monteiro; Guerin; Gregoviski, 2022, p. 113).

Ao considerar os efeitos devastadores do assédio moral no trabalho, especialmente para os grupos vulneráveis, torna-se necessário refletir sobre os caminhos possíveis de enfrentamento. Nesse sentido,

[...] para travar o enfrentamento ao assédio moral no Brasil é necessário superar as barreiras que vão desde o medo e a falta de confiança das vítimas até as limitações do sistema judicial e os entraves culturais e estruturais. As organizações precisam adotar canais de denúncia anônimos, acessíveis e confiáveis, junto a investigações rápidas e transparentes, além de garantias contra retaliações (Santos, 2025, p. 13, 14).

Entre as estratégias de enfrentamento destacam-se a criação de canais institucionais seguros para denúncia, o fortalecimento de políticas de *compliance* organizacional, programas de saúde mental no trabalho e o investimento em práticas de gestão mais humanizadas. Além disso, é imprescindível promover campanhas educativas que conscientizem

trabalhadores e empregadores sobre os riscos e danos causados pelo assédio moral.

O assédio moral por ser interdisciplinar não pode ser tratado individualmente é importante fazer conexões com outras áreas do conhecimento para que possamos perceber o impacto dele na vida social das pessoas em todos espaços. Nesse sentido, a realização de pesquisas por diversas áreas é compreendido como um fator de extrema importância para a compreensão desse fenômeno complexo. Sendo assim, os autores enfatizam que:

Isso se faz necessário ao considerar que a produção constante de pesquisas pode ser útil como forma de conscientização da comunidade científica, de profissionais e da população em geral, tanto no reconhecimento da existência e das características desse fenômeno como na construção de meios efetivos de combate a essa forma de violência. (Gonçalves; Schweitzer; Tolfo, 2020, p. 13)

As pesquisas sobre AMT, não podem se exaurir, é muito importante que sejam produzidas várias pesquisas sobre essa temática, pois através delas todos podem reconhecer a existência dessa violência, como ela acontece, as suas modalidades e a partir daí se conscientizar para a elaboração de formas eficazes para combatê-lo.

4 Considerações finais

O assédio moral no ambiente de trabalho se manifesta por meio de condutas abusivas, comportamentos hostis e ações violentas que comprometem a integridade física e psicológica dos indivíduos. Apesar dos desafios recorrentes — como a subnotificação dos casos e o medo das vítimas em denunciar — é fundamental que as organizações adotem uma postura ativa e preventiva. A implementação de políticas corporativas eficazes e o compromisso com um ambiente laboral saudável são essenciais para proteger os trabalhadores e promover uma cultura de respeito e dignidade.

Diante do que foi exposto no seminário *“Assédio Moral e Saúde Mental nas Organizações: Contextualização e Consequências dessas práticas para a sociedade”*, se faz necessário que as organizações criem estratégias para construir e manter um ambiente do trabalho com respeito mútuo, equidade no tratamento dos funcionários e realizem campanhas para conscientizar os indivíduos com foco em acabar com essa violência que destrói vidas e famílias.

Embora seja uma temática que é pouco discutida, justamente por não haver denúncias por partes das vítimas, o assédio moral no trabalho vem crescendo e configura-se como uma violência que pode causar danos ao indivíduo a curto, médio e longo prazo. Assim, é de suma importância que as vítimas de assédio moral denunciem, pois dessa forma será possível realizar ações que venha diminuir esse índice altíssimo de casos. Além disso, é necessário que as universidades e centros de pesquisa ampliem os estudos sobre o tema, contribuindo para a produção de conhecimento crítico, conscientização das diversas comunidades, profissionais, gestores e a sociedade em geral sobre as graves consequências que o assédio moral causa na vida das vítimas.

Diante disso, a articulação entre teoria e prática, como evidenciado no seminário promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) apresentou-se essencial para que as discussões acerca desse tema não se esgotem, e que cada vez mais produções acadêmicas surjam com o intuito de uma maior compreensão e reconhecimento das características do assédio moral, uma vez que essa conscientização contribui para a construção de formas de combate a essa violência.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres e altera as Leis nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, nº 12.513, de 18 de outubro de 2011, nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e nº 14.151, de 12 de maio de 2021. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CLX, n. 180, p. 1, 22 set. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14457.htm. Acesso em: 16 set. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e cria a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14811.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GONÇALVES, Júlia; SCHWEITZER, Lucas; TOLFO, Suzana de Rosa.

Assédio Moral no Trabalho: uma Revisão de Publicações Brasileiras.

Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 13(1), 2020, e130105.

DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130105>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social.** In: Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007

SANTOS, Magno Muniz dos. **Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos.** Revista Foco, v. 18, n. 5, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-138>

SCHWAAB, Karine; MONTEIRO, Janine Kieling; GUERIN, Marina; GREGOVISKI, Vanessa Ruffatto. **Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família.** Nova Perspectiva Sistêmica, v. 31, n. 74, p. 101-116, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.691>

SAÚDE MENTAL DE ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO

Daiane dos Santos Ramos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
psidaianeramos@gmail.com

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
Priscila.vogel@hotmail.com

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
ctorres@uneb.br

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre saúde mental e escola do campo, destacando como as condições sociais, territoriais e materiais da zona rural influenciam o bem-estar psíquico e os processos educativos. O estudo deriva de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Ancorado nas reflexões de Boff (2002), Romanzini, Vivian e Botton (2022), Matos e Francisco (2023), Arroyo (2012), Santos (2021), Silva; Pereira (2021), Caldart (2012), Molina (2017), e Guzzo; Wechsler (2021), que demonstram os desafios e as possibilidades de cuidado relacionados à saúde mental de alunos das escolas do campo, considerando as condições estruturais, pedagógicas e socioemocionais evidenciadas pelo diagnóstico estadual das escolas do campo na Bahia. O trabalho evidencia a urgência de políticas públicas que considerem a singularidade da escola do campo e a formação de educadores preparados para lidar com as vulnerabilidades psicossociais de seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Escolas do campo. Desigualdades sociais. Subjetividade. Bem-estar.

Introdução

O presente artigo foi construído a partir das percepções e discussões promovidas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, realizado em 28 de agosto de 2025 pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, localizado em Serrinha, no Território do Sisal. O evento, mediado pela Prof.^a Dr.^a Janeide Bispo (PPGIES/UNEB), e contou com a participação da Prof.^a Núbia dos Reis (UNEB) e da Prof.^a Dr.^a Rosana Mara Chaves Rodrigues, que apresentou os resultados do processo diagnóstico realizado nos territórios de identidade do estado no Território do Sisal.

A pesquisa que fundamentou o colóquio foi estruturada a partir de leituras, amostragem estratificada PPT (Probabilística Proporcional ao Tamanho), abrangendo 27 territórios de identidade e 392 municípios, representando 94% do território baiano. Foram visitadas 778 escolas, sendo 482 em áreas comuns, 55 em quilombos, 25 em assentamentos, 4 em comunidades indígenas e 212 em áreas sem informação registrada. Os dados indicaram que 83,3% das escolas estão situadas em áreas de agricultura familiar, 4,8% em assentamentos, 4,8% em territórios quilombolas, 2,4% em áreas extrativistas e 2,4% em áreas de pasto, entre outros indicadores (Pesquisa de Campo, 2022; Censo Escolar/INEP, 2017–2023).

O colóquio constituiu um espaço de reflexão interdisciplinar sobre os desafios e potencialidades da educação do campo, destacando questões de infraestrutura, formação docente e condições de ensino. Entre os dados apresentados, observou-se que 11,5% das escolas não possuem sanitários, 27,3% não dispõem de sanitário exclusivo para estudantes, 16,2% não têm prédio próprio, e 51,1% carecem de acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD). Além disso, identificou-se a ausência de bibliotecas em 78,2% das unidades escolares, revelando desigualdades estruturais que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, torna-se pertinente discutir as implicações dessas condições na saúde mental de alunos das escolas do campo, especialmente diante dos impactos da pandemia da COVID-19, que intensificou vulnerabilidades socioemocionais e pedagógicas. Estudos apontam que o ensino remoto, mediado por tecnologias digitais foi marcado por acesso restrito e desigual (Novais Brito; Santana; Fernandes, 2020), dificultando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes.

A saúde mental é compreendida neste estudo como um processo dinâmico e coletivo, construído a partir das interações que atravessam o cotidiano das comunidades do campo, como trata Costa e Lima (2020). Nessa perspectiva, a saúde mental engloba as condições de vida, o acesso a direitos socioeducacionais e a valorização das identidades e saberes locais. Assim, na perspectiva de Guzzo; Wechsler, (2021), compreender a saúde mental nas escolas do campo implica reconhecer o papel da escola como espaço de acolhimento, pertencimento e produção de sentidos, onde se entrelaçam dimensões subjetivas, educativas e sociais.

Vygotsky (1991) destaca que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais e culturais, o que reforça a importância do ambiente escolar como espaço de mediação de afetos, aprendizagens e pertencimento. Assim, a escola do campo, conforme Caldart (2012) e Molina (2017), deve ser concebida como um espaço de resistência, identidade e emancipação, onde o processo educativo esteja intrinsecamente ligado à realidade concreta das comunidades rurais.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar, a partir de um olhar qualitativo, os desafios e as possibilidades de cuidado relacionados à saúde mental de alunos das escolas do campo, considerando as condições estruturais, pedagógicas e socioemocionais evidenciadas pelo diagnóstico estadual das escolas do campo na Bahia. A pesquisa busca compreender como o contexto rural, com suas especificidades geográficas, culturais e econômicas, repercute nas práticas educativas e nas formas de promoção da saúde mental dentro do ambiente escolar.

De modo mais específico, propõe-se compreender de que maneira as condições de infraestrutura e os recursos pedagógicos disponíveis influenciam a saúde mental e o processo de aprendizagem dos estudantes do campo, identificar fatores de vulnerabilidade e proteção presentes nas relações escolares e comunitárias, bem como refletir sobre estratégias de cuidado e acolhimento que possam ser implementadas por professores, gestores e comunidades escolares.

Ao adotar essa abordagem, o estudo busca contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação do campo e à saúde mental, ampliando o debate sobre a importância de práticas educativas comprometidas com o bem-estar emocional, a equidade e a inclusão social dos sujeitos que vivem e aprendem no meio rural.

A discussão sobre saúde mental na educação do campo é fundamental para compreender como desigualdades históricas, sociais e territoriais

interferem na formação integral dos estudantes. Embora a temática tenha ganhado visibilidade nos últimos anos, especialmente após a pandemia, ainda são escassos os estudos voltados às populações rurais e escolares do campo, que enfrentam desafios específicos de acesso, infraestrutura e apoio psicossocial.

Assim, este estudo se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre políticas e práticas de promoção da saúde mental nas escolas do campo, evidenciando experiências, desafios e possibilidades de atuação intersetorial que contribuam para o fortalecimento da educação e da cidadania no meio rural.

O levantamento inicial nas bases de Periódicos da CAPES, com os descritores “saúde mental” e “contexto escolar”, revelou 714 trabalhos publicados entre 2020 e 2024. Aplicando os filtros “acesso aberto”, “artigos revisados por pares” e “produção nacional”, restaram 119 publicações, das quais apenas 8 tratavam da temática com maior profundidade. Quando se acrescentou o descritor “educação do campo”, o número reduziu-se para 24 artigos, sendo apenas 6 diretamente relacionados ao tema, o que demonstra a lacuna de pesquisas sobre saúde mental em escolas rurais.

2 Referencial Teórico

A discussão sobre saúde mental e educação do campo requer um olhar interdisciplinar que articule dimensões sociais, educacionais e psicológicas. Segundo Boff (2002), o cuidado é um princípio ético e existencial que orienta as relações humanas e a preservação da vida; nesse sentido, o cuidado na escola do campo implica reconhecer as condições concretas em que os sujeitos vivem e aprendem.

Para Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade e diálogo, promovendo consciência crítica e construção coletiva do saber. Compreende o cuidado como o fundamento ético e existencial do ser humano, sendo ele o suporte da criatividade, da liberdade e da inteligência (Leonardo Boff, 2002). Essa perspectiva permite compreender que o cuidado com a saúde mental não se restringe ao atendimento clínico, mas envolve práticas pedagógicas que respeitam a cultura, o território e a dignidade dos sujeitos.

Segundo o autor Boff, cuidar é mais do que um ato é um modo de ser no mundo que implica responsabilidade, envolvimento afetivo e abertura à alteridade (Boff, 2002). O cuidado, nesse sentido, transcende

a racionalidade instrumental e se constitui como uma nova ética voltada para o sentido da vida, capaz de promover solidariedade e bem-viver nas relações humanas. Essa perspectiva se mostra especialmente relevante quando se reflete sobre a saúde mental no contexto das escolas do campo, onde as desigualdades estruturais e sociais exigem uma prática educativa e institucional pautada na escuta, na empatia e na corresponsabilidade. Assim, adotar o cuidado como princípio norteador das ações educativas e de saúde é reconhecer a necessidade de construir espaços de acolhimento e pertencimento que favoreçam o desenvolvimento integral dos sujeitos.

2.1 Saúde mental e contexto escolar

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) define saúde mental como um estado de bem-estar em que o indivíduo reconhece suas capacidades, lida com as tensões da vida, trabalha de forma produtiva e contribui com sua comunidade. No contexto escolar, essa dimensão se expressa nas relações interpessoais, nas práticas pedagógicas e nas condições socioambientais que cercam o processo de aprendizagem.

Durante a pandemia da COVID-19, a saúde mental de alunos e professores foi fortemente impactada. Romanzini, Vivian e Botton (2022) identificaram que o ensino remoto acentuou desigualdades educacionais, além de afetar o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças, sobretudo pela ausência de interações presenciais e da vivência coletiva que caracteriza o ambiente escolar. Novais Brito, Santana e Fernandes (2020) os obstáculos enfrentados por professoras, professores, familiares e gestoras ao tentarem conciliar as exigências do ensino remoto com a ausência de suporte técnico e de formação específica, o que compromete não apenas o alcance de aprendizagens significativas, mas também a saúde física e mental dos envolvidos.

As famílias buscaram estratégias alternativas de cuidado, como atividades ao ar livre e dinâmicas em grupo, que se mostraram fundamentais para o bem-estar infantil e a regulação emocional. De modo complementar, Fernandes et al. (2023) relataram experiências de promoção da saúde mental no ambiente escolar por meio de práticas de escuta, acolhimento e cuidado coletivo. As autoras destacam que o diálogo entre profissionais da educação e da saúde é essencial para identificar precocemente sinais de sofrimento psíquico e desenvolver estratégias preventivas no cotidiano escolar.

Oliveira et al. (2024) ampliam essa discussão ao evidenciar que a promoção da saúde mental nas escolas depende de uma colaboração intersetorial entre as políticas públicas de educação e saúde. Os autores defendem que a escola é um território privilegiado de cuidado e deve atuar articuladamente com a Atenção Psicossocial, de modo a fortalecer redes de apoio e garantir a integralidade das ações de saúde mental de crianças e adolescentes.

Nessa mesma direção, Matos e Francisco (2023) propõem que a ética do cuidado deve fundamentar as práticas educativas, enfatizando a importância das relações humanas baseadas na empatia, no respeito e na corresponsabilidade. Para os autores, o ato educativo só se torna integral quando incorpora a dimensão afetiva e ética, reconhecendo a vulnerabilidade e a singularidade de cada sujeito (Matos e Francisco, 2023).

Esses estudos convergem ao demonstrar que o ambiente escolar é um espaço estratégico de observação, acolhimento e intervenção precoce em saúde mental. O sofrimento psíquico, muitas vezes manifestado em comportamentos de desmotivação, agressividade ou isolamento, requer escuta sensível e mediação qualificada por parte dos educadores (Oliveira et al., 2024; Silva, Pereira, 2021). A presença de profissionais capacitados e o fortalecimento das redes de apoio podem transformar a escola em um ambiente protetivo, promotor de saúde e desenvolvimento.

Portanto, discutir a saúde mental dos alunos das escolas do campo significa reconhecer o entrelaçamento entre condições materiais, relações afetivas e políticas públicas, visando à construção de práticas educativas mais humanas, inclusivas e promotoras de vida.

2.2 Educação do campo: estrutura, desigualdade social e desafios

A Educação do Campo no Brasil nasceu das lutas dos movimentos sociais, que reivindicaram uma educação que respeitasse as identidades rurais e os modos de vida do campo. No entanto, persistem desafios como infraestrutura precária, longas distâncias, falta de transporte, formação docente insuficiente e ausência de políticas de saúde mental (Arroyo, 2012).

Segundo Santos (2021), o Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo, realidade que se intensificou entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. Nesse período, as grandes propriedades com mais de mil hectares passaram a concentrar 47,5% das terras do país,

enquanto os pequenos estabelecimentos, que representam mais da metade do total, ocupam apenas 2,3% da área territorial. Essa estrutura desigual reflete um modelo histórico de acumulação capitalista, no qual a terra, ao tornar-se propriedade privada, converte-se em instrumento de poder e dominação, afetando dimensões sociais como o trabalho e a educação.

Essas condições interferem diretamente na saúde mental dos estudantes, que muitas vezes vivenciam sentimentos de exclusão, desvalorização e descontinuidade escolar. O contexto rural, por vezes, reforça o isolamento social e o acesso limitado a serviços psicológicos, agravando quadros de sofrimento emocional (Silva; Pereira, 2021).

Para a autora Santos (2021), a questão agrária não se resume à posse da terra, mas se insere na lógica do modo de produção capitalista, que define as relações sociais e econômicas. Esse sistema, ao orientar políticas públicas e educacionais, reproduz desigualdades históricas e limita o acesso das populações rurais aos direitos fundamentais, incluindo uma educação de qualidade e condições dignas de vida.

Além disso, os autores Novais Brito, Santana e Fernandes (2020), ressaltam a necessidade de repensar as metodologias de ensino e de considerar os impactos das vulnerabilidades sociais sobre as famílias do campo, que vivenciam de forma mais acentuada as consequências das desigualdades no acesso à educação e aos recursos tecnológicos.

Romanzini, Vivian e Botton (2022) evidenciam que a instituição de ensino desempenha um papel insubstituível no desenvolvimento infantil, especialmente por proporcionar interações sociais e experiências coletivas que favorecem o crescimento cognitivo e emocional das crianças. Os autores ressaltam que, embora o ambiente doméstico possa ser adaptado para o aprendizado, ele não reproduz os mesmos estímulos e trocas vivenciados no espaço escolar, fundamentais para o desenvolvimento saudável na infância (Romanzini, Vivian e Botton, 2022).

Diante do exposto, é possível compreender que a Educação do Campo no Brasil reflete um cenário complexo, marcado por contradições históricas e estruturais que atravessam as dimensões sociais, econômicas e subjetivas da vida no campo. As desigualdades fundiárias e a precariedade das condições escolares não apenas comprometem o acesso e a permanência dos estudantes, como também repercutem em sua saúde mental e no sentimento de pertencimento ao espaço educativo. A ausência de políticas públicas efetivas que integrem educação e cuidado evidencia a urgência de repensar práticas pedagógicas e institucionais que valorizem a realidade

rural e promovam o bem-estar integral dos alunos. Nesse sentido, o enfrentamento dos desafios da Educação do Campo exige uma perspectiva que articule o direito a educação com o direito a vida digna, reconhecendo o cuidado como elemento essencial para a construção de uma escola mais humana, inclusiva e socialmente comprometida.

2.3 A escola como espaço de acolhimento e cuidado

Pensar a escola do campo como um espaço de cuidado e pertencimento é reconhecer seu papel central na formação integral dos sujeitos. O contato com a natureza, o vínculo comunitário e o sentimento de pertencimento podem funcionar como fatores protetivos da saúde mental (Costa; Lima, 2020).

A escola do campo, conforme Caldart (2012) e Molina (2017), deve ser compreendida como um espaço de resistência e emancipação, que articula saberes locais, práticas comunitárias e valores coletivos. Nessa perspectiva, a educação do campo ultrapassa o ensino tradicional e busca formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar sua realidade.

Costa e Lima (2020) ressaltam que o vínculo comunitário, o contato com a natureza e o sentimento de pertencimento são fatores protetivos da saúde mental no campo, favorecendo a construção de identidades saudáveis e de redes solidárias de apoio. A atuação do psicólogo escolar, quando integrada à equipe pedagógica, contribui significativamente para o fortalecimento dessas práticas, promovendo ações de escuta, mediação e prevenção (Guzzo; Wechsler, 2021).

A atuação do psicólogo escolar, quando presente, e o compromisso dos educadores com práticas inclusivas e afetivas são fundamentais para fortalecer a escuta, o diálogo e o acolhimento (Guzzo; Wechsler, 2021). Dessa forma, pensar a saúde mental na educação do campo implica compreender o sujeito em sua totalidade considerando dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais e promover ações que unam cuidado, aprendizagem e emancipação.

Assim, refletir sobre saúde mental na Educação do Campo exige uma visão integral do sujeito, que considere as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais que atravessam o processo educativo. Promover saúde mental nesse contexto significa, portanto, reconhecer o direito ao

cuidado, à escuta e à dignidade, elementos que sustentam uma educação humanizadora e comprometida com a vida e com o bem-estar coletivo.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, voltada à análise de produções científicas que abordam as Licenciaturas em Educação do Campo, as políticas de formação docente e as ações de promoção da saúde mental no contexto escolar.

De acordo com Minayo (2014), a abordagem qualitativa busca compreender a realidade social a partir dos significados, percepções e experiências dos sujeitos, permitindo uma leitura crítica e interpretativa dos fenômenos investigados. Já a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), consiste no levantamento, seleção e análise de materiais teóricos e científicos já publicados, o que possibilita o aprofundamento da reflexão sobre o tema e a identificação de lacunas e contribuições existentes na literatura. Foram analisados artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em periódicos científicos nacionais, com enfoque na educação do campo, saúde mental e formação docente. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela ampliação das discussões sobre políticas públicas e práticas intersetoriais voltadas à promoção do bem-estar escolar nos últimos anos. A análise dos dados seguiu os pressupostos da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias centrais na literatura. Foram priorizados textos que tratam do cuidado, promoção e desafios da saúde mental em contextos escolares rurais.

4 Resultados e discussão

Após a leitura das pesquisas selecionadas Boff (2002), Romanzini, Vivian e Botton (2022), Matos e Francisco (2023), Arroyo (2012), Santos (2021), Silva; Pereira (2021), Caldart (2012), Molina (2017), Guzzo; Wechsler (2021), foram discutidos a intersecção entre saúde mental e contexto escolar, o quanto a estrutura física das escolas pode ser agente de desigualdade social e a importância do espaço escolar ser um ambiente de acolhimento, afeto e cuidado, fomentando assim a saúde mental e autoestima dos estudantes, familiares, professoras, professores e comunidade, permitindo que estes sejam capazes de se desenvolverem social

e intelectualmente, além de alcançar seus próprios modos de construção de identidade e subjetividade.

Os resultados apontam que a compreensão de saúde mental entre os sujeitos das escolas do campo está fortemente relacionada às condições de vida, ao acesso a políticas públicas e à qualidade das relações interpessoais no ambiente escolar. Como destacaram Costa; Lima, (2020) que o bem-estar emocional está diretamente ligado ao sentimento de pertencimento à comunidade e ao reconhecimento de suas identidades culturais e territoriais.

Observou-se, ainda, que a escassez de recursos pedagógicos e de apoio psicossocial representa um fator de vulnerabilidade à saúde mental de estudantes e profissionais da educação. Esses achados dialogam com autores como Brito, Santana e Fernandes (2020), que destacam a ausência de suporte técnico e boa formação docente, compromete a aprendizagem e proporcionalmente a saúde física e mental dos envolvidos.

Dessa forma, os resultados evidenciam que a promoção da saúde mental nas escolas do campo requer uma abordagem ampliada, que envolva formação de professores capazes de valorizar práticas educacionais mais contextualizadas, fortalecimento das redes de apoio intersetoriais e promoção de cultura de cuidado e acolhimento, considerando o território importante para a constituição das subjetividades e do bem estar comunitário, como indicam Guzzo; Wechsler (2021).

De maneira consistente com a literatura, o autor Leonardo Boff (2002) propõe o cuidado enquanto promotor de solidariedade e boas relações humanas. Nesse sentido, espaços escolares e educacionais se tornam territórios potencialmente privilegiados para o suporte da liberdade, inteligência e criatividade.

Pela ótica de Oliveira et al. (2024), toda essa dinâmica se torna complexa e de improvável êxito sem a interlocução com setores que dialogam com as políticas públicas em educação e saúde, trazendo a saúde mental como elemento importante para estabelecimento de laços afetivos sólidos e construção de um ambiente escolar saudável.

Percorrendo ainda a esteira da saúde mental, Arroyo (2012) reflete sobre o impacto da falta de estrutura física, extensa distância geográfica até a escola, falta de transporte e a insuficiência na formação dos docentes, na saúde mental dos estudantes. Esta crítica se entrelaça a compreensão de Oliveira et al. (2024) que reconhece a intersecção entre saúde mental e condições materiais dos alunos da escola do campo. A precarização da

estrutura física e falta de recursos materiais interferem diretamente no bem estar mental dos estudantes inseridos no contexto rural, conforme aponta Silva; Pereira (2021), estes, se sentem desvalorizados, excluídos, aumentando a evasão escolar, isolamento social e por fim, aumentando o sofrimento emocional.

Para a autora Santos (2021), as relações sociais e econômicas ditadas pelo capitalismo exclui e dificulta o acesso da população rural a direitos fundamentais como a educação de qualidade.

Promover saúde mental é equilibrar práticas pedagógicas com as relações humanas, como postula Matos e Francisco (2023) que o ato educativo só é pleno quando abarca a dimensão afetiva dos sujeitos, admitindo-os como vulneráveis e singulares. Convergindo para a mesma proposição de Guzzo; Wechsler (2021) quando entendem que o compromisso dos educadores com condutas inclusivas e afetivas promovem espaço de escuta, acolhimento e fortalecimento, podendo ser avigorado com a atuação do psicólogo escolar quando presente.

A perspectiva da importância da instituição de ensino enquanto um dispositivo fundamental para o desenvolvimento saudável é trazida por Romanzini, Vivian e Botton (2022) no que tange interações sociais coletivas, sendo reforçado por Costa e Lima (2020) quando afirmam que vínculos comunitários, quando bem estabelecidos, podem proteger a saúde mental, colaborar na construção de identidades saudáveis e criar redes de apoio potentes para as pessoas do campo.

Acerca da escola do campo Caldart (2012) e Molina (2017) concordam que a mesma deve se tornar um espaço de resistência e emancipação, onde os valores coletivos e culturas locais sejam posicionados em quanto agente transformador da realidade.

5 Considerações finais

Pode-se dizer então, que a saúde mental no contexto da escola do campo não pode ser compreendida de forma dissociada das condições históricas, culturais e socioeconômicas que estruturam a vida no campo. A realidade rural, marcada por desigualdades de acesso, precarização de políticas públicas e invisibilização impacta diretamente nas dimensões emocionais e educativas dos estudantes. Diante disso, discutir saúde mental na escola do campo é, antes de tudo, reconhecer a importância do território como determinante dos modos de vida, das subjetividades e das

possibilidades de cuidado. Além disso, é necessário compreender a escola como espaço de promoção de saúde, de convivência e de pertencimento, onde o vínculo, a escuta e o acolhimento podem se constituir como práticas potentes de prevenção do sofrimento psíquico. Nesse sentido, a valorização dos saberes locais, o fortalecimento das redes comunitárias e a inserção de ações intersetoriais (educação, saúde e assistência social) tornam-se estratégias fundamentais para a construção de uma cultura de cuidado que respeite as particularidades do campo.

Por fim, se faz essencial também apontar para a urgência de políticas públicas que considerem a singularidade da escola do campo e a formação de educadores preparados para lidar com as vulnerabilidades de seus alunos. Desse modo, compreender a saúde mental na escola do campo implica assumir um compromisso ético com a vida e com o direito de existir dos povos rurais. Isso requer romper com paradigmas urbanos que ainda predominam nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas, reconhecendo o campo como espaço de produção de saber, resistência e cuidado. As escolas do campo, quando fortalecidas como espaços de pertencimento e diálogo, tornam-se lugares de esperança e transformação, que promove saúde emocional e valoriza a vida em comunidade.

Referências

- ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAHIA. Diagnóstico das escolas do campo do Estado da Bahia. Pesquisa de Campo, 2022. Relatório técnico. Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES/UNEB, Serrinha, 2022.
- Boff, L. (2002). Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2017–2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 6 nov. 2025.
- CALDART, R. S. Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão, 2012. 788p.

COSTA, A. L.; LIMA, M. F. Educação do campo e saúde mental: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 81, p. 1-14, 2020.

FERNANDES, D. E. R.; GUEDES, E. de M.; SOUZA, A. G. de; FERREIRA, I. P.; CUNHA, A. J. G. Abordagens em saúde mental para crianças no ambiente escolar: um relato de experiência. *Revista de APS*, v. 26, e262340624, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2.023.v26.40624> Acesso em; 09 nov. 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, L. F. A escola como espaço de cuidado: saúde mental e aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, n. 2, p. 221-230, 2019.

GUZZO, R. S. L.; WECHSLER, S. M. *Psicologia escolar e promoção da saúde mental*. Campinas: Alínea, 2021.

MATOS, R. da L.; FRANCISCO, D. J. Saúde mental e educação: A ética do cuidado como fundamento das práticas de promoção em saúde nas escolas. *Plurais - Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 9, n. esp.1, p. e024001, 2024. DOI: 10.29378/plurais.v9iesp.1.2.0691. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/20691>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MOLINA, M. C. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017181170> Acesso em 09 nov. 2025.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NOVAIS BRITO, Tatiane; SANTANA, Jaime de Jesus; FERNANDES, Marinalva Nunes. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e10278, 2020. DOI: 10.20873/uft.rbec.e10278. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/10278>. Acesso em: 09 nov. 2025.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Relatório mundial sobre saúde mental 2022*. Genebra: OMS, 2022.

OLIVEIRA, B. D. C. de., COUTO, M. C. V., SADIGURSCHI, G.,

SARDINHA, G. P. G., & DELGADO, P. G. G. Promoção de Saúde Mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial para o campo da Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34077, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434077pt>. Acessado 6 nov 2025.

ROMANZINI, A. V; VIVIAN, A. G; BOTTON, L. Percepções parentais sobre implicações da pandemia para a criança pré-escolar. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, e33011124900, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24900> Acesso em: 9 nov. 2025.

ROMANZINI, A. V.; BOTTON, L. T. J.; VIVIAN, A. G.. Repercussões da pandemia da Covid-19 em crianças do Ensino Fundamental. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe5, p. 148–163, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E513>. Acesso em 09 nov. 2025.

SANTOS, J. B. dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Brazilian Journal of Rural Education. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12940> Acesso em 28 ago. 2025.

SILVA, E. R.; PEREIRA, J. M. Saúde mental e vulnerabilidade no campo: um olhar sobre a infância rural. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 33, n. 4, p. 1-12, 2021.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PARTE IV

**DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO
ESTADO DA BAHIA**

EDUCAÇÃO DO CAMPO E INCLUSÃO: POR UMA ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS

Vanessa da Rocha Silva Reis
nessarreis9@gmail.com

Eva Cristina do Carmo Araújo
evacristina2110@gmail.com

Tainara da Silva Ferreira
thaysilva296@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares
mtsoares@uneb.br

RESUMO: Este trabalho é uma atividade proveniente da participação como mestrandas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e tem por objetivo tecer discussões oriundas do colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, realizado em 28 de agosto de 2025, com o conhecimento acerca da inclusão escolar e suas práticas nas escolas do campo. Com metodologia de cunho bibliográfico e a partir das informações decorrentes do colóquio, além do levantamento de dados obtidos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível ratificar a importância de políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva inclusiva nas escolas do campo, a fim promover espaços adequados, formações e um currículo comprometido com a valorização dos saberes da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Educação Especial. Inclusão Escolar.

1 Introdução

Este artigo é resultado das discussões ocorridas durante a realização de atividade promovida pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus* XI, Serrinha-BA, em 28 de agosto de 2025. Tal atividade, organizada em forma de Colóquio teve por temática “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, conduzido pela profa. Dra. Núbia dos Reis (UNEB), com mediação da profa. Dra. Janeide Bispo (UNEB/PPGIES) e apoio do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), do qual também fazem parte as autoras do presente trabalho.

O tema desenvolvido pelo colóquio é resultado de uma pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa - Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, vinculado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ao Fórum Estadual das Escolas do Campo do Estado da Bahia (FEEC), com o apoio do Governo do Estado da Bahia. O diagnóstico nasceu a partir das necessidades dos movimentos sociais. O grupo realizou uma pesquisa de cunho qualitativo, com o objetivo de mapear as escolas do campo do Estado da Bahia e subsidiar políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. Durante as discussões uma questão que chamou a atenção foi a quantidade de escolas entrevistadas que não possuem acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD). Segundo dados disponibilizados pelas pesquisadoras, na Bahia 53,1% não possuem espaços acessíveis para PCD, no território do Sisal, localizado na região do semiárido da Bahia, abrangendo vinte municípios. Ainda segundo proferido na palestra, possui 54,8% das escolas adaptadas e 45,2% sem a adaptação para receber esse público (informação verbal)¹.

Com isso, e considerando a importância de discutir a temática, o presente trabalho tem por objetivo principal, analisar as políticas e práticas de inclusão nas escolas do campo, a partir do diálogo com os documentos legais e com autores que discutem sobre o tema.

1 Reis Núbia dos. *Colóquio: Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia*, UNEB campus XI, Serrinha - BA, 28 de agosto de 2025.

2 Metodologia

Para fundamentar as reflexões construídas neste texto, além de considerar a metodologia de organização do colóquio na modalidade de palestra, esta produção considerou ampliar as discussões à luz de uma pesquisa de abordagem de cunho qualitativo e de caráter bibliográfico. Segundo Gil (2021), a revisão de literatura permite realizar uma análise do material já produzido dando suporte e aparato para as discussões realizadas. Fundamentando-se também com os dados, registros e discussões durante o colóquio.

Para esta escrita realizamos o levantamento teórico de artigos já publicados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando os anos de 2020 a 2025. Foram utilizados os descritores: educação do campo, educação especial, inclusão escolar e deficiência. Sendo encontrados cinquenta e quatro (54) trabalhos, no total, destes, apenas quatro (4) não possuem acesso aberto.

Para análise destes trabalhos, realizamos a leitura dos títulos, palavras-chave e resumo, dos quais 06 dos artigos coadunam diretamente com o tema proposto para este artigo. Gomes e Machado (2020), discutem sobre a Educação Inclusiva em uma Escola do Campo de Teresina (PI): da sala de aula regular ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), concluíram através desta, que a formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula são fundamentais para o processo de inclusão, visto que, a participação do aluno em sala atrelado ao seu acompanhamento na sala de AEE permite a quebra de barreiras no seu processo de ensino e aprendizagem.

Magalhães e Campos (2024), propõem a discussão sobre o Atendimento Educacional Especializado e práticas inclusivas em uma Escola do Campo na baixada fluminense no Rio de Janeiro, a pesquisa revelou que a elaboração do planejamento educacional individualizado quando realizado de forma colaborativa, entre os docentes e a formação continuada de professores, são suportes que possibilitam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Vieira e Camacho (2020), propõem em seu artigo a discussão acerca da Educação do Campo na interface com a Educação Especial em nível básico e superior no município de Dourados – MS. Os autores buscaram através da pesquisa bibliográfica, da análise de documentos, resoluções, leis, decretos e da plataforma QEdu, *site* que disponibiliza dados oficiais do

Brasil, discutir sobre como está se construindo a formação de educadores do campo na perspectiva inclusiva, fazendo essa interlocução entre o Ensino Superior e a Educação Básica. Constatou-se, a partir das pesquisas, que as escolas do campo precisam avançar, no que tange às propostas educacionais inclusivas, sendo necessário haver uma cooperação entre escola, família, comunidade e universidade para que a educação ocorra de forma significativa.

Silva, Damasceno e Gomes (2023), discutem sobre a inclusão de alunos com deficiência nas Escolas do Campo no município de Conceição do Araguaia/PA: breve análise do Censo Escolar. Os autores buscaram a partir da análise dos dados disponibilizados no Censo Escolar, no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e da pesquisa de campo, compreender a interlocução dos dados obtidos. A pesquisa apontou a dificuldade dos gestores das escolas do campo em relação ao laudo/diagnóstico dos estudantes, pois muitos não eram contabilizados no Censo, havendo, portanto, discrepância no site do INEP e do Censo Escolar.

Pereira e Ribeiro (2020), mesmo não tratando diretamente sobre o que versa este trabalho, nos traz um dado importante sobre as escolas do campo. Os autores discutem sobre o acesso à Educação Especial em Marabá, no período de 2015 a 2017. A partir dos resultados do estudo os autores afirmaram que, no período investigado, há dados de matrícula que indicam o acesso escolar de alunos com deficiência no Brasil assim como no estado do Pará e em Marabá, no entanto essas matrículas são principalmente oriundas das camadas sociais mais favorecidas. Dão um destaque importante sobre as escolas do campo quando refletem sobre a necessidade de adequação destas escolas para a valorização dos aspectos culturais dessa população.

Fernandes, Carmo e Pereira (2021) trazem em seu trabalho intitulado Educação Especial do Campo: estudos iniciais nas ilhas de Cotijuba e Combu. Este trabalho é um recorte do projeto “A escolarização dos alunos com deficiência nas comunidades ribeirinhas”, as discussões que tecem esse trabalho estão baseadas em uma pesquisa de campo, obteve-se como resultado há existência de particularidades nas escolas das ilhas que não são contempladas pelas políticas públicas existentes, além da importância do coordenador pedagógico nestes locais e a formação de professores acontecerem sem o apoio dos órgãos municipais. É importante destacar que os autores perceberam tensões existentes na formação inicial

do professor com relação às escolas do campo e a educação especial, bem como o diálogo entre os entes federados e a formação do professor.

Em síntese, a literatura evidencia que embora haja avanços no debate sobre a educação inclusiva e suas práticas nas escolas do campo, a inclusão ainda não ocorre como esperado. Ela permanece limitada devido à falta de políticas públicas contextualizadas, bem como o oferecimento de infraestrutura adequada e uma formação docente, tanto inicial como continuada, condizente com as especificidades do campo. Somente através da coparticipação entre Estado, as universidades e a comunidade podem-se alcançar uma educação especial que valorize e respeite as particularidades da população do campo.

3 Desenvolvimento

A Educação Especial na perspectiva inclusiva se constitui de grande relevância no cenário educacional brasileiro. Sendo assim, refletir sobre sua efetivação nas escolas do campo torna-se fundamental, uma vez que coloca em evidência a necessidade de articular o direito à educação inclusiva com as especificidades locais e socioculturais.

Nessa perspectiva, torna-se importante entender o papel da Educação do Campo e seu conceito que compreende a Educação Básica em todas as etapas com o objetivo de “[...] atender às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros”. (Brasil, 2013, p. 4).

Assegurar o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiência nesse contexto implica enfrentar desafios relacionados à infraestrutura, à formação de professores, à escassez de recursos pedagógicos e às condições de acessibilidade. Neste cenário, destaca-se a relevância do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), uma vez que “o currículo que se cria seguindo a referência do DUA é planejado desde o princípio para atender às necessidades de todos os alunos” (Heredero, 2020, p. 3-4). Trata-se de uma abordagem que favorece o desenvolvimento dos estudantes a partir de suas condições reais, promovendo equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, como ressalta Aranha (2001), a deficiência também está relacionada às limitações impostas pela própria sociedade. Para a autora,

[...] cabe à sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência necessitam (nas áreas física, psicológica, educacional, social e profissional). Mas lhe cabe, também, garantir-lhes o acesso a tudo de que dispõe, independente do tipo de deficiência e grau de comprometimento apresentado pelo cidadão (Aranha, 2001, p. 34).

Nessa mesma perspectiva, Araújo e Soares (2023, p. 7) reforçam que “a definição de deficiência vai além dos fatos médicos, já que esta é produzida constantemente pela ausência de acessibilidade e oportunidades”. Assim, refletir sobre a inclusão no campo implica reconhecer que as barreiras físicas e sociais são determinantes na produção das desigualdades e que somente políticas educacionais mais equitativas podem superá-las. Neste contexto, evidencia-se a urgência de políticas públicas que não apenas assegurem a inclusão, mas também valorizem a identidade e a realidade local, de modo que a escola do campo seja um espaço de valorização, equidade e inclusão.

Segundo Melo (2019), a escola do campo não pode estar apenas de portas abertas para receber a pessoa com deficiência, ela precisa garantir a permanência, recursos didáticos e infraestrutura adequada que auxilie no desenvolvimento social, cognitivo e educacional. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), artigo 27,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

Sendo assim, é importante considerar que a educação do campo, enquanto modalidade de ensino, traz consigo a necessidade de um cuidado e valorização, principalmente no que tange às políticas públicas proporcionadas.

Assim, a educação do campo, enquanto modalidade de ensino, exige atenção e valorização específicas, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas que a sustentam. A relação entre Educação do Campo e a Educação Especial evidencia que, para que as práticas inclusivas funcionem nesse contexto, não basta fazer apenas adaptações pontuais, é necessário ter um olhar cuidadoso às condições sociais, culturais e territoriais das comunidades do campo, bem como entender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Nesse cenário, o compromisso das políticas públicas, junto com práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios do

Desenho Universal da Aprendizagem é fundamental para que as escolas do campo se tornem locais de inclusão, justiça e valorização da diversidade.

4 Considerações finais

São muitos os desafios que as escolas do campo encontram para incluir estudantes com deficiência no seu espaço físico, onde diversas barreiras são encontradas, como por exemplo a formação dos professores, recursos pedagógicos, infraestrutura inadequada, impedindo o acesso e permanência dessas pessoas nessa instituição. Porém, elas têm um papel fundamental de ofertar a esses sujeitos uma educação e um currículo escolar que levem em consideração a realidade da comunidade e de seu alunado, buscando respeitar as necessidades individuais ou coletivas e as especificidades de cada um.

Diante desse cenário, fica evidente, que é preciso ampliar e fortalecer políticas públicas contextualizadas conforme a realidade das escolas do campo, voltadas à inclusão dos alunos com deficiência, intensificar oferta de formação continuada para os professores e demais funcionários da escola, pois, a inclusão não acontece somente na sala de aula, deve, portanto, abranger todos os espaços da escola, que tenham mais acessos a recursos pedagógicos adaptados e tecnologia assistivas para contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes, garantindo o que é por lei, um desenvolvimento pleno e uma educação de qualidade, permitindo que eles tenham autonomia e independência para viver em sociedade.

É importante que o currículo escolar valorize os saberes locais da comunidade onde a escola está situada, que a educação especial esteja integrada ao Projeto Político Pedagógico, ações e atividades que são construídas e executadas na escola, de forma contextualizada, com respeito e participação, construindo assim uma escola democrática e inclusiva.

Portanto, promover a inclusão no campo não significa apenas atender as exigências legais, respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- 1996), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI - 2008) e pela Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - 2015), mas assumir um compromisso ético e democrático. Para que a inclusão seja efetivada, é preciso que seja um compromisso de todos, respeitando às diferenças e com equidade. Que a inclusão não seja discutida somente nas escolas,

mas que outros espaços adotem esse movimento de luta pela inclusão das pessoas com deficiência.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n.º 21, março, 2001, pp. 160- 173.

ARAÚJO, Eva Cristina do Carmo; SOARES, Marcia Torres Neri. Expectativas familiares sobre a inclusão de estudantes com deficiência: Interfaces com o currículo escolar. **Research Society and Development**. v. 12, n. 9, e5212943240, p. 14, set, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374014798_Expectativas_familiares_sobre_a_inclusao_de_estudantes_com_deficiencia_Interfaces_com_o_curriculo_escolar . Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento orientador: Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 set. 2025.

FERNANDES, A. P. C. dos S.; CARMO, D. K. F. do; PEREIRA, A. C. T. Educação Especial do Campo: estudos iniciais nas ilhas de Cotijuba e Combu. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.6764. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/e20215> . Acesso em: 27 set. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Daiane dos Santos; MACHADO, Keyla Cristina da Silva. Educação Inclusiva em uma Escola Do Campo de Teresina (PI): da sala regular ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 193–208, 2020. DOI: 10.52641/cadcaj.v5i3.421. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/>

cadcajuina/article/view/421 .Acesso em: 26 set. 2025.

HEREDERO, Eladio Sebastián. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733–768, out.–dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/>. Acesso em: 23 set. 2025.

MAGALHÃES, Tamara França de Almeida; CAMPOS, Erica Costa Vliese Zichtl. Atendimento Educacional Especializado e práticas inclusivas em uma Escola do Campo na Baixada Fluminense no Rio De Janeiro. *Momento - Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 100–124, 2024. DOI: 10.14295/momento.v33i2.17414. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17414> . Acesso em: 26 set. 2025.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. Educação inclusiva nas escolas do campo: desafios e possibilidades. **Diversitas Journal**, v. 4, n. 2, p. 496-510, 2019. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/613 Acesso em: set. 2025.

PEREIRA, M. R.; RIBEIRO, M. E. dos S. O acesso à educação especial em Marabá-Pará: análise do indicador “matrícula escolar”, no período de 2015 a 2017. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 33, p. e44/1–20, 2020. DOI: 10.5902/1984686X48011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/48011> . Acesso em: 27 set. 2025.

SANTOS, Janeide Bispo dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. e12940-e12940, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12940>. Acesso em: out. 2025.

SILVA, L. F. da; DAMASCENO, A. R.; GOMES, Y. S. Inclusão de alunos com deficiência nas Escolas do Campo no município de Conceição do Araguaia/PA: breve análise do Censo escolar. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 691–707, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N2-006. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/406> . Acesso em: 27 set. 2025.

VIEIRA, Jaqueline Machado; CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo na interface com a Educação Especial em nível básico e superior no município de Dourados - MS. **Revista Brasileira de**

Educação do Campo, [S. l.], v. 5, p. e9075, 2020. DOI: 10.20873/uftrb.ec.e9075. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/9075> . Acesso em: 27 set. 2025.

O ENSINO DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO: PANORAMA DE PESQUISAS RECENTES (2021-2025)

Aline Confessor Marques de Araújo
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
alyneconfessor@gmail.com

João Batista Vicente do Nascimento
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
jvnascimento@uneb.br

Rozimeire Soares de Oliveira Porto
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
rporto@uneb.br

RESUMO: O artigo analisa o panorama das pesquisas recentes (2021-2025) sobre o ensino de Matemática nas escolas do campo, a partir de um levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Fundamentado em uma abordagem qualitativa do tipo “estado do conhecimento”, o estudo identifica tendências, lacunas e contribuições das produções acadêmicas, destacando a importância de práticas pedagógicas contextualizadas e vinculadas aos saberes culturais camponeses. As reflexões emergiram das discussões promovidas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, reforçando a relevância da Educação do Campo como prática emancipatória e transformadora. Os resultados indicam que a integração entre o conhecimento escolar e as experiências culturais dos educandos promove aprendizagens significativas, fortalece identidades camponesas e evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam uma educação crítica, inclusiva e socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Matemática; Educação do Campo; Estado do Conhecimento.

1 Introdução

Este estudo emergiu das inquietações despertadas pelas reflexões compartilhadas pela Professora Dr^a Núbia dos Reis Ramos (UNEB) e Professora Dr^a Rosana Mara Chaves Rodrigues (UNEB), sob a mediação da Professora Dr^a Janeide Bispo dos Santos (PPGIES/UNEB), durante o II Colóquio: “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, realizado em 28 de agosto de 2025, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – Campus XI, em Serrinha-BA. O encontro foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES).

O evento oportunizou o debate sobre a atual conjuntura das escolas do campo no Estado da Bahia, trazendo à tona discussões acerca das condições estruturais, pedagógicas e políticas que permeiam essas instituições. Nesse contexto, surgiu a necessidade de refletir sobre como os processos formativos e as práticas de ensino se articulam às realidades sociais e culturais dos sujeitos do campo, especialmente no que diz respeito à área da Matemática.

Diante dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o panorama das pesquisas recentes (2021-2025) acerca do ensino de Matemática nas escolas do campo, buscando compreender as contribuições, desafios e perspectivas que permeiam a aprendizagem dos estudantes nesse contexto. Especificamente, propõe-se a: (i) identificar as tendências das produções acadêmicas voltadas à temática; (ii) discutir como o ensino de Matemática se relaciona com as práticas e saberes culturais dos sujeitos do campo; e (iii) evidenciar as lacunas e potencialidades que emergem nas dissertações analisadas.

Ademais, a partir das discussões provocadas pelo II Colóquio, torna-se evidente a urgência de analisar as produções científicas recentes que tratam do tema, uma vez que elas refletem não apenas o avanço do campo acadêmico, mas também as tensões e desafios enfrentados pelas escolas do campo diante das desigualdades históricas que marcam o cenário educacional brasileiro. Assim, este estudo se configura como uma contribuição à sistematização e ao fortalecimento das pesquisas que buscam compreender o ensino de Matemática em sua dimensão social, cultural e política.

Dessa forma, o artigo organiza-se em quatro seções: a primeira corresponde à introdução, que apresenta o contexto, os objetivos e a

justificativa do estudo; a segunda descreve os procedimentos metodológicos adotados, destacando a abordagem bibliográfica e o método do estado do conhecimento; a terceira apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise das dissertações mapeadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e, por fim, a quarta seção expõe as considerações finais, ressaltando as contribuições do estudo e as perspectivas futuras para o ensino de Matemática nas escolas do campo.

2 Metodologia

Este artigo compõe uma atividade interdisciplinar desenvolvida no âmbito do “II Colóquio: Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, do Departamento de Educação - CAMPUS XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O Colóquio explorou um assunto de grande importância para toda a comunidade acadêmica, principalmente para aqueles que almejam ampliar seus estudos no tocante à relevância do diagnóstico das escolas do campo no Estado da Bahia, com ênfase no Território do Sisal. A palestra foi proferida pela Professora Dr^a Núbia dos Reis Ramos (UNEB) e Professora Dr^a Rosana Mara Chaves Rodrigues (UNEB), que apresentaram os dados de uma pesquisa realizada no Estado da Bahia a respeito das escolas do campo.

Este artigo teve origem nas discussões apresentadas durante o II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia” e tem como objetivo analisar o panorama das pesquisas recentes (2021-2025) acerca do ensino de Matemática nas escolas do campo. Busca-se discutir as contribuições, os desafios e as perspectivas para a aprendizagem dos estudantes. Para alcançar tal objetivo, o estudo fundamenta-se em autores que abordam a temática do ensino de Matemática nas escolas do campo, compreendendo-o como um processo essencial para a construção de aprendizagens significativas.

Nesse sentido, compreender o ensino de Matemática nas escolas do campo exige uma análise que ultrapasse a simples descrição das práticas pedagógicas, articulando-as com os desafios sociais, culturais e estruturais enfrentados por essas instituições. Assim, a partir das discussões apresentadas no II Colóquio, este estudo busca consolidar um olhar crítico sobre as produções acadêmicas recentes, de modo a identificar tendências, lacunas e contribuições que possam subsidiar novas práticas e pesquisas na área. Para

tanto, torna-se necessário definir um percurso metodológico que possibilite sistematizar esse conhecimento de forma rigorosa e fundamentada.

A pesquisa é um processo de construção de conhecimento reflexivo e crítico que busca respostas para problemas ainda não solucionados. O ato de pesquisar exige uma investigação, coleta e análise de dados. Com isso, é importante estabelecer uma abordagem para que o trabalho apresente qualidade. Logo, este estudo configura-se em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, do tipo estado do conhecimento. Segundo Chizzotti (2000), a pesquisa qualitativa assume a função de esclarecer e intervir em situações problemas, alterando as condições que são passíveis de mudanças.

Referente à pesquisa bibliográfica, Gil (2002) define como uma revisão da literatura a respeito das principais teorias que orientam o trabalho científico. Essa revisão é o que denominamos revisão bibliográfica ou levantamento bibliográfico, que pode ser realizada mediante busca minuciosa em livros, artigo de livros ou revistas, periódicos, sites da Internet, dentre outras fontes.

De acordo com Ferreira (2002), o estudo do tipo estado do conhecimento possui natureza bibliográfica e tem como propósito identificar e analisar a produção acadêmica existente em diferentes áreas. Esse tipo de pesquisa busca compreender quais temas, enfoques e perspectivas têm sido priorizados ao longo do tempo e em distintos contextos, bem como as condições em que foram elaboradas dissertações, teses, artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos.

Desse modo, quanto à pesquisa denominada estado do conhecimento, segundo Morosini e Fernandes (2014), ajuda-nos a refletir sobre o registro, categorização e identificação das produções científicas escolhidas por um determinado período. É válido destacar que este método para o pesquisador é uma forma de aproximar mais das produções científicas publicadas.

Este estudo tem por finalidade fazer um levantamento de dissertações que discutem sobre o ensino de matemática nas escolas do campo. Tal mapeamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD foi criada e desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e “que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações eletrônicas” (IBICT, 2020). Tal

levantamento foi realizado com base nas dissertações de mestrado, além do recorte temporal dos trabalhos defendidos entre o período de 2021 e 2025.

Neste contexto, foram definidos alguns descritores para o mapeamento no banco de dados digital, com o intuito de identificar pesquisas com abrangência ao tema. Os descritores foram utilizados no modo de busca avançada e entre aspas, como forma do sistema procurar a palavra exata e não derivações, sendo eles: “Ensino de Matemática” e “Educação do campo”. Também foram utilizados os seguintes filtros: ano da publicação 2021 até 2025, idioma português, tipo de documento (dissertação), tipo de acesso (*openAccess*), assunto (*educação do campo*).

O Quadro 1 apresenta os resultados das buscas no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por descritores.

Quadro 1 - Resultados das buscas no portal da (BDTD) por descritores

Termo pesquisado – descritores	Títulos encontrados	Campo pesquisado
“Ensino de Matemática” + “Escola do Campo”	8	Todos os campos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A seleção dos estudos foi realizada através da aplicação de critérios de inclusão e exclusão, entre os meses de setembro e outubro de 2025.

Na primeira fase da seleção foi feita a leitura do título e do resumo a fim de identificar a relação do tema com os trabalhos selecionados; o propósito foi escolher apenas os que tivessem vínculo com o Ensino de Matemática nas Escolas do Campo. Dos estudos referentes à temática, foram selecionados 04 (quatro) produções acadêmicas.

Em seguida, os trabalhos foram organizados em um quadro demonstrativo, identificando o autor, título, nível, ano, Instituição e palavras-chave. Por fim, foram analisadas as obras relacionadas à temática e os resultados encontrados pelos autores no que refere ao Ensino de Matemática nas Escolas do Campo.

Em relação ao II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, as ações seguiram o roteiro estabelecido. A princípio houve a abertura com a composição da mesa, em seguida a Professora Dr^a. Janeide Bispo dos Santos fez a apresentação da palestrante e da equipe

técnica que fez parte da pesquisa para coleta dos dados. Em seguida, as palestrantes, Professora Dr^a Núbia dos Reis Ramos e Professora Dr^a Rosana Mara Chaves Rodrigues (UNEB), fizeram a exposição da temática e socializaram os dados da pesquisa que foi realizada no Estado da Bahia, em 392 municípios. Dentre os temas pesquisados estão: gestão escolar, relação escola comunidade, corpo docente, alimentação escolar, transporte escolar, livro didático, infraestrutura das escolas, recursos tecnológicos, distorção idade-série, taxa de rendimento, escolas em atividade, paralisadas e extintas de 2017 a 2023, bem como o Ranking de Extinção de Escolas nos Territórios de Identidade da Bahia (Somatório de 2017 a 2023). Neste ranking observamos que o Território do Sisal ficou em primeiro lugar, com a extinção de 421 escolas. Os dados apresentados forneceram-nos importantes contribuições para a elaboração deste artigo, com destaque para um panorama das pesquisas de mestrado desenvolvidas a respeito do Ensino de Matemática nas Escolas do Campo.

Depois da apresentação da palestrante, a Professora Dr^a Janeide Bispo fez um resumo da temática, em sequência abriu espaço para as perguntas dos participantes do Colóquio e encerrou o evento.

Dessa forma, para a elaboração deste estudo, de natureza bibliográfica e caracterizado como um estado do conhecimento, foram efetuadas leituras, participação no evento na condição de ouvintes, acesso a materiais acadêmicos, além de problematizações e debates previamente desenvolvidos no contexto do Programa, com a análise antecipada de textos. A investigação abrange pesquisas desenvolvidas em relação ao ensino de Matemática e às escolas do campo, buscando compreender suas contribuições e desafios no cenário educacional atual. Na sequência, exporemos as reflexões decorrentes de nossas leituras realizadas.

3 Desenvolvimento

Nesta seção, apresentaremos os resultados alcançados mediante a pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Após o filtro, foram identificados 08 (oito) trabalhos associados aos temas. No entanto, depois da leitura minuciosa dos títulos, foi possível a mudança da interpretação dos dados, sendo identificadas 04 (quatro) dissertações. O resultado da seleção das produções encontra-se elencado no Quadro 2:

Quadro 2 - Estado do Conhecimento

Autor	Ano	Título	Instituição	Nível acadêmico	Palavras-chave
VÁSQUEZ, Alicia Gonçalves	2021	Um Olhar para as professoras que ensinam Matemáticas nas Escolas do Campo em Manaus	Universidade Federal do Amazonas	Mestrado	Formação Continuada de Professores; Educação do Campo; Ensino de Matemática.
CARDOSO, Ivanete	2024	O ensino da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola do campo em área de assentamento do MST	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Mestrado	Anos iniciais, Educação do Campo; Ensino da Matemática, Plano de Estudo; Saber Matemático Cultural, Saber escolar.
BARBOSA, Jonhnatan dos Santos	2021	Identidade camponesa em atividades matemáticas para Escolas do Campo	Universidade Federal da Bahia	Mestrado	Educação do Campo; Identidade camponesa; Diálogo em atividades matemáticas; Livro didático para escolas do campo.
BORBA, Ayrton César	2023	Recursos de professores para ensinar função afim no Ensino Médio em escolas do campo	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Abordagem Documental do Didático; Recursos; Educação do Campo; Atividade Produtiva Camponesa; Função Afim.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no repositório da BDTD (2025).

A pesquisa de Vásquez (2021) analisa o estudo em questão, refletindo sobre o ensino de Matemática nas escolas do campo, com destaque para as práticas pedagógicas de professoras egressas do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo central foi compreender as práticas docentes relacionadas ao

ensino de Matemática em contextos rurais, tomando como referência os processos de formação continuada.

De natureza qualitativa, o estudo fundamentou-se em um Estudo de Caso, tendo como colaboradoras duas professoras que lecionam Matemática em escolas do campo localizadas na cidade de Manaus (AM). Para a coleta e análise dos dados, foram utilizados como instrumentos a observação direta, os registros em diário de campo, as gravações audiovisuais e os percursos formativos, construídos a partir das narrativas das docentes participantes. Além disso, foi realizada uma análise bibliográfica baseada nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos pelas professoras no referido curso de especialização, com ênfase em práticas pedagógicas, ofertado pelo Programa Educação do Campo/UFAM.

Os resultados indicaram que as professoras reconhecem que a formação continuada contribui significativamente para a reflexão e o aprimoramento de suas práticas pedagógicas, fortalecendo o ensino de Matemática nas realidades do campo amazônico.

O trabalho de Cardoso (2024) está voltado para a compreensão da relação entre os saberes matemáticos escolares e os conhecimentos aplicados no cotidiano dos estudantes do campo, valorizando a matemática cultural e aproximando-a do conhecimento formal. O objetivo central foi analisar o ensino da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola do campo situada em um assentamento do MST, no município de Ponto Belo-ES.

A pesquisa de Cardoso (2024) adotou uma abordagem qualitativa, com características etnográficas e descritivas, sendo estruturada em duas etapas principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A primeira envolveu a consulta a obras de autores reconhecidos, a leitura e análise de artigos científicos nacionais e internacionais, trabalhos de conclusão de curso e materiais disponíveis em bases de dados eletrônicas, como a Biblioteca Virtual em Educação, além de periódicos especializados que discutem a temática abordada. Já a segunda etapa consistiu na aplicação de instrumentos como rodas de conversa, observação participante e análise documental, que subsidiaram a análise dos dados coletados na escola do campo.

Os resultados indicaram que a abordagem interdisciplinar, com ênfase na Matemática, constitui uma estratégia eficaz para promover a valorização do campo entre os educandos. Verificou-se que a inserção de discussões pautadas em elementos da educação do campo, por meio

de temas geradores, resultou em avanços significativos. Assim, ao adotar um modelo de ensino que integra a participação dos sujeitos do campo, com práticas contextualizadas e interdisciplinares, é possível enfrentar desigualdades, fomentar o empoderamento e fortalecer as identidades dos educandos.

O estudo de Barbosa (2021) tem como foco principal a identidade camponesa em atividades de livros didáticos direcionados às escolas do campo. A questão orientadora do estudo foi: de que maneira as atividades matemáticas presentes nos livros didáticos do Programa PNLD Campo, destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplam a identidade camponesa?

O relatório de pesquisa foi estruturado no formato de coleção de artigos, compreendendo três produções guiadas por objetivos específicos: analisar como as pesquisas tratam o Programa Nacional do Livro Didático do Campo e sua relação com os princípios da Educação do Campo; compreender o conceito de identidade camponesa, fundamentando-se nos marcos regulatórios da Educação do Campo; e discutir as possibilidades de articulação entre a identidade camponesa e as atividades matemáticas presentes nos livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental voltados às escolas do campo.

Barbosa (2021) adotou uma abordagem qualitativa com análise documental, tendo como objeto central os livros didáticos de Matemática utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental em contextos escolares do campo. Os conceitos teóricos empregados foram identidade, sob a perspectiva de Stuart Hall, e diálogo, baseado nos princípios da Educação Matemática Crítica.

Os resultados evidenciaram preocupações relacionadas a questões mais amplas e complexas que envolvem a interação entre o livro didático e o contexto rural, as quais, por vezes, não são plenamente consideradas nos critérios de seleção estabelecidos nos guias e editais do PNLD. Foram identificados quatro elementos constitutivos da identidade camponesa – Agricultura Familiar, Agroecologia, Tradições/Mística e Organizações Sociais – que, independentemente das especificidades de cada comunidade, podem ser reconhecidos como aspectos comuns aos sujeitos do campo, configurando uma identidade construída a partir da cultura compartilhada e da herança histórico-cultural.

A análise da coleção de livros didáticos revelou poucas atividades que remetem diretamente a esses elementos da identidade camponesa. No

entanto, a forma como os docentes conduzem as atividades pode favorecer o diálogo entre a realidade camponesa e os conteúdos matemáticos, especialmente quando se promovem investigações ligadas ao cotidiano dos estudantes.

Como implicações da pesquisa, ressalta-se a importância de manter e aperfeiçoar as coleções didáticas, de modo a ampliar as oportunidades de integração entre o ensino da Matemática e a identidade camponesa, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento escolar e a vivência cultural dos educandos.

O estudo de Borba (2023) tem como propósito central compreender de que maneira os professores selecionam, adaptam, elaboram e empregam um recurso ou um conjunto de recursos para o ensino do conceito de função afim no Ensino Médio em escolas do campo, bem como analisar as relações entre esses recursos e as práticas produtivas camponesas.

A investigação se fundamenta na Abordagem Documental do Didático e nos estudos dedicados à Educação do Campo. Nesse contexto, adota-se a Metodologia da Investigação Reflexiva, a fim de produzir dados com três docentes de Matemática que atuam no Ensino Médio em escolas do campo situadas em três municípios da Região Agreste de Pernambuco. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas, produção de vídeos, elaboração de mapas de recursos construídos pelos professores com base nos materiais disponíveis na escola para o ensino de função afim, e observação do processo de planejamento de uma aula de cada participante.

Os resultados encontrados nos estudos de Borba (2023) indicam diversas necessidades, entre elas a importância de vivenciar processos formativos – iniciais e continuados – que se orientem pela Abordagem Documental do Didático e pelos princípios da Educação do Campo, de modo a favorecer a articulação entre as realidades dos estudantes camponeses e o ensino de Matemática.

As pesquisas apresentadas demonstram a relevância de compreender o ensino da Matemática nas escolas do campo a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, convergindo na valorização dos saberes locais e na construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Os estudos de Vásquez (2021) e Cardoso (2024) evidenciam que o ensino da Matemática pode ser potencializado quando articulado à realidade sociocultural dos sujeitos do campo. Em Vásquez (2021), a formação continuada é destacada como um espaço de reflexão e ressignificação das

práticas docentes, possibilitando que as professoras adaptem o ensino da Matemática às especificidades dos contextos rurais amazônicos. Cardoso (2024), por sua vez, evidencia que a integração entre o conhecimento matemático escolar e os saberes culturais dos educandos do campo promove o reconhecimento das experiências vividas como fontes legítimas de conhecimento, contribuindo para a formação crítica, participativa e emancipadora dos estudantes.

No que tange às pesquisas de Barbosa (2021) e Borba (2023), estas reforçam a importância da mediação pedagógica e da escolha consciente de recursos didáticos no ensino da Matemática voltado às realidades camponesas. Barbosa (2021) salienta que os livros didáticos, embora apresentem limitações quanto à abordagem da identidade camponesa, podem ser ressignificados por meio da ação docente, especialmente quando os professores estabelecem conexões entre os conteúdos matemáticos e o cotidiano dos educandos. Já Borba (2023) aponta que o uso e a construção de recursos didáticos contextualizados – como materiais elaborados a partir das práticas produtivas camponesas – favorecem o aprendizado significativo e o fortalecimento do vínculo entre a Matemática e o modo de vida no campo. Assim, as quatro pesquisas, ao articularem teoria e prática, reafirmam que o ensino da Matemática nas escolas do campo deve ser construído de forma dialógica, crítica e comprometida com a realidade social e cultural dos sujeitos que dela fazem parte.

4 Considerações finais

A análise das dissertações mapeadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) permitiu compreender que o ensino de Matemática nas escolas do campo representa um espaço de construção de saberes que valorizam as identidades camponesas e as práticas culturais locais. As pesquisas evidenciam que, quando articulado à realidade dos sujeitos do campo, o ensino de Matemática contribui para aprendizagens significativas e para o fortalecimento da educação como prática emancipadora.

O II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia” teve papel essencial neste estudo, ao promover reflexões sobre os desafios e potencialidades das escolas do campo, especialmente no Território do Sisal. As discussões e dados apresentados durante o evento serviram de base para o aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa,

reforçando a importância de espaços coletivos de diálogo e produção de conhecimento.

As dissertações analisadas convergem na defesa de um ensino de Matemática crítico, contextualizado e comprometido com a realidade dos educandos. Evidenciam também a necessidade de ampliar investigações e práticas pedagógicas que integrem o conhecimento escolar aos saberes do campo, contribuindo para políticas públicas que assegurem o direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Por fim, compreende-se que discutir o ensino de Matemática nas escolas do campo é também refletir sobre o direito à permanência, à valorização da cultura camponesa e ao fortalecimento das comunidades rurais. O II Colóquio, nesse contexto, consolidou-se como um importante espaço de resistência e construção coletiva do conhecimento, reafirmando a Educação do Campo como prática política, emancipadora e transformadora.

Referências

- BARBOSA, Jonhnatan dos Santos. **Identidade camponesa em atividades matemáticas para escolas do campo**. 2021. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35777>. Acesso: 04 out. 2025.
- BORBA, Ayrton Cesar. **Recursos de professores para ensinar função afim no Ensino Médio em escolas do campo**. 2023. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/63395>. Acesso em: 04 out. 2025.
- CARDOSO, Ivanete. **O ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma escola do campo em área de assentamento do MST**, 2024. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/21113>. Acesso em: 04 out. 2025.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas_em_Ciencias_Humanas_Sociais.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 out. 2025.

GIL, Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 02 out. 2025.

MOROSINI, Marília; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284139997_Estado_do_Conhecimento_conceitos_finalidades_e_interlocucoes. Acesso: 03 out. 2025.

VÁSQUEZ, Alícia Gonçalves. **Um olhar para as professoras que ensinam matemáticas nas Escolas do Campo em Manaus**. 2021. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8308>. Acesso em: 04 out. 2025.

ESCOLAS DO CAMPO NO TERRITÓRIO VELHO CHICO: REFLEXÕES ACERCA DO DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cristiane Sena Gomes

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

cristianesenagomes26@gmail.com

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

neiaborrgeskr@gmail.com

Keila Ferreira Gomes

Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVII

keila.gomes@ufob.edu.br

Ivonete Barreto de Amorim

Universidade do Estado da Bahia -UNEB Campus XI PPGIES/EPODS

ebamorim@uneb.com

RESUMO: Este artigo objetivou analisar o panorama atual das escolas estaduais do campo localizadas no Território de Identidade Velho Chico, no estado da Bahia, à luz das políticas públicas voltadas à Educação do Campo. O estudo tem como objetivo refletir sobre as condições estruturais, pedagógicas e de gestão dessas instituições, tomando como base os dados produzidos pelo projeto Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia (2025), desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) em parceria com instituições de ensino superior. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentou-se na análise documental de dados e relatórios institucionais, articulando o contexto normativo das políticas com a realidade empírica das escolas. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais e programáticos, persistem desafios quanto à infraestrutura, à formação docente, à gestão escolar e à efetividade das ações voltadas à permanência dos estudantes.

Também se destaca a relevância do Território Velho Chico como espaço de resistência e produção de práticas educativas contextualizadas, que reafirmam o direito à educação pública de qualidade para as populações do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas do Campo. Território Velho Chico. Reflexões. Diagnóstico Educacional

1 Introdução

A Educação do Campo constitui-se como uma modalidade educacional voltada à valorização dos saberes, práticas e modos de vida das populações rurais, reconhecendo suas especificidades culturais, econômicas e sociais. Instituída como direito pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), essa modalidade busca assegurar o acesso e a permanência de estudantes do campo em uma escola que respeite sua identidade e promova o desenvolvimento local sustentável.

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na criação de políticas públicas voltadas à Educação do Campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), o PRONERA (2010), o PRONACAMPO (2013) e o Novo PRONACAMPO (Portaria nº 538/2025). Essas políticas reforçam a necessidade de uma educação contextualizada, democrática e articulada às realidades socioterritoriais. No entanto, a implementação dessas ações ainda enfrenta desafios significativos, especialmente quanto à infraestrutura escolar, à formação docente, à gestão participativa e à valorização dos sujeitos do campo.

No estado da Bahia, a análise do Diagnóstico das Escolas do Campo (2025) permite observar como essas políticas se expressam no vasto território baiano. Neste estudo, especificamente iremos analisar os dados do Território de Identidade Velho Chico, região marcada por forte diversidade sociocultural e por desafios históricos de acesso e permanência escolar. Assim, o presente artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Que panorama atual se tem das escolas estaduais do campo do Território Velho Chico?

Tendo como objetivo geral refletir sobre o panorama atual das escolas estaduais do campo do referido território, analisamos suas condições estruturais, pedagógicas e de gestão à luz das políticas públicas de Educação

do Campo. Partindo do pressuposto de que o diagnóstico educacional é instrumento essencial para subsidiar políticas eficazes e garantir o direito à educação de qualidade, propomos uma análise crítica e descritiva das condições existentes. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, destacando a abordagem, as fontes de dados e as etapas de análise empregadas.

2 Metodologia

Este estudo possui uma abordagem qualitativa, de objetivo descritivo-analítico fundamentada na análise documental dos dados produzidos pela pesquisa Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia (2025), desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia em parceria com instituições de ensino e pesquisa. O principal foco está em compreender o panorama das escolas estaduais do campo localizadas no Território de Identidade Velho Chico, buscando evidenciar as condições estruturais, pedagógicas e de gestão que incidem sobre a efetividade das políticas públicas de Educação do Campo.

A análise documental, conforme Minayo (2012), consiste no exame sistemático de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico aprofundado, possibilitando a extração, organização e interpretação de informações relevantes para a compreensão de fenômenos sociais. Tal abordagem permite articular a leitura crítica de documentos oficiais, relatórios institucionais e bases de dados públicos, de modo a compreender as conexões entre as políticas educacionais e as realidades concretas das escolas do campo.

O documento utilizado compreende o infográfico derivado da pesquisa “Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia”, com destaque para o infográfico referente ao Território de Identidade Velho Chico. Esses materiais apresentam informações sobre infraestrutura, corpo docente, gestão escolar, alimentação e transporte, práticas pedagógicas, participação da comunidade e taxas de rendimento, complementadas por dados do Censo Escolar (INEP, 2017–2023).

O processo de análise seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Minayo (2012), desenvolvida em três etapas: leitura flutuante, categorização e interpretação crítica. Na primeira etapa, realizou-se uma leitura exploratória dos documentos legais de políticas públicas para a Educação do Campo e em seguida do

infográfico resultante do relatório de pesquisa para identificar elementos que expressam a realidade educacional do território. Em seguida, os dados foram organizados em categorias analíticas correspondentes aos principais eixos da política: infraestrutura e recursos, formação docente e valorização profissional, gestão e participação social, práticas pedagógicas e permanência estudantil. Por fim, os resultados foram interpretados criticamente, buscando compreender em que medida as condições observadas nas escolas do Velho Chico refletem ou contrastam com os objetivos e metas estabelecidos pelas principais políticas públicas nacionais.

A metodologia adotada permite estabelecer uma leitura integrada entre o diagnóstico empírico e o contexto normativo das políticas de Educação do Campo, situando o Território de Identidade Velho Chico como expressão concreta dos avanços, limites e contradições da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas. A articulação entre dados e política educacional possibilita, portanto, avaliar o alcance e os desafios de implementação das ações voltadas à promoção de uma educação pública, contextualizada e emancipatória no campo baiano.

3 Educação do Campo e escolas do campo no âmbito das políticas públicas

Para dar suporte a análise do diagnóstico sobre as escolas do campo no Território Velho Chico, este estudo baseia-se nas concepções teóricas de educação do campo e escola “do campo” e no conhecimento das propostas das políticas públicas e legislações atuais referentes à educação do campo.

Historicamente, a Educação do Campo (EC) brasileira foi negligenciada, marcada por políticas que desconsideram as especificidades culturais, sociais e produtivas das populações camponesas. Durante décadas, prevaleceu uma concepção de educação rural voltada para a adaptação dos sujeitos do campo à lógica do capital e às demandas urbanas, negando-lhes o direito a uma formação crítica e contextualizada. Nesse sentido, Caldart (2010, p. 20) destaca que “[...] a Educação do Campo não é uma proposta de educação. Mas, enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada, ela afirma e luta por uma concepção de educação (e de campo) [...]”, evidenciando seu caráter político e transformador. A autora ressalta ainda que a Educação do Campo não pode ser compreendida isoladamente, nem restrita ao campo educacional ou pedagógico, pois ela nasce de um “[...] movimento real de combate

ao atual estado de coisas[...]” (Caldart, 2009, p.40), vinculado às lutas sociais e à busca por justiça e dignidade no campo. Nesse contexto, “[...] considerar a realidade do campo na construção de políticas públicas e de pedagogia significa considerar os sujeitos da educação e a prática social que os forma como seres humanos e sujeitos coletivos [...]” (Caldart, 2009, p. 42), o que requer uma concepção de educação comprometida com os modos de vida, saberes e territórios desses povos, e não uma pedagogia abstrata, descolada das realidades que pretende transformar.

Neste viés, proposto por Caldart, autores como Arroyo (2007), Antunes-Rocha; Martins; Martins (2012), Gohn (2002) coadunam com a concepção de que a EC se constitui como um projeto político-pedagógico emancipador, construído a partir das lutas históricas dos trabalhadores rurais e em defesa de uma educação vinculada ao território, à cultura e ao trabalho, uma educação pensada desde o campo pelos sujeitos do campo.

Dessa forma, “Escolas do campo” é uma questão específica da EC tanto no âmbito da questão política educacional, como da teoria pedagógica. A crítica da EC à escola, diz respeito à ausência dela nos diversos espaços, colocando-se na defesa de que as pessoas do campo possuem o direito de ter escola em seu próprio lugar e serem respeitados ao adentrarem a ela. A defesa por uma escola “do campo” remonta-se ainda sobre a necessidade e possibilidade de vínculo entre escola e vida real desses sujeitos - uma escola capaz de coordenar um currículo que articule dimensões formativas direcionadas às práticas de trabalho, cultura e luta social (Caldart, 2009). Como afirma Arroyo (2007, p.161) “[...] as escolas do campo são uma exigência e a formação específica dos profissionais do campo passa a ter sentido para a garantia dos direitos na especificidade de seus povos”.

Caldart (2009) reconhece que a Educação do Campo conquistou visibilidade e legitimidade ao se inserir na agenda de governos, universidades e movimentos sociais. No entanto, essa inserção ainda não se consolidou como uma política pública efetiva e permanente, revelando contradições profundas entre o discurso e a prática governamental. A autora observa que, ao mesmo tempo em que se implementam políticas focais de ampliação do acesso e de formação de educadores do campo, persistem práticas excludentes, como o fechamento de escolas e a retomada de programas descontextualizados. Essa ambiguidade, segundo Caldart (2009), expressa o risco de um retrocesso à lógica da “educação rural”, isto é, uma educação voltada para as pessoas do campo, e não com elas, a serviço dos interesses do agronegócio e do capitalismo financeiro. Assim, a autora evidencia

que o reconhecimento institucional da Educação do Campo, embora necessário, pode ser apropriado por políticas que reforçam a subordinação do campo à lógica do capital, enfraquecendo seu caráter emancipador e coletivo. Garantir que a Educação do Campo se mantenha como um projeto político-pedagógico de resistência, construído a partir das lutas e dos saberes dos sujeitos do campo, torna-se, portanto, um desafio ético e político urgente.

Inicialmente as políticas públicas para a população do campo, mais precisamente na década de 1940, foram impulsionadas pelas pressões com relação aos altos índices de analfabetismo no campo, porém, desenvolvidas visando a formação de mão de obra, ou seja, uma formação “rural”. Somente a partir dos anos 1980, impulsionados pelos movimentos sociais e pela luta pela reforma agrária, é que a educação passou a ser reivindicada como direito de todos, culminando na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), que propõe, em seu artigo 28, a adequação da escola à vida e às especificidades do campo (Silva; Souza, 2020).

Nos anos 2000 devido os intensos debates sobre uma educação específica do campo, tem-se a consolidação da Educação do Campo como categoria política e pedagógica própria, reconhecida pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), que reforçam a identidade da escola vinculada às realidades e saberes dos estudantes. A partir daí a Educação do Campo se consolida como um projeto de resistência e emancipação, sustentado, conforme Molina (2012), pela tríade Campo, Políticas Públicas e Educação, e orientado para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. Desse modo, a escola do campo passa a ser compreendida não apenas como espaço de ensino, mas como instrumento político de afirmação cultural, territorial e humana dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. (Silva; Souza, 2020).

Apesar dos avanços legais e programáticos como o Decreto nº 7.352/2010, que institui a Política de Educação do Campo e regulamenta o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), a articulação entre Educação do Campo e as Políticas Públicas têm sido desafiadoras advindas das questões estruturais e administrativas.

As políticas públicas para a Educação do Campo abrangem desde a educação infantil até o ensino superior, com iniciativas como o Procampo (formação superior de professores do campo), o Projovem Campo

(formação de jovens agricultores), a Escola Ativa (formação de docentes de classes multisseriadas) e o PDDE Campo (recursos para infraestrutura escolar). Esses programas representam tentativas de adequar a oferta educacional às especificidades socioculturais e econômicas do meio rural, reconhecendo a diversidade dos povos do campo e o direito à educação de qualidade.

Segundo Pavani et. al, (2022) a partir de dados do INEP (2009), das aproximadamente 83 mil escolas rurais existentes no país, cerca de 39 mil trabalham com turmas multisseriadas, atendendo a 1,3 milhão de estudantes do ensino fundamental. Essas escolas estão incluídas em programas federais que visam fortalecer sua infraestrutura e garantir recursos adequados para a educação no campo como - Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo (PDDE Campo), que repassa recursos em espécie para ações prioritárias, como melhorias de infraestrutura e aquisição de materiais, para escolas com até 49 alunos, incluindo algumas unidades urbanas (MEC, 2010). Outra iniciativa voltada à infraestrutura escolar é o Programa de Construção de Escolas no Campo, que disponibiliza projetos arquitetônicos padronizados para unidades com até seis salas de aula. Em outubro de 2020, o PDDE instituiu o programa Emergencial, com o objetivo de atender às necessidades prioritárias das escolas em decorrência da calamidade provocada pela pandemia de COVID-19.

De forma cronológica e sucinta, é importante destacar algumas das principais políticas públicas para a EC no Brasil, que têm impulsionado uma estruturação dessa luta por direitos da população do campo. Como demonstra o quadro a seguir, podemos perceber o direcionamento da EC no âmbito das políticas públicas de modo a perceber os eixos abordados por essas políticas. Dessa forma, temos:

Quadro 1 – Síntese de Marcos Legais da Educação do Campo no Brasil.

Ano	Instrumento Legal	Principais Contribuições
2002	Resolução CNE/CEB nº 1	Instituiu as <i>Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo</i> . Primeira norma voltada à organização de currículos, metodologias e formação docente adaptados à realidade rural, reconhecendo a especificidade das escolas multisseriadas e comunidades isoladas. Reconhecendo a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

2004	Decreto nº 5.051	Promulgou a <i>Convenção nº 169 da OIT</i> sobre Povos Indígenas e Tribais, assegurando o direito à educação diferenciada, respeitando culturas, línguas e modos de vida.
2008	Resolução CNE/CEB nº 2	Complementou as diretrizes de 2002, definindo normas e princípios para a educação básica do campo ampliando para o ensino técnico e profissionalizante integrado ao Ensino Médio para as populações rurais: em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Afirmou a nucleação de escolas e deslocamento intracampo de alunos desde os primeiros cinco anos do Ensino Fundamental.
2010	Decreto nº 7.352	Instituiu a <i>Política Nacional de Educação do Campo</i> e o <i>PRONERA</i> . Promoveu a integração entre educação básica, profissional e cidadania rural e ampliação para o ensino superior com foco em assentamentos da reforma agrária e na emancipação social e política dos trabalhadores rurais, além de formação continuada e escolaridade dos professores do campo e formação profissional conjugada à nível médio. Considerou do campo turmas de anexos vinculadas à escolas sede em área urbana. Incentivou a criação do Projeto Político Pedagógico. Assegurou a manutenção da infraestrutura das escolas do campo, da alimentação e materiais didáticos e pedagógicos de acordo às especificidades das comunidades do campo.
2013	PRONACAMPO	Reforçou a importância da educação contextualizada, fortalecendo a identidade rural, a formação continuada de professores e a gestão participativa nas escolas do campo. Fomento à oferta de educação integral nas escolas do campo e Quilombolas. Suas ações estruturam-se em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas – Formação Inicial e Continuada de Professores – Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional – Infraestrutura Física e Tecnológica.
2019	Decreto nº 10.088	Reafirmou a adesão do Brasil à <i>Convenção nº 169 da OIT</i> , consolidando políticas educacionais voltadas a povos indígenas e tribais e reconhecendo seus direitos culturais e linguísticos.
2023	Resolução CNE/CP nº 001	Estabeleceu as <i>Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância</i> , enfatizando a integração entre ensino, trabalho e vida comunitária, fortalecendo práticas produtivas rurais e a aprendizagem significativa.
2024	Decreto nº 12.003	Reorganizou a estrutura administrativa do <i>Ministério da Educação</i> para otimizar a implementação das políticas educacionais e aprimorar a gestão dos recursos e cargos estratégicos voltados à educação do campo.

2025	Portaria nº 538	Instituiu o <i>Novo PRONACAMPO</i> , que constitui em: Art. 1º um “conjunto articulado de programas e ações de apoio aos sistemas de ensino, com o objetivo de ampliar, qualificar e garantir a oferta, o acesso e a permanência à modalidade da Educação do Campo em todas as etapas e níveis”. Consolida políticas anteriores e abrange a educação do campo, das águas e das florestas. Destaca a ênfase na inclusão social, contextualização curricular e fortalecimento da gestão comunitária e dos saberes locais. Estruturando-se em 5 eixos: Formação; Pro-Multi: Escolas Multisseriadas; Currículo, Diretrizes e Material Didático; Ação Climática e Agroecologia; Monitoramento e Avaliação; Difusão de Saberes e Transversalidades; e Coordenação Federativa.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em síntese, as políticas públicas voltadas à educação do campo no Brasil têm atuado em múltiplos âmbitos, articulando dimensões pedagógicas, sociais, culturais e estruturais. No campo pedagógico, destacam-se a reorganização curricular e a valorização dos saberes locais, buscando uma aprendizagem contextualizada que respeite as realidades socioculturais rurais. No aspecto social, essas políticas buscam promover a inclusão e equidade, ao garantir acesso à educação para populações historicamente marginalizadas como comunidades rurais, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, povos das águas e florestas. Culturalmente, visam fortalecer identidades e modos de vida, reconhecendo a diversidade linguística e os conhecimentos tradicionais como parte do processo educativo. Por fim, no âmbito estrutural e administrativo, visa a criação de políticas de formação docente, gestão participativa e reestruturação institucional, visando melhorar as condições de funcionamento das escolas do campo e consolidar uma educação que contribua para o desenvolvimento sustentável e a emancipação das comunidades rurais. Contudo, como já destacado pelos autores em discussão, embora haja uma gama de políticas e programas para a EC ainda há muitas contradições a serem superadas, inclusive a de fechamentos de escolas do campo, que é a base para toda uma consolidação dos objetivos de luta da EC.

Sendo assim, é preciso continuar o debate sobre as questões do campo e suas contradições, uma vez que é preciso refletir sobre: Quais condições estão sendo realizadas essas políticas públicas? Se há a existência de políticas públicas, por que ainda há tanta discrepância? Quais direitos têm sido negligenciados? Qual a verdadeira realidade da EC e o que deve ser feito, priorizado? Nesse sentido, é que propomos uma reflexão acerca do

diagnóstico das escolas do campo, especificamente das escolas do Território Velho Chico, por ser o território foco nas pesquisas desenvolvidas pelas autoras.

4 Resultados e discussões

O Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia, segundo informações disponibilizadas no perfil Diagnóstico Escolas do Campo BA (2025), é um projeto que nasceu do Fórum de Educação do Campo (FEEC) e foi apresentado ao Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação do Estado (SEC) e Coordenação Estadual de Educação do Campo, no ano de 2015. Uma primeira versão foi publicada em 2017 e em 2021, para atualizar e aprofundar o Diagnóstico, a SEC acolhe a demanda do FEEC, e aporta o recurso na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), realizam as pesquisas documental e de campo entre 2021 e 2023, concluindo a análise e sistematização dos dados no início de 2024 (Diagnóstico Escolas do Campo BA, 2025).

Segundo o Diagnóstico Escolas do Campo BA (2025), o objetivo foi realizar o mapeamento da situação das escolas do campo do Estado, com vistas a elaboração do contexto sócio-econômico-cultural dos 417 municípios da Bahia a partir de dados de Institutos de pesquisa como IBGE, INEP, SEI/BA, SEC, SDR. Para isso, realizou-se o levantamento dos dados disponíveis referentes à Educação Básica do Campo no Estado da Bahia mediante pesquisa nos Institutos de Pesquisa (IBGE e INEP) e pesquisa de campo nas Secretarias Municipais de Educação e Escolas situadas no meio rural. Esta pesquisa tem como meta subsidiar as políticas de Educação do Campo no Estado da Bahia (Diagnóstico Escolas do Campo BA, 2025).

Entre os marcos legais que estabelecem normas e diretrizes para essa modalidade, o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo (Brasil, 2010), prevê em seu art. 1º parágrafo 4º que:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (Brasil, 2010, art. 1º, §4º).

Essa orientação legal reforça esses requisitos como fundamentais para a oferta da educação básica do campo de qualidade para as populações camponesas. O Diagnóstico das Escolas do Campo oferece um panorama amplo dessa modalidade em todo o estado, apresentando tanto os indicadores que contemplam os aspectos previstos pelo Decreto nº 7.352/2010 (Brasil, 2010), como outros complementares. A análise do diagnóstico possibilitou perceber se os resultados das políticas públicas implementadas para essa modalidade, estão efetivando a garantia dessas condições já estabelecidas ou não.

A análise comparativa do presente artigo ocorreu a partir dos aspectos preconizados no Decreto, comparando os indicadores do Território Velho Chico aos do Estado da Bahia, contemplando as seguintes categorias: formação inicial e continuada de professores, condições de infraestrutura, acessibilidade e biblioteca, transporte escolar, materiais e livros didáticos e equipamentos, além de outros pontos relevantes do diagnóstico. Os aspectos relativos a áreas de lazer, desporto e laboratórios, apesar de citados no Decreto 7.352/2010 (Brasil, 2010), não aparecem no Diagnóstico e não serão inseridos na análise. É importante destacar que alguns indicadores se referem a questões de múltipla escolha, que possibilita mais de uma resposta por participante e por isso, os percentuais podem ultrapassar ou não somar 100%.

Com relação a tipificação das escolas e organização do ensino, no Território Velho Chico 70,8% das escolas do campo são seriadas, a média estadual é de 43,5%. As escolas multisseriadas representam no Território 54,2%, enquanto no estado esse número é 63,5%. Escolas com turmas multisseriadas são escolas com estudantes em níveis de aprendizagens compatíveis a séries diferentes. É uma organização comum no contexto da Educação do Campo e ocorre quando o número de estudantes é insuficiente para organização de turmas seriadas. É um indicador fundamental pois escolas/classes multisseriadas requer diferentes formas de planejamento e organização do trabalho pedagógico e pode impactar na qualidade do ensino ofertado, pois, de acordo Santos (2017), essas escolas costumam estar localizadas em regiões distantes da sede do município e podem possuir espaço físico sem estrutura e professores sem a formação adequada.

No quesito formação dos (as) professores (as), o Território Velho Chico possui o total de 75% de professores (as) com nível superior atuando na educação do campo, índice que representa um avanço, principalmente se comparado à média estadual que totaliza 66,5%. Esses índices revelam

que políticas direcionadas para a Educação do Campo como PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO (Molina *et al.* 2024), que preveem a formação de professores do campo, contribuíram para ampliar o acesso desses professores à formação em nível superior. É importante destacar, que esses programas segundo Santos e Silva (2016), partem de uma perspectiva de formação fundamentada em princípios políticos, econômicos e sociais, relacionados às questões agrárias e aos movimentos de lutas populares do campo, no entanto, Silva (2021), alerta que esses princípios nem sempre são incorporados e seguidos em sua totalidade na prática pedagógica dos professores.

A atuação dos(as) professores(as) de acordo a formação inicial, no Território é de 63,2%, a média no Estado é de 75,9%. O (a) educador(a) atuando fora da sua área de formação implica em maiores desafios para relacionar a teoria à prática, o que reflete diretamente na qualidade do ensino e na apropriação de conteúdo pelos estudantes. A formação continuada, é um indicador crítico, pois apenas 4,2% dos professores no Território possuem especialização, enquanto a média estadual é de 20%. Os dados revelam que a política de formação continuada para os professores do campo no Território não está efetivada. O relatório Guarda-Chuva elaborado pelo GEPEMDECC (2025), ressalta que apesar das diretrizes legais, o processo formativo dos docentes do campo ainda é frágil, por não ser ofertado ou por ser de forma inadequada à realidade dos professores que não conseguem acessar e por isso, precisam ser repensadas para garantir que eles se apropriem das questões atuais em educação, que não são contempladas pela formação inicial.

Com relação à infraestrutura e acessibilidade, as escolas do campo do Território evidenciam um cenário de desigualdade, em que 50% das escolas não são acessíveis para estudantes PDCD, no âmbito estadual, esse percentual é de 53,1%, este percentual revela a perpetuação de problemas estruturais que dificultam o acesso de todos a essas escolas, embora a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 (BRASIL, 2008), em seu inciso 5º, destaque a competência dos sistemas de ensino de assegurarem para que os estudantes do campo portadores de necessidades especiais tenham acesso à educação básica nas escolas regulares. Sobre a biblioteca, no Território 70,8% das escolas não dispõem desse espaço, enquanto no Estado o percentual alcança 78,2%, o que evidencia a falta de estrutura e de recursos para a realização de um trabalho pedagógico adequado com espaço e materiais de leitura.

A oferta do transporte escolar é um dos indicadores satisfatórios, sendo ofertado em 91,7% das escolas do território e em 85,6% das escolas no âmbito estadual. Com relação a qualificação do serviço, o diagnóstico indica que nas duas esferas ele não atende de forma adequada e satisfatória a todos os usuários. A classificação entre bom e excelente no Território é de aproximadamente 66,7%, já no estado esse índice chega a 63,6%. Para 25% dos pesquisados no Território a qualidade do transporte é classificada como regular, no Estado essa avaliação representa a opinião de 20%. Esses indicadores merecem atenção, pois a qualidade do transporte é fundamental para garantir o acesso, permanência e desempenho dos estudantes que deslocam, pois eles necessitam de transporte de qualidade para estarem em condições físicas para realizarem as atividades e participarem das aulas satisfatoriamente.

Ao que se refere aos livros didáticos, que são disponibilizados por meio de políticas específicas como Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, (Brasil, 2017), nas escolas do campo não chegam em número suficiente. No Território Velho Chico a quantidade de livros é insuficiente em 45,8% das escolas, no Estado, esse percentual chega a 37,8%. No Território, 16,7% das escolas não possuem livros, no Estado esse índice alcança 7,7%. Considerando que o livro didático é o recurso mais comum nas escolas públicas brasileiras, a falta deste, em muitas escolas do campo no território, pode dificultar o trabalho docente e comprometer a consolidação da aprendizagem dos estudantes, contrapondo o que está previsto no Decreto 7.352/2010, art. 6º (Brasil, 2010), que além da distribuição definem que os livros destinados às escolas do campo devem atender às especificidades de saberes e culturas próprios da comunidade em diálogo com os saberes acadêmicos, para contextualizar e preservar a identidade sociocultural dos povos do campo.

Com relação aos equipamentos tecnológicos, tanto no Território Velho Chico, quanto no Estado, cerca de 70% das escolas possuem acesso à internet. Quanto aos equipamentos tecnológicos os percentuais variam um pouco mais. Em 50% das escolas do Território existem computadores de mesa, no Estado o número é de 42,6%. No entanto, apenas 25% das escolas do território possuem notebook, enquanto no Estado esse percentual sobe para 39,9%. O projetor multimídia faz parte dos equipamentos de 25% das escolas do Território, nas escolas estaduais, esse índice sobe para 29,3%. Os tablets aparecem em 8,3% das escolas do Território e 7,2% no Estado. O número de escolas do Território que não possuem nenhum equipamento chega a 20,8%, na rede estadual esse percentual é menor

e atinge 16,2% das escolas. Apesar da política de Educação do Campo (Brasil, 2010), em seu art. 3º, inciso IV, prever a inclusão digital com ampliação de acesso a computadores, conexão à internet e tecnologias digitais, os indicadores revelam que esses recursos ainda são escassos nas escolas do campo.

A gestão escolar, fator fundamental para a organização e funcionamento das esferas administrativas e pedagógicas das escolas do campo, segundo o diagnóstico, prevalece sendo ocupada por meio de indicação. Em ambas as esferas os percentuais beiram a 59%, o que é perceptível que ainda permanece nas escolas a fragilidade democrática, o que potencializa o oportunismo político partidário e enfraquece os interesses dos povos camponeses. O Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo aparece em diferentes estágios de elaboração, fato que fragiliza a construção de uma gestão democrática. No Território, apenas 12,5% das escolas possuem o PPP consolidado, concluído e elaborado com a participação da comunidade escolar e no Estado esse número chega a 29,30%.

O diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, ainda revela um dado que merece atenção, que é a desativação/fechamento das escolas do campo no Estado. Entre os anos de 2017 e 2023, em todo o estado, foram 2.435 (duas mil quatrocentos e trinta e cinco), escolas extintas e 287 (duzentas e oitenta e sete), paralisadas, totalizando 2.722 (duas mil setecentos e vinte e duas) ou seja, aproximadamente 29,5% das escolas do campo no Estado deixaram de funcionar em um período de 6 anos. O Território Velho Chico se encontra na quinta posição do ranking de extinção de escolas entre os territórios da Bahia com 340 unidades escolares extintas. Esses dados evidenciam uma situação de negação de direitos, considerando que o direito à Educação é um direito universal de todo o cidadão, assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

É importante compreender que no cerne da Educação do Campo, a manutenção das escolas no campo vincula-se a uma função social e política, pois trata-se de uma proposta educativa pensada para reforçar o caráter identitário relacionado aos valores, saberes e culturas locais, daí a importância de as escolas estarem inseridas nas comunidades (BRASIL, 2002). Segundo Arroyo (2007), a política de nucleação e fechamento das escolas do campo, que levam as crianças e os jovens do campo para a cidade, enfraquece as comunidades e a identidade do povo camponês.

5 Considerações finais

A Educação do Campo, enquanto modalidade educacional voltada à valorização dos saberes, práticas e modos de vida das populações rurais, prima pelo reconhecimento de suas especificidades culturais, econômicas e sociais. As informações contidas no Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia possibilitou a realização de uma análise crítica e descritiva das condições atuais das escolas do campo do Território Velho Chico e de toda rede estadual, em seus aspectos estruturais, pedagógicos e administrativos a partir das políticas públicas da Educação do Campo.

Em linhas gerais, os indicadores apontam para um cenário marcado por desigualdade que atravessa a modalidade, tanto no Território como no âmbito estadual, assinalando avanços e desafios estruturais que ainda não foram superados. No Território Velho Chico é possível destacar os avanços na predominância das escolas seriadas e formação de professores. Mas apesar dos avanços trazidos pelas políticas, como PRONERA, PROCAMPO E PRONACAMPO, essenciais para ampliar o número de professores com formação superior a falta de estrutura física adequada, formação continuada de professores e o acesso a materiais, evidenciam problemas que persistem ao longo do tempo e que necessitam de políticas públicas mais consistentes e situadas nas necessidades territoriais.

Outro ponto crítico apresentado, diz respeito ao fechamento das escolas de campo que representa a negação do direito a educação que crianças e jovens possuem, de acessá-la no contexto do seu território. A quantidade de escolas fechadas no Estado é alarmante e desestrutura o papel político e social que essas escolas representam em suas comunidades, enquanto instrumentos de luta, resistência e legitimação identitária dos povos camponeses.

Diante deste cenário, é fundamental o fortalecimento de políticas que garantam a manutenção das escolas do campo em suas comunidades, a formação continuada docente e a gestão democrática, fortalecendo a autonomia pedagógica alinhada aos saberes locais, na produção de conhecimentos que integrem a cultura local ao saber científico. Dessa forma, a educação do campo poderá cumprir o papel de contribuir para o desenvolvimento humano, social e territorial

Referências

- ANTUNES-ROCHA, Maria I.; MARTINS, Maria F. Almeida; MARTINS, Aracy Alves. [Orgs.]. **Territórios Educativos na Educação do Campo**. Autêntica, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 abr. 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Seção 1, p. 25.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronacampo>. Acesso em: 7 out. 2025.
- BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 jul. 2017.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 2023**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.003, de 2024**. Altera o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 538, de 24 de julho de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – Novo Pronacampo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35–64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: 09 out. 2025.

DIAGNÓSTICO ESCOLAS DO CAMPO BA. [post no Instagram], 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/.../>. Acesso em: 19 out. 2025.

GEPEMDECC/CNPq – Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade. **Relatório Guarda-Chuva**: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2025. Disponível em: https://gepemdecc-formacampo.com.br/GEPEMDECC-2025/uploads/pdfs_relatorios/2025_2_relatorio_guarda_chuva.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola. 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís. Mourão de. **Escola do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete. et al. (Org.). MOLINA, Mônica Castagna. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 324330.

PAVINI, Gislaine Cristina; RIBEIRO, Maria Lucia; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; LOPES, Antonio Wagner Pereira. Educação do campo e políticas públicas: um itinerário de questões polêmicas. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, v. 25, n. 3, p. 1508, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2022.v25i3.1> 508

SANTOS, Ramoffly Bicalho. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210–224, 2017. DOI: 10.12957/teias.2017.24758. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24758> . Acesso em: 11 out. 2025.

SANTOS, Ramoffly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016. DOI: 10.14244/198271991549. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549> . Acesso em: 19 out. 2025.

SANTOS, J. B. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e12940, <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12940> . 2021.

SILVA, Marta Divina Pereira da; SOUSA, Rosineide Magalhães de. Saberes socioculturais e letramentos múltiplos de estudantes da escola no/do campo. **Linha Mestra**, n.42, p.110-121. p.110-121, set/dez, 2020. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/409>. Acesso em: 8 out. 2025.

REDUÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO SOBRE CAUSAS E IMPACTOS

Adriano Dantas Reis Santana

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGIES) – Campus XI
adriano_professor7@hotmail.com

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGIES) – Campus XI
emersonalmeidatj@gmail.com

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGIES) – Campus XI
mtorres@uneb.br

RESUMO: Este artigo investiga o fenômeno da redução das Escolas do Campo, a partir das discussões apresentadas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo no Estado da Bahia”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB. O objetivo é analisar as causas e consequências desse processo a partir de um levantamento de dissertações acadêmicas sobre o tema, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa bibliográfica e os diálogos gerados no colóquio foram fundamentais para compreender as implicações sociais, culturais e educacionais do fechamento das escolas, destacando as formas de resistência e as limitações das políticas públicas. O estudo aponta a urgência de políticas públicas inclusivas e sensíveis às especificidades do campo para garantir o direito à educação de qualidade para as comunidades rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Redução das escolas. Políticas públicas.

1 Introdução

Este artigo resulta das discussões e reflexões geradas pelo II Colóquio intitulado “Diagnóstico das Escolas do Campo no Estado da Bahia”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ocorrido no dia 28 de agosto de 2025, no Auditório do Departamento de Educação da UNEB, Campus XI – Serrinha/BA.

O evento contou com a participação da Prof.^a Dr.^a Núbia dos Reis (UNEB), que apresentou um estudo detalhado sobre as condições e desafios das escolas do campo, e da Prof.^a Dr.^a Janeide Bispo (PPGIES/UNEB), que mediou as discussões. O objetivo deste artigo é analisar as implicações do fechamento das escolas do campo a partir do levantamento de dissertações acadêmicas presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em diálogo com as reflexões promovidas no colóquio. A partir da pesquisa bibliográfica e dos dados colhidos durante o evento, busca-se discutir as causas, consequências e formas de resistência frente ao fechamento e redução dessas instituições educacionais, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da educação no campo e para a defesa do direito à educação de qualidade para as comunidades rurais no Estado da Bahia.

2 Metodologia

Adotamos a pesquisa de cunho bibliográfico como sendo a principal estratégia metodológica para o desenvolvimento desse artigo. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 41), pode-se compreender a pesquisa bibliográfica como “um levantamento sistemático e ordenado de informações publicadas sobre o tema a ser investigado, com o objetivo de oferecer ao pesquisador uma visão abrangente e crítica da produção acadêmica existente.”

Além disso, também utilizamos as fontes, diálogos e entendimentos que emergiram a partir das reflexões apresentadas no II Colóquio, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB. A palestra da Prof.^a Dr.^a Núbia dos Reis teve caráter expositivo-dialógico, promovendo a troca de ideias e reflexões entre os participantes e a palestrante, o que contribuiu para enriquecer a análise sobre o diagnóstico atual das escolas do campo.

Ainda, à luz da inspiração no Estado do Conhecimento, conforme delineado por Morosini (2014), realizamos um levantamento, organização e análise de produções acadêmicas, do tipo dissertações de Mestrado, sobre o fechamento de escolas do campo, a partir do banco de dados de trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que foi escolhido por sua relevância e abrangência na área acadêmica.

3 Fechamento das Escolas do Campo: o estado do conhecimento no catálogo de teses e dissertações da CAPES

O fechamento das escolas do campo com redução da oferta de ensino é um fenômeno que tem gerado intensos debates no contexto educacional brasileiro, especialmente nas últimas décadas, à medida que as políticas públicas voltadas para a educação rural enfrentam desafios cada vez mais complexos. Este capítulo se propõe a analisar o estado do conhecimento sobre o fechamento das escolas do campo, a partir de uma pesquisa sistemática nas dissertações acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para ter acesso aos textos selecionados, foi realizada uma busca no site oficial do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES utilizando os descritores “fechamento” e “Escolas do Campo”. A pesquisa apresentou 55 (cinquenta e cinco) resultados, entre os quais foi preciso refinar a busca para compreender a temática a partir de estudos realizados no âmbito das pesquisas e trabalhos do tipo Mestrado (dissertação), da área de avaliação Educação e Interdisciplinar (igualmente ao PPGIES) e área de concentração: Educação; num intervalo temporal dos últimos 5 (cinco) anos (2021 a 2025), resultando assim em 14 (catorze) dissertações.

Entre as 14 (catorze) dissertações, apesar de sua maioria apresentarem alguma relação com os descritor “Escolas do Campo” utilizado na pesquisa, não indicavam uma discussão relacionada com o segundo descritor “fechamento”, objetivo deste estudo, o qual busca compreender o que a literatura existente apresenta sobre o movimento de fechamento das Escolas do Campo, portanto, o último refinamento foi aplicado através da análise dos títulos e dos resumos dos trabalhos para manter esse direcionamento, o que possibilitou selecionar 4 (quatro) dissertações, que possuem autorização de divulgação no catálogo, que foram relacionadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Estado do conhecimento

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	TIPO/INSTITUIÇÃO
Questão agrária e o fechamento das escolas do campo em Rolim de Moura - RO	SANTOS, Silmar Oliveira dos.	2019	Dissertação Mestrado em Educação (UNIR)
Ações dos movimentos sociais contra o fechamento das escolas do campo: lutas e enfrentamentos.	FERNANDES, Rosilda Costa.	2021	Dissertação Mestrado em Educação (UESB)
Fechamento de Escolas do campo em municípios da Bahia: Estudo de caso dos Territórios de Identidade do Sudoeste Baiano, do Médio Sudoeste e do Médio Rio de Contas	SILVA, Sandra Mara do Carmo.	2021	Dissertação Mestrado em Educação (UFCG)
Política de Nucleação das escolas no campo no município de Caraúbas-PB: Contradições, Desafios e Perspectivas	FARIAS, Tiago José Vasconcelos de.	2022	Dissertação Mestrado em Educação (UFCG)

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados recolhidos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2025)

A dissertação de Santos (2019) analisa o fechamento das escolas do campo em Rolim de Moura (RO), investigando como as políticas públicas, como a municipalização do ensino e a polarização da Educação do Campo, contribuíram para esse fechamento. A pesquisa adota o Materialismo Histórico-Dialético e se concentra nos interesses do capitalismo e do imperialismo, particularmente influenciado por organismos como o Banco Mundial. A pesquisa mostra como a falta de transporte adequado prejudicou a Educação no Campo e discute o impacto dessas políticas nas comunidades rurais.

Em sua dissertação, Fernandes (2020) investiga as ações dos movimentos sociais contra o fechamento das Escolas do Campo nos municípios de Anagé, Barra do Choça, Jequié e Vitória da Conquista, entre 2014 e 2019, com foco na Lei 12.690/2014. A pesquisa utiliza a abordagem do Materialismo Histórico Dialético e analisa as mobilizações sociais, como a criação de fóruns, rodas de conversa e manifestações, que lutaram para evitar o fechamento das escolas. No entanto, essas ações não impediram a continuação do fechamento das escolas, que se alinhavam às políticas neoliberais que promovem a centralização da educação

Silva (2021) apresenta-nos um estudo que foca nos Territórios de Identidade da Bahia, especificamente no Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas. O objetivo é analisar as causas e consequências do fechamento das Escolas do Campo nesses territórios, com base nas políticas públicas e direitos sociais. A pesquisa evidenciou que, entre 2007 e 2019, houve uma redução significativa das escolas do campo, e que o fechamento foi justificado pela necessidade de “racionalizar” os recursos, mas trouxe consequências negativas para as comunidades, afetando o desenvolvimento sociocultural e político das populações locais.

Farias (2022) produziu uma dissertação onde a pesquisa aborda a política de nucleação das Escolas no Campo no município de Caraúbas (PB), analisando as contradições e desafios dessa política. A investigação se concentra no fechamento das escolas e na migração de estudantes para escolas maiores, o que, segundo a pesquisa, comprometeu o direito à educação de qualidade. A pesquisa adota o Materialismo Histórico-Dialético e critica a maneira como o Estado lida com o direito à educação no campo, alegando que a política de nucleação favorece interesses neoliberais, prejudicando as populações camponesas.

As dissertações analisadas, todas dialogando sobre o fenômeno do fechamento das Escolas do Campo, oferecem um panorama abrangente sobre os efeitos dessa política educacional, que continua a gerar um intenso debate nas ciências sociais e na educação. Foi possível compreender que, de acordo com Fernandes (2020), mesmo os movimentos sociais, com todos os seus esforços, muitas vezes não conseguem reverter o fechamento das escolas, revelando a força das políticas neoliberais e as dificuldades de resistência local.

O Estado, ao implementar a municipalização do ensino e a polarização da Educação do Campo, contribui para a exclusão dos povos do campo do acesso à educação de qualidade, demonstrando um claro alinhamento com os interesses do capital e do imperialismo (Santos, 2019). Os efeitos dessas ações nos Territórios de Identidade da Bahia tornam evidente como o fechamento das escolas afeta diretamente as comunidades, gerando desigualdade e fragilizando as lutas sociais (Silva, 2021).

É muito comum observarmos municípios agindo em prol da nucleação de escolas numa tentativa de contenção de gastos, como se fosse prejudicial financeiramente manter uma Escola do Campo. Acontece que, ao consolidar a nucleação, automaticamente o município também desconsidera as especificidades do campo nos processos de educação e

favorece a sua precarização da educação. As contradições dessa política, conforme Farias (2022), demonstram a fragilidade do modelo educacional em atender às reais necessidades da população rural, que, muitas vezes, é forçada a abandonar suas escolas locais em nome de um suposto “melhoramento” da qualidade educacional.

Consolidando esse capítulo, pode-se afirmar que as dissertações analisadas contribuem de forma significativa para o entendimento da questão educacional no campo, revelando não apenas as causas e consequências do fechamento das escolas, mas também as formas de resistência e as limitações das políticas públicas voltadas para a educação rural. O fechamento das Escolas do Campo, com redução da oferta da educação atenta às especificidades do campo, representa um dos maiores desafios contemporâneos para a educação brasileira e, como as dissertações evidenciam, é necessário um esforço contínuo e articulado entre todos os atores sociais para garantir que o direito à educação seja plenamente assegurado para as populações camponesas.

4 Análise sobre o fechamento de Escolas do Campo a partir de um Colóquio realizado na Região Sisaleira.

Um tema que suscita bastante debate e ao mesmo tempo é muito delicado para a Educação Nacional, é o fechamento das Escolas do Campo, tido como um crime contra a nação brasileira (Tafarel; Munarin, 2015). Para se ter uma ideia do desmonte e do proposital enfraquecimento dessa política de acesso ao conhecimento, entre os anos de 1999 a 2014 um número superior a 37 mil escolas encerraram suas atividades, sendo as regiões Nordeste e Norte as que foram mais afetadas por esse fenômeno (Tafarel; Munarin, 2014).

Outro dado preocupante, é fornecido por Alentejano e Cordeiro (2019) que apontam a Bahia como o estado que mais perdeu instituições desse tipo no Brasil, entre os anos de 1997 e 2018 com um total de 12.815 escolas desativadas.

Outro estudo feito sobre o fechamento das Escolas do Campo por Mattos, Souza e Munarini (2021), constatou que o processo de nucleação escolar foi o principal responsável pelo fechamento de muitas escolas no estado de Santa Catarina. Para justificar esse processo, o argumento usado foi que era necessário aumentar a qualidade da educação sem aumentar os investimentos. Vale ressaltar que, o processo de nucleação aqui mencionado,

significa dizer que foram fechadas as menores Escolas do Campo e os seus estudantes redistribuídos para escolas maiores, geralmente urbanas, que em muitos casos não possuem nenhum tipo de vinculação com a Educação do Campo. Dessa forma, evidencia-se uma lógica administrativa que prioriza a racionalidade financeira em detrimento da função social da escola rural. Essa nova política adotada “significou o fechamento de 3,5 mil unidades escolares nessas comunidades” (Oliveira, 2018, p.79).

As escolas nessas comunidades funcionam como agente de formação dos indivíduos, de produção de conhecimento e ao mesmo tempo, de articulação da vida comunitária, pois a maioria das atividades locais, sejam religiosas, culturais e educacionais orbitam ao seu redor. Portanto, o encerramento das atividades de uma escola situada nessas localidades, em última análise também é o fechamento da própria comunidade para suas tradições que conseqüentemente ficam fragilizadas e enfraquecidas (Bauman, 2013).

Um ponto crucial nesse contexto que deve ser levado em consideração, é que as crianças, os adolescentes e os jovens ao serem deslocados para outras escolas distantes das suas casas aumentam o tempo do percurso provocando cansaço e riscos associados ao trajeto de ida e de volta para suas comunidades, além de encontrarem ambientes que não valorizam suas identidades sendo forçados a desconstruir o vínculo com a comunidade e com as escolas locais dificultando a formação do indivíduo integrado à realidade que está inserido. Conforme alerta Rodrigues (2017, p. 4): “Desvincular as crianças e os jovens da comunidade e da escola pode provocar o desenraizamento da cultura local e de pertença ao grupo”.

O distanciamento da escola da vida dos estudantes é um dos principais problemas gerados a partir do fechamento das Escolas do Campo. Essa situação traz consigo consequências que em muitos casos são muito prejudiciais para as comunidades, para as famílias e para os indivíduos, como por exemplo: o incentivo à evasão escolar e ao êxodo rural. Isso contribui para que a respectiva comunidade sempre seja dependente das forças hegemônicas que atuam e sempre atuarão para deixá-la naquela mesma situação, ao mesmo tempo, que nega a conscientização e o esclarecimento para a comunidade da Educação do Campo como uma possibilidade tática para enfrentamento aos impactos que os processos sociais capitalistas têm provocado sobre a classe trabalhadora camponesa. Vale ressaltar que, a mão de obra usada pelo capital principalmente nas grandes cidades é composta, em sua maioria, por trabalhadores dessa classe

que migraram de suas localidades natais por serem desprovidos da terra e da oportunidade de formação e conhecimento, que poderiam ser supridos por escolas do campo compromissadas com esse papel.

Outro ponto importante de ser abordado sobre as escolas do campo, é ressaltado no estudo de Santos (2021, p. 8) quando afirma que as escolas públicas brasileiras seguem um modelo hegemônico do ponto de vista metodológico e do conteúdo o que “retira a possibilidade de formação numa perspectiva emancipatória”. Ou seja, os indivíduos da classe trabalhadora aprendem a reprodução dos fundamentos que sempre os tornará classe trabalhadora, sem terem argumentos para questionar as injustiças e os privilégios sociais e as desigualdades que os afetam. Citando Caldart (2010), a autora caracteriza a Escola do Campo como uma “experiência de classe” que permite o acesso a um conhecimento problematizador na medida que se torna possível confrontar determinadas visões de mundo, de educação, de homem e de sociedade.

Nesse sentido cabe destacar que as Escolas do Campo ao trabalharem na perspectiva da emancipação, adotam em sua grande maioria, a Pedagogia da Alternância, a qual favorece a formação contextualizada, crítica dos estudantes vinculados às Escolas do Campo. Estudos indicam as contribuições dessa Pedagogia para as comunidades do campo ao fortalecer a sustentabilidade da agricultura familiar no âmbito ambiental, social e econômico (Torres, 2023).

Caldart (2010) ainda aborda a Educação do Campo como um “movimento de combate aos processos socioespaciais” que condena um grupo de pessoas a viver destituídos do acesso às produções humanas e a elementos básicos necessários à sobrevivência, como água, terra, moradia e alimentos, dentre outros (Santos, 2021). Nesse contexto, as Escolas do Campo se tornam uma peça-chave para o enfrentamento das desigualdades e dos privilégios na defesa de outro projeto de sociedade em que a classe trabalhadora se aproprie dos conteúdos políticos das lutas de classe e compreenda sua verdadeira condição.

Ademais, as Escolas do Campo, pela configuração geográfica assumida, associada ao trabalho pedagógico que realizam, também tem papel fundamental na construção da sustentabilidade local das comunidades onde estão inseridas, reafirmando a relação entre formação, educação e sustentabilidade (Torres, 2016).

Ainda sobre o estudo de Santos (2021), existe um destaque para dois colaboradores da pesquisa. Esses colaboradores são chamados de

Professor 1 e Professor 4 que ofereceram relevantes contribuições para o tema: durante o estudo o Professor 1 relatou para seus alunos que o fechamento das Escolas do Campo segue princípios de Mercado para gestores das Secretarias de Educação espalhadas pelo território Nacional, sendo justificado para a população como estratégia de ajuste econômico, haja vista que se compreende que não é vantajoso, do ponto de vista financeiro, manter escolas com poucos alunos. Já o Professor 4, destaca as Escolas do Campo como espaço de “desalienação” da classe trabalhadora que em muitos casos elege representantes que legislam contra eles mesmos. Dessa forma, a Escola do Campo, para a Professora 4, seria um ambiente para desenvolver a própria consciência da classe subalternizada e subsidiar decisões tomadas a partir da sua prática social concreta.

Os impactos nas comunidades campesinas com a redução das Escolas do campo são percebidos na qualidade da educação, nas condições de vida de seus habitantes e refletido em indicadores como a taxa de analfabetismo no campo que chega a 17,7% contra 5,2% das cidades. Além disso, a escolaridade média no campo é de 8,7 anos enquanto nas cidades é de 11,6 anos (Alentejano; Cordeiro, 2019). O que comprova um prejuízo gigantesco para essas comunidades, pois cada vez mais terão dificuldades para mudar sua realidade e permanecerão à mercê de um projeto hegemônico que as condena a subalternização.

De acordo com a professora da Universidade do Estado da Bahia-UNEB- Dr.^a Núbia dos Reis Ramos, no II colóquio proferido no Campus XI, cidade de Serrinha – Bahia, intitulado “*Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia*” no qual apresentou um estudo detalhado sobre as condições e desafios enfrentados, traçou um perfil minucioso das Escolas do Campo, bem como evidenciou causas do fechamento das mesmas, é urgente a adoção de políticas públicas que permitam as comunidades campesinas terem vozes e participarem das decisões tomadas no que se refere ao projeto educacional que estão inseridos.

Ainda, no colóquio supracitado, a palestrante apresentou dados que comprovam como as Escolas do Campo são tratadas do ponto de vista da gestão pública, que se reflete desde a contratação de professores sem a formação adequada; o material didático- como livros - incompatível com o número de estudantes; infraestrutura precária para o funcionamento das escolas- em alguns casos sem sanitário; e um alto índice de escolas multisseriadas- o que precariza o ensino e a aprendizagem. Esses elementos reforçam a percepção de que há um ataque sistemático às Escolas do

Campo, não apenas pelo seu fechamento, mas também pela manutenção precária de muitas delas, o que as deixa distante do seu principal objetivo de conscientização e problematização da realidade oferecendo ferramentas para seus estudantes enxergarem sua real condição e poder agir para modificá-la, se necessário for.

Vale ressaltar que existem movimentos sociais e políticas públicas que lutam contra o fechamento das Escolas do Campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada em 2014 para exigir que o fechamento de escolas rurais seja precedido de consulta às comunidades. No entanto, é notório que outros interesses têm vencido essa disputa e condenam as comunidades camponesas a reproduzirem um modelo hegemônico que segue uma lógica financeira contrária a própria existência de tais comunidades.

Como alerta Santos (2021, p. 26): “a Educação do Campo tem sido minada pelo capital que esvazia de conteúdo político e a retira da luta de classes, o que implica retirar o projeto histórico da classe trabalhadora. Portanto, Educação do Campo no Brasil é um território em conflito”.

Face ao exposto, nota-se que o fechamento das Escolas do campo não deve ser analisado como uma simples questão financeira ou administrativa, mas sobretudo como um processo que reverbera diretamente na prática diária das comunidades camponesas fragilizando suas identidades, culturas, e possibilidades de emancipação. Assim, o grande desafio contemporâneo é assegurar que essas escolas sejam fortalecidas como espaços de formação humana integral, de produção de consciência crítica e de defesa da vida comunitária, rompendo com a lógica hegemônica que insiste em tratá-las como um custo e não como um direito.

5 Considerações finais

Este estudo evidenciou, a partir da análise de dissertações acadêmicas e das reflexões propostas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo no Estado da Bahia”, a complexidade e a gravidade do fenômeno do fechamento das Escolas do Campo. As dissertações analisadas demonstram que, embora haja uma significativa mobilização social contra esse fechamento, as políticas neoliberais e a centralização da

educação continuam a prevalecer, comprometendo o direito à educação das populações rurais.

As evidências indicam que a redução das Escolas no Campo resulta em impactos diretos nas comunidades, não apenas pela perda de um espaço de aprendizagem, mas também pela fragilização das identidades culturais locais e pela maior dificuldade de acesso à educação de qualidade. Assim, é urgente que políticas públicas mais inclusivas e que respeitem as especificidades do campo sejam implementadas, para garantir que as escolas rurais desempenhem seu papel essencial de formação crítica e emancipatória. A continuidade das lutas sociais e a implementação de ações mais eficazes são fundamentais para reverter os efeitos negativos do fechamento das escolas do campo e assegurar o direito à educação para as populações camponesas.

As reflexões apresentadas neste estudo reforçam a necessidade de uma educação pública de qualidade, que seja inclusiva, atenda às especificidades locais e, sobretudo, que seja livre das influências de uma lógica mercantilista que negligencia a diversidade e a equidade no acesso à educação. A discussão sobre o fechamento das Escolas do Campo, portanto, não se limita a uma análise acadêmica, mas também se insere em um contexto político-social que demanda ação contínua e comprometida dos movimentos sociais, do Estado e da sociedade civil.

Referências

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. 80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos. **Da Página do MST**, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em: 07 set 2025.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima**. Goiânia: ANPED, 2013.

FARIAS, Tiago José Vasconcelos de. **Política de Nucleação das escolas no campo no município de Caraúbas-PB: Contradições, Desafios e Perspectivas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

FERNANDES, Rosilda Costa. **Ações dos movimentos sociais contra o fechamento de escolas do campo: lutas e enfrentamentos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

MATTOS, Margarete de; SOUZA, Elodir Lourenço; MUNARINI, Camila. Escola é “vida na comunidade”: análise sobre fechamento de escolas do campo. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 31, n. 55, p. 121-140, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v31i55.5859>. Acesso em: 05 de set de 2025.

MOROSINI, M. C. (2014). **Estado do conhecimento**: conceitos, abordagens e métodos. Porto Alegre: Artmed.

OLIVEIRA, Katia Lucena Alves de. **Política de Nucleação de Escolas do Meio Rural**: Repercussões em Comunidades do Oeste Catarinense Programa de Pós-graduação em Educação, UNOESC, Joaçaba, 2018.

RAMOS, Núbia dos Reis. Apresentação em slides no II colóquio: **“Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”**, realizado na Universidade do Estado da Bahia- Campus XI. Serrinha-Ba, 28 ago 2025.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. Porto Alegre: **Educação e Realidade**, 2017.

SANTOS, Janeide Bispo dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v.6, n. , p. 1-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12940>. Acesso em: 07 de set de 2025.

SANTOS, Silmar Oliveira dos. **Questão agrária e o fechamento das escolas do campo em Rolim de Moura - RO**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SILVA, Sandra Mara do Carmo. **Fechamento de escolas do campo em municípios da Bahia: Estudo de caso dos Territórios de Identidade do Sudoeste Baiano, do Médio Sudoeste e do Médio Rio de Contas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago, 2015.

TORRES, Mônica Moreira de Oliveira. **A Prática na Formação Inicial**

de Professores: sentidos atribuídos por estudantes e coordenador de curso durante a realização da licenciatura em Geografia do Campus XI - UNEB. 2016. 195 f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade) Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2016.

TORRES, José Humberto. **Contribuições das práticas educativas da Pedagogia da Alternância nas Escolas Família Agrícola (EFAS), associada ao fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios de Valente e Monte Santo, Bahia/Brasil – 2023.** 272 f. Tese. (Departamento de Posgrado). UTIC – Universidad Tecnológica Intercontinental. Assunção, Paraguai, 2023.

RODAS DE CONVERSA E NARRATIVAS NOS TCCs DO PPGIES (2021-2024): O COMPROMISSO POLÍTICO DAS PESQUISAS DE GÊNERO

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

bacelarkarla@gmail.com

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XVII

scsilva@uneb.br

RESUMO: Este estudo emerge das discussões promovidas no colóquio do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), Campus XI da Universidade do Estado da Bahia, bem como das leituras complementares sugeridas pelas(os) expositoras(es), que ampliaram as reflexões e fundamentaram a elaboração deste artigo. O objetivo central consiste em mapear e analisar de que forma as metodologias de rodas de conversa e narrativas, presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do PPGIES (2021-2024), articulam-se ao compromisso político das pesquisas de gênero desenvolvidas no Programa. Parte-se da hipótese de que rodas e narrativas não se configuram apenas como estratégias metodológicas, mas como práticas de produção de conhecimento que tensionam as fronteiras entre ciência e política, reafirmando o caráter transformador da pesquisa acadêmica. A investigação adotou abordagem qualitativa e envolveu pesquisa documental e bibliográfica, ancorada em Gil (2008), contemplando o levantamento e a análise dos TCCs defendidos entre 2021 e 2024. Os resultados evidenciam que rodas e narrativas constituem espaços de diálogo, memória e resistência, reafirmando o compromisso político das investigações de gênero e sua potência para incidir sobre a realidade social e educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Rodas de conversa. Narrativas. Pesquisas de gênero.

1 Introdução

O estudo aqui apresentado, intitulado “Rodas de conversa e Narrativas nos TCCs do PPGIES (2021-2024): o compromisso político das pesquisas de gênero”, resulta das interlocuções estabelecidas ao longo do colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, realizado no semestre 2025.2, no Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O evento constituiu-se em espaço de diálogo entre pesquisadores(as), docentes e discentes, no qual se discutiu o panorama da educação do campo na Bahia, destacando-se, de forma reiterada, a centralidade do compromisso político nas pesquisas, compreendido como elemento essencial para a produção científica socialmente engajada e transformadora.

O colóquio supracitado possibilitou evidenciar como a pesquisa acadêmica articula conceitos teóricos e metodológicos com a realidade dos territórios e com a promoção de direitos, reafirmando a necessidade de que a dimensão política esteja presente em todas as etapas da investigação. Tal compreensão encontra respaldo em Freire (1996), para quem a produção de conhecimento não se dá de maneira neutra, mas em constante interação com contextos sociais e históricos específicos, exigindo reflexão crítica e engajamento transformador. Nessa perspectiva, a pesquisa acadêmica deve assumir postura socialmente comprometida, orientando-se pela promoção da justiça, da equidade e pelo reconhecimento das relações de poder que atravessam as estruturas educacionais e sociais.

Com base nesse entendimento, este estudo propõe-se a analisar de que forma as metodologias de rodas de conversa e narrativas, aplicadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), entre 2021 e 2024, articulam-se ao compromisso político das pesquisas de gênero desenvolvidas no âmbito do programa.

As metodologias de rodas de conversa e narrativas são destacadas neste trabalho pela sua presença recorrente em investigações qualitativas, especialmente no contexto de mestrados profissionais, como o oferecido pelo PPGIES. Segundo Afonso e Abade (2008), as rodas de conversa configuram-se como espaços coletivos de escuta, diálogo e construção compartilhada de saberes, nos quais as(os) participantes podem expressar experiências, percepções e demandas. Por sua vez, as narrativas, de acordo com Souza (2011), possibilitam que os sujeitos relatem trajetórias

e vivências, favorecendo processos de reflexão crítica acerca de suas próprias experiências e do contexto em que estão inseridos(as). Assim, tais metodologias constituem instrumentos centrais tanto para a coleta e análise de dados quanto para a elaboração de produtos acadêmicos, articulando o processo investigativo à compreensão das dinâmicas sociais e culturais que permeiam os fenômenos estudados.

O estudo está vinculado ao PPGIES, do Departamento de Educação – Campus XI, integrado à Linha de Pesquisa 01 – Novos Contextos de Aprendizagem, e ao projeto integrador “Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: (Inter)relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”. Para alcançar o objetivo proposto, optou-se pela realização de uma pesquisa documental e bibliográfica, de natureza qualitativa, ancorada em Gil (2008).

O estudo está vinculado ao PPGIES, do Departamento de Educação – Campus XI, integrado à Linha de Pesquisa 01 – Novos Contextos de Aprendizagem, e ao projeto integrador Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: (Inter)relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde. Para alcançar o objetivo proposto, optou-se pela realização de uma pesquisa documental e bibliográfica Gil (2008).

O recorte temporal de 2021 a 2024 foi adotado a fim de facilitar o levantamento das produções e oferecer um panorama das pesquisas mais recentes desenvolvidas no programa, permitindo identificar como as metodologias vêm sendo aplicadas nos trabalhos atuais. A questão orientadora que guia a análise é: como as metodologias de rodas de conversa e narrativas presentes nos TCCs do PPGIES (2021-2024) articulam-se ao compromisso político das pesquisas de gênero?

O artigo está estruturado em duas seções principais: a primeira apresenta os procedimentos metodológicos utilizados; a segunda desenvolve a análise crítica das produções selecionadas, enfatizando o uso das rodas de conversa e narrativas e sua articulação com o compromisso político das pesquisas de gênero. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas reflexões e contribuições da investigação, apontando limites e potencialidades da produção acadêmica no contexto do PPGIES.

2 Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva de Gil (2008), que compreende a investigação científica como um processo sistemático de construções do conhecimento, fundamentado na análise crítica e rigorosa das informações disponíveis. A escolha por essa abordagem decorre da natureza do objeto investigado: a análise das metodologias de rodas de conversa e narrativas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do PPGIES, que requer compreender significados, contextos e intencionalidades subjacentes às produções acadêmicas, sobretudo no que se refere ao compromisso político das pesquisas de gênero. De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela ênfase na compreensão da realidade social a partir da interpretação dos fenômenos e das relações que os constituem. Essa perspectiva possibilita apreender a complexidade das práticas metodológicas presentes nos TCCs, considerando não apenas sua aplicação técnica, mas, principalmente, suas implicações políticas e pedagógicas no campo das investigações de gênero.

O percurso metodológico adotado neste estudo fundamentou-se na realização de uma pesquisa documental e bibliográfica, compreendida, conforme Gil (2008), como um procedimento capaz de reunir, organizar e analisar criticamente produções já existentes sobre determinado tema, possibilitando a construção de um panorama abrangente e interpretativo do conhecimento acumulado. Para tanto, foram levantados e selecionados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos no PPGIES, Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no período de 2021 a 2024, que apresentassem como recurso investigativo as metodologias de rodas de conversa e/ou narrativas.

A adoção dessa estratégia metodológica revela-se pertinente não apenas pelo rigor analítico, mas também pelo seu potencial em valorizar a dimensão interpretativa e dialógica das pesquisas. As metodologias aqui destacadas — rodas de conversa e narrativas — constituem, por si mesmas, instrumentos que articulam escuta atenta, reflexão crítica e expressão de experiências subjetivas e coletivas. Assim, ao investigá-las, este estudo não se limita a examinar sua aplicação técnica, mas busca evidenciar a intencionalidade política que permeia cada trabalho, ressaltando como o conhecimento científico se entrelaça com processos de transformação social, promoção de direitos e fortalecimento das vozes dos sujeitos historicamente silenciados.

A análise foi conduzida em duas etapas centrais. A primeira consistiu no levantamento documental, que envolveu a identificação e catalogação dos TCCs disponíveis no acervo institucional, obedecendo a critérios de inclusão previamente definidos: produções defendidas entre 2021 e 2024 e vinculadas à Linha de Pesquisa 01 – Novos Contextos de Aprendizagem. A segunda etapa correspondeu à análise de conteúdo, inspirada em Gil (2008), mediante a leitura detalhada de resumos, introduções, seções metodológicas e considerações finais. Esse processo permitiu identificar de que forma rodas de conversa e narrativas foram mobilizadas e em que medida tais metodologias se articularam ao compromisso político das pesquisas de gênero.

Dessa forma, a seção metodológica não se reduz à descrição de procedimentos técnicos, mas assume caráter reflexivo e crítico, enfatizando o papel das metodologias participativas na produção de conhecimento engajado. Nesse sentido, ressalta-se que rodas e narrativas operam como espaços de diálogo e resistência, capazes de tensionar fronteiras entre ciência e política, contribuindo para a promoção da equidade de gênero e para a consolidação de práticas científicas conectadas a contextos sociais concretos.

A abordagem qualitativa adotada permitiu apreender nuances, tensões e possibilidades presentes nas experiências relatadas nos TCCs, reforçando a compreensão de que a ciência pode e deve ser simultaneamente rigorosa e comprometida socialmente. Essa estratégia metodológica, ao articular teoria e prática, revelou-se fecunda para identificar não apenas a presença das rodas de conversa e narrativas, mas, sobretudo, a intencionalidade crítica e transformadora que orienta sua adoção. Assim, reafirma-se o compromisso político da produção acadêmica no âmbito do PPGIES, entendendo-a como espaço de reflexão, resistência e construção de alternativas emancipadoras.

3 Desenvolvimento

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do PPGIES, defendidos entre 2021 e 2024, teve como objetivo compreender de que forma as metodologias de rodas de conversa e narrativas se articulam ao compromisso político das pesquisas de gênero desenvolvidas no âmbito do programa. Para tanto, foi elaborado o Quadro 1, que sistematiza informações referentes a autorias, títulos, aplicação metodológica, objetivos e principais conclusões das produções selecionadas.

A investigação concentrou-se, de modo particular, na função das narrativas enquanto instrumentos que possibilitam às(aos) participantes expressar experiências, trajetórias e desafios vivenciados, além de favorecerem a reflexão crítica sobre seus contextos de inserção. Paralelamente, destacou-se a utilização das rodas de conversa como espaços coletivos de construção de conhecimento, diálogo horizontal e proposição de ações interventivas.

A análise desses trabalhos revelou que tais metodologias não se restringem a orientar a coleta e a análise de dados, mas cumprem papel fundamental na reafirmação da dimensão política da pesquisa. Ao potencializar a valorização de experiências historicamente subalternizadas, as rodas e narrativas evidenciam o engajamento das(os) pesquisadoras(es) com a promoção de direitos, a equidade de gênero e a transformação das realidades sociais. Assim, as metodologias assumem caráter não apenas técnico, mas também ético e político, reafirmando a vocação do PPGIES para uma produção acadêmica crítica e socialmente comprometida.

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico

Autor	Título	Aplicação da Metodologia (Rodas / Narrativas)	Objetivo Geral	Conclusão
ALEN-CAR (2021)	Organização comunitária feminina em um curtume da região sisaleira: proposições educativas, socioambientais e culturais	Narrativas Entrevista narrativa utilizada como técnica de coleta de dados para registrar as experiências de vida das mulheres colaboradoras.	Constituir e avaliar um processo de (in) formação sobre as contribuições educativas e socioambientais com e para as mulheres pertencentes a uma organização comunitária constituída a partir de um curtume da região sisaleira no processo de preservação e manutenção da cultura local.	A pesquisa evidenciou que a atuação das mulheres em associações comunitárias da região sisaleira é fundamental para a preservação e transmissão da cultura local, articulando saberes educativos, socioambientais e culturais. As oficinas formativas possibilitaram a valorização do trabalho feminino, o fortalecimento da autonomia e práticas positivas com a natureza, destacando a importância de espaços educativos não formais e o engajamento da comunidade e do poder público na promoção da sustentabilidade cultural e ambiental.

COE-LHO (2021)	Mulheres empreendedoras sociais numa feira livre do Recôncavo baiano: uma proposta interventiva	Narrativas e Rodas de Conversa As narrativas foram utilizadas na análise de dados, consistindo em convicções socialmente compartilhadas pelas participantes, enquanto as rodas de conversa foram empregadas como metodologia para a construção coletiva do produto da pesquisa.	Analisar e intervir nas propositivas advindas da realidade de mulheres empreendedoras sociais, que atuam no ramo de hortifruti de uma feira livre no referido território.	O estudo revelou que o empreendedorismo feminino nas feiras livres do Recôncavo Baiano fortalece renda, cultura e empoderamento das mulheres, sendo potencializado por narrativas, rodas de conversa e intervenção com o Boletim Verde, oferecendo contribuições para educação empreendedora e visibilidade social.
AZEVEDO (2022)	Liderança de mulheres no espaço religioso: interlocução na organização mensageiras do rei no território do sertão produtivo baiano	Narrativas e Rodas de Conversa A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas, enquanto as rodas de conversa foram utilizadas como metodologia para a construção coletiva do produto da pesquisa.	Analisar a liderança e a interlocuções de mulheres na organização Mensageiras do Rei no espaço religioso das Igrejas Batistas no Sertão Produtivo Baiano, com vistas a implementar uma plataforma educacional formativa.	A pesquisa analisou a liderança feminina na organização Mensageiras do Rei, evidenciando a formação teológica e cidadã das participantes, o papel das mulheres em espaços de educação não formal religiosa e a construção coletiva de uma plataforma educacional digital como produto interventivo, promovendo aprendizagem, interlocução e valorização da liderança feminina.

FREI-TAS (2022)	Percursos das mulheres transexuais na pós-graduação da UNEB: uma sistematização dialógica no âmbito educativo e social.	Narrativas A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas, enquanto as rodas de conversa foram utilizadas como metodologia para a construção coletiva do produto da pesquisa.	Analisar o percurso das mulheres transexuais nos últimos quatro anos (2018 - 2022) na Pós-Graduação Stricto-Sensu da UNEB e construir coletivamente um perfil na plataforma digital Instagram que expresse a partir das vivências e dos documentos institucionais as sistematizações dialógicas no âmbito educativo e social.	A pesquisa evidenciou os desafios enfrentados por mulheres transexuais cotistas na UNEB, mostrando a opressão institucional e social, a relevância das narrativas para compreender suas experiências e a necessidade de ações que promovam inclusão, reconhecimento e enfrentamento da transfobia.
CON-CEIÇÃO (2023)	As Devotas da Santa Dulce dos Pobres Pertencentes ao Grupo Poder Grisalho de Salvador-Bahia: do terço nas mãos à prática online de pilates.	Narrativas e Rodas de conversa As entrevistas narrativas foram utilizadas para a coleta de dados, possibilitando o registro das experiências das colaboradoras, enquanto as rodas de conversa foram empregadas como metodologia de intervenção, realizadas no contexto pesquisado e organizadas a partir das demandas coletivas.	Analisar como ocorrem as intervenções no cuidar da saúde das devotas da Santa Dulce dos Pobres pertencentes ao Grupo Poder Grisalho de Salvador-Bahia, tendo como base a prática online de pilates.	O Pilates é uma prática eficaz para idosos, favorecendo saúde, independência e qualidade de vida. A associação com a fé em Santa Dulce dos Pobres fortaleceu laços comunitários e espirituais, reforçando também a importância de políticas públicas que ampliem o acesso a atividades físicas orientadas.

O trabalho de Alencar (2021), por meio de narrativas, resgatou as experiências de mulheres integrantes de uma associação comunitária organizada em torno de um curtume na região sisaleira. A pesquisa evidenciou que o trabalho feminino é central para a preservação da cultura local e para a sustentabilidade socioambiental, revelando que espaços educativos não formais configuram-se também como territórios de resistência e de afirmação identitária. Tal resultado dialoga com Freire (1996), ao defender que a educação deve partir da realidade concreta das pessoas e potencializar seus saberes como caminho de autonomia e emancipação.

A investigação de Coelho (2021) integrou narrativas e rodas de conversa com o propósito de compreender e intervir na realidade de mulheres empreendedoras sociais em feiras livres do Recôncavo Baiano. A utilização do Boletim Verde como produto interventivo demonstrou o potencial da pesquisa em gerar impactos imediatos na comunidade, articulando ciência, economia solidária e cultura. Sob essa perspectiva, as metodologias adotadas reafirmam que o conhecimento é produzido com os sujeitos, e não apenas sobre eles, alinhando-se ao compromisso político das práticas educativas participativas, conforme argumenta Lhullier (1990).

No estudo de Azevedo (2022), a análise voltou-se à liderança de mulheres em espaços religiosos. As narrativas possibilitaram compreender trajetórias individuais de formação teológica e cidadã, enquanto as rodas de conversa viabilizaram a construção coletiva de uma plataforma educacional digital. A pesquisa evidencia que práticas religiosas podem igualmente constituir-se como práticas educativas não formais, favorecendo interlocuções plurais e o protagonismo feminino em contextos historicamente marcados pela hierarquia masculina. Essa iniciativa reafirma a concepção freireana de que o diálogo e a coletividade são princípios fundamentais para a transformação social.

Em Freitas (2022), as narrativas foram essenciais para dar visibilidade aos percursos de mulheres transexuais cotistas na pós-graduação da UNEB, revelando tanto barreiras institucionais quanto estratégias de resistência. O produto interventivo — um perfil no Instagram — ampliou o alcance da pesquisa, articulando saber acadêmico e ativismo político. Essa abordagem está em consonância com Lhullier (1990), ao defender a produção de conhecimento em conjunto com os sujeitos, configurando uma prática científica engajada na superação de exclusões e na promoção de reconhecimento social.

Por sua vez, a pesquisa de Conceição (2023), ao associar entrevistas narrativas e rodas de conversa, analisou o cuidado com a saúde de mulheres devotas de Santa Dulce dos Pobres, integrantes do Grupo Poder Grisalho. Os resultados demonstraram que a prática de pilates, associada à dimensão espiritual, contribui para a qualidade de vida, a autonomia e o fortalecimento dos laços comunitários. O estudo evidencia como essas metodologias podem articular fé, saúde e coletividade, reforçando a relevância de políticas públicas que dialoguem com as realidades concretas e simbólicas dos sujeitos.

Observa-se, portanto, que os cinco estudos analisados apresentam convergências significativas. Todos articulam narrativas e/ou rodas de conversa como instrumentos centrais para a expressão de experiências individuais e coletivas, promovendo reflexão crítica, aprendizagem compartilhada e proposição de ações interventivas. Enquanto Alencar (2021) enfatiza a preservação cultural e a sustentabilidade comunitária, Coelho (2021) destaca o empreendedorismo e a visibilidade social; Azevedo (2022) ressalta a liderança feminina e o protagonismo em espaços religiosos; Freitas (2022) evidencia inclusão e enfrentamento de opressões; e Conceição (2023) integra saúde, espiritualidade e qualidade de vida. Em conjunto, os estudos reforçam a centralidade política das metodologias participativas, demonstrando que a pesquisa científica pode, simultaneamente, produzir conhecimento, promover empoderamento e transformar realidades sociais.

Os TCCs analisados revelam, assim, que narrativas e rodas de conversa não se limitam a ser instrumentos de coleta de dados ou de intervenção pontual. Elas constituem processos de escuta ativa, reflexão crítica e produção coletiva de saberes, nos quais as(os) participantes são protagonistas e coautoras(es) do conhecimento. Essa articulação entre pesquisa e prática evidencia a potência transformadora dessas metodologias, que permitem compreender, de maneira aprofundada, as experiências de mulheres em diferentes contextos e propor ações concretas alinhadas às suas necessidades e potencialidades. Além disso, ao integrar dimensões pessoais, sociais, políticas e simbólicas, tais metodologias fortalecem a dimensão ética da pesquisa e reafirmam a indissociabilidade entre ciência e compromisso social.

A análise dos TCCs do PPGIES (2021-2024) demonstra, portanto, que rodas de conversa e narrativas configuram-se como ferramentas essenciais para o compromisso político das pesquisas de gênero. Os estudos analisados

evidenciam que essas metodologias possibilitam a escuta qualificada e a valorização de experiências de mulheres em diferentes contextos — comunitários, empreendedores, religiosos, acadêmicos — bem como de sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres transexuais cotistas. Ao articular diálogo, construção coletiva do conhecimento e proposição de intervenções, rodas e narrativas fortalecem a reflexão crítica sobre desigualdades de gênero e a promoção de direitos, revelando-se como práticas de empoderamento e reconhecimento social. No âmbito do PPGIES, essas metodologias não apenas orientam a investigação, mas traduzem o compromisso político da pesquisa, integrando produção de conhecimento, transformação social e equidade de gênero.

4 Considerações finais

A análise dos TCCs do PPGIES (2021-2024) evidencia que as metodologias de rodas de conversa e narrativas se consolidam como ferramentas centrais para pesquisas politicamente engajadas no campo das investigações de gênero. Essas práticas possibilitam a escuta ativa e a valorização de experiências de mulheres em diferentes contextos, bem como de sujeitos historicamente marginalizados, promovendo reflexão crítica acerca das desigualdades e fortalecendo processos de empoderamento e reconhecimento social. Nesse sentido, revelam que a pesquisa acadêmica pode transcender o caráter meramente descritivo, assumindo-se como instrumento efetivo de transformação social.

Os estudos analisados demonstram que tais metodologias vão além da coleta de informações, pois favorecem a construção coletiva do conhecimento e a proposição de intervenções capazes de impactar diretamente os territórios estudados. A elaboração de produtos interventivos e ações comunitárias evidencia que a pesquisa pode articular de maneira indissociável investigação científica e prática social, estabelecendo pontes entre análise crítica, engajamento comunitário e promoção de direitos. Assim, rodas e narrativas se afirmam como estratégias que integram teoria e prática em torno da equidade de gênero.

A diversidade de contextos contemplados nos trabalhos analisados demonstra tanto a flexibilidade quanto a potência dessas metodologias para responder a demandas sociais e culturais variadas. Elas permitem compreender trajetórias individuais e coletivas, reconhecer diferentes formas de protagonismo e propor ações sintonizadas com realidades concretas. Ao

mesmo tempo, reforçam o compromisso político da pesquisa, uma vez que tornam visíveis experiências frequentemente subalternizadas, fortalecendo valores de justiça, inclusão e participação social.

Em síntese, o mapeamento e a análise das metodologias de rodas de conversa e narrativas nos TCCs do PPGIES mostram que essas práticas investigativas são essenciais para articular produção de conhecimento, ação transformadora e compromisso com a equidade de gênero. A investigação demonstra que, quando orientadas por princípios críticos e participativos, tais metodologias contribuem significativamente para a promoção de direitos, o reconhecimento de subjetividades diversas e a consolidação de uma pesquisa socialmente comprometida.

Referências

AFONSO, M. L. & ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas:** rodas de conversa em Direitos Humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALENCAR, G. P. M. de. **Organização comunitária feminina em um curtume da região sisaleira:** proposições educativas, socioambientais e culturais. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2021. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2022/04/DISSERTACAO-CARLA.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

AZEVEDO, R. de C. **Liderança de mulheres no espaço religioso: interlocução da organização Mensageiras do Rei no território do Sertão Produtivo Baiano.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2022. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2024/04/TCC-RAFAELA-DE-CARVALHO-AZEVEDO.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

COELHO, M. A. A. **Mulheres empreendedoras sociais numa feira livre do Recôncavo Baiano: uma proposta interventiva.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2021. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2022/04/DISSERTACAO-MARIANA.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

CONCEIÇÃO, A. M. C. **As devotas da Santa Dulce dos Pobres pertencentes ao grupo Poder Grisalho – Salvador - BA: do terço nas mãos à prática online de pilates.** 2023. Dissertação (Mestrado

Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2023. Disponível em: <https://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2024/11/Dissertacao-ANGELO-MARCIO-CORREIA-DA-CONCEICAO.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, P. V. S. de. **Percursos das mulheres cotistas transexuais na pós-graduação stricto sensu da UNEB: uma sistematização dialógica no âmbito educativo e social**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2022. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2024/04/Dissertacao-PAULA-VALENTINE-SOARES-DE-FREITAS.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LHULLIER, L. A. Pesquisa social e suas relações com a ação social e o compromisso político do pesquisador. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 9, p. 123-131, 1990.

SANTOS, J. B. dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação no Campo**, Tocantinópolis, v. 6, 2021.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Marizete Barbosa de Lima Souza

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

marize809@yahoo.com.br

Everton Nery Carneiro

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

ecarneiro@uneb.br

RESUMO: Este artigo discute a Educação do Campo como um espaço de resistência sociocultural e política frente às desigualdades históricas que afetam o acesso e a permanência dos camponeses na educação. Este é um estudo teórico e qualitativo baseado em autores como Freire (1996), Arroyo (2012), Molina (2017) e Caldart (2004), que veem a educação do campo como uma prática emancipadora e dialógica. As reflexões fundamentam-se nos debates ocorridos no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, organizado pelo PPGIES/UNEB, conectando as contribuições do evento à avaliação das políticas públicas e à situação da educação do campo no território do sisal. Os resultados mostram que, embora tenha havido progressos institucionais, a Educação do Campo ainda se depara com desafios consideráveis, o que demanda um reforço nas políticas públicas e reconhecimento dos saberes locais como base para uma educação emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Políticas Públicas. Identidade Camponesa.

1 Introdução

O presente artigo é fruto das reflexões desenvolvidas durante o II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado

da Bahia”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenções Educativas e Sociais (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha, no segundo semestre de 2025. O evento incluiu uma apresentação das Professoras Dra. Núbia dos Reis (UNEB), e a professora Rosana Mara Chaves Rodrigues, gerente da pró-reitoria da UNEB, responsável pela Educação do Campo, que ofereceu análises sobre as vitórias e os obstáculos enfrentados pela Educação do Campo na Bahia.

As reflexões expostas neste trabalho conectam os debates realizados no Colóquio à revisão de literatura e à análise crítica de produções acadêmicas de autores renomados que discutem a educação do campo. A abordagem utilizada, de caráter qualitativo e baseada em pesquisa bibliográfica, possibilitou a organização dos estudos e o aprofundamento teórico sobre a função da Educação do Campo como política pública e espaço de resistência sociocultural.

A importância desta pesquisa surge da demanda por entender a Educação do Campo como parte de um projeto emancipatório que vai além do âmbito escolar, atuando como ferramenta para valorizar os conhecimentos locais, fortalecer a identidade camponesa e consolidar práticas pedagógicas críticas e contextualizadas. Desse modo, o objetivo principal do artigo é analisar a Educação do Campo como um espaço de resistência sociocultural e política frente às desigualdades históricas que afetam o acesso e a permanência dos camponeses na educação. Como objetivos específicos, tem-se: analisar as políticas públicas e os principais marcos legais que organizam a Educação do Campo no Brasil; entender como a escola do campo contribui para o fortalecimento das identidades culturais, sociais e comunitárias das comunidades camponesas; e examinar os obstáculos atuais que a Educação do Campo enfrenta, especialmente em relação ao fechamento de escolas do campo, à desvalorização dos conhecimentos locais e à interrupção de políticas públicas que afetam a equidade na educação.

2 Metodologia

Este artigo se configura como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica, vinculado à execução de uma atividade prática de caráter formativo: o II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”. O evento foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES)

da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, localizado em Serrinha-Ba.

Minayo (2015) esclarece que a metodologia é o caminho que orienta a conexão entre o pensamento e a prática científica, funcionando como o percurso sistemático que o pesquisador segue para entender a realidade em estudo. Dessa forma, este estudo foi realizado seguindo um percurso metodológico estruturado em etapas cronológicas e complementares, que incluíram leitura, reflexão, envolvimento em atividade acadêmica e sistematização teórica. Inicialmente, foi conduzida uma revisão da literatura sobre o tema Educação do Campo, fundamentada em autores que abordam a questão sob a perspectiva da resistência e emancipação social. Freire (1996), Arroyo (2011; 2012), Molina (2017) e Caldart (2004; 2012) são alguns dos referenciais teóricos que fundamentam este estudo. Suas obras são fundamentais para a reflexão sobre a educação popular e os processos formativos no campo.

Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória de livros, artigos acadêmicos, dissertações e documentos oficiais (como a Lei n.º 9.394/1996, LDB) que tratam da Educação do Campo em seus contextos históricos, políticos e pedagógicos. Essa etapa seguiu os pressupostos de Marconi e Lakatos (2003), que entendem a pesquisa bibliográfica como um processo de organização e análise de materiais previamente publicados, permitindo que o pesquisador tenha contato direto com a produção já existente sobre o assunto.

A escolha pela metodologia qualitativa é justificada pela possibilidade de obter uma compreensão mais profunda do fenômeno em questão, dando importância aos significados, percepções e contextos sociais em que a Educação do Campo está inserida. Minayo (2015) destaca que a pesquisa qualitativa se concentra em níveis de realidade que não são passíveis de quantificação, mas que são essenciais para entender os fenômenos sociais, pois revelam aspectos subjetivos e simbólicos.

3 Desenvolvimento

A Constituição de 1988 assegura que a educação é um direito de todos e uma obrigação do Estado, da família e da sociedade. No entanto, no meio rural, esse direito se depara com desafios como a desativação de escolas, ausência de infraestrutura e insuficiência de formação docente apropriada (Molina, 2017). Nesse contexto, a Educação do Campo se

consolida como um meio de resistência e reconhecimento da identidade camponesa, fundamentada na pedagogia de Freire e nos conhecimentos locais.

No II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, realizado no dia 28 de agosto de 2025, as professoras Núbia dos Reis e Rosana Rodrigues enfatizaram a importância do diagnóstico estadual como um passo fundamental para fortalecer as políticas públicas de Educação do Campo na Bahia. A professora Núbia dos Reis destacou que a pesquisa, conduzida em 392 municípios da Bahia, “é resultado de uma colaboração entre o Estado, os movimentos sociais e a Universidade do Estado da Bahia, decorrente de uma demanda histórica do Fórum Estadual de Educação do Campo, que há anos solicita uma avaliação precisa da situação das escolas do campo” (Reis, 2025).

A professora Rosana Rodrigues reforçou que a pesquisa representa uma ação articulada e política entre universidade e sociedade civil, construída de forma coletiva e horizontal. Segundo ela:

O Diagnóstico da Educação do Campo da Bahia nasceu de uma luta de mais de dez anos dos movimentos sociais, que exigiam do Estado o levantamento das reais condições das escolas do campo. A UNEB foi escolhida não apenas por sua presença em todos os territórios de identidade, mas por sua legitimidade junto às comunidades camponesas. A pesquisa mobilizou cerca de oitenta pesquisadores e sessenta bolsistas, gerando um banco de dados com mais de 150 mil registros, que subsidiará políticas públicas e novas investigações. Esse diagnóstico é mais que um produto técnico, é um ato político, um gesto de resistência e compromisso com a Educação do Campo” (SANTOS, 2025).

Essa fala reafirma o papel da universidade pública como agente de transformação social e como espaço de diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares, fortalecendo o caráter político e emancipador da Educação do Campo.

Prof^a Dr^a Núbia dos Reis (2025):

É com grande satisfação que o Campus XI da UNEB, em Serrinha, recebe nesta tarde a equipe responsável pela elaboração do Diagnóstico da Educação do Campo no Estado da Bahia, uma pesquisa densa, abrangente e de enorme relevância social. Essa investigação é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, os movimentos sociais do campo e a Universidade do Estado da Bahia, a

partir de uma demanda histórica do Fórum Estadual de Educação do Campo.

Essa demanda decorre do entendimento de que não se podem desenvolver políticas públicas eficazes sem compreender a realidade concreta das escolas rurais. O Fórum, em colaboração com os movimentos sociais, pressionou o Estado e obteve essa parceria, possibilitando que a universidade utilizasse sua expertise em ensino, pesquisa e extensão em benefício da sociedade.

A pesquisa abrangeu 392 municípios da Bahia, envolvendo uma extensa equipe interdisciplinar composta por docentes, alunos e técnicos da UNEB. O resultado desse processo inclui não só um diagnóstico, mas também um Fórum permanente de diálogo, um espaço para construção coletiva e proposição de políticas públicas direcionadas à Educação do Campo.

É uma grande satisfação observar o PPGIES, por meio deste Colóquio, receber essa experiência e colaborar para expandir as conversas sobre os desafios e as oportunidades que surgem desse trabalho. Essa ação demonstra o compromisso da universidade pública em promover a transformação social e reconhecer os indivíduos do campo como protagonistas na geração de conhecimento. Prof^a Dr^a Rosana Rodrigues: “Quero começar agradecendo ao PPGIES/UNEB e à coordenação deste evento pela chance de compartilhar uma parte deste estudo, que constitui uma das maiores iniciativas integradas entre a universidade e os movimentos sociais no estado.”

O Diagnóstico da Educação do Campo da Bahia surgiu de uma batalha de mais de uma década dos movimentos sociais, que exigiam do governo a coleta sistemática de dados sobre as condições reais das escolas do campo. Na ausência desse diagnóstico, qualquer política pública seria desenvolvida com base em lacunas. A UNEB foi selecionada para realizar a pesquisa não somente por sua presença em todos os territórios de identidade da Bahia, mas também por sua credibilidade política e social junto às comunidades do campo.

O Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAEDT) coordenou o estudo, que contou com a participação de aproximadamente 80 pesquisadores e mais de 60 bolsistas, incluindo alunos e docentes. A equipe criou um sistema digital para a coleta de dados, permitindo o monitoramento em tempo real das informações recebidas de escolas, comunidades e territórios.

O estudo gerou um extenso banco de dados com mais de 150 mil registros, que servirá de apoio para políticas públicas e futuras pesquisas. Estamos preparando a divulgação de três e-books com os resultados por região e, em seguida, as informações poderão ser acessadas em um portal público da Secretaria de Educação.

Esse diagnóstico vai além de um produto técnico: é uma ação política, um ato de resistência e um compromisso com a Educação do Campo. É resultado do esforço conjunto entre universidade, estado e sociedade civil, confirmando que a Educação do Campo é uma política desenvolvida de maneira horizontal, dialogada e participativa. A equipe organizadora do diagnóstico deixou claro que seguirão compartilhando esses resultados em todas as regiões da Bahia, reforçando a discussão e a criação de políticas que garantam o direito à educação de qualidade para as comunidades do campo.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 garante que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, [...] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 130-131). No entanto, apesar dessa previsão constitucional, a implementação desse direito ainda enfrenta grandes obstáculos, especialmente no que diz respeito à educação para as populações camponesas.

Fernandes e Molina (2005) afirmam que o campo deve ser entendido como um território com várias dimensões: políticas, históricas, culturais e sociais, configurando-se como um espaço de resistência e oportunidades para a emancipação. Durante a convergência, a professora Dra. Núbia dos Reis (UNEB), durante sua apresentação no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, enfatizou que a Educação do Campo deve ser considerada uma política de reconhecimento e justiça social, que dê valor aos indivíduos historicamente marginalizados e combata as desigualdades estruturais presentes no meio rural.

No entanto, ao longo da história, a educação oferecida às populações do campo foi desprezada. De acordo com Leite (1999, p. 14), “a educação rural no Brasil sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo [...] e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária”, o que reforçou a ideia de que o homem do campo não necessitaria de instrução formal.

Essa herança histórica ainda se faz presente nos dias de hoje, transformando a Educação do Campo em um terreno de conflitos políticos e simbólicos. O maior desafio é reverter a percepção do campo, não como sinônimo de atraso, mas como lugar de vida, trabalho, aprendizado e dignidade.

3.1 Marcos legais e conceituais da Educação do Campo

A consolidação da Educação do Campo no Brasil está profundamente relacionada às lutas sociais e movimentos populares do final do século XX, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento exigiu o direito a uma educação que refletisse a realidade do campo. Dentre os principais marcos legais, podemos citar: A Constituição Federal de 1988, que considera a educação um direito social; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996), que estabelece a necessidade de adaptar o ensino às características específicas da vida rural; As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica em Escolas Rurais (Resoluções CNE/CEB n.º 1/2002 e n.º 2/2008), que estabelecem a ideia de uma gestão democrática e de uma contextualização curricular e a implementação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) em 1998, que promoveu iniciativas de formação em colaboração com instituições de ensino superior públicas.

O termo Educação do Campo emergiu nos anos 1990, originando-se da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo e do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária. Essa mudança representou uma transformação política e conceitual em relação à antiga “educação rural”, que possuía um caráter assistencialista e descontextualizado. O movimento defendeu uma educação que reconheça o campo como um local para a produção de conhecimentos, identidades e cultura. A Educação do Campo, que surgiu das lutas sociais no final do século XX, especialmente de movimentos como o MST, tem como objetivo assegurar o protagonismo dos camponeses e combater as desigualdades históricas decorrentes de políticas públicas focadas no meio urbano. Essas políticas negligenciaram as particularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais (Arroyo, 2012; Caldart, 2004).

Segundo Cavalcanti (2009), conceber a Educação do Campo como uma política pública requer entender a educação como um direito que vai

além das demandas locais, levando em conta as diversas culturas, etnias, ambientes e realidades sociais que formam o campo brasileiro.

Molina e Sá (2011, p. 329) acrescentam que a Educação do Campo deve ser guiada por princípios que favoreçam o desenvolvimento completo dos indivíduos, conectando o conhecimento escolar à vida comunitária e à formação da cidadania. Essa visão se relaciona diretamente com a ideia de Freire de que a educação é uma prática libertadora.

3.2 Educação do Campo: resistência, identidade e saberes locais

Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo vai além da simples escolarização, pois se apresenta como um projeto de educação popular com o objetivo de emancipar os trabalhadores. Freire (1996) enfatiza que educar é um ato político, que implica reconhecer o educando como um sujeito histórico, apto a intervir de forma crítica na realidade.

Assim, a escola do campo tem uma função essencial a cumprir: valorizar e reforçar os conhecimentos locais, as tradições culturais e as vivências comunitárias que fundamentam o modo de vida camponês. Arroyo (2011) declara que a resistência dos povos do campo se manifesta na proteção da terra, na manutenção das tradições e na luta por uma educação que reconheça suas raízes.

Durante sua apresentação no II Colóquio do PPGIES/UNEB, a professora Núbia dos Reis destacou essa visão, ressaltando que a Educação do Campo deve ser considerada um espaço para a reconstrução da identidade, em que o conhecimento escolar se combina com os saberes populares, fomentando o sentimento de pertencimento, a autoestima e a consciência política.

Nesse processo, a Pedagogia da Alternância também se destaca. Essa metodologia, mencionada por Gimonet (2007), propõe a articulação entre os “tempos-escola” e os “tempos-comunidade”, possibilitando que os alunos conectem o aprendizado formal às experiências do dia a dia. Essa abordagem ajuda a fortalecer as conexões entre escola, família e comunidade, incentivando uma aprendizagem que é contextualizada e relevante.

3.3 Desafios contemporâneos e políticas públicas

Embora tenha havido progressos legais e conceituais, a Educação do Campo ainda se depara com grandes obstáculos para se consolidar. A efetivação do direito à educação no campo enfrenta obstáculos como o fechamento de escolas no campo, falta de infraestrutura adequada e ausência de políticas permanentes de formação docente (Caldart, 2012).

No Colóquio, a professora Núbia dos Reis ressaltou que esses desafios evidenciam a continuidade de uma abordagem centralizadora e urbana na administração educacional, que ignora as particularidades territoriais e culturais do campo baiano.

No Território de Identidade do Sisal, progressos significativos podem ser observados, como a melhoria da infraestrutura das escolas, o acesso à internet e a revitalização de espaços pedagógicos. Programas como o Mais Alfabetização, o Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar), o Novo Mais Educação, o Baú de Leitura, o Programa Despertar e o Tempo de Aprender foram implementados e fortalecidos. Muitos desses programas foram realizados em colaboração com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e prefeituras locais.

No entanto, segundo Arroyo (2011, p. 9), “a construção da escola possível é uma tarefa política extremamente complicada, fruto de longas lutas”. A eficácia das medidas depende tanto de políticas estruturais quanto da capacitação contínua dos docentes e do fortalecimento da gestão.

Nesse contexto, a formação docente se destaca como um dos aspectos mais sensíveis e estratégicos. Ela precisa levar em conta as particularidades do campo, a valorização dos conhecimentos comunitários e a interação entre ciência e cultura local. Molina (2017) argumenta que é essencial preparar educadores engajados na mudança social e que possam identificar o campo como um local para a produção de conhecimento e cidadania.

4 Considerações finais

A análise realizada revelou que a Educação do Campo é, ao mesmo tempo, um direito garantido pela Constituição, um movimento social e um projeto político-pedagógico. Sua potência está na conexão entre as lutas históricas dos trabalhadores e o desenvolvimento de práticas educativas emancipadoras. As discussões do II Colóquio do PPGIES/

UNEB, em consonância com os referenciais teóricos de Freire, Arroyo e Caldart, destacam que o campo deve ser considerado um território de vida e resistência, com a escola desempenhando um papel fundamental na afirmação da identidade camponesa e na valorização dos conhecimentos locais.

Assim, a Educação do campo vai além do papel instrucional: é uma prática de resistência e de reconstrução nas esferas social, política e cultural. O desafio é garantir políticas públicas duradouras, currículos contextualizados e formação de professores voltada para a transformação da realidade, a fim de que o direito à educação, assegurado pela Constituição, se concretize para os indivíduos do campo. Uma das conquistas mais importantes dos movimentos sociais brasileiros é a educação do campo, que lutou historicamente pelo direito à educação pública, gratuita e de alta qualidade para todos. Inspirada nos fundamentos da pedagogia freireana e nas lutas dos camponeses por terra, dignidade e cidadania, essa forma de educação se estabelece como um projeto político-pedagógico de resistência, focado na emancipação humana e na valorização dos conhecimentos e identidades locais.

Embora tenha obtido reconhecimento legal e avanços significativos nas últimas décadas, a educação do campo ainda se depara com sérios obstáculos de natureza estrutural e política. A falta de investimentos consistentes, o fechamento de escolas rurais, a escassez de formação docente especializada e a predominância de currículos voltados para áreas urbanas indicam que o direito constitucional à educação no campo ainda não foi totalmente realizado. No território do Sisal, constata-se que, apesar de as políticas públicas e programas educacionais terem contribuído para aprimorar a infraestrutura e fortalecer projetos pedagógicos, a construção de uma educação verdadeiramente contextualizada e emancipadora ainda exige iniciativas mais abrangentes e duradouras. Ainda existem lacunas que dificultam o pleno desenvolvimento de uma escola do campo dedicada à cultura, economia solidária e vida comunitária.

Portanto, entende-se que a Educação do Campo não deve ser vista apenas como uma extensão da educação urbana, mas como uma manifestação da identidade e da luta dos povos rurais por reconhecimento, autonomia e justiça social. É preciso contextualizar o processo de ensino, conectando os conteúdos escolares às vivências dos alunos e de suas famílias, para que a escola se transforme em um local de diálogo, pertencimento e mudança social. Em um período de retrocessos e desigualdades contínuas,

defender a Educação do Campo é lutar por uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Isso implica considerar o campo como um território de vida, cultura e geração de conhecimento, em vez de apenas um espaço econômico subordinado à lógica do agronegócio.

A Educação do Campo vai além de ser apenas uma política educacional; é um projeto de sociedade que se fundamenta na igualdade de direitos, no reconhecimento das identidades camponesas e na promoção da cidadania. Para fortalecê-la, é necessário assegurar que os indivíduos do campo sejam protagonistas de sua própria trajetória, engajando-se ativamente na criação de uma educação democrática, crítica e libertadora.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Educação do campo: em busca de uma educação emancipadora**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Corde, 1996.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** - 1988. disponível em www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao/htm, acesso em 18.09.2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 66, p. 32–33, 4 abr. 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do Campo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 84, p. 25, 30 abr. 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 283-304,

2012.

CAVALCANTI, C. R. **O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão** In: COUTINHO, A, F (Org.). **Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI.** -São Luís: EDUFMA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, J. C. **A pedagogia da alternância: formação em alternância e desenvolvimento rural.** Petrópolis: Vozes, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azeredo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação no Campo.** Brasília DF: articulação Nacional, “Por uma Educação do Campo”, 2005.

MOLINA, C, M. JESUS, M, S, A, J, de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação.** In: SANTOS, Clarice Aparecida; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos santos de (org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e movimentos sociais: para uma pedagogia emancipatória.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 43-60, 2017.

REIS, Núbia dos. **Fala apresentada no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”.** Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES/UNEB, Campus XI, Serrinha, 28 ago. 2025.

RODRIGUES, Rosana. **Fala apresentada no II Colóquio “Diagnóstico**

das Escolas do Campo do Estado da Bahia”. Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES/UNEB, Campus XI, Serrinha, 28 ago. 2025.

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora.** Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 6, 2021, artigo e12940. DOI: 10.20873/uftrbec.e12940.

POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE NO ESPAÇO RURAL

Carleila de Queiroz Matos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
carleilaluiza@gmail.com

Mara Gleide Queiroz Matos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
mara-gleide@hotmail.com

Selma Barros Daltro de Castro
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
scastro@uneb.br

RESUMO: Este artigo traz uma breve discussão sobre algumas políticas públicas votadas para a permanência da juventude no espaço rural, considerando os desafios impostos pela migração para os centros urbanos. Teve como objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre os programas governamentais que têm buscado garantir oportunidades de educação, trabalho, lazer e cidadania para os jovens do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Espaço rural. Juventude. Permanência.

1 Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões realizadas no II Colóquio Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia, realizado no dia 18 de setembro de 2025, no auditório da UNEB-Campus XI Serrinha. O referido evento foi promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha.

Durante o Colóquio, a professora Reis (2025), apresentou o diagnóstico das escolas do campo dos 27 Territórios de Identidade (TI) da Bahia, abrangendo 392 municípios visitados, o que corresponde a 94% do total do estado. Entre os aspectos abordados na pesquisa, destacam-

se tipificação das escolas; gestão escolar; relação escola e comunidade; corpo docente; alimentação escolar; transporte escolar; livro didático; infraestrutura das escolas entre outros (pesquisa de campo 2022).

Os dados apresentados pela professora Reis (2025), revelam que o espaço rural vem historicamente enfrentando desafios estruturais e políticos que afetam a qualidade da educação oferecidas à população do campo. A infraestrutura das escolas por exemplo, demonstra que muitas unidades funcionam em condições inadequadas, ausência de bibliotecas etc., o que dificulta a aprendizagem e a permanência do estudante, que, muitas vezes, buscam uma escola com condições mais adequadas nos centros urbanos.

Por meio da análise do Diagnostico das Escolas de Campo do Estado da Bahia, apresentado no referido Colóquio, buscamos contribuir à luz de determinados autores, com uma breve reflexão acerca das políticas públicas voltadas à permanência do jovem no campo.

O artigo organiza-se em quatro eixos principais: introdução, em que se apresentam o tema e os objetivos do estudo; metodologia, que descreve o procedimento adotado; o desenvolvimento —, subdividido nas seguintes seções: espaço rural: perspectivas para a permanência; políticas públicas e juventude; e por fim as considerações finais, nas quais são trazidas as reflexões conclusivas.

2 Metodologia

A partir das discussões apresentadas no Colóquio Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, decidimos pela elaboração desse artigo com a intenção de dialogar sobre as implicações para a permanência dos jovens no espaço rural. Para atingir tal objetivo, utilizaremos um breve levantamento bibliográfico acerca das políticas públicas brasileiras voltadas para a permanências dos jovens no campo a saber: PRONAF, PRONAF JOVEM, PROJOVEM CAMPO, PRONATEC E PRONATEC CAMPO. Utilizaremos também as leituras indicadas no referido Colóquio. Para a revisão bibliográfica, recorreremos aos seguintes autores: Castro (2012); Santos; Schistek e Oberhofer (2007); Sousa (2011); Santos (2021), entre outros.

A pesquisa bibliográfica de Acordo com Gil (2008):

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há

pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir dessa fonte. (Gil, 2008. p. 50)

Nesse sentido, o caminho metodológico desse artigo, tem o viés da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo que possibilita uma sistematização do conhecimento produzido sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador identificar, avanços, limitações e contradições presentes nas produções. Outrossim, é um ponto de partida para a consolidação de novos referenciais para ampliar a discussão e/ou compreensão de determinado tema.

3 Espaço rural: perspectivas para a permanência

O jovem do campo, em geral, convive com ausência de perspectiva e de incentivos em seu ambiente de origem. Na maioria das vezes conclui apenas o Ensino Médio, e migra para a cidade em busca de emprego e melhoria de vida. Outros permanecem com seus pais: os homens assumem atividades ligadas ao trabalho agrícola, enquanto as mulheres permanecem no espaço doméstico, seja em sua própria residência ou prestando serviços em casas de vizinhos ou parentes, geralmente como empregadas domésticas. A falta de alternativas tem naturalizado a ideia de que a migração para a cidade constitui a principal via de acesso a um emprego formal. Contudo, essa expectativa nem sempre se concretiza, uma vez que grande parte desses jovens acaba direcionada para atividades no comércio urbano, em postos de trabalho precários, com baixa remuneração e raras possibilidades de crescimento profissional.

A educação como instrumento de transformação e ampliação de conhecimento precisa envolver-se nas discussões referentes ao acesso e permanência da juventude na zona rural.

Os jovens estão indo embora! Essa expressão sintetiza uma imagem do jovem do campo no Brasil. A juventude do campo é constantemente associada ao problema da migração do campo para a cidade. Contudo “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. (Castro, 2012, p 439)

Segundo o autor, a saída do jovem do espaço rural está relacionada a inúmeras situações, entre as quais se destacam a ausência de emprego e de perspectivas profissionais. Soma-se a isso a falta de políticas públicas

que viabilizem a implantação de cursos técnicos voltados as especificidades do campo capazes de dialogar com a realidade local, valorizar o território e fortalecer a identidade dos sujeitos que nele vivem.

O desenvolvimento deve ser integrado, ou seja, baseado na interdependência dos diversos setores, quer dizer, não apenas na agropecuária, mas também no beneficiamento e comercialização, na diversificação de profissões, nos transportes, no comércio, na arquitetura, no crédito, na saúde, na educação na cultura, nos desportos e no lazer. A população só continuará na terra, se os rendimentos aumentarem, se tiver a possibilidade de acessar os produtos da modernidade, de se distrair, de cuidar de si e de aprender, resumindo de se desenvolver em um meio em que os diversos investimentos complementares permitam inovar, tornando-o apto a responder às legítimas aspirações da população do campo e da cidade. (Santos; Schistek e Oberhofer, 2007, p 33)

Ao construir um ambiente favorável à permanência da juventude no campo, assegurando o acesso às dimensões a cima mencionadas, amplia-se a possibilidade de continuidade desses sujeitos em seu lugar de origem, e, conseqüentemente, o fortalecimento da própria comunidade. A geração de emprego e renda contribui para ampliar o acesso a lazer, cultura, saúde e educação, elementos indispensáveis à qualidade de vida, além de favorecer a conquista de autonomia e o empoderamento pessoal.

Em vista desses diálogos, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada pela câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação, em dezembro de 2001, afirma:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Resolução CNE/CEB nº1 de abril de 2002)

A existência de uma lei que reconhece a importância e especificidade da Educação do Campo, ao valorizar a construção de saberes próprios em seu contexto, reforça a necessidade de adequação do currículo escolar a essa perspectiva. Dessa forma, adolescentes passam a aprender, de maneira teórica e prática, sobre o cuidado com o solo, a vegetação e o manejo de animais, vislumbrando a possibilidades de transformar as pequenas propriedades familiares em efetivas fonte de renda.

Nesse sentido, mesmo que a noção de educação para a convivência com o semiárido, goze de uma pluralidade de sentidos, já está inserida numa linguagem reconhecida entre muitos atores coletivos que reconhecem que a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa. Aliás, tanto a noção quanto a prática que ela anima e inspira, advém de críticas feitas a esta descontextualização da educação escolar, de suas práticas e saberes. (Martins, 2006, p 37)

Martins (2006) afirma que, na tarefa primordial da educação escolar voltada à formação dos sujeitos, desconsiderar suas vivências representa um equívoco em relação ao cotidiano dessas pessoas. Nesse sentido, o currículo escolar deve ser pensado de forma a valorizar o campo como espaço de identidade e como possibilidade de construção da autonomia dos jovens nele inseridos. O contexto educativo, portanto, deve atentar-se para essas narrativas específicas, reconhecendo-as como parte fundamental do processo formativo.

Os jovens do campo, sendo filhos de agricultores, crescem acompanhando a luta cotidiana de seus pais no roçado ou na criação de animais para garantir o sustento da família, em uma dinâmica caracterizada por uma economia de subsistência. No entanto, diante da ausência de geração de renda e de perspectivas, muitos deles não dão continuidade às atividades agrícolas familiares, sobretudo pela carência de incentivos financeiros na região e de políticas públicas voltadas à permanência no campo. A falta de conhecimento teórico e de formação específica sobre economia familiar também constitui um obstáculo, pois, embora vivenciem e pratiquem a agricultura, não encontram condições que favoreçam a valorização e o reconhecimento dessa atividade como potencial gerador de emprego e renda.

Não se pode deixar de mencionar os entraves pedagógicos enfrentados pela escola do campo, que, muitas vezes, encontra-se situada no meio rural, mas não se constitui como uma escola do campo em sua essência. (Santos 2021) contribui para a reflexão sobre o papel do professor nesse processo de integração. A autora apresenta uma pesquisa realizada com egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da universidade Federal da Bahia (UFBA), concebida como uma política pública, na qual se percebe como o professor que obtém uma formação voltada às questões agrárias consegue problematizar, em seus espaços de atuação, reflexões significativas para a vida campesina.

Tais reflexões também evidenciam as principais formas de atuação do agronegócio e do capital financeiro, que se apropriam dos espaços

rurais com vistas à expansão do lucro, desconsiderando tanto a preservação ambiental quanto as condições de vida da população residente. Trata-se de uma intervenção pautada exclusivamente na lógica lucrativa, em consonância com as diretrizes do capitalismo.

4 Políticas públicas e juventude

As políticas públicas voltadas para a juventude rural assumem papel estratégico na garantia de condições de permanências desses sujeitos em seus territórios, ao passo que buscam assegurar direitos historicamente negados a essa população. O fortalecimento dessas políticas é fundamental pois, caso contrário, haverá um crescimento contínuo do fluxo migratório para os centros urbanos, resultado em um contingente cada vez maior de pessoas sem emprego ou restritas ao trabalho informal e provisório. Refletir sobre o espaço local significa viabilizar não apenas alternativas de geração de renda, mas também o reconhecimento do território como espaço produtivo e socialmente relevante, capaz de assegurar condições de permanência digna para as atuais e futuras gerações.

As políticas públicas, nesse contexto, configuram-se como instrumentos de intervenção voltados à criação de condições que assegurem o bem-estar da população, sobretudo por meio da geração de trabalho e renda. A educação, enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento, precisa dialogar com essas questões, assumindo seu papel estratégico na formação cidadã. Para tanto, a escola deve garantir condições pedagógicas que contemplem as especificidades dos jovens do campo, promovendo práticas educativas em que professores e equipes gestoras atuem de forma colaborativa na construção de uma política pedagógica comprometida com a realidade rural.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Decreto nº 1.946, de junho de 1996, configura-se como uma política pública voltada para a agricultura familiar. Seu objetivo central é promover o aprimoramento das práticas agrícolas por meio de investimentos que abrangem desde a aquisição de maquinário até a profissionalização dos produtores rurais. Entre suas modalidades, destaca-se o PRONAF Jovem, linha de crédito destinada a jovens de 16 a 25 anos, que estabelece como crédito de acesso estar cursando ter concluído o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em

escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou ainda ter participado de cursos de formação profissional, desde que sejam filhos(as) de agricultores familiares.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Mas é de suma importância salientar que existe uma clientela de famílias rurais descapitalizadas devido a não alfabetização, a falta de qualificação. Como consequência dessas carências, são gerados indicadores que expressam: a incapacidade de comercialização, a baixa escala de produção, falta de agregação de valor à produção, diversificação excessiva, a existência de tecnologias incompatíveis, pouca disponibilidade de formação e informação, as relações desfavoráveis e a inexistência de políticas agrícolas. (Sousa, 2011, p 7)

Neste sentido, observa-se que a raiz do problema não está na ausência de políticas agrícolas, uma vez que o PRONAF se constitui como uma delas, mas na insuficiência de escolas técnicas e cursos de capacitação que viabilizem a efetivação do programa nas regiões rurais. Embora a proposta tenha sido concebida de maneira abrangente, sua implementação ainda não alcançou todos os territórios do país. Sob essa perspectiva, a carência de acesso ao conhecimento permanece como um fator que marginaliza de maneira significativa a população rural.

Outro programa é o Projovem - Saberes da Terra, instituído pelo artigo 15, destina-se a jovens com idade entre 18 e 29 anos, residentes no campo, alfabetizados, mas que não concluíram o ensino fundamental, desde que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006. O Programa tem como finalidade promover a escolarização e formação profissional desses sujeitos, reconhecendo a importância de alinhar a educação e qualificação às demandas específicas do campo. De acordo com informações do Portal Mec, trata-se de uma política que busca respeitar as características, necessidades e pluralidades de gênero, étnico-raciais, culturais, geracionais, políticas, econômicas e produtiva dos povos do campo. Por sua característica o programa favorece tanto o desenvolvimento intelectual quanto a inserção produtiva, ampliando possibilidades de geração de renda, progresso social e fortalecimento do empreendedorismo juvenil no espaço rural.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC foi criado pelo governo federal, em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação

profissional e tecnológica. No âmbito dessa política, surge o Pronatec-campo, voltado especificamente para jovens do meio rural, com ênfase na formação técnica alinhada às realidades e demandas do campo. Entre os cursos ofertados, destacam-se agroecologia e produção orgânica, que se configuram como instrumentos de uma política de profissionalização capaz de articular os saberes escolares ao contexto socioproductivo local.

Assim o Pronatec-campo se apresenta como mais uma política pública voltada à profissionalização e à inserção social do jovem rural. Nesse processo a Secretaria Nacional da Juventude desempenha papel relevante na formulação de uma agenda política sensível às demandas da juventude brasileiros. Do mesmo modo, os sindicatos rurais e associações comunitárias constituem espaço de organização coletiva que expressam os anseios, desafios e lutas cotidianas vivenciadas pelos sujeitos do campo, contribuindo para a construção de uma rede de fortalecimento social e produtivo. Neste sentido, as políticas mencionadas podem funcionar como alternativa para a permanência dos jovens em seu território, criando as oportunidades necessárias à sua profissionalização.

5 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo tiveram como propósito movimentar e problematizar aspectos legais das políticas públicas do/para o campo, em articulação com a atuação da escola que se insere esse espaço. O Colóquio sobre o Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia, apresentou os dados estatísticos e reflexões específicas sobre essas escolas. Nesse contexto, destacou-se a necessidade de compreender o outro como sujeito pertencente a uma dinâmica formativa, marcada por intensas reflexões acerca das possibilidades de permanência em seu território, especialmente no caso da juventude que busca alternativas de emprego e renda.

A breve reflexão sobre os programas de governo que se configuram como políticas públicas voltadas à população do campo, evidencia a intensa luta dos movimentos sociais na busca por dar visibilidade às demandas específicas desse território. Os programas destacados neste estudo, reforçam o debate acerca das formas pelas quais tais políticas chegam até o espaço rural, bem como de que maneira se materializam na resolução de situações coletivas, desde sua formulação até a etapa de implementação.

Contudo, percebe-se que o jovem manifesta o desejo de permanecer em sua localidade, instigado tanto pelos laços identitários quanto pelas relações familiares. À medida que essas políticas consigam efetivamente alcançar esse público, amplia-se a perspectiva de permanência e de fortalecimento da vida em comunidade, associada à valorização do território como espaço de geração de renda e de promoção da qualidade de vida.

Por fim, salientamos a importância das discussões promovidas no II Colóquio Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia, compreendido como movimento instigante de reflexão contínua acerca dos saberes deste território. Os diálogos apresentados pelos expositores possibilitaram o recorte deste estudo, direcionando o olhar para as políticas públicas voltadas à juventude no espaço rural, suas perspectivas e desafios de permanência.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Projovem campo- Saberes da Terra. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido**. In: Educação para a Convivência com o Semiárido: Reflexões Teórico Práticas. Juazeiro/ BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido, Selo Editorial-RESAB,2006.

REIS, Núbia Dos. **Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia In: II Colóquio na Universidade do Estado da Bahia – Campus XI**. Serrinha- Ba, 18 set. 2025.

SANTOS, Cícero Félix dos; SCHISTEK, Haroldo; OBERHOFER, Maria. **No Semiárido viver é aprender a conviver:** Conhecendo o semiárido em busca de convivência: Articulação Popular São Francisco Vivo, 2007.

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora.** Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v. 6, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12940>. Acesso em 20 set. 2025.

SOUSA, Ednardo Gabriel de. **Políticas públicas voltadas ao homem do campo: o PRONAF em Bananeiras.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29438>. Acesso em: 26 set. 2025.

DIREITOS DA MULHER CAMPESSINA: CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO, A JUSTIÇA SOCIAL E A CIDADANIA

Diego Guilherme Lopes Rodrigues

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

dr.diegoglopes@dgladv.com

Roberta Nonato da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

roberta.nonato.silva@gmail.com

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI

scsilva@uneb.br

RESUMO: Este estudo emerge dos diálogos do colóquio promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha e nas leituras sugeridas pela expositora, que subsidiaram as discussões e reflexões deste artigo. O objetivo foi analisar como a garantia do direito a educação pode promover a justiça social e a cidadania para a mulher campossina brasileira, visando responder à questão: De que maneira a garantia do direito a educação pode promover a justiça social e a cidadania para a mulher campossina brasileira? Para tanto adotou-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e análise documental (Gil, 2002), envolvendo o levantamento de produções acadêmico-científicas e legislação sobre a temática em estudo. Os resultados apontam a ausência de marcos legais federais e lentidão das políticas estaduais, constituindo obstáculos concretos à efetivação dos direitos das mulheres campossinas, notadamente o direito à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Mulher Campossina. Educação.

1 Introdução

O presente estudo, intitulado “Direitos da mulher campesina: caminhos para a educação, a justiça social e a cidadania”, decorreu das interlocuções estabelecidas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia¹”, promovido no semestre 2025.2, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha. O referido evento compõe uma atividade interdisciplinar obrigatória sem creditação do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), concebido com o intuito de fomentar a qualificação das produções científicas desenvolvidas pelos discentes, por meio do aprofundamento teórico-metodológico em torno dos aspectos da Educação do Campo na Bahia. Essa pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa 01 - Novos Contextos de Aprendizagem e ao projeto integrador “Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: (Inter)relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde” do PPGIES.

Esta investigação tem como objetivo analisar como a garantia do direito a educação pode promover a justiça social e a cidadania para a mulher campesina brasileira. Para isso, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com enfoque bibliográfico e análise documental, fundamentada em Gil (2002). Esta escolha metodológica orientou a construção da questão de pesquisa: De que maneira a garantia do direito a educação pode promover a justiça social e a cidadania para a mulher campesina brasileira?

Conforme Santos (2021), o contexto campesino brasileiro é marcado pela exclusão e pelas desigualdades sociais, especialmente devido ao modo de produção capitalista histórico, em que a classe trabalhadora do campo foi obrigada a servir aos grandes detentores da terra, disseminando diversas tensões e vulnerabilidades. Para o enfrentamento destas questões, a autora apresenta a educação como um instrumento eficaz no fortalecimento da população residente no campo.

Diante desta inquietação, emerge o presente estudo, que perpassa por aspectos históricos, sociais e jurídicos relacionados a população campesina, especialmente a mulher campesina, até a perspectiva da educação como estratégia de formação teórica, política, de consciência de classe, de justiça social e de cidadania (Amaral e Mateus, 2021; Santos,

1 Colóquio proferido por Ramos, N. dos R., na Semana de Integração do semestre 2025.2, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha-BA, no dia 28 de agosto de 2025.

2021). Está organizado em duas seções principais. A primeira apresenta o percurso metodológico utilizado e a segunda trata da pesquisa bibliográfica e documental, que analisou as legislações brasileiras que promovem o acesso à educação para a população campestre. Por último, as considerações finais apresentam as reflexões construídas a partir da temática estudada.

2 Metodologia

O II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, foi um espaço de diálogo, reflexão e troca de saberes. A fala da expositora, somadas as leituras sobre o direito de acesso à educação para a população campestre, sugeridas como apoio às discussões, contribuíram para a construção da temática abordada nesta pesquisa e embasaram a escolha metodológica aqui apresentada.

Este artigo adota o percurso metodológico baseado na pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e análise documental, que envolveu o levantamento de informações em produções acadêmico-científicas e legislações que versam sobre o direito à educação para a população do campo, além de uma análise crítica e reflexiva sobre o acesso à educação e a promoção da justiça social e da cidadania para a mulher campestre. Esta escolha metodológica justifica-se pela natureza da questão investigada, que demanda uma análise crítica e aprofundada sobre a legislação brasileira que aborda os entrecruzamentos entre gênero, direito, educação, cidadania e justiça social no campo.

Segundo Gil (2002), as pesquisas qualitativas de cunho exploratório são flexíveis, podendo ser incorporadas a diversas abordagens metodológicas, a exemplo das pesquisas bibliográfica e documental. Sua utilização neste estudo possibilitou uma maior familiaridade com o problema investigado, além do aprimoramento de ideias e desenvolvimento de novas percepções a respeito do assunto.

A pesquisa bibliográfica em trabalhos científicos, conforme explica Gil (2022), é desenvolvida a partir de fontes existentes como livros, publicações periódicas em revistas e jornais, artigos científicos, dentre outros. Neste artigo, permitiu aos pesquisadores uma ampla cobertura sobre o conteúdo investigado, sem necessariamente se submeterem ao campo empírico. Já a pesquisa documental se diferencia pela natureza das fontes, valendo-se de materiais que não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo

da pesquisa (Gil, 2022). Esta investigação envolveu o levantamento de legislações brasileiras que tratam dos direitos da mulher campestina e da garantia do acesso à educação, a justiça social e a cidadania.

O protocolo metodológico utilizado seguiu a seguinte estrutura: para o embasamento teórico e conceitual foram utilizadas as produções indicadas pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) e pela expositora do II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, que abordam as dimensões históricas, sociais e jurídicas da Educação do Campo e dos direitos da mulher campestina. Neste sentido, foram realizadas leituras e reflexões críticas dos referenciais teóricos, especialmente Santos (2021), Amaral e Mateus (2021), Almeida (2022), Ribeiro (2023) e Igansi (2014), buscando compreender de que maneira a legislação existente e as lacunas normativas impactam o direito da mulher campestina ao acesso à educação, bem como as implicações desse acesso na promoção da justiça social e da cidadania no campo.

No âmbito normativo, foram identificadas e analisadas legislações e proposições que tratam, direta ou indiretamente, da valorização e proteção dos direitos das mulheres rurais, destacando-se a Lei Estadual nº 14.464/2022, que institui a Política de Valorização da Mulher no Campo no Estado da Bahia, e os Projetos de Lei nº 3.456/2020 e nº 5.381/2019, ambos em tramitação no Congresso Nacional, que buscam, respectivamente, instituir a Política Nacional de Incentivo à Educação e à Produção da Mulher Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento das Mulheres do Campo e da Floresta. Essas normas e proposições foram examinadas à luz dos princípios constitucionais da igualdade material, da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade, previstos nos arts. 1º, III, 3º, III e IV, 5º e 186 da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, a metodologia adotada possibilitou articular o debate jurídico-normativo com a reflexão sociopolítica, permitindo identificar avanços, limites e desafios na efetivação de políticas públicas destinadas às mulheres campestinas, em especial aquelas voltadas à educação como instrumento de emancipação e transformação social, assim como contribui para o aprofundamento do debate em torno da garantia dos direitos no contexto do campo brasileiro.

3 Desenvolvimento

As questões relacionadas ao contexto campesino perpassam por questões históricas e sociais relacionadas ao modo de produção capitalista existente, sendo marcado por conflitos territoriais pela disputa por/no espaço, pela exclusão da terra, pela concentração da riqueza, pela expansão da pobreza e da miséria, pelo desenvolvimento desigual entre a cidade e o campo, pela exploração da força de trabalho e pela dificuldade de acesso à escola. “É nessa conjuntura em que vive a maior parte da população camponesa: a exclusão da terra e do território também a exclui do acesso a outros bens materiais e imateriais, dentre eles o conhecimento sistematizado, que é peculiaridade da educação escolar” (Santos, 2021, p. 8).

Nesse sentido, as demandas de direito da mulher campesina no Brasil estão inseridas em um contexto de desigualdade estrutural que, como observa Santos (2021), é indissociável da lógica do modo de produção capitalista, responsável por concentrar terras, riquezas e oportunidades nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que produz exclusão social, desigualdade de gênero e restrições de acesso à educação e à cidadania. Essa exclusão, segundo a autora, não se limita à terra, mas alcança também o território simbólico do saber.

Com base em Santos (2021), a questão agrária¹ destaca-se como um problema estrutural da produção capitalista, se desdobrando em inúmeros impactos sociais no campo ou na cidade, especialmente para a classe trabalhadora, que muitas vezes ainda é obrigada a vivenciar situações de miséria e desumanização. Para a autora, a Educação do Campo emerge como uma iniciativa importante para o enfrentamento destas questões. Nesse direcionamento, Amaral e Mateus (2021), apontam que a Educação do Campo se consolida como uma política educacional de promoção e garantia do direito ao acesso à educação e aos conhecimentos sobre as conquistas históricas dos movimentos sociais campesinos, assim como a implementação de políticas e diretrizes que priorizam às demandas educacionais das populações rurais do Brasil, considerando as suas especificidades. Em seus estudos, Amaral e Mateus (2021, p. 12-13) destacam a Educação do Campo na perspectiva do Direito, na medida em

1 A questão agrária é entendida como questões sociais oriundas dos desdobramentos provenientes da estrutura fundiária e capitalista sobre a população trabalhadora do campo (Germani, 2006 *apud* Santos, 2021).

que “é fruto das lutas dos movimentos sociais camponeses em busca das garantias constitucionais à educação”.

Amaral e Mateus (2021) pontuam ainda, que a Educação do Campo nasceu das lutas sociais dos movimentos camponeses e se consolida como uma política pública voltada à efetivação dos direitos constitucionais à educação, conforme os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/88) e da igualdade material (art. 5º, caput). Contudo, como alertam os autores, a efetivação desse direito ainda é insuficiente, uma vez que o Estado, em especial nas esferas legislativa e executiva, tem se mostrado limitado na formulação de políticas específicas para as mulheres camponesas, deixando grandes vazios normativos e operacionais.

À luz da Constituição Federal de 1988, observa-se que, embora o texto constitucional assegure o direito à educação como dever do Estado e da família (art. 205), o desenvolvimento de políticas voltadas às especificidades da mulher do campo não foi objeto de normatização federal robusta. Tal lacuna demonstra uma omissão estatal no cumprimento do princípio da igualdade substancial, conforme a teoria de justiça de John Rawls, segundo a qual as desigualdades só se justificam se voltadas à melhoria da condição dos menos favorecidos (Igansi, 2014). No caso das mulheres camponesas, essa justiça distributiva ainda não se concretiza, visto que a ausência de legislação nacional específica perpetua a invisibilidade de suas demandas.

Em outras palavras, Santos (2021) destaca a Educação do Campo como uma estratégia de formação teórica, política, de consciência de classe e de organização revolucionária, constituindo-se um território em disputa, capaz de auxiliar no enfrentamento dos interesses do capital e na formação consciente e transformadora da sociedade, ou seja, fortalece a população do campo no contexto da luta de classes. Neste contexto, a mulher camponesa assume um papel relevante nos processos de empoderamento e conquista de autonomia vivenciados pelas mulheres na contemporaneidade. Conforme Almeida (2022), é por meio de sua atuação que se fortalece a visibilidade das questões de gênero¹ no meio rural, em que o cotidiano ainda é marcado por desigualdades, lacunas, preconceitos e lutas pela equidade de gênero. Para a autora (2022, p. 19) mulher camponesa é aquela que exerce o trabalho produtivo e reprodutivo, ou seja, a produtora do

1 Segundo Scott (1995), o conceito de gênero deve ser compreendido como uma construção social, histórica e relacional, e não como uma característica determinada biologicamente. Para o autor, o gênero envolve as representações simbólicas e as normas culturais atribuídas a homens e mulheres, abrangendo não apenas o sexo, mas também as interações com aspectos como classe social, etnia, geração e sexualidade.

alimento para a subsistência de sua família. “São as pequenas agricultoras ou agropecuaristas, as pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais, indígenas, entre outras”.

Os estudos de Ribeiro (2023) demonstram que no decorrer no tempo, a mulher campestre passou a ser vista como protagonista no meio rural, destacando-se em atividades produtivas e econômicas no campo. Entretanto, apesar deste cenário de ruptura de desigualdades, a autora aponta que no espaço rural, a mulher campestre ainda é vista como uma ajudante do marido, enfrentando desigualdades de gênero, invisibilidade histórica e falta de reconhecimento. Almeida (2022) ainda ressalta a importância de ampliar e concretizar iniciativas que levem em conta as particularidades locais, os pequenos produtores, a igualdade de oportunidades, a economia familiar e a participação da juventude rural. Esse desenvolvimento deve ocorrer de forma sustentável, transparente e integrada, envolvendo ações públicas, sociais, políticas e econômicas no contexto do campo.

Nesse trilhar, de fato, no plano nacional, o Brasil conta com iniciativas dispersas, como o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e o Programa Mulher e Ciência, que tangenciam a temática, mas sem efetivamente abarcar a interseccionalidade entre gênero, território e educação. Tramitam, por exemplo, o Projeto de Lei nº 3.456/2020, que “institui a Política Nacional de Incentivo à Educação e à Produção da Mulher Rural”, e o Projeto de Lei nº 5.381/2019, que “cria o Programa Nacional de Fortalecimento das Mulheres do Campo e da Floresta”. Ambos permanecem sem deliberação conclusiva no Congresso, evidenciando o baixo compromisso legislativo com a efetivação desses direitos.

Em contraponto, alguns estados brasileiros têm avançado de forma autônoma. No caso da Bahia, a Lei nº 14.464, de 1º de fevereiro de 2022, instituiu a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo, representando um marco normativo singular no país. Essa legislação reconhece a mulher campestre como sujeito de direitos e agente do desenvolvimento sustentável, propondo ações integradas de valorização, qualificação e promoção da autonomia econômica e social das mulheres do campo, das águas e das florestas. A lei baiana prevê, entre outros objetivos, a inclusão produtiva, o acesso à terra e à educação, e a participação política das mulheres nas instâncias de decisão sobre políticas agrícolas e rurais,

aspectos que se alinham aos princípios constitucionais da função social da propriedade (art. 186, CF/88) e da redução das desigualdades regionais e sociais (art. 3º, III, CF/88).

Contudo, a efetivação dessa política ainda é incipiente. Os infográficos do Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia (2025), oriundos da Secretaria da Educação do Estado, dados e indicadores de 2023 revelam que mais de 78% das escolas do campo não possuem biblioteca, 27% carecem de sanitários adequados e 53% não têm acessibilidade. Esses dados confirmam a precariedade estrutural e o distanciamento entre a letra da lei e a realidade material vivenciada pelas comunidades rurais, especialmente pelas mulheres, que acumulam funções produtivas e reprodutivas (Almeida, 2022). A falta de infraestrutura educacional e de políticas voltadas à formação específica para as mulheres do campo reproduz, no plano educacional, as desigualdades fundiárias e de gênero denunciadas por Santos (2021) e Ribeiro (2023).

Nesse sentido, a Lei 14.464/2022 representa um avanço normativo importante, mas isolado. Sua implementação depende de articulação intersetorial entre as secretarias estaduais, os movimentos sociais e as universidades, como defende Almeida (2022), ao propor que o desenvolvimento rural sustentável e a equidade de gênero requerem ações públicas, sociais, políticas e econômicas integradas. Essa articulação é essencial para que a política estadual não permaneça como um texto declaratório, mas se converta em instrumento efetivo de emancipação e cidadania.

Nesse cenário de omissão legislativa, a Lei nº 14.464/2022 da Bahia emerge como uma iniciativa pioneira ao instituir a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo. Trata-se de um marco normativo que reconhece a mulher campestre como possuidora de direitos e agente estratégica do desenvolvimento sustentável. O texto legal propõe diretrizes voltadas à inclusão produtiva, à qualificação profissional, à promoção da autonomia econômica e à ampliação da participação das mulheres nas instâncias de decisão sobre políticas rurais. Essa iniciativa encontra fundamento constitucional no art. 186, que estabelece a função social da propriedade, e no art. 205, que consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Ao articular gênero, território e educação, a lei baiana responde a uma lacuna nacional e materializa, ainda que de forma inicial, o ideal de igualdade substancial.

Dessa forma, observa-se que a pouca deliberação legislativa e executiva nacional sobre a temática contraria o próprio pacto constitucional de 1988, que exige do Estado a promoção ativa da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades de gênero e regionais (art. 3º, III e IV). A mulher camponesa, enquanto produtora de alimento, guardiã da biodiversidade e agente político-social, deveria ser contemplada por políticas de educação, saúde e inclusão tecnológica, assegurando-lhe condições de protagonismo e desenvolvimento humano.

Desse modo, a efetivação dos direitos da mulher camponesa no Brasil ainda constitui um desafio persistente diante da reduzida atuação legislativa e executiva na formulação de políticas públicas voltadas especificamente a esse grupo. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 3º, inciso III, o dever de o Estado promover a redução das desigualdades sociais e regionais, e, no art. 5º, caput, a igualdade formal e material entre homens e mulheres. Todavia, como ressalta (Igansi, 2014), a concretização dessa igualdade exige a adoção de políticas distributivas e afirmativas capazes de corrigir as desigualdades históricas, em consonância com a teoria da justiça de John Rawls, segundo a qual apenas as desigualdades que favorecem os menos privilegiados se justificam. No campo brasileiro, essa desigualdade assume dimensões específicas, ligadas ao gênero, ao território e à estrutura fundiária excludente, o que exige medidas diferenciadas para promover a cidadania plena das mulheres camponesas.

A realidade demonstra que a implementação de políticas públicas que materializem tais garantias permanece precária. Conforme Almeida (2022), as mulheres camponesas enfrentam um duplo processo de invisibilidade: como trabalhadoras, devido à divisão sexual do trabalho que as subordina à esfera reprodutiva, e como cidadãs, por ausência de políticas que contemplem suas especificidades territoriais e socioculturais. Essa invisibilidade é acentuada pela ausência de marcos federais voltados à mulher do campo.

Contudo, conforme observam os estudos de Ribeiro (2023), a visibilidade conquistada pela mulher camponesa no campo produtivo ainda não se traduziu plenamente em reconhecimento político e jurídico. A ausência de dispositivos que garantam dotação orçamentária específica, prazos e metas quantificáveis compromete a concretização de seus objetivos. Essa lacuna revela a distância entre o discurso normativo da cidadania e sua materialização prática, sobretudo quando o Estado se limita a enunciar princípios sem criar instrumentos concretos de ação social transformadora.

Nesse limiar, os autores aqui dialogam em torno de um eixo comum: a necessidade de uma educação emancipadora e de políticas públicas estruturantes que rompam com a lógica de exclusão e invisibilidade da mulher camponesa. À luz da Constituição de 1988, tais perspectivas convergem para um mesmo imperativo ético e político: o de que a promoção da igualdade de gênero e o acesso à educação da mulher do campo não são favores, mas exigências democráticas que integram o núcleo essencial dos direitos humanos e sociais.

Em conclusão parcial, constata-se que a ausência de marcos legais federais e a lentidão das políticas estaduais constituem obstáculos concretos à efetivação dos direitos das mulheres do campo, notadamente o direito à educação. A Lei nº 14.464/2022 da Bahia, embora represente um avanço paradigmático, precisa ser acompanhada por mecanismos federais de fomento, fiscalização e avaliação, sob pena de permanecer como expressão simbólica de uma igualdade ainda não vivida.

4 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo resultam das discussões e exposições realizadas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no semestre 2025.2, e se consolidam a partir do percurso bibliográfico e documental conduzido pelos autores, inspirado na proposta metodológica de Gil (2002). As leituras e diálogos estabelecidos com os referenciais teóricos, especialmente Santos (2021), Amaral e Mateus (2021), Almeida (2022), Ribeiro (2023) e Igansi (2014), possibilitaram uma compreensão mais ampla e crítica sobre a relação entre gênero, educação, justiça social e cidadania no contexto da mulher camponesa brasileira.

Os resultados teóricos demonstram que, embora haja avanços formais, como a promulgação da Lei nº 14.464/2022 da Bahia, ainda persiste um quadro de desigualdades estruturais que atravessam a vida da mulher do campo. Tais desigualdades são sustentadas por fatores históricos e culturais que perpetuam a invisibilidade feminina no espaço rural e pela limitada atuação do Estado na formulação de políticas públicas voltadas especificamente à sua realidade. Santos (2021) e Amaral e Mateus (2021)

demonstram que a exclusão territorial é também exclusão simbólica, restringindo o acesso ao conhecimento e à emancipação crítica.

A análise empreendida evidenciou que a efetivação dos direitos das mulheres camponesas exige mais do que a existência de legislações: demanda compromisso político, planejamento orçamentário e integração intersetorial entre os poderes públicos. A Lei baiana, ainda que inovadora ao reconhecer a mulher do campo como sujeito de direitos e agente do desenvolvimento sustentável, enfrenta desafios quanto à sua implementação concreta, pois carece de mecanismos de monitoramento, dotação orçamentária e indicadores de resultado. Verificou-se também que a atuação legislativa nacional é incipiente: projetos de lei como o PL nº 3.456/2020 e o PL nº 5.381/2019, que buscam instituir políticas de incentivo à educação e produção da mulher camponesa, permanecem sem deliberação conclusiva. Essa omissão revela a necessidade urgente de um marco legal federal que estabeleça diretrizes nacionais de valorização da mulher camponesa, articulando os eixos de educação, economia solidária, autonomia e combate à desigualdade de gênero e raça.

A partir das leituras de Almeida (2022) e Ribeiro (2023), reforça-se que o empoderamento das mulheres do campo passa pelo reconhecimento de suas múltiplas identidades, agricultoras, pescadoras, extrativistas, indígenas, quilombolas, assentadas ou assalariadas rurais e pelo enfrentamento da dupla jornada e da sobrecarga produtiva e reprodutiva. Essa dimensão interseccional precisa ser incorporada às políticas públicas, pois as desigualdades de gênero no campo são agravadas pelas desigualdades regionais e raciais, o que requer abordagens sensíveis às especificidades territoriais.

Dessa forma, torna-se imprescindível repensar o papel do Estado como garantidor do direito à educação e da justiça social, conforme previsto nos arts. 3º e 205 da Constituição Federal. É dever do poder público formular políticas permanentes e estruturantes que assegurem às mulheres camponesas o acesso à educação de qualidade, infraestrutura adequada, oportunidades de capacitação e participação efetiva nos espaços de decisão política e econômica.

Em síntese, este estudo evidencia que a promoção da equidade de gênero no campo é um desafio de natureza estrutural, que ultrapassa a dimensão educacional e demanda uma mudança de paradigma na formulação das políticas públicas. A transformação social que se almeja depende de um processo coletivo e participativo, no qual as próprias

mulheres camponesas sejam protagonistas das ações que as envolvem. Como sinaliza Almeida (2022), pensar políticas de gênero no campo é pensar sustentabilidade, cidadania e justiça social como faces indissociáveis de um mesmo projeto emancipatório.

Espera-se, portanto, que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o fortalecimento do debate sobre gênero, educação, justiça social e desenvolvimento rural sustentável, incentivando novas pesquisas e práticas que consolidem a Educação do Campo como espaço de resistência, autonomia e construção de cidadania para as mulheres camponesas brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Ana Paula Evangelista de. **Ecoss do saber-fazer: reflexividade e estratégias no desenvolvimento de capacidades e no empoderamento de mulheres rurais na zona da mata mineira**. 2022 (Doutorado em ciências sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17760>. Acesso em 10 out. 2025.

AMARAL, Cleonice Matos. MATEUS, Kergilêda Ambrósio de Oliveira. Concepções de Educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura. Tocantinópolis: **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 2021. v. 7, e12925 p. 1-23. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12925>. Acesso em 06 out. 2025.

BAHIA. **Lei nº 14.464, de 1º de fevereiro de 2022**. Institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14464-2022-bahia-institui-a-politica-estadual-de-valorizacao-da-mulher-no-campo-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 13 out. 2025.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Diagnóstico das Escolas do Campo da Bahia: dados e indicadores de 2023**. Salvador: SEC/BA, 2023. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-pronacampo>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulher e Ciência**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.456, de 2020. Institui a Política Nacional de Incentivo à Educação e à Produção da Mulher Rural. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255905>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.381, de 2019**. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento das Mulheres do Campo e da Floresta. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 13 out. 2025.

IGANSI, Luca Nogueira. Uma análise da desigualdade social sob a perspectiva do princípio da diferença na teoria da justiça de John Rawls. **Saberes Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 1, n. 9, p. 5-15, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/4916>. Acesso em: 13 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Sofia Regina Paiva. **Aspectos eco-socioeconômicos do cultivo do café sombreado na Serra de Baturité, Ceará, Brasil**. 2023 (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Natal, 2023. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14335679. Acesso em 29 set. 2025.

SANTOS, Janeide Bispo. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. Tocantinópolis: **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 2021. v. 6, e12940 p. 1-27. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12940>. Acesso em 06 out. 2025.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista

Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 11 out. 2025.

A INVISIBILIZAÇÃO DO INDIVÍDUO DA ESCOLA DO CAMPO: E EU, NÃO SOU INTELLECTUAL?

Pedro Jorge Silva Melo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

pedrojorge.biomed@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI

cvitorino@uneb.br

RESUMO: Este trabalho discute a função social da escola pública do campo e sua trajetória, suscitando experiências tanto de profissionais de educação do campo quanto de indivíduos que vivem nesse lugar. Para tanto, objetivou-se refletir a respeito da intelectualidade do homem do campo e sua importância na sociedade a partir da escola pública do campo, visto que esta é uma conquista social. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica e se utiliza da produção teórica disponível na literatura, unido ao conteúdo ministrado no II Colóquio do PPGIES que aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, Serrinha/BA, agosto de 2025, e que trouxe como tema “Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia”. Para tanto, utilizou-se dos estudos de autores como Amorim e Araújo (2023) que tratam da importância da ruptura do pensar linear na escrita científica; André (2001) trazendo as nuances em torno do rigor científica e suas possibilidades; Santos (2021) que trata do diagnóstico da escola do campo e a produção do conhecimento; Morato (2014) com a contribuição da sociolinguística e as visões multidimensionais da linguística; dentre outros. Sendo assim, ficou evidente que o processo histórico pelo qual passou o povo do campo até a conquista da escola do campo é marcado por uma série de impedimentos que são percebidos até os dias atuais, principalmente no que diz respeito à produção do conhecimento por essas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Escola do campo. Intelectualidade. Colóquio PPGIES/ UNEB.

1 Introdução

Este trabalho é resultado de uma atividade extraclasse, de participação obrigatória, que aconteceu no II Colóquio da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XI, no dia 28 de agosto de 2025, com o tema “Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia”, com as palestrantes Dra. Janeide Bispo (UNEB) e a Prof^a Dra. Núbia dos Reis (UNEB), e foi ofertado pelo PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social que tem sede nessa instituição, momento que oportunizou aos presentes o contato com as vivências compartilhadas.

Nesse sentido, pretendemos apresentar alguns aspectos que estão diretamente ligados à produção do conhecimento de algumas comunidades rurais do Brasil, bem como sua efetiva participação nas produções científicas fazendo relação, contudo, à presença da democracia nessa conjuntura, já que as instituições de ensino se fundamentam, também, na perspectiva social, sendo uma construção mútua entre a sociedade e a própria academia.

Objetivou-se refletir a respeito da intelectualidade do homem do campo e sua importância na sociedade a partir da escola pública do campo, visto que esta é uma conquista social. Diante de uma trajetória histórica marcada pela imposição de culturas, no processo histórico de existência de muitos países do globo, o conhecimento nativo também sofreu – e ainda sofre – diversos ataques em relação a sua existência e manutenção em diversos territórios. Com isso, instaurou-se na sociedade e nas academias de educação uma formalidade do conhecimento que deriva de outras culturas, dificultando a presença daquelas que já existiam nesse lugar.

É, portanto, urgente a discussão a respeito da trajetória da educação escolar brasileira, visto que ela carrega consigo o fardo do preconceito imposto por um modelo social baseado na supremacia europeia. Faz-se necessário, desse modo, estudar as nuances em torno dessa realidade vivida tanto pelos autores de escrita científica quanto pela “sociedade leiga”¹ pois é crucial que se analise, discuta e combata qualquer tipo de preconceito existente na sociedade que coloque em risco a cultura de um povo.

Durante o texto, discutimos a respeito da construção científica e da compreensão pela sociedade por meio de relatos de experiências próprias

1 “sociedade leiga” é um termo que se refere a um conhecimento da sociedade que é produzido diante das experiências sociais do grupo, sem referência necessariamente de uma área de conhecimento científico (Norbert, 1999)

das palestrantes, fazendo breves comparações entre seu modo de vida. Esse formato permite oportunizar reflexões sobre as diferenças na trajetória de vida das palestrantes enquanto mulheres profissionais de educação escolar com (con) vivência, às vezes, desde a educação básica até a pós-graduação.

2 Metodologia

O presente trabalho pode ser classificado como uma revisão bibliográfica. De acordo com Brasileiro (2021, p.82) “toda pesquisa científica é também bibliográfica. Assim, mesmo que se trate de um estudo original [...] ele terá de se fundamentar, antecipadamente, em uma pesquisa bibliográfica”. Essa abordagem permite uma análise aprofundada e sistematizada da literatura existente sobre o tema. Acrescentamos, ainda, que a nossa produção acadêmica está embasada na análise crítica de textos acadêmicos relevantes que versam sobre uma temática definida, que tem como propósito compreender o panorama em que se encontra o desenvolvimento teórico, comparando os pontos de vista dos diferentes autores (ECO, 2007). Os estudos alcançados para a sua construção tiveram como parâmetro de escolha a tratativa da temática escrita científica, principalmente no que diz respeito à formalidade dessa escrita e sua função social, além de conteúdos que versam sobre a trajetória da língua formal no contexto científico e social. Logo, os estudos de autores como Amorim e Araújo (2023) que tratam da importância da ruptura do pensar linear na escrita científica; André (2001) trazendo as nuances em torno do rigor científico e suas possibilidades; Santos (2021) que trata do diagnóstico da escola do campo e a produção do conhecimento; Morato (2014) com a contribuição da sociolinguística e as visões multidimensionais da linguística; dentre outros, tiveram fundamental participação na montagem deste trabalho, visto que são estudiosos comprometidos com a presente temática. Esse arcabouço teórico prenunciado foi indicado pelas palestrantes Dra. Janeide Bispo e pela Prof^a Dra. Núbia dos Reis.

Sendo assim, uniu-se o que está disponível nas literaturas supracitadas ao exposto no II Colóquio ofertado pelo PPGIES no auditório da UNEB, Campus XI, em Serrinha/BA, que tratou do tema “Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia” explanando as experiências das palestrantes. Confrontou-se os registros bibliográficos já feitos anteriormente ao evento com as experiências dessas duas mulheres educadoras a fim de entender as problemáticas, compreensões e dinâmicas a respeito da trajetória da escrita no contexto científico.

3 Desenvolvimento

A chegada da educação escolar na vida do homem do campo é um marco histórico que foi alcançado por meio de muita luta e resistência do povo brasileiro. Essa interiorização das instituições de ensino permite que direitos básicos, como o acesso à educação, passe a se tornar efetivo a partir de então. A educação escolar pública, quase sempre, possui implicações sociais importantes, pois influencia diretamente a construção do saber que possibilita o indivíduo a inúmeras consequências na malha social, a exemplo da ascensão social e ocupação de posições de poder permitidas apenas aos denominados intelectuais. Além disso, a educação escolar promove a produção do conhecimento formal, enraizada em países como o Brasil como o tipo de conhecimento superior/dominante, levando mais uma possibilidade ao homem do campo. Desse modo, torna-se possível a construção de uma sociedade mais equilibrada e crítica, quando a sociedade como um todo possui as mesmas ferramentas que possibilitam a efetivação de uma educação de qualidade a todos que a compõe. Para que seja possível abordar tal temática, é fundamental, antes, lembrar alguns entraves que permeiam o processo histórico da educação escolar pública até os dias atuais. Isso se faz importante, pois, no Brasil, há a ideia dominante, instaurada pela classe que domina, de que apenas a intelectualidade branca, de classes econômicas superiores e pertencente às instituições localizadas na zona urbana das cidades é que de fato é a correta, confiável e, portanto, aceita pela comunidade em geral. Com isso, muitas sociedades acabaram sendo marginalizadas e até mesmo extinguidas em detrimento de outras, gerando diversos problemas para grupos específicos, como a invisibilização da intelectualidade do homem do campo.

3.1 A trajetória da educação escolar pública

Nesta seção será apresentada uma breve síntese a respeito do processo histórico da educação escolar pública do campo, de modo que proporcione a compreensão dos tipos de barreiras enfrentadas na consolidação desse direito pela sociedade camponesa. É importante tal compreensão devido às raízes supremacistas que se encontram presentes nos diversos cenários sociais, inclusive na educação escolar.

Diante desse panorama, é possível perceber, na atualidade, que a universidade pública (principalmente) está sob uma nova perspectiva social que, antes, não se tinha a preocupação de reflexões acerca dessa

conjuntura. Hoje, o panorama se encontra mais complexo, pois por se tratar de instituições públicas inicia-se um compromisso com a sociedade que não pode ser dissociado, além do envolvimento docente que atuam na escola pública do país (Rosa, 2012).

A comunidade escolar e a sociedade de modo geral precisam caminhar juntos na construção do processo educacional em diferentes vertentes, de modo que a função social da escola seja garantida. Não é interessante, para ambos, que as produções ocorram de modo isolado, pois muitas vezes a produção científica acontece de forma muito distante da comunidade, principalmente no que diz respeito à visibilidade da intelectualidade do homem do campo. Com isso, é necessário que se reflita acerca dessa realidade a fim de que esses dois sujeitos estejam cada vez mais próximos e assim seja possível fomentar com mais propriedade os sujeitos que compõe a escola pública, incluindo a rural.

Morato (2014) revela que o processo de ensino sofreu significativas mudanças a partir da década de 1980, quando as ciências linguísticas, que envolve a sociolinguística, a linguística textual, a psicolinguística, a análise do discurso, e outras áreas correlatas, passam a ser pensadas no contexto da língua materna. Esse fato fez insurgir novas concepções em relação ao uso da língua e da linguagem, assim como da oralidade e escrita, e também do discurso, assumindo uma nova configuração do objeto de estudo em análise, alterando processos que antes eram estáticos (Soares, 1999).

É necessário, desse modo, que os processos de ensino e aprendizagem assumam novas formas ao passar do tempo, visto que a malha social é viva, ou seja, se transforma. Logo, manter os processos de compreensões e aplicações da língua engessados, coloca em risco a manutenção e a existência de diferentes culturas que sobrevivem por meio, também, da oralidade. Em suma, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem sejam dinâmicos e adaptáveis às mudanças sociais e culturais. A língua é um elemento vivo e em constante transformação, e sua compreensão e aplicação devem refletir essa realidade. Ao reconhecer a importância da oralidade e da diversidade cultural, podemos promover uma educação mais inclusiva e contextualizada, que valorize a riqueza da experiência humana e preserve a identidade das diferentes culturas. Dessa forma, podemos garantir que o conhecimento continue a ser um instrumento de comunicação eficaz e de expressão cultural, e não um obstáculo à diversidade e à criatividade.

É fato que a forma como o homem passou a lidar com a terra modificou diversas concepções acerca desse bem natural, principalmente

por tê-la transformada, pouco a pouco, em mercadoria. Essa transformação acaba privando a terra de grupos sociais específicos, colocando suas necessidades em risco, haja vista que a terra é substrato da vida para pessoas do campo (Santos, 2021). Com isso, o grupo economicamente dominante, passou a acumular riquezas em detrimento das comunidades do campo. Logo, essa relação passa a ser hierarquizada e o novo arranjo espacial é materializado nos efeitos de suas diferenças, expressando uma correção de forças, de conflitos e de dominação (Santos, 2021).

Essa lógica permeia não apenas a posse de terras e acúmulo de riquezas materiais, mas reverbera em diversas outras vertentes da malha social. A sociedade camponesa, diante desse cenário, foi marginalizada não apenas do ponto de vista do poderio econômico, mas também da intelectualidade. Pois, na sociedade hodierna, aquele que não ocupa lugares de liderança social e espaços de tomada de decisões são tidos como incapazes de possuir algum tipo de saber, fenômeno muito comum em diversos âmbitos da sociedade. Na verdade, há uma premissa enraizada em que a intelectualidade reside naqueles que pertencem a famílias/lugares historicamente elitizados. Assim, a parte dominante da sociedade acaba criando um raciocínio que a coloca acima das demais, criando um estereótipo que é utilizado até os dias atuais em que o povo do campo é, intelectualmente, inferior aos demais povos.

Evidencia-se, assim, que a coletividade compreende a diversidade e a individualidade de cada povo fazendo existir diante da interação entre seus sujeitos um processo próprio de construção de uma identidade escrita e oral, fruto de um processo histórico natural. Portanto, a malha social brasileira, que compreende uma vasta diversidade cultural, necessita ser compreendida enquanto construtores de ciência, quando se oportuniza o acesso equitativo à educação escolar de qualidade, fato esse que leva mais dignidade ao povo do campo.

Gatti (2000) ratifica o entendimento acerca das grandes mudanças ocorridas a partir da década de 1980 que, segundo ela, houve certo descrédito em relação à solução dos problemas da educação pública apenas por métodos técnicos, fato que fez com que, agora, a sociologia, a história, a linguística e a antropologia assumissem seus papéis frente a esse panorama. Ou seja, entende-se que o estudo do passado é não só importante, mas também necessário para que se compreenda o presente, dando espaço a metodologias denominadas multidimensionais, e não apenas às multi/

transdisciplinares. Dessa forma, é possível construir uma educação mais justa, dando voz e vez ao povo do campo.

Com isso, fica claro que apenas a multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade não dariam conta do arcabouço da educação pública brasileira no que diz respeito aos seus entraves diante de toda complexidade envolta dessa área. Essa constatação serve para que se entenda a importância de refletir sobre novas possibilidades dentro da educação, que se atue para todos e não apenas de modo linear. Assim, o processo de construção do saber por meio da educação escolar se aproximará mais de seu fundamento maior que é garantir o acesso ao conhecimento. Ou seja, democratizar o acesso à educação escolar pública se faz necessário para que não apenas docentes e comunidade escolar produzam e acessem essas construções, mas para além desses sujeitos, como a sociedade extramuros.

Em decorrência disso, os estudos passaram a visar a qualidade daquilo que está sendo analisado, e não apenas a quantidade, sendo denominados de estudos qualitativos, e isso engloba diferentes perspectivas sobre o sujeito, como métodos, técnicas e análises, estudos etnográficos, pesquisa participantes, pesquisa-ação, dentre outros (André, 2001). Essa variação na construção de novas possibilidades na pesquisa científica contribui com o fomento a estudos de análises linguísticas variadas, evidenciando a pluralidade da sociedade brasileira.

André (2001, p. 56) cita alguns questionamentos em seus estudos que oportunizam reflexões pertinentes quanto ao objetivo real de uma pesquisa científica, ou até mesmo os objetivos reais desta. A pesquisadora aponta questões como: “qual o propósito da pesquisa?” ou até mesmo “Para que ou para quem se devem produzir conhecimentos?”. Ela comenta, ainda, que se para alguns a pesquisa serve para a geração de conhecimentos, sejam eles gerais, organizados, válidos, transmissíveis, para outros a pesquisa busca questionamentos críticos e criativos, além de sua aplicabilidade e utilidade social. A pesquisadora enfatiza a importância da pesquisa para desvendar os complexos processos de ensino e aprendizagem. Ela também ressalta que a pesquisa pode contribuir para a construção de conhecimentos mais profundos sobre a realidade educacional. Além disso, dá ênfase que a pesquisa pode ser um instrumento para a transformação da prática educativa, tornando-a mais eficaz e contextualizada. A pesquisa, portanto, é essencial para a formação de professores críticos e reflexivos.

Nesse sentido, a construção do conhecimento deve ser pensada como um instrumento de valorização social, cujo parâmetro elementar

norteador do estudo deve ser sua aplicabilidade social. Assim sendo, ela precisa assumir uma constância de aproximação com a sociedade, não apenas a científica, mas para além dela, de modo que a ciência se faça democraticamente, suscitando possibilidades além dos muros das escolas (Santos, 2021). Sendo assim, quando se trata da produção do conhecimento, é necessário que a voz do povo camponês seja ouvida, tratada com seriedade e incluí-la efetivamente no seio acadêmico, pois há a necessidade de uma reparação histórica com esse povo, visto que, historicamente, foram denominados como não detentores de conhecimento, levando-os às margens da sociedade.

Contudo, o autor prenuncia que diversos são os parâmetros que a escrita científica deve estar embasada, entre fatores como o propósito do estudo, a contextualização, as lacunas, a metodologia adotada, os resultados e discussão, as perspectivas, a conclusão e a linguagem adequada ao formato do estudo. Ou seja, utilizar de uma linguagem distante da linguagem utilizada pelo ente pesquisado, configura o não cumprimento dos requisitos apontados pelo autor, sendo importante se aproximar dessa linguagem para que o estudo tenha fundamento.

Sobre isso, no II Colóquio que trouxe como tema “Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia” ofertado pela Programa de Pós-Graduação em Educação Interventiva e Social (PPGIES) do Departamento em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, em Serrinha, Bahia, a palestrante professora Dra. Núbia dos Reis considerou que há uma importante e real necessidade de se ouvir e trazer para o âmbito da academia o povo que sofreu ataques desarrazoados durante toda sua trajetória histórica, e que ainda sofre, em relação ao conhecimento de si próprio, adquirido e construído por meio das experiências próprias desses indivíduos em sua relação com a natureza, com a o próprio chão. A palestrante enfatizou a importância de haver similaridade entre as produções acadêmicas e a realidade das escolas do campo, pois, infelizmente, muito que se vê na ciência é a voz do não-camponês a respeito do homem e da educação do campo, e pouco se vê ele próprio na contação de sua realidade. Logo, essa distância entre sujeito e o objeto de estudo coloca em risco não apenas a total verossimilhança da realidade estudada, mas continua ainda sob a lógica marginalizadora que fora instaurada no Brasil ao longo de muitas décadas do século XX até nesse início do século XXI, deixando a intelectualidade do homem camponês de fora das academias.

Ainda sobre o viés de aproximação entre pesquisador e sociedade, Amorim e Amorim (2023, p. 36) afirmam, sobre as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que esse tipo de estudo faz “pensar fora de uma visão sectária e fragmentada acerca da produção de conhecimento”, enfatizando a necessidade de ruptura do pensar linear. Os autores evidenciam a importância das experiências em estágios como um exemplo de aproximação entre sujeito pesquisador e sociedade, sendo importante que ele imprima em sua escrita essas experiências, que rompam com o paradigma unilateral muito comum na escrita científica.

Apesar de os autores lembrarem a respeito da importância da aproximação entre autor e a comunidade na qual o estudo se ancora, ressalta-se que o próprio povo possui arcabouço intelectual capaz de produzir tal conhecimento, faltando-lhes, mais uma vez, oportunidade nessa produção. A democratização da escola do campo não se concretiza apenas com a chegada da escola no campo, pois esse direito vai muito além disso, como a adequação do currículo escolar em detrimento da realidade daquele povo, a efetivação da participação de entes da comunidade no seio escolar, dentre outros fatores.

Portanto, diante do exposto, percebe-se que apesar de muitas comunidades do campo terem conquistado a chegada da escola pública, isso ainda não garante ao povo camponês sua efetiva participação no processo de construção do conhecimento. É necessário que se oportunize, para além da escola, o fomento da intelectualidade do homem rural, de suas memórias e saberes, pois é função, também, da escola tornar esses indivíduos protagonistas, haja vista seu distanciamento histórico desses cenários que são importantes para a sociedade como um todo.

3.2 II Colóquio: Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia

O II Colóquio do PPGIES aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, no dia 28 de setembro de 2025 e trouxe o tema “Diagnósticos da escola do campo no estado da Bahia” com a participação das palestrantes professora Dra. Núbia do Reis (UNEB) e a professora Dra. Janeide Bispo (UNEB).

A sexta turma do mestrado em educação e intervenção social do PPGIES se fez presente no evento e teve a oportunidade de ouvir as experiências de duas grandes escritoras que possuem lugar de fala para tal tema, pois ambas relataram as dificuldades que encontraram na trajetória

de suas vidas pessoal e científica em relação à compreensão da importância de existir uma conexão mais democrática entre a realidade da escola do campo e o entendimento pela sociedade. Esse momento se fez necessário para que ouvíssemos das próprias autoras a realidade vivida por mulheres na escrita científica dentro dos espaços acadêmicos e fora dele.

Inicialmente, a professora Dra. Núbia dos Reis (informação verbal)¹ relatou a respeito da importância de se ouvir, incluir e oportunizar as produções acadêmicas ao povo que está na escola do campo. A palestrante enfatizou, durante várias falas, as possibilidades de análises da intelectualidade presente na comunidade camponesa, para que a educação se faça de modo efetivo, assim como se dá seu bojo central que é o de produzir e compartilhar o conhecimento.

Para que isso seja possível, a pesquisadora lembra que não adianta a educação escolar estar pautada em um formalismo exacerbado já que o estudo não se destina apenas a academia, mas também ao público leigo. Caso as produções se deem fora dessa perspectiva, teremos, então, um estudo que escreve, mas não diz. Ela foi enfática quando repetiu algumas vezes que muito do que se está posto nos estudos acadêmicos são conhecimentos oriundos do povo do campo, que foi extraído por estudos de indivíduos não-camponeses para levar à academia, logo, não há ausência de intelectualidade no campo, há falta de oportunidade para que esse povo a produza.

Já a Prof^a Dra. Janeide Bispo (informação verbal)² esteve presente como intermediadora do evento e que, em algumas de suas falas, trouxe à tona a importância da escola pública dentro da sociedade e sua função social. Para ela, é crucial que todos lembrem que a escola pública é uma conquista social que existe graças às lutas travadas para e pelo povo, logo, não existe fazer ciência de modo que, em qualquer aspecto, esta se faça distante da sociedade na qual se insere.

Diante do momento descrito, a comunidade escolar presente nesta ação teve a oportunidade de buscar reflexões a partir das falas trazidas pelas palestrantes de modo, fato que oportuniza a esse grupo, enquanto pesquisadores, levar tais experiências para suas futuras construções acadêmicas e pessoais.

1 Informação fornecida pela Prof^a Dr^a Núbia dos Reis Passos no II Colóquio do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 28 de setembro de 2025.

2 Informação fornecida pela Prof^a Dr^a Janeide Bispo no II Colóquio do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 28 de setembro de 2025.

5 Considerações finais

O presente estudo elencou os principais entraves vividos pelas palestrantes em relação ao entendimento sobre a contínua reflexão e sua importância no fazer científico, já que o objetivo da ciência, hoje, se faz também pelo viés democrático do que foi denominado pela palestrante de “a importância do dizer, e não apenas do escrever”. Essa metodologia, que coloca em evidência a fala das próprias comunidades rurais que vivem esse dilema, nos aproxima da realidade dramática apontada pelo tema deste trabalho, que trata da real compreensão por todos daquilo que está sendo produzido na escrita científica.

Logo, as trajetórias das pesquisadoras aqui elencadas são marcadas por diversos embates, dentre os quais se destaca a grande marca da necessidade de reflexões acerca da democracia na produção do conhecimento, trazendo à tona, sempre, a necessidade de se fazer ciência pensando naquele que precisará entender esse processo. Esse, sem dúvidas, foi o principal motivo que fez concretizar no mundo um ideal supremacista de que apenas a formalidade vinda da Europa é a aceita pelas academias, colocando diversas culturas em situação de marginalização e subalternidade. Esse fato leva diferentes povos a enfrentarem diversos problemas sociais que repercutem até os dias contemporâneos em relação ao uso e a oportunidade de uso de sua língua em espaços historicamente marcados pela presença única de apenas um povo.

O espaço para produção de conhecimentos diversos na ciência foi – e continua sendo – conquistado pouco a pouco, diante de muita resistência, em contrapartida a um sistema injusto e preconceituoso, visto que as diferentes vozes são usadas como uma forma de hierarquizá-las. Essa lógica faz submeter algumas culturas a um processo árduo de ascensão social.

O povo do campo desempenha um papel fundamental na produção de conhecimento e inovação, trazendo perspectivas e experiências únicas para a ciência. Sua presença é essencial para garantir que as pesquisas sejam mais inclusivas e representativas. Essas pesquisas também contribuem para a identificação e solução de problemas específicos que afetam essas comunidades. A diversidade na pesquisa enriquece o conhecimento e promove uma sociedade mais justa e equitativa. Isso resulta em avanços significativos para a humanidade.

Referências

AMORIM, Ivonete Barreto e ARAÚJO, Érica Santos. Mestrado profissional

interdisciplinar: a relevância do projeto integrador na pesquisa colaborativa. In:

Ivonete Barreto de Amorim, Rosuel Domingos Lima Pereira (org). **Educação,**

sociedade e intervenção: interconexões entre pesquisas .Salvador: EDUFBA, 2023. p 27-48.

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** buscando rigor e qualidade. Caderno de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Contexto, 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Quéluz de Baixo: Editorial Presença, 2007, p. 23-68 [Introdução e Capítulos 1 e 2].

GATTI, Bernadete Angelina. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações socio-político-educacionais:** uma perspectiva da contemporaneidade. Campinas, 2000. Trabalho apresentado na III Conferência de Pesquisa Sociocultural.

MORATO, Edwiges Maria. Contribuições da neurolinguística para a linguística aplicada1-e vice-versa. **Revista (Con)Textos Linguísticos,** Vitória, v.8, n. 10.1, p. 293-314, 2014.

NORBERT, Elias. **Características universais da sociedade humana.** Introdução à sociologia. Ed. 70, p. 45-113, Lisboa, 1999.

ROSA, Douglas Corrêa da. **A produção de texto como prática social.** Anais do SIELP. Vol 2. N. 1, Uberlândia, MG, 2012.

SANTOS, Janeide Bispo. **A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA:** o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. UNEB – Departamento de Educação, Campus XI, Serrinha/BA, 2021.

SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACOUR, E. (org.) **A magia da linguagem.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999, p.49-73.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA, O ASSÉDIO MORAL E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Arlete Rodrigues de Souza

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVII

arleterodrigues1236@gmail.com

Genilza Castro Carneiro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVII

Genilza6@yahoo.com.br

César Costa Vitorino

Universidade do Estado Da Bahia (UNEB), Campus XI

cvitorino@uneb.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender as inter-relações entre educação, trabalho e resistência a partir dos textos analisados, destacando a relevância da Educação Quilombola enquanto expressão de uma pedagogia libertadora, ancorada na ancestralidade, na coletividade e na luta por justiça social, a partir da análise de textos apresentados no Colóquio do PPGIES/UNEB, ocorrido em 28 de agosto de 2025 que abordou a questão agrária na prática pedagógica, o assédio moral no trabalho e a educação quilombola. A partir de uma abordagem qualitativa com foco em pesquisa bibliográfica e documental, os textos foram analisados através de análise temática, organizada em três eixos: educação e questão agrária; assédio moral e condições de trabalho; educação quilombola, identidade e emancipação. O estudo evidencia como a educação no campo e nas comunidades quilombolas se configura como espaço de resistência e transformação social, articulando saberes tradicionais e científicos, promovendo a formação crítica de sujeitos e reafirmando a importância da dignidade e da justiça social nas relações educativas e laborais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação quilombola; Questão agrária; Assédio moral; Colóquio PPGIES/ UNEB.

1 Introdução

O presente artigo tem como propósito refletir sobre as relações entre educação, trabalho e resistência a partir das discussões realizadas no colóquio do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), ocorrido no dia 28 de agosto de 2025, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que abordou as obras “A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora”, “Assédio moral no trabalho: uma revisão de publicações brasileiras”, “Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos” e “Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família”. As temáticas desses estudos convergem em torno de um eixo comum: a luta pela dignidade humana, pela valorização do trabalho e pela construção de práticas educativas comprometidas com a emancipação dos sujeitos. Dessa forma, este artigo visa contribuir para o debate sobre a importância da educação como ferramenta de transformação social e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir dessas leituras, busca-se compreender de que maneira a educação, especialmente aquela voltada às classes populares e aos povos do campo, pode constituir-se como um espaço de resistência frente às desigualdades históricas impostas pelo modelo capitalista de produção. Nesse contexto, a educação quilombola emerge como um campo de práticas e saberes que expressam a luta por território, identidade e reconhecimento, articulando-se à formação crítica dos sujeitos e ao direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Ao refletir sobre a questão agrária e os desafios da formação docente crítica, bem como sobre o assédio moral e as condições de trabalho na sociedade contemporânea, este artigo propõe um diálogo entre as dimensões pedagógicas, sociais e éticas da realidade brasileira. A análise pretende evidenciar como os processos educativos e laborais estão imersos em contradições estruturais, mas também em possibilidades de resistência e transformação.

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas têm como objetivo geral é compreender as inter-relações entre educação, trabalho e resistência a partir dos textos analisados, destacando a relevância da Educação Quilombola enquanto expressão de uma pedagogia libertadora, ancorada na ancestralidade, na coletividade e na luta por justiça social. Assim,

busca-se contribuir para a valorização e visibilidade das práticas educativas quilombolas e sua importância na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

2 Metodologia

O presente estudo optou-se por uma abordagem qualitativa, por meio da revisão bibliográfica e documental acerca da temática abordada, evidenciando o conhecimento de uma determinada área específica, pois segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa não se prende na enumeração de fatos, mas sim, compreende a realidade, neste caso as inter-relações entre educação, trabalho e resistência, identificando os elementos comuns, divergentes e complementares nos diferentes estudos. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas principais, iniciando-se com a seleção e leitura dos textos. Nesta fase, foram analisados quatro trabalhos apresentados em um colóquio, cobrindo temas como: a questão agrária na prática pedagógica de professores egressos da LEC/UFBA; a revisão de publicações brasileiras sobre assédio moral no trabalho; a prevalência e os impactos do assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil; e as consequências do assédio moral para o sujeito e a família. Essa leitura cuidadosa foi fundamental para identificar os principais conceitos, argumentos e contribuições de cada autor, além de estabelecer as conexões temáticas entre os estudos.

Na sequência, a segunda etapa consistiu na análise temática, onde foram estabelecidos três eixos centrais para aprofundar o estudo: Educação e questão agrária; Assédio moral e condições de trabalho; e Educação quilombola, resistência e emancipação. Cada um desses eixos foi analisado levando em conta as dimensões pedagógicas, sociais e éticas presentes nos textos.

Após a análise temática, os conteúdos dos textos foram sistematizados e interpretados de forma integrativa, permitindo a construção de uma reflexão crítica sobre as relações entre educação, trabalho e resistência articulando com autores de referência, como Paulo Freire (1996), Demerval Saviani (2016), Enrique Dussel (2000), Edgar Morin (2000), Martins (2010) e Arroyo e Fernandez (1999), para fundamentar a análise e enriquecer a discussão teórica. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais profunda das complexas relações entre educação, trabalho e resistência, e contribuiu para a produção de conhecimento crítico e reflexivo sobre essas temáticas.

Dessa forma, a metodologia adotada permite uma compreensão detalhada dos textos e uma reflexão articulada sobre os desafios contemporâneos da educação, das relações de trabalho e da resistência social, com foco nos contextos do campo e das comunidades quilombolas. Ao integrar essas perspectivas, torna-se possível identificar as interseções entre educação, trabalho e resistência, e compreender como essas dimensões se articulam na prática social e educativa. Isso possibilita uma análise mais aprofundada das complexidades envolvidas nessas relações.

3 Educação e questão agrária: desafios da escolarização da classe trabalhadora

A questão agrária no Brasil constitui-se como um problema histórico e estrutural, resultado de um modelo de desenvolvimento fundado na concentração da propriedade da terra e na exploração do trabalho rural. Como afirma Martins (2010, p. 4), “o cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”, evidenciando que as desigualdades atuais têm raízes profundas no processo de formação do território brasileiro. Esse modelo de organização fundiária consolidou relações desiguais de poder que favoreceram a elite rural, produzindo exclusão social e econômica das populações camponesas. Oliveira (2007) complementa essa análise ao destacar que a estrutura agrária brasileira mantém um padrão de desigualdade que impede o acesso pleno aos direitos sociais, incluindo o direito à educação.

Esse processo repercute diretamente nas condições de vida e nas possibilidades de acesso à educação das comunidades camponesas, quilombolas e tradicionais. Pensar a educação no contexto da questão agrária significa, portanto, compreender como o modelo de desenvolvimento baseado na lógica do agronegócio e na mercantilização da terra tem impactado as práticas pedagógicas, a formação docente e o próprio sentido social da escola.

O texto “A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora”, de Janeide Bispo dos Santos (2021), traz uma reflexão relevante sobre as políticas de formação docente voltadas às populações do campo, especialmente a partir da Licenciatura em Educação do Campo (LEC). Essa formação, desenvolvida na Universidade Federal da Bahia, tem como princípio o fortalecimento de uma pedagogia

comprometida com a transformação social e com o projeto histórico da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, o ato de ensinar ultrapassa o domínio de conteúdos, tornando-se uma prática política, cultural e emancipatória.

Segundo Santos (2021), os/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA enfrentam o desafio de articular os conhecimentos acadêmicos com os saberes produzidos nas comunidades, buscando construir práticas educativas que reconheçam o território como espaço de identidade e resistência. Tal postura pedagógica confronta o modelo hegemônico de educação rural, historicamente subordinado aos interesses da elite agrária e desvinculado das realidades concretas dos sujeitos do campo. Assim, a escolarização da classe trabalhadora rural requer uma formação docente que compreenda o campo não apenas como espaço produtivo, mas como espaço de vida, cultura e luta.

Neste contexto, Arroyo e Fernandez (1999), ressaltam:

A educação escolar ultrapassa a fase ‘rural’, da educação escolar ‘no’ campo e passa a ser ‘do’ campo. Está vinculada a um projeto democrático popular de Brasil e de campo. Realiza-se uma relação visceral entre as mudanças na educação e os ideais do Movimento Social. Vai-se, portanto, além da ‘escolinha de letras’ (ler, escrever, contar) para se trabalhar participativa e criativamente um projeto de Brasil, um projeto de campo. (Arroyo e Fernandez, 1999, p. 10).

Nessa perspectiva, pensar um currículo que valorize os saberes locais significa reconhecer a cultura camponesa e fortalecer a identidade dos estudantes. Para Saviani (2016), a escola deve atuar como mediadora entre o saber popular e o saber sistematizado, promovendo um diálogo entre culturas sem sobreposição, mas como um processo dialético de ampliação de conhecimentos e formas de expressão.

Nesse cenário, a educação quilombola assume papel fundamental, pois representa a continuidade histórica da resistência negra e camponesa no Brasil. Ao articular o direito à terra, à cultura e à educação, as comunidades quilombolas reafirmam a importância de um currículo que dialogue com a ancestralidade e com as práticas comunitárias, rompendo com a visão colonizadora e excludente ainda presente em muitas instituições de ensino. A aproximação entre a educação do campo e a educação quilombola, portanto, contribui para o fortalecimento de uma pedagogia libertadora, como defende Freire (1996), que compreende a educação como prática social transformadora.

Desse modo, discutir a questão agrária sob a ótica da educação é também reivindicar o direito à formação crítica e contextualizada dos sujeitos que vivem do trabalho na terra. A escola, nesse contexto, torna-se espaço de resistência e de reconstrução de saberes, onde o educador atua como mediador do diálogo entre a experiência popular e o conhecimento científico, promovendo a valorização da identidade, da memória coletiva e da autonomia das comunidades. De acordo a Frente de Enfrentamento ao Fechamento das Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas do Estado da Bahia- FEFECIQ-BA, uma das pautas centrais do encontro foi o alarmante número de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas na Bahia. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que, em 2007, o estado possuía 11.389 unidades escolares nessas localidades. Em 2023, esse número foi reduzido para 7.422, representando o fechamento de quase 4.000 escolas no período, sem contar as que estão com as atividades paralisadas, no território do Velho Chico em 2013 havia 463 escolas do Campo, em 2023 só restaram 137 escolas camponesas.

Por que estas escolas estão sendo fechadas. É fundamental destacar que a legislação vigente, como as Resoluções nº 1/2002 e nº 2/2008, assegura o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos, determinando que, nas áreas rurais, as escolas devem estar localizadas onde os estudantes vivem. Uma das ações desse coletivo foi a elaboração de uma CARTA ABERTA. O documento visa sensibilizar a sociedade civil, os governos estaduais e municipais, o Ministério Público e demais órgãos de proteção e controle social, para que o direito à educação no/do campo, conforme preconiza a lei, seja garantido a todos os estudantes camponeses, indígenas e quilombolas.

As principais instruções normativas e leis que fundamentam a luta no combate ao fechamento de escolas do campo UNCME - Instrução Normativas 001/2025 Instrução Normativa sobre funcionamento e a manutenção das escolas do campo, das águas e das florestas. Portaria nº 391/2016 Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. A Lei 9394/96, modificando o Art. 28, pela Lei nº 12.960 proíbe o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

4 Assédio moral e as condições de trabalho na sociedade contemporânea

O assédio moral no ambiente de trabalho constitui-se como uma das expressões mais perversas da precarização das relações laborais na sociedade contemporânea. Trata-se de um fenômeno marcado por práticas de violência simbólica, psicológica e institucional que comprometem a saúde física e emocional do trabalhador, desestruturando vínculos profissionais e afetando diretamente a produtividade, a autoestima e o convívio social. A discussão sobre esse tema torna-se fundamental no campo da educação e das ciências sociais, pois revela como as relações de poder se manifestam e se naturalizam nos espaços de trabalho.

Os estudos “Assédio moral no trabalho: uma revisão de publicações brasileiras”, “Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos” e “Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família” trazem contribuições significativas para a compreensão desse problema. As análises apontam que o assédio moral é mais frequente em contextos de alta competitividade, hierarquização e falta de diálogo, refletindo um modelo de gestão que valoriza a produtividade em detrimento da dignidade humana. Essa lógica de dominação e controle, associada à cultura do medo e da culpabilização, produz sofrimento psíquico e afeta não apenas o indivíduo, mas também suas relações familiares e comunitárias.

Ao situar o debate no contexto brasileiro, os estudos evidenciam que o assédio moral está intimamente ligado à estrutura socioeconômica marcada pela desigualdade e pela fragilidade das políticas públicas de proteção ao trabalhador. No campo educacional, essas práticas também se manifestam de maneira preocupante, atingindo professores e professoras submetidos a jornadas extensas, baixos salários e falta de reconhecimento profissional. A docência, enquanto trabalho intelectual e emocional, torna-se espaço de tensões constantes, onde a cobrança por resultados e o controle burocrático podem gerar situações de adoecimento e desvalorização.

Dussel (2000), critica o discurso eurocêntrico moderno e a possibilidade de superar o irracionalismo moderno, por meio de uma razão que liberta e critica. Indo além de um sistema racional que apenas constata a negação do sujeito humano; ela é uma ética crítica, voltada para a transformação, que torna possível a reprodução da vida da vítima e o desenvolvimento da vida humana. Assim, a filosofia de Dussel oferece uma

perspectiva inovadora para repensar a modernidade e construir uma ética mais justa e libertadora.

A reflexão sobre o assédio moral deve, portanto, ser compreendida como parte de uma análise mais ampla sobre o trabalho e suas contradições na sociedade capitalista. Autores como Enrique Dussel (2000) e Edgar Morin (2000) destacam a importância de resgatar a centralidade da ética e da dignidade nas relações humanas, reconhecendo o outro como sujeito de direitos e de saberes. Essa perspectiva é essencial para a construção de ambientes de trabalho mais humanizados e democráticos, nos quais a solidariedade e o respeito substituam a lógica da competição e da exploração.

No contexto das comunidades quilombolas e camponesas, essa discussão adquire contornos ainda mais complexos. A luta por condições dignas de trabalho e por reconhecimento social está diretamente relacionada à luta pelo território e pela preservação dos modos de vida tradicionais. O enfrentamento ao assédio moral, portanto, não se restringe ao ambiente urbano e institucional, mas estende-se às formas de invisibilização, racismo e exclusão que historicamente atingem os povos do campo e das comunidades negras rurais.

5 Educação quilombola: resistência, identidade e emancipação

A Educação Quilombola está inserida no contexto das políticas de atendimento às populações rurais, tendo seu reconhecimento oficial consolidado pelo Decreto nº 7.352/2010. Este decreto estabeleceu a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), visando expandir e aprimorar a Educação Básica e Superior para as populações rurais, alinhado ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

A garantia do direito à educação do campo foi reforçada por marcos normativos importantes, como a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 (Brasil, 2022) que instituiu as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, e a Resolução nº 2/2008 (Brasil, 2008) que estabeleceu diretrizes, normas e princípios para as políticas públicas de atendimento à Educação Básica do Campo. Tais documentos delineiam a importância política dessa modalidade, de seus sujeitos e da formação humana. Dessa forma, esses marcos normativos contribuem para a construção de uma educação do

campo que seja justa, equitativa e adaptada às necessidades e realidades das comunidades rurais.

A Educação Quilombola é mais que uma modalidade de ensino: é um direito fundamental e um projeto político-pedagógico de luta e resistência. Ela garante uma formação que valoriza a história, cultura, identidade e território dos povos quilombolas, vendo a escola como extensão do território e espaço de preservação da memória. Suas práticas promovem o diálogo entre o saber científico e o tradicional, resultando em aprendizagem significativa e contextualizada. Essa abordagem é inspirada pela Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (1996), buscando formar sujeitos críticos, romper com a lógica colonial e reconstruir a dignidade dos povos oprimidos.

Contudo, a luta por essa educação de qualidade enfrenta desafios estruturais e políticos complexos. As comunidades e povos tradicionais são vítimas de políticas de interesses capitalistas. Nesse sentido, Paulo Freire nos lembra que “a educação é um ato político” – e, como tal, ela nunca é neutra. Essa perspectiva escancara a urgência de construir práticas educativas que resistam à lógica da exclusão e promovam justiça social, reconhecendo o direito à educação como um instrumento de emancipação e não de domesticação. sofrendo com a desvalorização que repercute negativamente em seu modo de viver, trabalhar e em seu futuro. Um exemplo claro dessa problemática é o fechamento de escolas rurais.

A postura gestora em municípios rurais está ligada ao projeto do agronegócio e latifúndio, resultando no êxodo rural e na negação dos saberes populares, transformando políticas públicas em instrumentos de dominação, o que remete à crítica de Paulo Freire (1987) enfatizando os modelos autoritários e desumanizadores de poder.

Paralelamente, a luta pela Educação Quilombola de qualidade enfrenta a invisibilização, o racismo e a desvalorização de seus educadores, além da escassez de recursos. Apesar dessas limitações, a força das práticas comunitárias se mantém. Sob essa ótica, a educação quilombola é uma expressão da luta da classe trabalhadora negra e camponesa pela emancipação social, ressignificando a relação entre educação e trabalho ao vincular o processo educativo à realidade e libertação, conforme defende Saviani (2008), ao vincular o conhecimento à compreensão crítica das condições de existência e à libertação.

Portanto, ao incluir a educação quilombola no debate sobre a questão agrária, a luta das comunidades reafirma o sentido ético e político

da educação: formar sujeitos autônomos, conscientes e comprometidos com a transformação da realidade. É nesse horizonte que a educação se revela como um ato de resistência, de afirmação da vida e de construção de um projeto coletivo de sociedade mais justa e igualitária.

6 Considerações finais

A análise dos textos apresentados no colóquio permite compreender que os desafios da educação, do trabalho e da resistência estão profundamente interligados na sociedade brasileira contemporânea. O estudo evidenciou que a questão agrária, ao impactar diretamente as condições de vida e o acesso à educação das populações do campo, exige uma formação docente comprometida com a realidade social e territorial dessas comunidades, fortalecendo práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

Simultaneamente, a reflexão sobre o assédio moral no trabalho revela as desigualdades estruturais e a precarização das relações laborais, que afetam não apenas os indivíduos, mas também suas famílias e comunidades. Ao discutir essas práticas, torna-se evidente a necessidade de políticas e ambientes de trabalho que valorizem a dignidade, o respeito e a justiça social, elementos essenciais também no contexto educativo.

Nesse panorama, a educação quilombola surge como um eixo articulador e transformador. Ela exemplifica a resistência histórica de comunidades negras e camponesas frente às desigualdades, ao racismo e à exclusão, propondo uma pedagogia que valoriza a identidade cultural, os saberes locais e a participação ativa dos sujeitos em seu processo formativo. Ao integrar a educação quilombola na análise, evidencia-se a possibilidade de construir práticas educativas que afirmem a coletividade, a autonomia e a emancipação social, promovendo uma articulação entre aprendizagem, território e luta por direitos.

Em síntese, a reflexão sobre educação, trabalho e resistência demonstra que as práticas pedagógicas, quando orientadas por princípios de justiça social e valorização da diversidade, podem contribuir significativamente para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação da realidade. A educação, portanto, assume um papel estratégico não apenas na transmissão de conhecimento, mas na construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, em que o respeito à dignidade humana e à diversidade cultural seja uma prioridade.

Nessa perspectiva, a educação se torna um instrumento poderoso para superar desigualdades e promover a inclusão social. Ao valorizar a diversidade e promover a conscientização crítica, as práticas pedagógicas podem contribuir para a formação de cidadãos mais engajados e comprometidos com a transformação social. Por outro lado, a educação pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao promover a valorização da dignidade humana e da diversidade cultural.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). 2010.

BRASIL. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2 CNE/CEB, de 28 de abril de 2008**. Estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRENTE contra o fechamento de escolas do campo. Disponível em: https://gepemdecformacampo.com.br/Frente_contra_fechamento_escolas/frente.html. Acesso em: 8 out. 2025.

GONÇALVES, Júlia; SCHWEITZER, Lucas; TOLFO, Suzana de Rosa. Assédio moral no trabalho: uma revisão de publicações brasileiras. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 13(1), 2020.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São

Paulo: Atlas. 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH, 2007.

SANTOS, Janeide Bispo dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis/Brasil. V. 6. 2021.

SANTOS, Magno Muniz dos. Assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil: prevalência e impactos. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, 2025.

SCHWAAB, Karine; MONTEIRO, Janine Kieling; GUERIN, Marina; GREGOVISKI, Vanessa Ruffatto. Assédio moral no trabalho: consequências para o sujeito e para a família. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 74. dezembro 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. 2016.

VEIGA, Adriana Almeida; LIMA, Rosângela Cristina Rosinski; MORGADO, Tamiris Aparecida Bueno; SANTOS, Ana Claudia. O fechamento de escola do campo e os impactos sobre o Território Rural. **Revista Educação e Ciências Sociais**, UNEB, Salvador. V 5, n. 9, jul – dez. de 2022.

GÊNERO, NARRATIVAS E FORMAÇÃO CONTINUADA NAS DISSERTAÇÕES PPGIES: FORTALECENDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO (2021-2024)

Idna Maria Fernandes Silveira Martins

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVII

idnasilveiramartins@gmail.com

João Batista Vicente do Nascimento

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XVII

joáobatistahistoriauneb@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa estratégias pedagógicas nas escolas do/no campo do Território do Sisal a partir das histórias de vida e das experiências das professoras participantes das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), realizadas entre 2021 e 2024. A investigação busca compreender como a formação continuada das professoras, registrada nas dissertações do PPGIES, se articula às perspectivas de gênero, às narrativas docentes e ao currículo vivido na região do Sisal. A pesquisa adotou a metodologia de estado do conhecimento, combinando análise bibliográfica e documental das dissertações com o levantamento de materiais apresentados no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, promovido pelo PPGIES no Campus XI – Serrinha da UNEB. As discussões foram enriquecidas pelas contribuições de especialistas, que destacaram a centralidade da formação continuada e do currículo vivido do campo. Os resultados indicam que a formação continuada, inserida nas intervenções das pesquisas, atua como elemento transformador, fortalecendo o currículo vivido, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e consolidando espaços de diálogo, memória e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada. Professoras do/no campo. Gênero. Currículo vivido.

1 Introdução

O estudo intitulado “*Gênero, narrativas e formação continuada nas dissertações PPGIES: fortalecendo práticas pedagógicas nas escolas do campo (2021-2024)*” surge a partir das interlocuções estabelecidas no II Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), do Departamento de Educação do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no semestre 2025.2. O evento constituiu-se como um espaço de diálogo entre pesquisadores(as), docentes e discentes, propiciando reflexões aprofundadas sobre a Educação do/no Campo, com ênfase na formação continuada, no currículo vivido e no protagonismo das professoras na construção de práticas pedagógicas inovadoras e socialmente comprometidas.

Inspirado por essas discussões, o estudo teve como objetivo analisar de que forma a formação continuada de professoras do/no campo do Território do Sisal, conforme registrada nas dissertações do PPGIES (2021–2024), se articula às narrativas docentes, às perspectivas de gênero e ao currículo vivido, promovendo práticas pedagógicas alinhadas ao compromisso político e social da Educação do Campo. A questão de pesquisa que orienta o estudo é: de que forma as formações continuadas, integradas nas intervenções das dissertações, fortalecem o currículo vivido, consolidam a atuação docente e promovem abordagens pedagógicas transformadoras?

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão de literatura integrada à análise documental, permitindo organizar objetivos, métodos e achados das dissertações selecionadas, segundo as orientações de Kohls-Santos e Morosini (2021) e Fonseca (2002). A análise concentrou-se em experiências educativas em cidades do semiárido baiano, como Dias d’Ávila, Tucano, Barrocas e Lamarão, destacando a elaboração de práticas pedagógicas inovadoras, a valorização da atuação docente e a promoção das características socioculturais da região.

Os resultados indicam que a formação continuada, associada à perspectiva de gênero e às narrativas reflexivas das professoras, contribui para o fortalecimento do currículo vivido, estabelece ambientes de diálogo, memória e resistência e reforça a importância de políticas educativas voltadas à educação rural e à promoção de direitos sociais.

Este estudo está vinculado à Linha de Pesquisa 01 – Novos Contextos de Aprendizagem do PPGIES e ao projeto integrador *“Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: (Inter)relações com educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”*. Abrange o período de 2021 a 2024, examinando produções recentes e as intervenções propostas nas escolas do campo pelas colaboradoras das dissertações do PPGIES.

O texto está organizado em duas partes: a primeira apresenta os métodos utilizados na pesquisa; a segunda oferece uma análise crítica das dissertações, destacando as narrativas das professoras, as intervenções propostas e sua relação com o compromisso político presente nas investigações sobre gênero. Nas considerações finais, são discutidas contribuições, lacunas e possibilidades para a formação docente e a Educação do Campo.

2 Metodologia

A pesquisa baseia-se na abordagem de Estado do Conhecimento, conforme descrito por Kohls-Santos e Morosini (2021), visando mapear, organizar e analisar as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) realizadas entre 2021 e 2024. Essas produções estão ligadas à formação continuada de professoras atuantes no campo, às narrativas educacionais e à perspectiva de gênero. Para direcionar o processo investigativo, foram selecionados quatro descritores: “Formação Continuada”, “Educação do Campo”, “Narrativas” e “Gênero”.

A pesquisa integra métodos bibliográficos, documentais e qualitativos. Conforme Fonseca (2002), as investigações bibliográficas e documentais possibilitam organizar teorias e práticas previamente desenvolvidas, reconhecendo ideias, ausências e tendências que favorecem a exploração do tema. A abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2007) e Gil (2008), permite entender o significado das experiências e das práticas educativas com base nas dimensões simbólicas e sociais que moldam a realidade das professoras que atuam no campo.

A base da pesquisa foi formada por dissertações elaboradas no contexto do PPGIES, entre os anos de 2021 e 2024, escolhidas com base em critérios de inclusão definidos previamente: relevância em relação aos descritores estabelecidos, conexão direta com práticas de formação continuada na Educação do Campo e análise das questões de gênero e

das narrativas das colaboradoras. As dissertações foram organizadas e registradas no quadro, que continha dados como título, autor, ano de defesa, método e resultados da pesquisa.

A investigação foi realizada em duas fases. A primeira envolveu a coleta e a organização das dissertações no repositório institucional, o que permitiu traçar um panorama das produções durante o período. A segunda fase consistiu na análise de conteúdo, baseada nos trabalhos de Fonseca (2002) e Romanowski e Ens (2006), e incluiu uma leitura minuciosa de resumos, introduções, seções metodológicas e considerações finais, com o objetivo de identificar as ideias sobre formação continuada no campo, narrativas das colaboradoras na realização dos produtos interventivos e as perspectivas de gênero presentes nas pesquisas. Além disso, essa fase abrangeu a categorização dos dados, a identificação de temas recorrentes e a sistematização das informações no quadro de síntese, permitindo a elaboração de categorias analíticas centrais, como o currículo vivido, as narrativas reflexivas e as práticas pedagógicas que promovem a emancipação da prática pedagógica dessas professoras.

Assim, a abordagem escolhida vai além da mera descrição técnica, adotando um enfoque reflexivo e crítico ao demonstrar de que maneira a formação continuada e as histórias das educadoras se tornam espaços de diálogo, emancipação, pertencimento e mudança social.

3 Desenvolvimento

A investigação das dissertações do PPGIES apresentadas entre 2021 e 2024 teve como foco entender como a inserção das formações continuadas, que fazem parte das intervenções das dissertações analisadas, fortalecem o currículo vivido, consolidam a prática das educadoras e incentivam abordagens pedagógicas voltadas para a educação no campo. Para isso, foi criado o Quadro 1, que organiza informações sobre os autores, títulos, metodologias empregadas, produtos e resultados das dissertações analisadas.

A pesquisa teve um foco especial na função das narrativas como ferramentas que possibilitam às participantes compartilhar suas vivências, caminhos e obstáculos enfrentados, além de estimular uma reflexão crítica sobre os ambientes em que estão inseridas. Simultaneamente, ressaltou-se a relevância da formação continuada como um espaço colaborativo para a

construção do saber, promovendo um diálogo igualitário e a sugestão de ações transformadoras.

A investigação desses estudos revelou que as metodologias utilizadas e as intervenções colaborativas vão além de guiar a coleta e análise de dados, desempenhando um papel essencial na reafirmação da dimensão política da pesquisa. Ao destacar experiências historicamente marginalizadas, as narrativas e os espaços de formação continuada demonstram o envolvimento das pesquisadoras na promoção de direitos, na equidade de gênero e na transformação das condições sociais. Dessa forma, as intervenções sugeridas nas dissertações possuem uma natureza que transcende o técnico, incorporando também aspectos éticos e políticos, reforçando assim a missão do PPGIES em produzir conhecimento acadêmico crítico, comprometido socialmente e conectado à Educação do Campo.

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico

Autor/Ano	Título	Metodologia	Resultados
MACIEL, A. M. A. (2024)	Educação infantil do/ no campo no município de Tucano - BA: formação, práticas pedagógicas e aprendizagens de crianças de escolas rurais.	Ancorado na abordagem (auto)biográfica, teve as narrativas de nove professoras da Educação infantil do campo como uma ferramenta educacional e abordagem de pesquisa, busca-se que, por meio de uma reflexão sobre sua vida, formação e prática, as visões sobre a infância no contexto rural influenciem a elaboração de um currículo escolar que se relacione com as crianças que frequentam as escolas dessa área.	A pesquisa resultou na elaboração coletiva do produto “Roteiros Didáticos: do cultivo das pequenas plantações à cultura do letramento no contexto de localidades rurais de Tucano-BA”, resultado das histórias de vida e experiências das professoras participantes. O conteúdo se apresenta como uma abordagem inovadora para a formação contínua nas escolas rurais, promovendo currículos que integram conhecimentos locais e acadêmicos. Através dessa vivência, as educadoras prestigiaram as atividades do dia a dia no meio rural e reforçaram o sentimento de identidade e pertencimento entre as crianças e suas comunidades.

MENEZES, T. L. de. (2024)	Formação continuada de professores de escolas dos núcleos rurais do município de Dias D'Ávila – Bahia: educação do campo no plano de formação.	Método dialético na perspectiva de Cury (1986), Saviani (1991) e Kosik (1976). com a proposta de expressar as condições materiais da classe trabalhadora em Marx e Engels (2007) e luta dos trabalhadores do campo e seus movimentos sociais pela Educação do Campo, pelo acesso à terra e construção de outro projeto societário.	Os achados da pesquisa demonstram que, apesar dos progressos nas conversas sobre a Educação do Campo, obstáculos estruturais e políticos ainda dificultam sua implementação completa em Dias d'Ávila, especialmente devido à concentração de terras e às desigualdades sociais. No entanto, o estudo sugere a elaboração de um Plano de Formação Continuada para Educadores dos Núcleos Rurais, com o objetivo de fortalecer a identidade rural, valorizar os conhecimentos locais e incentivar práticas educativas que promovam a emancipação, ajudando assim na criação de uma educação do campo que seja justa, participativa e transformadora.
PEREIRA, L. O. S. (2021)	Formação continuada em serviço: perspectiva interdisciplinar no âmbito de uma escola do campo no Território do Sisal.	O caminho metodológico consistiu em uma pesquisa qualitativa, do tipo intervenção pedagógica, engajada com a prática da pesquisadora, que implementou processos de formação continuada em serviço com sete professores de uma escola sobre essa articulação interdisciplinar, tendo como coleta das informações as entrevistas semiestruturadas e os Círculos de Cultura (seis).	Os achados da pesquisa revelaram que o trabalho dos educadores no ambiente rural enfrenta desafios e demandas particulares, refletidos nas dinâmicas escolares, nas trajetórias dos docentes e nas políticas de educação básica. A investigação levou à criação de um processo de intervenção pedagógica interdisciplinar em serviço, fundamentado no diálogo e na reflexão sobre a prática educativa, ajudando a fortalecer a autonomia, as condições laborais e as metodologias de ensino. Essa abordagem interdisciplinar incentivou uma visão crítica da realidade, ampliando a compreensão dos fenômenos educacionais e permitindo que os estudantes desenvolvessem variadas formas de percepção e entendimento do conhecimento.

ARAÚJO, P. de S. (2022)	Educação pública municipal do campo em Barrocas – BA: espaço virtual de práticas pedagógicas como possibilidade de enriquecimento do currículo vivido.	Ancorado na metodologia pesquisa-ação, apresenta a criação de um Espaço Virtual de Práticas Pedagógicas/Blog, para compartilhamento, divulgação e acesso a informações destas práticas, tencionando o fortalecimento do currículo vivido	Por meio da pesquisa foi possível socializar materiais e sugestões literárias/pedagógicas acerca da educação do Campo, no espaço virtual, visibilizar e estimular a socialização de práticas exitosas das professoras de escolas do Campo, bem como tornar os dados acessíveis à sociedade civil para conhecimento, acompanhamento e utilização como fonte de pesquisa e enriquecimento do currículo vivido.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025.2).

A dissertação de Maciel (2024) evidencia como a formação continuada das professoras da Educação Infantil do campo pode se constituir em espaço de reflexão crítica e reconstrução curricular a partir das experiências e narrativas docentes. Ancorada na metodologia (auto) biográfica, a pesquisa valoriza as histórias de vida como dispositivos formativos, conforme destaca Souza (2004), ao compreender a escrita de si como um ato de (re)significação da prática. As nove professoras participantes, ao narrarem suas trajetórias, revelam como o gênero atravessa suas experiências formativas e pedagógicas, produzindo sentidos de resistência e pertencimento, como afirma Souza (2008),

O pressuposto principal da racionalidade moderna é a separação sujeito/objeto e a crença de que é passível de conhecimento apenas o que for possível ser medido, ordenado, comparado, etc. Logo a subjetividade deveria ser exorcizada da ciência. Os cientistas deveriam escrever sobre o que eles pesquisam e não sobre o que eles são, deveriam escrever sobre suas descobertas e não sobre suas crenças e valores (p. 173).

Ao criticar a lógica contemporânea, Souza (2008) questiona o modelo tradicional que distingue sujeito e objeto, sugerindo uma perspectiva em que a subjetividade é reconhecida e se torna fundamental para a construção do conhecimento. Nesse contexto, a pesquisa de Maciel (2024) redefine a formação continuada como um espaço para a expressão e reconfiguração da identidade, no qual as professoras — que historicamente foram deixadas de lado nas narrativas acadêmicas — passam a ser as protagonistas de suas próprias histórias. Assim, a escrita sobre si mesmas surge como uma prática libertadora e formativa, possibilitando que as

educadoras valorizem suas experiências e reconheçam seu impacto no currículo que vivenciam.

O produto oriundo da intervenção, “Roteiros Didáticos: do cultivo das pequenas plantações à cultura do letramento” concretiza essa visão ao unir o conhecimento tradicional e a abordagem pedagógica em um processo colaborativo. Essa proposta enfatiza a validade e a força do saber gerado a partir das experiências proporcionadas pelo campo, pelas mulheres e pela vivência cotidiana — desafiando as hierarquias entre o conhecimento científico e a sabedoria prática.

Dessa forma, a pesquisa de Maciel (2024) não apenas enriquece a discussão sobre a formação continuada, mas também apoia uma abordagem feminista e decolonial na educação rural, onde narrar se torna um ato de resistência e transformação. Conforme defende Santos (2021), ao compreender o campo como território de produção de saberes e de afirmação cultural.

Educação do Campo” é carregada de sentido filosófico, ético, político, sociológico, antropológico, histórico e geográfico. Não se trata de uma expressão genérica, mas de um movimento de combate aos processos socioespaciais que são orientados por um projeto de sociedade que condena um grupo de pessoas a viver destituído do acesso às produções humanas e a elementos básicos necessários à sobrevivência, como água, terra, moradia e alimentos, dentre outros (Santos, 2021, p.11).

Na pesquisa de Menezes (2024), a formação continuada é analisada a partir da perspectiva histórico-crítica, evidenciando as condições materiais e políticas que estruturam o trabalho docente nas escolas rurais de Dias D’Ávila. Fundamentada no método dialético, a autora dialoga com Saviani (2008) ao compreender a educação como prática social vinculada à luta de classes e às contradições do campo. As narrativas das colaboradoras expressam as desigualdades de gênero e a sobrecarga do trabalho feminino, mas também revelam a potência da coletividade na construção de um *Plano de Formação Continuada* que valorize as experiências das mulheres rurais como protagonistas do processo educativo.

Segundo Louro (1997, p.21),

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência.

A invisibilidade histórica das mulheres como sujeitos sociais e científicos é, portanto, desafiada por pesquisas como a de Menezes (2024), que reposicionam as docentes do campo no centro das discussões sobre saberes, práticas e políticas educacionais, reafirmando o protagonismo feminino como categoria central para compreender e reinventar a educação no campo.

Por sua vez, a dissertação de Pereira (2021), situa-se na interface entre formação em serviço e interdisciplinaridade, articulando práticas formativas participativas por meio de *Círculos de Cultura* inspirados em Freire (2006). A autora propõe uma intervenção pedagógica voltada à reflexão coletiva sobre a prática docente, evidenciando que o diálogo e a escuta são instrumentos essenciais na formação de professoras do campo. As narrativas emergentes desses espaços revelam a dimensão de gênero presente nas relações escolares, sobretudo na valorização das professoras como mediadoras de saberes e construtoras de práticas interdisciplinares.

Segundo Nóvoa (2017), a formação docente é inseparável da experiência e da construção de identidades profissionais que se sustentam na partilha e na colaboração. O estudo reforça que as práticas formativas, quando construídas de modo dialógico, fortalecem o compromisso político e emancipador da Educação do Campo.

Por fim, Araújo (2022) propõe uma leitura contemporânea da formação continuada ao integrar tecnologia e prática pedagógica, com a criação de um *Espaço Virtual de Práticas Pedagógicas (Blog)*. Essa proposta configura-se como um espaço narrativo coletivo, em que as professoras de Barrocas-BA compartilham experiências, metodologias e reflexões sobre o currículo vivido. Em consonância com Caldart (2004), o estudo reconhece o campo como território de luta e de produção de conhecimentos plurais. O espaço virtual, ao valorizar as vozes femininas e suas práticas cotidianas, amplia a visibilidade das narrativas docentes e reforça a articulação entre gênero, identidade e formação. A mediação digital, nesse contexto, não substitui o encontro presencial, mas o complementa, fortalecendo redes de solidariedade e aprendizagem contínua entre mulheres educadoras do campo.

De modo geral, as quatro pesquisas analisadas convergem na defesa de uma formação continuada comprometida com a equidade de gênero, a valorização das narrativas docentes e o fortalecimento da Educação do Campo. Inspiradas em abordagens participativas, reflexivas e emancipadoras, essas produções do PPGIES (2021–2024) reafirmam a

relevância da escuta, da memória e do diálogo como práticas formativas que ressignificam o currículo e consolidam a identidade das professoras como sujeitos históricos e políticos do território rural. No âmbito do PPGIES, essas metodologias não apenas orientam a investigação, mas traduzem o compromisso político da pesquisa, integrando produção de conhecimento, transformação social e equidade de gênero.

4 Considerações finais

A partir da análise das dissertações do PPGIES, defendidas entre 2021 e 2024, refletimos que a formação continuada se destaca como um fator fundamental para o aprimoramento do currículo prático, a valorização da atuação das docentes e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras na Educação do Campo. Desse modo, tanto a questão de pesquisa quanto o objetivo deste artigo foram respondidas mediante a organização das informações do Quadro 1, que mostraram que as narrativas das docentes e os espaços coletivos de formação atuam como ferramentas essenciais para fomentar a reflexão crítica e a mudança nas práticas pedagógicas das professoras colaboradoras da pesquisa.

As dissertações examinadas revelam que a utilização de narrativas possibilita que as professoras compartilhem suas experiências, histórias e desafios, contribuindo para a reinterpretação de suas abordagens pedagógicas. O produto intitulado “Roteiros Didáticos: do cultivo das pequenas plantações à cultura do letramento” mostra a conexão entre conhecimentos locais e acadêmicos, reforçando a identidade tanto das educadoras quanto das crianças no ambiente rural. Da mesma forma, a formação continuada, fundamentada em uma perspectiva histórico-crítica, ajuda a superar a invisibilidade histórica das mulheres, posicionando-as como protagonistas no processo de ensino e promovendo a igualdade de gênero.

Os estudos examinados enriquecem essas reflexões, evidenciando que práticas educativas fundamentadas na comunicação, Círculos de Cultura e ferramentas digitais favorecem a elaboração de currículos que são interdisciplinares, participativos e comprometidos socialmente. Este domínio se estabelece como um espaço de produção diversificada de conhecimentos, aumentando a visibilidade das histórias de professoras e solidificando laços de apoio entre mulheres na educação.

Assim, os propósitos do estudo — examinar a formação continuada de professoras, entender a importância das narrativas para o fortalecimento do currículo experiencial e reconhecer práticas pedagógicas inovadoras — foram completamente alcançados. Os achados demonstram que a combinação entre formação continuada, relatos de professoras e intervenções pedagógicas valoriza a experiência das educadoras, estimula uma reflexão crítica e apoia a emancipação sociopolítica no ambiente rural.

O diálogo criado por meio do Colóquio “Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia” destaca a importância dessas pesquisas, ao mostrar que práticas formativas que são participativas e reflexivas, baseadas em narrativas e na construção conjunta do saber, podem funcionar como uma base para políticas educacionais. Isso fortalece a Educação do Campo, promove igualdade de gênero e reforça práticas educativas que se conectam com as realidades socioculturais das comunidades rurais. Essas observações finais enfatizam que a formação continuada, quando vista como um espaço de reflexão, ação e cooperação, não só altera o currículo, mas também reafirma o compromisso ético, político e social da pesquisa realizada pelo PPGIES.

Referências

- ARAÚJO, P. de S. **Educação pública municipal do campo em Barrocas – BA**: espaço virtual de práticas pedagógicas como possibilidade de enriquecimento do currículo vivido. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2022. Disponível em: <https://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2023/04/Dissertacao-PATRICIA-DE-SENA-ARAUJO.pdf>. Acesso em: 07 out. 2025.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O Revisitar da Metodologia

do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, v. 33, 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MACIEL, A. M. A. **Educação infantil do/no campo no município de Tucano - BA**: formação, práticas pedagógicas e aprendizagens de crianças de escolas rurais. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2024. Disponível em: <https://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2024/04/Dissertacao-ARLETE-MIRANDA-AMANCIO-MACIEL.pdf> Acesso em: 08 out. 2025.

MENEZES, T. L. de. **Formação continuada de professores de escolas dos núcleos rurais do município de Dias D'Ávila – Bahia**: educação do campo no plano de formação. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2024. Disponível em: <https://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2025/04/Dissertacao-TAISE-LIMA-DE-MENEZES.pdf> Acesso em: 08 out. 2025.

MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

PEREIRA, L. O. S. **Formação continuada em serviço**: perspectiva interdisciplinar no âmbito de uma escola do campo no Território do Sisal. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2021. Disponível em: https://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2022/04/Dissertacao-de-Luciana_2022.pdf Acesso em: 07 out. 2025.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas referem-se ao tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional** , v. 19, pág. 37-50, 2006.

SANTOS, J. B. dos. A questão agrária na prática pedagógica dos/as professores/as egressos/as da LEC/UFBA: o desafio de efetivar o projeto de escolarização da classe trabalhadora. *Revista Brasileira de Educação no Campo*, Tocantinópolis, v. 6, 2021.

SAVIANI, D. **Educação escolar, políticas públicas e qualidade**: ajustes e concessões necessárias frente às condições sócio-históricas atuais .

Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Narrativas de si, narrativas do itinerário escolar e formação de professores. Tese (Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação)**. 2004, 344 f. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10267/1/Tese_Elizeu%20Souza.pdf Acesso em 09 de out. 2025.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **(Auto)biografia, identidades e alteridade:** modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. Revista Fórum, Ano 2, volume 4 –jul-dez de 2008. p. 37–50.

MULTICULTURALIDADE EM SERRA DO RAMALHO: ANÁLISE DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Roseane Vieira da Luz Mata
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
roselaramata@gmail.com

RESUMO: Este artigo examina a Educação do Campo em Serra do Ramalho (BA) sob perspectiva multicultural e decolonial, tomando as como eixo analítico. Tem com objetivo analisar como essas diretrizes incorporam a diversidade sociocultural, com ênfase na diversidade religiosa, ao orientar políticas e práticas curriculares que assegurem a permanência do estudante em seu território, diante do histórico de fechamento/nucleação de escolas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em Caldart (2008), Arroyo (2007), Candau (2008) e Mignolo (2008), com análise de infográficos da SEC/BA (2022), estudos de Rolim (2022–2024) e exame da seção “Educação para a Diversidade”. Conclui-se que as diretrizes distinguem multiculturalidade e multiculturalismo, adotam a interculturalidade como método, reforçam o vínculo território–sujeitos–currículo, tratam a diversidade religiosa de forma laica e de direitos, reconhecem as multisséries e centram formação docente e PPP como garantias de currículo contextualizado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Multiculturalidade. Diretrizes Municipais em Serra do Ramalho.

1 Introdução

Este artigo discute a Educação do Campo em Serra do Ramalho, mostrando como o município a concebe e fortalece ao reterritorializar a escola como âncora comunitária e ao promover a multiculturalidade no currículo e na gestão. O debate ancora-se na tradição crítica do campo (Caldart, 2008; Arroyo, 2007) e na abordagem de multiculturalidade e interculturalidade na educação, articulando sujeitos,

território e saberes locais.

Tem como documento de análise as Diretrizes para a oferta da Educação do Campo nas escolas públicas do campo da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho/BA (Serra do Ramalho, 2025), em que aparecem a valorização de saberes e fazeres locais e os mecanismos de permanência das escolas nas comunidades, do Projeto Político Pedagógico ao planejamento e a projetos de agroecologia, economia solidária e soberania alimentar. Em contraponto ao quadro estadual de fechamento/nucleação, o município realizou, em 2022, processo de desnucleação e reabertura de unidades, reforçando vínculos, trajetos e tempos do campo (Rolim, 2022; 2023; 2024).

Quanto ao Ensino Religioso, parte-se da diversidade religiosa como dimensão cultural, reconhecendo-a como expressão das identidades e dos modos de vida das comunidades. Nessa perspectiva, o ensino deve ocorrer em conformidade com os princípios constitucionais de liberdade de crença e laicidade de Estado, assegurados pela Constituição Federal de 1988, que garante o direito de cada cidadão manifestar suas convicções sem imposição ou discriminação. A laicidade e direitos, articulada à interculturalidade (Candau, 2008) e aos marcos legais (Brasil, 1988; 1996; 2018). A confluência entre Educação do Campo (Serra do Ramalho, 2025) e Ensino Religioso (ER) laico/intercultural constitui estratégia de resistência à nucleação/fechamento de escolas e evita reduzir a política a “programa” sem sujeitos (Caldart, 2008; Rolim, 2022; 2023; 2024). Pergunta-se: como o município de Serra do Ramalho converte princípios de diversidade e interculturalidade em práticas curriculares e de gestão capazes de garantir a permanência escolar no/do território?

2 Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, caracterizada como um estudo de natureza bibliográfica e documental, voltado à análise das Diretrizes Municipais da Educação do Campo de Serra do Ramalho (2025) sob a vertente multicultural. Conforme Minayo (2014) e Lüdke & André (2013), a pesquisa bibliográfica apoia-se em materiais já produzidos, livros, teses, dissertações e artigos científicos, para construir e aprofundar o quadro conceitual do objeto, sem recorrer diretamente ao campo empírico, ampliando as possibilidades de compreensão e problematização do tema investigado.

Este estudo é qualitativo, de base bibliográfica, com leitura, seleção e análise de produções sobre Educação do Campo, multiculturalidade e políticas de permanência das escolas campesinas. O referencial inclui Caldart (2008) e Arroyo (2007), articula multiculturalidade e interculturalidade com Candau (2008) e, no recorte local, incorpora Rolim (2022, 2023, 2024) para discutir nucleação e desnucleação em Serra do Ramalho. Segue a distinção de Sá-Silva (2009) entre revisão bibliográfica, apoiada em documentos de domínio científico, e pesquisa documental, ancorada em fontes primárias. Conjuga-se, assim, revisão bibliográfica para sustentar o debate teórico e análise documental das Diretrizes Municipais da Educação do Campo de Serra do Ramalho (2025), entendidas como instrumento legal e político de resistência à descontinuidade escolar no meio rural.

O perfil territorial de Serra do Ramalho tem sua origem marcada pela política de reassentamento (PEC/Sobradinho), com 20 agrovilas e composição quilombola, indígena (Pankaru), ribeirinha, serrana e de reassentados, realidade eminentemente campesina. Em 2022, a rede municipal contava 40 escolas (6 na sede e 34 no campo), com presença expressiva de classes multisseriadas, foi justamente nesse contexto que se reconheceu a relação entre nucleação, desterritorialização e desvinculação dos sujeitos de seus modos de vida.

O levantamento bibliográfico abrangeu artigos e trabalhos apresentados em eventos científicos, com ênfase nas produções de Inaiara Alves Rolim (2022, 2023, 2024), cujas pesquisas abordam o processo de nucleação e desnucleação das escolas do campo em Serra do Ramalho e contribuem para a compreensão da política municipal de manutenção dessas instituições. A articulação entre a base teórica e a análise documental permite compreender de que modo as Diretrizes Municipais incorporam a multiculturalidade e o reconhecimento das identidades culturais e religiosas das comunidades campesinas, configurando-se como uma política de resistência e valorização dos saberes do campo.

3 Multiculturalidade no Campo: Currículo e Território

A Educação do Campo é um conceito vivo, que ganha densidade nas práticas sociais, disputas políticas e elaboração pedagógica. É uma concepção do/no campo pensada pelos próprios povos, reafirmando o direito de ser educado onde se vive e onde identidades, solidariedades e projetos coletivos se tecem (Caldart, 2008). Desloca-se o eixo: o “campo”

deixa de ser metáfora e passa a território concreto, tecido por trabalho, cultura, memória e luta.

Essa perspectiva se fortalece no tripé Campo, Política Pública e Educação. Reconhece-se que direitos também se institucionalizam por textos legais, que só ganham vida quando traduzidos em práticas pedagógicas situadas. Como adverte Caldart (2008), há risco de convertê-la em “programa” sem sujeitos, mitigado quando se preserva o protagonismo das comunidades, ouvindo agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas e serranos, e quando o currículo do/no campo se ancora nas lutas por terra, trabalho, cultura e escola.

Nesse sentido, Arroyo (2007) enfatiza que terra, território, lugar e escola compõem um mesmo tecido formativo. A escola do/no campo não se define apenas pela localização, mas pelo vínculo existencial com o território que a sustenta. Romper esse vínculo ao deslocar estudantes, homogeneizar conteúdos, ignorar linguagens e tempos locais ou impor currículos urbanocêntricos produz desterritorialização, desfigura identidades e quebra pertencças. Ao contrário, a escola pode ser lugar de síntese de memórias, economias morais e práticas culturais, articulando trabalho, saberes tradicionais e ciência escolar. Reconhecida essa dimensão, o currículo deixa de ser sequência abstrata e torna-se projeto cultural partilhado, no qual saberes do campo dialogam com o conhecimento historicamente acumulado.

Inspirada na Educação Popular e nas pedagogias dos movimentos sociais, a Educação do Campo recoloca a formação humana integral como finalidade (Caldart, 2008). Substitui a visão instrumental de escolarização por um desenvolvimento de capacidades que integra dimensão crítica, trabalho cooperado, participação social, justiça ambiental e cuidado com a vida. Legitima saberes do campo como conhecimento e fonte curricular, abrangendo agriculturas, criações, tecnologias sociais, festas, ritos, cosmologias e religiosidades. A diversidade deixa de ser adorno e passa a condição constitutiva do trabalho pedagógico, incluindo gênero, geração, raça, etnia, arranjos familiares e modos de viver e produzir como temas geradores. Assim, a identidade da escola do campo se define pelos sujeitos que constrói seu projeto formativo.

O debate conceitual requer distinguir multiculturalidade, multiculturalismo e interculturalidade. Multiculturalidade descreve o fato social da convivência de culturas. Multiculturalismo é a orientação político-pedagógica que reconhece e institucionaliza essa diversidade,

rompendo com a lógica assimilacionista, embora o reconhecimento legal não evite silenciamentos ou folclorização no cotidiano. Candau (2008) propõe a interculturalidade como horizonte e método, ao promover diálogo e negociação com atenção às assimetrias de poder, revisão curricular e redistribuição de voz. Em síntese, multiculturalidade diz quem somos, multiculturalismo orienta o que fazemos e interculturalidade define como fazemos para mediar tensões e pactos.

Essa leitura encontra ressonância nos marcos legais que, no Brasil, sustentam uma educação sensível à diversidade. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 206, pilares como a liberdade de aprender e ensinar e o pluralismo de ideias; a LDB (Lei nº 9.394/1996), no art. 3º, reafirma princípios como liberdade, pluralismo, tolerância e consideração da diversidade étnico-racial, linguística e cultural. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB nº 1/2002) vinculam a identidade da escola à diversidade das populações rurais e aos seus modos de vida. A legislação que torna obrigatória a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008) desautoriza currículos monocromáticos e convoca a escola a lidar com memórias, traumas e contribuições plurais. A BNCC (2017) introduz a linguagem dos “temas contemporâneos” e pressupõe abordagens integradoras; na Bahia, o Documento Curricular Referencial (DCRB, 2020) explicita a Educação em Direitos Humanos como tema integrador e orienta práticas que não se restrinjam à celebração de datas, mas que atravessem a cultura escolar.

A diversidade religiosa é dimensão central do tecido multicultural camponês: práticas de fé organizam tempos, calendários agrícolas e reciprocidades e se inscrevem em capelas, casas de reza, terreiros e festas. Reconhecê-la como componente cultural não confessionaliza a escola; implica tratar linguagens religiosas como portadoras de memórias e saberes, sob laicidade e direitos (Cury, 2014). No currículo, o Ensino Religioso opera interculturalmente, sem proselitismo nem hierarquias, promovendo convivência e compreensão mútua (Candau, 2008), analisando narrativas, símbolos, éticas e ritos como formas culturais e mapeando festas e peregrinações como memória e sociabilidade, articuladas à história local, geografia humana e artes, com território e sujeitos do campo no centro (Arroyo, 2007).

A interculturalidade não “acrescenta um tema”, mas reorienta planejamento, docência e avaliação. Planejar supõe leitura de contexto,

pactuação com a comunidade e seleção de problemas significativos; ensinar demanda alternância de vozes, valorização de repertórios e múltiplas linguagens, em diálogo crítico e respeitoso com saberes locais (Freire, 1996; Arroyo, 2007). Avaliar requer critérios formativos, foco em processos e formação continuada que apoie releituras do território, reconhecimento de saberes e reelaboração curricular, consolidando ética de diálogo e respeito às diferenças (Candau, 2008; Freire, 1996).

O marco dos direitos humanos adiciona outro plano de consistência. Ao postular a dignidade humana como fundamento e a cidadania como exercício cotidiano, a educação em direitos humanos fornece linguagem normativa e horizonte ético para políticas e práticas interculturais. O caminho que vai da Declaração de 1948 a documentos nacionais como o Plano Nacional e as Diretrizes de Educação em Direitos Humanos sinaliza um esforço de institucionalização que precisa repercutir na sala de aula e na gestão. Trata-se de disputar um projeto de escola enraizada no território, capaz de sustentar a permanência dos sujeitos no próprio lugar.

Os infográficos estaduais da Bahia (2022), sinalizam um ciclo de fechamento de escolas do campo na Bahia, com deslocamentos longos, diminuição da oferta próxima às comunidades e efeitos sobre permanência e aprendizagens dos estudantes. De acordo com Rolim (2022-20024) Serra do Ramalho, entretanto, faz o movimento contrário: depois de passar por um processo de junção de duas ou mais escolas no campo, comumente chamado de nucleação entre 2015 e 2019, o município desencadeia, em 2022, um processo de desnucleação com reabertura e ativação de unidades em comunidades campestinas, movimento explicitamente lido como garantia do direito à educação no/do campo e resistência a políticas hegemônicas de esvaziamento do campo.

Essa mudança não é apenas administrativa, ela responde a um diagnóstico social e pedagógico denso. Os estudos de Rolim (2022, 2023, 2024) sobre a nucleação em Serra do Ramalho demonstram impactos negativos na escolarização de jovens, como desistência e evasão, associados ao deslocamento para escolas distantes e a contextos escolares pouco sensíveis às realidades locais. Em depoimento presente nas pesquisas de Rolim (2022) uma diretora escolar relata que, com o fechamento de polo e a necessidade de trajetos extensos, “muitos deixaram de estudar”. A pesquisa destaca a centralidade da escola na comunidade como condição de pertença, direito e emancipação, “a escola na comunidade é vida”, e como

espaço de sociabilidade que também abriga reuniões, festas e atividades religiosas, além do ensino formal.

O projeto de desnucleação municipal, construído com escuta comunitária, (Serra do Ramalho, 2025) partiu de um conjunto de evidências: insatisfação de estudantes e famílias com a transferência; trajetos longos e desgaste; queda de interesse e indisciplina; depredações ligadas ao descontentamento; evasão e déficits de aprendizagem; necessidade de revitalizar a escola do campo; e de ampliar a atuação dos sujeitos da comunidade na escola, inclusive com seleção de professores nas próprias localidades. A proposta inclui também a reativação da Escola Indígena Apolônio Pankaru e a revisão de Portaria de Matrícula adequada à densidade demográfica rural, para que a organização de turmas não replique parâmetros da sede.

No plano pedagógico, a desnucleação reposiciona as classes multisseriadas como estratégia de permanência da escola nas comunidades — não como “problema a ser eliminado”. Os dados levantados por Rolim e pela Secretaria Municipal de educação indicam que, após a nucleação (2015–2020), houve redução de turmas multisseriadas, com a desnucleação (2022), verifica-se o aumento dessas turmas por efeito do retorno dos estudantes às suas comunidades, acompanhado de formação continuada (via parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e de proposta pedagógica específica para a multissérie.

Do ponto de vista político, a literatura de Rolim (2023) lê a desnucleação como atuação “na contramão das políticas neoliberais”, por combater o retrocesso educacional associado a longos deslocamentos e por repor a escola como âncora comunitária no território. Ao mesmo tempo, explicita que essa virada depende de políticas públicas específicas, inclusive de formação para trabalhar multissérie e com direitos (raça, etnia, gênero, religião) como eixo transversal do convívio escolar.

Assim, quando confrontamos os dados estaduais com a trajetória local documentada por Rolim (2022, 2023, 2024), Serra do Ramalho aparece como experiência de inversão: retoma a proximidade entre escola e cotidiano comunitário, reativa a escola indígena, ajusta portarias à realidade do campo e reconhece multissérie como recurso didático e político de permanência. Todo esse movimento culminou com a elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo de Serra do Ramalho que na seção “Educação para a Diversidade”, contempla a visão do município a respeito da convivência com a multiculturalidade.

As Diretrizes Municipais para a Educação do Campo em Serra do Ramalho partem de uma base legal consistente (CF/88, LDB, PCN, PNE, Leis 10.639/03 e 11.645/08), o que desloca a diversidade do lugar de adereço temático para o plano de princípio organizador do trabalho escolar. O texto normativo municipal aciona o multiculturalismo com postura/política que reconhece e institucionaliza essa pluralidade em decisões curriculares, rotinas e dispositivos de gestão. Ao demandar que o pluralismo e o respeito às diferenças permeiem o PPP, os planos de ensino e as práticas de convivência, abrindo espaço para que a diferença seja critério de planejamento e não apenas conteúdo ocasional.

Ao afirmar que a educação para a diversidade requer abordagem intercultural e decolonial, as Diretrizes Municipais para a Educação do Campo (2025) indicam método e horizonte. Não se trata de celebrar identidades, mas de negociar culturas no cotidiano escolar, enfrentando assimetrias de poder e evitando tanto a folclorização quanto a homogeneização. Numa abordagem decolonial, o documento legitima saberes historicamente subalternizados como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e serranos, como referências epistêmicas válidas para a seleção de objetos de estudo, para a produção de materiais e para a avaliação formativa de acordo com Mignolo (2008). A consequência pedagógica é um currículo situado, leitura de contexto e metodologias que alternem vozes, repertórios e linguagens.

A ancoragem territorial das Diretrizes para a Educação do Campo em Serra do Ramalho reforça a articulação dos eixos terra, território, lugar e escola. Ao nomear populações (quilombolas, indígenas e ribeirinhas) e lugares de memória (rio, festas, espaços comunitários), o texto evita abstrações e opera na direção proposta por Arroyo (2007): escola do/no campo como espaço e símbolo de pertencimento. Isso tem efeitos práticos sobre organização da oferta, evita a desterritorialização ao transportar estudantes do campo para a cidade, sobre o desenho de tempos escolares e sobre a seleção de conteúdos que façam sentido para os estudantes.

A diversidade religiosa aparece como dimensão cultural do território, mesmo quando o texto não nomeia o Ensino Religioso. Em perspectiva laica e de direitos, as Diretrizes criam condições para que o ER opere como espaço de diálogo inter-religioso e de letramento cultural em símbolos, narrativas, ritos e ética, sem proselitismo e sem hierarquias entre crenças. O foco deixa de ser ensinar crenças e passa a compreender práticas e sentidos que organizam a vida comunitária, articulando-os à História

local, à Geografia humana e às Artes. Como propõe Candau (2009), trata-se de converter a multiculturalidade em multiculturalismo e, pela interculturalidade, definir como a escola medeia tensões, redistribui vozes e constrói pactos de convivência.

A aproximação com a Educação em Direitos Humanos (EDH) evoca a orientação ética das Diretrizes para a Educação do Campo em Serra do Ramalho: a escola aparece como ambiente de acolhimento, respeito e segurança, o que demanda protocolos de convivência, mediação de conflitos e monitoramento de ocorrências de discriminação (raça, gênero, religião, geração). Ao propor formação continuada e produção de materiais, o documento reconhece que currículo situado exige docência situada. Isso implica trilhas formativas sobre educação do/no campo, diversidade e interculturalidade, com estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena e com práticas de planejamento que partam de problemas do território.

As Diretrizes da Educação do Campo em Serra do Ramalho, ao orientar a definição de estratégias adequadas à realidade local, convocam gestão democrática e corresponsabilidade. O PPP assume o papel de dispositivo de garantia, funcionando como espaço de pactuação com famílias, associações e lideranças, de registro das decisões e de avaliação periódica dos avanços. Essa engrenagem institucionaliza a passagem do princípio à prática e sustenta, no plano da política municipal, a inflexão já apontada por Rolim no município, ao reaproximar escola e território como condição de permanência com aprendizagem.

4 Considerações finais

A análise indica que a educação do/no campo, fundada no direito de aprender onde se vive, reposiciona a escola como âncora territorial ao articular sujeitos, currículo e território. Em contracorrente à nucleação estadual, Serra do Ramalho promoveu em 2022 a desnucleação e reabriu escolas, fortalecendo permanência e vínculos comunitários. As Diretrizes Municipais transformam a multiculturalidade em orientação multicultural e adotam a interculturalidade como método, guiando PPP, planejamento e convivência.

Neste sentido, a diversidade religiosa é tratada como dimensão cultural sob laicidade e direitos, assegurando ao Ensino Religioso um espaço de diálogo sem proselitismo. Esse movimento reterritorializa o

currículo, amplia o protagonismo comunitário, qualifica a formação docente e a articulação intersetorial, valoriza agroecologia, economia solidária e soberania alimentar e enfrenta desigualdade, afirmando a escola do campo como território educativo crítico e emancipador.

As turmas multisseriadas, quando articuladas à formação situada e a uma proposta pedagógica própria, operam como estratégia de permanência; o PPP funciona como dispositivo de garantia, pactuando com a comunidade e revisando decisões periodicamente. Persistem desafios: explicitar rotinas interculturais, definir parâmetros do Ensino Religioso em direitos, estabelecer indicadores de monitoramento (clima, participação, permanência local) e assegurar formação continuada e condições materiais. No conjunto, as Diretrizes consolidam-se como instrumento de resistência e valorização dos saberes culturais e religiosos do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157–176, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 1 out. 2025.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. **Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Salvador: SEC, 2020. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. **Velho Chico**: infográfico. Salvador: SEC, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022; Censo Escolar INEP (2017 a 2023).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Da luta às políticas de Educação do Campo: caracterização da educação e da escola do campo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. GT 26 – Educação do Campo. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/GT26_956.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CFEC136.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF: SEDH; MEC; MJ; UNESCO, 2007. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh_2.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eb/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida (org.). **Por uma educação do campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. p. 67–88.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13–37.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45–56, jan./abr. 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000100004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287–324, 2008.

ROLIM, Inaiara Alves; MOURA, Terciana Vidal. Desnucleação de escolas do campo em Serra do Ramalho/BA: direito à educação no/do campo e resistência contra as políticas hegemônicas. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED 41., 2023, Manaus. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2023. GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos. ISSN 2447-2808. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt03-13781.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROLIM, Inaiara Alves; MOURA, Terciana Vidal; CAVALCANTE, Raine Márcia Lopes. Classes multisseriadas nas escolas do campo: potencialidades e resistência ao fechamento e nucleação de escolas camponesas em Serra do Ramalho/BA. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE – REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPEd NORDESTE, 27., 2024.

Anais... [S. l.]: ANPED Nordeste, 2024. GT 26 – Educação do Campo. ISSN 2595-7945. Disponível em: <https://anped.org.br>. Acesso em: 9 out. 2025.

ROLIM, Inaiara Alves; SOUZA, Shirley Gonçalves de; FIAMENGUE, Elis Cristina. Nucleação de escolas do campo e o impacto na escolarização dos jovens: uma análise em Serra do Ramalho. *In: ENCONTRO BAIANO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO*, 3., 2022, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2022. v. 1, n. 1. ISSN 2525-4847. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/ebec>. Acesso em: 10 out. 2025.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, n. 1, p. 1–15, 2009.

SERRA DO RAMALHO (BA). Conselho Municipal de Educação. Resolução CME nº 01, de 7 de fevereiro de 2025. Institui as Diretrizes para a oferta da Educação do Campo nas escolas públicas do campo da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho/BA. **Diário Oficial do Município de Serra do Ramalho**, ano XIII, n. 1867, 2 set. 2025, Seção: Resoluções.

MESTRANDOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL

UNEB/ Departamento de Educação- Campus XI/ Serrinha- Turma 06

Aline Confessor Marques de Araujo

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Daiane dos Santos Ramos

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Joyce Santana Araújo Silva

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Luciano Araújo Lima

Manuela Barros Santos

Maria Cremilda Lima Santos

Marizete Barbosa de Lima Souza

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Pedro Jorge Silva Melo

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Suzete Patrocinio de Souza

Thaís Meireles de Oliveira

UNEB/Departamento de Educação, Campis XI/ Serrinha- Turma 07

Adriano Dantas Reis Santana

Camila Figueiredo de Carvalho Melo

Carleila de Queiroz Matos

Elloyse Santiago Silva

Eva Cristina do Carmo Araujo

Jéssica da Silva Santos

Manoel Messias Andrade de Matos

Mara Gleide Queiroz Matos

Maria Madalena Mota de Araújo

Tainara da Silva Ferreira

Vanessa da Rocha Silva Reis

**UNEB/ Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHTT)
CampusXIV- de Bom Jesus da Lapa – Turma 07**

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim

Arlete Rodrigues de Souza

Cristiane Sena Gomes

Diego Guilherme Lopes Rodrigues

Elza Ferreira de Araújo

Genilza Castro Carneiro

Idna Maria Fernandes Silveira Martins

Keila Ferreira Gomes

Roberta Nonato da Silva

Roseane Vieira da Luz Mata

DOCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL E SUES CAMPUS DE ATUAÇÃO

Prof. Dr. César Costa Vitorino (Campus XVII)

Profa. Dra. Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres (Campus XVII)

Prof. Dr. Everton Nery Carneiro (Campus XI)

Profa. Dra. Ivonete Barreto de Amorim (Campus XI e Campus XVII)

Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos (Campus XI)

Prof. Dr. João Batista Vicente do Nascimento (Campus XVII)

Profa. Dra. Marcia Torres Neri Soares (Campus XI)

Profa. Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista (Campus XI)

Profa. Dra. Mônica Moreira de Oliveira Torres (Campus XI)

Profa. Dra. Patrícia Júlia Souza Coelho (Campus XI)

Profa. Dra. Rozimeire Soares de Oliveira Porto (Campus XVII)

Profa. Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva (Campus XI e XVII)

Profa. Dra. Selma Barros Daltro de Castro (Campus XI)

A escrita acadêmica constitui-se como espaço privilegiado de socialização de saberes, de reflexão crítica e de construção coletiva do conhecimento no âmbito da universidade. Ao articular experiências formativas, investigações científicas e práticas profissionais, ela assume um papel formador fundamental, estimulando a autonomia intelectual, o diálogo interdisciplinar e o compromisso com a relevância social da produção científica. É nesse horizonte que se insere o *Caderno de Artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar – Volume 4*, obra que reúne produções de estudantes e docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Os textos resultam de atividades desenvolvidas nos Seminários e Colóquios promovidos pelos campi de Serrinha e Bom Jesus da Lapa ao longo de 2025, expressando o esforço coletivo de articular teoria e prática sob a perspectiva da interdisciplinaridade. A coletânea aborda temáticas contemporâneas relacionadas à produção do conhecimento científico, à pesquisa implicada em contextos socioeducativos, ao assédio moral e à saúde mental nas organizações, bem como ao diagnóstico das escolas do campo na Bahia. Ao integrar diferentes olhares teóricos e experiências profissionais, a obra reafirma o compromisso com uma formação crítica, ética e socialmente comprometida, convidando o leitor ao diálogo permanente entre academia e sociedade e ao reconhecimento da ciência como instrumento de transformação e emancipação.

